SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 09 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3873

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
PROCESSO AMSO-TR N° 032/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

Assunto: Contratação direta de pessoa jurídica especializada para a confecção, fornecimento, montagem e instalação de 15 (quinze) molduras em alumínio, destinadas à atualização da Galeria de Ex-Presidentes da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental – AMSO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi – AMSO-TR, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RATIFICAR a Dispensa de Licitação nº 027/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021, para a **Contratação direta de pessoa jurídica especializada para a confecção, fornecimento, montagem e instalação de 15 (quinze) molduras em alumínio, destinadas à atualização da Galeria de Ex-Presidentes da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental – AMSO**:

CASA DO VIDRO VIDRACARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 36.601.301/0001-18, com Inscrição Estadual nº 20.538.834-5 e sede na Rua Coronel Manoel Aleixo, 64, Centro, Currais Novos/RN, CEP: 59.380-000.

VALOR TOTAL: **R$ 2.175,00** (dois mil cento e setenta e cinco reais).

Publique-se,
Cumpra-se.

Currais Novos/RN, 01 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:0ECE6B11

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
PROCESSO AMSO-TR Nº 032/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 027/2026 EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA Nº 001.028.2026

CONTRATANTE: Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi - AMSO-TR
CONTRATADA: CASA DO VIDRO VIDRACARIA LTDA - ME
CNPJ: 36.601.301/0001-18.

OBJETO: Contratação direta de pessoa jurídica especializada para a confecção, fornecimento, montagem e instalação de 15 (quinze) molduras em alumínio, destinadas à atualização da Galeria de Ex-Presidentes da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental – AMSO.

VALOR TOTAL: **R$ 2.175,00** (dois mil cento e setenta e cinco reais), ficando a comprovação total da regularidade fiscal e trabalhista para a ocasião da liquidação da despesa originada com a presente contratação.

PRAZO DE ENTREGA: Em até dez (10) dias úteis, contados do recebimento da ordem de compra.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 01 – Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi - AMSO-TR;
Unidade: 0103 – Departamento Administrativo Financeiro;
Programa: 003 – Manutenção do Departamento Administrativo Financeiro;
Atividade: 2.003 – Manutenção do Departamento Administrativo Financeiro;
Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo art. 75, II, da lei n° 14.133/21.

Currais Novos-RN, 01 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:89500133

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
EXTRATO DE DISPENSA - DE N° 011/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026

OBJETO: Contratação de empresa para locação de veículo, tipo pickup, para atender as necessidades do CONISA.
CONTRATANTE: **Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana**, **CNPJ**: **08.313.923/0001-05**, com Sede Administrativa na Rua Tomaz Silveira, 459, Centro, Lagoa Nova/RN, CEP: 53.421-080.
EMPRESA(S): PICK-UP VIP MOTORS LTDA **(CNPJ:** 47.874.071/0001-87**),** com sede na Av. João Arruda Brasil, 100 – CEP: 16072-105 – Araçatuba/SP, saiu vencedora do item(ns): 001, com o valor total de R$ 47.994,00 (quarenta e sete mil novecentos e noventa e quatro reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Exercício: 2026 – Atividade: 0101.041220001.2.001 - Manutenção do Consórcio; Classificação econômica: 44.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

BASE LEGAL: *ART. 75, II, §2°* da Lei Federal *nº 14.133/21*.

Lagoa Nova/RN, 08 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Jose Flavio Cardoso da Silva
Código Identificador:570D7CB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ

CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO SERIDO
PORTARIA Nº. 008/2026

PORTARIA Nº. 008/2026

Dispõe sobre a designação dos membros do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP da Policlínica Regional do Seridó.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ – CIS-SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto na Portaria nº 007/2026, que aprovou e autorizou a publicação do Regimento Interno do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) da Policlínica Regional do Seridó,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os membros abaixo relacionados(as) para comporem o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) da Policlínica Regional do Seridó, nos termos do Art. 19. do Regimento Interno:

I. Coordenador: Geovanna Thaisla da Silva, Farmacêutica – CRF/RN nº 7117;

II. Representante da Enfermagem: Ana Carla Dantas Anselmo, Enfermeira, COREN/RN nº 941899;

III. Representante da Equipe Médica: Vinicius Pereira Dantas, Médico Cardiologista, CRN/RN nº 9635;

IV. Representante da Equipe Multidisciplinar: Júlio Bernard Silva de Azevedo, Enfermeiro, COREN/RN nº 705368;

V. Representante Assistente Administrativo(a): Debson Diego de Medeiros, Assistente Administrativo.

Art. 2º - O mandato dos membros designados será de **02 (dois) anos**, podendo haver recondução, nos termos regimentais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Caicó-RN, 08 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Presidente do CIS-Seridó

Publicado por:
Janyne Teixeira de Araújo Fonseca
Código Identificador:94CD4645

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 157/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 157/2026
PARTES: Consórcio Público Intermunicipal do RN – COPIRN e o Município de VIÇOSA/RN
OBJETO: Alteração da Cláusula Quarta – Do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros.
VALOR: O valor estimado é de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
VIGÊNCIA: A contar da data da assinatura até 31 de dezembro de 2026.
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire –Presidente do COPIRN e Victor Ramon Alves – Prefeito Municipal de VIÇOSA/RN
DATA DO TERMO ADITIVO: 01 de setembro de 2026

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:D1497AFD

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0123/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0123/2025
PROCESSO: 479/2025
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: SAUDE E IMAGEM - RADIOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item "g" e a prorrogação do presente contrato firmado entre as partes, conforme a Cláusula Quarta – Da Vigência, referente a prorrogação do contrato mediante termo aditivo, que se expõem a seguir:
"O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a

critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de Termo Aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei n.º 14.133/2021, caso não ocorra nova Chamada Pública."
Assim o presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação da vigência do contrato a contar de 10 de setembro de 2026 e encerrando-se em 10 de setembro de 2027.
CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Requisições Médicas e Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Mauro Pitombeira Fernandes De Carvalho Junior** – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:4C4DC4D0

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0033/ 2024

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0033/ 2024
PROCESSO: 374/2024
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: AURIMAGNA TEIXEIRA DE SOUZA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº 0033/2024 de Prestação de Serviço, celebrado em 26 de dezembro de 2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira na data 27 de agosto de 2026, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Aurimagna Teixeira De Souza**.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:C9A1061C

DIRETORIA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0050/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0050/2025
PROCESSO: 350/2025
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: CLINICA DO DOUTOR ANTONIO MATIAS FERNANDES SS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a inclusão de novas especialidades médicas referentes aos serviços realizados do presente contrato firmado entre as partes, mediante a inserção na Cláusula Primeira do seguinte procedimento que se expõe a seguir:
Descrições de exames laboratoriais:
03.01.01.007-2 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - NEFROLOGIA R$ 110,00
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Antonio Matias Fernandes** – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:4E103257

DIRETORIA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE - COPIRN
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Pelo constante nos autos do processo eletrônico nº 347/2026, podemos verificar a ocorrência da situação preconizada pelo **art. 2º, §1º, inciso I, da Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 60 da Lei nº 4.320/1964** e suas alterações. **"art. 2º, §1º, inciso I, da Lei nº 11.107/2005:** firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

Decreto nº 6.017/2007, ao regulamentar a Lei dos Consórcios Públicos, igualmente admite a celebração de convênios, contratos e acordos de qualquer natureza destinados ao cumprimento dos objetivos institucionais do Consórcio

O referido Decreto contempla, ainda, entre os objetivos que podem ser desenvolvidos pelos Consórcios Públicos, o apoio e o fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os entes consorciados**.**;

art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021: É inexigível a licitação quando inviável a competição.;

art. 60 da Lei nº 4.320/1964 - É vedada a realização de despesa sem prévio empenho."

Pelo exposto, ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do pelo **art. 2º, §1º, inciso I, da Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 60 da Lei nº 4.320/1964**, que tem por objeto adesão do Consórcio à **Rede Nacional de Consórcios Públicos – RNCP**, mediante assinatura do Contrato de Associação nº 052101/2026/RNCP, A escolha da RNCP decorre de sua finalidade institucional específica de articulação, integração, representação e fortalecimento dos consórcios públicos em âmbito nacional, conforme Estatuto e documentos constitutivos juntados aos autos, mostrando-se sua atuação compatível com as finalidades institucionais do **COPIRN**.

A inviabilidade de competição decorre da natureza associativa e institucional da relação pretendida, considerando que somente a Rede Nacional de Consórcios Públicos – RNCP pode conferir ao COPIRN a condição de associado da própria RNCP, não se tratando de aquisição de serviço fungível disponível no mercado, mas de filiação institucional específica.

Natal, 01 de setembro de 2026.

SELMA SANTIAGO NUNES
Diretora Executiva

DESPACHO

Usando das atribuições de Presidente do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte - **COPIRN**, ratificamos a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nos termos do despacho da Diretora Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de Empenho correspondente.

Natal, 01 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:A44BC4C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 053/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 053/2026

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DESTINADO À QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE ACARI (5 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E 1 EQUIPE EMULTI) PARA A IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS INICIAIS DE DÉFICIT NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO INFANTIL E A INSTAURAÇÃO DE INTERVENÇÃO PRECOCE, INCLUINDO ACOLHIMENTO, RASTREAMENTO E MANEJO DE PACIENTES COM SUSPEITA DE DÉFICIT INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), TENDO COMO EIXO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS).

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: **INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT,** CNPJ: **19.176.461/0003-00**, COM SEDE NA **AVENIDA JUNDIAÍ RN 160, Nº 2010, CAMPINAS, MACAÍBA/RN, CEP: 59.285-668**.

VALOR: R$ 188.884,80 (CENTO E OITENTA E OITO MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 10.301.0006.2017 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENTÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; SECRETRARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES; 12.361.0012.2041 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 08.128.0022.2116 – CAPACITAÇÃO AOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS); NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

BASE LEGAL: ART. 31, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ART. 74, DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 05 DE AGOSTO DE 2026

FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:5D61CFDF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE SEGUNDO ADITIVO A ARP Nº 069/2025 - PE Nº 030/2025 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DE SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, CNPJ (MF) Nº 08.097.008/0001-20, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, BAIRRO ARY DE PINHO, ACARI/RN.
CONTRATADO: POUSADA E RESTAURANTE DAS CORDILHEIRAS LTDA, CNPJ/MF Nº 34.867.677/0001-43, SITUADA NA RUA SILVINO ADONIAS BEZERRA, S/N, BAIRRO ARY DE PINHO, CEP: 59.370-000
OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE REFEIÇÃO TIPO SELF-SERVICE, MARMITEX E SERVIÇO DE COFFEE-BREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: CELEBRAÇÃO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E O RESPECTIVO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS, VISANDO À PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
VIGÊNCIA: PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES, COM VIGÊNCIA ATÉ 21 DE AGOSTO DE 2027.
REAJUSTE APLICADO PELO IPCA-E – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL, NO PERCENTUAL ACUMULADO DE 4,797710%, CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026.
VALOR DO ACRÉSCIMO AO CONTRATO: R$ 15.738,12 (QUINZE MIL, SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
ACARI/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO –
Secretário Municipal de Administração e Transportes - Contratante

JOSÉ FERNANDO LOPES DE MEDEIROS -
Responsável Legal da Contratada

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F07EF915

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 131/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2024

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 131/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CNPJ Nº08.097.008/0001-20
CONTRATADO: RF DA SILVA – ME
CNPJ Nº 24.505.516/0001-56
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – SST, PARA ATENDER AS DEMANDAS NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: PRORROGADO ATÉ 18 DE JULHO DE 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107, CAPUT DA LEI Nº 14.133/21
PERCENTUAL DO REAJUSTE: 4,79771% (QUATRO VÍRGULA SETENTA E NOVE POR CENTO) CORRESPONDENTE AO REAJUSTE CALCULADO PELO IPCA-E
VALOR DO ACRÉSCIMO/REAJUSTE: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ 1.090,92 (UM MIL, NOVENTA REAIS E

NOVENTA E DOIS CENTAVOS), PASSANDO O CONTRATO ATUALIZADO PARA R$ 23.828,76 (VINTE E TRÊS MIL, OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, $ 7º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

ACARI/RN, EM 08 DE SETEMBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO -
Secretário de Administração e Trasnportes do Município de Acari/RN – Contratante

RAFAEL FAGNE DA SILVA –
CPF: ***.066.204-** - Sócio Administrador – Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:65D196D8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEXTO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 015/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 015/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20
CONTRATADO: CERTA CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ Nº 08.210.031/0001-89
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA "CIDADE DA MODA" NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: FICA ACRESCIDO AO VALOR CONTRATUAL O MONTANTE LÍQUIDO DE **R**$ 580.659,56 (QUINHENTOS E OITENTA MIL, SEISCENTOS E
CINQUENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), PASSANDO O VALOR GLOBAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2022 A SER DE R$ 21.946.771,57 (VINTE E UM MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 65, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B", E §§ 1º, 2º E 6º, DA LEI Nº 8.666/1993, POR DECORRER DE MODIFICAÇÃO DE PROJETO E DE ESPECIFICAÇÕES PARA MELHOR ADEQUAÇÃO TÉCNICA E DE ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO, MANTIDO O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.661.0025.1053 - CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DA MODA NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN; ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES; FONTE DE RECURSOS: 700 — OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO.

ACARI/RN, EM 08 DE SETEMBRO DE 2026.

DIOGO BEZERRA DUARTE -
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Acari/RN –
Contratante

JOSÉ WALTER DE CARVALHO -
CPF Nº ***.132.894-** -
Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:58FF8F8F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 450/2026

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DE ACARI/RN.**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Serviços Urbanos de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 22 do Decreto Municipal nº 062/2022, incisos IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2041 e §1º do art. 6º da Lei Complementar nº 010/2022 e considerando a realização da**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026**que teve como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DE ACARI/RN**,conforme especificações constantes do Termo de Referência do**Aviso de Contratação Direta nº 041/2026**, **HOMOLOGO**por seus próprios fundamentos o presente certame, em favor das empresas:

IMUNIZADORA JARDIM LTDA				**CNPJ Nº 38.146.499/0001-12**	
Relação dos itens vencidos					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**P. UNT R$**	**P. TOTAL R$**
	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA, com condutor devidamente habilitado, equipado com bomba de auto vácuo e tanque com capacidade mínima de 8.000 (oito mil) litros, destinado ao esgotamento, sucção, remoção, transporte e descarte adequado de resíduos provenientes de fossas sépticas localizadas na zona urbana e rural do município de Acari/RN, bem como de prédios públicos municipais.	Serviço/ Carrada	72	598,00	43.056,00
TOTAL R$ (QUARENTA E TRÊS MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS)					**43.056,00**

Fica a empresa vencedora intimada para no prazo estipulado no **Aviso de Contratação Direta**, assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do seu direito.

Acari (RN), 04 de setembro de 2026.

LUCIANO LOPES DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

*Substitui a publicação do Diário Oficial dos Municípios - FEMURN, edição 3872, de 08/09/2026.

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:E27BD2C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 053/2026

Considerando o parecer jurídico emitido pela Assessoria de Licitações e Contratos, no que concerne a EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DESTINADO À QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE ACARI (5 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E 1 EQUIPE EMULTI) PARA A IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS INICIAIS DE DÉFICIT NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO INFANTIL E A INSTAURAÇÃO DE INTERVENÇÃO PRECOCE, INCLUINDO ACOLHIMENTO, RASTREAMENTO E MANEJO DE PACIENTES COM SUSPEITA DE DÉFICIT INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), TENDO COMO EIXO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS), através da empresa **INSTITUTO DE ENSINO E**

PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT (CNPJ nº 19.176.461/0003-00), para o Município de Acari/RN.

Considerando o que dispõe o artigo 74, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

RATIFICO e **RECONHEÇO** o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, e, por conseguinte a contratação da pessoa jurídica a seguir:

Contratada: INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT, CNPJ: 19.176.461/0003-00, com sede na Avenida Jundiaí RN 160, Nº 2010, Campinas, Macaíba/RN, CEP: 59.285-668.

Objeto: EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DESTINADO À QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE ACARI (5 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E 1 EQUIPE EMULTI) PARA A IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS INICIAIS DE DÉFICIT NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO INFANTIL E A INSTAURAÇÃO DE INTERVENÇÃO PRECOCE, INCLUINDO ACOLHIMENTO, RASTREAMENTO E MANEJO DE PACIENTES COM SUSPEITA DE DÉFICIT INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), TENDO COMO EIXO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS).

Valor Total: R$ 188.884,80 (cento e oitenta e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Acari/RN, 05 de agosto de 2026.

FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:FF5967C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE ACARI Nº 015/2026

PARA OS CARGOS DE PSICOLOGO, PSICOPEDAGOGO E PROFESSOR DE ARTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE ACARI/RN.

O MUNICÍPIO DE ACARI/RN, em cumprimento ao disposto no Edital nº 015/2026 do Processo Seletivo Simplificado, de ordem do Sr. Prefeito Municipal, neste ato através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Acari/RN, torna pública a CONVOCAÇÃO DO SEGUINTE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2026:

PSICÓLOGO – PSS Nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Francisco Rogery Martins Santos Filho	xxx.285.703-xx	9,0	CLASSIFICADO
02	Maria Ritta Alves de Araújo	xxx.490.074-xx	8,5	CLASSIFICADA

PSICOPEDAGOGO – PSS Nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Simone Keliane da Anunciação Silva	xxx.996.074-xx	8,0	CLASSIFICADA
02	Janaina Izabel Fernandes da Costa	xxx.684.834-xx	8,0	CLASSIFICADA

PROFESSOR DE ARTE – PSS Nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	José Carlos Pereira da Cruz	xxx.225.734-xx	8,0	CLASSIFICADO

Os candidatos relacionados neste Edital de Convocação deverão, entre os dias **10, 11 e 14 de setembro de 2026, das 08h às 13horas**, como condição para a sua posse, apresentar, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Acari/RN, localizada na Rua Silvino Adonias Bezerra, nº 151, bairro Major Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59.370-000, a Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, os documentos e tomar as providências relacionadas no Item 8 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO – especificado no Edital do Processo Seletivo Simplificado correspondente (Edital nº 015/2026), quais sejam:
I - O aprovado por ocasião da contratação deverá entregar a seguinte documentação:
a) Certidão de quitação da Justiça Eleitoral (site: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidão-de-quitação-eleitoral)
b) Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos;
c) Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na instituição
que o expediu;
d) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
e) Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF);
f) Certidão de nascimento e/ou casamento;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;
h) Documento de Identidade (RG);
i) Cartão PIS/PASEP;
j) 01 (uma) foto 3x4, recente e sem uso prévio;
k) Declaração de dependentes para imposto de renda;
l) Comprovante de residência.
m) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
n) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do estado;
o) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos municipais;
p) Dados bancários que pretende receber os vencimentos (cópia do cartão do banco).
II - Os documentos pessoais deverão ser entregues em cópias reprográficas acompanhadas do original.
III - Ficam desde já advertido o candidato de que a não apresentação da documentação exigida para a posse no prazo legal implica na desistência da vaga.

Acari/RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:15375E75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 057/2026

EXTRATO DE CONTRATO 057/2026 (oriundo da ARP 05/2024)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: MAIS CONSTRUIR COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.563.754/0001-18.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de construção e correlatos, visando atender as necessidades de manutenção dos prédios públicos municipais de Afonso Bezerra /RN.
VALOR GLOBAL: R$ 356.288,42 (Trezentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 12 (doze) meses.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 - SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBA
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo
SUB-FUNÇÃO: 451 – Infra-estrutura urbana
PROGRAMA: 0015 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PUBLICA MUNICIPAL
PROJ. /ATIV.: 2043 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinado ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2030 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2082 - MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2154 - MANUT.DO VAAR
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.543.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2035 - MANUT DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2061 - MANUT. DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – ETI
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.569.0000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2095 - MANUT.DA ATENÇÃO PRIMÁRIA-PAP
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2017 - MANUT DO FUNDO MUN DE SAÚDE-FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada

Assinaturas em 05/08/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Sebastião Guilherme Lopes - CPF: 822.***.***-72.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:5702A64D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 058/2026

EXTRATO DE CONTRATO 058/2026 (oriundo da ARP 05/2024)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: GT COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.070.091/0001-68.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de construção e correlatos, visando atender as necessidades de manutenção dos prédios públicos municipais de Afonso Bezerra /RN.
VALOR GLOBAL: R$ 555.510,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e dez reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 12 (doze) meses.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 - SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBA
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo
SUB-FUNÇÃO: 451 – Infra-estrutura urbana

PROGRAMA: 0015 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PUBLICA MUNICIPAL
PROJ. /ATIV.: 2043 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinado ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2030 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2082 - MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2154 - MANUT.DO VAAR
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.543.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2035 - MANUT DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2061 - MANUT. DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – ETI
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.569.0000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2095 - MANUT.DA ATENÇÃO PRIMÁRIA-PAP
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2017 - MANUT DO FUNDO MUN DE SAÚDE-FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada

Assinaturas em 05/08/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Gleuson Tavares Batista - CPF: 008.***.***-95.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:8142B00C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 059/2026

EXTRATO DE CONTRATO 059/2026 (oriundo da ARP 08/2024)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: ATACADO - CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.159.733/0001-62.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de construção e correlatos, visando atender as necessidades de manutenção dos prédios públicos municipais de Afonso Bezerra /RN.
VALOR GLOBAL: R$ 411.479,43 (Quatrocentos e onze mil quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 12 (doze) meses.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 - SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBA
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo
SUB-FUNÇÃO: 451 – Infra-estrutura urbana
PROGRAMA: 0015 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PUBLICA MUNICIPAL
PROJ. /ATIV.: 2043 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo

FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinado ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2030 - MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2082 - MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2154 - MANUT.DO VAAR
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.543.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2035 - MANUT DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - SEC. MUN. EDUCACAO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação infantil
PROGRAMA: 0007 – EDUCACAO DE QUALIDADE
PROJ. /ATIV.: 2061 - MANUT. DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – ETI
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
FONTE: 1.569.0000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
FONTE: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2095 - MANUT.DA ATENÇÃO PRIMÁRIA-PAP
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
ÓRGÃO: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ. /ATIV.: 2017 - MANUT DO FUNDO MUN DE SAÚDE-FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
FONTE: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
FONTE: 1.600.3120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada

Assinaturas em 05/08/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Erico Alan Silva Bezerra - CPF: 076.***.***-20.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:14A38E7A

LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 37/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA-RN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 37/2026
Processo Administrativo nº 3403/2026
(Fundamento: Art. nº. 74, inciso III, C da Lei Federal nº. 14.133/2021)

Processo de despesa em conformidade com o artigo 72, da Lei Federal n° 14.133/2021, através de sua Autoridade Competente no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com o que determina o Art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021. **AUTORIZO** a Contratação por Inexigibilidade de licitação, com base nos documentos que compõe os autos do processo, Observa-se que foram atendidos os princípios da legalidade e do interesse público, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 3403/2026, sendo inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea C da Lei Federal n° 14.133/2021, o objetivo do serviço condiz
Contratação de serviços advocatícios especializados para atendimento das demandas jurídicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SMASTH, compreendendo orientação jurídica, elaboração de peças processuais, acompanhamento de processos e demais atividades necessárias à garantia do acesso à justiça e à efetivação dos direitos dos usuários do Sistema Único de

Assistência Social – SUAS. Sendo assim HOMOLOGO o procedimento licitatório a:

PESSOA FÍSICA: Cecilio Machado da Silva Filho, com registro no CPF 012.013.384-92, Residente(a) na Rua: Seara, 2962, Potengy, Natal/RN – CEP: 59.110-320.
Do Valor: Com valor global de R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Razão da escolha da contratação: Justifica-se a escolha da pessoa física a ser contratada, fundamenta-se em sua comprovada expertise e experiência na prestação de serviços de assessoria jurídica, demonstrada por atestado e outras comprovações consistentes. Com relação aos preços justifica-se pela comprovação de vínculos trabalhista semelhante ao objeto de mesma a ser contratado. Por fim, com comprovação de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme preceitua o art. 72, Incisos V, VI e VII da NLL.

Fundamentação: Inexigibilidade de licitação, Inciso I, do Art. 74 da Lei 14.133/2021.

Cumpra-se.
Publique-se.

Afonso Bezerra/RN, 04 de setembro de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:A77BC181

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ALEXANDRIA-RN.

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ALEXANDRIA-RN.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, realizou-se, por videoconferência, mediante link previamente disponibilizado na plataforma Google Meet, reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUMHIS de Alexandria-RN, órgão de caráter deliberativo instituído pela Lei Municipal nº 906, de 30 de abril de 2008, com composição alterada pela Lei Municipal nº 925, de 22 de maio de 2009. Participaram da reunião os seguintes membros do Conselho-Gestor: Adelson Maniçoba da Silva, representante titular da Associação Comunitária dos Agricultores do Sítio Cacimba de Cima e Comunidades Circunvizinhas; Cidália Mariano de Lima Soares, representante suplente do Sindicato dos Servidores Públicos de Alexandria – SINDALE; Francisco Luiz de Lima, representante suplente da Associação dos Moradores e Produtores do Sítio Malhada Branca e Adjacentes; Raimundo Nonato de Lima, representante titular da Associação dos Moradores e Produtores do Sítio Malhada Branca e Adjacentes; Maria Hataangra de Sousa Fernandes, representante titular da Secretaria Municipal de Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Cidadania; Raymara Rayane Andrade da Silva, representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social; Maria Josenilda de Sousa Bezerra, representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social; e Maria Beatrice Moreira Sousa, representante suplente do Gabinete Civil. Participaram também a Sra. Andrea Antônia Gama da Silva, coordenadora da Vigilância Socioassistencial, e a Sra. Cíntia Raquel Rocha de Carvalho, assessora de Habitação de Interesse Social. Inicialmente, em observância ao § 1º do art. 5º da Lei Municipal nº 906, de 30 de abril de 2008, segundo o qual a Presidência do Conselho-Gestor do FUMHIS será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, foi empossada como presidente do Conselho a Sra. Raymara Rayane Andrade da Silva, responsável pela referida Secretaria, à qual se encontra atualmente vinculada a política municipal de habitação de interesse social, e a vice-presidência será exercida pela secretária adjunta da Secretaria Municipal de Assistência Social, Maria Josenilda de Sousa Bezerra. Na ocasião, por deliberação dos presentes, ficou definida como secretária executiva do Conselho Gestor a Sra. Andrea Antônia Gama da Silva, coordenadora da Vigilância Socioassistencial. Após as boas-vindas proferidas pela presidente, a Sra. Cíntia Raquel Rocha de Carvalho tomou a palavra e iniciou a apresentação sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, esclarecendo que se trata de um instrumento de planejamento destinado a orientar a política habitacional municipal, mediante a definição de diretrizes, objetivos, metas, programas e ações voltados à garantia do direito à moradia digna para a população de menor renda. Em seguida, apresentou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, bem como os compromissos assumidos pelo Município em razão de sua adesão, especialmente a constituição e o funcionamento do fundo de habitação de interesse social, a instituição e atuação do respectivo conselho gestor e a elaboração do PLHIS. Foi informado pela assessora que os municípios com população de até cinquenta mil habitantes podem elaborar o PLHIS na modalidade simplificada, adequada às suas capacidades técnicas e institucionais. Na continuidade, foram apresentadas as três etapas que estruturam o processo de elaboração do PLHIS Simplificado, correspondentes à proposta metodológica, ao diagnóstico habitacional e às estratégias de ação, bem como explicada a metodologia a ser aplicada durante sua construção, na qual não houve ressalvas. Ressaltou-se a importância da participação ativa do Conselho Gestor no acompanhamento dos trabalhos, no fornecimento e na validação das informações, na discussão dos resultados e na apreciação do documento final. Ao tratar da organização institucional, foi esclarecido que a responsabilidade pela condução da política habitacional no Município de Alexandria/RN está atualmente vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, que atua como órgão gestor da área de habitação. Durante a apresentação foram indicadas como principais bases de dados para a elaboração do diagnóstico as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do CECAD, do Observatório do Cadastro Único, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. Também foram apresentados mapas de localização do Município de Alexandria no Estado do Rio Grande do Norte e de delimitação de sua área urbana, elaborados com base nos dados territoriais do IBGE. Em seguida, apresentou-se a evolução da população urbana e rural do Município, registrando-se que, no Censo Demográfico de 2000, Alexandria possuía 8.843 habitantes na área urbana e 4.881 na área rural, totalizando 13.724 habitantes; no Censo Demográfico de 2010, foram contabilizados 9.189 habitantes na área urbana e 4.318 na área rural, totalizando 13.507 habitantes; e, no Censo Demográfico de 2022, foram registrados 9.949 habitantes na área urbana e 3.691 na área rural, totalizando 13.640 habitantes. Os dados demonstraram o crescimento da população urbana e a redução da população residente na área rural ao longo do período analisado. Na sequência, foram apresentados os principais mecanismos de cooperação intermunicipal dos quais Alexandria participa, destacando-se o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN e a Associação dos Municípios do Oeste Potiguar – AMOP. Ao abordar os instrumentos urbanísticos municipais, foi esclarecida a importância desses mecanismos para o planejamento e o ordenamento territorial, especialmente para a definição de áreas destinadas à habitação de interesse social, sendo mencionada, entre as normas identificadas, a Lei Complementar Municipal nº 01/2009, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Prosseguindo com a apresentação, foram explicados os conceitos de déficit habitacional quantitativo e inadequação habitacional ou déficit qualitativo, ressaltando-se que o déficit quantitativo representa a necessidade de produção ou disponibilização de novas unidades habitacionais, enquanto o déficit qualitativo está relacionado às moradias existentes que apresentam precariedades construtivas, ausência de infraestrutura, irregularidade fundiária, adensamento excessivo ou outras condições inadequadas de habitabilidade. Com base nos dados do IBGE, do CECAD e do Observatório do Cadastro Único, foi apresentada uma estimativa preliminar das necessidades habitacionais nas áreas urbana e rural do Município, registrando-se a inexistência de domicílios improvisados nos dados analisados; 03 domicílios rústicos na área

urbana e 09 na área rural, totalizando 12; 276 situações de coabitação involuntária na área urbana e 101 na área rural, totalizando 377, conforme dados do IBGE de 2010; 718 situações de ônus excessivo com aluguel na área urbana e 38 na área rural, totalizando 756; e 85 situações de adensamento excessivo na área urbana e 52 na área rural, totalizando 137. A estimativa apresentada resultou em 1.082 necessidades habitacionais na área urbana e 200 na área rural, perfazendo o total geral de 1.282 domicílios. Posteriormente, foram abordados os assentamentos precários, conceituados como áreas ocupadas predominantemente por famílias de baixa renda que apresentam ausência ou insuficiência de infraestrutura básica, insegurança na posse da terra, irregularidade fundiária, precariedade das moradias ou outras condições inadequadas de habitabilidade. Como referências preliminares para a realização de levantamento e verificação técnica, foram indicados o Bairro São Francisco, o Conjunto Edilberto Oliveira, composto por unidades habitacionais entregues no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e o Bairro Novo Horizonte. O espaço foi aberto para que os conselheiros informassem a existência de outras localidades com características semelhantes e apontassem as principais carências habitacionais, fundiárias, urbanísticas e de infraestrutura existentes nessas áreas, não tendo havido manifestação dos membros naquele momento. Também foi apresentada a planta georreferenciada de área urbana pertencente ao Município de Alexandria, localizada na Rua Teodoro Ferreira de Lima, sem número, no Bairro Novo Horizonte, contendo a delimitação da área, dos lotes projetados, das vias de acesso e dos respectivos pontos e coordenadas geográficas, a fim de subsidiar os levantamentos e as discussões relacionadas ao planejamento habitacional municipal. Finalizada a apresentação inicial sobre o processo de construção do PLHIS, o espaço foi novamente aberto para discussão, não havendo manifestação dos conselheiros. Posteriormente, a assessora abordou os Relatórios de Gestão do FUMHIS e informou que disponibilizará, por meio de link, cada um dos relatórios elaborados, a fim de possibilitar sua leitura, apreciação e posterior aprovação pelo Conselho-Gestor, considerando que compete ao colegiado deliberar sobre as contas do Fundo, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º da Lei Municipal nº 906, de 30 de abril de 2008. Foi esclarecido que a Resolução CGFNHIS nº 60, de 5 de setembro de 2024, estabeleceu o prazo de 31 de janeiro de 2027 para o atendimento dos requisitos referentes à constituição do fundo, à constituição do conselho e à elaboração do PLHIS, observadas as condições previstas na referida norma, bem como determinou que os relatórios anuais de gestão do fundo serão exigidos a partir de 30 de abril de 2028, relativamente ao exercício orçamentário imediatamente anterior. Reforçou-se a importância do efetivo funcionamento do Conselho-Gestor para estabelecer diretrizes, fixar critérios e prioridades, acompanhar a aplicação dos recursos, deliberar sobre as contas do FUMHIS, promover o controle social e participar das decisões relacionadas à política municipal de habitação de interesse social. Aberta novamente a palavra aos presentes, o conselheiro Raimundo Nonato de Lima, representante titular da Associação dos Moradores e Produtores do Sítio Malhada Branca e Adjacentes, informou que realizou através da associação o cadastramento de quatorze unidades habitacionais na modalidade rural, as quais ainda não foram contempladas. Não havendo outras manifestações, ficaram definidos como encaminhamentos a criação de uma comissão destinada a acompanhar e colaborar com o processo de construção do PLHIS e a realização de reunião com os agentes comunitários de saúde, com o objetivo de auxiliar na identificação dos assentamentos precários e no levantamento dos dados qualitativos e das condições das habitações existentes no Município. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho-Gestor, Sra. Raymara Rayane Andrade da Silva, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Andrea Antônia Gama da Silva, secretária executiva designada, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela presidente e pelos demais presentes.
ASSINATURAS DO MEMBROS PRESENTES:

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E8906505

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO do contrato de prestação de serviços nº 2026.01.09-0001, resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Licitatório nº 00001/2026, rescindi-lo a partir data da assinatura do presente termo, de acordo com o disposto na Clausula Décima do referido contrato, tendo em vista a solicitação formal da parte contratada.

Alexandria/RN, 01 de setembro de 2026

AROLDO DE ALMEIDA BRAGA
Presidente do SAAE

Publicado por:
Alinauba Rodrigues Vieira
Código Identificador:505A5FC7

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
PORTARIA Nº 69, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O **PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOTO DE ALEXANDRIA/RN**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas;

R E S O L V E:

Art. 1o – **DESIGNAR** a Servidora Pública Municipal Autárquica **MARIA IZABEL SORES,** ocupante do cargo de Secretaria Administrativa, Matrícula nº 74-6, para realizar pesquisas mercadológicas em planilhas de quantitativos de preços e compras.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diretoria do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alexandria/RN, em 02 de setembro de 2026.

AROLDO DE ALMEIDA BRAGA
Presidente

Publicado por:
Alinauba Rodrigues Vieira
Código Identificador:8E84D83D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.466/2026

LEI Nº 1.466/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Proclama Monsenhor Francisco das Chagas Pereira Pinto Patrono da Educação Angicana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica proclamado o **Monsenhor Francisco das Chagas Pereira Pinto** como **Patrono da Educação Angicana**, em reconhecimento à sua trajetória, dedicação e contribuição para a formação educacional, cultural e humana de gerações de angicanos.
Art. 2º O título de Patrono da Educação Angicana constitui homenagem oficial do Município de Angicos à memória de Monsenhor Francisco das Chagas Pereira Pinto, reconhecendo sua importância histórica para a educação e para a formação da comunidade angicana.
Art. 3º O Município poderá promover, por intermédio dos órgãos competentes, ações de caráter educativo e cultural destinadas à preservação e divulgação da memória e do legado de Monsenhor Pinto, especialmente no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. As ações previstas neste artigo poderão compreender palestras, exposições, atividades literárias, pesquisas,

projetos pedagógicos e outras iniciativas relacionadas à história da educação e da cultura de Angicos.
Art. 4º A execução das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, não implicando, por si só, criação de despesa obrigatória ou aumento de despesa pública.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos-RN, 08 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:22D1A719

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.467/2026

LEI Nº 1.467/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DEFINIÇÃO E ATRIBUIÇÕES
Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), Órgão Público Colegiado de natureza consultiva e fiscalizadora, vinculado a Secretária Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária.
Art. 2º O COMDIM tem por finalidade promover, propor, fiscalizar e acompanhar a implementação de políticas públicas destinadas a assegurar a igualdade de direitos entre mulheres e homens, a autonomia das mulheres, o enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação de gênero e o fortalecimento da participação social feminina no município de Angicos/RN, observando as diretrizes do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.
Art. 3º Compete ao COMDIM:
I - formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
II - prestar assessoria ao Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;
III - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da Mulher Angicana, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
IV - sugerir ao Prefeito Municipal a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como promover ações de combate à violência contra as mulheres no contexto doméstico, familiar e combater todas as práticas de misoginia no Município;
V - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
VI - promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas dos direitos das mulheres e programas do Conselho;
VII - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;
VIII - estimular e promover a realização de estudos, pesquisas e eventos que incentivem o debate sobre os direitos da mulher;
IX - estimular e promover programas educativos e atividades de interesse da mulher, para a conscientização dos seus direitos;
X - manter canais permanentes nas relações onde se constate violência contra a mulher com palestras e formação da cidadania para os agressores;
XI - desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher;
XII - manifestar-se sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;
XIII - oferecer suporte ao Órgão Gestor de Políticas para Mulheres do Município de Angicos, promovendo a articulação com outros órgãos da administração pública municipal, bem como com os Governos Estadual e Federal;
XIV - participar da organização das Conferências Municipal, Estadual e Federal de Políticas Públicas para as Mulheres;
XV - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;
XVI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
XVII - acompanhar a execução das políticas desenvolvidas para mulheres no Município de Angicos;
XVIII - monitorar o cumprimento de metas relacionadas às políticas para mulheres nas peças orçamentárias;
XIX - promover articulação com o Órgão Gestor Federal de Políticas para Mulheres, organismos estaduais e demais instituições integrantes do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
XX - acompanhar e avaliar as redes de atendimento às mulheres em situação de violência;
XXI - estimular a criação e fortalecimento de organismos municipais de políticas públicas para as mulheres.
Parágrafo único. O COMDIM atuará como instância de controle social, deliberação e acompanhamento das políticas públicas para as mulheres, assegurando-se autonomia técnica, participação paritária e condições materiais para seu funcionamento.
CAPÍTULO II
COMPOSIÇÃO
Art. 4º O COMDIM será composto de 08 (oito) Conselheiras (os), na seguinte proporção:
I - 04 (quatro) representantes titulares e 04 (quatro) suplentes de Órgãos ou Entidades da Administração Pública Municipal, escolhidos pelo Prefeito do Município de Angicos;
II – 04 (quatro) representantes e 04 (quatro) suplentes de entidades não governamentais, selecionados por meio de Edital, que atuem na defesa e promoção dos direitos das mulheres, no combate ao machismo e na promoção da igualdade de gênero, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
§ 1º A eleição das representantes de entidades não governamentais para exercício do primeiro mandato será convocada e regulamentada mediante decreto municipal, com ampla divulgação nos meios de comunicação do Poder Executivo Municipal.
§ 2º As representantes de que trata o inciso II, do caput, deste artigo, serão escolhidas mediante critérios estabelecidos em Edital, passando a ter direito a voto nas deliberações do COMDIM.
Art. 5º As Conselheiras do COMDIM serão investidas em suas funções públicas autônomas pelo prazo determinado de 2 (dois) anos, permitindo-se uma recondução, por igual período, na forma estabelecida nesta Lei Ordinária e no Regimento Interno do Conselho.
§ 1º Não haverá remuneração para o exercício da função pública autônoma de Conselheira do COMDIM, cujo desempenho constitui serviço de relevância pública.
§ 2º Será destituída da função pública autônoma a Conselheira do COMDIM que, sem motivo justificado, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, no período de 1 (um) ano, a contar de sua investidura.
§ 3º O COMDIM elegerá, entre as suas Conselheiras, em sessão pública, a Presidente e Vice-Presidente do Colegiado, mediante voto da maioria simples, na forma prevista no respectivo Regimento Interno.
§ 4º As funções de Presidente e de Vice-Presidente serão ocupadas, alternadamente, entre representantes do Poder Público e das organizações não governamentais.
CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 6º As demais disposições referentes à organização e ao funcionamento do COMDIM serão estabelecidas em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno do COMDIM deverá ser elaborado no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei Ordinária.
Art. 7º O COMDIM fica autorizado a receber doações, legados e outras rendas, devidamente comprovadas na legalidade da Lei e da Constituição Federal do Brasil.
Art. 8º As despesas decorrentes da implementação desta Lei Ordinária correrão por conta de dotações consignadas Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária na Lei Orçamentária Anual (LOA), podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 9º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10. Fica instituída a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, a ser realizada em consonância com a convocação realizada em âmbito federal e/ou estadual, organizada conjuntamente pelo COMDIM e pela Secretária Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária como instância máxima de participação social, deliberação, avaliação e proposição de políticas para mulheres no município de Angicos/RN.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos-RN, 08 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:8F26E64B

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 430007/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa FNHIS SUB-50, destinadas a famílias de baixa renda do Município de Angicos/RN, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 040776/2025/MCIDADES/CAIXA.

BASE LEGAL: Art. 28, II Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTE VENCEDOR, ITEM ADJUDICADO E VALOR TOTAL:

VIVENDAS EMPREEDIMENTOS LTDA - CNPJ: 11.478.139/0001-61, saiu vencedor no item: 001 totalizando o valor de **R$ 3.179.250,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais)**.

ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Agente de Contratação declarou vencedora do certame a licitante acima citada e seu respectivo item com o valor total, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu adjudicar em favor da mesma o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Angicos/RN, 08 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:0DDA30B8

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 430007/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa FNHIS SUB-50, destinadas a famílias de baixa renda do Município de Angicos/RN, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 040776/2025/MCIDADES/CAIXA.

BASE LEGAL: Art. 28, II Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTE VENCEDOR, ITEM HOMOLOGADO E VALOR TOTAL:

VIVENDAS EMPREEDIMENTOS LTDA - CNPJ: 11.478.139/0001-61, saiu vencedor no item: 001 totalizando o valor de **R$ 3.179.250,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais)**.

HOMOLOGAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Agente de Contratação declarou vencedora do certame a licitante acima citada e seu respectivo item com o valor total, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu homologar em favor da mesma o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Angicos/RN, 08 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:C0BAFE2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº.636/2026– GC, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Denomina de “Rua Cristovam Reinaldo de Sousa” a via pública projetada situada no Bairro Muquém, Zona Urbana do Município de Antônio Martins/RN, com início no final da Rua Francisco Aires, paralela à Rua Gregório Simplício da Silva e transversal à Rua Projetada, e dá outras providências.”

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO MARTINS-RN, no uso de suas atribuições, Constitucionais que lhe são conferidas no caput do Art.57 da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica denominada Rua Cristovam Reinaldo de Sousa a via pública projetada situada no Bairro Muquém, Zona Urbana do Município de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, com início no final da Rua Francisco Aires, paralela à Rua Gregório Simplício da Silva e transversal à Rua Projetada, conforme localização constante dos registros e do cadastro urbano municipal, tendo como referência as coordenadas geográficas 6,215479° S e 37,896898° W.

§ 1º A denominação de que trata esta Lei deverá ser incorporada aos registros, cadastros, mapas e demais documentos oficiais do Município, para todos os fins administrativos e legais.
§ 2º A denominação de que trata o caput deste artigo constitui justa homenagem à memória do saudoso Cristovam Reinaldo de Sousa, conhecido popularmente como “Neto Cristovam”, perpetuando seu nome como referência para a cidade de Antônio Martins/RN.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a providenciar a instalação de placa indicativa com a denominação oficial do logradouro, bem como promover as alterações necessárias nos cadastros, mapas, plantas e demais registros administrativos do Município.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, na forma da legislação aplicável.
Art. 4º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. – Revogam – se as disposições em contrário.

Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins – RN, 08 de setembro de 2026.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA.
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:DECEE9D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA ATA Nº 001/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICPAL DELIBERATIVO PARTICIPATIVO – AABB COMUNIDADE/APODI-RN

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dezoito minutos, reuniu-se, de forma presencial, na sede da Casa dos Conselhos, situada à Rua Nonato Mota, nº 264, Malvinas, Apodi/RN, o Conselho Deliberativo Participativo – AABB Comunidade, em reunião ordinária, para deliberação da seguinte pauta: **Reintegração do Conselho.** Estiveram presentes nesta reunião**: Maria Edileusa Soares de Oliveira e Angêla Angélica Fernandes Carvalho** (Família dos Educandos); **Anny Cecília Freitas Souza e Heitor Domingos Costa Pereira** (Educandos); **Ítalo Bruno de Oliveira Leite e Pabllo Victor da Costa Lima** (Associação Atlética Banco do Brasil - AABB); **Sebastião Alexandro Ferreira** (Funcionários da AABB); **Marlete Basílio da Silva e Luís Jairo de Morais Carvalho Dias** (Educadores do Programa AABB Comunidade); **Valdinês Jales de Oliveira e Ellen Karolyne Alves Alves de Olivira Lopes** (Coordenador Pedagógico do Programa); **Antônia Luciana Silva de Moura, Maria Eduarda Ribeiro de Freitas e Esther Leite de Freitas Souza** (Casa dos Conselhos). A reunião foi aberta por Antônia Luciana que deu boas-vindas e agradeceu a todos pela presença e disponibilidade. Em seguida, Esther Leite realizou a leitura do Art. 4° do Regimento Interno do Conselho Deliberativo Participativo, que trata das atribuições do conselho. Na sequência, Luciana apresentou os representantes de cada instituição que compõe este conselho. Valdinês Jales, coordenadora pedagógica do programa, ressaltou a importância do retorno do programa e da parceria com o Banco do Brasil. Apresentou um breve relato das atividades desenvolvidas durante os dois primeiros meses de execução, destacando a realização de uma ação com o odontomóvel, que ofertou serviços de limpeza bucal às crianças, bem como a aplicação da vacina contra influenza. Informou que a entrega dos kits dos educandos será realizada no dia **06 de agosto de 2026**, e que as crianças estão preparando apresentações para esse momento. Comunicou ainda que, durante a semana, os participantes do programa passarão por atendimento médico com clínico geral para realização de consultas. Dando continuidade à sua fala, Valdinês informou que, no dia 12 de agosto, o programa receberá a visita de um representante do Banco do Brasil. Comunicou também que o vice-prefeito do município fará a doação da cerâmica para a reforma da cozinha. Em seguida, Maria Edileusa e Angêla Angélica, representantes das famílias dos educandos, agradeceram a parceria proporcionada pelo programa AABB Comunidade e destacaram a satisfação das crianças em participar das atividades. Alexandro parabenizou a equipe pelo excelente trabalho desenvolvido. Pabllo Victor, ressaltou a importância do programa e colocou-se à disposição sempre que necessário. Na sequência, foi realizada a eleição da diretoria do conselho, sendo eleitos, por unanimidade: **Valdinês Jales de Oliveira, como Presidenta, Ângela Angélica Fernandes Carvalho, como Vice-presidente Luís Jairo de Morais Carvalho Dias, como secretário.** Os conselheiros deliberaram a próxima reunião para o dia 17 de novembro de 2026. Nada mais havendo a tratar, Valdinês Jales declarou encerrada as 09h42min e agradeceu a presença de todos. Por fim, eu, Luís Jairo de Morais Carvalho Dias, Secretário do Conselho Municipal Deliberativo Participativo lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes.

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:358861A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA AVISO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 023/2026

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o resultado de Pregão Eletrônico - Nº. 023/2026, CUJO OBJETO RIGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE APODI/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Que teve como vencedoras as empresas: **COMERCIAL BRENOL LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 05.427.021/0001-01 - Endereço: Rua 7 de setembro - CEP: 59700000 - UF: RN - Município: Apodi - Telefone: (84) 3333-2463**, vencedora dos itens: 02, 20, 25, 28, 35, 48 e 71, com o valor global de R$ 223.365,00; a licitação, com o valor global R$ 656.248,00; **M CARDOSO DANTAS | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 03.246.216/0001-20 - Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto - CEP: 59700000 - UF: RN - Município: Apodi - Telefone: (84) 99406-3415,** vencedora dos itens: 01, 04, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 29, 30, 32, 33, 45, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69, com o valor global de R$ 431.211,70; **ROSILDETE LOPES MARINHO-ME | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 06.039.254/0001-08 - Endereço: R SEBASTIAO SIZENANDO - CEP: 59700000 - UF: RN - Município: Apodi - Telefone: (84) 99129-0002**, vencedora dos itens: 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 22, 24, 26, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 70 e 73, com o valor global de R$ 593.142,45; **SORVETES KI DOCURA EIRELI | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 09.016.500/0001-96 - Endereço: ST. PEDRA DO CABOCLO - CEP: 59910000 - UF: RN - Município: Doutor Severiano - Telefone: (84) 99951-5304**, vencedora dos itens: 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, com o valor global de R$ 123.325,44 e **V. B. DA ROCHA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 13.239.782/0001-68 - Endereço: AV. POETA RENATO CALDAS - CEP: 59650000 - UF: RN - Município: Assú - Telefone: (84) 99905-8384**, vencedora dos itens: 23, 27, 31, 34, 36, 37, 57, 58, 60, 72 e 74, com o valor global R$ 123.270,60. O item 47 foi fracassado. **Valor global da licitação R$ 1.494.315,19.**

Apodi/RN, 08 de setembro de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 1075/2026

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:8BC66D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA PORTARIA Nº 1327/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: O laudo da Junta Médica do Município de Apodi/RN;

CONSIDERANDO: O memorando nº 354/2026 da Secretaria Municipal de Educação – SEME.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder readaptação de função pelo período de 6 (seis) meses à servidora **Luciene Alves da Silva**, matrícula **1082**, PM3-J, **Professor Especialista,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação – SEME.**

Art. 2º - A servidora readaptada passará a exercer a função de **Professora da Brinquedoteca**, na **Creche Sonho de Criança**, o que não acarretará prejuízo ao cargo anteriormente ocupado e em seus vencimentos.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 08 de setembro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:01ABA50A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1328/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: O laudo da Junta Médica do Município de Apodi/RN;

CONSIDERANDO: O memorando nº 336/2026 da Secretaria Municipal de Educação – SEME.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder readaptação de função pelo período de 6 (seis) meses à servidora **Maria da Glória Maia e Lima**, matrícula **1504**, PM3-G, **Professor Especialista,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação – SEME.**

Art. 2º - A servidora readaptada passará a exercer a função de **Apoio Pedagógico**, na **Escola Municipal Francisco Alcivan Pinto**, o que não acarretará prejuízo ao cargo anteriormente ocupado e em seus vencimentos.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 08 de setembro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3D2366D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

O Pregoeiro do Município de Arez/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **23 de setembro de 2026** às 09h30min (horário de Brasília) a licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica sob o nº 19/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a Aquisição de materiais de construção diversos destinados à manutenção, conservação, reforma e/ou recuperação de prédios públicos, espaços públicos e demais instalações, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. O edital encontra-se disponível nos sites: www.arez.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo e-mail: cplarezpma@gmail.com.

Arez/RN, 08 de setembro de 2026.

FRANCIMÁRIO BARBOSA
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:557AECD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 080901/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081101/2026 - PROCESSO N° 144342/2026

Espécie: Contrato nº 080901/2026, firmado em 08/09/2026; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: **JR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LUIZA PINHEIRO FERNANDES MALHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.570.889/0001-45; **Objeto**: Aquisição de Cadeiras destinadas à composição e/ou substituição das Cadeiras do Auditório localizado no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN; **Amparo**: Dispensa de Licitação nº 081101/2026; **Processo**: 144342/2026; **Vigência**: de 08/09/2026 a 31/12/2026; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 676/2025, de 18 de dezembro de 2025**, conforme especificado no contrato; **Valor total**: **R$ 39.200,00** (trinta e nove mil, duzentos reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Luiza Pinheiro Fernandes Malheiro.

Arez/RN, 08 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:B79E23AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081101/2026 - PROCESSO Nº 144342/2026

O Prefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

PROMINENTE CONTRATADA: **JR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LUIZA PINHEIRO FERNANDES MALHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.570.889/0001-45;

OBJETO: Aquisição de Cadeiras destinadas à composição e/ou substituição das Cadeiras do Auditório localizado no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN;

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro em vigência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.200,00** (trinta e nove mil, duzentos reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/Unidade: 02.004 - Secretaria Municipal da Administração e dos Recurso Humanos /Ação: / 2008 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos / Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente/Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arez/RN, 04 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:2D1F0DBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081101/2026
PROCESSO Nº 144342/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II (PNCP), da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, para a contratação das proponentes **JR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LUIZA PINHEIRO FERNANDES MALHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.570.889/0001-45, com o valor total de **R$ 39.200,00** (trinta e nove mil, duzentos reais**)**, referente à Aquisição de Cadeiras destinadas à composição e/ou substituição das Cadeiras do Auditório localizado no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN**.**

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, determinando que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Arez/RN, 04 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:DB20CF43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2041//2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 006/2025-SRP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 033/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, CNPJ nº 08.161.341/0001-50.

FORNECEDOR REGISTRADO: BV LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 17.193.850/0001-56.

OBJETO DA ATA: Registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados aos diversos setores, programas e secretarias, no âmbito do Município de Baía Formosa/RN.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, de 02 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027, mantidos os preços unitários e demais condições registradas.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA: R$ 645.863,95 (seiscentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Camila Veras de Melo, Prefeita Municipal, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; e Barbara Maysa Custodio da Silva, pela PROMITENTE CONTRATADA.

Baía Formosa/RN, 02 de setembro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:4D3646EA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2041/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 006/2025-SRP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 035/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, CNPJ nº 08.161.341/0001-50.

FORNECEDOR REGISTRADO: G M PEREIRA ME, CNPJ nº 04.045.272/0001-69.
OBJETO DA ATA: Registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados aos diversos setores, programas e secretarias, no âmbito do Município de Baía Formosa/RN.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, de 02 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027, mantidos os preços unitários e demais condições registradas.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA: R$ 313.945,65 (trezentos e treze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Camila Veras de Melo, Prefeita Municipal, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; e Gilvan Miguel Pereira, pela PROMITENTE CONTRATADA.

Baía Formosa/RN, 02 de setembro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:85EF28D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 248, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, integrante do Sistema "S", para a execução de serviços de capacitação destinados à população do Município de Baraúna, no âmbito de parceria institucional, visando à promoção da empregabilidade, geração de renda, inclusão social e melhoria dos serviços públicos na área de assistência social, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a senhora **MARIA JULIANA DE MACÊDO SILVA**, CPF: 101.xxx.xxx-80, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, INTEGRANTE DO SISTEMA "S", PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DESTINADOS À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA, NO ÂMBITO DE PARCERIA INSTITUCIONAL, VISANDO À PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE, GERAÇÃO DE RENDA, INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 116/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 021/2026PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09070002/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:4B77255E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 001/2021 – PREGÃO ELETRÔNCIO Nº 030/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20050001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A BRASIL NOVO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 34.314.590/0001-49.

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a**Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n° 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada**CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **BRASIL NOVO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 34.314.590/0001-49**, localizada na Rua Francisco Ivanilton Cavalcante, 101 casa 03, Jardins, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP: 59.294-006, representado pela Sra. **GUEIDE MARCOS DA FONSECA,** brasileiro, solteiro, natural de Pedro Avelino/ RN, nascido em 03/03/1969, RG: 001161292 ITEP/RN, CPF n° 635.055.334-91, Carteira Nacional de Habilitação CNH n° 00529903907 residente e domiciliado na Rua Francisco Ivanilton Cavalcante, 101 casa 03, Jardins, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP: 59.294-006, denominado simplesmente**CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de*aditamento contratual com escopo no art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no*art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*, referente à execução dos serviços Contratação de Pessoa Jurídica visando a Locação de CAMINHÃO TIPO MUNK destinado a atender às necessidades das Secretarias Municipal de Agricultura e Infraestrutura do Município de Baraúna/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:
2.1. A presente prorrogação contratual tem por finalidade assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais vinculados ao objeto do Termo de Contrato nº 001/2021, tendo em vista que o novo processo de contratação ainda se encontra em tramitação, atualmente na fase final de planejamento.
2.2. Cumpre destacar que, diante da natureza contínua dos serviços contratados, a interrupção da execução contratual acarretaria prejuízos diretos à continuidade das atividades administrativas, cuja paralisação configuraria afronta ao princípio da continuidade do serviço público, previsto implicitamente no art. 37 da Constituição Federal e amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência pátrias.
2.3. Ressalte-se, ainda, que o §4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 autoriza, em caráter excepcional e devidamente justificado, a prorrogação do prazo de que trata o inciso II do mesmo dispositivo, por um período máximo de até 12 (doze) meses, quando comprovada a necessidade administrativa.
2.4. Dessa forma, a prorrogação ora proposta atende ao interesse público, assegura a continuidade da execução contratual, observa o princípio da economicidade e mantém a regularidade administrativa do processo até a formalização da nova contratação, revelando-se plenamente justificada, oportuna e legalmente amparada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
3.1. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia**05/08/2026 a 05/02/2027**, conforme art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
Parágrafo único. A vigência ora estabelecida permanecerá válida até o encerramento e homologação do novo procedimento licitatório, sendo considerado o evento que ocorrer primeiro, de modo a garantir a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços públicos.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
4.2. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2021 ao Pregão Eletrônico nº 030/2021 ao Processo Administrativo nº 20050001/2021, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito,

os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 05 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN	Brasil Novo Distribuidora LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***GUEIDE MARCOS DA FONSECA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:DD5E0BEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 002/2022 AO PREGÃO ELTRÔNICO Nº 019/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10050002/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A RV TURISMO LTDA – CNPJ: 12.033.641/0001- 21.

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro,CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CE: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **RV TURISMO LTDA –** inscrita no **CNPJ: 12.033.641/0001- 21,** com sede na Rua Antônio Holanda Filho, nº 45, Bairro Centro, Campo Grande/RN, CEP 59.680-000, representado pelo Sr. **ROMUALDO VIEIRA DE MELO NETO**, brasileiro, casado, nascido em 01/05/1966, empresário, portador da cédula de identidade nº 768.419 expedida pela SSP/RN, e do CPF de nº 465.606.884-53, residente e domiciliado na Rua Antônio Holanda Filho, n.º 45, Bairro Centro, CEP 59.680-000, na cidade de Campo Grande/RN, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente termo de aditivo contratual com escopo no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art. 57 da Lei n° 8.666/93, referente ao contrato 002/2022, cujo objeto é o registro de preços para a contratação de Pessoa Jurídica especializada na locação de **VEÍCULOS ESCOLARES** tipo: ônibus, micro ônibus, vans, e carros de passeio, destinados ao transporte de alunos da rede municipal de ensino, conforme demanda realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA
2.1 O presente termo de aditivo contratual justifica-se por razões econômicas, financeiras e técnicas, uma vez que a continuidade dos serviços fornecidos são de suma importância para a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO
As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta da **dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 019/2022,** consignadas no orçamento vigente, destinadas ao atendimento das despesas decorrentes do objeto contratual.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO
2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 30% FUNDEB
NATUREZA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

Parágrafo único. A dotação orçamentária correspondente ao exercício financeiro subsequente, caso necessária em razão da prorrogação da vigência contratual, será indicada oportunamente, mediante apostilamento, nos termos do art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia **05/09/2026 a 05/09/2027**, conforme inciso II, art. 57 da Lei n° 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN	RV Turismo LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***ROMUALDO VIEIRA DE MELO NETO***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:A4FEFE11

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2021 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23040001/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A PESSOA JURÍDICA BRASIL NOVO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 34.314.590

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a**Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n° 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada**CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **BRASIL NOVO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 34.314.590/0001-49**, localizada na Rua Francisco Ivanilton Cavalcante, 101 casa 03, Jardins, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP: 59.294-006, representado pela Sra. **GUEIDE MARCOS DA FONSECA,** brasileiro, solteiro, natual de Pedro Avelino/ RN, nascido em 03/03/1969, RG: 001161292 ITEP/RN, CPF n° 635.055.334-91, Carteira Nacional de Habilitação CNH n° 00529903907 residente e domiciliado na Rua Francisco Ivanilton Cavalcante, 101 casa 03, Jardins, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP: 59.294-006, denominado simplesmente**CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de*aditamento contratual com escopo no art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no*art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*, referente à execução dos serviços Contratação de Pessoa Jurídica visando a LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA destinado ao Transporte de Resíduos

Físicos e Biológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Baraúna/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:
2.1. A presente prorrogação contratual tem por finalidade assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais vinculados ao objeto do Termo de Contrato nº 001/2021, tendo em vista que o novo processo de contratação ainda se encontra em tramitação, atualmente na fase final de planejamento.
2.2. Cumpre destacar que, diante da natureza contínua dos serviços contratados, a interrupção da execução contratual acarretaria prejuízos diretos à continuidade das atividades administrativas, cuja paralisação configuraria afronta ao princípio da continuidade do serviço público, previsto implicitamente no art. 37 da Constituição Federal e amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência pátrias.
2.3. Ressalte-se, ainda, que o §4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 autoriza, em caráter excepcional e devidamente justificado, a prorrogação do prazo de que trata o inciso II do mesmo dispositivo, por um período máximo de até 12 (doze) meses, quando comprovada a necessidade administrativa.
2.4. Dessa forma, a prorrogação ora proposta atende ao interesse público, assegura a continuidade da execução contratual, observa o princípio da economicidade e mantém a regularidade administrativa do processo até a formalização da nova contratação, revelando-se plenamente justificada, oportuna e legalmente amparada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
3.1. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia**19/07/2026 a 09/01/2027**, conforme art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
Parágrafo único. A vigência ora estabelecida permanecerá válida até o encerramento e homologação do novo procedimento licitatório, sendo considerado o evento que ocorrer primeiro, de modo a garantir a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços públicos.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
4.2. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2021 ao Pregão Eletrônico nº 023/2021 ao Processo Administrativo nº 23040001/2021, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 17 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN	Brasil Novo Distribuidora LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***GUEIDE MARCOS DA FONSECA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6AE47046

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 139/2025 À CONCORRÊNCIA Nº 004/2025 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28110005/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A V. M. CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 05.495.855/0001-54.

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.XXX.XXX-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **V.M. CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 05.495.855/0001-54**, sediada na Rua Rita Silvana de Moura, 13, Nova Betânia, CEP 59.635-100, Mossoró/RN, neste ato representado pelo **Sr BISMARCK LUCAS DE SOUZA AZEVEDO**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 078.XXX.XXX-61, denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento de acréscimo e supressão, com fundamento legal no art 124, inciso I, alíneas "a" e "b" e inciso II c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente termo tem por objeto o aditamento de acréscimo e supressão de valor/quantidade aos serviços de conclusão do espaço educativo (escola) localizada na Comunidade de Assentamento Poço Novo em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DO ADITIVO:
2.1. Conforme cláusula primeira fica suprimido o percentual de 10,63%(dez vírgula sessenta e três por cento) e acrescido o percentual de 29,70% (vinte e nove vírgula setenta por cento) do valor global original, perfazendo o valor/quantidade aditivada, em conformidade com art 124, inciso I, alíneas "a" e "b" e inciso II c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, Termo de Contrato, e, de acordo com o quadro consolidado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	**UND**	**VALOR GLOBAL ORIGINAL (R$)**	**VALOR/ QUANTIDADE DE ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 29,70%**
Serviços de conclusão do espaço educativo (escola) localizada na Comunidade de Assentamento Poço Novo em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.	Obra	R$ 1.141.366,82	**R$ 339.030,97**
VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 10,63%.			**R$ 121.312,32**
VALOR TOTAL LÍQUIDO DO ACRÉSCIMO FINANCEIRO			**R$ 217.718,65**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:
3.1. O presente termo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá conforme prazo de vigência constante do Termo de Contrato n° 139/2025, com validade e eficácia legal após a publicação deste aditamento no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:
4.1. A CONTRATADA deverá manter vigente e atualizada a garantia contratual prestada originalmente, durante todo o período de prorrogação da vigência contratual, observadas as condições, modalidade e percentual estabelecidos no instrumento contratual originário e na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
5.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
5.2. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato 139/2025 à Concorrência 004/2025/2025 ao Processo Administrativo n° 28110005/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento

passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 08 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	V. M. Construcoes E Servicos LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***BISMARCK LUCAS DE SOUZA AZEVEDO***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:78AB97E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA CONTRATO 29/2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A EMPRESA DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26

Pelo presente Instrumento Público, os signatários, de um lado a O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.084.894-81, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26**, com sede na CH 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD - CEP: 85933000 - Ouro Verde do Oeste/PR, representada pelo Sr. **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS,** brasileiro, solteiro, Gerente de Faturamento e Contrato, com endereço profissional na Rua Barão de Bonito, 408, Bairro Várzea, Recife/PE, portador da Cédula de Identidade nº 7.427.695 SDS/PE e do CPF/MF nº **072.180.034-35**, denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A FARMÁCIA BÁSICA A ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO JUSTIFICATIVA
2.1 Em atenção ao pedido protocolado pela empresa **DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26,** a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Geral do Município opinou pelo pedido de aditivo para substituição da marca dos produtos dos itens no Termo de contrato da referida empresa, conforme o contido nos autos do processo físico referente ao Pregão Eletrônico nº 002//2026, Processo Administrativo nº 27110001/2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO
3.1. Fica substituída a marca do produto, conforme especificado abaixo:

DESCRIÇÃO	MARCA CONTRATADA	MARCA ACEITA PARA ALTERAÇÃO
CLOPROMAZINA 100mg	CRISTALIA	UNIÃO QUÍMICA

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
4.1. O prazo de vigência deste Termo Aditivo é o mesmo do contrato original, iniciando-se na data de sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
5.1. Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.
5.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 21 de julho de 2026

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN	Drogafonte LTDA
BEVANIA SILVA COSTA	***ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:093AB691

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CONTRATO 225/2025 A ADESÃO 013/2025 A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 10120003/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA V.TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Pelo presente Termo Apostilamento, **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, tendo em vista o que consta no Termo de Adesão nº 013/2025 à Ata de Registro de Preço nº 100.633/2025, referente a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **RESOLVEM** celebrar o presente termo de apostilamento para inclusão de dotação orçamentária, com fundamento legal no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade inclusão de Dotação Orçamentária no Termo contrato 225/2025 a Adesão 013/2025 a Concorrência Eletrônica 005/2025 Processo Administrativo 10120003/2025, publicizado no Diário Oficial dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 31 de dezembro de 2025, edição nº 3.699.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Esclarece-se que a presente inclusão não implica alteração de valor, objeto ou prazo contratual, tratando-se apenas de regularização formal da informação orçamentária já existente e previamente autorizada.

DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO
UND. ORÇAM:	02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AÇÃO:	1037 – MELHORIA ESTRUTURAL DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL
NATUREZA:	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕE
FONTE:	15401071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica

3.1 Ressalta-se que a presente inclusão tem como finalidade garantir a correta classificação orçamentária da despesa, não alterando o objeto, o valor, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterada a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado. Dessa forma, a correção ora realizada tem caráter meramente formal, visando adequar à correta classificação da secretaria competente, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da segurança jurídica.
CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS INFORMAÇÕES
4. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do referido Termo de Contrato não alcançados pelo presente apostilamento, os quais são ratificados em todas as suas demais cláusulas e condições, e,

do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Baraúna/RN, 09 de junho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:9BBB9B1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09070002/2026

A Secretaria Municipal de Cultura e Juventude, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 09070002/2026 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, integrante do Sistema "S", para a execução de serviços de capacitação destinados à população do Município de Baraúna, no âmbito de parceria institucional, visando à promoção da empregabilidade, geração de renda, inclusão social e melhoria dos serviços públicos na área de assistência social, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, junto à Pessoa Jurídica: **ADMINISTRACAO REGIONAL SENAC - AR/RN– CNPJ: 03.640.285/0001-13,** com sede na R Padre Joao Damasceno, 1935, **CEP 59075-760**, Lagoa Nova/Natal-RN, *com fulcro no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
A opção pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC decorre de sua natureza jurídica singular e de sua consolidada expertise em programas de qualificação profissional, reconhecidamente voltados ao fortalecimento das capacidades humanas, ao estímulo da empregabilidade e ao desenvolvimento socioeconômico regional. Como entidade integrante do Sistema "S", o SENAC detém o protagonismo na formação de mão de obra para o setor de comércio e serviços, sendo peça fundamental para a estratégia de inclusão produtiva do Município.
O SENAC dispõe de metodologias próprias, inovadoras e amplamente testadas no mercado, que privilegiam a aplicação prática de conceitos e a certificação com validade nacional, fator que confere segurança técnica e credibilidade à formação oferecida. Sua atuação é respaldada por uma infraestrutura de excelência e um corpo docente altamente qualificado, assegurando que a capacitação destinada aos cidadãos de Baraúna atenda aos padrões exigidos pelo mercado de trabalho contemporâneo.
A contratação encontra respaldo no art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para a contratação de instituições do Sistema "S" em projetos de ensino e desenvolvimento institucional. A singularidade de sua atuação e o atendimento ao interesse público são evidenciados pela convergência entre a missão estatutária da entidade e as necessidades consolidadas das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, promovendo uma transformação social efetiva e integrada.
Assim, a escolha do SENAC mostra-se plenamente adequada e vantajosa para a Administração Pública, especialmente pela viabilidade demonstrada na Proposta Comercial nº 054/2026, que assegura um subsídio institucional de aproximadamente 80% do valor da contratação. Esta parceria garante a prestação de serviços com alta qualidade técnica e excepcional economia para o erário, contribuindo diretamente para o fortalecimento da autonomia financeira da população e para a eficiência das políticas públicas municipais.

Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II, o art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **ADMINISTRACAO REGIONAL SENAC - AR/RN– CNPJ: 03.640.285/0001-13**, será no valor global estimado de **R$ 53.327,82 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 01 de setembro de 2026.

MARIA APARECIDAOLIVEIRA BEZERRA
Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:AC073924

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09070002/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica **ADMINISTRACAO REGIONAL SENAC - AR/RN– CNPJ: 03.640.285/0001-13**, será no valor global estimado de **R$ 53.327,82 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos),** referente à contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, integrante do Sistema "S", para a execução de serviços de capacitação destinados à população do Município de Baraúna, no âmbito de parceria institucional, visando à promoção da empregabilidade, geração de renda, inclusão social e melhoria dos serviços públicos na área de assistência social, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **MARIA APARECIDA OLIVEIRA BEZERRA,** Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 01 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:AA5CF99E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – CE Nº 002/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 90769-2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regular conclusão do procedimento licitatório, ADJUDICA o objeto da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (ESTRADAS VICINAIS) NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BARCELONA/RN, NA COMUNIDADE FORMIGUEIRO, à empresa C2 CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 27.711.376/0001-60, pelo valor global de R$ 298.690,93 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa reais e noventa e três centavos).

Barcelona/RN, 08 de setembro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:FAF1D05F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – CE Nº 002/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 90769-2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade dos atos praticados no âmbito do procedimento licitatório e a adjudicação do respectivo objeto, HOMOLOGA o resultado da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (ESTRADAS VICINAIS) NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BARCELONA/RN, NA COMUNIDADE FORMIGUEIRO, em favor da empresa C2 CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 27.711.376/0001-60, pelo valor global de R$ 298.690,93 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa reais e noventa e três centavos). Determina-se o prosseguimento do processo para adoção das providências necessárias à formalização da contratação.

Barcelona/RN, 08 de setembro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:FE01A072

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE CONTRATO VERBAL.

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a seguinte contratação por contrato verbal, e autorizo a Contrataçaõ de empresa para aquisição de bomba submersa de 0,5CV para suprir as necessidades de abastecimento do sítio Riacho Fundo II, que tem como escolhida empresa do ramo pertinente ao objeto A Chelita Ltda, inscrito no CNPJ n° 08.285.124/0001-72, sediada no município de Natal/RN, com o valor total de R$ 1.733,20 (mil setecentos e trinta e tres e vinte), com base no Art. 95, parágrafo II da Lei n°14.133/2021.

Barcelona/RN, 08 de setembro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:AB9FB511

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 496/2026

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 14, § 1º (Chamada Pública), da Lei Federal nº 15.226/2025, nas Resoluções FNDE nº 26/2013, 04/2015, na Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020, na Resolução FNDE nº 21 de 16 de novembro de 2021, e Resolução CD/FNDE nº 004/2026, subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações, em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação do seguinte grupo formal vencedor:

GRUPOS FORMAIS:

COOPERATIVAMISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE BEBIDA VELHA (COOPABEV) – CNPJ: 16.939.429/0001-89, habilitada na totalidade dos itens julgados da Chamada Pública nº 002/2026; totalizando o valor global de R$ 101.577,00 (cento e um mil, quinhentos e setenta e sete reais).
Referente à: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do Município de Bento Fernandes/RN, conforme resultado emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

Em razão disso, reconheço ser dispensável a licitação, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído. Para tanto, **RATIFICO**, conforme prescreve o art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Fica o representante legal do grupo formal acima mencionado convocado a comparecer à Sede da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN, de posse dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, para a assinatura do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da assinatura deste documento.

Bento Fernandes/RN, 03 de setembro de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:05848318

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE - IPBS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001 - INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2025 - PROCESSO Nº. 046/2025 - CONTRATO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001 - INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2025 - PROCESSO Nº. 046/2025 - CONTRATO Nº 002/2025
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE, CNPJ: 18.554.076/0001-24
CONTRATADO: JOSÉ LUCAS DO NASCIMENTO SILVA, CPF: 126.***.***-37
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objetivo alterar a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, dessa forma prorrogando o prazo de vigência e alterando o valor indicado no CONTRATO N° 002/2025.
VIGÊNCIA: 14 de agosto de 2026 a 14 de agosto de 2027.

VALOR: O valor do contrato fica aditado em R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensal,
equivalente a 15% (quinze por cento); passando o contrato em tela a ter o valor mensal de R$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais) e o valor global R$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/21 em sua atual redação.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12.001 – INST.DE PREV. DOS SERVIDORES DE B. SAUDE
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0018 - FORTALECIMENTO E SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2142 GESTÃO ADMINISTRATIVA RPPS
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 18020000 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato que não foram objeto deste aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: GILVANILSON SILVA PAULINO – pela contratante e JOSÉ LUCAS DO NASCIMENTO SILVA – pela contratada.

Publicado por:
Gilvanilson Silva Paulino
Código Identificador:D6942066

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Na qualidade de Agente de Contratação, considerando a instrução do Procedimento Licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026 – DISP. NLLC, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.321/2026, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no **Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021**, visando a Aquisição de materiais diversos destinados à organização, ornamentação e realização do Desfile Cívico Municipal, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Boa Saúde/RN, visando atender às necessidades das escolas da Rede Municipal de Ensino e demais atividades relacionadas ao evento, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em favor de: **SÃO SEBASTIAO COMERCIO E SERVICO LTDA**, CNPJ. n°12.268.573/0001-80, com sede na Rua São Geraldo, 52, Quintas, Natal/RN - CEP:59.035-320, no valor global de **R$ 18.903,90 (Dezoito mil, novecentos e três reais e noventa centavos**).
Assim, nos termos do art. 72, VIII, da Lei nº 14.133/2021, vem comunicar ao Exmº. Srº JOÃO MARIA MESQUITA, PREFEITO MUNICIPAL, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação e autorização.

Boa Saúde/RN, 08 de setembro de 2026.

LOWHAN GUSTAVO FAUSTINO DA SILVA
CPF: 113.XXX.XXX-09
Agente de Contratação

Publicado por:
Brenda Lindainez Ferreira Xavier
Código Identificador:96AB604D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

Ref. Processo Administrativo 1.321/2026
Interessado: **Secretaria Municipal de Educação**
Assunto: Aquisição de materiais diversos destinados à organização, ornamentação e realização do Desfile Cívico Municipal, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Boa Saúde/RN, visando atender às necessidades das escolas da Rede Municipal de Ensino e demais atividades relacionadas ao evento.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **ADJUDICO** o processo sob referência e, em consequência, **HOMOLOGO** o objeto respectivo a empresa: **SÃO SEBASTIAO COMERCIO E SERVICO LTDA**, CNPJ. n° **12.268.573/0001-80**, com sede na Rua São Geraldo, 52, Quintas, Natal-RN, CEP- 59.035-320, no valor global de **R$ 18.903,90 (Dezoito mil, novecentos e três reais e noventa centavos**), na seguinte dotação orçamentaria:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 06.001 – Sec. Municipal de Educação
Projeto atividade: 2019 Manutenção das ações do Ensino Fundamental
2020 Manutenção da Secretaria de Educação
2021 Manutenção dos Recursos do Salário Educação
2040 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
2106 Manutenção das Atividades do EJA - Fundeb
2139 Manutenção das atividades de ensino em Tempo Integral-Educação Infantil
2150 Manutenção das atividades de ensino em Tempo Integral-Ensino Fundamental
2151 Fortalecimento e manutenção da Escola em Tempo Integral
Natureza da despesa: 33.90.30 – Material de Consumo
Fonte de recurso – 15000000 - - 15001001 - 15500000 - 15460000 - 15690000
DETERMINO que se proceda, com a DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no **Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021**, visando a Aquisição de materiais diversos destinados à organização, ornamentação e realização do Desfile Cívico Municipal, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Boa Saúde/RN, visando atender às necessidades das escolas da Rede Municipal de Ensino e demais atividades relacionadas ao evento a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Educação, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Boa Saúde/RN, 08 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Brenda Lindainez Ferreira Xavier
Código Identificador:8A210392

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
CONTRATO N° 002/2025

OBJETO: Contratação De Pessoa Jurídica Com Notória Especialização No Assessora-Mento, Consultoria E Acompanhamento De Processos Administrativos Junto Ao Tcu/Tce E Demais Órgãos De Controle, Que Envolva A Contraente Até Sua Finalização, Autuação Nos Processos Judiciais De 1º E 2º Grau, Bem Como A Emissão De Pareceres Jurídicos Em Processos Administrativos
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADA: FELIPE CORTEZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA **(CNPJ:** 49.482.783/0001-86**),** com sede na Rua Cristal da Rocha, 15 – Lagoa Nova – CEP: 59.076-150 – Natal/RN.

DATA DA RESCISÃO: a partir de 31 de agosto de 2026.
BASE LEGAL: *ART. 138, II,* da Lei Federal *nº 14.133/21*.

Bodó/RN, 31 de agosto de 2026.

HORISSON JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:883E8CA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 032/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA N° 015/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: CG SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrito no **CNPJ: 53.004.224/0001-38,** com endereço na Rua Jose Antonio de Barros, SN, QUADRA026 LOTE 0018**,** Conjunto Cloves de Carvalho, Nisia Floresta/RN, CEP: 59.164-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GULOSEIMAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

VALOR ESTIMADO: R$ 61.320,00 (sessenta um mil trezentos e vinte reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 293/2025, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo.

ASSINATURAS em 13/07/2026 com validade até 31/12/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

CG SERVICOS E COMERCIO LTDA
CNPJ: 53.004.224/0001-38
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 13 de julho de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:CCF6223B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 038/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA N° 017/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: 66.984.870 ARTUR TAVARES DE ANDRADE, inscrito no **CNPJ: 66.984.870/0001-50,** com endereço na Rua São José, n 419, Sala 01, Centro, Caiçara do Norte/RN, CEP: 59.592-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA O SERVIÇO DE BUFFET NECESSÁRIO AO ATENDIMENTO DAS REUNIÕES SOLENES, E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO ASSIM COMO DOS EQUIPAMENTOS ADEQUADOS A EXECUÇÃO CONTRATUAL, TUDO DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

VALOR ESTIMADO: R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 293/2025, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa jurídica.

ASSINATURAS em 05/08/2026 com validade até 08/08/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

66.984.870 ARTUR TAVARES DE ANDRADE
CNPJ: 66.984.870/0001-50
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 05 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:CF1E8653

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 039/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 028/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: RYAM MIRANDA GOMES, CPF:096.*.***-38**, com endereço na Rua Irmã Aluizia, 273, Centro, Caiçara do Norte /RN – CEP 59592-000.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE NÚCLEO ESPORTIVO PARA A REALIZAÇÃO DE AULAS DE ARTES MARCIAIS.
VALOR ESTIMADO: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 293/2025, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.36 – Outros serviços de terceiro pessoa física.

ASSINATURAS em 12/08/2026 com validade até 12/08/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

RYAM MIRANDA GOMES
CPF:096.*.***-38**
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 12 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:03FD3CA9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1011001/2025 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN

CNPJ: 01.612.375/0001-75

CONTRATADO: AGIL CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no **CNPJ** sob o número **19.657.875/0001-99**, com sede na Praça Frei Henrique de Coimbra, Centro, Bento Fernandes/RN, CEP: 59555-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual, com a prorrogação do prazo por um período de mais 09 (nove) meses o contrato 1011001/2025 oriundo do processo da Concorrência Eletrônica de Licitação de N° 007/2025, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Caiçara do Norte/RN, 09 de março de 2026

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:34624609

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
RESOLUÇÃO N°006/2026 CMAS CN

Dispõe sobre a apreciação e aprovação do Termo de Aceite e Compromisso para a execução do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Abrigo Institucional, no âmbito dos Territórios do Mato Grande e Agreste Litoral Sul, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN – CMAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

CONSIDERANDO o Plano de Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO a Resolução nº 22/2022 da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/RN;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 2/2026/SETHAS, referente à celebração de parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN e a Organização da Sociedade Civil Cáritas Diocesana de Caicó – CDC, para execução do Serviço Regionalizado de Acolhimento para Crianças e Adolescentes nos Territórios do Mato Grande e Agreste Litoral Sul;

CONSIDERANDO o Termo de Colaboração nº 3/2026, Processo SEI nº 02010021.000835/2026-93;

CONSIDERANDO que o Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional será executado na modalidade Abrigo Institucional, com sede no município de Parnamirim/RN, disponibilizando 10 (dez) vagas;

CONSIDERANDO que o Município de Caiçara do Norte/RN integra o Território do Mato Grande e encontra-se entre os municípios abrangidos pelo Serviço Regionalizado de Acolhimento;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Caiçara do Norte/RN, em reunião realizada no dia 08 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, integralmente, o Termo de Aceite e Compromisso a ser firmado entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN, a Organização da Sociedade Civil Cáritas Diocesana de Caicó – CDC e o Município de Caiçara do Norte/RN, para a execução do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Abrigo Institucional.

Art. 2º O Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional tem como finalidade assegurar proteção integral às crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

Art. 3º O Município de Caiçara do Norte/RN compromete-se a cumprir as responsabilidades estabelecidas no Termo de Aceite e Compromisso e demais instrumentos pactuados para a execução do serviço regionalizado.

Art. 4º A presente aprovação será formalizada mediante a assinatura do Termo de Aceite e Compromisso e o encaminhamento da documentação exigida pela SETHAS/RN, conforme estabelecido no Ofício Circular nº 2/2026/SETHAS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Caiçara do Norte/RN, 08 de Setembro de 2026.

ERIVÂNIA DA SILVA BATISTA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lucia de Fatima Ramos de Araujo
Código Identificador:BDB62570

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 199/2026-GP-PMCN

Dispõe sobre à concessão de licença-prêmio à servidora efetiva do município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal, de 07 de novembro de 1997 e,

CONSIDERANDO *os termos do Artigo nº 88, § 8°, da Lei Municipal n° 131, de 24 de maio de 2010, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Caiçara do Norte/RN;*

CONSIDERANDO *o Parecer do Processo do Departamento de Recursos Humano de número 030/2026.*

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder Licença-prêmio** à Servidora **FRANCISCA GOMES DOS SANTOS**, inscrita no CPF/MF sob o n° 736.369.404-49, matrícula nº 0152-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), para o período de 08 de setembro de 2026 a 06 de dezembro de 2026, tendo seu retorno as suas atividades no dia 07 de dezembro o de 2026, de acordo com o Processo do Departamento de Recursos Humanos N° 030/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 08 de setembro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:35856566

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0831001/2026

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do Contrato nº 0831001/2026 celebrado com a empresa RACKEL DE FREITAS FRONIVAL MIRANDA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.000.998/0001-37. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria jurídica e técnica na área administrativa, com enfoque em licitações e contratos administrativos, para atendimento das necessidades do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN. O valor mensal de $ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), para o período de 12 (doze) meses. Vigência: A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir 31/08/2026 até 30/08/2027, podendo ser prorrogada conforme as disposições da Lei nº 14.133, de 2021. ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO; SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; PROGRAMA: 0141 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; PROJ. ATIV: 2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO; ELEMENTO: 3.3.90.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA; FONTE: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. Data da Assinatura: 31/08/2026. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Rackel de Freitas Fronival Miranda - Representante Legal da empresa Rachel de Freitas Fronival Miranda – Sociedade Individual de Advocacia. Processo nº 162/2026.

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:6794B242

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA QUARTA SESSÃO PÚBLICA. CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2026 – PROC. ADMIN. MC/RN Nº 2025.06.17.0059

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situado à Avenida Coronel Martiniano, nº 993, Centro, Caicó/RN, reuniu-se a Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 187/2026, composta pelos Senhores **Tiago Glaydson da Silva Santos**, Presidente, **Tiago Douglas Cavalcante Carneiro**, Presidente Substituto, e **Lucivan Francisco Dos Santos**, Agente de Contratação, para realização da quarta sessão pública referente à Concorrência Nacional nº 001/2026, do tipo Técnica e Preço, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PROPAGANDA, PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PROPAGANDA E COMUNICAÇÃO DIGITAL, INCLUINDO ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS E CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS INSTITUCIONAIS E MERCADOLÓGICAS PARA AS AÇÕES, SERVIÇOS, OBRAS, EVENTOS INTERNOS E EXTERNOS, DIVULGAÇÕES DE CARÁTER LEGAL, EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ, CONTROLE DAS INSERÇÕES PUBLICITÁRIAS (MÍDIAS CONTRATADAS) NOS VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO, TAIS COMO JORNAL IMPRESSO, SITES, TV, RÁDIO, DENTRE OUTROS, CONFORME DESCRIÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NO BRIEFING.**

Declarada aberta a sessão, a Comissão registrou que **nenhum dos representantes das empresas licitantes compareceram à presente sessão pública,** a Comissão consignou que a ausência dos representantes não impede a realização da sessão, tendo em vista que as licitantes foram regularmente convocadas, prosseguindo-se com os atos previstos no instrumento convocatório.

Na sequência, a Comissão procedeu à divulgação do resultado do julgamento das Propostas de Preços, após análise da documentação apresentada e das diligências realizadas, onde as propostas das três concorrentes foram consideradas regular e apta ao julgamento.

Verificou-se, ainda, que **todas as licitantes apresentaram toda a documentação exigida no envelope de "D" PROPOSTA DE PREÇOS, e que todas as licitantes apresentaram desconto de 30% (trinta por cento)**, obtendo, conforme os critérios estabelecidos no Edital, **100,00 (cem) pontos na Proposta de Preços**.

Considerando os pesos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo **70% para a Proposta Técnica e 30% para a Proposta de Preços**, a classificação final ficou estabelecida da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	TÉCNICA	PREÇO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	DOIS A PUBLICIDADE LTDA.	96,98	100,00	**97,886**
2º	COLINA TECH LTDA.	87,61	100,00	**91,327**
3º	RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.	87,27	100,00	**91,089**

Diante do resultado, a Comissão declarou a empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA. classificada em primeiro lugar**, com **97,886 pontos**, seguida da **COLINA TECH LTDA.**, com **91,327 pontos**, e da **RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.**, com **91,089 pontos**.

O inteiro teor do julgamento e da classificação final encontra-se devidamente registrado nos autos do processo e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN para conhecimento dos interessados.

Concluída a divulgação do Julgamento das Propostas de Preços e Classificação Final, o Presidente informou que, nos termos do item 6.22 do Edital, que será aberto o prazo recursal previsto na legislação e no Edital. Dessa forma, fica estabelecido o prazo de **03 (três) dias**

úteis para interposição de recurso, a contar do **primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado**.

Considerando que a publicação do resultado será no dia **09 de setembro de 2026**, o prazo para interposição de recurso compreenderá os dias **10, 11 e 14 de setembro de 2026.**

Os recursos deverão ser **protocolados no horário das 07h00min às 13h00min, perante a Comissão de Contratação do Município de Caicó/RN, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caicó/RN**, situada na Avenida Coronel Martiniano, nº 993, Térreo, Centro, Caicó/RN, CEP 59.300-000, observadas as formalidades estabelecidas no item 15.4 do Edital.

O Presidente informou, ainda, que, **havendo apresentação de recurso**, os demais licitantes serão formalmente intimados acerca da sua apresentação, ficando-lhes assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões**, contado da respectiva intimação ou da divulgação da interposição do recurso, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As contrarrazões deverão ser apresentadas perante a **Comissão de Contratação do Município de Caicó/RN**, na Sala de Licitações situada na **Avenida Coronel Martiniano, nº 993, Térreo, Centro, Caicó/RN**, no horário das **07h00min às 13h00min**, observadas as mesmas formalidades de protocolo previstas para a apresentação dos recursos.

Fica consignado que, **não sendo apresentado recurso dentro do prazo estabelecido**, será certificado o transcurso do prazo recursal e o procedimento prosseguirá para a etapa subsequente, nos termos do Edital.

Na hipótese de apresentação de recurso, após o regular processamento, análise das razões e das eventuais contrarrazões e decisão da autoridade competente, será dado prosseguimento ao certame, observando-se o disposto no item **6.22 do Edital**, com posterior convocação das licitantes para **apresentação do Envelope "E" de HABILITAÇÃO**, em data, horário e local a serem oportunamente divulgados pela Comissão de Contratação e publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN.

Caicó/RN, 08 de setembro de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da CPC

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Presidente Substituto

LUCIVAN FRANCISCO DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:5DA105C3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL - CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2026

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 2025.06.17.0059

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em observância ao Edital da Concorrência Nacional nº 001/2026, especialmente às disposições relativas ao julgamento das Propostas de Preços, após análise da documentação apresentada pelas licitantes e das diligências realizadas, passa a proferir o presente **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL**.

I – DO OBJETO E DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS
Trata-se da Concorrência Nacional nº 001/2026, destinada à contratação de agência de publicidade, sob o regime de **técnica e preço**, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010 e do instrumento convocatório.

Após a conclusão da fase de julgamento das Propostas Técnicas, foram obtidas as seguintes pontuações:

LICITANTE	PONTUAÇÃO TÉCNICA
DOIS A PUBLICIDADE LTDA.	**96,98 pontos**
COLINA TECH LTDA.	**87,61 pontos**
RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.	**87,27 pontos**

Na sequência, foram abertas e analisadas as Propostas de Preços apresentadas pelas licitantes.

Constatou-se que **todas as três licitantes apresentaram desconto de 30% (trinta por cento)** sobre os custos internos, percentual correspondente ao limite máximo admitido pelo Edital.

Dessa forma, considerando os critérios estabelecidos no instrumento convocatório, todas obtiveram **100,00 pontos na Proposta de Preços**.

II – DA ANÁLISE DA PROPOSTA DA DOIS A PUBLICIDADE LTDA.
Durante a análise da Proposta de Preços da empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.644.418/0001-16, foi identificada referência à "Prefeitura Municipal de Mossoró" em declaração relacionada ao item 12.3, alínea "b", do Edital, embora o certame seja promovido pelo Município de Caicó/RN.

Também foi identificada, em outro documento integrante da proposta, referência à "Concorrência nº 001/2025", embora o presente certame corresponda à Concorrência Nacional nº 001/2026.

Diante das inconsistências, a Comissão determinou a realização de diligência, com a finalidade de esclarecer se as referências divergentes decorreram de erro material ou utilização de modelo documental, vedada qualquer alteração das condições econômicas ou competitivas da proposta.
A empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA apresentou tempestivamente sua manifestação**, a qual foi recebida e analisada pela Comissão.

Após o exame do esclarecimento apresentado, em conjunto com os demais documentos integrantes da Proposta de Preços, a Comissão concluiu que as inconsistências identificadas **decorrem de erro material de preenchimento/edição, não representando alteração da vontade negocial ou das condições efetivamente ofertadas pela licitante no presente certame**.

A Comissão verificou, ainda, que os demais elementos da proposta identificam de forma inequívoca o Município de Caicó/RN como órgão contratante e destinatário da proposta, não tendo sido alterados o desconto ofertado, os percentuais de remuneração, os preços ou qualquer outro elemento competitivo.

Assim, considerando que a diligência teve por finalidade esclarecer informação já constante da documentação apresentada e não resultou em inovação ou alteração substancial da proposta, **fica reconhecida a regularidade da Proposta de Preços da DOIS A PUBLICIDADE LTDA.**

A diligência, portanto, **sanou a inconsistência identificada**, sem modificação da substância da proposta ou das condições competitivas originalmente apresentadas.

III – DA ANÁLISE DA PROPOSTA DA COLINA TECH LTDA.
Na análise da Proposta de Preços da empresa **COLINA TECH LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 44.170.032/0001-00, foi identificada divergência entre documentos quanto ao número do endereço residencial do representante legal, constando, em um documento, o nº 797 e, em outro, o nº 497, ambos referentes à Rua Almirante Nelson Fernandes, Tirol, Natal/RN.

Em razão da divergência, a Comissão igualmente determinou diligência para esclarecimento da informação.

O prazo concedido encerrou-se em **02 de setembro de 2026**, sem que a empresa COLINA TECH LTDA apresentasse manifestação em resposta à diligência, fato que fica expressamente registrado nos autos.

Entretanto, a ausência de manifestação não conduz, por si só, à desclassificação da proposta.

Isso porque a divergência identificada possui natureza **meramente formal e cadastral**, não atingindo elemento econômico ou competitivo da proposta. A inconsistência não altera o desconto ofertado, os preços, os percentuais de remuneração, a pontuação, a classificação, a identidade da licitante ou a identificação do representante legal.

Além disso, a documentação apresentada pela empresa permite compreender o conteúdo da proposta e identificar a licitante e seu representante, inexistindo demonstração de prejuízo à Administração, às demais concorrentes ou à isonomia do certame.

O item 12.5.4 do Edital prevê a desclassificação em razão de irregularidades **insanáveis**, enquanto o art. 12, inciso III, e o art. 59, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021 estabelecem tratamento compatível às falhas meramente formais e aos vícios que não comprometam a validade ou a compreensão da proposta.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União igualmente reconhece que erros formais ou vícios sanáveis não devem conduzir automaticamente à desclassificação, prestigiando-se o formalismo moderado, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, **a Comissão não considera juridicamente proporcional desclassificar a COLINA TECH LTDA exclusivamente em razão da divergência entre os números 797 e 497 ou pela ausência de resposta à diligência**, uma vez que a inconsistência, analisada em conjunto com a documentação apresentada, não configura vício insanável nem compromete a validade ou a compreensão da Proposta de Preços.

Assim, **a COLINA TECH LTDA permanece regularmente classificada no certame e sua Proposta de Preços é considerada apta ao julgamento**.

Registra-se, portanto, expressamente, que **a COLINA TECH LTDA NÃO SERÁ DESCLASSIFICADA** em razão da inconsistência acima descrita.

IV – DA ANÁLISE DA PROPOSTA DA RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.
Quanto à empresa **RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.546.926/0001-70, após análise da documentação integrante da Proposta de Preços, não foram identificados vícios insanáveis que impeçam o seu julgamento.

A empresa apresentou desconto de **30% (trinta por cento)**, dentro do limite estabelecido no Edital, obtendo a pontuação máxima atribuída à Proposta de Preços.

Dessa forma, a Proposta de Preços da RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA. é considerada regular e apta ao julgamento.

V – DA PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Considerando que as três licitantes apresentaram desconto de 30%, todas obtiveram **100,00 pontos** na Proposta de Preços.

Assim:

LICITANTE	DESCONTO	PONTUAÇÃO DE PREÇO
DOIS A PUBLICIDADE LTDA.	30%	**100,00**
COLINA TECH LTDA.	30%	**100,00**
RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.	30%	**100,00**

VI – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
Nos termos dos critérios estabelecidos no Edital, a pontuação final resulta da aplicação dos pesos de **70% para a Proposta Técnica e 30% para a Proposta de Preços**.

A fórmula aplicada foi:

Pontuação Final = (Pontuação Técnica × 70%) + (Pontuação de Preços × 30%)

Aplicando-se a fórmula às pontuações obtidas:

1º – DOIS A PUBLICIDADE LTDA.
96,98 × 0,70 + 100,00 × 0,30 =
67,886 + 30,000 = 97,886 pontos

2º – COLINA TECH LTDA.
87,61 × 0,70 + 100,00 × 0,30 =
61,327 + 30,000 = 91,327 pontos

3º – RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.
87,27 × 0,70 + 100,00 × 0,30 =
61,089 + 30,000 = 91,089 pontos

Consequentemente, a classificação final é:

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	TÉCNICA	PREÇO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	DOIS A PUBLICIDADE LTDA.	96,98	100,00	**97,886**
2º	COLINA TECH LTDA.	87,61	100,00	**91,327**
3º	RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.	87,27	100,00	**91,089**

VII – DA DECISÃO DA COMISSÃO
Diante da análise realizada, a **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN** decide:

I – RECONHECER a regularidade da Proposta de Preços apresentada pela **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, considerando sanadas, mediante a diligência realizada, as inconsistências materiais identificadas, sem alteração da substância ou das condições competitivas da proposta;

II – RECONHECER a regularidade da Proposta de Preços apresentada pela **COLINA TECH LTDA**, afastando a hipótese de desclassificação em razão da divergência cadastral identificada e registrando que a ausência de resposta à diligência, no caso concreto, não configura fundamento suficiente para sua exclusão do certame;

III – RECONHECER a regularidade da Proposta de Preços apresentada pela **RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA.**;

IV – ATRIBUIR 100,00 (cem) pontos às Propostas de Preços das três licitantes, em razão do desconto de 30% apresentado por cada uma, conforme os critérios estabelecidos no Edital;

V – CLASSIFICAR as licitantes, pelo resultado global das Propostas Técnica e de Preços, na seguinte ordem:

1º lugar – DOIS A PUBLICIDADE LTDA. – 97,886 pontos;

2º lugar – COLINA TECH LTDA. – 91,327 pontos;
3º lugar – RATTS RATIS COMUNICAÇÃO LTDA. – 91,089 pontos.

Dessa forma, a empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA** é classificada em **primeiro lugar** na Concorrência Nacional nº 001/2026, em razão da maior pontuação final obtida no julgamento conjunto das Propostas Técnica e de Preços.

Ressalva-se que a presente classificação decorre exclusivamente do julgamento das Propostas Técnica e de Preços, devendo ser observadas as etapas subsequentes previstas no Edital e na Lei nº 12.232/2010, especialmente quanto à habilitação, julgamento final e demais atos necessários ao prosseguimento do certame.

Publique-se o presente resultado e dê-se ciência às licitantes, para os fins previstos no Edital e na legislação aplicável.

Caicó/RN, 03 de setembro de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Presidente Substituto da Comissão Permanente de Contratação

LUCIVAN FRANCISCO DOS SANTOS
Agente de Contratação da Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:3ACD34C9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000028/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ante o exposto, nos termos da manifestação do despacho retro, adjudico e homologo o resultado da Dispensa de Licitação nº. 000028/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, PARA APOIO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E ANÁLISE DETALHADA DOS RELATÓRIOS VOLTADOS AOS INDICADORES DE SAÚDE**, em favor da empresa **FREIRE & MOURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 15.230.289/0001-02,** com valor global de R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil oitocentos reais), nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021.

Campo Redondo/RN, 08 de setembro de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluisio Eloi Rodrigues Junior
Código Identificador:F1877E1D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 05-A/2020-DPE/RN QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E O MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN.

Partícipe: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.628.844/0001-20, com sede estabelecida à Rua Sérgio Severo, nº 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP nº 59.063-380, neste ato representada pelo Subdefensor Público-Geral do Estado, Igor Melo Araújo, inscrito no CPF sob o n. ***.605.394-**.

Partícipe: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.723/0001-79, com sede estabelecida à Rua José Francisco de Souza, nº 04, Centro, Campo Redondo/RN, CEP nº 59.230-000, neste ato representado por seu Prefeito, Renam Luiz de Alencar Carvalho, inscrito no CPF sob o n. ***.641.144.**.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 05-A/2020-DPE/RN, para dar continuidade as ações articulares e intercomplementares, entre as quais a cessão recíproca dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal especializado e de apoio técnico e administrativo dos partícipes.

Vigência: O presente Termo terá vigência de 24 meses, com início em 08 de setembro de 2026 e termo final na data de 07 de setembro de 2028.

Da ratificação das demais cláusulas: Ficam mantidas as demais Cláusulas estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica nº 05-A/2020-DPE/RN, para dar continuidade a cessão recíproca dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal especializado e de apoio técnico e administrativo dos partícipes.

Natal/RN, 04 de setembro de 2026.

IGOR MELO ARAÚJO
Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte
Partícipe

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito do Município de Campo Redondo/RN
Partícipe

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:A1985825

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.601 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no valor deR$ 1.400.000,00, (um milhão e quatrocentos mil reais)e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-RN,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos do art. 41, inciso II,da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor deR$ 1.400.000,00, (um milhão e quatrocentos mil reais), destinados a inclusão de dotações orçamentárias para atender as despesas do Fundo Municipal de Educação e Desporto, conforme a seguir:

Anexo I – Acréscimo

UNIDADE GESTORA	2 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	8000 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	8001 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
FUNÇÃO	12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	
PROGRAMA	0013 - MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA(EDUCAÇÃO)	
AÇÃO	2178 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB	
Elemento de despesa	4.4.90.51.00 –OBRAS E INSTALAÇÕES	700.000,00

	Fonte de recurso – 15421071Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação Básica	
Total R$		700.000,00

UNIDADE GESTORA	2 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	8000 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	8001 - Fundo Municipal de Educação e Desporto	
FUNÇÃO	12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO	365 – EDUCAÇÃO INFANTIL	
PROGRAMA	0013 - MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA(EDUCAÇÃO)	
AÇÃO	2179 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)	
Elemento de despesa	4.4.90.51.00 –OBRAS E INSTALAÇÕES Fonte de recurso – 15420000Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	700.000,00
Total R$		700.000,00

Total R$	1.400.000,00

Art. 2º -Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964:
Art. 3º- Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, em 08desetembrode 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:E01FD5E3

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 217/2026-GP

EMENTA: D*esigna servidor para atuar como Fiscal de Contrato(s) decorrente(s) da Dispensa de Licitação nº 041/2026, processo administrativo nº 818018/2026 Secretaria municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, inciso X da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade e eficiência na fiscalização dos contratos firmados com a administração municipal,

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) **ANTÔNIO ROBSON DE LIMA, Diretor de Práticas Desportiva**, lotado(a) na Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto, para exercer a função de**Fiscal de Contratos daDispensa de Licitação nº 041/2026, processo administrativo nº 818018/2026,** referente à contratação de Pessoa Jurídica especializada para o fornecimento e instalação de rede de proteção e contenção no Estádio Municipal Cleto Fernandes (Tetezão), localizado no Município de Caraúbas/RN, a ser exercido conjuntamente com o seu titular.
Art. 2º - O servidor designado fiscalizará se os materiais foram fornecidos ou serviços prestados adequadamente e atenderam aos objetivos contratados, bem como manterá registro das ocorrências relacionadas com a execução do(s) contrato(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Art. 3º - O servidor designado deverá certificar-se da regularidade dos pagamentos efetuados e atestar a conferência dos mesmos mediante assinatura das notas, recibos duplicatas e documentos equivalentes.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de celebração do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 08 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:2E767253

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1419, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA JOÃO FRANCISCO MEDEIROS, NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 150, Inciso I - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, e por proposta do Edil **JEMMIFRAN DA SILVA DANTAS**,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º Fica denominado **RUA JOÃO FRANCISCO MEDEIROS** o trecho de via pública localizado no Loteamento Etapa 2, Bairro São José, no Município de Carnaúba dos Dantas/RN, transversal **Rua Regina Silva dos Santos** e paralelo as **Ruas José Martins de Medeiros (Zé Maroco), Marcílio Máximo de Souza, Gilberto Venâncio Filho e Maria Sérvula Dantas (Maria de Gilberto),** conforme a configuração viária existente no local.
Art. 2º Os anexos técnicos que acompanham esta Lei servem como apoio técnico para a identificação do logradouro, prevalecendo a descrição textual dos arts. 1º e 2º como referência principal, restando claro tratar-se de via transversal e não de continuação ou prolongamento de logradouros adjacentes.
Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à instalação das placas de identificação e à atualização dos cadastros imobiliário, tributário, urbanístico, mapas, sistemas de endereçamento e demais registros oficiais do Município, respeitada a disponibilidade orçamentária.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições incompatíveis.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:FA14222F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1420, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA MARCÍLIO MÁXIMO DE SOUZA, NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 150, Inciso I - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, e por proposta do Edil **JEMMIFRAN DA SILVA DANTAS**,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º Fica denominado **RUA MARCÍLIO MÁXIMO DE SOUZA** o trecho de via pública localizado no Loteamento Etapa 2, Bairro São José, no Município de Carnaúba dos Dantas/RN, transversal **Rua Manoel José de Medeiros (Manezinho de Venézio)** e paralelo as **Ruas José Martins de Medeiros (Zé Maroco), João Francisco Medeiros, Gilberto Venâncio Filho e Maria Sérvula Dantas (Maria de Gilberto),** conforme a configuraça˜o viária existente no local.
Art. 2º Os anexos técnicos que acompanham esta Lei servem como apoio técnico para a identificação do logradouro, prevalecendo a descrição textual dos arts. 1º e 2º como referência principal, restando claro tratar-se de via transversal e não de continuação ou prolongamento de logradouros adjacentes.
Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à instalação das placas de identificação e à atualização dos cadastros imobiliário, tributário, urbanístico, mapas, sistemas de endereçamento e demais registros oficiais do Município, respeitada a disponibilidade orçamentária.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições incompatíveis.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:06E46710

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 813/2026-GP, 08 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor do Município de Carnaúba dos Dantas/RN."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhes são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido**, RIADLEY DANTAS DE ARAUJO,** brasileiro, portador do CPF ***.893.87*-**, matrícula funcional 18133, do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG**, lotado na Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização de Carnaúba dos Dantas/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
Art. 3º. Instrua-se o processo financeiro relativo, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:875E85F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 815/2026-GP, 08 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 02 de setembro de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **JOSÉ FERNANDES DANTAS JÚNIOR, matrícula n.º 18284, empossado em 02 de setembro de 2024, para o cargo efetivo de Assistente Administrativo,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório do servidor **JOSÉ FERNANDES DANTAS JÚNIOR, matrícula n.º 18284**, por ter atingido resultado **BOM, equivalente a nota final de 8,25 (oito inteiros e vinte e cinco centésimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:36F605A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 816/2026-GP, 08 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 02 de setembro de 2024 pela servidora;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação da servidora **MARLUCE COSTA SILVA, matrícula n.º 18280, empossada em 02 de setembro de 2024, para o cargo efetivo de Enfermeira,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório da servidora **MARLUCE COSTA SILVA, matrícula n.º 18280**, por ter atingido resultado **BOM, equivalente a nota final de 8,33 (oito inteiros e trinta e três centésimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:8CD41AEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 814/2026-GP, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 21/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **ANA CELIA CARVALHO DA SILVA,** matrícula nº 18429, ocupante do cargo comissionado de Coordenadora de Transporte Sanitário Eletivo, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 11/09/2026 a 30/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 15/05/2025 a 14/05/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:734ED2E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 806/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 31/08/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:61988694

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 807/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 01/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:96E1DE5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 808/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais),

ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 02/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:EF7F0D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 809/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 03/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:F5E6FA70

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 810/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, no dia 03/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:272CC613

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 811/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 08/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:9D471BBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2026 - ADM

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 004/2026 - ADM.

OBJETO: Disponibilização, pelo CONVENIADO, aos servidores municipais ativos, inativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Ceará-Mirim/RN, das modalidades de Cartão Benefício Saque (S), Cartão Benefício - Compra (C), Cartão de Crédito e Empréstimo, mediante consignação em folha de pagamento, observados os limites legais aplicáveis.
RUBRICAS ASSOCIADAS:

Rubrica 662 CONLIFE Cartão de Crédito
Rubrica 661 CONLIFE Empréstimo
Rubrica 663 CONLIFE Cartão Benefício - S
Rubrica 670 CONLIFE Cartão Benefício - C

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 4.577, de 07 de abril de 2025.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: MARCO ANTONIO MEDEIROS (pelo Convenente), ROBERTO EDUARDO FERRANTY MAC LENNAN e NAYARA DE PAULA OLIVEIRA (pelo Conveniado)

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:AB61C938

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2026 - ADM

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 005/2026 - ADM.

CONVENIADO (CONSIGNATÁRIO): AQUILA CARD S/A (CNPJ nº 57.818.576/0001-88), representada por RÉGIS MARTINS DE OLIVEIRA.

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração (CNPJ nº 68.063.402/0001-79), representada por seu Secretário, MARCO ANTONIO MEDEIROS

RUBRICAS ASSOCIADAS:

Rubrica 659 AQUILA Cartão de Crédito
Rubrica 658 AQUILA Empréstimo
Rubrica 660 AQUILA Cartão Benefício - S
Rubrica 669 AQUILA Cartão Benefício - C.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 4.577, de 07 de abril de 2025.

FORO: Comarca de Ceará-Mirim/RN.

DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: MARCO ANTONIO MEDEIROS (pelo Convenente) e RÉGIS MARTINS DE OLIVEIRA (pelo Conveniado).

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:1ACC240E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 004/2026 — LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2027

MENSAGEM DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 004/2026 — LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2027

Cerro Corá/RN, 08 de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor
Vereador Vagton Luiz Silva de França
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cerro Corá/RN
Nesta

Senhor Presidente,
Nos termos da competência conferida ao Chefe do Poder Executivo pela Lei Orgânica do Município e pela legislação aplicável ao processo legislativo municipal, comunico a Vossa Excelência que decidi VETAR PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 004/2026, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2027, e dá outras providências", exclusivamente na parte correspondente às Emendas Aditivas nº 001/2026 e nº 002/2026, de autoria do Vereador Álvaro Breno Araújo Bezerra, mantendo integralmente sancionadas, nos termos aprovados por essa Casa Legislativa, todas as demais emendas apresentadas ao referido Projeto de Lei.

Das razões do veto
As Emendas Aditivas nº 001/2026 e nº 002/2026 propõem a inclusão, no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de duas ações orçamentárias inteiramente novas — respectivamente, o apoio às atividades socioassistenciais do Centro Social Santa Zita e o apoio à estruturação da AVACC.
Verificada a compatibilidade dessas propostas com o Plano Plurianual vigente para o quadriênio 2026-2029, constatou-se que nenhuma das duas ações consta contemplada entre os programas e ações nele estabelecidos. Sendo o Plano Plurianual o instrumento de planejamento de médio prazo que orienta a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, e devendo toda ação nelas incluída guardar compatibilidade com os programas e ações já definidos no Plano Plurianual, a ausência das duas ações propostas torna inviável o seu atendimento, por incompatibilidade com o Plano Plurianual 2026-2029.
Por essas razões, e resguardado o direito de reapresentação das propostas em momento oportuno, mediante prévia inclusão das respectivas ações no Plano Plurianual, vetei parcialmente o Projeto de Lei na parte relativa às Emendas Aditivas nº 001/2026 e nº 002/2026.
Os valores correspondentes às Emendas Aditivas nº 001/2026 e nº 002/2026 permanecem, não obstante, à disposição do Vereador Álvaro Breno Araújo Bezerra, nas ações orçamentárias de emendas individuais impositivas já existentes no Gabinete do Prefeito, quanto à parcela de recurso livre, e na Secretaria Municipal de Saúde, quanto à parcela de recurso destinada à saúde, ficando assegurado o seu direito de indicação desses valores a tais ações por ocasião da execução da Lei Orçamentária Anual de 2027.

Das emendas sancionadas
As demais emendas apresentadas ao Projeto de Lei destinam-se a ações orçamentárias já contempladas no Plano Plurianual 2026-2029, circunstância que lhes assegura compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual, razão pela qual foram acatadas e ora sancionadas, tal como aprovadas por essa Casa Legislativa.
Tratam-se de ações relacionadas à pavimentação de vias públicas, à aquisição de equipamentos de raio-X para a rede municipal de saúde, ao controle populacional e bem-estar animal, ao incentivo aos produtores culturais e artistas locais, e ao capítulo normativo sobre o processamento das emendas individuais impositivas, as quais ficam mantidas e sancionadas.
Esclareço, todavia, que a inclusão dessas entregas específicas no Anexo de Metas e Prioridades não implica, por si só, garantia de execução orçamentária no exercício de 2027. Cada uma delas será objeto de análise de viabilidade técnica e orçamentário-financeira pelos órgãos e unidades executoras responsáveis, no âmbito da elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2027, observados o limite global destinado às emendas individuais impositivas e a parcela mínima reservada às ações e serviços públicos de saúde.

Quadro-resumo das emendas

Emenda	Vereador(a) autor(a)	Ação / entrega específica	Categoria	Decisão
001/2026	Álvaro Breno Araújo Bezerra	Nova ação — Centro Social Santa Zita	Livre	VETADA
002/2026	Álvaro Breno Araújo Bezerra	Nova ação — AVACC	Livre	VETADA
003/2026	Vagton Luiz Silva de França	1109 — Pavimentação Rua Sítio Casa Velha	Livre	Sancionada*
004/2026	Vagton Luiz Silva de França	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
005/2026	Rodolfo Guedes dos Santos	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
006/2026	Jose Maria Gomes	1448 — Pavimentação Comunidade Ipueiras	Livre	Sancionada*
007/2026	Jose Maria Gomes	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
008/2026	João Maria Alexandre	1109 — Pavimentação Assentamento Santa Clara II	Livre	Sancionada*
009/2026	João Maria Alexandre	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
010/2026	Jefferson Felipe Soares de Melo	2082 — Controle de zoonoses / castração	Livre	Sancionada*
011/2026	Jefferson Felipe Soares de Melo	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
012/2026	Francisco de Assis Silva	1109 — Pavimentação Assentamento Santa Clara II	Livre	Sancionada*
013/2026	Francisco de Assis Silva	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
014/2026	Francisco de Assis dos Santos	1109 — Pavimentação Assentamento Santa Clara II	Livre	Sancionada*
015/2026	Francisco de Assis dos Santos	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
016/2026	Felipe da Silva	2348 — Apoio a produtores culturais e artistas locais	Livre	Sancionada*
017/2026	Felipe da Silva	2082 — Proteção e bem-estar animal	Livre	Sancionada*
018/2026	Felipe da Silva	1422 — Raio-X (fixo e odontológico)	Saúde	Sancionada*
019/2026	Autoria coletiva	Capítulo normativo sobre emendas individuais impositivas	—	Sancionada
020/2026	Rodolfo Guedes dos Santos	1109 — Pavimentação Rua Manoel Brasiliano	Livre	Sancionada*

** Sancionada; execução orçamentária sujeita a análise de viabilidade técnica na LOA 2027.*

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em referência, as quais submeto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa, na forma regimental.

Renovo a Vossa Excelência e aos demais nobres Vereadores os meus protestos de estima e consideração.

Cordiais cumprimentos,

Cerro Corá/RN, 08 de setembro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:629678B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 651/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Carlos André Alves da Silva,** matricula nº. 0004065 – Professor (a); CPF: XXX.530.954-XX, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia, **09 de setembro de 2026 -** Objetivo da viagem -. Participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal, RN.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:828BBC42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 652/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Maria Claudiana Guedes,** matricula nº. 00118691 – Secretária Municipal - SEMEC – Conforme Portaria nº. 028/2025 – GP - CPF: XXX.496.894-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia, **09 de setembro de 2026 -** Objetivo da viagem -Participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal, RN.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais),** correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:9E82A16C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 653/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **ALIZANDRA DE ASSIS CANDIDO LOPES,** matricula nº. 00013374 – Professor (a); CPF: XXX.153.104-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia, **09 de setembro de 2026 -** Objetivo da viagem - Participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal, RN.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (cinquenta reais),** correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:C6BB96F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18/2026-DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA

DECRETO Nº 018/2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Coronel Ezequiel/RN, afetado por SECA – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme a Portaria Federal nº 260/2022.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e do disposto no art. 8º, VI, da Lei Federal nº 12.608, de institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

CONSIDERANDO que, a situação de emergência é a situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido;

CONSIDERANDO que, a irregularidade das chuvas no município provoca o desabastecimento de água necessário para suprir a demanda da população rural, sendo que esta não tem acesso a água potável, por isso, se caracteriza como uma demanda emergencial e de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que, água armazenada/captada nos reservatórios existentes da zona rural do município não é própria para consumo humano, servindo, somente, para consumo animal e uso em atividades domésticas;

CONSIDERANDO que, as pessoas que moram na zona rural do Município não têm acesso a água potável para consumo humano mediante rede de distribuição da CAERN, nem há sistema de tratamento da água nos reservatórios da zona rural;

CONSIDERANDO que, somente por meio do abastecimento por meio da Operação Carro Pipa (OCP) é possível fornecer água potável e, assim, minimizar a problemática do desabastecimento para a população rural de Coronel Ezequiel/RN;

CONSIDERANDO que, a garantia do acesso à água potável de qualidade para população da zona rural promove o bem-estar, sendo, portanto, imprescindível a continuidade da Operação Carro Pipa Federal para mitigar os efeitos negativos da seca e assegurar o direito básico de acesso à água para o consumo para todos;

CONSIDERANDO que, mesmo com ações municipais para minimizar a escassez de água potável, por meio de contratação de carros pipa, não é possível atender a demanda, necessitando do imprescindível apoio federal complementar para a continuidade da operação; e

CONSIDERANDO que, o Parecer Técnico expedido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), órgão vinculado a Secretária Municipal de Agricultura, favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso IV e no § 2º do Art. 9º da Portaria Federal nº 260, de 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada **Situação de Emergência nas áreas do Município de Coronel Ezequiel/RN** registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme o anexo da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura de Coronel Ezequiel/RN, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC de Coronel Ezequiel/RN.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.
§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas

de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor a partir de 10 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Coronel Ezequiel/RN, 08 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:0327C14F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 86/2026-DIÁRIA

PORTARIA Nº 86/2026 - GP

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Decreto Executivo 08/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público a concessão de ½ (meia diária), no valor total de R$ 200,00 (duzentos reais), a Senhor(a) ELIZETE DANTAS DA SILVA FARIAS, portadora do CPF Nº 263.***.***-15, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação de Coronel Ezequiel/RN. Essa diária se fez necessária para custear despesas em deslocamento à Natal/RN onde participará do **Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa/RN**, a ser realizado no dia 09 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e será publicada no diário da FEMURN.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 08 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:EE6DF80D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 072/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01443/2026;
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058.017/2022 – CONTRATO N.º 072/2022 - PA 01168/2022;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
CONTRATADA: GLEE TELECOM LTDA, CNPJ N.º 42.894.082/0001-05;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 072/2022 POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027, VEDADA A PRORROGAÇÃO, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93;
OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR ANUAL DO CONTRATO: R$ 41.616,84 (QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS.);
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 39 - 1 . 2003 . 4 . 122 . 8 . 2.4 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 97 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 42 . 2.10 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 182 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 41 . 2.9 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 224 - 1 . 2004 . 27 . 812 . 27 . 2.17 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 117 - 1 . 2006 . 8 . 244 . 81 . 2.33 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 167 - 1 . 2007 . 15 . 452 . 58 . 2.19 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 230 - 1 . 2008 . 20 . 606 . 16 . 2.36 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 413 - 1 . 2011 . 18 . 541 . 16 . 2.63 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 57 - 6 . 2004 . 12 . 361 . 42 . 2.6 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 64 - 6 . 2004 . 12 . 361 . 42 . 2.7 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 138 - 6 . 2004 . 12 . 361 . 42 . 2.14 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 540 - 6 . 2004 . 12 . 365 . 41 . 2.90 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 209 - 6 . 2004 . 12 . 366 . 42 . 2.16 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
VIGÊNCIA: 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, INCISO II, § 2º DA LEI N.º 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026;
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL; MARIA CLARA ALVES COSTA SILVA, SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE; FRANCISCA DALIANA BEZERRA DE SOUZA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO; JOÃO BOSCO LOPES DE CARVALHO, PORTARIA Nº 088/2024, FISCAL DO CONTRATO; E MAX MYCHEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO, PORTARIA Nº 045/2024, FISCAL DO CONTRATO; E, PELA CONTRATADA, GLEE TELECOM LTDA, CNPJ Nº 42.894.082/0001-05, REPRESENTADA PELO SR. FRANCISCO LEONARDO ESTEVAM ANDRADE, PORTADOR DO CPF Nº 367.277.588-67.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:55AF343C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 181/2026 RETIFICAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o principio administrativo da autotutela:

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar a Portaria n.º 0030/2020, publicada no D.O.M. em 09/03/2020.

ONDE SE LÊ

Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 11/03/1998 a 11/03/2003, a qual será usufruída entre os dias 09 de março de 2020 a 09 de junho de 2020, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 10 de junho de 2020.

LEIA-SE

Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 01/09/2009 a 01/09/2014, a qual será usufruída entre os dias 09 de março de 2020 a 09 de junho de 2020, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 10 de junho de 2020.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo a data de publicação original da portaria acima, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:CB700CF7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 182/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 102 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 3 (três) de licença prêmio ao servidor **JOSÉ CARVALHO DE BESSA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 01/09/2014 a 01/09/2019, a qual será usufruída entre os dias 09 de setembro de 2026 a 09 de dezembro de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 10 de dezembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:777221BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
PORTARIA Nº 183/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, a abertura do Processo Administrativo Municipal n. 01621/2026, que visa apurar possíveis infrações disciplinares por parte de Servidores Públicos Municipais que compõem a Guarda Civil Municipal - GCM;
CONSIDERANDO, a resposta fornecida pelo Coordenador Geral da GCM, individualizando os Servidores da Guarda Civil Municipal escalados para atuação na madrugada do dia 27/08/2026;
CONSIDERANDO, que ante as condutas narradas a Secretária Municipal Interina de Administração, Planejamento e Controle Interno procedeu com a instauração de Sindicância Contraditória nos autos do Processo Administrativo Municipal n. 01621/2026;
CONSIDERANDO, o dever de observância aos princípios da publicidade e do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L VE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância em face de **EDMILSON ALVES DA SILVA** e **LINDOMAR NUNES DE ANDRADE**, servidores públicos no Município de Coronel João Pessoa/RN, no cargo de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal (GCM), para apuração da prática do fato descrito a seguir, subsumível, em tese, ao art. 129, incisos I, III e V, alínea "a", e art. 130, *caput* e inciso XVII, ambos da Lei Municipal n.º 015/2001; e, art. 3º, incisos I e II; e art. 5º, incisos II, VI e XII, ambos da Lei Municipal n.º 073/2020; bem como também o Tema de Repercussão Geral n. 656 do STF: os servidores reclamados foram noticiados pelo fato de omissão de socorro à munícipes do sexo feminino vítimas de violência doméstica, ocorrido em via pública na madrugada do dia 27/08/2026, ao lado da sede da Guarda Civil Municipal (GCM). Tais condutas implicam na violação dos deveres funcionais de observar as normas legais e regulamentares, de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, de atender com presteza ao público em geral, de proceder de forma desidiosa, de não proteger os direitos humanos fundamentais, de não preservar o direito à vida ou reduzir o sofrimento, de não prevenir e inibir pela presença e vigilância infrações penais, de não prestar socorro público e, também, de não preservar o local do crime e encaminhar ao Delegado de Polícia competente o autor de infração diante de flagrante delito.
Art. 2º. LELLIMAR NUNES DA SILVA, MAX MYCHEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO E ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA, servidores do Município de Coronel João Pessoa/RN, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos dos art. 154 a 193 da Lei Municipal n.º 015/2001;
Art. 3º. Determinar que seja dada ciência da constituição da Comissão Sindicante à chefia dos seus respectivos membros;
Art. 4º. A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 155, § 2º, da Lei Municipal n.º 015/2001;
Art. 5º. Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância;
Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 08 de Setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:D2CF47D9

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01474/2026 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 064-041/2023 – P.A 01291/2023, 01549/2024;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;

SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO;
CONTRATADA: ENGSERV-ENGENHARIA E SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – CNPJ N.º 27.104.267/0001-85;
VALOR MENSAL: R$ 4.176,99 (QUATRO MIL CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS.);
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 063/2023 POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DE 05/10/2026 ATÉ 04/10/2028, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21;
OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONSTAS DE CONVÊNIOS ESTADUAL E FEDERAL COM ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES JUNTO AOS SISTEMAS INTEGRADOS COM A UNIÃO E ESTADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESPESA 39 - 1 . 2003 . 4 . 122 . 8 . 2.4 . 0 . 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
VIGÊNCIA: 05/10/2026 ATÉ 04/10/2028;
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107 DA LEI N.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA: 8/9/2026
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, A SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA, A SRA. MARIA CLARA ALVES COSTA SILVA, SECRETÁRIA, E O SR. JOÃO BOSCO LOPES DE CARVALHO, DESIGNADO COMO FISCAL DO CONTRATO; E, PELA CONTRATADA E, PELA CONTRATADA, ENGSERV-ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME – CNPJ N.º 27.104.267/0001-85 – ANTÔNIO LUIZ BARRETO - CPF N.º 429.343.201-30.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:86F2BBAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01443/2026;
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058.017/2022 – CONTRATO N.º 074/2022 - PA 01168/2022;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
CONTRATADA: GLEE TELECOM LTDA, CNPJ N.º 42.894.082/0001-05;
DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 074/2022 POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027, VEDADA A PRORROGAÇÃO, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93;
OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR ANUAL DO CONTRATO: R$ 3.354,12 (TRÊS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS);
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 257 - 4 . 2010 . 8 . 243 . 81 . 2.53 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
DESPESA 279 - 4 . 2010 . 8 . 244 . 81 . 2.32 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
DESPESA 308 - 4 . 2010 . 8 . 244 . 81 . 2.52 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

DESPESA 349 - 4 . 2010 . 8 . 244 . 81 . 2.55 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

VIGÊNCIA: 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, INCISO II, § 2º DA LEI N.º 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026;

SIGNATÁRIOS: PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSINAM A SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, O SR. FRANCISCO LINDON JONSON DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, E A SRA. WLIANA LIMA DE CARVALHO HERMINIO, DESIGNADA COMO FISCAL DO CONTRATO. PELA CONTRATADA, ASSINA A GLEE TELECOM LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 42.894.082/0001-05, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. FRANCISCO LEONARDO ESTEVAM ANDRADE, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 367.277.588-67.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:F8597FDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 073/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01443/2026;
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058.017/2022 – CONTRATO N.º 073/2022 - PA 01168/2022;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
CONTRATADA: GLEE TELECOM LTDA, CNPJ N.º 42.894.082/0001-05;
DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 073/2022 POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027, VEDADA A PRORROGAÇÃO, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93;
OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR ANUAL DO CONTRATO: R$ 6.379,80 (SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS);
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 84 - 3 . 2009 . 10 . 122 . 5 . 2.24 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 514 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 5 . 1.49 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 260 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.22 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 283 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.25 . 0 . 449052EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; DESPESA 502 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.27 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 433 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.28 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 336 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.45 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 293 - 3 . 2009 . 10 . 301 . 75 . 2.50 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 246 - 3 . 2009 . 10 . 302 . 75 . 2.20 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DESPESA 321 - 3 . 2009 . 10 . 302 . 75 . 2.26 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
VIGÊNCIA: 09/09/2026 ATÉ 08/09/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, INCISO II, § 2º DA LEI N.º 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026;

SIGNATÁRIOS: PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSINAM A SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, O SR. LUIZ MARCOS ALVES DA COSTA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A SRA. NÍVIA AMORIM DA SILVA, DESIGNADA COMO FISCAL DO CONTRATO, POR MEIO DA PORTARIA Nº 114/2026. PELA CONTRATADA, ASSINA A GLEE TELECOM LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 42.894.082/0001-05, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. FRANCISCO LEONARDO ESTEVAM ANDRADE, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 367.277.588-67.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:B2D8820F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo MC/RN n° 106/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º 1.280/2023

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que, a partir do dia **09 de setembro de 2026**, no site: www.cruzeta.rn.gov.br, será disponibilizado o Edital para o **Credenciamento de profissionais para execução dos serviços de médicos especializados em ultrassonografia.** A **DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO** será recebido a partir de **09 de setembro de 2026**, através do E-mail: cplcruzetarn@gmail.com. O edital de credenciamento será mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, **de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados**. As modificações no edital serão publicadas no PNCP e observarão os prazos inicialmente previstos no edital, respeitado o tratamento isonômico dos interessados. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@gmail.com.

Cruzeta/RN, 08 de setembro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:604ADE1F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 201/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o parecer da procuradoria municipal proferido nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a PROGRESSÃO HORIZONTAL da servidora **MAIARA CRISTINA SANTOS CAMPÊLO,** matrícula nº 3083-1, ocupante do cargo efetivo de MONITOR SOCIAL, Ref. 05-C, para à Ref. 06-C.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta /RN, em 08 de setembro de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:E8D8431F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 71, da Lei Complementar nº 02, de 23 de dezembro de 1992 (Regime Jurídico Único),

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora pública municipal **MARIA ROSA MONTEIRO DE MEDEIROS OLIVEIRA**, ocupante do cargo de SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, matrícula nº 190-1, 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a serem gozados em 02 (dois) períodos, conforme abaixo discriminado:

I – 12/09/2026 a 21/09/2026;
II – 12/10/2026 a 21/10/2026.

Art. 2º - Fica autorizado a **conversão de 10 (dez) dias de férias em pecúnia**, nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta /RN, em 08 de setembro de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:79ECB11B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2026-GP

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Cruzeta-RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.425 de 31 de agosto de 2026, que instituiu o Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Cruzeta-RN, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Comitê Estratégico Local para o desenvolvimento das ações voltadas à implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares e seus respectivos suplentes para comporem o Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Cruzeta-RN, conforme a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Educação.
TITULAR: Ronaldo Macêdo
SUPLENTE: Ana Heloisa de Medeiros Monteiro e Oliveira

II – Coordenadores Pedagógicos.
TITULAR: Francisneide dos Santos Diniz
SUPLENTE: Paula Marilene Monteiro de Medeiros Cavalcante

III – Professores Alfabetizadores.
TITULAR: Maria Ediane de Medeiros Costa
SUPLENTE: Maria de Fátima Baracho e Oliveira

IV – Conselho Municipal de Educação.
TITULAR: Jaiane Nadhja Góis de Medeiros Gomes
SUPLENTE: Francisca das Chagas Dantas do Nascimento

V – Secretaria Municipal de finanças e Planejamento.
TITULAR: Gabriela Micarla Silva de Góis pereira
SUPLENTE: /Antônio Medeiros Martins Júnior

Art. 2º A coordenação do Comitê será exercida pela Dirigente Municipal de Educação, Maria Rosa Monteiro de Medeiros Oliveira, nos termos do Art. 5º do Decreto Municipal nº 1.425 de 31 de agosto de 2026.

Art. 3º Os membros designados exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 4º O exercício das funções de membro do Comitê Estratégico Local constitui serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARIA ROSA DE MONTEIRO DE MEDEIROS OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:0162F7CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 204/2026 -GP

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Cruzeta/RN, e
CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, segundo o qual a Administração Pública pode rever e corrigir seus próprios atos, na forma das Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal e do art. 53 da Lei nº 9.784/1999;
CONSIDERANDO a manifestação técnica do corpo técnico da banca organizadora responsável pela execução do certame, no sentido de que se fazem necessários ajustes/correções nos instrumentos convocatórios adiante indicados, a fim de resguardar a estrita legalidade, a isonomia entre os candidatos e a segurança jurídica do processo seletivo;
CONSIDERANDO que a presente medida é adotada em momento anterior à produção de efeitos capazes de causar prejuízo a candidatos ou a terceiros, em resguardo do interesse público e da lisura do certame;
CONSIDERANDO a publicação no site do município e no portal do IDIB nesta data;
RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a publicação do ato que deu publicidade aos seguintes editais do concurso público desta municipalidade:

Edital nº	Órgão	Veículo / edição da publicação	Data da publicação
01/2026	Prefeitura Municipal Cruzeta/RN	Diário Oficial dos Municípios do RN – DOM/RN, edição nº 3871	04/09/2026
02/2026	Prefeitura Municipal Cruzeta/RN	Diário Oficial dos Municípios do RN – DOM/RN, edição nº 3871	04/09/2026
03/2026	Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN	Diário Oficial dos Municípios do RN – DOM/RN, edição nº 3871	04/09/2026

Art. 2º A revogação de que trata este Ato não prejudica os atos regularmente praticados até a presente data, tampouco eventuais direitos deles decorrentes, os quais permanecem hígidos.
Art. 3º Os editais ora tornados sem efeito serão oportunamente republicados em suas versões retificadas, com restituição integral dos prazos neles originalmente previstos, em observância aos princípios da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório.
Art. 4º Este Ato entra em vigor na presente data.

Cruzeta/RN, 08 de setembro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:77A6C895

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026.

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção para materiais odontológicos permanentes destinados às unidades básicas de saúde e ao Centro de Especialidades Odontológicas.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 102/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: IVANI BATISTA NETO LTDA - CNPJ nº 42.241.189/0001-54, vencedora nos itens:

LOTE 01
Item 01 pelo valor unitário de R$ 90,00 (noventa reais) e a quantidade de 100 serviços;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais) e a quantidade de 200 serviços;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 170,00 (cento e setenta reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 190,00 (cento e noventa reais) e a quantidade de 300 serviços;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e a quantidade de 10 serviços;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) e a quantidade de 500 serviços;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais) e a quantidade de 300 serviços;
Item 09 pelo valor unitário de R$ 90,00 (noventa reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 10 pelo valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais) e a quantidade de 300 serviços;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 10 serviços;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 13 pelo valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) e a quantidade de 30 serviços;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) e a quantidade de 10 serviços;

Item 15 pelo valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e a quantidade de 10 serviços;
Item 16 pelo valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) e a quantidade de 300 serviços;
Item 17 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 400 serviços;
Item 18 pelo valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 19 pelo valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 20 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 30serviços;
Item 21 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 100 serviços;
Item 22 pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais) e a quantidade de 20 serviços;
Item 23 pelo valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais) e a quantidade de 100 serviços;
Item 24 pelo valor unitário de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 25 pelo valor unitário de R$ 105,00 (cento e cinco reais) e a quantidade de 30 serviços;
Item 26 pelo valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 27 pelo valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e a quantidade de 30 serviços;
Item 28 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 100 serviços;
Item 29 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 20 serviços;
Item 30 pelo valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) e a quantidade de 10 serviços;
Item 31 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 10 serviços;
Item 32 pelo valor unitário de R$ 90,00 (noventa reais) e a quantidade de 50 serviços;
Item 33 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 300 serviços.

VIGÊNCIA: 09/09/2026 a 08/09/2027.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0DE7C2AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

CONTRATO N° 2026.0051

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN.

CONTRATADA(O): J & P MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 11.495.429/0001-13, com sede no Sítio Boi Morto, nº 30, Zona Rural, Rafael Fernandes/RN, CEP: 59.990-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de passagem molhada no sítio Lagoa de Dentro, município de Doutor Severiano.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para fazer face as despesas com a execução dos serviços de que trata o objeto encontra alocado no orçamento geral do município na seguinte rubrica:

2 Prefeitura Municipal de Doutor Severiano 2000 - PODER EXECUTIVO 2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE 26 – Transporte 782 – Transporte Rodoviário 26 – Programa dos Serviços de Transporte e Meio Ambiente 1.69 – Construção de Passagem Molhada na zona rural do Município 712 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações 17100000 – Transferências Especial dos Estados – Emendas Individuais

2 – Prefeitura Municipal de Doutor Severiano 2000 - PODER EXECUTIVO 2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE 26 – Transporte 782 – Transporte Rodoviário 26 – Programa dos Serviços de Transporte e Meio Ambiente 1.69 – Construção de Passagem Molhada na zona rural do Município 717 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações 15000000 – Recursos não vinculados de impostos

VALOR TOTAL: R$ 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 (cinco) meses, contados da assinatura do contrato, respeitadas as regras do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026.

Doutor Severiano/RN, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:81E486D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00007/2026

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00007/2026, que objetiva: QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL nas áreas da saúde, assistência social, educação, cultural e meio ambiente; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente credenciado: INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVICOS– IPAS - R$ 703.982,70.

Equador - RN, 08 de Setembro de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:3413A172

GABINETE DO PREFEITO
ANULAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00009/2026

Com base nos elementos constantes do processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Credenciamento nº 00009/2026, que objetiva: Credenciamento de veículos destinados ao serviço de transporte de passageiros, do tipo Passeio, SUV e VAM, visando atender às demandas do Município de Equador/RN, para realização de transporte institucionais de servidores, colaboradores e demais usuários autorizados, conforme rotas previamente estabelecidas, incluindo o transporte de pacientes e acompanhantes; ANULO o correspondente procedimento auxiliar de licitação. Justificativa: Justifica-se a anulação do procedimento de Credenciamento em razão da identificação de inconsistência no item 22.4 do Edital, referente ao critério de classificação e desempate, cuja redação não estabelece de forma clara e objetiva a distribuição das viagens entre os credenciados. A manutenção da regra poderia comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do

procedimento. Dessa forma, visando assegurar a regularidade do processo e a observância dos princípios que regem as contratações públicas, faz-se necessária a anulação do procedimento, com posterior correção das regras..

Equador - RN, 08 de Setembro de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:32035420

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - CREDENCIAMENTO Nº 00007/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL nas áreas da saúde, assistência social, educação, cultural e meio ambiente; DESIGNO os servidores Maria da Paz Andrade Felipe, Secretária de Educação, Thiago Alves da Nóbrega, secretário de Saúde, Regina de Loudes Oliveira de Souza, Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Rau Guedes de oliveira, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Ismael Borges de Lima Silva, Secretário de Obras e Serviços Públicos, como Gestores; e Maria da Guia Balduíno, Chefe de Divisão de Inspeção Escolar, Johnny Rivers Silva de Souza, Chefe de Divisão de Marcação de Consultas e Regulação, Debora Dos Santos Bulcão, Diretora do Departamento de Assistência Social, Alisson de Araujo Morais, Chefe de Divisão de Recursos Hídricos, Igor Messias de Oliveira Morais, Diretor do Departamento de Obras, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do processo de Credenciamento nº 00007/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Equador - RN, 08 de Setembro de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:7E9676B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 000009/2025 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0017/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº. 000009/2025
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0017/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ESPIRITO SANTO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.362.287/0001-01. FP COMERCIO E SERVIÇO EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº. 07.366.605/0001-40. OBJETO: Prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços nº. 017/2025. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 08/09/2026 a 08/09/2027. DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

Município de Espirito Santo /RN –
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal /

FP Comercio e Serviço EIRELI ME-
FELIPE ANDRÉ BERNARDO DE ASSIS -
Representante Legal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:CDBC084F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 389/2026 – GP EM, 08/09/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, ALIPSSON GUSTAVO TAVARES DA SILVA, Secretário Municipal de Educação, CPF: XXX.633.644-XX,MATRICULA 2071, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, no dia 09 de setembro de 2026, na oportunidade em que irá participar da Abertura do Seminário Inicial das Trilhas Formativas Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 400,00 **(**quatrocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 08/09/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:47F56E26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 47/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº** 824199/2026 - **CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA/RN, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA – CNPJ: nº 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA: F P VASQUES, CNPJ: 27.932.809/0001-08.** Contratação de empresa para a realização do 9º FESTIVAL DE REPENTISTAS DE FELIPE GUERRA/RN, a ser realizado em palco, a partir das 19h30, no dia 11 de setembro de 2026, no Município de Felipe Guerra/RN, como parte da programação oficial dos festejos alusivos à Emancipação Política do Município. **VALOR GLOBAL: R$ 33.810,00 (trinta e três mil, oitocentos e dez reais)**. LEGALIDADE: Lei federal n° 14.133/2021, para o corrente exercício.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão Orçamentário	08 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos
Programa	0064 - CIDADE DE EVENTOS – TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ação	2035 Realização de Eventos Histórico e Culturais
Elemento de despesa	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DETERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

O prazo de vigência da contratação é a partir da data de sua assinatura até 30/09/2026, contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Felipe Guerra/RN, 08 de setembro de 2026.

ASSINATURAS: SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA, pela **CONTRATANTE** e FELIPE PEREIRA VASQUES pela **CONTRATADA**.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:F9E32C24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2025
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2025
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Processo Nº 815187/2025
Inexigibilidade Nº 41/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA-RN, POR INTERMÉDIO DA PRFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA ALRIMAR MANU DE SOUZA.

O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, órgão da Administração Direta, por intermédio do **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**, com sede na **Rua João Batista Gurgel, 97, Centro**, **Felipe Guerra - Estado do Rio Grande do Norte**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.349.086/0001-74**, neste ato representado pelo **PREFEITO**, o senhor **SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **ALRIMAR MANU DE SOUZA**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXX.722.294-XX,** sediado(a) na* **SITIO TABULEIRO 6170, AREA RURAL, Felipe Guerra/RN CEP:59795-000**, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* **ALRIMAR MANU DE SOUZA** (**Propietario**), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **815187/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **69/2025** por mais 12 meses, a partir de **04/09/2026 até 04/09/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor global de R$ **6.000,00** ***(seis mil reais)***, conforme descrito no Contrato nº **69/2025**

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamentário	13 - Fundo Municipal de Saúde
Programa	0009 - Apoio administrativo as atividades inerentes a Saúde do Município
Ação	2049 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
Elemento de despesa	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Felipe Guerra/RN, 04 de setembro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal do Contratante

ALRIMAR MANU DE SOUZA
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:96863FC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 814005/2026
Origem: ARP do Pregão Eletrônico nº 42/2025
Processo originário: 16120001/2025
Procedimento originário: Pregão Eletrônico nº 42/2025
Órgão: Prefeitura Municipal de Apodi/RN

No prédio Sede da **Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN,** inscrito no CNPJ sob o nº 08.349.086/0001-74, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada à Rua João Batista Gurgel, nº 97, Cidade Alta, Centro, Felipe Guerra/RN, CEP 59.795-000, por seus representantes legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, em face da Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, cujos dados do processo, do procedimento originário e do órgão de origem já foram indicados, firmam o presente instrumento, que

será **datado e assinado eletronicamente** pelas partes, para todos os fins de direito.

1.1. O presente Termo de Adesão tem por objeto o registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva, compreendendo o fornecimento de árbitros, auxiliares, necessários à condução, organização e fiscalização de competições, torneios, campeonatos e eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Felipe Guerra/RN, em conformidade com as especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 042/2025, o qual integra a presente Ata, bem como as

propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.1. Os preços ofertados pelas empresas abaixo classificadas em primeiro lugar, por objeto/ITEM, signatárias da presente Ata de Registro de Preços assim constam:

Fornecedor	**G M DOS SANTOS PONTES LTDA**
CNPJ	16.874.288/0001-63
Endereço	RUA CORONEL VICENTE SABOIA, Nº 52, CENTRO, MOSSORO – CEP: 59.600-120
Telefone	(84) 9914-3687 / (84) 9625-4955
Email	gleydsonmagno@hotmail.com
Representante	GLEYDSON MAGNO DOS SANTOS PONTE
CPF	013.***.***-88

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total (R$)
1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTSAL COMPOSTA POR 02 ARBITROS PRINCIPAIS E UM ARBITRO AUXILIAR (MESARIO)	**SÇ**	**177**	**R$ 78,00**	**R$ 13.806,00**
2	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL COMPOSTA POR 01 ARBITRO PRINCIPAL E 02 ARBITROS AUXILIARES	**SÇ**	**32**	**R$ 65,00**	**R$ 2.080,00**
3	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SETE COMPOSTA POR 01 ARBITRO PRINCIPAL E 01 ARBITRO AUXILIAR	**SÇ**	**165**	**R$ 70,00**	**R$ 11.550,00**
R$ 27.436,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais)					

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2027, observadas as disposições legais aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material/Serviço, objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da
14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou exoneração de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.1. Conforme Termo de Referência.

6.1. Conforme Termo de Referência.

7.1. Conforme Termo de Referência.

8.1. Conforme Termo de Referência.

9.1. Conforme Termo de Referência.

10.1. Conforme Termo de Referência.

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de Material/serviço, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Tiver presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município/FEMURN, conforme o disposto no art. 176 da Lei nº 14.133/21.
As adesões também serão divulgadas no Portal da Transparência do Município em aba própria.

Integra este Termo de Adesao o Edital, Propostas e Ata indicados no início deste Termo;
Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto próprio.
As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca de Apodi RN, com exclusão de qualquer outro.
A vigência deste Termo de Adesão é contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município/FEMURN, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

O presente Termo de Adesão, após lido e achado conforme, é assinado pelo representante legal da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra do Estado do Rio grande do Norte e do(s) Fornecedor Beneficiário (s) indicado (s) acima.

Felipe Guerra/RN, datado e assinado eletronicamente

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Pela Contratante

GLEYDSON MAGNO DOS SANTOS PONTE
Representante Legal
Pela Contratada

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:CDD4F5AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 001009006/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 001009006/2026
Objeto:.Aquisição de medicamentos diversos destinados a atender as demandas do Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: FARMACIA AMORIM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (12.531.700/0001-91)
Valor Total Julgado: R$ 9.919,46
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:7CA079DC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 031008021/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 031008021/2026
Objeto:.Aquisição de medicamentos diversos destinados a atender as demandas do Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: DROGARIAS HF LTDA (52.299.927/0001-78)
Valor Total Julgado: R$ **7.264,55**
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN,03/08/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:0EE5FCDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RESULTADO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026 - CE

DESPACHO DE RESULTADO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65454879/2026

Trata-se de processo licitatório "CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003/2026", tendo como tipo o menor preço GLOBAL e tem como objetivo indicar a melhor proposta apresentada a agente de contratação, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO SOCIETY EM GALOS NO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN**, conforme ata da sessão.

Feita toda a publicação e disponibilização do edital, nos termos da resolução n° 011/2016 do TCE RN, passada as fases recursais com os devidos julgamentos, informamos o resultado da Concorrência em epigrafe que teve como arrematante do certame a empresa **INOVACAO EMPREENDIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ 21.268.253/0001-10**, vencedora com valor de R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) conforme ata da sessão disponível no portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ante o exposto, encaminhamos o presente processo para adjudicação e homologação da autoridade competente após análise e providências cabíveis.

Galinhos/RN, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
ALFREDO ANTONIO DE FRANÇA FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:22F4E863

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026 - CE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65454879/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO SOCIETY EM GALOS NO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN

Circunstanciado na ata da sessão de análise de habilitação e propostas, respectivamente, passada as fases recursais com os devidos julgamentos, venho **ADJUDICAR** o processo licitatório **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**, e **HOMOLOGAR** o objeto à empresa **INOVACAO EMPREENDIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ 21.268.253/0001-10 vencedora com valor de R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais)**, haja vista que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com os preços e especificações estipulados no Edital confome parecer do departamento de Engenharia do Município. Todo procedimento está disponivel no site www.potaldecompraspublicas.com.br.

Publique-se!

Galinhos/RN, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:377A20EF

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 630/2026.

EMENTA: *Altera a redação do art. 7º da Lei Municipal nº 602, de 19 de dezembro de 2025, e dá outras providências*.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil e em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o limite de que trata o Art. 7º, inciso I, da Lei Municipal nº 602, de 19 de dezembro de 2025, para 40% (quarenta por cento), do total de despesa fixada na citada Lei.

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a **1º de julho de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos-RN, 04 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:FA3D1882

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 616/2026.

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do Município para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:

CAPITULO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal *(artigo 165, II, Parágrafo 2º)*, combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 *(artigo 4º)*, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
Das Definições

Artigo 2º - As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.
Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal

SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2027 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior aos das receitas previstas.
Artigo 4º - A avaliação dos resultados dos programas será realizada a cada semestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.
Artigo 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2027 será composta das seguintes peças:
I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e
II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:
a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (artigo 212);
c) recursos destinados à promoção da assistência social, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
g) receitas e despesas por categorias econômicas;
h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;
i) despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria e elemento;
j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, projetos e atividades;
k) consolidado por funções, programas e sub-programas;
l) despesas por órgãos e funções;
m) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
n) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
o) recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
p) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, e outros Fundos; e
q) especificação da legislação da receita.

§1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2026, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2027 e as disposições da presente Lei.
§2º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente, conforme for o caso.
§3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para 2027, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das diretrizes orçamentárias para 2027 à Câmara Municipal.
Artigo 6º - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2027, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em trinta por cento da despesa geral, bem como a realocação, remanejamento ou transposição de dotações orçamentárias disponíveis de uma Unidade Orçamentária para outra, cujo ato será gerado pelo Setor de Contabilidade do ente, o que será submetido ao Secretário Municipal da pasta encarregada pela atividade contábil.
Artigo 7º - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta.
Artigo 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, Parágrafo 3º, II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.
Artigo 9º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Artigo 10 – Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES
Pessoal e Encargos Sociais
b) Juros e Encargos da Dívida
c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital
d) Amortização da Dívida Interna

§1º - A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.
§2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 *(artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).*
§3º - As despesas terão como prioridades os projetos/ações elencados no Anexo I a esta Lei.
§4º - As despesas de capital programadas para 2027 estão elencadas no Anexo II a esta Lei.
§5º - A Lei Orçamentária Anual para 2027 poderá contemplar despesas de capital não contida no Anexo II desta Lei, contanto que elas sejam voltadas a serviços essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura, à pesca e à infraestrutura urbana.
Artigo 11 – As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.
Artigo 12 – Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a cinco por cento da Receita Corrente Líquida.

CAPITULO IV
Das Receitas

Artigo 13 – A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capítulo III, artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de dezembro de 2025.
§1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027 serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:
efeitos decorrentes de alterações na legislação;
II. variações de índices de preços;
III. crescimento econômico; e
IV. evolução da receita nos últimos três anos.
§2º - A estimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar n º 101/2000.
Artigo 14 – Não será permitida no exercício de 2027 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego e renda, e arrecadação de impostos.

CAPÍTULO V
Das Despesas

Seção I
Das Despesas com Pessoal

Artigo 15 – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:
a) o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,
b) a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
c) a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
d) o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão,
e) a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
f) o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.
Artigo 16 – O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais; e no semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterá o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.
§1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
§2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.
Artigo 17 – Fica autorizada a revisão da remuneração dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.
Artigo 18 – Fica autorizada a realização de concurso público, para preenchimento de vagas na Administração Municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais; e o provimento dos candidatos aprovados, no período da validade do certame, obedecendo sua ordem de classificação e as especificações contidas nas regras editalícias.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Artigo 19 – Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, combinada com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Artigo 20 – Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados à isenção de licitação na contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 75, Inciso I e II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Seção IV
Das Despesas com Convênios

Artigo 21 – O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:
sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
II. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
III. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
IV. possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
V. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Artigo 22 – O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses as Instituições Públicas e Privadas

Artigo 23 – Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2027, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:
que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de esportes, de assistência social, saúde e educação, e estejam registradas nos órgãos competentes;
II. que possua lei específica para autorização da subvenção;
III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2026;
VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município, a Fazenda Estadual e a Fazenda Federal; e
VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII
Do Convênio com a Segurança Pública e Outras áreas essenciais

Artigo 24 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo o Ente Municipal o órgão beneficiado pela ação e/ou pelos possíveis repasses financeiros conveniados, visando o reforço da segurança pública.
Parágrafo Único. Também fica autorizada, a celebração de outros convênios e/ou parcerias, com outros órgãos públicos, visando ações em áreas essenciais da estrutura pública, tais como: educação, saúde, assistência social e agricultura.

CAPÍTULO VIII
Dos Créditos Adicionais

Artigo 25 – Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.
Parágrafo Único – Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:
o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II. os provenientes do excesso de arrecadação;
III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei especifica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
Artigo 26 – As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações necessárias para esclarecimentos dos dados orçamentários pleiteados.
Artigo 27 – As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.
Artigo 28 – Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.
Parágrafo Único – Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, de Constituição Federal.
Artigo 29 – O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá receber e despachar com a Chefia do Gabinete do Prefeito, os pedidos de abertura de novos créditos adicionais, em até 30 (trinta) dias do recebimento do pedido.

CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização

SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Artigo 30 – O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais anualmente.
Parágrafo Único – Em consonância com o posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, o ente poderá promover atualização das metas fiscais ora previstas nesta Lei, no momento da elaboração do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2027, como uma medida a reduzir o grau de incerteza das projeções de receitas anuais.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Artigo 31 – Se verificado ao final do semestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes, limitações de empenho e movimentação financeira.
Parágrafo Único – A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no "caput", será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.
Artigo 32 – Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X
Das Vedações

Artigo 33 – Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000.
Artigo 34 – É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.
Parágrafo Único – Além da vedação definida no "caput", não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:
I – atividades e propagandas político-partidárias;
II – objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
IV – auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO XI
Das Dívidas

SEÇÃO ÚNICA
Da Dívida Fundada Interna

SUB-SEÇÃO I
Dos Precatórios

Artigo 35 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2027, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias, incluindo as despesas com precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.
Parágrafo Único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2026, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2027, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

SUB-SEÇÃO II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Artigo 36 – O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPITULO XI
Do Plano Plurianual

Artigo 37 – Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2027, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.
Artigo 38 – Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2027.
Artigo 39 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir novos projetos na Lei Municipal que trata do Plano Plurianual de Investimentos, para o quadriênio 2026/2029.
Artigo 40 – Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2027, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover por decreto, as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 41 – A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será entregue ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.
Parágrafo Único – Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no "caput", o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2026.
Artigo 42 – A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2027, será entregue ao Poder Executivo até 15 de setembro de 2026, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.
Artigo 43 – Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2027, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2026, tendo sua publicação ainda nesse exercício.
Artigo 44 – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:
Poder Executivo, nos links do sitio oficial do município, ou até 1º de julho de 2026, junto ao Gabinete da Prefeito; e
II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.
Parágrafo Primeiro – As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.
Parágrafo Segundo – As metas constantes na presente lei poderão ser desdobradas em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2027.
Artigo 45 – A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
Artigo 46 – Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2026, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.
Parágrafo Único – Estão além do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:
a) pessoal e encargos sociais,
b) pagamento do serviço da dívida,
c) projetos e execuções no ano de 2026 e que perdurem até 2027, ou mais,
d) pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais; e
e) despesas de natureza essencial ao bom funcionamento da estrutura pública municipal.
Artigo 47 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio José Gomes Ribeiro, Galinhos/RN, 04 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL
1.1. Na área Administrativa
1.1.1. Promover política de valorização do Servidor Público Municipal;
1.1.2. Desenvolver programas de capacitação, treinamento e reciclagem do servidor;
1.1.3. Otimizar os serviços de informatização;
1.1.4. Modernizar a administração Municipal;
1.1.5. Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático;
1.1.6. Racionalizar os gastos do Município;
1.1.7. Estimular a arrecadação, incrementando as Receitas Municipais;
1.1.8. Realizar processos seletivos e concurso público, mediante a redução do limite prudencial.

1.2 – Nas áreas de Planejamento e Finanças
1.2.1. Viabilizar as atribuições da área de planejamento;
1.2.2. Implantar ferramentas e procedimentos para controle orçamentário de receitas e despesas, inclusive reserva financeira para contrapartidas dos projetos contemplados no SICONV e futuros convênios em tramitação;
1.2.3. Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
1.2.4. Racionalizar os gastos do Município;
1.2.5. Estimular as receitas do Município;

1.3 Nas áreas de Meio Ambiente e Urbanismo
1.3.1. Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.3.2. Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
1.3.3. Recuperar e limpar rios;
1.3.4. Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
1.3.5. Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
1.3.6. Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
1.3.7. Desenvolver programas de educação ambiental;
1.3.8. Intensificar a fiscalização urbanística e ambiental;
1.3.9. Fiscalizar o serviço de coleta de resíduos sólidos;

1.4. Na área da Educação
1.4.1. Manter a integração das creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
1.4.2. Manter o programa de alimentação escolar, com excelência;
1.4.3. Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
1.4.4. Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
1.4.5. Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo
Estadual e/ou Federal, e através de veículos adequados;
1.4.6. Estimular a prática esportiva nas escolas;
1.4.7. Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento
profissional dos servidores da educação;
1.4.8. Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
1.4.9. Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
1.4.10. Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
1.4.11. Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
1.4.12. Manter a avaliação de desempenho do magistério;
1.4.13. Manter a informática a disposição da classe estudantil e sua família;
1.4.14. Estimular a Educação Integral no nível infantil, Pro-infância e Ensino Fundamental-Programa Mais Educação;
1.4.15. Estimular a gestão plena administrativa na educação;

1.5 - Nas áreas de Trânsito e Transportes
1.5.1. Promover a implementação da infraestrutura das estradas vicinais do município;
1.5.2. Manter e recuperar a frota municipal, inclusive alienando os bens inservíveis
1.5.3. Manter a malha viária em boa condição de tráfego, em especial com a recuperação de bueiros nas estradas vicinais;
1.5.4. Reformar os abrigos rodoviários existentes e instalar novos abrigos;
1.5.5. Promover a sinalização das ruas;

1.6. Na área de Desenvolvimento Rural
1.6.1. Prover o pequeno agricultor e pescador com materiais e utensílios de trabalhos;
1.6.2. Ofertar veículos agrícolas para o corte e preparo de terras de pequenos agricultores;
1.6.3. Recuperar barreiros em terras de pequenos agricultores;
1.6.4. Garantir a safra da agricultura familiar, destinando parte dela à alimentação escolar;

1.6.5. Recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;

1.7. Nas áreas de Cultura e Turismo
1.7.1. Restaurar e recuperar espaços/equipamentos culturais;
1.7.2. Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato locais;
1.7.3. Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
1.7.4. Manter e equipar a banda de música municipal;
1.7.5. Manutenção do coral municipal;
1.7.6. Manutenção da escola de música municipal;
1.7.7. Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o turismo;
1.7.8. Promover campanhas educativas voltadas ao turismo;
1.7.9. Criar o balcão de informação turística nos principais pontos turísticos municipais.
1.7.10. Promover o aproveitamento democrático dos espaços culturais;
1.7.11. Manter os programas bolsa talento e bolsa monitoria.

1.8. Na área Fazendária
1.8.1. Modernizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
1.8.2. Implementar meios de arrecadação e execução da dívida ativa municipal;
1.8.3. Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
1.8.4. Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte da
responsabilidade social com o pagamento do IPTU;
1.8.5. Diminuir os níveis de inadimplência;

1.9. Na área do Esporte e Lazer
1.9.1. Restaurar e recuperar espaços/equipamentos esportivos e de lazer;
1.9.2. Implantar projetos esportivos e de lazer, sobretudo a valorização do esporte amador;
1.9.3. Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o esporte;
1.9.4. Promover campanhas educativas voltadas ao esporte;
1.9.5. Apoiar a prática esportiva comunitária;
1.9.6. Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos;
1.9.7. Manter e recuperar quadras de esportes e ginásio poliesportivo;

1.10. Na área da Chefia Central, através do Gabinete Civil
1.10.1. Manter e estruturar o Gabinete do Prefeito;
1.10.2. Manter as ações da Controladoria Municipal;
1.10.3. Manter as ações da Procuradoria Municipal;

1.11. Na área de Obras
1.11.1. Planejar os próximos investimentos, providenciando os respectivos projetos básico e executivo, com as especificações técnicas de cada empreendimento;
1.11.2. Manter revitalizada a estrutura dos prédios já existentes;
1.11.3. Garantir a manutenção dos prédios já existentes;

1.12. Na área da Habitação
1.12.1. Incentivar políticas de Habitação;
1.12.2. Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda;

1.13 – Na área do Emprego
1.13.1. Apoio a comunidade com a criação de cursos de artesanato, bem como
encontrando espaços para escoamento da produção;
1.13.2. Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda, em especial aos programas de apoio aos artesãos local;
1.13.2. Capacitar munícipes com cursos profissionalizantes, lhes capacitando para entrar no mercado de trabalho.

1.14 – Na área de Serviços Urbanos
1.14.1. Fiscalizar o sistema de iluminação pública, viabilizando sua manutenção e sua ampliação;
1.14.2. Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
1.14.3. Manter as áreas residenciais e comerciais saneadas, inclusive com a substituição de canos e a construção de novas caixas coletoras;
1.14.4. Manter as unidades administrativas necessárias à gestão municipal, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
1.14.5. Abrir novas ruas e logradouros, quando necessário, visando a ampliação dos limites urbanos;
1.14.6. Manter e aprimorar o serviço de limpeza pública do município.

II. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA.

2.1 – Na área da Saúde
2.1.1. Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
2.1.2. Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
2.1.3. Promover ações básicas de saúde;
2.1.4. Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
2.1.5. Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
2.1.6. Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
2.1.7. Manter e recuperar a frota vincula à política pública de saúde;
2.1.8. Garantir as condições materiais para os grupos de apoio a saúde da criança, do adolescente, do deficiente físico, da mulher e do idoso;
2.1.9. Ampliar a assistência médica, através da Estratégia Saúde na Família;
2.1.10. Ampliar a assistência odontológica, através da Estratégia Saúde Bucal;
2.1.11. Manter as ações do programa de Agentes Comunitários de Saúde e combate às Endemias;
2.1.12. Incentivar o programa de assistência à mulher e ao homem;
2.1.13. Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência;
2.1.14. Manter e reformar os postos e unidades básicas de saúde;

2.2 – Na área da Assistência Social
2.2.1. Apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
2.2.2. Promover educação profissional para população;
2.2.3. Implantar os projetos sociais pertinentes à pasta;
2.2.4. Manutenção e Ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV para idosos, crianças e adolescentes, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
2.2.5. Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
2.2.6. Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional à criança e ao adolescente em situação de violência e risco social;
2.2.7. Manutenção das ações do Cadastro Único e do Bolsa Família;
2.2.8. Manutenção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
2.2.9. Manutenção dos Programas Primeira Infância e Benefício de Prestação Continuada (BPC);
2.2.10 - Manutenção das ações do Conselho Municipal de Assistência Social
(CMAS);
2.2.11. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
2.2.12. Manutenção do Fundo para Infância e Adolescência (FIA);
2.2.13. Manutenção e reforma dos prédios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
2.2.14. Manutenção do programa de doação de cestas básicas às famílias com risco social;

ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO
I – ORÇAMENTO FISCAL NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1.1. Na área da Administração

1.1.1. Ampliar o sistema de informatização do município;
1.1.2. Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas;
1.1.3. Incentivar, patrocinar e promover cursos que visem a capacitação e reciclagem do servidor público;
1.1.4. Adquirir novos imóveis;

1.2 . Nas áreas do Meio Ambiente e Urbanismo
1.2.1. Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.2.2. Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
1.2.3. Construir unidades sanitárias nas áreas urbana e rural do município;
1.2.4. Construir estação de transbordo de resíduos sólidos;
1.2.5. Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos;
1.2.6. Ampliar sistemas de abastecimento de água potável;
1.2.7. Efetuar a limpeza pública, seja diretamente ou indiretamente;

1.3 - Na área da Educação
1.3.1. Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
1.3.2. Aquisição de novas unidades de transporte escolar;
1.3.3. Edificar e estruturar áreas de prática esportiva nas escolas e creches;
1.3.4. Construir e equipar cozinhas e refeitórios em escolas;
1.3.5. Construir acessibilidade nas escolas;
1.3.6. Iniciar processo de climatização das escolas.

1.4 - Nas áreas da Cultura e Turismo
1.4.1. Aquisição e manutenção de instrumentos musicais para os programas culturais;
1.4.2. Construir equipamentos que visem o desenvolvimento do turismo e do lazer.

1.5 - Nas áreas dos Transportes e Trânsito
1.5.1. Adquirir equipamentos/máquinas para efetuar o melhoramento das estradas do município;
1.5.2. Adquirir veículos para equipar a frota municipal;
1.5.3. Instalar novos abrigos rodoviários;

1.6 - Nas áreas do Trabalho e Habitação
1.6.1. Edificar novas unidades de habitação popular;
1.6.2. Adquirir novas áreas urbanas de terrenos para programas de habitação popular;

1.7 – Na área do Desenvolvimento Rural
1.7.1. Adquirir equipamentos e máquinas que propiciem assistência ao pequeno agricultor;
1.7.2. Construir barreiros em terras de pequenos agricultores;
1.7.3. Construir e instalar poços artesianos na zona rural;
1.7.4. Construção de reservatório de água nas comunidades rurais;

1.8 – Nas áreas do Esporte e Lazer
1.8.1. Construir quadras e espaços com equipamentos esportivos;
1.8.2. Construir os vestiários e alambrados nas quadras de esportes do município;
1.8.3. Manutenção dos campos de futebol;
1.8.4. Instalação de academias para a terceira idade;
1.8.5. Construção de uma área de lazer para atividades desportivas diversas;

1.9 – Nas áreas de Obras e Serviços Públicos
1.9.1. Ampliar o sistema de iluminação pública;
1.9.2. Ampliar o cemitério público;
1.9.3. Construir o mercado público e melhorar o Pratagil;
1.9.4. Construir e reformar praças públicas;
1.9.5. Construir as novas unidades necessárias à administração do município, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
1.9.6. Efetuar Pavimentação e urbanização de ruas no município;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Na área da Saúde
2.1.1. Adquirir veículos e equipamentos do sistema de saúde pública, em especial
ambulâncias;
2.1.2. Ampliar o sistema de saúde pública local;
2.1.3. Instalar academias de terceira idade em comunidades urbanas e rurais;
2.1.4. Construir e instalar pontos de apoio ao atendimento à saúde;
2.1.5. Aquisição de veículo com capacidade para transporte de pacientes;
2.1.6. Melhorar as instalações físicas das UBS municipais;
2.1.7. Ampliação e reforma das UBS, conforme a necessidade;
2.2 - Na área da Assistência Social
2.2.1. Construção da sede do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
2.2.2. Aquisição de equipamentos para as unidades da assistência social, inclusive para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
2.2.3. Equipar e reformar as Unidades Básicas de Assistência;
2.2.4. Aquisição de veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:C1E36A53

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 629/2026.

Inclui no perímetro urbano do Município de Galinhos/RN o imóvel constituído pela matrícula nº 279 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guamaré/RN, declara a área como urbanizável, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica incluído no perímetro urbano do Município de Galinhos/RN, na condição de área urbanizável, o imóvel rural, constituído pela matrícula nº 279, do Cartório do Ofício Único do Termo de Guamaré/RN, com o seguinte perímetro: uma área de 3.604,5409 ha com Perímetro de 31.447,95 m, que inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ER3-V-0055, de coordenadas N 9.435.510,93m e E 802.339,35m; situado no limite com o Rio Galinhos. Deste segue confrontando com o Rio Galinhos, com azimute de 112°47'37" por uma distância de 67,65m até o vértice ER3-V-0056, de coordenadas N 9.435.484,72m e E 802.401,71m; deste segue, com azimute de 128°43'27" por uma distância de 157,34m até o vértice ER3-V-0057, de coordenadas N 9.435.386,29m e E 802.524,47m; deste segue, com azimute de 127°24'12" por uma distância de 158,57m até o vértice ER3-V-0058, de coordenadas N 9.435.289,97m e E 802.650,43m; deste segue, com azimute de 84°36'05" por uma distância de 247,66m até o vértice ER3-V-0059, de coordenadas N 9.435.313,27m e E 802.897,00m; deste segue, com azimute de 75°49'19" por uma distância de 99,36m até o vértice ER3-V-0060, de coordenadas N 9.435.337,61m e E 802.993,33m; deste segue, com azimute de 112°37'37" por uma distância de 96,30m até o vértice ER3-V-0061, de coordenadas N 9.435.300,55m e E 803.082,22m; deste segue, com azimute de 75°27'42" por uma distância de 29,52m até o vértice ER3-V-0062, de coordenadas N 9.435.307,96m e E 803.110,79m; deste segue, com azimute de 123°55'43" por uma distância de 66,34m até o vértice ER3-V-0063, de coordenadas N 9.435.270,93m e E 803.165,84m; deste segue, com azimute de 92°13'51" por uma distância de 81,55m até o vértice ER3-V-0064, de coordenadas N 9.435.267,76m e E 803.247,32m; deste segue, com azimute de 126°47'33" por uma distância de 141,39m até o vértice ER3-V-0065, de coordenadas N 9.435.183,08m e E 803.360,55m; deste segue, com azimute de 111°16'06" por uma distância de 97,68m até o vértice ER3-V-0066, de coordenadas N 9.435.147,65m e E 803.451,57m; deste segue, com azimute de 128°28'17" por uma distância de 148,04m até o vértice ER3-V-0067, de coordenadas N 9.435.055,55m e E 803.567,48m; deste segue, com azimute de 121°52'46" por uma distância de 237,42m até o vértice ER3-V-0068, de coordenadas N 9.434.930,16m e E 803.769,08m;

deste segue, com azimute de 123°56'57" por uma distância de 199,04m até o vértice ER3-V-0069, de coordenadas N 9.434.819,01m e E 803.934,19m; deste segue, com azimute de 121°21'04" por uma distância de 118,94m até o vértice ER3-V-0070, de coordenadas N 9.434.757,12m e E 804.035,77m; deste segue, com azimute de 152°35'46" por uma distância de 96,58m até o vértice ER3-V-0071, de coordenadas N 9.434.671,38m e E 804.080,22m; deste segue, com azimute de 115°23'14" por uma distância de 103,68m até o vértice ER3-V-0072, de coordenadas N 9.434.626,93m e E 804.173,89m; deste segue, com azimute de 120°40'06" por uma distância de 158,74m até o vértice ER3-V-0073, de coordenadas N 9.434.545,96m e E 804.310,43m; deste segue, com azimute de 113°32'33" por uma distância de 174,88m até o vértice ER3-V-0074, de coordenadas N 9.434.476,11m e E 804.470,75m; deste segue, com azimute de 116°24'52" por uma distância de 271,21m até o vértice ER3-V-0075, de coordenadas N 9.434.355,46m e E 804.713,65m; deste segue, com azimute de 128°05'14" por uma distância de 223,88m até o vértice ER3-V-0076, de coordenadas N 9.434.217,36m e E 804.889,86m; deste segue, com azimute de 44°02'50" por uma distância de 68,49m até o vértice ER3-V-0077, de coordenadas N 9.434.266,58m e E 804.937,47m; deste segue, com azimute de 107°56'52" por uma distância de 412,17m até o vértice ER3-V- 0078, de coordenadas N 9.434.139,57m e E 805.329,59m; deste segue, com azimute de 52°47'00" por uma distância de 314,97m até o vértice ER3-V-0079, de coordenadas N 9.434.330,07m e E 805.580,41m; deste segue, com azimute de 73°57'33" por uma distância de 264,28m até o vértice ER3-V-0080, de coordenadas N 9.434.403,10m e E 805.834,41m; deste segue, com azimute de 77°45'04" por uma distância de 246,95m até o vértice ER3-V-0081, de coordenadas N 9.434.455,49m e E 806.075,73m; deste segue, com azimute de 68°49'11" por uma distância de 325,16m até o vértice ER3-V-0082, de coordenadas N 9.434.572,97m e E 806.378,93m; deste segue, com azimute de 46°53'29" por uma distância de 204,41m até o vértice ER3-V-0083, de coordenadas N 9.434.712,67m e E 806.528,16m; deste segue, com azimute de 40°37'35" por uma distância de 382,77m até o vértice ER3-V-0084, de coordenadas N 9.435.003,18m e E 806.777,39m; deste segue, com azimute de 323°45'24" por uma distância de 59,04m até o vértice ER3-V-0085, de coordenadas N 9.435.050,79m e E 806.742,48m; deste segue, com azimute de 66°28'12" por uma distância de 147,16m até o vértice ER3-V-0086, de coordenadas N 9.435.109,54m e E 806.877,41m; deste segue, com azimute de 88°39'15" por uma distância de 134,97m até o vértice ER3-V-0087, de coordenadas N 9.435.112,71m e E 807.012,34m; deste segue, com azimute de 95°20'50" por uma distância de 221,64m até o vértice ER3-V-0088, de coordenadas N 9.435.092,06m e E 807.233,01m; deste segue, com azimute de 98°31'06" por uma distância de 128,42m até o vértice ER3-V-0089, de coordenadas N 9.435.073,03m e E 807.360,02m; deste segue, com azimute de 102°17'41" por uma distância de 253,47m até o vértice ER3-V-0090, de coordenadas N 9.435.019,06m e E 807.607,67m; deste segue, com azimute de 106°48'48" por uma distância de 230,51m até o vértice ER3-V-0091, de coordenadas N 9.434.952,38m e E 807.828,33m; deste segue, com azimute de 77°32'46" por uma distância de 139,82m até o vértice ER3-V-0092, de coordenadas N 9.434.982,53m e E 807.964,86m; deste segue, com azimute de 98°02'55" por uma distância de 306,20m até o vértice ER3-V-0093, de coordenadas N 9.434.939,66m e E 808.268,05m; deste segue, com azimute de 86°53'10" por uma distância de 146,27m até o vértice ER3-V-0094, de coordenadas N 9.434.947,61m e E 808.414,10m; deste segue, com azimute de 102°33'52" por uma distância de 255,37m até o vértice ER3-V-0095, de coordenadas N 9.434.892,06m e E 808.663,35m; deste segue, com azimute de 114°00'47" por uma distância de 191,17m até o vértice ER3-V-0096, de coordenadas N 9.434.814,26m e E 808.837,98m; deste segue, com azimute de 107°44'49" por uma distância de 291,69m até o vértice ER3-V-0097, de coordenadas N 9.434.725,35m e E 809.115,78m; deste segue, com azimute de 123°28'07" por uma distância de 230,29m até o vértice ER3-V-0098, de coordenadas N 9.434.598,35m e E 809.307,88m; deste segue, com azimute de 126°33'48" por uma distância de 237,17m até o vértice ER3-V-0099, de coordenadas N 9.434.457,07m e E 809.498,38m; deste segue, com azimute de 134°00'37" por uma distância de 390,69m até o vértice ER3-V-0100, de coordenadas N 9.434.185,62m e E 809.779,37m; deste segue, com azimute de 129°44'07" por uma distância de 317,91m até o vértice ER3-V-0101, de coordenadas N 9.433.982,40m e E 810.023,85m; deste segue, com azimute de 123°43'28" por uma distância de 706,22m até o vértice ER3-V-0102, de coordenadas N 9.433.590,30m e E 810.611,22m; deste segue, com azimute de 151°45'43" por uma distância de 389,23m até o vértice ER3-V-0103, de coordenadas N 9.433.247,40m e E 810.795,38m; deste segue, com azimute de 145°33'52" por uma distância de 336,85m até o vértice ER3-V-0104, de coordenadas N 9.432.969,58m e E 810.985,86m; deste segue, com azimute de 126°52'05" por uma distância de 198,43m até o vértice ER3-V-0105, de coordenadas N 9.432.850,53m e E 811.144,61m; deste segue, com azimute de 109°48'09" por uma distância de 168,75m até o vértice ER3-V-0106, de coordenadas N 9.432.793,36m e E 811.303,38m; deste segue, com azimute de 79°14'28" por uma distância de 127,65m até o vértice ER3-V-0107, de coordenadas N 9.432.817,19m e E 811.428,78m; deste segue, com azimute de 78°25'27" por uma distância de 403,48m até o vértice ER3-V-0108, de coordenadas N 9.432.898,15m e E 811.824,06m; deste segue, com azimute de 51°34'15" por uma distância de 372,90m até o vértice ER3-V-0109, de coordenadas N 9.433.129,93m e E 812.116,18m; deste segue, com azimute de 34°49'16" por uma distância de 88,93m até o vértice ER3-V-0110, de coordenadas N 9.433.202,93m e E 812.166,96m; deste segue, com azimute de 53°58'34" por uma distância de 259,12m até o vértice ER3-V- 0111, de coordenadas N 9.433.355,33m e E 812.376,53m; deste segue, com azimute de 44°13'56" por uma distância de 594,11m até o vértice ER3-M-0491, de coordenadas N 9.433.781,01m e E 812.790,96m; deste segue confrontando com a propriedade de Maricultura Rio Grande do Norte, com azimute de 114°06'49" por uma distância de 921,38m até o vértice ER3-M-0492, de coordenadas N 9.433.404,59m e E 813.631,94m; deste segue, com azimute de 177°11'33" por uma distância de 1.078,52m até o vértice ER3-M-0469, de coordenadas N 9.432.327,36m e E 813.684,76m; deste segue confrontando com a Rodovia Estadual – RN-221, com azimute de 226°27'00" por uma distância de 124,44m até o vértice E3B-V-2660, de coordenadas N 9.432.241,63m e E 813.594,57m; deste segue, com azimute de 223°19'22" por uma distância de 130,11m até o vértice E3B-V-2661, de coordenadas N 9.432.146,97m e E 813.505,30m; deste segue, com azimute de 236°27'43" por uma distância de 37,41m até o vértice E3B-V-2662, de coordenadas N 9.432.126,31m e E 813.474,12m; deste segue, com azimute de 229°18'21" por uma distância de 26,31m até o vértice E3B-V-2663, de coordenadas N 9.432.109,16m e E 813.454,18m; deste segue, com azimute de 214°36'39" por uma distância de 23,83m até o vértice E3B-V-2664, de coordenadas N 9.432.089,54m e E 813.440,64m; deste segue, com azimute de 209°53'53" por uma distância de 28,53m até o vértice E3B-V-2665, de coordenadas N 9.432.064,80m e E 813.426,42m; deste segue, com azimute de 215°42'44" por uma distância de 107,26m até o vértice E3B-V-2666, de coordenadas N 9.431.977,71m e E 813.363,81m; deste segue, com azimute de 225°59'36" por uma distância de 79,69m até o vértice E3B-V-2667, de coordenadas N 9.431.922,35m e E 813.306,50m; deste segue, com azimute de 226°33'32" por uma distância de 124,43m até o vértice E3B-V-2668, de coordenadas N 9.431.836,79m e E 813.216,15m; deste segue, com azimute de 226°15'19" por uma distância de 96,48m até o vértice E3B-V-2669, de coordenadas N 9.431.770,08m e E 813.146,45m; deste segue, com azimute de 233°02'31" por uma distância de 64,01m até o vértice E3B-V-2670, de coordenadas N 9.431.731,59m e E 813.095,30m; deste segue, com azimute de 244°25'23" por uma distância de 60,41m até o vértice E3B-V-2671, de coordenadas N 9.431.705,51m e E 813.040,80m; deste segue, com azimute de 245°59'57" por uma distância de 136,67m até o vértice E3B-V-2672, de coordenadas N 9.431.649,92m e E 812.915,95m; deste segue, com azimute de 248°29'23" por uma distância de 53,73m até o vértice E3B-V-2673, de coordenadas N 9.431.630,22m e E 812.865,97m; deste segue, com azimute de 256°10'43" por uma distância de 330,58m até o vértice E3B-V-2674, de coordenadas N 9.431.551,25m e E 812.544,96m; deste segue, com azimute de 256°02'17" por uma distância de 140,87m até o vértice E3B-V-2675, de coordenadas N 9.431.517,26m e E 812.408,25m; deste segue, com azimute de 256°26'17" por uma distância de 163,44m até o vértice E3B-V-2676, de coordenadas N 9.431.478,93m e E 812.249,37m; deste segue, com azimute de 256°21'38" por uma distância de 378,62m até o vértice E3B-V-2677, de coordenadas N 9.431.389,65m e E 811.881,43m; deste segue, com azimute de 256°41'09" por uma distância de 254,60m até o vértice E3B-V-2678, de coordenadas N 9.431.331,02m e E 811.633,67m;

deste segue, com azimute de 256°13'11" por uma distância de 303,47m até o vértice E3B-V-2679, de coordenadas N 9.431.258,73m e E 811.338,94m; deste segue, com azimute de 255°59'53" por uma distância de 417,07m até o vértice E3B-V-2680, de coordenadas N 9.431.157,82m e E 810.934,26m; deste segue, com azimute de 255°57'08" por uma distância de 129,53m até o vértice E3B-V-2681, de coordenadas N 9.431.126,38m e E 810.808,61m; deste segue, com azimute de 244°51'34" por uma distância de 58,50m até o vértice E3B-V-2682, de coordenadas N 9.431.101,53m e E 810.755,64m; deste segue, com azimute de 238°59'47" por uma distância de 54,42m até o vértice E3B-V-2683, de coordenadas N 9.431.073,49m e E 810.709,00m; deste segue, com azimute de 244°28'47" por uma distância de 45,37m até o vértice E3B-V-2684, de coordenadas N 9.431.053,95m e E 810.668,06m; deste segue, com azimute de 255°37'45" por uma distância de 29,86m até o vértice E3B-V-2685, de coordenadas N 9.431.046,54m e E 810.639,13m; deste segue, com azimute de 277°11'50" por uma distância de 22,16m até o vértice E3B-V-2686, de coordenadas N 9.431.049,31m e E 810.617,14m; deste segue, com azimute de 288°29'49" por uma distância de 54,71m até o vértice E3B-V-2687, de coordenadas N 9.431.066,67m e E 810.565,26m; deste segue, com azimute de 279°52'55" por uma distância de 48,71m até o vértice E3B-V-2688, de coordenadas N 9.431.075,03m e E 810.517,27m; deste segue, com azimute de 268°36'52" por uma distância de 35,49m até o vértice E3B-V-2689, de coordenadas N 9.431.074,17m e E 810.481,78m; deste segue, com azimute de 260°49'47" por uma distância de 61,24m até o vértice E3B-V-2690, de coordenadas N 9.431.064,41m e E 810.421,33m; deste segue, com azimute de 263°01'24" por uma distância de 103,22m até o vértice E3B-V-2691, de coordenadas N 9.431.051,88m e E 810.318,87m; deste segue, com azimute de 263°36'58" por uma distância de 49,09m até o vértice E3B-V-2692, de coordenadas N 9.431.046,42m e E 810.270,09m; deste segue, com azimute de 274°10'52" por uma distância de 27,27m até o vértice E3B-V-2693, de coordenadas N 9.431.048,41m e E 810.242,89m; deste segue, com azimute de 279°44'09" por uma distância de 58,08m até o vértice E3B-V-2694, de coordenadas N 9.431.058,23m e E 810.185,65m; deste segue, com azimute de 275°25'52" por uma distância de 54,32m até o vértice E3B-V-2695, de coordenadas N 9.431.063,37m e E 810.131,57m; deste segue, com azimute de 273°27'48" por uma distância de 177,64m até o vértice E3B-V-2696, de coordenadas N 9.431.074,10m e E 809.954,25m; deste segue, com azimute de 267°58'55" por uma distância de 21,37m até o vértice E3B-V-2697, de coordenadas N 9.431.073,35m e E 809.932,89m; deste segue, com azimute de 257°56'10" por uma distância de 32,95m até o vértice E3B-V-2698, de coordenadas N 9.431.066,46m e E 809.900,68m; deste segue, com azimute de 252°43'47" por uma distância de 22,84m até o vértice E3B-V-2699, de coordenadas N 9.431.059,68m e E 809.878,86m; deste segue, com azimute de 237°45'32" por uma distância de 39,32m até o vértice E3B-V-2700, de coordenadas N 9.431.038,70m e E 809.845,60m; deste segue, com azimute de 210°25'49" por uma distância de 36,61m até o vértice E3B-V-2701, de coordenadas N 9.431.007,14m e E 809.827,06m; deste segue, com azimute de 201°17'25" por uma distância de 28,50m até o vértice E3B-V-2702, de coordenadas N 9.430.980,59m e E 809.816,72m; deste segue, com azimute de 190°06'34" por uma distância de 121,88m até o vértice E3B-V-2703, de coordenadas N 9.430.860,60m e E 809.795,32m; deste segue, com azimute de 178°39'15" por uma distância de 37,91m até o vértice E3B-V-2704, de coordenadas N 9.430.822,70m e E 809.796,21m; deste segue, com azimute de 197°32'41" por uma distância de 155,24m até o vértice E3B-V-2705, de coordenadas N 9.430.674,68m e E 809.749,42m; deste segue, com azimute de 198°27'29" por uma distância de 617,31m até o vértice E3B-V-2706, de coordenadas N 9.430.089,13m e E 809.553,97m; deste segue, com azimute de 201°42'38" por uma distância de 177,33m até o vértice E3B-V-2707, de coordenadas N 9.429.924,38m e E 809.488,37m; deste segue, com azimute de 204°09'11" por uma distância de 56,21m até o vértice E3B-V-2708, de coordenadas N 9.429.873,09m e E 809.465,37m; deste segue, com azimute de 215°20'53" por uma distância de 29,47m até o vértice E3B-V-2709, de coordenadas N 9.429.849,06m e E 809.448,33m; deste segue, com azimute de 229°54'26" por uma distância de 31,62m até o vértice E3B-V-2710, de coordenadas N 9.429.828,69m e E 809.424,14m; deste segue, com azimute de 248°24'29" por uma distância de 49,70m até o vértice E3B-V-2711, de coordenadas N 9.429.810,40m e E 809.377,92m; deste segue, com azimute de 259°51'49" por uma distância de 332,60m até o vértice E3B-V-2712, de coordenadas N 9.429.751,87m e E 809.050,51m; deste segue, com azimute de 259°56'39" por uma distância de 121,70m até o vértice E3B-V-2713, de coordenadas N 9.429.730,62m e E 808.930,68m; deste segue, com azimute de 261°39'02" por uma distância de 49,64m até o vértice E3B-V-2714, de coordenadas N 9.429.723,41m e E 808.881,57m; deste segue, com azimute de 270°26'30" por uma distância de 58,39m até o vértice E3B-V-2715, de coordenadas N 9.429.723,86m e E 808.823,18m; deste segue, com azimute de 278°48'55" por uma distância de 39,14m até o vértice E3B-V-2716, de coordenadas N 9.429.729,86m e E 808.784,50m; deste segue, com azimute de 282°38'55" por uma distância de 358,18m até o vértice E3B-V-2717, de coordenadas N 9.429.808,29m e E 808.435,01m; deste segue, com azimute de 282°47'53" por uma distância de 257,73m até o vértice E3B-V-2718, de coordenadas N 9.429.865,38m e E 808.183,69m; deste segue, com azimute de 282°29'34" por uma distância de 371,08m até o vértice E3B-V-2719, de coordenadas N 9.429.945,65m e E 807.821,39m; deste segue, com azimute de 282°30'55" por uma distância de 168,84m até o vértice E3B-V-2720, de coordenadas N 9.429.982,24m e E 807.656,56m; deste segue, com azimute de 279°54'05" por uma distância de 33,81m até o vértice E3B-V-2721, de coordenadas N 9.429.988,05m e E 807.623,25m; deste segue, com azimute de 274°14'52" por uma distância de 31,38m até o vértice E3B-V-2722, de coordenadas N 9.429.990,37m e E 807.591,96m; deste segue, com azimute de 265°23'28" por uma distância de 34,77m até o vértice E3B-V-2723, de coordenadas N 9.429.987,58m e E 807.557,30m; deste segue, com azimute de 257°20'37" por uma distância de 33,53m até o vértice E3B-V-2724, de coordenadas N 9.429.980,23m e E 807.524,58m; deste segue, com azimute de 249°47'41" por uma distância de 28,52m até o vértice E3B-V-2725, de coordenadas N 9.429.970,38m e E 807.497,82m; deste segue, com azimute de 243°46'26" por uma distância de 37,59m até o vértice E3B-V-2726, de coordenadas N 9.429.953,77m e E 807.464,10m; deste segue, com azimute de 238°53'55" por uma distância de 223,36m até o vértice E3B-V-2727, de coordenadas N 9.429.838,39m e E 807.272,85m; deste segue, com azimute de 242°15'48" por uma distância de 95,95m até o vértice E3B-V-2728, de coordenadas N 9.429.793,74m e E 807.187,92m; deste segue, com azimute de 249°53'44" por uma distância de 35,22m até o vértice E3B-V-2729, de coordenadas N 9.429.781,63m e E 807.154,85m; deste segue, com azimute de 260°42'50" por uma distância de 69,72m até o vértice E3B-V-2730, de coordenadas N 9.429.770,38m e E 807.086,04m; deste segue, com azimute de 266°17'35" por uma distância de 239,69m até o vértice E3B-V-2731, de coordenadas N 9.429.754,89m e E 806.846,85m; deste segue, com azimute de 266°11'35" por uma distância de 424,12m até o vértice E3B-V-2732, de coordenadas N 9.429.726,73m e E 806.423,67m; deste segue, com azimute de 266°17'59" por uma distância de 82,34m até o vértice E3B-V-2733, de coordenadas N 9.429.721,41m e E 806.341,51m; deste segue, com azimute de 268°58'37" por uma distância de 68,42m até o vértice E3B-V-2734, de coordenadas N 9.429.720,19m e E 806.273,09m; deste segue, com azimute de 279°02'15" por uma distância de 66,83m até o vértice E3B-V-2735, de coordenadas N 9.429.730,69m e E 806.207,09m; deste segue, com azimute de 289°04'33" por uma distância de 86,02m até o vértice E3B-V-2736, de coordenadas N 9.429.758,80m e E 806.125,79m; deste segue, com azimute de 290°19'31" por uma distância de 74,19m até o vértice E3B-V-2737, de coordenadas N 9.429.784,57m e E 806.056,22m; deste segue, com azimute de 292°46'48" por uma distância de 135,06m até o vértice E3B-V-2738, de coordenadas N 9.429.836,87m e E 805.931,70m; deste segue, com azimute de 292°14'59" por uma distância de 1.854,86m até o vértice E3B-V-2739, de coordenadas N 9.430.539,20m e E 804.214,95m; deste segue confrontando com a Rodovia Estadual – RN-402, com azimute de 299°18'13" por uma distância de 29,29m até o vértice E3B-V-2740, de coordenadas N 9.430.553,53m e E 804.189,40m; deste segue, com azimute de 320°19'38" por uma distância de 22,81m até o vértice E3B-V-2741, de coordenadas N 9.430.571,09m e E 804.174,84m; deste segue, com azimute de 341°46'51" por uma distância de 23,62m até o vértice E3B-V-2742, de coordenadas N 9.430.593,53m e E 804.167,45m; deste segue, com azimute de 2°52'12" por uma distância de 28,66m até o vértice E3B-V-2743, de coordenadas N 9.430.622,16m e E 804.168,89m; deste segue, com azimute de 4°48'36" por uma

distância de 160,39m até o vértice E3B-V-2744, de coordenadas N 9.430.781,98m e E 804.182,34m; deste segue, com azimute de 9°54'54" por uma distância de 177,26m até o vértice E3B-V-2745, de coordenadas N 9.430.956,59m e E 804.212,86m; deste segue, com azimute de 12°56'06" por uma distância de 139,87m até o vértice E3B-V-2746, de coordenadas N 9.431.092,91m e E 804.244,17m; deste segue, com azimute de 8°54'26" por uma distância de 25,47m até o vértice E3B-V-2747, de coordenadas N 9.431.118,07m e E 804.248,11m; deste segue, com azimute de 5°00'31" por uma distância de 21,36m até o vértice E3B-V-2748, de coordenadas N 9.431.139,35m e E 804.249,97m; deste segue, com azimute de 359°22'51" por uma distância de 27,96m até o vértice E3B-V-2749, de coordenadas N 9.431.167,30m e E 804.249,67m; deste segue, com azimute de 352°14'20" por uma distância de 43,96m até o vértice E3B-V-2750, de coordenadas N 9.431.210,86m e E 804.243,73m; deste segue, com azimute de 347°09'10" por uma distância de 25,37m até o vértice E3B-V-2751, de coordenadas N 9.431.235,60m e E 804.238,09m; deste segue, com azimute de 337°47'49" por uma distância de 25,96m até o vértice E3B-V-2752, de coordenadas N 9.431.259,63m e E 804.228,28m; deste segue, com azimute de 328°02'40" por uma distância de 22,50m até o vértice E3B-V-2753, de coordenadas N 9.431.278,72m e E 804.216,38m; deste segue, com azimute de 325°03'45" por uma distância de 497,49m até o vértice E3B-V-2754, de coordenadas N 9.431.686,55m e E 803.931,47m; deste segue, com azimute de 323°38'23" por uma distância de 34,99m até o vértice E3B-V-2755, de coordenadas N 9.431.714,73m e E 803.910,73m; deste segue, com azimute de 318°24'45" por uma distância de 36,91m até o vértice E3B-V-2756, de coordenadas N 9.431.742,34m e E 803.886,23m; deste segue, com azimute de 313°18'32" por uma distância de 28,78m até o vértice E3B-V-2757, de coordenadas N 9.431.762,08m e E 803.865,28m; deste segue, com azimute de 308°32'24" por uma distância de 26,74m até o vértice E3B-V-2758, de coordenadas N 9.431.778,74m e E 803.844,37m; deste segue, com azimute de 302°37'02" por uma distância de 113,78m até o vértice E3B-V-2759, de coordenadas N 9.431.840,07m e E 803.748,53m; deste segue, com azimute de 307°22'36" por uma distância de 47,23m até o vértice E3B-V-2760, de coordenadas N 9.431.868,74m e E 803.711,00m; deste segue, com azimute de 316°44'24" por uma distância de 19,39m até o vértice E3B-V-2761, de coordenadas N 9.431.882,86m e E 803.697,72m; deste segue, com azimute de 335°44'01" por uma distância de 8,91m até o vértice E3B-V-2762, de coordenadas N 9.431.890,99m e E 803.694,05m; deste segue, com azimute de 3°08'48" por uma distância de 15,46m até o vértice E3B-V-2763, de coordenadas N 9.431.906,43m e E 803.694,90m; deste segue, com azimute de 32°13'31" por uma distância de 73,24m até o vértice E3B-V-2764, de coordenadas N 9.431.968,38m e E 803.733,96m; deste segue, com azimute de 27°51'37" por uma distância de 105,64m até o vértice E3B-V-2765, de coordenadas N 9.432.061,78m e E 803.783,32m; deste segue, com azimute de 19°51'37" por uma distância de 60,88m até o vértice E3B-V-2766, de coordenadas N 9.432.119,04m e E 803.804,01m; deste segue, com azimute de 14°14'37" por uma distância de 196,89m até o vértice E3B-V- 2767, de coordenadas N 9.432.309,87m e E 803.852,45m; deste segue, com azimute de 13°51'34" por uma distância de 129,23m até o vértice E3B-V-2768, de coordenadas N 9.432.435,35m e E 803.883,41m; deste segue, com azimute de 15°01'00" por uma distância de 310,20m até o vértice E3B-V-2769, de coordenadas N 9.432.734,96m e E 803.963,78m; deste segue, com azimute de 14°33'51" por uma distância de 274,11m até o vértice E3B-V-2770, de coordenadas N 9.433.000,26m e E 804.032,71m; deste segue, com azimute de 9°11'32" por uma distância de 25,16m até o vértice E3B-V-2771, de coordenadas N 9.433.025,09m e E 804.036,73m; deste segue, com azimute de 1°01'14" por uma distância de 29,28m até o vértice E3B-V-2772, de coordenadas N 9.433.054,37m e E 804.037,25m; deste segue, com azimute de 353°46'55" por uma distância de 65,10m até o vértice E3B-V-2773, de coordenadas N 9.433.119,08m e E 804.030,20m; deste segue, com azimute de 347°11'48" por uma distância de 24,83m até o vértice E3B-V-2774, de coordenadas N 9.433.143,29m e E 804.024,70m; deste segue, com azimute de 340°19'34" por uma distância de 25,00m até o vértice E3B-V-2775, de coordenadas N 9.433.166,83m e E 804.016,28m; deste segue, com azimute de 338°01'57" por uma distância de 342,97m até o vértice E3B-V-2776, de coordenadas N 9.433.484,89m e E 803.887,98m; deste segue, com azimute de 337°48'29" por uma distância de 118,97m até o vértice E3B-V-2777, de coordenadas N 9.433.595,05m e E 803.843,05m; deste segue, com azimute de 336°08'39" por uma distância de 151,19m até o vértice E3B-V-2778, de coordenadas N 9.433.733,32m e E 803.781,90m; deste segue, com azimute de 333°51'54" por uma distância de 107,42m até o vértice E3B-V-2779, de coordenadas N 9.433.829,76m e E 803.734,58m; deste segue, com azimute de 333°21'20" por uma distância de 396,31m até o vértice E3B-V-2780, de coordenadas N 9.434.183,98m e E 803.556,86m; deste segue, com azimute de 329°43'45" por uma distância de 17,86m até o vértice E3B-V-2781, de coordenadas N 9.434.199,40m e E 803.547,86m; deste segue, com azimute de 319°32'13" por uma distância de 30,50m até o vértice E3B-V-2782, de coordenadas N 9.434.222,61m e E 803.528,06m; deste segue, com azimute de 302°32'02" por uma distância de 37,27m até o vértice E3B-V-2783, de coordenadas N 9.434.242,66m e E 803.496,64m; deste segue, com azimute de 292°24'40" por uma distância de 208,22m até o vértice E3B-V-2784, de coordenadas N 9.434.322,04m e E 803.304,14m; deste segue, com azimute de 296°43'06" por uma distância de 26,25m até o vértice E3B-V-2785, de coordenadas N 9.434.333,85m e E 803.280,69m; deste segue, com azimute de 306°17'17" por uma distância de 26,78m até o vértice E3B-V-2786, de coordenadas N 9.434.349,69m e E 803.259,10m; deste segue, com azimute de 313°44'00" por uma distância de 20,88m até o vértice E3B-V-2787, de coordenadas N 9.434.364,13m e E 803.244,01m; deste segue, com azimute de 319°07'23" por uma distância de 191,75m até o vértice E3B-V-2788, de coordenadas N 9.434.509,12m e E 803.118,52m; deste segue, com azimute de 311°01'31" por uma distância de 39,16m até o vértice E3B-V-2789, de coordenadas N 9.434.534,83m e E 803.088,98m; deste segue, com azimute de 298°04'35" por uma distância de 32,83m até o vértice E3B-V-2790, de coordenadas N 9.434.550,28m e E 803.060,01m; deste segue, com azimute de 290°04'17" por uma distância de 35,13m até o vértice E3B-V-2791, de coordenadas N 9.434.562,34m e E 803.027,01m; deste segue, com azimute de 285°51'48" por uma distância de 199,96m até o vértice E3B-V-2792, de coordenadas N 9.434.616,99m e E 802.834,67m; deste segue, com azimute de 295°37'05" por uma distância de 34,65m até o vértice E3B-V-2793, de coordenadas N 9.434.631,97m e E 802.803,43m; deste segue, com azimute de 302°15'41" por uma distância de 49,59m até o vértice E3B-V-2794, de coordenadas N 9.434.658,45m e E 802.761,49m; deste segue, com azimute de 320°07'00" por uma distância de 14,46m até o vértice E3B-V-2795, de coordenadas N 9.434.669,54m e E 802.752,22m; deste segue, com azimute de 338°15'30" por uma distância de 21,28m até o vértice E3B-V-2796, de coordenadas N 9.434.689,31m e E 802.744,33m; deste segue, com azimute de 352°54'50" por uma distância de 110,08m até o vértice E3B-V-2797, de coordenadas N 9.434.798,55m e E 802.730,76m; deste segue, com azimute de 356°28'20" por uma distância de 71,01m até o vértice ER3-M-0464, de coordenadas N 9.434.869,43m e E 802.726,39m; deste segue confrontando com a propriedade da Atlântico Empreendimentos Imobiliários Ltda – Ilha do Pisa Sal, com azimute de 342°54'37" por uma distância de 106,98m até o vértice ER3-M-0480, de coordenadas N 9.434.971,68m e E 802.694,95m; deste segue, com azimute de 321°40'28" por uma distância de 291,49m até o vértice ER3-M-0484, de coordenadas N 9.435.200,35m e E 802.514,19m; deste segue confrontando com o Rio Galinhos, com azimute 330°37'21" por uma distância de 356,40m até o vértice ER3-V-0055, de coordenadas N 9.435.510,93m e E 802.339,35m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 33° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Memorial correspondente ao serviço registrado no CFT/RN, com TRT n° BR20211107824. E uma área de 354,5608 ha – Perímetro: 15.175,75 m**,** que inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ER3-M-0494, de coordenadas N 9.431.680,71m e E 813.082,13m; situado no limite com a propriedade de Maricultura do Rio Grande do Norte. Deste segue confrontando com a propriedade de Maricultura do Rio Grande do Norte, com azimute de 191°09'47" por uma distância de 37,13m até o vértice ER3-M-0495, de coordenadas N 9.431.644,28m e E 813.074,94m; deste segue, com azimute de 236°00'24" por uma distância de 13,27m até o vértice ER3-M-0496, de coordenadas N 9.431.636,85m e E 813.063,93m; deste segue, com azimute de 177°34'07" por uma distância de 418,56m até o vértice

EEV-M-0014, de coordenadas N 9.431.218,67m e E 813.081,69m; deste segue confrontando com a propriedade da Salina Amarra Negra S/A - Fazenda Amarra Negra, com azimute de 254°10'02" por uma distância de 2.280,92m até o vértice EEV-M-0032, de coordenadas N 9.430.596,37m e E 810.887,30m; deste segue, com azimute de 274°16'47" por uma distância de 606,55m até o vértice EEV-M-0034, de coordenadas N 9.430.641,63m e E 810.282,44m; deste segue, com azimute de 200°05'56" por uma distância de 721,81m até o vértice EEV-M-0033, de coordenadas N 9.429.963,78m e E 810.034,40m; deste segue, com azimute de 146°17'18" por uma distância de 2.851,52m até o vértice EEV-M-0007, de coordenadas N 9.427.591,76m e E 811.617,03m; deste segue, com azimute de 236°20'32" por uma distância de 581,11m até o vértice EEV-M- 0006, de coordenadas N 9.427.269,69m e E 811.133,34m; deste segue, com azimute de 326°06'18" por uma distância de 3.038,06m até o vértice E3B-V-2800, de coordenadas N 9.429.791,47m e E 809.439,10m; deste segue confrontando com a Rodovia Estadual (RN-221), com azimute de 63°49'20" por uma distância de 7,88m até o vértice E3B-V-2801, de coordenadas N 9.429.794,95m e E 809.446,17m; deste segue, com azimute de 49°54'26" por uma distância de 41,61m até o vértice E3B-V-2802, de coordenadas N 9.429.821,75m e E 809.478,00m; deste segue, com azimute de 35°20'53" por uma distância de 38,50m até o vértice E3B-V-2803, de coordenadas N 9.429.853,15m e E 809.500,27m; deste segue, com azimute de 24°09'11" por uma distância de 60,94m até o vértice E3B-V-2804, de coordenadas N 9.429.908,75m e E 809.525,20m; deste segue, com azimute de 21°42'32" por uma distância de 179,49m até o vértice E3B-V-2805, de coordenadas N 9.430.075,50m e E 809.591,59m; deste segue, com azimute de 18°27'29" por uma distância de 618,53m até o vértice E3B-V-2806, de coordenadas N 9.430.662,21m e E 809.787,42m; deste segue, com azimute de 17°32'43" por uma distância de 162,33m até o vértice E3B-V-2807, de coordenadas N 9.430.816,99m e E 809.836,36m; deste segue, com azimute de 358°39'15" por uma distância de 40,68m até o vértice E3B-V-2808, de coordenadas N 9.430.857,66m e E 809.835,40m; deste segue, com azimute de 10°04'44" por uma distância de 113,39m até o vértice E3B-V-2809, de coordenadas N 9.430.969,30m e E 809.855,25m; deste segue, com azimute de 21°17'25" por uma distância de 21,83m até o vértice E3B-V-2810, de coordenadas N 9.430.989,63m e E 809.863,17m; deste segue, com azimute de 30°25'49" por uma distância de 23,69m até o vértice E3B-V-2811, de coordenadas N 9.431.010,06m e E 809.875,17m; deste segue, com azimute de 57°45'32" por uma distância de 24,34m até o vértice E3B-V-2812, de coordenadas N 9.431.023,04m e E 809.895,75m; deste segue, com azimute de 72°43'47" por uma distância de 15,77m até o vértice E3B-V-2813, de coordenadas N 9.431.027,73m e E 809.910,81m; deste segue, com azimute de 77°56'10" por uma distância de 27,61m até o vértice E3B-V-2814, de coordenadas N 9.431.033,50m e E 809.937,82m; deste segue, com azimute de 87°58'55" por uma distância de 15,91m até o vértice E3B-V-2815, de coordenadas N 9.431.034,06m e E 809.953,72m; deste segue, com azimute de 93°27'51" por uma distância de 175,18m até o vértice E3B-V-2816, de coordenadas N 9.431.023,47m e E 810.128,58m; deste segue, com azimute de 95°25'52" por uma distância de 52,02m até o vértice E3B-V-2817, de coordenadas N 9.431.018,55m e E 810.180,37m; deste segue, com azimute de 99°44'09" por uma distância de 58,51m até o vértice E3B-V-2818, de coordenadas N 9.431.008,65m e E 810.238,04m; deste segue, com azimute de 94°10'52" por uma distância de 32,91m até o vértice E3B-V-2819, de coordenadas N 9.431.006,25m e E 810.270,86m; deste segue, com azimute de 83°36'58" por uma distância de 53,00m até o vértice E3B-V-2820, de coordenadas N 9.431.012,15m e E 810.323,53m; deste segue, com azimute de 83°01'24" por uma distância de 104,19m até o vértice E3B-V-2821, de coordenadas N 9.431.024,80m e E 810.426,95m; deste segue, com azimute de 80°49'47" por uma distância de 59,66m até o vértice E3B-V-2822, de coordenadas N 9.431.034,31m e E 810.485,84m; deste segue, com azimute de 88°42'15" por uma distância de 28,85m até o vértice E3B-V-2823, de coordenadas N 9.431.034,96m e E 810.514,68m; deste segue, com azimute de 99°55'51" por uma distância de 41,06m até o vértice E3B-V-2824, de coordenadas N 9.431.027,88m e E 810.555,13m; deste segue, com azimute de 108°29'49" por uma distância de 54,49m até o vértice E3B-V-2825, de coordenadas N 9.431.010,59m e E 810.606,80m; deste segue, com azimute de 99°33'45" por uma distância de 36,09m até o vértice E3B-V-2826, de coordenadas N 9.431.004,60m e E 810.642,39m; deste segue, com azimute de 73°28'09" por uma distância de 41,20m até o vértice E3B-V-2827, de coordenadas N 9.431.016,32m e E 810.681,88m; deste segue, com azimute de 64°31'20" por uma distância de 51,51m até o vértice E3B-V-2828, de coordenadas N 9.431.038,48m e E 810.728,38m; deste segue, com azimute de 58°59'47" por uma distância de 54,07m até o vértice E3B-V-2829, de coordenadas N 9.431.066,33m e E 810.774,73m; deste segue, com azimute de 64°50'23" por uma distância de 52,18m até o vértice E3B-V-2830, de coordenadas N 9.431.088,51m e E 810.821,96m; deste segue, com azimute de 75°57'46" por uma distância de 125,66m até o vértice E3B-V-2831, de coordenadas N 9.431.118,99m e E 810.943,86m; deste segue, com azimute de 75°59'53" por uma distância de 416,99m até o vértice E3B-V-2832, de coordenadas N 9.431.219,88m e E 811.348,46m; deste segue, com azimute de 76°13'11" por uma distância de 303,31m até o vértice E3B-V-2833, de coordenadas N 9.431.292,13m e E 811.643,04m; deste segue, com azimute de 76°41'09" por uma distância de 254,43m até o vértice E3B-V-2834, de coordenadas N 9.431.350,72m e E 811.890,64m; deste segue, com azimute de 76°21'39" por uma distância de 378,97m até o vértice E3B-V-2835, de coordenadas N 9.431.440,09m e E 812.258,92m; deste segue, com azimute de 76°26'17" por uma distância de 163,40m até o vértice E3B-V-2836, de coordenadas N 9.431.478,41m e E 812.417,76m; deste segue, com azimute de 76°02'17" por uma distância de 140,94m até o vértice E3B-V-2837, de coordenadas N 9.431.512,41m e E 812.554,54m; deste segue, com azimute de 76°10'40" por uma distância de 332,85m até o vértice E3B-V-2838, de coordenadas N 9.431.591,93m e E 812.877,75m; deste segue, com azimute de 68°32'51" por uma distância de 57,65m até o vértice E3B-V-2839, de coordenadas N 9.431.613,02m e E 812.931,41m; deste segue, com azimute de 65°59'57" por uma distância de 138,11m até o vértice E3B-V- 2840, de coordenadas N 9.431.669,19m e E 813.057,58m; deste segue, com azimute 64°52'50" por uma distância de 27,12m até o vértice ER3-M-0494, de coordenadas N 9.431.680,71m e E 813.082,13m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Memorial correspondente ao serviço registrado no CFT/RN, com TRT n° BR20211107824.

Art. 2º A inclusão no perímetro urbano não dispensa:

I – O licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem instalados, na forma da legislação federal e estadual;

II – A observância das restrições incidentes sobre as áreas de preservação permanente, a Reserva Legal e as Zonas de Proteção Ambiental I e II definidas no Plano Diretor;

III – A anuência da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), quando o imóvel estiver situado em terreno de marinha ou acrescido;

IV – O Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), quando exigível nos termos do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade;

V – A aprovação do parcelamento do solo, quando for o caso, na forma da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos (RN), 04 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:D4BECCF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.162.687/0001-73. CONTRATADA: R D CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.385.475/0001-95. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Terraplenagem com Muro de Arrimo em terreno destinado à Construção de Escola de 13 Salas Padrão FNDE, no Município de Goianinha/RN. VALOR: R$ 177.233,97 (cento e setenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos). PRAZO DE EXECUÇÃO: 3 (três) meses, com início em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviços. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS:

Unidade Orçamentária:	07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto:	1041 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais - 30% 1046 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

BASE LEGAL: Contratação autorizada através da Licitação – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026, homologada em 17 de agosto de 2026, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Goianinha/RN, 31 de agosto de 2026. ASSINATURAS: Hosanira Galvão/Prefeita/Pela Contratante e Rodrigo Gaspar Dias/Sócio Administrador/Pela Contratada.

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:BFF1AA80

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 0409002/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA GLOBEXX DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ: 20.164.580

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **GLOBEXX DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA,CNPJ: 20.164.580/0001-60,** sediada na Avenida Mendes da Rocha, 729, Jardim Brasil, CEP: 02227000, São Paulo/SP, neste ato representada pelo **SrTHIAGO MICHELLE DE OLIVEIRA IEFFA**, portador da Carteira Nacional de Habilitação sob n° 07539578802-DETRAN/SP e inscrito no CPF sob nº 504.169.068-50, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à prorrogação-renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 0409002/2025 embasada no art. 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à contratação de Pessoa Jurídica visando ao fornecimento de material elétrico em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado-renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
3.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 0409002/2025 ao Pregão Eletrônico 002/2025 ao Processo Administrativo n° 090/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 04 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Globexx Do Brasil Importacao E Exportacao LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***THIAGO MICHELLE DE OLIVEIRA IEFFA***
Prefeito do Município de Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:28C7019C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 0409003/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ: 27.062.41

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, TCinscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA,CNPJ: 27.062.419/0001-24**, sediada na Rua Doutor Pereira da Nóbrega, 484, Penedo, CEP: 59.3000-000, Caicó/RN, neste ato representada pelo **Sr. DANIEL ASSIS MOSINI**, portador da Carteira Nacional de Habilitação sob n° 03449932055-DETRAN/RN e inscrito no CPF sob nº 924.137.492-68, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à prorrogação-renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 0409003/2025 embasada no art. 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à contratação de Pessoa Jurídica visando ao fornecimento de material elétrico em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado-renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
3.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 0409003/2025 ao Pregão Eletrônico 002/2025 ao Processo Administrativo n° 090/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 04 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Lumen Distribuidora De Materiais Eletricos LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***DANIEL ASSIS MOSINI***
Prefeito do Município de Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:E3FC2B74

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 0409008/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA TW2K ELETROELETRONICA LTDA, CNPJ: 31.840.475/0001-10.

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **TW2K ELETROELETRONICA LTDA,CNPJ: 31.840.475/0001-10**, sediada na Rua Bertha Weege, 3572, Jaraguá 84, CEP: 89.260-800, Jaraguá do Sul/SC, neste ato representada pelo **Sr.LUCAS BUTTENDORFF**, portador da Carteira Nacional de Habilitação sob n° 06830995960-DETRAN/SC e inscrito no CPF sob nº 112.710.679-19, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à prorrogação-renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 0409008/2025 embasada no art. 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à contratação de Pessoa Jurídica visando ao fornecimento de material elétrico em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado-renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
3.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 0409008/2025 ao Pregão Eletrônico 002/2025 ao Processo Administrativo n° 090/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 04 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	TW2K Eletroeletronica LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***LUCAS BUTTENDORFF***
Prefeito do Município de Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:D2546C6D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 018/2026

Fixa as regras para o credenciamento por ocasião da permissão de uso dos espaços públicos no evento a Iª EXPODISSÉ- EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, de 18, 19 e 20 de setembro de 2026 dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 78 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a legislação municipal aplicável ao uso de bens públicos, ao exercício do poder de polícia administrativa, à realização de eventos e às respectivas sanções administrativas,

DECRETA:

Art. 1º Para os fins deste regulamento, consideram-se instalações temporárias as estruturas móveis ou desmontáveis, tais como barracas, tendas, trailers e similares, destinadas à exploração comercial ou institucional durante o evento.

Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal competente providenciar o cadastramento e o credenciamento dos pretensos autorizatários, bem como a emissão do documento de arrecadação dos valores relativos à permissão de uso ou ao preço público, quando previstos em lei, regulamento específico ou ato administrativo competente.
§ 1º O procedimento de cadastramento dos pretensos autorizatários dar-se-á nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026, no auditório ou em outro local a ser definido pela Administração Municipal, em Governador Dix-Sept Rosado/RN, ou por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Administração Municipal, nos mesmos dias descritos neste parágrafo.
§ 2º Os interessados deverão apresentar, no ato do procedimento de cadastramento, os seguintes documentos:

I – RG e CPF ou CNH, se pessoa física, e CNPJ, se pessoa jurídica;
II – comprovante de residência atualizado, para pessoas físicas, emitido nos últimos 90 (noventa) dias; caso o comprovante esteja em nome de terceiro, deverá ser apresentada declaração de residência, acompanhada do documento pertinente, quando exigido pela Administração.
§ 3º Caberá à Secretaria Municipal competente divulgar, até dia 16 de setembro de 2026 às 8h00, no sítio eletrônico oficial do Município de Governador Dix-Sept Rosado, a relação dos autorizatários habilitados no cadastramento, observadas as regras de proteção de dados pessoais e as informações necessárias à publicidade do procedimento.
§ 4º O credenciamento será realizado nos dias 10 de setembro de 2026, das 8h00 às 12h00e das 14h00 às 17h00, até o dia 15 de setembro de 2026, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Governador Dix-Sept Rosado/RN.
§ 5º A ausência de manifestação expressa no prazo assinalado no instrumento de convocação ensejará a decadência do direito ao uso do espaço público, permitindo ao Município a disponibilização do espaço para os demais interessados, desde que assegurada a prévia ciência do interessado e observadas as regras do procedimento.
§ 6º Após o decurso dos prazos descritos no § 3º, sendo constatada a existência de vagas remanescentes, caberá à Secretaria Municipal competente realizar nova convocação.

Art. 3º Cada pretenso autorizatário poderá apresentar solicitação para apenas um único espaço público.
Parágrafo único. A realização do credenciamento importará na manifestação expressa de ciência e concordância do pretenso autorizatário quanto ao cumprimento integral das normas, condições e recomendações expedidas pelos órgãos competentes, obrigando-se a observá-las durante todo o período de vigência da autorização.

Art. 4º Somente será permitida a montagem das instalações temporárias para a **I ª EXPODISSE- EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN** a partir do dia 18, 19 e 20 de setembro de 2026, , após atendidas as exigências estabelecidas neste Decreto, devendo estas ser desmontadas e retiradas até dia 20 de setembro a partir das 13h00, sob pena de adoção das medidas administrativas cabíveis previstas na legislação municipal aplicável, assegurado o devido processo legal quando houver imposição de sanção.
Parágrafo único. O horário previsto no caput poderá ser alterado, excepcionalmente, por ato da Administração Pública, em razão de necessidades operacionais, de segurança, de logística ou de interesse público, desde que haja comunicação prévia aos autorizatários.

Art. 5º Não será permitido ultrapassar o limite do meio-fio. A ocupação irregular sujeitará o responsável às medidas administrativas previstas na legislação municipal aplicável, inclusive à determinação de remoção da estrutura, observado, quando cabível, o procedimento administrativo próprio e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Fica sob responsabilidade dos autorizatários realizar a padronização técnica das instalações temporárias, contendo obrigatoriamente, no mínimo, os seguintes itens de segurança:
I – extintor de incêndio de pó químico com capacidade adequada à estrutura autorizada e recomendada pelo Corpo de Bombeiros;
II – fiação elétrica com duplo isolamento, tipo PP, para os casos de necessidade de uso de energia elétrica;
III – instalação de sistema de aterramento de segurança em todos os espaços dotados de estruturas metálicas, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Art. 7º Todos os eventuais licenciamentos junto ao Corpo de Bombeiros, incluindo Certificado de Análise e Vistoria de Liberação – CAVL, à concessionária de energia elétrica, aos órgãos de segurança, telefonia e televisão, bem como todos os demais que se façam necessários ao funcionamento seguro e organizado do evento, serão providenciados pelos responsáveis definidos pela Administração Municipal e pelos autorizatários, conforme a natureza da atividade e a exigência do órgão competente.
Parágrafo único. Quando exigidos, deverão ser apresentados os devidos registros ou anotações de responsabilidade técnica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, sem prejuízo da observância das normas de acessibilidade, segurança, vigilância sanitária e prevenção contra incêndio aplicáveis.

Art. 8º A Administração Municipal poderá editar atos complementares para disciplinar a organização, a segurança, a acessibilidade, a fiscalização, a distribuição dos espaços e o funcionamento do evento, desde que tais atos observem os limites deste Decreto e da legislação aplicável, não criem sanções ou obrigações autônomas sem fundamento legal e sejam divulgados aos interessados.

Art. 9º É vedada a ocupação de áreas não autorizadas, a obstrução de vias de circulação e saídas de emergência, bem como o uso de equipamentos que prejudiquem o trânsito de pedestres ou veículos de emergência.

Art. 10. É proibida a instalação de instalações temporárias sem prévia autorização do Município, sujeitando-se o responsável às medidas administrativas previstas na legislação municipal aplicável.

Art. 11. Ao autorizatário que não se instalar no local designado até o início do evento, sem justificativa apresentada à organização, poderá ser oferecida realocação para outro local, a critério da organização, desde que exista espaço adequado e sejam preservadas a isonomia e a ordem de classificação ou credenciamento.
Parágrafo único. Caso não haja espaço adequado disponível, o autorizatário perderá o direito de se instalar, assegurada a restituição dos valores eventualmente pagos pela permissão de uso, quando cabível, na forma a ser definida pela Secretaria Municipal competente e conforme a legislação financeira aplicável.

Art. 12. A limpeza da área utilizada será de responsabilidade do comerciante credenciado, devendo os resíduos sólidos ser devidamente acondicionados e destinados conforme orientação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e da legislação aplicável.

Art. 13. A fiscalização quanto ao cumprimento deste Decreto será exercida pelos servidores competentes da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos municipais legalmente competentes, sendo atribuições dos agentes de fiscalização:
I – realizar levantamentos, vistorias e avaliações, inclusive com acesso às estruturas temporárias, exclusivamente para a efetiva fiscalização das possíveis infrações previstas neste Decreto e na legislação aplicável, respeitados os limites legais;
II – lavrar auto de constatação, auto de infração e notificação, sempre que verificarem o descumprimento das normas previstas neste Decreto e nos demais atos normativos aplicáveis;
III – solicitar auxílio da força policial, quando necessário à segurança dos agentes ou à preservação da ordem, mediante requisição à autoridade competente.

Art. 14. As penalidades administrativas decorrentes do descumprimento das regras de uso dos espaços públicos e de funcionamento do evento serão aplicadas exclusivamente nos termos e limites previstos em lei municipal específica e na legislação aplicável, observando-se a natureza da infração, a gravidade dos fatos, a reincidência, a extensão do dano, a vantagem obtida e a conduta do infrator.
I – advertência verbal ou escrita, quando admitida pela legislação aplicável, nos casos de infrações leves e passíveis de imediata correção no local;
II – multa administrativa e demais penalidades cabíveis, somente quando previstas em lei municipal, nos seguintes casos:
descumprimento reiterado de normas relativas ao uso dos espaços públicos;
comercialização de produtos fora dos padrões permitidos ou em desacordo com a autorização concedida;
instalação de estruturas não autorizadas;
obstrução de vias públicas, saídas de emergência ou rotas de evacuação.

§ 1º Os valores, limites, critérios de gradação e hipóteses de aplicação das multas serão aqueles previstos na legislação municipal específica, não podendo este Decreto instituir multa nova, majorar valores ou criar infração autônoma sem expressa autorização legal.
§ 2º Formalizado o auto de infração, iniciar-se-á o processo administrativo, que será instruído com as seguintes informações:
I – a descrição da infração, contendo a data, o local e o horário em que foi praticada;
II – os dados do autuado;
III – os dados do denunciante, se houver;
IV – a descrição dos indícios ou provas existentes;
V – o prazo para defesa e produção de provas, que será de dez dias contados da data da ciência da notificação, ou outro prazo previsto em lei específica, se mais favorável ao administrado;
VI – a assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como ciência da autuação, sem prejuízo das demais formas legais de intimação.
§ 3º Ao final do prazo de defesa e da fase de instrução, o servidor ou comissão designada pela Secretaria Municipal competente elaborará relatório conclusivo quanto à existência ou não de responsabilidade do suposto infrator.
§ 4º Após a elaboração do relatório conclusivo, a autoridade competente emitirá decisão final fundamentada, a qual poderá arquivar o processo ou aplicar a penalidade prevista em lei, observados os princípios da legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.
§ 5º As multas regularmente constituídas serão cobradas pela Secretaria Municipal competente, por meio de procedimento próprio, podendo ser inscritas na Dívida Ativa do Município somente após o encerramento da fase administrativa, a regular notificação do devedor e a constituição definitiva do crédito, nos termos da legislação aplicável.

Art. 15. A imposição de multa, quando prevista em lei municipal e cabível no caso concreto, será formalizada pela expedição, por parte da Secretaria Municipal competente, do auto de infração, conforme modelo constante do Anexo Único deste Decreto.
§ 1º A Secretaria Municipal competente poderá realizar a intimação pessoal, por via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico admitido em lei, sempre com comprovação da ciência ou da tentativa regular de ciência do interessado.
§ 2º O conhecimento, por qualquer forma inequívoca, do ato ou da decisão administrativa por parte do interessado poderá suprir a formalidade da intimação, desde que seja possível comprovar a ciência e que não haja prejuízo ao exercício da defesa.
§ 3º O infrator poderá apresentar defesa ou impugnação contra o auto de infração e, após a decisão, recurso administrativo à autoridade ou órgão revisor competente, no prazo e na forma previstos na legislação municipal aplicável.
§ 4º A defesa e o recurso deverão mencionar a qualificação do impugnante ou recorrente e os motivos de fato e de direito em que se fundamentam, podendo ser acompanhados dos documentos e requerimentos de prova pertinentes.
§ 5º Na apreciação das provas apresentadas, a autoridade ou comissão competente formará sua convicção de maneira motivada, podendo determinar as diligências necessárias e indeferir, fundamentadamente, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou meramente protelatórias.
§ 6º As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou a erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício ou a requerimento do interessado, sem alteração do conteúdo decisório e assegurada a ciência das partes.
§ 7º O interessado será notificado do resultado do julgamento da defesa ou do recurso, observadas as instâncias, os prazos e os efeitos previstos na legislação municipal aplicável. A inexistência de recurso somente poderá ser reconhecida quando houver previsão legal de encerramento da esfera administrativa.
§ 8º Os valores eventualmente arrecadados a título de multa serão recolhidos ao Tesouro Municipal e terão a destinação orçamentária e financeira prevista na legislação aplicável, não podendo ser vinculados diretamente ao custeio do evento por este Decreto.

Art. 16. A Secretaria Municipal competente manterá cadastro de advertências e multas aplicadas no perímetro da **Iª EXPODISSÉ-EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN** vinculando o respectivo processo administrativo ao CPF ou CNPJ do infrator, com observância das normas de proteção de dados pessoais, finalidade, necessidade, segurança e acesso às informações.

Art. 17. Os autorizatários que comercializem produtos cujo preparo ou manipulação envolva a utilização de óleo aquecido, churrasqueiras, chapas, fritadeiras, fornos, grelhas, brasas, carvão ou qualquer outra fonte de calor ou chama deverão ocupar exclusivamente os espaços previamente definidos pela Administração Pública, observados os critérios de segurança, prevenção de incêndios e organização do evento.
Parágrafo único. A definição dos locais de que trata o caput tem por finalidade resguardar a segurança dos pedestres, frequentadores, trabalhadores e demais usuários do evento, bem como facilitar o controle das condições de prevenção e combate a incêndios, sendo vedada a instalação desses equipamentos em local diverso do autorizado.

Art. 18. A premiação das provas e categorias da **Iª EXPODISSÉ-EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN** será concedida aos participantes classificados nas respectivas colocações, observadas as categorias, provas e colocações estabelecidas neste artigo, desde que exista autorização legal, dotação orçamentária específica e disponibilidade financeira para a despesa.

I – **Provas de peso:**
a) Pesinho Pesado Caprinos:
1º – R$ 2.000,00;
2º – R$ 1.500,00;
3º – R$ 800,00.
b) Pesinho Pesado Ovinos:
1º – R$ 2.000,00;
2º – R$ 1.500,00;
3º – R$ 800,00.
c) Peso Pesado Caprinos:
1º – R$ 2.000,00;
2º – R$ 1.500,00;
3º – R$ 800,00.
d) Peso Pesado Ovinos:
1º – R$ 2.000,00;
2º – R$ 1.500,00;
3º – R$ 800,00.

II – **Torneio Leiteiro:**
1º – R$ 2.000,00;
2º – R$ 1.500,00;
3º – R$ 800,00.

III – **Culinária:**
a)Buchada
1°- 200,00
2º - 150,00
3º - 100,00
b)Carne de bode guisada
1° - 200,00
2º - 150,00
3º - 100,00
c)Carne de carneiro na telha
1° - 200,00
2º - 150,00
3º - 100,00
d)Ensopado de bode
1° - 200,00
2º - 150,00
3º - 100,00
e)Paçoca de carne de bode
1°- 200,00
2º - 150,00
3º - 100,00

§ 1º A concessão da premiação dependerá da comprovação da classificação, da identificação do beneficiário, da observância do regulamento do evento e da existência de autorização legal, dotação orçamentária e disponibilidade financeira.
§ 2º A Secretaria Municipal competente deverá manter os registros da classificação, da entrega dos prêmios e dos documentos comprobatórios da despesa, observadas as normas de transparência, controle interno e prestação de contas.
§ 3º Os valores indicados neste artigo poderão ser executados somente se previamente compatíveis com a lei orçamentária, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a legislação de responsabilidade fiscal, quando aplicável.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado/RN, 04 de setembro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:B0AD65A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 062/2026

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 09 ou 10 de setembro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 08 de setembro de 2026.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 062/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL** **E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
141.	073	MAXWELLY MEDEIROS DANTAS DA SILVA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:3AB5D0B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE POSSE - COMDICA

ATA DE REUNIÃO SOLENE DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (COMDICA) – GESTÃO 03/2026-03/2028

Aos **31** dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 10 horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social , situado na Avenida Coronel Solon, nº 46, nesta cidade de Grossos/RN , reuniu-se o colegiado do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)**, juntamente com a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, **Cinthia Sonale Silva Alves e Souza** e demais autoridades e convidados presentes conforme lista de presença anexa, para a realização da Solenidade de Posse dos novos Conselheiros, titulares e suplentes, para o biênio 03/2026 / 03/2028.
A abertura dos trabalhos foi realizada por Emanuela Maria Silva Costa, que saudou os presentes e destacou a extrema importância do controle social e da articulação de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no município. Em seguida, a palavra foi concedida à Prefeita Municipal que, amparada na Portaria 120/2026, publicado no Diário Oficial na FEMURN, declarou oficialmente empossados os novos membros governamentais e da sociedade civil.
Os conselheiros empossados prestaram o seguinte compromisso solene: *"Prometo cumprir com fidelidade e dedicação as atribuições de Conselheiro do COMDICA, respeitando a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as leis municipais vigentes, visando sempre a defesa e a promoção dos direitos da população infantojuvenil."*. [1]
Abaixo, constam os nomes dos Conselheiros empossados e suas respectivas representações:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Administração
Titular: Iara Ferreira da Silva – CPF: 022.811.564-78
Suplente: Mozaniel Alves de Sousa – CPF: 777.063.903-49
Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Andressa Alaiana Alves Costa S. Rodrigues – CPF: 082.503.054-42
Suplente: kalinny Liegi Oliveira Santos – CPF: 093.185.734-13
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
Titular: Camila Raquel de Souza Marques – CPF: 066.534.264-08
Suplente: Sarah Cavalcante Costa – CPF: 111.556.274-66
Secretaria Municipal de Educação
Titular: kameylla Dhaynne dos Santos Souza – CPF051.648.384-60
Suplente: Francisco Manoel dos Santos – CPF: 702.644.814-53
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Luedja Roana de Moura Farias – CPF: 017.557.504-55
Suplente: Camila Alves de Oliveira – CPF: 064.557.024-92

II – REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Igreja Católica
Titular: Thayna Jully Rufino Costa – CPF: 135.762.724-61
Suplente: Lucas Arthur Mendonça de Souza – CPF: 706.448.994-50
Igreja Evangélica
Titular: Jackeline Ferreira Mariano Sousa – CPF: 116.347.334-01
Suplente: Eli se Souza Lima – CPF: 096.796.194-78
Associação de Mulheres Pescadores e Artesãs de Grossos
Titular: Maria Luzanira de Freitas – CPF: 010.512.014-62
Suplente: Gizelda Izabel Evangelista – CPF: 737.086.234-87
Associação do Desenvolvimento do Artesanato Rural
Titular: Maria da Conceição Ferreira de Melo – CPF: 969.635.814-87
Suplente: Tiago Jackson Ferreira Xavier da Silva – CPF: 077.542.394-77
Associação dos Moradores do Córrego
Titular: Manoel Gomes de Melo – CPF: 405.860.904-44
Suplente: Pedro Gomes de Melo – CPF: 028.757.574-82.

Na sequência do ato, e conforme prevê o Regimento Interno do Conselho, passou-se à eleição da Mesa Diretora para o primeiro período da gestão. Após as deliberações e votação, a composição da nova Mesa Diretora ficou definida da seguinte forma:]
Presidente: Camila Raquel de Souza Marques
Vice-Presidente: Andressa Alaiana Alves Costa S. Rodrigues
Secretária: Kalinny Liégi Oliveira Santos.

A nova Presidente tomou a palavra, agradeceu a confiança de seus pares e reafirmou o compromisso de gerir o COMDICA com transparência, zelo e foco no fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora da sessão deu por encerrada a solenidade, da qual eu, Sarah Cavalcante Costa, na qualidade de secretária designada, lavrei a presente ata, que após ser lida e achada conforme, vai assinada por mim, pela Presidente empossada, pela Prefeita Municipal e demais Conselheiros presentes.

SARAH CAVALCANTE COSTA

CAMILA RAQUEL DE SOUZA MARQUES

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA

KAMEYLLA DHAYNNE DOS SANTOS SOUZA

MARIA LUZANIRA DE FREITAS

KALINNY LIEGI OLIVEIRA SANTOS

EMANUELA MARIA SILVA COSTA

IARA FERREIRA DA SILVA

ANDRESSA ALAIANA ALVES COSTA S. RODRIGUES

THAYNÁ JULLY RUFINO COSTA

JACKELINE FERREIRA MARIANO SOUSA

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MELO

MANOEL GOMES DE MELO

LUEDJA ROANA DE MOURA FARIAS

MOZANIEL ALVES DE SOUSA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:7CD6793D

GABINETE DO PREFEITO
ATA DO COMDICA

Ata da I Reunião Ordinária para tratar composição de membros deste Conselho, escolha da mesa Diretoria e designação do Secretário Executivo.

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas da manhã, reuniu-se o colegiado deste COMDICA, na Sede da Secretaria de Assistência Social, localizada na Av Coronel Solon, nº 46, Centro.

Estiveram presentes na reunião: Kalinny Liégi Oliveira Santos, Camila Alves de Oliveira, Francy David de Souza, Camila Raquel de Souza Marques, Sara Cavalcante, Kameylla Dhaynne dos Santos Souza; Luedja Roana de Moura Farias, Maria da Conceição Ferreira de Melo, Tiago Jackson Ferreira Xavier da Silva, Emanuela Maria Silva Costa, Manoel Gomes de Melo, Thayna Jully Rufino Costa, Jackeline Ferreira Mariano Sousa, Maria Luzanira de Freitas, Iara Ferreira da Silva. para tratar da seguinte pauta: **composição de membros deste Conselho, escolha da mesa Diretoria e designação do Secretário Executivo.**

A reunião foi aberta pela Secretária de Assistência Social, Emanuel Maria da Silva Costa, que cumprimentou os presentes e em seguida, apresentou a Sra. Sara Cavalcante como Secretária Executiva deste conselho, na qual ficou responsável pela coordenação das atividades da secretaria deste.

Posteriormente, foi repassado a nova composição do conselho para o período de 05/03/2026 a 04/03/2028 sendo assim definidos: **Representantes Governamentais** – **Administração**: Iara Ferreira da Silva – CPF nº 022.811.564-78 – Titular e Mozaniel Alves de Sousa – CPF nº 777.063.903-49 – Suplente; **Assistência Social**: Andressa Alaina Alves Costa Soares Rodrigues- CPF:082.503.054-42 – Titular e Kalinny Liégi Oliveira Santos – CPF nº 093.185.734-13 – Suplente; **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Camila Raquel de Souza Marques – Titular e Sarah Cavalcante Costa – CPF nº 111.556.274-66 – Suplente; **Educação**: Kameylla Dhaynne dos Santos Souza – CPF nº 051.648.384-60– Titular e Francisco Manoel dos Santos – CPF nº 702.644.814-53 – Suplente; **Saúde**: Luedja Roana de Moura Farias- CPF nº 017.557.504-55 – Titular e Camila Alves de Oliveira – CPF nº 017.557.504-55– Suplente; **Representantes Não Governamentais - Igreja Católica**: Thayna Thulli Rufino Costa – CPF nº 135.762.724-61 – Titular e Lucas Arthur Mendonça de Souza – CPF nº 706.448.994-50 – Suplente; **Igreja Evangélica**: Jackeline Ferreira Mariano Sousa – CPF nº 116.347.334-01 – Titular e Eli de Souza Lima – CPF nº 096.796.194-78 – Suplente; **Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs de Grossos**: Maria Luzanira de Freitas- CPF: 010.512.014-62 – Titular e Gizelda Izabel Evangelista – CPF nº 737.086.234-87 – Suplente; **Associação do Desenvolvimento do Artesanato Rural – ASDAR**: Maria da Conceição Ferreira de Melo – CPF nº 969.635.814-87– Titular e Tiago Jackson Ferreira Xavier da Silva– CPF nº 077.542.394-77 - Suplente; **Associação dos Moradores do Córrego – AMC**: Manoel Gomes de Melo- CPF nº 405.860.904-44 – Titular e Pedro Gomes de Melo – CPF 028.757.574-82– Suplente.

Na ocasião, por meio de votação dos membros presentes, foi definido por unanimidade a escolha da diretoria, ficando da seguinte forma: Presidente: Camila Raquel de Souza Marques e Vice-presidente: Andressa Alaina Alves Costa Soares Rodrigues.

Dando continuidade a reunião foi repassado as primeiras informações sobre o Fundo Municipal da Criança e adolescente - FIA.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Sarah Cavalcante, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, segue assinada por mim e demais presentes.

CAMILA RAQUEL DE SOUZA MARQUES

SARAH CAVALCANTE COSTA

KAMEYLLA DHAYNNE DOS SANTOS SOUZA

LUEDJA ROANA DE MOURA FARIAS

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE MELO

EMANUELA MARIA SILVA COSTA

JACKELINE FERREIRA MARIANO SOUZA

THAYNA JULLY RUFINO COSTA

IARA FERREIRA DA SILVA

ANDRESSA ALAIANA ALVES COSTA SOARES RODRIGUES

MANOEL GOMES DE MELO

MARIA LUZANIRA DE FREITAS

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:4306B478

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2026

Portaria nº 120/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) para o triênio 2026/2029.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE GROSSOS**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Municipal nº 811/2026, de 30 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – **Nomear os membros**, titulares e suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (**COMDICA**), representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, para o mandato correspondente ao período de 03/2026 a 03/2028, conforme composição a seguir:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Administração
Titular: Iara Ferreira da Silva – CPF: 022.811.564-78
Suplente: Mozaniel Alves de Sousa – CPF: 777.063.903-49

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Andressa Alaiana Alves Costa S. Rodrigues – CPF: 082.503.054-42
Suplente: kalinny Liegi Oliveira Santos – CPF: 093.185.734-13

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
Titular: Camila Raquel de Souza Marques – CPF: 066.534.264-08
Suplente: Sarah Cavalcante Costa – CPF: 111.556.274-66

Secretaria Municipal de Educação
Titular: kameylla Dhaynne dos Santos Souza – CPF051.648.384-60
Suplente: Francisco Manoel dos Santos – CPF: 702.644.814-53

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Luedja Roana de Moura Farias – CPF: 017.557.504-55
Suplente: Camila Alves de Oliveira – CPF: 064.557.024-92

II – REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Igreja Católica
Titular: Thayna Jully Rufino Costa – CPF: 135.762.724-61
Suplente: Lucas Arthur Mendonça de Souza – CPF: 706.448.994-50

Igreja Evangélica
Titular: Jackeline Ferreira Mariano Sousa – CPF: 116.347.334-01
Suplente: Eli se Souza Lima – CPF: 096.796.194-78

Associação de Mulheres Pescadores e Artesãs de Grossos
Titular: Maria Luzanira de Freitas – CPF: 010.512.014-62
Suplente: Gizelda Izabel Evangelista – CPF: 737.086.234-87

Associação do Desenvolvimento do Artesanato Rural
Titular: Maria da Conceição Ferreira de Melo – CPF: 969.635.814-87
Suplente: Tiago Jackson Ferreira Xavier da Silva – CPF: 077.542.394-77

Associação dos Moradores do Córrego
Titular: Manoel Gomes de Melo – CPF: 405.860.904-44
Suplente: Pedro Gomes de Melo – CPF: 028.757.574-82

Art. 2º – O exercício da função de conselheiro é considerado de **interesse público relevante** e não será remunerado.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, 30 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal de Grossos

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:685F2838

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **ANA JUCIELE DA COSTA** CPF: 052.667.284-69, professora, o valor de **R$ 600,00** (seiscentos reais), referente à 03 (três) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do Encontro de Formativo do 1º modulo do Pró-Alfa – RN, no Praia Mar Hotel & Convention – Ponta Negra, Natal – RN, nos dias 09 , 10 e 11 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 08 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:904618E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **FABRICIA ELIDA DANTAS DO VALE** CPF: 050.042.854-97, Secretária Municipal de Educação, o valor de **R$ 900,00** (novecentos reais), referente a 03 (três) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do Encontro de Formativo do 1º modulo do Pró-Alfa – RN, no Praia Mar Hotel & Convention – Ponta Negra, Natal – RN, nos dias 09 , 10 e 11 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 08 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:E0105915

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **MARQUILENE DO VALE COSTA**, CPF: 052.527.074-48, Professora, o valor de **R$ 600,00 (**seiscentos reais), referente à 03 diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do Encontro de Formativo do 1º modulo do Pró-Alfa – RN, no Praia Mar Hotel & Convention – Ponta Negra, Natal – RN, nos dias 09 , 10 e 11 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 08 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:BEF6EF15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **DARLENE FERREIRA DE SOUZA** CPF: 036.301.184-61, Diretora, o valor de **R$ 600,00** (seiscentos reais), referente à 03 (três) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do Encontro de Formativo do 1º modulo do Pró-Alfa – RN, no Praia Mar Hotel & Convention – Ponta Negra, Natal – RN, nos dias 09 , 10 e 11 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 08 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:7A8FE91B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 674/2026

Dispõe sobre a exoneração do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **FELIPE TAUAN CAMARA ARAUJO,** das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Diretor de Departamento, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 08 de setembro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:4958220F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 675/2026

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JEFILEY MAILLA DA SILVA PESSOA**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Diretora de Departamento, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 08 de setembro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:AE007C72

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N° 057/2024

PROCESSO Nº: 002667/000038/2026.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: JOSUE CARVALHO DA SILVEIRA
CPF: 465.438.804-49
OBJETO DO ADITIVO: Renovação de locação de imóvel para funcionamento do Centro Cultural Francisco José Santana, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 26 de setembro de 2026 e término em 25 de setembro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 14.133/21 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: RENATO DANTAS DE MEDEIROS (FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA) – Contratante. JOSUE CARVALHO DA SILVEIRA – Contratado.

Guamaré/RN, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:2F90A09D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 319/2026 - GP

Dispõe sobre a CONCESSAO de licença maternidade a servidor(a) da estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

CONSIDERANDO o regime jurídico municipal, Lei Complementar 002/2008, com vistas ao *caput* do Art.112 que trata da Licença à gestante.

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder ***Licença Maternidade*** o(a) Senhor(a) **MYKAELY MARTINS DE SOUZA**, portador(a) do CPF 090.***.***-62, ocupante da Função de **PROFESSOR(A) N1 - A**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Ielmo Marinho/RN, pelo período de 120(cento e vinte) dias, a partir de 12 de agosto 2026.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 12 de agosto de 2026.
Revoga-se disposições contrárias.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:47411CD9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 320/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Secretário Adjunto do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **JOAO MARIA DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº 064.***.***-57, **Secretário Adjunto de Educação**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:C5767454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 321/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **MAGNOLIA MICHELYNE MARIA DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob nº 026.***.***-33, **Assessor(a) Especial I**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:F9461E2C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 322/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº 027.***.***-76, **Professora - N III**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:5C05DD33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 323/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **JOEL DIKSON DE L. NOGUEIRA**, inscrito no CPF sob nº 049.***.***-51, **Professor(a) - N IV**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:85BC393E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 324/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **MARIA SUELI ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº 023.***.***-78, **Professor(a) - N IV**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:419CF919

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **ALEXSON GOMES DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº 701.***.***-64, **ASSESSOR TECNICO E PLANEJAMENTO**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.
Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:CA44D3C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº326/2026 - GP

Concede diárias interestadual à Servidor do Município de Ielmo Marinho.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 495, de 13 de abril de 2022;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a(o) senhor(a) **CLEBERSON CORDEIRO DE MOURA**, inscrito no CPF sob nº 056.***.***-32, **Professor Eja N IV**, 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) perfazendo o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), viagem à cidade de Campina Grande/PB – Centro de Convenções, Antonio Vital, para participar do **XIIº CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - "O HOJE DA EDUCAÇÃO".** No periodo de 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º - Determinar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 08 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:B00DD144

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025
LICITAÇÃO Nº 161/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, inscrita no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

BENEFICIÁRIA: RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 40.790.727/0001-34, com sede na Rua Lago de Pedra, nº 953, Pitimbu, Natal/RN, CEP nº 59.068-600, neste ato representada pela Sra. ANDREIA KARLA GONÇALVES DE SANTANA SEABRA DE MELLO, inscrita no CPF nº XXX.936.XXX-06.

OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 038/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de **22 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2027**, permanecendo mantidas as demais condições da Ata originária e os preços registrados, mediante comprovação de sua vantajosidade para a Administração.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, item 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 038/2025, bem como as justificativas, manifestações e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 226/2025.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 038/2025 não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
ÓRGÃO GERENCIADOR

RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ nº 40.790.727/0001-34
ANDREIA KARLA GONÇALVES DE SANTANA SEABRA DE MELLO
CPF nº XXX.936.XXX-06
BENEFICIÁRIA

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:FCE15482

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2025
LICITAÇÃO Nº 159/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, inscrita no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

BENEFICIÁRIA: RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 40.790.727/0001-34, com sede na Rua Lago de Pedra, nº 953, Pitimbu, Natal/RN, CEP nº 59.068-600, neste ato representada pela Sra. ANDREIA KARLA GONÇALVES DE SANTANA SEABRA DE MELLO, inscrita no CPF nº XXX.936.XXX-06.

OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 041/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24 de setembro de 2026 a 24 de setembro de 2027, permanecendo mantidas as demais condições da Ata originária e os preços registrados, mediante comprovação de sua vantajosidade para a Administração.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, item 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 041/2025, bem como as justificativas, manifestações e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 212/2025.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 041/2025 não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
ÓRGÃO GERENCIADOR

RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ nº 40.790.727/0001-34
ANDREIA KARLA GONÇALVES DE SANTANA SEABRA DE MELLO
CPF nº XXX.936.XXX-06
BENEFICIÁRIA

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:82393428

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 78/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 027/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 04/08/2026, referente ao **processo administrativo nº 1744/2026**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 78/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, contemplando os itens fracassados do Pregão Eletrônico 011/2025, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais do Município.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: M FELIPE GALVAO LTDA		
CNPJ: 24.183.988/0001-30	TELEFONE: (62) 9 9313-4525	EMAIL: mfgalvao02@gmail.com
ENDEREÇO: Rua das Orquideas QD 03 Lt 01, Sala 02, Setor Jardim Marques de Abreu, Goiania-GO		
REPRESENTANTE: MATHEUS FELIPE GALVAO		CPF: 753.XXX.XXX-15

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0008	Refrigerador tipo geladeira uma porta, frost free capacidade Mínimo de 301 e máximo de 350 litros. Classificação de Eficiência energética nível a emitido pelo programa brasileiro De etiquetagem pbe do instituto nacional de metrologia, Normalização e qualidade industrial inmetro, cor branca ou Inox, tensão 220 v, utiliza gás ciclo/ isopentano. Garantia Mínima de 12 meses.	Unid	8	R$ 2.685,00	R$ 21.480,00
Valor Global					**R$ 21.480,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou

de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal do Órgão Gerenciador

MATHEUS FELIPE GALVAO
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2644CE18

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

OBJETO: Registro de preços visando à Futura contratação de empresa especializada para locação de veículo tipo trator de esteira, destinado à execução de serviços de manutenção, limpeza e organização do terreno destinado ao lixão municipal, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos do Município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa inscrita no CNPJ nº 17.333.460/0001-34. convocadas para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 102/2026** decorrente do Pregão nº 035/2025, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 08 de setembro de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CF3FCECF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO SINTER

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN ao Convênio do Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a integração dos dados cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) e para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

O **MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN**, neste ato representado pelo seu Prefeito, ***JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS***, CPF nº XXX.609.XXX-29, tendo em vista o disposto no inciso IV do art.100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:
Considerando que o Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, dispõe sobre as regras relativas à integração dos Municípios e do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), à inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,
Resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio Sinter que se regerá pelas cláusulas seguintes:
DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, a integração dos dados e informações cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, sob gestão dos Municípios e do Distrito Federal, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), nos termos do Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.
DAS CONDIÇÕES
O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.
DA VIGÊNCIA
O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.
Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de denúncia.
DA PUBLICAÇÃO
A publicação do presente TERMO no Diário Oficial da União é de responsabilidade da RFB.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Ipanguaçu/RN, 08 de setembro de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF nº XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6CBBEDA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309005/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da
Secretaria Municipal de Educação deste município de Itaú/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 0309005/2026** da Dispensa de Licitação **nº 0309005/2026**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a de **Contratação de empresa para aquisição de fardamento para atender os alunos matriculados nas escolas municipais deste município**, no valor de **R$ 40.050,00 (**quarenta mil e cinquenta reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:4E778CFB

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309006/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através do
Fundo Municipal de Saúde deste município de Itaú/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 0309006/2026** da Dispensa de Licitação **nº 0309006/2026**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, Inciso VIII da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de empresa para prestação de serviços com consultas especializadas e exames para atender as necessidades da Secretaria de Saúde deste município**, no valor de **R$ 359.700,00 (**trezentos e cinquenta e nove mil e setecentos reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exma. Sra. **MARIZE CLAIRE DE LIMA MELO**, Gestora do Fundo, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:ED4C463C

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0309007/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos deste município de Itaú/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 0309007/2026** da Inexigibilidade de Licitação **nº 0309007/2026**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Locação de imóvel (terreno) para disposição final ambientalmente adequada de resíduos/destroços da construção civil para atender as necessidades deste município,** no valor de **R$ 12.000,00** (doze mil reais), sendo em quatro parcelas mensal de **R$ 3.000,00** (três mil reais) cada.

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:6D8B35E3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309005/2026

CONTRATO: Nº **0309005/2026**

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 0309005/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN.**

CONTRATADO: **ANTONIO ALEF DE FREITAS BRASIL 70140736484**

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de fardamento para atender os alunos matriculados nas escolas municipais deste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 40.050,00 (**quarenta mil e cinquenta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo, na dotação orçamentária Exercício 2026 Unidade 17001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Projeto 12.122.8.233 Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação, Elemento 33903200 Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita, Fonte 15001001 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 04 de setembro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:5A2B31FB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309006/2026

CONTRATO: Nº **0309006/2026**

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 0309006/2026**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚ.**

CONTRATADO: **T2 EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA - ME**

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços com consultas especializadas e exames para atender as necessidades da Secretaria de Saúde deste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 359.700,00 (**trezentos e cinquenta e nove mil e setecentos reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 03.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, na dotação orçamentária Exercício 2026 Unidade 3003 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, Projeto 10.302.6.265 – Manutenção do Hospital e Maternidade Marcolino Bessa, Elemento 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos.
Unidade 3003 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, Projeto 10.302.6.2119 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, Elemento 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte **16000000** – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde, Esfera Fiscal. Fonte **15001002** – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 04 de setembro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:903376C8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0309007/2026

CONTRATO: Nº 0309007/2026

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação **nº 0309007/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN**

CONTRATADO: **HELDER MAGNO ANDRADE MARTINS**

OBJETO: **Locação de imóvel (terreno) para disposição final ambientalmente adequada de resíduos/destroços da construção civil para atender as necessidades deste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 12.000,00** (doze mil reais), sendo em quatro parcelas mensal de **R$ 3.000,00** (três mil reais) cada.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo, na dotação orçamentária Exercício 2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ - Unidade 1008 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Projeto 4.122.5.2.72 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Elemento 339036 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física, Fontes 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 04 de setembro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:7759023A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309005/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da Secretaria Municipal de Educação deste município de Itaú/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de fardamento para atender os alunos matriculados nas escolas municipais deste município.**

CONTRATADO: **ANTONIO ALEF DE FREITAS BRASIL 70140736484**

VALOR TOTAL: **R$ 40.050,00 (**quarenta mil e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO, Prefeito.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:B2E6CB6E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309006/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através do
Fundo Municipal de Saúde deste município de Itaú/RN, em cumprimento a ratificação procedida pela Sra. **MARIZE CLAIRE DE LIMA MELO**, Gestora do Fundo, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços com consultas especializadas e exames para atender as necessidades da Secretaria de Saúde deste município.**

CONTRATADO: **T2 EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA - ME**

VALOR TOTAL: **R$ 359.700,00 (**trezentos e cinquenta e nove mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso VIII da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pela Sra. MARIZE CLAIRE DE LIMA MELO, Gestora do Fundo.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:8F4B771D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0309007/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos deste município de Itaú/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

OBJETO: **Locação de imóvel (terreno) para disposição final ambientalmente adequada de resíduos/destroços da construção civil para atender as necessidades deste município.**

CONTRATADO: **HELDER MAGNO ANDRADE MARTINS**

VALOR TOTAL: **R$ 12.000,00** (doze mil reais), sendo em quatro parcelas mensal de **R$ 3.000,00** (três mil reais) cada.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso V e suas alterações posteriores.
Declaração de Inexigibilidade de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:62EB239D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 298/2026

Dispõe sobre a concessão de diária ao Sr. Manoel Egleudo Rodrigues Brasil e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/22, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do Secretário Municipal da Educação, o Sr. Manoel Egleudo Rodrigues Brasil**,** para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas – Pró-Alfa RN, a ser realizado no dia 09 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **01 (uma) diária** ao Sr. **Manoel Egleudo Rodrigues Brasil**, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal da Educação, matrícula nº 462, lotado na Secretaria Municipal da Educação, para custear as despesas decorrente do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas – Pró-Alfa RN, a ser realizado no dia 09 de setembro de 2026.

Período de deslocamento: de 09 a 10 de setembro de 2026;
Saída às: 7h, do dia 09 de setembro de 2026;
Total de Diárias: 1 (uma);
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art. 2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal 00582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:F7C13BDC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias à Sra. Gildekátia de Oliveira Freitas e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/22, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da servidora pública efetiva, a Sra. Gildekátia de Oliveira Freitas**,** para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alafa RN, que será realizado nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN;

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de **02 (duas) diárias**, a Sra. **Gildekátia de Oliveira Freitas**, ocupante do cargo de Professor Especializado, matrícula nº 1109, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para custear as despesas decorrentes do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alafa RN, que será realizado nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026.

Período de deslocamento: de 09 de setembro a 11 de setembro de 2026;
Saída às: 7h, do dia 09 de setembro de 2026;
Total de Diárias: 2 (duas);
Valor Unitário da Diária: R$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal 00582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:53F03964

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 300/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias à Sra. Antonia Rozângela Melo de Almeida e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/22, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da servidora pública efetiva, a Sra. Antonia Rozângela Melo de Almeida**,** para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alafa RN, que será realizado nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **02 (duas) diárias**, a Sra. **Antonia Rozângela Melo de Almeida**, ocupante do cargo de Professor Especializado, matrícula nº 491, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para custear as despesas decorrentes do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alafa RN, que será realizado nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026.

Período de deslocamento: de 09 a 11 de setembro de 2026;
Saída às: 7h, do dia 09 de setembro de 2026;
Total de Diárias: 2 (duas);
Valor Unitário da Diária: R$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal 00582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:B30BB7AB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309005/2026

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 0309005/2026**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de empresa para aquisição de fardamento para atender os alunos matriculados nas escolas municipais deste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR, Agente

de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal, de Itaú

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:08FDBD31

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0309006/2026

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 0309006/2026**, com base no art. 75, Inciso VIII da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de empresa para prestação de serviços com consultas especializadas e exames para atender as necessidades da Secretaria de Saúde deste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

MARIZE CLAIRE DE LIMA MELO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:DB9A6466

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0309007/2026

RECONHEÇO: a Inexigibilidade de Licitação **nº 0309007/2026**, com base no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Locação de imóvel (terreno) para disposição final ambientalmente adequada de resíduos/destroços da construção civil para atender as necessidades deste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Itaú – RN, 04 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:927C446D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 08 de setembro de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022, e com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (Uma diária), no valor unitário de R$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais) e valor total de R$159,00 (cento e cinquenta e nove reais) a Srª. **TELMA IRIS DOS SANTOS**, matrícula nº3255, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica, para custear suas despesas de locomoção e alimentação durante viagem a Natal/RN, para participar do Seminário de Abertura e do Encontro Formativo do 1º Módulo da 2ª Edição do Pró-Alfa RN, que será realizado dia 09 a 11 de setembro de 2026.
Art. 2º Quando do retorno, a servidora deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 08 de setembro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:2CAF9550

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°266/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada ao Sr. ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF: 014.618.764-43, ocupante do cargo público em comissão de Secretário de Educação, Cultura e Desporto, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das 8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal - RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:EC44BDC3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 267/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada ao Sr. Antônio Cácio dos Santos, inscrito no CPF: 032.060.024-60, ocupante do cargo público efetivo de Professor PM3, designado para o cargo público de Diretor da Escola Municipal Prof. Leonel Cícero, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das

8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal - RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:89E374B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 268/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária a Servidora abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada a Sra. Lazara Maia de Brito, inscrito no CPF: 030.877.424-81, ocupante do cargo público em comissão de Diretora da Escola Municipal Antônia Eurli de Brito – Símbolo CC3 –SEMECD, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das 8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal - RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:4B33641E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 269/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária a Servidora abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada a Sra. Barbara Thais de Araújo Fernandes, inscrita no CPF: 092.727.874-08, cargo público em comissão de Diretora da Escola CMEI Prisco Serafim Duarte – Símbolo CC3 –SEMECD, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das 8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal - RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:83A7C37A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 270/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária a Servidora abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada a Sra Suzana Simão de Araújo, inscrita no CPF: 061.133 314-74, ocupante do cargo público em comissão de Diretora da Escola CMEI Alice Pinheiro de Almeida – Símbolo CC3 –SEMECD, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das 8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal-RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:35CBA86E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 271/2026-GP.

CONCEDE, 1 (uma) diária a Servidora abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária destinada a Sra. Darineide Régis dos Santos, inscrita no CPF: 057.540.554-63, ocupante do cargo público em comissão de Diretora da Escola Municipal Aluízio Gurgel – Símbolo CC3 –SEMECD, em viagem a cidade Natal/RN, a participar do **ENCONTRO REGIONAL PEA/UNESCO RN**, que acontece no dia 05 de setembro de 2026, das 8h às 12h, no Colégio CEI - Roberto Freire, localizada na R. José M. de Vasconcelos, 1830 - Capim Macio, Natal - RN, 59082-210.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 04 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:0F321801

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº272/2026-GP.

NOMEIA A "COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO" E A "COMISSÃO DE SELEÇÃO" DE PARCERIAS NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCEDIMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO as previsões estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que regulam as relações firmadas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, e o Decreto Municipal nº 037/2023, que regulamentou no âmbito municipal a respectiva Lei Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de que trata o inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam nomeados como membros da **"Comissão de Monitoramento e Avaliação"**, para homologação do procedimento de tramitação do Chamamento Público, os seguintes servidores:
Presidente:
ANTONIO EUDIMAR GURGEL DE SALES CPF: *.986.224.****
Membros:
ALEXANDER YURI ALVES LOPES CPF: *.320.004.****
MILENE DAPHILA DE SOUZA ALVES CPF *.079.194-****
Art. 2º. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções:
I - Homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor, ao término da parceria celebrada, independentemente da obrigação de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
Art. 3º. Ficam nomeados como membros da **"Comissão de Seleção"**, para processar e julgar as propostas referentes ao procedimento de Chamamento Público, os seguintes servidores:
Presidente:
MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA CPF: *.064.034-****
Membros:
FRANCISCO CLEBER TORRES CPF: *.064.034-****
JÚLIO EVERTON GURGEL DA SILVA CPF: *.541.294-****
Art. 4º. Compete à Comissão de Seleção, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções:
I – Verificar o grau de adequação da proposta aos objetivos específicos em que se insere o tipo de parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento, justificando, se necessário, a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.
Art. 5º. As deliberações e as decisões das Comissões serão tomadas mediante o expresso consentimento da maioria absoluta de seus membros.
Art. 6º. Para o desempenho de suas funções, as Comissões de que trata esta Portaria poderão, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís/RN
Em 08 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:19B7F017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO PARA QUANTITATIVO DE SALDO IMPLANTADO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025

2º TERMO ADITIVO PARA QUANTITATIVO DE SALDO IMPLANTADO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A PESSOA JURÍDICA: 44.854.758 BRUNA MAIARA NOGUEIRA

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.003/0001-47, com sede na Rua do Sul, 159 Dr. Onézimo Maia, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Jurídica: , com sede na **Rua Padre João Maria, 90 , Centro, João Câmara/RN - CEP: 59.550-000**, neste ato representada pelo **Sr. BRUNA MAIARA NOGUEIRA**, portadora do CPF **nº 701.802.714-40**, doravante denominado CONTRATADO**,** tem entre si justos e acordados a celebração do Contrato Administrativo nº 13/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133/21 e alterações posteriores:
Cláusula Segunda – Do Objeto
Aditivo para ampliação de Quantitativo de saldo em 18,4% – Conforme Memorando: 088/2026 - GS – Implantado ao Contrato Administrativo nº 13/2025 – Protocolo Administrativo: 252/2025 – Dispensa de Licitação nº 05/2025 – Objeto: Contratação de empresa para os serviços de execução de 250 horas de trator 4x4 com as seguintes especificações: potência mínima de 75cv, incluindo grade de no mínimo de 32 discos, tratorista, combustível e outras despesas para a realizar serviços de corte de terra e ensilagem. Atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos – Prefeitura Municipal de Janduis/RN.
Cláusula Terceira – Da fundamentação legal
Prazo vigente – Conforme implantação do Termo Aditivo: 04 de setembro de 2026 a 05 de janeiro de 2027, com fulcro no Artigo 124, inciso I, Alínea ''B'' da Lei 14.133/2021, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial.
Cláusula Quarta – Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial – Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Janduís-RN, 04 de setembro de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

44.854.758 Bruna Maiara Nogueira
CNPJ: 44.854.758/0001-62
BRUNA MAIARA NOGUEIRA
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:E5084740

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3942/2026. CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3942/2026.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

O Município de Janduís/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, por intermédio do sua Comisão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, em **sessão pública presencial, a partir das 08h30 (oito e meia - horário de Brasília-DF) do dia 29 de setembro de 2026, (terça-feira)** de forma presencial, no endereço, Rua do Sul, 159 - Bairro: Dr. Onézimo Fernandes Maia - Janduís-RN - CEP: 59.690-000, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica – Grupo Formal, (associações/cooperativas) e/ou pessoa fisica – Grupo Informal, para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital de Chamada Pública, nos termos do § 1º do artigo 14 da lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, resolução CD/FNDE nº 21/2021 e a Lei Nacional nº 14.133/21 como subsidiária e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no e-mail: pmj.cpljanduis@gmail.com ou na sala de licitações e contratos, localizada no endereço, Rua do Sul, 159 - Bairro: Dr. Onézimo Fernandes Maia - Janduís-RN - CEP: 59.690-000.

Janduís-RN, 08 de setembro de 2026.

OZAIAS PRAXEDES DOS SANTOS
Diretor de Licitações e Contratos – Port. 270/2025
CPF: 108.364.304-50

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:444705DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3715/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3715/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS,
FUNDAÇÃO CULTURAL ALDAIR JOSÉ DE LIMA (MESTRE DADÁ) – FUNCULT
Contratado: DJALMA FREITAS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de luthieria destinados à manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos musicais pertencentes à Banda Filarmônica 12 de Junho, vinculada à Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá) – FUNCULT.

Base legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 04 (quatro) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: **R$ 5.590,00, (cinco mil, quinhentos e noventa reais).**

Unidades Orçamentárias:

• **Unidade Orçamentária:** 02.120 – Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá)
PROJETO/ATIVIDADE: 2030 – MANUT. DAS ATIV. DA BANDA DE MUSICA MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Janduís-RN, 02 de setembro de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Djalma Freitas Instrumentos Musicais LTDA
CNPJ: 56.964.335/0001-84
DJALMA FREITAS DE ANDRADE
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:902FF831

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3864/2026.. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3864/2026..
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS,
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BASICO.
Contratado: **ERITUR SERVICE EIRELI.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante veículo de sua propriedade ou sob sua responsabilidade, para condução de pacientes nos trajetos Janduís/Mossoró e Janduís/Natal, incluindo os respectivos retornos, sob demanda, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Janduís/RN..
Base legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **R$ 62.000,00, (sessenta e dois mil reais),**
02.072- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AÇÃO: 2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços públicos de saúde
FONTE: 16593110- Transf. da União Dec. e Emendas Parlamentares Individual

AÇÃO: 2032 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FUS
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos

AÇÃO: 2379 - INCREMENTO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - PAP
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços públicos de saúde
FONTE: 16593110- Transf. da União Dec. e Emendas Parlamentares Individual

Também poderão ser utilizadas outras dotações e fontes pela unidade orçamentária 02.072 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, bem como aquelas que sejam oriundas de novas emendas, créditos especiais, reprogramações de saldos, saldos de emendas, transposições de saldos, recursos de créditos especiais, redimentos de emenda e todo e qualquer recurso que seja aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Janduís-RN.

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
contratante

Eritur Service EIRELI
CNPJ: 11.000.511/0001-20
ERINALDO BRAGA DOS SANTOS
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:C8F85DAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº107/2026 – GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora ADECLEIDE FERNANDES HOLANDA, pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º.Conceder férias a servidora ADECLEIDE FERNANDES HOLANDA, ocupante do cargo público de CONSELHEIRA TUTELAR, matrícula nº1059, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana por um período de 30 (trinta) dias, com vigência a partir de 01 a 30 de setembro 2026, período aquisitivo de 10 de janeiro de 2025 a 10 de janeiro de 2026.
Artigo 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Em, 31 de agosto de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – Pro Tempore
Port. Nº 015/2026 – GP CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:A6E8C3C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 014//2026 GC - DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JAPI/RN NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2026, EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DO DESFILE CÍVICO ALUSIVO AO 7 DE SETEMBRO, E D

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 014//2026 GC

Declara ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Japi/RN no dia 9 de setembro de 2026, em razão da realização do Desfile Cívico alusivo ao 7 de Setembro, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAPI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X, XII e XXX, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a solicitação formalizada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, autuada sob o Processo Administrativo nº 03001.000171/2026, na qual se requer a edição de decreto declaratório de ponto facultativo para o dia 9 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a realização do tradicional Desfile Cívico alusivo ao 7 de Setembro — Dia da Independência do Brasil, evento de natureza cívico-educacional que demanda o envolvimento direto de servidores municipais vinculados às áreas de Educação, Cultura e Infraestrutura, tanto na organização prévia quanto na condução da solenidade;

CONSIDERANDO que a concentração de público e o deslocamento de estudantes, servidores e membros da comunidade recomendam a suspensão do expediente administrativo ordinário, de modo a viabilizar a logística do evento e a ampla participação da população;

CONSIDERANDO que a declaração de ponto facultativo constitui ato de gestão administrativa interna, inserido na competência privativa da Chefe do Poder Executivo para dispor sobre o funcionamento das repartições municipais, e que não se confunde com a instituição de feriado, matéria submetida à disciplina da Lei federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995;

CONSIDERANDO que a medida não acarreta a criação de despesa nem a majoração de encargos para o erário municipal, observadas as diretrizes da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de preservar a continuidade dos serviços públicos essenciais e das atividades que, por sua natureza, não admitem interrupção;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo, no dia 9 de setembro de 2026 (quarta-feira), nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Japi/RN, em razão da realização do Desfile Cívico alusivo ao 7 de Setembro — Dia da Independência do Brasil.

Parágrafo único. O disposto no caput não alcança os servidores designados para a organização, a execução e o apoio ao evento cívico, cujo comparecimento será computado como efetivo exercício.

Art. 2º. Excetuam-se do ponto facultativo de que trata o art. 1º os serviços públicos essenciais e de natureza contínua, que funcionarão em regime de plantão, notadamente:

I – os serviços de saúde, compreendidos o atendimento de urgência, a atenção básica em regime de plantão e o transporte sanitário;

II – a limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos;

III – o abastecimento de água e os serviços de manutenção de caráter emergencial;

IV – os serviços de proteção social de caráter continuado e os plantões da assistência social;

V – as demais atividades que, por sua natureza ou por imposição legal, não admitam paralisação.

§ 1º. Compete aos titulares das Secretarias Municipais e das entidades da Administração Indireta organizar as escalas de plantão, delas dando ciência prévia aos servidores e à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com afixação em local visível nas respectivas unidades.

§ 2º. Os atendimentos de saúde e de assistência social previamente agendados para a data serão assegurados ou remarcados, mediante comunicação prévia aos usuários.

Art. 3º. Os prazos dos processos administrativos em curso no âmbito do Poder Executivo Municipal que se iniciarem ou se encerrarem na data indicada no art. 1º ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo único. As sessões públicas e os demais atos de procedimentos de contratação eventualmente designados para a data ficam adiados para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, incumbindo ao órgão promotor a divulgação da alteração pelos mesmos meios utilizados na publicação original.

Art. 4º. O ponto facultativo declarado neste Decreto não acarreta prejuízo à remuneração dos servidores, não impõe compensação das horas não trabalhadas e não autoriza o pagamento de serviço extraordinário ou de qualquer acréscimo remuneratório dele decorrente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Japi/RN, 08 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal de Japi/RN

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:C3014EB2

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026

Concorrência Eletrônica Nº 1/2026
Processo nº 3001000073/2026.
Contrato Administrativo nº 23/2026.
Contratante: Prefeitura Municipal de Japi.
Contratada: JJ E SILVA CONSTRUOES LTDA/ CNPJ: 47.046.670/0001-02
Objeto: a contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de duas (02) Academias de Saúde no Município de Japi/RN, sendo a primeira localizada no bairro Alto São Sebastião (área urbana) e a segunda na comunidade Sítio Pedra Preta (zona rural), conforme especificações técnicas, quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais exigências constantes do Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, que integram este Edital como se nele estivessem transcritos.
Valor Global: 214.490,68 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027.
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021.
Signatários: pela contratante, SIMONE FERNANDES DA SILVA e, pela contratada, JOSE FELIPE DE SOUZA SILVA .
Data da Assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:6A287040

LICITAÇÃO
RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03001.000073/2026

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de duas (02) Academias de Saúde no Município de Japi/RN, sendo a primeira localizada no bairro Alto São Sebastião (área urbana) e a segunda na comunidade Sítio Pedra Preta (zona rural), conforme especificações técnicas, quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais exigências constantes do Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, que integram este Edital como se nele estivessem transcritos.

A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de Contratação, declara vencedora da Concorrência Eletrônica Eletrônico nº 001/2026:

À EMPRESA: A EMPRESA: **JJ E SILVA CONSTRUOES LTDA.** - CNPJ: **47.046.670/0001-02,** Endereço: R JAGUARARI - CEP: 59062500 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 9214-8665**,** saiu vencedora do item: I e II totalizando o valor de **R$ 214.490,68 (duzentos e quatorze mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos)**.

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:62E5F489

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03001.000073/2026

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de duas (02) Academias de Saúde no Município de Japi/RN, sendo a primeira localizada no bairro Alto São Sebastião (área urbana) e a segunda na comunidade Sítio Pedra Preta (zona rural), conforme especificações técnicas, quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais exigências constantes do Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, que integram este Edital como se nele estivessem transcritos.

A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de Contratação, declara vencedora da Concorrência Eletrônica Eletrônico nº 001/2026:

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Prefeita Municipal, referente a Concorrência Eletrônica nº 001/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a adjudicação exarada no Processo nº**03001.000073/2026**

À EMPRESA: A EMPRESA: **JJ E SILVA CONSTRUOES LTDA.** - CNPJ: **47.046.670/0001-02,** Endereço: R JAGUARARI - CEP: 59062500 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 9214-8665**,** saiu vencedora do item: I e II totalizando o valor de **R$ 214.490,68 (duzentos e quatorze mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos)**.

Japi/RN, 08 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
CPF: ***.407.164-**
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:A5EFD04B

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03001.000073/2026

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de duas (02) Academias de Saúde no Município de Japi/RN, sendo a primeira localizada no bairro Alto São Sebastião (área urbana) e a segunda na comunidade Sítio Pedra Preta (zona rural), conforme especificações técnicas, quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais exigências constantes do Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, que integram este Edital como se nele estivessem transcritos.

A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de Contratação, declara vencedora da Concorrência Eletrônica Eletrônico nº 001/2026:

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Prefeita Municipal, referente a Concorrência Eletrônica nº 001/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a adjudicação exarada no Processo nº **03001.000073/2026**

À EMPRESA: A EMPRESA: **JJ E SILVA CONSTRUOES LTDA.** - CNPJ: **47.046.670/0001-02,** Endereço: R JAGUARARI - CEP: 59062500 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 9214-8665**,** saiu vencedora do item: I e II totalizando o valor de **R$ 214.490,68 (duzentos e quatorze mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos)**.

Japi/RN, 08 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
CPF: ***.407.164-**
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:CFE19EAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026. OBJETO: Credenciamento eletrônico de interessados para autorização de uso, em caráter temporário e oneroso, de espaços públicos destinados à instalação e exploração de bares durante a realização da Festa de Nossa Senhora dos Aflitos 2026, Padroeira do Município de Jardim de Piranhas/RN. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: Considerando o resultado do procedimento e do sorteio público realizado em 03/09/2026, ficam adjudicadas e homologadas as oportunidades da seguinte forma: 1ª NOITE - 02 bares: JARDEL PEREIRA MARIZ, CPF nº 017.***.***-27; 2ª NOITE - 02 bares: ALISON PEREIRA JALES, CPF nº 073***.***-84; 3ª NOITE - 02 bares: GILBERTO NOGUEIRA DE ARAUJO, CPF nº 098.***.***-00. Valor: R$ 2.500,00 por bar/noite. Permanece em CADASTRO DE RESERVA a empresa PUBLIC EMPREENDIMENTOS E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 24.293.475/0001-81, para eventual convocação nas hipóteses previstas no Edital.

Jardim de Piranhas-RN, 04 de setembro de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:234BD5EC

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DOS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO TEMPORÁRIO E ONEROSO DE ESPAÇO PÚBLICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026 - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026

OBJETO: Autorização de uso, em caráter temporário e oneroso, de espaços públicos destinados à instalação e exploração de bares durante a realização da Festa de Nossa Senhora dos Aflitos 2026, Padroeira do Município de Jardim de Piranhas/RN. **FUNDAMENTO:** Credenciamento Eletrônico nº 004/2026, Processo Administrativo nº 096/2026, Inexigibilidade nº 022/2026, Edital, Termo de Referência, resultado do sorteio público e demais documentos integrantes do procedimento. **AUTORIZANTE:** MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95. **AUTORIZADOS: JARDEL PEREIRA MARIZ**, CPF nº 017.***.***-27 - autorização para utilização de **02 (dois) espaços destinados a bares na 1ª noite** da Festa de Nossa Senhora dos Aflitos 2026, no valor total de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, correspondente a R$ 2.500,00 por bar/noite. **ALISON PEREIRA JALES**, CPF nº 073.***.***-84 - autorização para utilização de **02 (dois) espaços destinados a bares na 2ª noite** da Festa de Nossa Senhora dos Aflitos 2026, no valor total de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, correspondente a R$ 2.500,00 por bar/noite. **GILBERTO NOGUEIRA DE ARAUJO**, CPF nº 098.***.***-00 - autorização para utilização de **02 (dois) espaços destinados a bares na 3ª noite** da Festa de Nossa Senhora dos Aflitos 2026, no valor total de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, correspondente a R$ 2.500,00 por bar/noite. **VALOR TOTAL DAS AUTORIZAÇÕES:** R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **VIGÊNCIA:** Cada autorização terá vigência exclusivamente durante a respectiva noite, horário e espaços atribuídos ao credenciado, extinguindo-se automaticamente ao término do período autorizado. O edital estabelece exatamente essa limitação temporal. **NATUREZA:** Temporária, onerosa, pessoal, precária e intransferível, sem gerar direito de permanência, exclusividade ou preferência futura.

Jardim de Piranhas-RN, 03 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:D7887A4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 422/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 422/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN,no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER,na forma da Legislação vigente a senhora**VERA LÚCIA DUTRA DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob nº 626.282.244-53, Professora do município de Jardim de Piranhas/RN, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) diárias para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que se realizará nos dias 09, das 13 às 18h, 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel Praiamar & Convention, Ponta Negra, Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 08 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:7BCDF8E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 423/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 423/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN,no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER,na forma da Legislação vigente a senhora**LARISSA VANESSA MEDEIROS DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob nº 009.174.070-32, Professora do município de Jardim de Piranhas/RN, lotada na Escola Municipal Marinheiro Saldanha, 03 (três) diárias para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que se realizará nos dias 09, das 13 às 18h, 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel Praiamar & Convention, Ponta Negra, Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 08 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:408F37FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 424/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 424/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN,no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER,na forma da Legislação vigente a senhora**PAULA CRISTINA ALVES DANTAS,** inscrita no CPF sob nº 074.657.584-08, Professora do município de Jardim de Piranhas/RN, lotada na Escola Municipal Marinheiro Saldanha, 03 (três) diárias para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, para participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que se realizará nos dias 09, das 13 às 18h, 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel Praiamar & Convention, Ponta Negra, Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 08 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:080E5761

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 425/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 425/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos e de acordo com a solicitação do Gabinete do Prefeito.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** na forma da Legislação vigente ao senhor **FRANCISCO RAIMUNDO SOARES BATISTA**, Operador de Máquinas Pesadas/Motorista, inscrito no CPF sob nº 086.216.074-09, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste município, 02 (uma) diária para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, para transportar as senhoras **VERA LÚCIA DUTRA DE OLIVEIRA,** Professora, **LARISSA VANESSA MEDEIROS DE OLIVEIRA,** Professora e **PAULA CRISTINA ALVES DANTAS,** Professora, para participarem do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que se realizará nos dias 09, das 13 às 18h, 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel Praiamar & Convention, Ponta Negra, Natal/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 08 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:76CA81CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 045/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 723.024/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA:** JUARA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o 49.836.658/0001-27; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO ARTISTA JUAREZ PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO SOCIAL FESTA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NA CIDADE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA:** Início em 03 de setembro de 2026 e termo final em 03 de dezembro de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Inexigibilidade; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); **SUBSCRITORES:** José Renato de Araújo Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº 512.***.***-68 – pela Contratante e Juarez Bezerra de Medeiros Júnior, inscrito no CPF/MF sob o nº 658.***.***-20 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ RENATO DE ARAÚJO AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:6FA1FE54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 723.024/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA:** C A DE SOUSA PRODUÇÃO E EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o 29.627.818/0001-10; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DA ATRAÇÃO MUSICAL SOLANGE SILVA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NA PROGRAMAÇÃO DA "FEIRINHA" DA FESTA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, A SER REALIZbADA NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA:** Início em 04 de setembro de 2026 e termo final em 04 de dezembro de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Inexigibilidade; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); **SUBSCRITORES:** José Renato de Araújo Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº 512.***.***-68 – pela Contratante e Clodoaldo Avelino de Sousa, inscrito no CPF/MF sob o nº 623.***.***-82 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ RENATO DE ARAÚJO AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:55423CCA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

01- ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 028/2026, realizado em 18/06/2026 a saber:

Createch Comercio E Solucoes Corporativas Eireli - CNPJ: 25.406.063/0001-73, saiu vencedor nos itens: 51, 52; totalizando o valor de **R$ 124.320,00 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e vinte reais)**.

EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI - CNPJ: 32.005.178/0001-11, saiu vencedor no item: 1; totalizando o valor de **R$ 2.228,70 (dois mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta centavos)**.

FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - CNPJ: 31.070.939/0001-56, saiu vencedor nos itens: 31, 32, 33, 34, 62, 63; totalizando o valor de **R$ 60.569,00 (sessenta mil, quinhentos e sessenta e nove reais)**.

HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 16.847.666/0001-10, saiu vencedor nos itens: 18, 19; totalizando o valor de **R$ 25.089,00 (vinte e cinco mil e oitenta e nove reais)**.

INFOSHOP41 TELEINFORMATICA LTDA - CNPJ: 09.441.686/0001-20, saiu vencedor no item: 37; totalizando o valor de **R$ 10.660,00 (dez mil, seiscentos e sessenta reais)**.

J.S.A COMERCIO LTDA - CNPJ: 54.361.487/0001-67, saiu vencedor no item: 61; totalizando o valor de **R$ 4.864,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais)**.

JC RAMOS & CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 24.847.874/0001-47, saiu vencedor nos itens: 25, 26; totalizando o valor de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais)**.

JOSELIO ROMEIRO DOS SANTOS - CNPJ: 07.869.398/0001-46, saiu vencedor nos itens: 3, 6, 7, 8, 15, 30, 40, 42, 47, 53, 59; totalizando o valor de **R$ 18.380,17 (dezoito mil, trezentos e oitenta reais e dezessete centavos)**.

JULIANA FERREIRA DA SILVA 01547479639 - CNPJ: 36.975.874/0001-01, saiu vencedor nos itens: 4, 12, 21, 54, 64; totalizando o valor de **R$ 13.257,00 (treze mil, duzentos e cinquenta e sete reais)**.

K J DE M ANDRADE LTDA - CNPJ: 49.385.374/0001-61, saiu vencedor nos itens: 45, 46, 50, 60; totalizando o valor de **R$ 264.772,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais)**.

K2M MAQUINAS LTDA - CNPJ: 50.445.599/0001-45, saiu vencedor no item: 16; totalizando o valor de **R$ 35.469,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais)**.

LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 50.958.011/0001-57, saiu vencedor nos itens: 2, 11, 41; totalizando o valor de **R$ 2.567,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais)**.

MD TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - CNPJ: 39.415.071/0001-90, saiu vencedor no item: 49; totalizando o valor de **R$ 16.910,00 (dezesseis mil, novecentos e dez reais)**.

NAINFRA BRASIL SERVICOS E TECNOLOGIAS LTDA - CNPJ: 44.173.856/0001-34, saiu vencedor nos itens: 27, 28, 38, 44, 48; totalizando o valor de **R$ 121.134,06 (cento e vinte e um mil, cento e trinta e quatro reais e seis centavos)**.

SIGMA COMERCIO LTDA - CNPJ: 64.384.417/0001-88, saiu vencedor nos itens: 10, 57, 58; totalizando o valor de **R$ 82.492,00 (oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais)**.

T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - CNPJ: 49.490.183/0001-60, saiu vencedor no item: 56; totalizando o valor de **R$ 2.891,20 (dois mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos)**.

TREDE CENTER COMMERCE LTDA - CNPJ: 59.095.876/0001-01, saiu vencedor no item: 20; totalizando o valor de **R$ 6.213,00 (dois mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos)**.

V STAGLIANO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.377.991/0001-43, saiu vencedor no item: 17; totalizando o valor de **R$ 11.892,30 (onze mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta centavos)**.

WORLD CAM BRASIL ELETROELETRONICO LTDA - CNPJ: 26.167.868/0001-74, saiu vencedor no item: 39; totalizando o valor de **R$ 20.406,00 (vinte mil, quatrocentos e seis reais)**.

Objeto**: AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.**

02- HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 028/2026 com início 05 de junho de 2026, realizada em 18 de junho de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

03 - DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 08 de setembro de 2026

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:3E1641D9

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 424, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA**, matrícula nº 0433, para exercer a função de gestor de contrato, no acompanhamento da execução do Pregão Eletrônico nº 028/2026, Processo Administrativo nº 506.009/2026, que tem por objeto a " Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN".

Fiscais de Contrato:

• Juliana Medeiros Silva - MAT. 2172 - Secretaria de Esportes
• Walquiria Santos Nóbrega - Mat. 2126 -Secretaria de Educação
• Laudimeiry Humberta Silva de Azevedo- Mat. 2147 - Secretaria de Cultura e Turismo
• José Anchieta Rodrigues de Moura Júnior - Mat. 2097 - Secretaria de Saúde
• Jacques Lucas de França Azevedo - Mat. 2203 - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca
• Isabela Azevedo Medeiros do Nascimento - Mat. 2201 - Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social
• Dásio José Costa da Silva - Mat. 2162 - Secretária de Transportes
• SIlvia Azevedo da Costa - Mat. 2095 - Secretaria do Gabinete da Prefeita
• Felipe da Nóbrega Silva - Mat. 2084 - Secretaria de Administração

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 08 de setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:0712F9E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 270, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Á SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 08/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **RONALDO DUTRA FERREIRA**, matrícula n.º 1348**,** ocupante do cargo de Gari PA III, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, gozo de 30 (quinta) dias de férias no período de 08/09/2026 à 07/10/2026 correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 08 de setembro de 2025.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:4C1D444B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 025, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.
CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Senhora Maria José Silva de Medeiros Paiva, servidora permutada do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), com objetivo de participação da servidora no Seminário

Inicial das Trilhas Formativas de Formadores Municipais e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró Alfa, nos dias 09, 10 e 11 de setembro do ano em curso. O evento acontecerá no Hotel Praiamar & Convention, Rua Francisco Gurgel – nº 33, Ponta Negra, Natal, RN.
Art. 2º A participação da servidora no encontro possibilitará o aperfeiçoamento dos conhecimentos teóricos e metodológicos como articuladora, bem como a atualização acerca das orientações, estratégias e diretrizes relacionadas ao desenvolvimento das ações do Pro Alfa. Os conhecimentos e orientações adquiridos durante o encontro serão fundamentais para subsidiar o trabalho de acompanhamento, orientação e formação dos professores da rede municipal, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à alfabetização e à recomposição das aprendizagens dos estudantes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:2E1026E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.
CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Senhora Maria de Fátima Costa de Oliveira, servidora do cargo de Pedagoga, lotada na Secretaria de Educação, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), com objetivo de participação da servidora no Seminário Inicial das Trilhas Formativas de Formadores Municipais e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró Alfa, nos dias 09, 10 e 11 de setembro do ano em curso. O evento acontecerá no Hotel Praiamar & Convention, Rua Francisco Gurgel – nº 33, Ponta Negra, Natal, RN.
Art. 2º A participação da servidora no encontro possibilitará o aperfeiçoamento dos conhecimentos teóricos e metodológicos como formadora, bem como a atualização acerca das orientações, estratégias e diretrizes relacionadas ao desenvolvimento das ações do Pro Alfa. Os conhecimentos e orientações adquiridos durante o encontro serão fundamentais para subsidiar o trabalho de acompanhamento, orientação e formação dos professores da rede municipal, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à alfabetização e à recomposição das aprendizagens dos estudantes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:370C83FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 027, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.
CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Senhora Marília Dantas Rodrigues de Albuquerque, servidora do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), com objetivo de participação da servidora no Seminário Inicial das Trilhas Formativas de Formadores Municipais e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró Alfa, nos dias 09, 10 e 11 de setembro do ano em curso. O evento acontecerá no Hotel Praiamar & Convention, Rua Francisco Gurgel – nº 33, Ponta Negra, Natal, RN.
Art. 2º A participação da servidora no encontro possibilitará o aperfeiçoamento dos conhecimentos teóricos e metodológicos como formadora, bem como a atualização acerca das orientações, estratégias e diretrizes relacionadas ao desenvolvimento das ações do Pro Alfa. Os conhecimentos e orientações adquiridos durante o encontro serão fundamentais para subsidiar o trabalho de acompanhamento, orientação e formação dos professores da rede municipal, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à alfabetização e à recomposição das aprendizagens dos estudantes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:872FC835

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06070001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos (referência), genéricos, similares, controlados, excepcionais, de alto custo e fórmulas especiais, não padronizados na REMUME, mediante aplicação do maior percentual de desconto sobre a Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, observando-se o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, quando aplicável.
FORNECEDOR REGISTRADO: JUDIVAN FARMACIA DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.522.512/0001-22.
ITENS/GRUPOS REGISTRADOS: Medicamentos Éticos (referência), com valor estimado de R$ 250.000,00 e desconto de 5%; Medicamentos Genéricos, com valor estimado de R$ 285.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Similares, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Controlados, com valor estimado de R$ 255.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos de Alto Custo, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 5%; e Fórmulas Especiais e Medicamentos Excepcionais, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 1%.
VALOR ESTIMADO TOTAL: R$ 865.500,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais). Os percentuais de desconto incidirão sobre os preços oficiais constantes da Tabela CMED vigente

na data da emissão de cada Autorização de Fornecimento, observando-se o PMVG, quando aplicável.
VIGÊNCIA: 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

João Dias/RN, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:C4C9123F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04080004/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91007/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijões de 13 kg (P-13), destinados ao atendimento das necessidades das diversas unidades administrativas, órgãos, secretarias e demais estabelecimentos públicos do Município de João Dias/RN.
FORNECEDOR REGISTRADO: J LACERDA DE FREITAS – ME, nome fantasia **COMERCIAL DE GÁS FREITAS**, inscrita no CNPJ nº **09.010.508/0001-45**.
ITEM REGISTRADO: Item 01 – Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13), marca **BRASIL GÁS**, quantidade de **900 botijões**, ao valor unitário de **R$ 125,00**, totalizando **R$ 112.500,00**.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

João Dias/RN, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:6492365F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0209001/2024

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS/RN*
CONTRATADA: *ARES DO NORDESTE REFRIGERAÇÃO LTDA.*
OBJETO: *O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar as Cláusulas Segunda e Décima Terceira do* ***Termo de Contrato Administrativo nº 0209001/2024****, para prorrogar o prazo de sua vigência, por mais* ***12 (doze) meses****, contados a partir de* ***02/09/2026 até 02/09/2027****, a fim de dar continuidade a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado previstos na Cláusula Primeira do Contrato originário do Termo de* ***Dispensa de Licitação nº 080901/2024****, objeto do* ***Processo Administrativo nº 06080002/2024-PMJD.***
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: *A presente alteração contratual encontra-se fundamentada nas disposições legais previstas no art. 107, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por se tratar de prestação de serviços a ser executada de forma continuada.*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da execução dos serviços previstos no presente Termo Aditivo estão alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício 2025, Ação 02.002.04.122.0002.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete Civil, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.003.04.122.0003.2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.004.04.123.0004.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Finanças, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.006.20.606.0006.2006 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.008.12.122.0008.2008 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Fontes 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e 15690000 – Outras Transferências de Recursos do FNDE, Ação 02.008.12.361.0008.2010 – Manutenção das Atividades Curriculares do Ensino Fundamental – 30%, Fonte 15400000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos, Ação 02.008.12.361.0008.2011 – Manutenção das Atividades Curriculares do Ensino Fundamental – Recursos Próprios, Fontes 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e 15690000 – Outras Transferências de Recursos do FNDE, Ação 02.008.12.361.0008.2030 – Salário Educação (QSE) – Ensino Fundamental, Fonte 15500000 – Transferência do Salário Educação, Ação 02.009.10.122.0009.2015 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde, Fonte 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Ação 02.010.08.122.0010.2017 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.011.15.122.0011.2023 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Habitação, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.012.27.122.0012.2024 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal Juventude, Turismo, Esporte e Lazer, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Ação 02.013.08.244.0013.2019 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, Fonte 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Ação 02.014.10.301.0014.2031 – Atenção Básica – BLATB (CUSTEIO), Fonte 16000000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Público de Saúde, Ação 02.014.10.301.0014.2088 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fonte 16000000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Público de Saúde, Classificação Econômica 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.*
VIGÊNCIA: *O Presente Termo Aditivo vigerá por* ***12 (doze) meses****, contados a partir de* ***02/09/2026 até 02/09/2027****, consoante permissibilidade legal prevista no art. 107, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, tendo em vista que as condições e os preços permanecem vantajosos para esta administração.*
LOCAL DE DATA*: João Dias/RN, 02 de setembro de 2026.*
ASSINANTES:
MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA – PREFEITA MUNICIPAL
FRANCISCO MARCIO DE OLIVEIRA – SÓCIO DA CONTRATADA

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:551314FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06070001/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06070001/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos (referência), genéricos, similares, controlados, de alto custo, fórmulas especiais e medicamentos excepcionais, com base na listagem de A a Z da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.
ADJUDICATÁRIA: JUDIVAN FARMACIA DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.522.512/0001-22, com sede em Catolé do Rocha/PB.
LOTES ADJUDICADOS: Medicamentos Éticos (referência), com valor estimado de R$ 250.000,00 e desconto de 5%; Medicamentos

Genéricos, com valor estimado de R$ 285.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Similares, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Controlados, com valor estimado de R$ 255.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos de Alto Custo, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 5%; e Fórmulas Especiais e Medicamentos Excepcionais, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 1%.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 865.500,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).
A adjudicação dos Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06 foi realizada pela autoridade competente, Maria de Fátima Mesquita da Silva, em 21 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 28, inciso I, e demais disposições aplicáveis.

João Dias/RN, 21 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de João Dias/RN

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:C6827593

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04080004/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04080004/2026. Objeto: Registro de preços para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13), observadas as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas pertinentes.
EMPRESA ADJUDICATÁRIA: J Lacerda de Freitas, inscrita no CNPJ nº 09.010.508/0001-45, com sede em Pilões/RN.
LOTE ADJUDICADO: Lote 01 – Item 01 – Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13), marca BRASIL GAS, quantidade de 900 unidades, ao valor unitário de R$ 125,00, totalizando **R$ 112.500,00**, com julgamento pelo critério de menor preço.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).
A adjudicação do Lote 01 foi realizada pela autoridade competente, **Maria de Fátima Mesquita da Silva**, em **08 de setembro de 2026**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 28, inciso I, e demais disposições aplicáveis.

João Dias/RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de João Dias/RN

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:75C7E9B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06070001/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06070001/2026. A Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de João Dias/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 28, inciso I, e considerando o resultado do certame realizado na forma eletrônica, resolve HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 91006/2026, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos (referência), genéricos, similares, controlados, de alto custo, fórmulas especiais e medicamentos excepcionais, com base na listagem de A a Z da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.
EMPRESA HOMOLOGADA: JUDIVAN FARMACIA DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.522.512/0001-22, com sede em Catolé do Rocha/PB.
LOTES HOMOLOGADOS: Medicamentos Éticos (referência), com valor estimado de R$ 250.000,00 e desconto de 5%; Medicamentos Genéricos, com valor estimado de R$ 285.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Similares, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos Controlados, com valor estimado de R$ 255.000,00 e desconto de 10%; Medicamentos de Alto Custo, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 5%; e Fórmulas Especiais e Medicamentos Excepcionais, com valor estimado de R$ 50.000,00 e desconto de 1%.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 865.500,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21 de agosto de 2026.

João Dias/RN, 21 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de João Dias/RN

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:A0DC0742

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04080004/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04080004/2026. A Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de João Dias/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 28, inciso I, resolve **HOMOLOGAR** o Pregão Eletrônico nº 91007/2026, realizado na forma eletrônica, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13), observadas as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas pertinentes.
EMPRESA HOMOLOGADA: J Lacerda de Freitas, inscrita no CNPJ nº **09.010.508/0001-45**, com sede em Pilões/RN.
LOTE HOMOLOGADO: Lote 01 – Item 01, referente à aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13), marca **BRASIL GAS**, quantidade de **900 unidades**, ao valor unitário de **R$ 125,00**, totalizando **R$ 112.500,00**.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08 de setembro de 2026.

João Dias/RN, 08 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de João Dias/RN

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:D3C4D79B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 – COMPIR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR

RESOLUÇÃO Nº 01/2026 – COMPIR

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CMPIR DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CMPIR**, do Município de José da Penha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 568, de 23 de abril de 2026**, e considerando a deliberação tomada em reunião do Conselho realizada em 04 de Agosto de 2026,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 568, de 23 de abril de 2026, criou o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial como órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como deliberar sobre matérias relacionadas à promoção da igualdade racial no Município;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 5º da Lei Municipal nº 568/2026 estabelece que a Presidência do Conselho será eleita mediante procedimento determinado pelo Regimento Interno, devendo haver alternância do cargo entre conselheiros representantes de órgãos governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO a deliberação dos membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial quanto à composição de sua Mesa Diretora;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a composição da **Mesa Diretora do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR**, para o mandato correspondente à atual gestão do Conselho, composta pelos seguintes membros:

I – Presidente:
Maria Vanicleide de Almeida Bezerra
II – Vice-Presidente:
Maria Catiana do Nascimento Silva
III – Secretária:
Maria Sandra Alves de Abreu

Art. 2º Compete à Presidente representar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, convocar e presidir suas reuniões, coordenar os trabalhos e exercer as demais atribuições previstas na legislação vigente e no Regimento Interno do Conselho.

Art. 3º Compete à Vice-Presidente substituir a Presidente em suas ausências ou impedimentos e exercer as atribuições que lhe forem delegadas pela Presidência ou pelo Plenário.

Art. 4º Compete à Secretária auxiliar a Mesa Diretora na organização dos trabalhos do Conselho, elaborar e manter os registros das reuniões, atas, resoluções e demais documentos, bem como desempenhar outras atribuições definidas pelo Plenário e pelo Regimento Interno.

Art. 5º A Mesa Diretora exercerá suas funções em observância à Lei Municipal nº 568, de 23 de abril de 2026, ao Regimento Interno do Conselho e às deliberações do Plenário.

Art. 6º A presente Resolução deverá ser publicada nos meios oficiais de divulgação do Município, para conhecimento público e demais efeitos legais.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

José da Penha/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA VANICLEIDE DE ALMEIDA BEZERRA
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR

MARIA CATIANA DO NASCIMENTO SILVA
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR

MARIA SANDRA ALVES DE ABREU
Secretária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:49A8C309

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNCIONÁRIO (A):JESSICA RURIELY DE FONTES
CPF/CNPJ:017.507.664-26
MATRÍCULA: 138280-3
CARGO: SUBCOORDENADORA DE UNIDADE BÁSICA DE SÚDE
REQUERIMENTO:LICENÇA MATERNIDADE.
OBJETO: Concessão de Licença maternidade, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 07/09/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 04/09/2026 a 02/03/2027

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FFF45739

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 675/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 675/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 24 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PEDRO HENRIQUE MAIA ROCHA SOBRINHO, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Apodi/RN, a fim de transportar paciente para pericia medica, no dia 24 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:45FEE0A5

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 676/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 676/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 25 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente para realizar cirurgia, no período de 25 de Agosto de 2026 a 26 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:912A01C1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 677/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 677/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 27 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:93AC931C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 678/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 678/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 28 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:06E4AF54

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 679/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 679/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 19 de Agosto de 2026 a 20 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:26EFD0AA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 681/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 681/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 21 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Almino Afonso/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 22 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D9717FBF

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 682/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 682/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 24 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 24 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C15925D7

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 684/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 684/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 27 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:00F357FD

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 685/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 685/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 30 de Agosto de 2026 a 31 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D4FC7C40

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 687/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 687/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). FERNANDO ELIELSON DA SILVA, Motorista, 02 (duas) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 27 de Agosto de 2026 a 28 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0F6F3589

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 688/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 688/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 27 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:300EBE23

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 689/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 689/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 29 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C8639794

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 690/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 690/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 01 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar Dra Nayla Yaima Brizuela Martinez para UFERSA para participar encontro locorregional, no dia 01 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D03AF36D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 101 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 101 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – COMISSÃO DO SELO UNICEF – NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E

CONSIDERANDO a adesão do Município de José da Penha ao Selo UNICEF – Edição 2025-2028, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes no semiárido brasileiro;
CONSIDERANDO a necessidade de articulação intersetorial e da participação social na execução das atividades propostas pelo Selo UNICEF;

RESOLVE:

Art. 1º Promove alterações na **Comissão Municipal Intersetorial pelos Direitos da Infância e Adolescência – Comissão do Selo UNICEF** no Município de José da Penha/RN.

Art. 2º Compete à Comissão do Selo UNICEF:
I – planejar, articular e acompanhar a execução das ações estratégicas do Selo UNICEF;
II – promover a mobilização social em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
III – apoiar tecnicamente as secretarias municipais e entidades parceiras na implementação das atividades;
IV – monitorar os indicadores sociais e elaborar relatórios para acompanhamento da evolução das metas estabelecidas.

Art. 3º A Comissão será composta pelos(as) seguintes membros(as):
I – Articulador Municipal do Selo Unicef: Sara Moura da Costa;
II – Mobilizador Municipal de Adolescentes e Jovens: Maria Lucilene do Nascimento;
III – Prefeito: Jairo de Souza Mafaldo
IV – Vice Prefeito: Adriano Costa Morais
V – Secretária de Saúde: Thaciane Maria Ferreira de Souza
VI – Secretária de Educação: Francisca Anatânia Maia Bessa
VII – Secretária de Assistência Social: Isabelle Cristina Costa Lima Fontes
VIII – Secretário de políticas para juventude ou equivalente:
IX – Gestor responsável pelo Plano Plurianual – PPA: Vinicius Campos Fontes
X – Mobilizador/a do Resultado Sistêmico 1 (Saúde & Nutrição): Ana Karina Vidal Silva
XI – Mobilizador do Resultado Sistêmico 2 (Educação): Miqueias Virgínio da Silva
XII – Mobilizador/a do Resultado Sistêmico 3 (Proteção Contra Violências): Ricardo Ferreira Fontes
XIII – Mobilizador do Resultado Sistêmico 4 (Água, Saneamento, Higiene, Mudanças Climáticas): Denise Kauanny de Araújo Rosendo
XIV – Mobilizador do Resultado Sistêmico 5 (Proteção Social): Alinne Aparecida Jácome
XV – Mobilizador do Resultado Sistêmico 6 (Igualdade Étnico-racial): Maria Vanicleide Almeida Bezerra
XVI – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: Giovanna Araújo Vasconselos
XVII – Representante do Conselho Tutelar: João Eumar da Costa Filho
XVIII – Representante de entidade religiosa: Antônio Marcos de Lima Virginio
XIX – Representantes de adolescentes do Núcleo de Cidadania dos adolescentes – NUCA: Ycaro Havid Almeida Lavosier e Thais Jamilly do Nascimento Silva

Art. 4º Os(as) membros(as) da Comissão serão designados(as) por ato do(a) Prefeito(a), mediante indicação das entidades, órgãos e segmentos elencados no artigo anterior.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
José da Penha/RN, em 08 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeit0

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:16723B3D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 102 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 102 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO MUNICIPAL DA SERVIDORA QUE INDICA**.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E

RESOLVE:

Art. 1° Fica declarada a vacância do cargo público de auxiliar de serviços gerais, ocupado pela servidora **Eriosvalda Fernandes Leite**, CPF 027.353.084-48, matrícula 137368-4, nos termos do art. 33, VI, da lei municipal nº 034/1999 (regime jurídico único).

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeit0

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:27643A31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO – CNPJ/MF 68.748.451/0001-45	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 08 de setembro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:6F9CA4DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN N° 22040001/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
ASSUNTO: **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

- **AUTORIZO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN,** da empresa: **68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO –** CNPJ/MF 68.748.451/0001-45.

Jucurutu/RN, 08 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C4D023C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 142/2026
CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: 68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 68.748.451/0001-45; **OBJETO**: Contratação de pessoas jurídicas visando a prestação de serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu; **VIGÊNCIA**: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contado do(a) data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares; 06.006 - Sec. Mun. de Infraestrutura, Saneamento e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Fundo Municipal de Saúde; 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Sec. Mun. da Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. Elemento da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Plano Interno: 2003 MANUT SEC RECURSOS HUMANOS PATRIMONIO E SERV AUXILIARES; 2006 MANUT.SEC MUN FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUT.SEC. MUN. INFRAEST.SANEAM. SERVIÇOS URBANOS; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035

MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA - FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. **VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA):** Servente, R$ 97,28 (noventa e sete reais e vinte e oito centavos); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **SUBSCRITORES**: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante Victor Gabriel Alves de Araujo – Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 08 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:E090304A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CONVOCAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2024 - PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO –** CNPJ/MF 68.748.451/0001-45, visando a assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 08 de setembro de 2026

Atenciosamente,

ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA
Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:38CF3C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 295 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 295 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder quatro diárias e meia a servidora a seguir discriminado:

NOME: *Andressa Bianca Azevedo da Costa*
CARGO/FUNÇÃO: *Diretora do departamento de turismo*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal do Esporte e Turismo*
MATRÍCULA: 5341
CPF: ***.848.***-54
RG: 2.***.320

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: A servidora irá representar o Município de Jucurutu por meio da Secretaria Municipal do Esporte e Turismo, participando do evento Brasil mostra Brasil que tem como objetivo uma grande vitrine de negócios, cultural e entretenimento para impulsionar o empreendedorismo regional e a economia no norte e nordeste influenciando muito no desenvolvimento turístico.
TIPO DE VEÍCULO: Particular

(x) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *08 a 12 de setembro de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: quatro diárias e meia.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: *R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: *R$ 1.125,00 (um mil cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:9DE83E99

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 296 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 296 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária a servidora a seguir discriminado:

NOME: Karoline Araújo Leite Queiroz
CARGO/FUNÇÃO: Secretária Municipal de Educação e Cultura
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 5316
CPF: ***.653.***-32
RG:3.***.290

CIDADE DESTINO: Natal/RN

JUSTIFICATIVA: A Secretária Municipal de Educação e Cultura irá a serviço pelo Município de Jucurutu por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, participar da abertura do seminário inicial das trilhas formativas de formadores municipais e formação da primeira etapa do módulo 1 do referido programa, a realizar-se respectivamente no dia 09 de setembro de 2026, das 13h ás 18h, no Hotel PRAIAMAR & convention, rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 09 de setembro de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 500,*00 (quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 250,*00 (duzentos e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:312B3A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 297 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 297 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Sonailton Ronaldo Pereira de Medeiros Filho
CARGO/FUNÇÃO: Diretor da Divisão de Transporte Escolar
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 5322
CPF: ***.492.***-39
RG:2.***.799

CIDADE DESTINO: Natal/RN

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço pelo Município de Jucurutu por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conduzindo o veiculo que levara a secretária de educação e as coordenadoras pedagógicas para participarem da abertura do seminário inicial das trilhas formativas de formadores municipais e formação da primeira etapa do módulo 1 do referido programa, a realizar-se respectivamente no dia 09 de setembro de 2026, das 13h ás 18h, no Hotel PRAIAMAR & convention, rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 09 de setembro de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 250,*00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 125,*00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:DECFC1FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 298 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 298 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas diárias e meia ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Maria do Socorro Soares Teixeira
CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Pedagógica
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 1566-0
CPF: ***.157.***-10
RG: ***.861

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar da abertura do seminário inicial das trilhas formativas de formadores municipais e formação da primeira etapa do módulo 1 do referido programa, a realizar-se respectivamente no dia 09 de setembro de 2026, das 13h ás 18h, no Hotel PRAIAMAR & convention, rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 09 a 11 de setembro de 2026.*

(x) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: duas diárias e meia

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).*
Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:C1C05C47

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 299 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 299 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas diárias e meia ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Floriza de Macedo Neta Silva.
CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Pedagógica
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 3077
CPF: 297.524.***-11
RG: 1.***.948

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar da abertura do seminário inicial das trilhas formativas de formadores municipais e formação da primeira etapa do módulo 1 do referido programa, a realizar-se respectivamente no dia 09 de setembro de 2026, das 13h ás 18h, no Hotel PRAIAMAR & convention, rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 09 a 11 de setembro de 2026.*

(x) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: duas diárias e meia

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:E254FF03

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 238, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 238, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias a servidora **ANTÔNIA BARBOSA DA SILVA,** CPF: 762.***.314-**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Auxiliares, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 92 do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias de **08 de setembro de 2026 a 06 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - A servidora deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:3AAE9405

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 239, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 239, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias a servidora **INGRID INÊS DE AQUINO SANTOS,** CPF: ***.250.***-34**,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 92 do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias de **08 de setembro de 2026 a 06 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - A servidora deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:1FD35938

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 240, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 240, DE 08 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 45 de 13/05/2026 que no Art. 12 que extinguiu a licença prêmio, porém, garantiu o gozo proporcional até a data da publicação da referida lei;
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio proporcional de 87 dias a servidora **MARIA DANUBIA BATISTA DA FONSECA,** CPF: 035.***.814-**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme dispõe a Lei Complementar 4/2006 e contado conforme prevê a Lei Complementar 45/2026.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio proporcional de 87 (oitenta e sete) dias de **08 de setembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - A servidora deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 08 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:825B4553

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
P059 - 2026 - PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS

Estado do Rio Grande do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ
Rua da Matriz, nº 305, Centro, Jundiá-RN
CEP: 59.188-000 – CNPJ/MF 04.214.217/0001-55

PORTARIA Nº 59/2026-GP, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Habilita estabelecimento de saúde para participação no Programa Agora Tem Especialistas, com foco no componente ambulatorial – Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Cardiologia, mediante Inscrição Descentralizada no CNES, e dispõe sobre a utilização de recursos de Emenda Parlamentar destinados ao Incremento Temporário do Custeio da Média e Alta Complexidade – MAC, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, normas municipais de organização administrativa e demais dispositivos legais aplicáveis à competência da autoridade signatária, e;

CONSIDERANDO o disposto na **Portaria GM/MS nº 7.266, de 18 de junho de 2025**, que dispõe sobre o Programa Agora Tem Especialistas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a regulamentação do componente ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas e das **Ofertas de Cuidados Integrados – OCI**, estabelecida pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a **Portaria SAES/MS nº 3.245, de 09 de setembro de 2025**, e suas alterações posteriores, que estabelece procedimentos e regras relacionados ao Programa Agora Tem Especialistas;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar e qualificar o acesso da população de Jundiá/RN aos serviços de Atenção Ambulatorial Especializada, especialmente na área de Cardiologia;

CONSIDERANDO a necessidade de organização da demanda reprimida e de fortalecimento da integração entre a Atenção Primária à Saúde e a Atenção Ambulatorial Especializada;

CONSIDERANDO a necessidade de inclusão e/ou identificação do(s) estabelecimento(s) de saúde no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**, por meio do **código 2902 – Inscrição Descentralizada**, para execução dos serviços previstos no Programa Agora Tem Especialistas;

CONSIDERANDO a existência de recursos financeiros oriundos de **Emenda Parlamentar destinada ao Incremento Temporário do Custeio da Média e Alta Complexidade – MAC**, destinados ao custeio de ações e serviços de Atenção Especializada;

CONSIDERANDO a possibilidade de utilização dos recursos de Incremento MAC para o custeio das ações e serviços previstos na respectiva proposta aprovada pelo Ministério da Saúde, observadas as normas vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º Incluir, no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**, o(s) estabelecimento(s) de saúde abaixo discriminado(s), para habilitação de **Inscrição Descentralizada**, por meio do **código 2902**, no âmbito do **Programa Agora Tem Especialistas – Componente Ambulatorial**, com foco na realização de **Oferta de Cuidados Integrados – OCI em Cardiologia**, observadas as normas, critérios, composição e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e suas alterações posteriores.

OCI	Nome da OCI	Procedimentos	CNES	Prestador	Município
CARDIOLOGIA	Avaliação de risco cirurgico	Consulta médica especializada	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
		Eletrocardiograma	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
		Consulta ou teleconsulta de retorno	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
	Avaliação cardiológica	Consulta especializada	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
		Eletrocardiograma	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
		Radiografia do tórax	2375109	Hospital Maternidade de Pedro Velho	Pedro Velho/RN
		Consulta de retorno	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN
		Ecocardiograma (procedimento opcional)	8459215	Centro de Reabilitacao	Jundiá/RN

§ 1º A Inscrição Descentralizada de que trata o caput destina-se à identificação do(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução da **OCI em Cardiologia** para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Jundiá/RN.

§ 2º A execução dos serviços deverá observar a programação assistencial definida pelo gestor municipal, os fluxos de regulação do acesso e os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde para as Ofertas de Cuidados Integrados – OCI.

Art. 2º A habilitação de que trata esta Portaria fica condicionada à manutenção da regularidade cadastral do(s) estabelecimento(s) no **CNES**, à capacidade técnica e assistencial para execução dos serviços, à observância das normas sanitárias, contratuais, regulatórias, de controle, avaliação, auditoria, processamento e faturamento no âmbito do SUS.

Art. 3º A área técnica responsável pelo **CNES/SCNES** no Município de Jundiá/RN deverá adotar as providências necessárias para a inclusão e atualização cadastral do **código 2902 – Inscrição Descentralizada**, quando aplicável, mantendo cópia desta Portaria e dos documentos comprobatórios no processo administrativo correspondente.

Art. 4º O(s) estabelecimento(s) habilitado(s) deverá(ão) observar as regras do **Programa Agora Tem Especialistas**, as orientações do Ministério da Saúde, a programação assistencial do gestor municipal, os fluxos de regulação do acesso e os critérios de registro da produção ambulatorial aplicáveis à **Oferta de Cuidados Integrados – OCI em Cardiologia**.

Art. 5º Os recursos destinados à execução da **Oferta de Cuidados Integrados – OCI em Cardiologia** serão provenientes de **Emenda Parlamentar destinada ao Incremento Temporário do Custeio da Média e Alta Complexidade – MAC**, conforme **Propostas de nº 36000751902202600,** no valor de **R$ 95.526,00 e de nº 63000732009202600,** no valor de **R$ 91.222,00,** aprovada pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A proposta da Emenda Parlamentar será parte integrante do processo administrativo correspondente, para fins de acompanhamento, controle e prestação de contas.

Art. 6º Fica autorizada a utilização dos recursos financeiros oriundos da **Emenda Parlamentar destinada ao Incremento Temporário do Custeio da Média e Alta Complexidade – MAC**, mencionada no artigo anterior, para o custeio das ações e serviços necessários à execução da **OCI em Cardiologia**, observada a finalidade e a programação constantes da respectiva proposta.

Art. 7º Os recursos de que trata o artigo anterior poderão ser utilizados para o custeio dos serviços necessários à realização da OCI em Cardiologia, incluindo consultas especializadas, exames e procedimentos de apoio diagnóstico e terapêutico e demais ações integrantes da oferta, desde que previstas e admitidas na respectiva programação aprovada pelo Ministério da Saúde.

Art. 8º A execução da **OCI em Cardiologia** deverá observar os critérios de elegibilidade dos usuários, os fluxos de regulação, a programação assistencial, o registro da produção nos sistemas oficiais do SUS e as demais normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º A execução dos procedimentos e serviços não afasta a necessidade de instrumento jurídico vigente entre o gestor municipal e o estabelecimento prestador, quando exigível, nem substitui demais habilitações, licenças, autorizações sanitárias ou requisitos previstos na legislação aplicável.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde de Jundiá/RN deverá acompanhar, fiscalizar e monitorar a execução física e financeira dos recursos utilizados na execução da OCI em Cardiologia, mantendo os documentos comprobatórios para fins de controle, avaliação, auditoria e prestação de contas.

Art. 11. Fica vedada a utilização dos recursos de que trata esta Portaria para finalidade diversa daquela estabelecida na respectiva proposta de Emenda Parlamentar, nas normas do Ministério da Saúde e na legislação aplicável ao financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC.

Art. 12. A execução da OCI em Cardiologia deverá contribuir para a ampliação do acesso da população aos serviços especializados, redução da demanda reprimida, qualificação da investigação diagnóstica e fortalecimento da linha de cuidado cardiovascular no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá/RN, 08 de setembro de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá/RN
Gabinete Do Prefeito

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:971741BF

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 002 RETIFICADA

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão para acompanhamento de Entidades e seleção de projetos da Sociedade Civil Organizada do município de Jundiá/RN para o exercício de 2026-2027.

A Presidente do CMDCA, usando de suas atribuições legais, e considerando a deliberações registradas na ata de Nº 02/2024; e em cumprimento ao disposto no Art. 7º da Lei Municipal nº066/2005 e Art. 13. Inciso III do Regimento Interno do CMDCA.
Resolve:
Art. 1º: Nomear como membros da Comissão para acompanhamento de Entidades e seleção de projetos da Sociedade Civil Organizada do município de Jundiá/RN., para o exercício de 2026-2027, os conselheiros:
Representantes do Poder Público:
Titular: Alessandro Silva Souza - Presidente da Comissão
Suplente: JOSÉ RONALD BELMONT DIAS DA SILVA – Vice Presidente
Representantes da Sociedade Civil:
Titular: MARIA ANDRÉIA DOS SANTOS SILVA
Suplente: JESSICA SILVA PINHEIRO
Art. 2º: A comissão ficará responsável pelo acompanhamento e diretrizes que nortearão o processo de registro, seleção, execução, fiscalização e orientação das entidades em seus regimes de atendimento de programas e projetos, durante todo o exercício de 2026 -2027.
Art. 3º - Qualquer decisão da comissão será examinada pela plenária para sua efetiva eficácia.
Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, Publique-se e cumpra-se.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jundiá do Rio Grande do Norte, aos onze de maio de dois mil e vinte e cinco.

ALESSANDRA DA SILVA DE LIMA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:1B44052D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, TRASLADOS E CORTEJO FÚNEBRE, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado da Prefeitura de Lagoa d'Anta/RN, cujo objeto é o supracitado, conforme especificações constantes na Ata de Julgamento, em sessão finalizada nesta data, disponibilizada nos autos do processo e no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. Destarte, ADJUDICO o Pregão Eletrônico nº. 07/2026, em favor da empresa inframencionada:

A C CAETANO DA SILVA
CNPJ: 07.652.462/0002-13
LOTE: 01

Lagoa d'Anta/RN, 08 de setembro de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:59A7B591

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, TRASLADOS E CORTEJO FÚNEBRE, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN

De acordo com os atos do Pregoeiro e o que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/21 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, cujo objeto está supramencionado, usando das atribuições que me são conferidas, em função de terem sido cumpridos os ditames inerentes a interposição de recursos decorrente dos atos relacionados com o pleito ora chancelado, HOMOLOGO o presente evento, tudo em conformidade com os trabalhos levados a efeito pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, que teve como vencedor a seguinte empresa:

A C CAETANO DA SILVA
CNPJ: 07.652.462/0002-13
LOTE: 01

Lagoa d'Anta/RN, 08 de setembro de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:267DEF6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026

O **MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS**, através da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.159.162/0001-89, com sede à Rua Praça Fabião das Queimadas, nº 700, Centro, Lagoa de Velhos/RN, CEP: 59.430-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **JOSÉ NILDO GALDINO**, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, inscrito no CPF nº ***.554.924-**, residente e domiciliado à Rua Almir Barreto, nº 281, Centro, Lagoa de Velhos/RN, CEP: 59.430-000, e conforme a classificação da proposta apresentada no **Processo Licitatório nº 70/2026, SRP Pregão Eletrônico nº**

025/2026, homologado em 04/09/2026, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos.

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais, genuínas ou homologadas, acessórios, lubrificantes, baterias, pneus e correlatos, bem como prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, destinados à frota dos ônibus do Município de Lagoa de Velhos/RN.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: POTIGUAR PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	
CNPJ/MF Nº: 27.692.184/0001-54	**TELEFONE:** (84) 2040-0850
ENDEREÇO: Av. Interventor Mário Câmara, 2529, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, CEP: 59.062-600	
E-MAIL: latariaspotiguar@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: JOSÉ DE MEDEIROS BEZERRA	
CPF/MF Nº: ***.011.234-**	

LOTE ÚNICO (ÔNIBUS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO / PORCENTAGEM DE DESCONTO	PREÇO TOTAL
1	FORNECIMENTOS DE PEÇAS GENUÍNAS (CONCESSIONÁRIAS), FILTROS, LUBRIFICANTES, BATERIAS, PNEUS, ETC. DESTINADOS AOS ÔNIBUS.	DESCONTO	1	19%	400.000,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA, ELÉTRICA, SUSPENSÃO, FUNILARIA, PINTURA, ETC, EXCETO BORRACHARIA), DESTINADOS AOS ÔNIBUS	SERVIÇO	1500	R$ 206,86	R$ 310,290,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 710.290,00**	

Perfazendo um valor global registrado de R$ 710.290,00 (setecentos e dez mil duzentos e noventa reais).
2.2. Se houver listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, a mesma constará como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida de acordo com o art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Lagoa de Velhos/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

JOSÉ DE MEDEIROS BEZERRA
Representante Legal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:E729C872

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 086/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Lagoa De Velhos/RN, e nos termos da alínea "b)", do inciso I do art. 4º do Decreto nº. 011/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido a servidora de matrícula nº 449-2, Rosinete Dantas de Menezes Matos, Secretaria Municipal de Tributação, 1 (uma diária), Para representar o município de Lagoa de Velhos/RN no I Congresso de Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação – CONGRESSO CTAT COMSEFFIM, com o objetivo de adquiridos conhecimentos que irá contribuir diretamente para o fortalecimento da arrecadação municipal, a melhoria dos procedimentos administrativos e a atualização técnica necessária para a adequada condução das atividades da Secretaria, refletindo em benefícios para a gestão fiscal do Município de Lagoa de Velhos/RN, nos dias 10 e 11 de agosto do corrente ano, em Brasília-DF, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria (ANEXO II do Decreto nº.011/2022).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Lagoa de Velhos/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:AEE8A783

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 056/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1102/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 002/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: Ana Gilza Gomes de Araújo, inscrita no CNPJ nº 67.313.352/0001-78. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de oficineiro com habilidades profissionais em artes, incluindo dança integrada quando aplicável, e atuações direcionadas para o público a ser atendido pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), CRAS e demais programas ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamentário: Poder Executivo – Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN; Unidade Orçamentária: 09.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Programa: 0002 – Promoção e Desenvolvimento Social; Ação: 2015 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica – PSB; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; e Ação: 2020 – Manutenção Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. VALOR TOTAL: R$ 7.084,00 (sete mil e oitenta e quatro reais), correspondente à estimativa de contratação durante a vigência do instrumento, não constituindo obrigação de contratação integral nem garantindo faturamento mínimo à contratada. PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, permanecendo vigente enquanto perdurar a vigência do Credenciamento nº 002/2026, observado o prazo máximo admitido pela Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, manutenção das condições de habilitação da contratada e formalização por termo aditivo, quando cabível. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 29 de julho de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; Ana Gilza Gomes de Araújo – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:669892D1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 057/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.102/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 002/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: Heudes Orlando Deodoro da Silva, inscrita no CNPJ nº 48.018.926/0001-30. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de oficineiro com habilidades profissionais em Jiu-Jitsu e atuações direcionadas para o público a ser atendido pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), CRAS e demais programas ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamentário: Poder Executivo – Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN; Unidade Orçamentária: 09.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Programa: 0002 – Promoção e Desenvolvimento Social; Ação: 2015 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica – PSB; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; e Ação: 2020 – Manutenção Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. VALOR TOTAL: R$ 5.349,00 (cinco mil trezentos e quarenta e nove reais), correspondente à estimativa de contratação durante a vigência deste instrumento, não constituindo obrigação de contratação integral nem garantindo faturamento mínimo à contratada. PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, permanecendo vigente enquanto perdurar a vigência do Credenciamento nº 002/2026, observado o prazo máximo admitido pela Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, manutenção das condições de habilitação da contratada e formalização por termo aditivo, quando cabível. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 29 de julho de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; Heudes Orlando Deodoro da Silva – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:A9738F3A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 058/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.102/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 002/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: Irene dos Santos Medeiros, inscrita no CNPJ nº 68.332.075/0001-00, com sede no Sítio Santa Rita, nº 40, Zona Rural, Lagoa Nova/RN. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de oficineiro com habilidades profissionais em artes, incluindo dança integrada quando aplicável, e atuações direcionadas para o público a ser atendido pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), CRAS e demais programas ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamentário: Poder Executivo – Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN; Unidade Orçamentária: 09.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Programa: 0002 – Promoção e Desenvolvimento Social; Ação: 2015 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica – PSB; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; e Ação: 2020 – Manutenção Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. VALOR TOTAL: R$ 7.084,00 (sete mil e oitenta e quatro reais), correspondente à estimativa de contratação durante a vigência deste instrumento, não constituindo obrigação de contratação integral nem garantindo faturamento mínimo à contratada. PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, permanecendo vigente enquanto perdurar a vigência do Credenciamento nº 002/2026, observado o prazo máximo admitido pela Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, manutenção das condições de habilitação da contratada e formalização por termo aditivo, quando cabível. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 19 de agosto de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; Irene dos Santos Medeiros – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:B098C454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0418/2026 - GP

Portaria nº 0418/2026 - GP

Lagoa Nova/RN, 08 de setembro de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor Flanklim Pereira da Costa, matrícula nº: 37087; Cargo de Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é 29/09/2025 a 28/09/2026. Com período de gozo de: 01/10/2026 a 30/10/2026 e retorno em 03/11/2026.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:FF4FDD51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - ALMIRA FIRMINO DE MEDEIROS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): ALMIRA FIRMINO DE MEDEIROS, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.853 - SSP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 021.XXX.XXX-40, DOMICILIADA NO SÍTIO CANTA GALO, Nº 150, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO 40H** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:17A067B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - PAULA DE ARAÚJO LIMA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): ANA PAULA DE ARAÚJO LIMA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.612- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 097.XXX.XXX-65, DOMICILIADA NA RUA PADRE JOSÉ DANTAS CORTEZ, N°102, ZONA RURAL – BODÓ/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:586EDEA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - PAULO SÉRGIO DE LIMA FILHO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): PAULO SÉRGIO DE LIMA FILHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO**,** PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.664 – SSP-RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 082.XXX.XXX-26, DOMICILIADO NA RUA

GERUÁSIO SOUTO, Nº243, SANTA MARIA GORETE, CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:2AB53F71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - MARIA ELIZANGELA DE OLIVEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MARIA ELIZANGELA DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, SOLTEIRA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.097- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 092.XXX.XXX-30, DOMICILIADA NA AV. SILVIO BEZERRA DE MELO, 1028, CENTRO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PSICÓLOGA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:3773C977

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - THALIS LUAN DOS SANTOS SANTANA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): THALIS LUAN DOS SANTOS SANTANA, BRASILEIRO, SOLTEIRO**,** PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.666 - SSP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 016.XXX.XXX-12, DOMICILIADO NA RUA PEDRO CÍCERO, Nº 41, CENTRO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:550BD754

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001 - CIONEIDE FRANCISCA DE MEDEIROS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): CIONEIDE FRANCISCA DE MEDEIROS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 068.XXX.XXX-30 - ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 068.XXX.XXX-30, DOMICILIADA NA RUA SANTO ANTONIO, N° 13, ASSENTAMENTO SANTA CLARA – CERRO CORÁ/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSORA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:F5E8929D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001 - JOELMA HONORATO MARSAL DA SILVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): JOELMA HONORATO MARSAL DA SILVA, BRASILEIRA, CASADA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 083.XXX.499 - ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 083.XXX.XXX-99, DOMICILIADO NA RUA ANTÔNIO

CÂNDIDO MACÊDO, N° 188, BAIRRO ANTÔNIO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSORA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA** PELO PERÍODO DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 A 08 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C0DF10E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 048/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 048/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: J S LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº. 01.635.950/0001-55. OBJETO: CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE DO CAJUEIRO NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SALGADA/RN. VIGÊNCIA: 08/09/2026 a 07/02/2027. VALOR DO CONTRATO: R$ 298.504,00 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e quatro reais). DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.

Município de Lagoa Salgada –
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE -
Prefeito Municipal /

J S Locações e Serviços LTDA –
JOÃO PAULO SOTO DE ARAÚJO -
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:D8E1554A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2026

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2026

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2026 – CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA (CNPJ: 08.162.869/0001-44); **CONVENIADA:** ASSOCIAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS – ANCOC (CNPJ: 08.491.540/0001-27). **OBJETO:** INSTITUIR UMA COOPERAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO, APOIO E COORDENAÇÃO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, DAS ATIVIDADES QUE COMPÕE A "I EXPOLAGOA", QUE REALIZAR-SE-Á NO PERÍODO DE 25 A 26 DE SETEMBRO DE 2026. **DO VALOR:** R$ 57.474,00 (CINQUENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS). **DA VIGÊNCIA:** 04/09/2026 À 31/12/2026. **DAS ASSINATURAS:** FRANCISCO CANIDE FREIRE, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA; CAIUS OTÁVIO PEIXOTO SANTOS, PELA ASSOCIAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS – ANCOC. LAGOA SALGADA/RN, 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A4E353A0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 505/2026

LEI MUNICIPAL Nº 505/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar contratação temporária de pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, especialmente para assegurar a execução e a continuidade dos serviços, programas, projetos e ações socioassistenciais desenvolvidos pelo Município.

Parágrafo único. As contratações de que trata esta Lei observarão os quantitativos, as funções, as jornadas de trabalho, as remunerações, os requisitos de qualificação e as atribuições estabelecidos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º - A contratação temporária autorizada por esta Lei somente poderá ocorrer para atender necessidade temporária e excepcional de interesse público, não constituindo forma de provimento de cargo efetivo nem gerando direito à efetivação ou à estabilidade no serviço público municipal.

Art. 3º - Os contratos temporários terão duração de até 12 (doze) meses, contados da data de sua celebração, admitida uma única prorrogação por igual período, desde que permaneça a necessidade temporária que fundamentou a contratação e exista disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. A prorrogação dependerá de justificativa formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e de autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - As contratações somente poderão ser realizadas mediante existência de dotação orçamentária específica e suficiente, observadas as disposições da legislação orçamentária e fiscal vigente.

Art. 5º - A jornada de trabalho dos contratados será aquela estabelecida no Anexo I desta Lei, respeitada, quando aplicável, a legislação específica que discipline a jornada profissional correspondente.

Art. 6º - Os contratados nos termos desta Lei serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º - Os contratados estarão sujeitos às normas disciplinares aplicáveis aos agentes públicos municipais, no que couber, sem prejuízo da legislação específica relativa ao exercício das profissões regulamentadas.

Art. 8º - Constituem causas de extinção do contrato temporário:

I – o término do prazo contratual;

II – o encerramento ou a redução da necessidade temporária que fundamentou a contratação;

III – a extinção, suspensão ou conclusão do programa, projeto ou serviço ao qual estiver vinculado o contratado;

IV – a iniciativa do contratado;

V – a prática de falta funcional ou infração disciplinar, observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis; e

VI – a iniciativa da Administração Pública, mediante decisão motivada.

§ 1º No caso de extinção do contrato por iniciativa do contratado, deverá ser observado aviso prévio de 30 (trinta) dias, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

§ 2º A extinção do contrato nas hipóteses previstas neste artigo não gera direito à efetivação ou à permanência do contratado no serviço público municipal.

Art. 9º - É vedado ao contratado:

I – exercer atribuições diversas daquelas estabelecidas para a função para a qual foi contratado, ressalvadas atividades correlatas e compatíveis;

II -ser designado para função diversa daquela constante do contrato; e

III – acumular funções públicas em desacordo com as disposições constitucionais e legais.

Art. 10 - As atribuições, os requisitos de qualificação, a jornada de trabalho, a remuneração e o quantitativo das funções temporárias são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, observada a legislação pertinente.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Lagoa Salgada/RN, 08 Setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

ANEXO - I.

LEI MUNICIPAL Nº 505 /2026.

QUADRO DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS, REQUISITOS, JORNADA, REMUNERAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

1 - EDUCADOR/ORIENTADOR SOCIAL
I- Quantidade: 03 (três)
II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais
III -Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) Requisito de qualificação: Ensino Médio completo.

Atribuições:

I – desenvolver atividades socioeducativas, culturais, recreativas e de convivência com os usuários dos serviços socioassistenciais;

II – atuar na execução das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos e de outros programas e serviços socioassistenciais;

III – acompanhar grupos e usuários, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de convivência e socialização;

IV – desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

V – estimular a participação dos usuários nas atividades e ações desenvolvidas;

VI – apoiar a realização de oficinas, atividades coletivas, eventos e ações comunitárias;

VII – registrar a frequência e a participação dos usuários nas atividades;

VIII – participar de reuniões, capacitações, planejamentos e avaliações das atividades;

IX – comunicar à equipe técnica situações de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos identificadas no exercício de suas atividades; e

X – executar outras atividades correlatas compatíveis com a função.

2- RECEPCIONISTA

I- Quantidade: 02 (duas)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) Requisito de qualificação: Ensino Fundamental completo.

Atribuições:

I – realizar o atendimento inicial aos usuários dos serviços socioassistenciais;

II – recepcionar, orientar e encaminhar usuários, visitantes e demais pessoas que procurem os serviços;

III– realizar atendimento telefônico e prestar informações de natureza administrativa;

IV – organizar agendas e fluxos de atendimento;

V – receber, protocolar, organizar e encaminhar documentos;

VI – auxiliar na organização de arquivos físicos e digitais;

VII – prestar apoio administrativo às equipes dos serviços e programas socioassistenciais;

VIII – preservar o sigilo das informações a que tiver acesso em razão do exercício da função; e

IX – executar outras atividades administrativas correlatas.

3 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

I- Quantidade: 03 (três)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) Requisito de qualificação: Ensino Fundamental completo.

Atribuições:

I -executar serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações;

II – realizar a limpeza de salas, banheiros, corredores, áreas externas e demais dependências;

III – auxiliar na organização dos ambientes utilizados pelos serviços socioassistenciais;

IV – executar serviços de copa e apoio, quando necessários;

V – colaborar na organização dos espaços destinados a reuniões, oficinas e atividades coletivas;

VI – zelar pelos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade;

VII– comunicar à chefia imediata a existência de danos, defeitos ou necessidades de manutenção; e

VIII – executar outras atividades compatíveis com a função.

4 - ASSISTENTE SOCIAL

I - Quantidade: 02 (duas)

II - Jornada: 30 (trinta) horas semanais

III -Remuneração: R$ 2.000,00 (dois mil reais)

IV - Requisito de qualificação: Curso superior completo em Serviço Social e registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

Atribuições:

I – prestar atendimento e acompanhamento social a indivíduos, famílias e grupos;

II – realizar acolhida, escuta, orientação e encaminhamento dos usuários à rede socioassistencial e às demais políticas públicas;

III – realizar visitas domiciliares e busca ativa, quando necessárias;

IV – realizar estudos socioeconômicos e elaborar relatórios, pareceres e documentos técnicos próprios da profissão;

V – elaborar, executar, acompanhar e avaliar ações, programas e projetos socioassistenciais;

VI - atuar na prevenção e no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social;

VII – realizar articulação com a rede socioassistencial e demais órgãos e instituições;

VIII – participar das equipes de referência dos serviços socioassistenciais;

IX – realizar registros e alimentar sistemas de informação, observadas as atribuições profissionais;

X - participar de reuniões, capacitações, planejamento e avaliação dos serviços; e

XI – exercer as demais atribuições previstas na legislação profissional do Serviço Social.

5 - PSICÓLOGO

I - Quantidade: 02 (duas)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais Remuneração: R$ 2.000,00 (dois mil reais)

III - Requisito de qualificação: Curso superior completo em Psicologia e registro ativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP.

Atribuições:

I – realizar acolhimento e acompanhamento psicológico de indivíduos, famílias e grupos, no âmbito da política de assistência social;

II – desenvolver ações destinadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

III – participar do planejamento e da execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais;

IV – realizar intervenções psicológicas compatíveis com as necessidades dos usuários;

V – participar das equipes de referência e das equipes multiprofissionais;

VI – elaborar relatórios, registros e documentos técnicos próprios da profissão;

VII – realizar encaminhamentos e articulação com a rede de proteção social;

VIII – participar de reuniões, capacitações, planejamento e avaliação dos serviços;

IX– observar o sigilo profissional e as normas éticas da profissão; e

X – exercer as demais atribuições previstas na legislação profissional.

6 - MOTORISTA

I - Quantidade: 02 (duas)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)

IV - Requisito de qualificação: Ensino Fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação – CNH em categoria compatível com o veículo a ser conduzido, observadas as exigências da legislação de trânsito.

Atribuições:

I – conduzir veículos oficiais destinados às atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;

II – transportar servidores, usuários e materiais, quando autorizado pela Administração;

III – zelar pela conservação, limpeza e manutenção preventiva do veículo;

IV – verificar as condições de funcionamento do veículo antes de sua utilização;

V – comunicar imediatamente à chefia qualquer defeito, dano ou irregularidade;

VI – manter os registros de utilização do veículo;

VII – observar as normas do Código de Trânsito Brasileiro; e

VIII – executar outras atividades correlatas à função.

7 - FACILITADOR DE OFICINAS

I - Quantidade: 03 (três)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) Requisito de qualificação: Ensino Médio completo.

Atribuições:

I – planejar e executar oficinas de caráter artístico, cultural, esportivo, recreativo, artesanal, tecnológico ou de natureza compatível com os serviços socioassistenciais;

II – desenvolver atividades práticas e coletivas com os usuários;

III – estimular a participação, criatividade, convivência e integração dos participantes;

IV – adequar as atividades às características e às faixas etárias dos usuários;

V – atuar de forma articulada com o Educador/Orientador Social e com a equipe técnica;

VI– registrar as atividades desenvolvidas e a frequência dos participantes;

VII – participar das reuniões e atividades de planejamento; e

VIII – executar outras atividades correlatas à oficina para a qual foi contratado.

8 - ASSISTENTE DE PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS

I - Quantidade: 02 (duas)

II - Jornada: 40 (quarenta) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) Requisito de qualificação: Ensino Médio completo.

Atribuições:

I – prestar apoio administrativo e operacional à execução dos programas e serviços socioassistenciais;

II – auxiliar na organização de documentos, formulários, listas e registros dos programas;

III – apoiar a organização de reuniões, oficinas, eventos e demais atividades;

IV - auxiliar na convocação e orientação administrativa dos participantes;

V – realizar registros de frequência e participação;

VI – auxiliar a equipe técnica na organização de dados e informações dos programas, vedado o exercício de atribuições privativas de profissionais de nível superior;

VII – prestar apoio logístico às atividades internas e externas;

VIII -manter sigilo sobre as informações relativas aos usuários; e

IX – executar outras atividades administrativas e operacionais compatíveis com a função.

9 - FACILITADOR DE OFICINA DE MÚSICA

I - Quantidade: 01 (uma)

II - Jornada: 20 (vinte) horas semanais

III - Remuneração: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)

IV - Requisito de qualificação: Ensino Médio completo, acrescido de formação, capacitação ou experiência comprovada na área de música.

Atribuições:

I – planejar e executar oficinas de música;

II – desenvolver atividades de iniciação musical, canto, prática instrumental e atividades musicais coletivas;

III – estimular a expressão artística, a criatividade, a convivência e a participação dos usuários;

IV – organizar ensaios, apresentações e atividades musicais vinculadas aos programas socioassistenciais;

V -adequar as atividades às características e faixas etárias dos participantes;

VI – atuar de forma articulada com o Educador/Orientador Social e com a equipe técnica;

VII – registrar as atividades realizadas;

VIII – participar de reuniões e atividades de planejamento; e

IX – executar outras atividades correlatas à oficina de música.

10 - ADVOGADO

I - Quantidade: 01 (uma)

II - Jornada: 20 (vinte) horas semanais

III - Remuneração: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

IV - Requisito de qualificação: Curso superior completo em Direito e inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Atribuições:

I – prestar orientação jurídica aos usuários dos serviços socioassistenciais, nos limites da competência institucional;

II – prestar assessoramento jurídico à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho em assuntos relacionados à política de assistência social;

III – orientar as equipes quanto aos aspectos jurídicos relacionados aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – elaborar pareceres, manifestações e orientações jurídicas;

V – acompanhar procedimentos administrativos de interesse da Secretaria;

VI – participar da articulação com órgãos do Sistema de Justiça e da rede de proteção social, quando necessário;

VII – atuar na orientação e defesa dos direitos socioassistenciais, respeitadas as competências institucionais da Procuradoria Jurídica do Município;

VIII – participar de reuniões, capacitações, planejamento e avaliação das ações; e

IX – exercer outras atribuições jurídicas compatíveis com a função, observada a legislação profissional aplicável.

Lagoa Salgada/RN, 08 de Setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:E99AADE7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 32/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03001.000161/2026

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço**,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto 11/2023-GP, e demais normas aplicáveis. Objetivando a **Contratação de empresa especializada nos serviços de gerenciamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde municipal compreendendo: coleta, transporte por destruição térmica Sistema Termo Redutor de Resíduos por Oxirredução.**
Data da sessão: 14/09/2026
Horário da Fase de Lances: *08:01* às *14:01*
Link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Critério de Julgamento: *Menor Preço*

Lajes/RN, 08 de setembro de 2026

RAFAEL ANDERSON DE ARAÚJO SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:6184B68B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 289, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.*

Concede 1,5 (uma e meia) diária a servidor municipal para participação em capacitação em Natal/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de participação na **28ª Capacitação Presencial para atendentes do Ponto de Atendimento Virtual (PAV) da 4ª Região Fiscal**, a ser realizada nos dias **16 e 17 de setembro de 2026**, no Município de Natal/RN;

CONSIDERANDO que a participação no referido evento tem por finalidade a atualização e o aprofundamento dos conhecimentos necessários ao desempenho das atividades relacionadas ao atendimento dos serviços prestados pelo PAV, contribuindo para o fortalecimento da eficiência, legalidade e efetividade dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 004/2025**, que regulamenta a concessão de diárias de pessoal da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER **1,5 (uma e meia) diária** ao servidor **JÂNIO EVERSON MARTINS DE SOUZA** ocupante do cargo de **Coordenador de Planejamento da Secretaria Municipal da Fazenda**, para custeio de despesas decorrentes de seu deslocamento ao Município de **Natal/RN**, com a finalidade de participar da **28ª Capacitação Presencial para atendentes do Ponto de Atendimento Virtual (PAV) da 4ª Região Fiscal**, nos dias **16 e 17 de setembro de 2026**.

Art. 2º O valor da diária será de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, perfazendo o montante de **R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme os valores estabelecidos na legislação municipal vigente.

Art. 3º A despesa decorrente da presente Portaria correrá por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal.

Art. 4º O servidor beneficiário deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 004/2025 quanto à comprovação e à prestação de contas das diárias recebidas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

Lajes/RN, 04 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:9FB7C6E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 290, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede 01 (uma) meia diária a servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, em razão da necessidade de acompanhamento do traslado e do beneficiamento do algodão colorido;
CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do servidor até o Município de Ingá/PB, para acompanhamento do processo de beneficiamento do algodão colorido;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto nº 004, de 29 de janeiro de 2025,** que regulamenta a concessão de diárias no âmbito do Município de Lajes/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) meia diária, no valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), ao servidor **JOSINALDO DA SILVA HENRIQUE, matrícula nº 5142-1, ocupante do cargo de Técnico Agrícola Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.**

Art. 2º A diária de que trata o artigo anterior destina-se a custear as despesas decorrentes do deslocamento do servidor ao Município de Ingá/PB, no dia 10 de setembro de 2026, para acompanhamento do beneficiamento do algodão colorido junto à Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Ingá e Região, localizada na Rua Floriano Peixoto, Lote 01.

Art. 3º O deslocamento ocorrerá no dia 10 de setembro de 2026, com saída prevista para as 04h00min e retorno às 16h00min, utilizando-se veículo automotor.

Art. 4º A despesa decorrente da presente Portaria correrá por conta de dotação orçamentária própria, utilizando-se a fonte de recurso 150 – Recursos Ordinários.

Art. 5º O servidor beneficiário deverá apresentar o relatório de viagem e a documentação hábil para comprovação da efetiva realização do deslocamento e do cumprimento do objetivo da viagem, nos termos do Decreto nº 004, de 29 de janeiro de 2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 08 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:A0E9A4BF

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 87/2025 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ADITIVO N° 02006.000059/2026
Inexigibilidade de Licitação N° 35/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LAJES/RN, E A SENHORA KATIA KARLA SILVA DE MORAIS AZEVEDO.

Pelo presente instrumento contratual onde de um lado **O MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17, centro – CEP: 59.535-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº. 08.113.466/0001-05, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada **LOCATÓRIO**, e a Senhora **KATIA KARLA SILVA DE MORAIS AZEVEDO**, inscrita no CPF sob o n° 011.XXX.XXX-19, doravante denominada **LOCADOR,** tendo em vista o que consta no Processo nº **02006.000059/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 87/2025, por mais 12 meses, a partir de **11/09/2026 até 10/09/2027**, para dar continuidade a CONTRATAÇÃO DE IMÓVEL POR MEIO DE LOCAÇÃO, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO MULTIPROFISSIONAL INTERSETORIAL, ESPAÇO VOLTADO À INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E À PROMOÇÃO DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR E HUMANIZADO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R$ 3,500,00 (três mil e quinhentos reais), totalizando o valor global de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados pela Secretaria Municipal de Planejamento deste município, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária:02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0101 – CONSTRUINDO CIDADANIA
Ação: 2029 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Natureza: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte de Recurso: 15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
Região: 0001 - Lajes

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Lajes/RN, em 08 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Locatório

FABIANA TEIXEIRA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

KATIA KARLA SILVA DE MORAIS AZEVEDO
CPF: 011.XXX.XXX-19
Locador

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:7AFC9DCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, II da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 25080226

NOME DO CREDOR: DJALMA FREITAS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

CNPJ: 56.964.335/0001-84

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE ENSINO MUSICAL DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO BANDEIRA DE ARAÚJO, INTEGRANTES DA ORQUESTRA FILARMÔNICA 12 DE SETEMBRO.
VALOR TOTAL: R$ 7.905,00 (SETE MIL E NOVECENTOS E CINCO REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:2F6882D5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090226

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO NEW HOLLAND/TRATOR TT4.75 04 UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 9.073,00 (NOVE MIL E SETENTA E TRÊS REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:B29E72AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090126

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MOTONIVELAROA RG140B UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 16.994,00 (DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:54E1F874

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090826

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: VW/AMBULÂNCIA SAVEIRO TECFORM AB1 ANO/MODELO: 2017/2018, PLACA: QGM 3438, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:DBA6A675

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090726

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: SAMU I/MB 415SPRINTER VER AMB ANO/MODELO: 2018 -2019, PLACA: RGN 5I23, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 4.890,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS E NOVENTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:4C1BCE8A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090626

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE V8L ON ANO/MODELO: 2019/2020, PLACA: RCR1A28, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 3.230,00 (TRÊIS MIL E DUZENTOS E TRINTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:6C95427B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090526

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: MMC L200 TRITTON SPT GL ANO/MODELO: 2020/2021, PLACA: RGF9E00, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 5.500,00 (CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:927B9C43

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090426

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: FIAT MOBI LIKE, ANO/MODELO: 2021/2022, PLACA: RGJ3B28, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 780,00 (SETECENTOS E OITENTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:9464C393

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 02090326

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE V8L ON, ANO/MODELO: 2019 -2020, PLACA: RCR1A28, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 8.790,00 (OITO MIL E SETECENTOS E NOVENTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:C8BA1705

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DO RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O Município de Lucrécia - RN, torna público o resultado do Chamamento Público nº 001/2026 na fase de habilitação, objetivando o chamamento mediante credenciamento para a contratação de entidade para disponibilidade de profissionais liberais para a prestação de serviços de pedreiro, servente, pintor, eletricista, serralheiro, marceneiro, marceneiro, carpinteiro, calceteiro, conforme discriminação, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, apara o ano de 2026, de acordo com as estimativas descritas no Anexo I do edital.
Foram credenciadas para**:**

Serviços de Pedreiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
MARCIO ALVES DIAS	1º	Habilitado
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	2º	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Servente:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
Raimundo Nonato de Oliveira	1º	Habilitado
Francisco F erreira Dantas Neto	1º	Habilitado
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	2º	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Pintor:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
WILLIAN PAULO DE FARIAS	1º	Habilitado
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	2º	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Serralheiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
Francisco Rogerio Gaudêncio Junior	1º	Habilitado
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	2º*	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Eletricista:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	1º*	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Carpinteiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	1º*	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Calceteiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	1º*	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de jardineiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	1º*	Habilitado

Foram credenciadas para**:**

Serviços de Marceneiro:		
Licitante	**Classificação**	**SITUAÇÃO**
Jose Fabio da Silva Barreto	1º	Habilitado
On – Plan Serviços de Engenharia LTDA	2º*	Habilitado

*Classificação atualizada após o cadastro de novos credenciados locais.

Lucrécia/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:D928EAD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 232/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 232/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade de servidor(a) e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade a servidora Andreza Ozana de Oliveira Nascimento, matrícula nº 100790, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, no período de 28/09/2026 à 05/01/2027.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 08 de setembro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:1DBA717D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 233/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias Férias a servidora Maria Juderlândia Galdino Alves de Lima, matrícula nº 99853, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 08/09/2026 à 07/10/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 08 de setembro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:DE8F6B58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 234/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 234/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a Sra. Geoneide Maria Lopes de Lima , Diretora, lotada na secretaria Municipal de Educação do Município de Marcelino Vieira para empreender viagem a cidade de Natal-RN, que acontecerá no dia 09 de Setembro de 2026, afim de participar do Seminário de abertura e o 1° módulo formativo do pró-Alfa RN. Momento de alinhamento, formação e fortalecimento das ações que serão desenvolvidas junto ao município. (1) diária no valor de 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário
Registre-se; Publique-se; e cumpra-se.

Marcelino Vieira/RN, em 08 de Setembro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:4E2E07A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 235/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 235/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a Sra. Zilmar Galdino da Rocha, Sec de educação, lotada na secretaria Municipal de Educação do Município de Marcelino Vieira para empreender viagem a cidade de Natal-RN, que acontecerá no dia 09 de Setembro de 2026, afim de participar do Seminário de abertura e o 1° módulo formativo do pró-Alfa RN. Momento de alinhamento, formação e fortalecimento das ações que serão desenvolvidas junto ao município. (1) diária no valor de 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário
Registre-se; Publique-se; e cumpra-se.

Marcelino Vieira/RN, em 08 de Setembro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:BB732712

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 4 ° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CNPJ: 08.170.540/0001-25
Contratada**:** SEC PUBLICIDADE LTDA – EPP, CNPJ: 08.381.234/0001.38
Objeto: Publicações dos atos administrativos do Município de Maxaranguape/RN, sendo vinculadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e Jornal de Grande Circulação do Estado do Rio Grande do Norte para a Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN.

VALOR: Valor Global: R$ 14.230,00 (quatorze mil duzentos e trinta reais).
Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com o reajuste de valor, em 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), de acordo com o IPC-A, contado a partir de 04/09/2026 com fim da vigência em 03/09/2027. Podendo ser prorrogável na forma da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores
Data de assinatura do Termo Aditivo: 04 de setembro de 2026.
Fundamentação: Fundamenta-se disposto no art. 57 inciso II e no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e em conformidade com os termos do processo administrativo nº 420001/2022, pregão nº 01/2022.
Assinatura:
Contratante: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, Prefeita Municipal, CPF nº 025.XXX.XX4-81.
Contratada: ANDRÉ LUIZ TRINDADE DE MEDEIROS, CPF nº 013.XXX.XX4-27 - REPRESENTANTE

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:AA63ADA0

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MAXARANGUAPE
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 001/2026-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 001/2026

Concede Licença Especial a servidor(a) público(a) do município de Maxaranguape/RN.

O Diretor Geral do SAAE de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais na melhor forma da Lei Orgânica do Município e em atendimento a Portaria nº. 010/2020.

Considerando a solicitação do servidor **CARMÉLIO LINS TOMAZ, CPF: 663.xxx.xxx-68.**

RESOLVE:

Art.1°. Conceder licença especial ao servidor **CARMÉLIO LINS TOMAZ, CPF: 663.xxx.xxx-68,** pelo período de 08/09/2026 a 08/11/2026.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maxaranguape/RN, 08 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JANIO COSTA
Diretor Geral
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Maxaranguape/RN

Publicado por:
Aliene Olegaria Bento
Código Identificador:9A6D3334

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

PROCESSO Nº 53/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: CONSTRUTORA JVA
CNPJ: 07.062.694/0001-30
OBJETO: Contratação de empresa para construção da Creche Municipal do Bairro Boa Esperança.
VALOR GLOBAL: de R$ 140.178,83(cento e quarenta mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e três centavos).
VIGÊNCIA: 08 de fevereiro de 2027

ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária
UNIDADE 19.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
PROJETO 1198 – Reforma e ampliação do estádio de futebol
NAT. /DESPESA 44.90.51 – Obras e Instalações
FONTE 17103210 Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 08 de setembro de 2026.

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE:ANTONIO MARCOLINO NETO
CONTRATADA: CONSTRUTORA JVA

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:F6A98BF9

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 61/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026

OBJETO: Aquisição de invólucros funerários impermeáveis e biodegradáveis destinados aos serviços funerários e cemitérios do Município de Montanhas/RN.
O Município de MONTANHASRN, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenv. Socil, Hab. Trab. e Lazer, torna pública a **REVOGAÇÃO** do procedimento de Dispensa de Licitação nº 21/2026.
Dessa forma, fica REVOGADO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 21/2026, não sendo dado prosseguimento aos atos destinados à contratação decorrente do referido procedimento.
Fundamentação legal: art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 08 de setembro de 2026

ROBERTA DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:21E316F0

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 525/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 01 de setembro de 2026, ao senhor **JOSE CARLOS DA SILVA**, servidor do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula 0001449 - 1.
ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:B19A953F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 526/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 08 de setembro de 2026, a senhora **EUNICE MARINHO DOS SANTOS**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula 0001031 - 1.
ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/RN, em 08 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:ECAA8081

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 527/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder a servidora abaixo indicado a diária correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Edivania Xixiu da Silva
CPF..... :XXX. 895.884 -XX
Matrícula..... :0008435 - 4
Quantidade..... :1 (uma) meia-diária
Valor R$..... : 100,00 (cem reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: 2ª Edição do PRÓ-ALFA/RN – Seminário de Abertura e Encontro Formativo do 1º Módulo
Período.....: 09/09/2026 à 09/09/2026
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :Assessor Técnico .

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 08 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:0E84EDB4

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 528/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder a servidora abaixo indicado a diária correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Maria da Conceição dos Santos Ferreira
CPF..... :XXX. 081.334 -XX
Matrícula..... :0008800-1
Quantidade..... :1 (uma) meia-diária
Valor R$..... : 100,00 (cem reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: 2ª Edição do PRÓ-ALFA/RN – Seminário de Abertura e Encontro Formativo do 1º Módulo
Período.....: 09/09/2026 à 09/09/2026
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :PROF.PN-II CL-F.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 08 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:DB4942EB

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 529/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder a servidora abaixo indicado a diária correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Solange Maria Bernardo da Silva Freire
CPF..... :XXX. 125.434 -XX
Matrícula..... :0011022 - 1
Quantidade..... :1 (uma) meia-diária
Valor R$..... : 100,00 (cem reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: 2ª Edição do PRÓ-ALFA/RN – Seminário de Abertura e Encontro Formativo do 1º Módulo
Período.....: 09/09/2026 à 09/09/2026
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :PROF.PN-III CL-E.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 08 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:479ECE15

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 530/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder a servidora abaixo indicado a diária correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Maria de Lourdes da Silva Nóbrega
CPF..... :XXX. 489.894 -XX
Matrícula..... :0001636 - 2
Quantidade..... :1 (uma) meia-diária
Valor R$..... : 200,00 (cem reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: 2ª Edição do PRÓ-ALFA/RN – Seminário de Abertura e Encontro Formativo do 1º Módulo
Período.....: 09/09/2026 à 09/09/2026
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :Secretária de Educação.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 08 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:D1EDCBD8

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2025

PROCESSO Nº 105/2025
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
LOCADOR(A): MARGARETE CORREIA DA SILVA
CPF: ***.485.314-**
OBJETO: Rescisão do contrato nº 169/2025, o qual tem como objeto a concessão de aluguel social destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir o acesso à moradia temporária no município de Montanhas/RN.
ORIGEM: Credenciamento nº 001/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 137, VIII c/c Art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 08 de setembro de 2026

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:D04C252B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 180/2026

Portaria nº 180/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, no uso de suas atribuições Constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º ANTECIPAR, a pedido, o gozo da Licença prêmio, concedida através da portaria nº 145 de 06 de julho de 2026 a servidora MISSE MARIA DE FREITAS SILVA, ocupante do cargo de DIGITADORA.

Art. 2º - Com a antecipação do retorno, a servidora volta a desempenhar suas funções no cargo de origem, na Sede da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Monte das Gameleiras/RN, 08 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:C57F4FFC

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N º 080812/2023 DISP 0606/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE TEMPO AO CONTRATO Nº 080812/2023
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN OBJETO: **Locação de imóvel destinado ao funcionamento da casa do empreendedor do município de Monte das Gameleiras/RN**, VIGÊNCIA: O presente Instrumento continuará vigorando de 11 de agosto de 2026 até 10 agosto de 2027, estando este dentro do prazo remissivo legalmente (60 meses), vez que foi assinado em 14/08/2023. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.57, II da Lei nº 8.666/93. DAS ASSINATURAS: Pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN - Jaílton Félix de Pontes; Pelo o LOCATÁRIO, e a Sr.ª GENILDA LEONARDO BERNADINO, CPF Nº 828.520.904-06, O presente Termo Aditivo será publicado na forma de extrato, no mural do Município, até 20 (vinte) dias após sua assinatura.

Monte das Gameleiras/RN, 11 de agosto de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:3203050F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2026

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica **GK PRODUÇÕES ARTÍSTICA**, inscrita no CNPJ sob nº **20.856.600/0001-63** e o Município de Nísia Floresta/RN.

Processo Administrativo nº **612005/2026**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN inscrita no CNPJ: 08.167.306/0001-49.
CONTRATADA: **GK PRODUÇÕES ARTÍSTICA**, inscrita no CNPJ sob nº **20.856.600/0001-63**, neste ato representada por **GREICE KELLY MARIN BARROS**, inscrita no CPF sob nº **XXX.078.289-XX**.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA COM FREVO ACROBÁTICO PARA CONSCIENTIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NAS AÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NÍSIA FLORESTA/RN**.
MODALIDADE: **CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº 008/2026**
VALOR: O valor unitário é de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), a ser pago conforme apresentação executada, com o limite de até 06 (seis) apresentações.
VIGENCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de agosto de 2026 até 10 de agosto de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Município de Nísia Floresta/RN, 10 de agosto de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta/RN
Contratante

JOÃO WELLTON DE AZEVEDO HENRIQUE JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

GK Produções Artística
CNPJ nº 20.856.600/0001-63
GREICE KELLY MARIN BARROS
CPF nº XXX.078.289-XX
Contratada

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:68F59D8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2026.

PORTARIA Nº 102/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 437/2026-SMSS, de 08 de setembro 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R$ 100,00 (cem reais), à Sra. **JULIA MARCELINO DE PAIVA**, ocupante do cargo de Enfermeira da ESF, da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Pau dos Ferros/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Realizar junto ao PIA, o plano de atendimento individual de uma adolescente.

Local de destino: Rua Paull Harris, 473, São Benedito, Pau dos Ferros/RN.

Período do Afastamento: 08 de setembro de 2026.

Art. 2º- A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 08 de setembro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:6DA194A5

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2026.

PORTARIA Nº 103/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 183/2026-SMTHAS, de 08 de setembro 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R$ 100,00 (cem reais), à Sra. **MARISA SOUZA NOBRE**, ocupante do cargo de Assistente Social, da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Pau dos Ferros/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Realizar junto ao PIA, o plano de atendimento individual de uma adolescente.

Local de destino: Rua Paull Harris, 473, São Benedito, Pau dos Ferros/RN.

Período do Afastamento: 08 de setembro de 2026.
Art. 2º- A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 08 de setembro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:2A28229F

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2026.

PORTARIA Nº 104/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 182/2026-SMTHAS, de 08 de setembro 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R$ 100,00 (cem reais), ao Sr. **MARCOS VINICIUS CÂMARA DA TRINDADE**, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Pau dos Ferros/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Realizar junto ao PIA, o plano de atendimento individual de uma adolescente.

Local de destino: Rua Paull Harris, 473, São Benedito, Pau dos Ferros/RN.

Período do Afastamento: 08 de setembro de 2026.

Art. 2º- A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 08 de setembro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:E9A4FC31

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2026.

PORTARIA Nº 105/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 402/2026-SME, de 08 de setembro 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), à Sra. **ANTONIA RAYANNE DA COSTA SOUZA**, ocupante do cargo de Secretária Municipal, da Secretaria Municipal de Educação, para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas Continuadas em Alfabetização – PRÓ-ALFA RN.

Local de destino: Praiamar Hotel - R. Francisco Gurgel, 33 - Ponta Negra, Natal - RN, 59090-050.

Período do Afastamento: de 09 de setembro a 10 de setembro de 2026.

Art. 2º- A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 08 de setembro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:CBF3122F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 038/2026 - GP/PMP

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E :

Art. 1º. Designar a Senhora Maria Valéria de Araújo Farias - CPF nº 014.818.754-42, para a função de Agente de Contratação deste Município, que será auxiliado pela Equipe de Apoio composta pelos Senhores: Kaliane Mabelle Moreira Alencar - CPF nº 053.811.534-30 e Rodrigo Maia Sinhá - CPF nº 054.903.824-81.

Art. 2º. Ao Agente de Contratação incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes, ainda:

I - conduzir a sessão pública;

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame:

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio, e;

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. Caberá ao Agente de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada lei.

§ 2º. O Agente de Contratação contará, sempre que considerar necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 3º. O Agente de Contratação contará com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 02 (dois) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada, ainda, a Portaria nº 035/2026 – GP/PMP, de 18 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN, 08 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:979A515F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇAO
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2026 / EXTRATO DE CONTRATO: 036/2026

ATO AUTORIZATIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2026
Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, ADJUDICANDO o objeto respectivo a CLINIC ORAL SERVIÇOS E MANUTENÇÕES LDTA, inscrita no CNPJ 58.106.226/0001-51, que ofereceu um valor de R$ 59.280,00 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais)
DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, MANDIBULARES E MAXILARES, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SUS ATENDIDOS PELO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.
Paraú/RN, 08 de Agosto de 2026.

JOAO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 036/2026
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU/RN – CNPJ: 08.084.691/0001-60.
CONTRATADO: CLINIC ORAL SERVIÇOS E MANUTENÇÕES LDTA, inscrita no CNPJ 58.106.226/0001-51
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, MANDIBULARES E MAXILARES, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SUS ATENDIDOS PELO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN
VALOR TOTAL: 59.280,00 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021.
VIGENCIA: 08.09.2026 a 08.09.2027
ASSINATURA: 08.09.2026

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:2630B23B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026
CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ, inscrita no CNPJ nº 08.084.691/0001-60.
CREDENCIADO: DANIEL ELIAS GARCIA, Leiloeiro Oficial, matrícula nº 02/2024 perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CPF nº 910.192.149-53.
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para prestação de serviços especializados destinados à preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Paraú/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, legislação regulamentadora da profissão de Leiloeiro Oficial, Edital de Chamamento Público e demais normas aplicáveis.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Credenciamento, observadas as hipóteses de extinção e eventual prorrogação previstas no instrumento.
REMUNERAÇÃO: O Credenciado será remunerado exclusivamente mediante comissão paga diretamente pelo arrematante, não havendo pagamento ou contraprestação financeira pelo Município.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: O Termo de Credenciamento não gera despesas diretas para o Município de Paraú/RN, não havendo empenho, liquidação ou pagamento decorrentes do instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Paraú/RN, 25 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal
Credenciante

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:609E8A75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2026 PROCESSO 5297/2026 DISPENSA 38/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2026

PROCESSO 5297/2026
DISPENSA 38/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELEVADOR TIPO PLATAFORMA PARA O CENTRO DE IMAGENS.

Data da Assinatura: 08/09/2026.

Vigência: 08/09/2026 até 08/09/2027.

Contratante:

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Contratada:

DECOR & PISO LTDA, inscrita no CNPJ n° 24.622.067/0001-26, com endereço na rua Alonso Bezerra de Albuquerque, 12 – Maria Terceira 59360-000 - PARELHAS / RN, neste ato representada pelo(a) senhor(a) DAIANA NASCIMENTO DE AZEVEDO, inscrito no CPF 108.***.***-96.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Elevador tipo plataforma de acessibilidade, dimensões úteis 3,00 × 2,00 m, curso vertical até 6,50m - fornecimento e instalação, incluindo estrutura metálica, conjunto motriz caixilhos, visor, sistema de contrapeso, cabos de tração, painel de comando, portas, acabamentos, acessórios, fixações, materiais complementares e dispositivos de segurança. Completa instalação, operação e perfeito funcionamento do equipamento, com real i zação de tes tes operac ionai s , comissionamento e garantia, em conformidade com as normas técnicas vigentes , especialmente as normas da ABNT aplicáveis, legislação de acessibilidade e demais especificações técnicas definidas pela Administração.	01	UND	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00

Gestão/Unidade: 06.001 – Fundo Municipal de Saúde
Ação: 1234 – Equipamentos e material permanente
Fonte: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:8C0DAB3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°299/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA n.°299/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO ofício n.°227/2026 – SMATHE/PMP apresentado pelo servidor (a), JOELZA DE SOUZA SILVA matrícula n.°1213113 lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho, da Habitação e do Esporte no cargo de MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) JOELZA DE SOUZA SILVA matrícula n.°1213113 o gozo de férias no período de 21/9/2026 A 5/10/2026, perfazendo um total de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei Complementar n°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 8 de setembro de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:8157BB4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°300/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

PORTARIA n.°300/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO requerimento n.°41889/2026 – SMS/PMP apresentado pelo servidor (a), DANIELE SILVA DE FIGUEIREDO ARAUJO matrícula n.°1205544 lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de AUX DE CONSULT DENTARIO.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) DANIELE SILVA DE FIGUEIREDO ARAUJO matrícula n.°1205544 o gozo de férias no período de 21/10/2026 A 19/11/2026, perfazendo um total de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei Complementar n°003 de 20 de outubro de 1995.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 8 de setembro de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:0F447FAA

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°310/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°310/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **ILDECIA ROQUE,**ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração Escolar matrícula nº 1001876, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 14 de setembro de 2026 e com data fim 12 de dezembro de 2026.

Parelhas, 08 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:3615462F

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°311/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°311/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **FLAUDETE SEVERIANO DOS SANTOS BARROS,**ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração Escolar matrícula nº 1003852, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 14 de setembro de 2026 e com data fim 12 de dezembro de 2026.
Parelhas, 08 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:F6F383E4

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N.312/2026 – GAB/PREFEITO.

Portaria de n.312/2026 – GAB/PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES COM FULCRO NO ART. 64, INCISO III DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE PARELHAS.
RESOLVE:

Art. 1º - nomear a **Sra**. **MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO**, para o cargo em provimento de comissão de Agente Contratação, a partir do dia 09 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação, revogando-se automaticamente todas as disposições em contrário.

Parelhas, 08 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:6D3F82B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026

PROCESSO Nº 58/2026
ASSUNTO: Aquisição de enxoval para bebê, para as famílias em acordo com a lei nº 305/2021, art. 48 da concessão auxílio natalidade para usuárias em vulnerabilidade social devidamente cadastrada no CAD Único.

Na oportunidade acato o parecer emitido pela procuradoria jurídica do município de Passagem/RN e **AUTORIZO** e **HOMOLOGO**, bem como todos os atos decorrentes da DISPENSA DE LICITAÇÃO supra citada, acerca do enquadramento da despesa destinada à aquisição de enxoval para bebê, para as famílias em acordo com a lei nº 305/2021, art. 48 da concessão auxílio natalidade para usuárias em vulnerabilidade social devidamente cadastrada no CAD Único, junto a empresa **RADIANY F MALHEIRO, CNPJ nº 21.565.342/0001-29**, perfazendo um total global de **R$ 11.439,00 (onze mil quatrocentos e trinta e nove reais).**

Encaminhe ao SETOR DE CONTRATAÇÃOpara que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Dispensa de Licitação**.

Passagem/RN, 04 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:3BBCD36B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

PROCESSO Nº 63/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmulas nutricionais, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Passagem/RN.

Na oportunidade acato o parecer emitido pela procuradoria jurídica do município de Passagem/RN e **AUTORIZO** e **HOMOLOGO**, bem como todos os atos decorrentes da DISPENSA DE LICITAÇÃO supra citada, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmulas nutricionais, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria

Municipal de Saúde do município de Passagem/RN, junto a empresa **BANDEIRANTES LAB PROD FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 70.027.479/0001-35**, perfazendo um total global de **R$ 55.775,70 (cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos).**

Encaminhe ao SETOR DE CONTRATAÇÃOpara que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Dispensa de Licitação**.

Passagem/RN, 08 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:74303457

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 024/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre ponto facultativo do servidor público municipal, no dia que indica, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PATU**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;
CONSIDERANDO que o dia 15 de setembro de 2026, terça-feira será feriado em comemoração à Nossa Senhora das Dores, Padroeira do Município;
CONSIDERANDO a importância cultural, religiosa e tradicional dos festejos da Padroeira para a população Patuense;
CONSIDERANDO que deve prevalecer sempre o interesse público e o interesse coletivo, em sobreposição ao interesse particular;
CONSIDERANDO que a legalidade e a eficiência administrativa são princípios básicos da Administração Pública, tal como previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que compete ao Prefeito as atribuições previstas na Nova Lei Orgânica do Município de Patu;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarado como facultativo o comparecimento ao trabalho dos servidores públicos do Município de Patu no dia 14 de setembro de 2026, segunda-feira.
Art. 2º Serão mantidas em sistema de plantões as atividades mais essenciais do Município, tais como as de urgência e emergência do Hospital Municipal Henderson Josino Bandeira de Moura, o serviço de limpeza pública e coleta de lixo, o serviço da Guarda Civil Municipal – GCM e eventuais campanhas de vacinação que estejam em curso e cuja continuidade sejam imprescindíveis a critério da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, em Patu (RN), em 08 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:20F03AA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148/2026– GP/PMP

Concede diárias ao servidor público municipal que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIOAL DO MUNÍCIPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diárias, para que a servidora pública municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU na instituição e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder as diárias a seguir discriminadas, destinadas à cobertura de custos de hospedagem e alimentação da Secretária Municipal de Saúde, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **SORAIA SARAIVA CORTEZ**			
Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	01	500,00	500,00
TOTAL			500,00

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO/SERVIÇOS DO DESLOCAMENTO: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 01 (UMA) DIÁRIA, PARA PARTICIPAR DA SOLENIDADE DE ENTREGA DE VEÍCULOS DESTINADO AO FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE, QUE ACONTECERÁ DIA 03 DE SETEMBRO DE 2026, NA ESCOLA DE GOVERNO – CARDEAL DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES, EM NATAL/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.
Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 02 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:CA754379

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 149/2026– GP/PMP

Concede diárias ao servidor público municipal que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIOAL DO MUNÍCIPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diárias, para que a servidora pública municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU na instituição e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder as diárias a seguir discriminadas, destinadas à cobertura de custos de hospedagem e alimentação da Servidora Municipal, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **JAKELINE FONTES DE OLIVEIRA**			
Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	01	190,00	190,00
TOTAL			190,00

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO/SERVIÇOS DO DESLOCAMENTO: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 01 (UMA) DIÁRIA, PARA PARTICIPAR DA SOLENIDADE DE ENTREGA DE VEÍCULOS DESTINADO AO MUNICÍPIO DE PATU, QUE ACONTECERÁ DIA 03 DE SETEMBRO DE 2026, NA ESCOLA DE GOVERNO – CARDEAL DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES, EM NATAL/RN.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.
Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 02 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:A59B8389

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 150/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, as atribuições previstas na nova Lei Orgânica do Município de Patu,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **WILLIAN ANDRADE SILVA**, brasileiro, portador do CPF Nº 114.032.974-01, do Cargo em Comissão CC V, **Vice-Diretor da Escola Municipal Raimundo Nonato,** do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de setembro de 2026.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 03 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:7B16104D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2026-GP

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração de Servidor Público Municipal Efetivo por aposentadoria, declara a vacância do cargo público respectivo e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas nos artigos 49, 55, incisos IV, VI, e 76, inciso II, alínea "a", todos da nova Lei Orgânica do Município de Patu;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento da Administração Pública Municipal a Concessão de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição de **VANDILMA NOGUEIRA DE MENEZES DANTAS**, servidora pública do Município de Patu, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que **VANDILMA NOGUEIRA DE MENEZES DANTAS** é servidora pública municipal ocupante de cargo público regido por normas estatutárias, nos termos da Lei Municipal nº 111/2002, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que, mesmo com o advento da Lei Complementar Municipal nº 253/2010 (Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos profissionais do magistério municipal) os profissionais do Magistério continuaram também regidos pela Lei Municipal nº 111/2002;

CONSIDERANDO que a aposentadoria da servidora é causa de declaração de vacância do cargo público por ela ocupado, nos termos do artigo 33, inciso VII, da Lei Federal nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), do artigo 33, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte), e do artigo 33, inciso VII, da Lei Municipal nº 111/2002;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar do cargo público ocupado a servidora **VANDILMA NOGUEIRA DE MENEZES DANTAS**, matrícula nº 903485, CPF nº 874.884.504-34, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para que seja a referida servidora desligada do quadro de servidores ativos do Município, para que fique no quadro de servidores inativos, sendo remunerada pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município, que lhe concedeu a aposentadoria.
Art. 2º. Declara-se a vacância do cargo público até então ocupado por **VANDILMA NOGUEIRA DE MENEZES DANTAS**.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REG ISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 03 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:5C32782D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 152/2026-GP

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração de Servidor Público Municipal Efetivo por aposentadoria, declara a vacância do cargo público respectivo e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas nos artigos 49, 55, incisos IV, VI, e 76, inciso II, alínea "a", todos da nova Lei Orgânica do Município de Patu;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento da Administração Pública Municipal a Concessão de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição de **WIGNA DE BEGNA FERREIRA JÁCOME DO NASCIMENTO**, servidora pública do Município de Patu, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que **WIGNA DE BEGNA FERREIRA JÁCOME DO NASCIMENTO** é servidora pública municipal ocupante de cargo público regido por normas estatutárias, nos termos

da Lei Municipal nº 111/2002, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que, mesmo com o advento da Lei Complementar Municipal nº 253/2010 (Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos profissionais do magistério municipal) os profissionais do Magistério continuaram também regidos pela Lei Municipal nº 111/2002;

CONSIDERANDO que a aposentadoria da servidora é causa de declaração de vacância do cargo público por ela ocupado, nos termos do artigo 33, inciso VII, da Lei Federal nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), do artigo 33, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte), e do artigo 33, inciso VII, da Lei Municipal nº 111/2002;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar do cargo público ocupado a servidora **WIGNA DE BEGNA FERREIRA JÁCOME DO NASCIMENTO**, matrícula nº 903523, CPF nº 026.596.054-16, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para que seja a referida servidora desligada do quadro de servidores ativos do Município, para que fique no quadro de servidores inativos, sendo remunerada pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município, que lhe concedeu a aposentadoria.
Art. 2º. Declara-se a vacância do cargo público até então ocupado por **WIGNA DE BEGNA FERREIRA JÁCOME DO NASCIMENTO**.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REG ISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 03 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:8ECD875E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Patu/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: **Contratação de empresa especializada para locação de 20 (vinte) computadores de mesa completos, incluindo monitor, teclado, mouse e adaptador Wi-Fi, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patu/RN.** Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Av. Antônio Suassuna, nº 54, Centro, Patu/RN**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até às **17h00min**, do dia **14 de setembro de 2026**, nos horários e endereço indicados, bem como, serem encaminhadas pelo e-mail: setorcompraspmp@hotmail.com. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Patu/RN, 08 de setembro de 2026.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:C3FE077B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia a senhora **BERENICE AMARAL DE ABREU MOURA**, Matricula: 77, ocupante do cargo de Professora na Secretaria Municipal de Educação. Sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REIAS), totalizando R$ 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO REIAS)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no período de 09 a 11 de setembro de 2026, para participar do Seminário inicial das trilhas formativas e formação da primeira etapa do modulo 1 do Pró-Alfa RN.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Preta/RN, 08 de setembro de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:3378CA9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
PSS 011-26 EQUIPE ESF QUILOMBOLA - GABARITO

GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA – FASE 02
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2026

A COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2026, destinado à contratação temporária de profissionais para atuação nas Equipes de Saúde da Família – eSF em territórios com população quilombola, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – SEMSAB, TORNA PÚBLICO O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA – FASE 02, realizada em 05 de setembro de 2026, nos termos do Edital nº 011/2026 e de suas alterações.

GABARITO PRELIMINAR

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	D
02	B
03	A
04	C
05	A

A Prova Objetiva é composta por 05 (cinco) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 8,0 (oito) pontos, totalizando o máximo de 40 (quarenta) pontos. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver pontuação inferior a 16 (dezesseis) pontos, correspondente ao acerto mínimo de 02 (duas) questões.

Nos termos do cronograma vigente, fica assegurado aos candidatos o direito de interposição de recurso contra questões da Prova Objetiva e/ou contra o Gabarito Preliminar, no dia 08 de setembro de 2026, exclusivamente mediante o Anexo IV do Edital, de forma presencial,

no Protocolo do Departamento de Recursos Humanos, no horário das 08h às 12h.
Após a análise dos recursos eventualmente interpostos, será divulgado o Gabarito Definitivo, juntamente com os demais atos e resultados previstos no Edital.

Portalegre/RN, 05 de setembro de 2026.

MARIA NAILDE DE CARVALHO RUFINO
Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação
PSS nº 011/2026
Portaria nº 631/2026 – GP/PMP

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:03FABE92

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2026 – PE/PMP

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2026 – PE/PMP
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP – Lei Complementar nº 123/2006

A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, através do Prefeito Municipal e, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 004/2024 – GP/PMP, torna público que às 08h00min do dia 21 de setembro de 2026, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 016/2026, tipo Menor Preço por Item, para Registro de preços para aquisição de kits escolares a serem destinados aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Portalegre/RN, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 688, de 26 de dezembro de 2023 e do Decreto Municipal nº 695, de 27 de dezembro de 2023 e demais normas que regem a matéria e as exigências estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **21 de setembro de 2026,** às **08h00min.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios: www.gov.br/pncp, www.portaldecompraspublicas.com.br, www.portalegre.rn.gov.br, pedido pelo e-mail: licitportalegre@gmail.com, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, sito a Rua José Vieira Mafaldo – 122 – Centro – Portalegre/RN – CEP.: 59.810-000, a partir da publicação deste Aviso.

Portalegre/RN, 08 de setembro de 2026.

-

EUFRÁSIO DANTAS ROCHA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2024 – GP/PMP

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:E96EB2ED

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026 – PE/SEMSAB

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026 – PE/SEMSAB
LICITAÇÃO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, através do Secretário Municipal de saúde e Saneamento Básico e, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 004/2024 – GP/PMP, torna público que às 08h00min do dia 23 de setembro de 2026, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2026, tipo Menor Preço por Lote, para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, com motorista incluso, equipados com ar-condicionado e capacidade mínima para 5 (cinco) passageiros, destinados ao transporte das equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) Quilombola, visando à realização de atendimentos, visitas domiciliares e demais ações de saúde nas comunidades quilombolas de Pega, Arrojado, Lajes e Sobrado, localizadas na zona rural do Município de Portalegre/RN, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 688, de 26 de dezembro de 2023 e do Decreto Municipal nº 695, de 27 de dezembro de 2023 e demais normas que regem a matéria e as exigências estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **23 de setembro de 2026,** às **08h00min.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios: www.gov.br/pncp, www.portaldecompraspublicas.com.br, www.portalegre.rn.gov.br, pedido pelo e-mail: licitportalegre@gmail.com, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, sito a Rua José Vieira Mafaldo – 122 – Centro – Portalegre/RN – CEP.: 59.810-000, a partir da publicação deste Aviso.

Portalegre/RN, 08 de setembro de 2026.

-

EUFRÁSIO DANTAS ROCHA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2024 – GP/PMP

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:19E2507E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR nº 01.12/2023
INTERESSADOS: ANTÔNIA CAMPOS e Município de Rafael Godeiro-RN **PORTARIA CONJUNTA Nº.** 032/2023.

DECISÃO

A Prefeita do Município de Rafael Godeiro/RN, no uso de suas atribuições e emrazão dos poderes que lhes são conferidos, e,

CONSIDERANDO a REQUISIÇÃO do representante do Ministério Público doEstado do Rio Grande do Norte, através de notificação nº 3960405, de fls. 016/018 dos autos, contida na Notícia de Fato nº 02.23.2175.00000242023-06, por meio da qual, a Promotoria deJustiça em atuação na Comarca de Almino Afonso-RN, DETERMINOU a nomeação deComissão Processante para **apurar a existência de servidores públicos municipais queingressaram no serviço** público desta municipalidade sem prévia aprovação em concursopúblico no período compreendido entre os dias 05/10/1983 e 05/10/1988 (data dapromulgação da Constituição Federal);

CONSIDERANDO, ainda, o PARECER da Procuradoria Jurídica do Município deRafael Godeiro/RN, contido nos autos em comento opinando pela legalidade e constitucionalidade da matéria, aprovo, e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 01.2/2023 da Investigada **ANTÔNIA CAMPOS**.

CONSIDERANDO, também, que a Comissão Processante, após ser instaurada e instalada na forma da lei, ter realizado seu trabalho, **tendo sido finalizado e elaborado o RELATÓRIO FINAL, bem**

como o PARECER JURIDICO APRESENTADO PELA PROCURADORA GERAL, através do seu Procurador Geral, o qual serve como fundamentação desta decisão, onde ficou constatado, ante a farta documentação analisada, e após ter sido assegurado a ampla defesa e o exercício do contraditório por parte da investigada, **que a contratação objeto do presente PAD, se deu sem concurso público, em data de 02/05/1988, antes da promulgaçãoda CF/88 e após, 05/10/1983, não sendo enquadrada na estabilidade excepcional elencada no art. 19 do ADCT e se enquadrando no objeto da investigação**, evidenciando-se em uma contratação ao arredio da Lei e da Constituição, chegou-se à **CONCLUSÃO** que a servidora deveria ser **EXONERADA DE OFÍCIO, com seu consequente desligamento dos quadros funcionais da administração pública municipal e o rompimento do vínculo laboral, declarando-se a vacância do cargo**, **assegurando-se, em sendo o caso, a possibilidade de concessão de prazo razoável, para que a mesma, caso quisesse, requeresse junto ao INSS a sua aposentadoria, a fim de que a autarquia analisasse o preenchimento dos requisitos para sua concessão, antes da exoneração propriamente dita.**

RESOVE:

1. EXONERAR DE OFÍCIO, após conclusão de Processo Administrativo Disciplinar**,** aservidora **ANTÔNIA CAMPOS**, Matrícula nº 4.401 com fulcro nos arts.78, I, §1º, II, e 80, combinado com os arts. 164 e seguintes da Lei Municipal nº 221/1996, etambém, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, em especial no julgamento doRE: 199649-SC, determinando seu consequente desligamento dos quadros funcionais da administração pública municipal e rompimento do vínculo laboral, declarando-se a vacânciado cargo.

2. Antes, porém, concedo o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da intimaçãodessa decisão, para possibilitar a servidora, protocolar junto ao INSS, requerimento deaposentadoria, tendo em vista que a mesma reúne, ao nosso sentir, todos os requisitos para deferimento de tal requerimento, conforme entendimento do STF, exarado na modulação da ADI: 1241 RN.

3. Após escoado esse prazo, com a juntada ou não, do requerimento de aposentadoria acimaindicado, seja certificado o decurso de tal prazo, encaminhando-se os autos aSecretaria de Administração e Gestão, para efetivação da exoneração, conforme termosindicados no parágrafo interior.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Rafael Godeiro/RN, em 08 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:EA144732

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº. 310/2026 – GP/PMRG

DECRETO Nº. 310/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 08 de setembro de 2026.

Institui e designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN, alinhado à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei Federal nº 15.247/2025 e pelo Decreto Federal nº 11.556/2023, que instituem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);
CONSIDERANDO a instituição do regime de colaboração federativa focado na garantia do direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas nas redes públicas de ensino do Estado do RN;
CONSIDERANDO o lançamento oficial do Programa Territorial "Pro-Alfa RN" e a consolidação do Comitê Estratégico Estadual do CNCA/RN pela Secretaria de Estado de Educação do RIO GRANDE DO NORTE (SEEC/RN), exigindo dos municípios a formalização de suas respectivas estruturas locais de governança,

DECRETA:
Art. 1º Instituir e designar os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN, com caráter consultivo, propositivo, articulador, mobilizador e de acompanhamento.
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal tem por finalidade fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, planejando, articulando, acompanhando, monitorando e avaliando sua implementação, em consonância com:
I – a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;
II – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
III – as políticas, programas, projetos e ações municipais destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens; e
IV – os instrumentos de planejamento educacional do Município de Rafael Godeiro/RN.
Parágrafo único. As ações do Comitê deverão considerar as especificidades educacionais do Município e assegurar a integração entre gestão educacional, práticas pedagógicas, formação dos profissionais da educação, avaliação da aprendizagem e acompanhamento dos resultados educacionais.
Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – contribuir para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar a implementação das ações vinculadas à Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no âmbito municipal;
III – fortalecer o regime de colaboração entre o Município, o Estado do Rio Grande do Norte e a União nas ações destinadas à alfabetização;
IV – acompanhar e monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes;
V – analisar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas, internas e externas, utilizando-os como subsídio para a tomada de decisões pedagógicas e de gestão;
VI – propor estratégias destinadas à melhoria dos índices de alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
VII – acompanhar a execução do Plano de Ação Municipal relacionado à Política de Alfabetização;
VIII – apoiar, incentivar e acompanhar ações de formação continuada destinadas a professores, coordenadores pedagógicos, gestores alfabetização;
IX – propor estratégias para assegurar materiais didáticos, recursos pedagógicos e condições adequadas ao desenvolvimento das ações de alfabetização;
X – promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidades escolares, famílias e instituições parceiras;
XI – fomentar estratégias de mobilização e engajamento da comunidade escolar e da sociedade em defesa do direito à alfabetização;
XII – promover ações voltadas à equidade educacional e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem;
XIII – identificar, valorizar, divulgar e compartilhar boas práticas pedagógicas e de gestão relacionadas à alfabetização;
XIV – emitir recomendações e orientações técnicas para subsidiar as decisões da gestão educacional;
XV – elaborar relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas;

XVI – acompanhar o cumprimento das metas e estratégias relacionadas à alfabetização previstas nos instrumentos de planejamento educacional do Município; e
XVII – exercer outras atribuições relacionadas ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Rafael Godeiro/RN será composto pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SMEC):
Maria Luzilânia Maia Cortez – Titular
Brena Karolayne da Silva Oliveira – Suplente

II - REPRESENTE DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Talia Cristiane Elias Brito – Titular
Adna Chirly Mariano de Paiva Oliveira – Suplente

III – REPRESENTANTE DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
Francisco Edno Azevedo – Titular
Débora Thamires de Medeiros Paiva – Suplente

IV - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
Shirlainny Cortez de Oliveira – Titular
Leticia Ferreira Vieira – Suplente

V – REPRESENTANTE DA ESCOLA DO CAMPO:
Maria Angélica Maia dos Santos Medeiros – Titular
Maria Lafaete Nunes dos Santos Paiva – Suplente
VI – REPRESENTANTE DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:
Kênia Diogo Jales Oliveira – Titular
Raimunda Ivânia Maia – Suplente

VII – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES ATUANTES NO 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
Andreza Costa Gomes – Titular
Maria Karina da Silva Cortez – Suplente
Nilma Régis de Oliveira Paiva – Titular
Erica Thays Alves Vieira – Suplente

VIII – REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATUANTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:
Maria de Fátima Maia Santos Soares – Titular
Ana Tereza da Silva Cortez – Suplente

IX – REPRESENTANTE DO BUSCA ATIVA ESCOLAR, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Jedson Cortez de Paiva – Titular
Jhonny Lima Cortez – Suplente

X – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME):
Clarice Caroba de Souza – Titular
Débora Keila Oliveira Silva – Suplente

§ 1º Os membros indicados neste artigo representarão a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN no planejamento, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá propor a ampliação da composição do Comitê, com a participação de representantes de segmentos estratégicos da Rede Municipal de Ensino, especialmente:
I – equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – articulação municipal da política de alfabetização;
III – gestores das unidades escolares;
IV – coordenadores pedagógicos;
V – professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VI – profissionais da Educação Especial; e
VII – outros profissionais, órgãos ou instituições cuja participação seja considerada relevante para o desenvolvimento das ações.

Art. 5º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, podendo ser designado um de seus membros para coordenar os trabalhos e outro para exercer as funções de secretaria e registro.
Art. 6º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre; e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação.
Art. 7º As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data e participantes;
II – assuntos discutidos;
III – deliberações e recomendações;
IV – encaminhamentos definidos;
V – responsáveis pelas ações; e
VI – prazos para cumprimento dos encaminhamentos, quando aplicável.

Art. 8º O Comitê poderá convidar representantes de órgãos públicos, instituições educacionais, conselhos, entidades e profissionais com conhecimento técnico para participar de reuniões ou contribuir com assuntos específicos, sem direito a voto quando não integrarem formalmente o Comitê.
Art. 9º O Comitê deverá acompanhar, especialmente, as ações municipais relacionadas aos seguintes eixos:
I – governança e gestão da política de alfabetização;
II – formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
III – melhoria e qualificação da infraestrutura física e dos insumos pedagógicos;
IV – avaliação e monitoramento da aprendizagem;
V – recomposição das aprendizagens;
VI – reconhecimento e compartilhamento de boas práticas; e
VII – mobilização e articulação da comunidade escolar.
Art. 10. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização deverá considerar os resultados de aprendizagem dos estudantes e outros indicadores educacionais, visando subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 11. O Comitê poderá elaborar Plano de Trabalho ou Plano de Ação contendo objetivos, metas, ações, responsáveis, cronograma e mecanismos de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 12. A participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN prestará o apoio técnico, pedagógico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 14. As ações do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como os recursos, programas e formas de assistência técnica e financeira decorrentes do regime de colaboração com o Estado do Rio Grande do Norte e a União.
Art. 15. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN, observada a legislação aplicável.
Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro/RN, 08 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:25B19D2D

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 107 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CGM Nº 107/2026

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso das atribuições legais e regulamentares conferidas pela legislação municipal, na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 31, 37, 70 e 74 da Constituição Federal, que estabelecem os fundamentos do sistema de controle interno e da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto aos deveres de responsabilidade na gestão fiscal, transparência, controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro e disciplina os controles orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente suas disposições relativas à governança das contratações públicas, gestão de riscos, controles internos, segregação de funções e linhas de defesa;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, e a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

CONSIDERANDO as Resoluções nº 018/2022-TCE/RN e nº 025/2022-TCE/RN, suas alterações, bem como os demais atos, recomendações, determinações e orientações expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte aplicáveis ao Sistema Municipal de Controle Interno;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 475/2026, que instituiu o Sistema Municipal de Controle Interno de Rafael Godeiro/RN, reconhecendo a Controladoria-Geral do Município como Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo e atribuindo-lhe competência para realizar auditorias, inspeções, fiscalizações, avaliações, monitoramentos e demais atividades de controle;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 475/2026 determina que a auditoria interna seja planejada segundo critérios de risco, materialidade, relevância, criticidade e histórico de irregularidades, bem como estabelece a elaboração anual do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa CGM nº 01/2026, que institui o Manual de Auditoria Interna Governamental da Controladoria-Geral do Município e disciplina os procedimentos de planejamento, execução, documentação, comunicação de resultados, monitoramento e avaliação da qualidade dos trabalhos de auditoria;

CONSIDERANDO que o Manual de Auditoria Interna Governamental estabelece que as ações ordinárias de auditoria serão organizadas e executadas com fundamento no PAAI, o qual deverá compatibilizar riscos relevantes, prioridades institucionais, determinações dos órgãos de controle e capacidade operacional da Controladoria;

CONSIDERANDO que o planejamento anual deve ser fundamentado em universo auditável atualizado e em processo documentado de avaliação e priorização de riscos, preservada a independência técnica da Controladoria na definição dos procedimentos de auditoria;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de conferir formalidade, transparência, rastreabilidade, previsibilidade e segurança institucional ao planejamento anual das ações de auditoria interna governamental,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN, relativo ao exercício de 2026, constante do Anexo Único desta Portaria.

§ 1º O PAAI constitui instrumento de planejamento da atividade de auditoria interna governamental e consolida as ações prioritárias da Controladoria-Geral do Município para o exercício, observados critérios de risco, materialidade, relevância, criticidade, vulnerabilidade dos controles, histórico de irregularidades, impacto institucional e social e capacidade operacional da Unidade Central de Controle Interno.

§ 2º A inclusão de determinada ação no PAAI não implica presunção de irregularidade da unidade, processo ou objeto selecionado, representando exclusivamente resultado do processo técnico de planejamento e priorização baseado em riscos.

§ 3º A ausência de determinado órgão, processo, programa, contrato, política pública ou objeto no PAAI não afasta a competência da Controladoria-Geral para realizar auditoria, inspeção, fiscalização, monitoramento, avaliação ou outro procedimento de controle quando necessário.

Art. 2º A execução das ações previstas no PAAI observará as normas, princípios, procedimentos e instrumentos previstos no Manual de Auditoria Interna Governamental da Controladoria-Geral do Município.

§ 1º Cada auditoria será formalmente instaurada por Ordem de Serviço de Auditoria – OSA, expedida pelo Controlador-Geral, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, objetivo, escopo preliminar, período abrangido, prazo estimado, equipe responsável e fundamento no PAAI ou, no caso de auditoria extraordinária, a correspondente justificativa.

§ 2º O planejamento específico de cada auditoria deverá ser formalizado mediante Matriz de Planejamento, na qual serão definidas as questões de auditoria, critérios, informações requeridas, fontes, procedimentos, técnicas, responsáveis, prazos, possíveis achados e limitações relevantes.

Art. 3º As ações previstas no PAAI serão executadas com independência técnica, objetividade, imparcialidade, proporcionalidade e abordagem baseada em riscos, não podendo a aprovação ou a execução do Plano restringir a autonomia técnica da Controladoria-Geral quanto à definição do escopo, procedimentos, testes, amostras, evidências, achados, conclusões e recomendações dos trabalhos.

Art. 4º As Secretarias Municipais, fundos, departamentos, coordenações, unidades administrativas, agentes públicos e demais responsáveis por processos sujeitos à auditoria deverão assegurar à Controladoria-Geral acesso tempestivo aos processos, sistemas, documentos, registros, informações, instalações e esclarecimentos necessários à execução dos trabalhos.

Parágrafo único. O fornecimento de documentos e informações deverá observar os prazos estabelecidos nas solicitações de auditoria, sem prejuízo das normas relativas ao sigilo, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

Art. 5º A execução do PAAI não transfere à Controladoria-Geral a responsabilidade pelos atos de gestão, permanecendo os gestores e responsáveis pelas unidades administrativas incumbidos da legalidade dos atos praticados, da adequada execução dos procedimentos e da implantação e manutenção dos controles administrativos inerentes às respectivas áreas.

Art. 6º O PAAI poderá ser revisado durante o exercício sempre que ocorrer fato superveniente capaz de alterar de forma relevante as prioridades, os riscos ou a capacidade operacional da Controladoria-Geral.

§ 1º Poderão justificar a revisão, entre outras circunstâncias:

I – surgimento de risco relevante ou crítico não contemplado originalmente;

II – determinação, recomendação ou requisição do Tribunal de Contas ou de outro órgão competente;

III – denúncia ou representação fundamentada;

IV – identificação de indício de fraude, dano ao erário ou comprometimento da continuidade de serviço público essencial;

V – alteração relevante na estrutura, nos processos, nos sistemas ou nas responsabilidades administrativas;

VI – necessidade de realização de auditoria extraordinária;

VII – restrição superveniente de recursos humanos, técnicos, materiais ou operacionais;

VIII – alteração significativa das prioridades institucionais da Administração.

§ 2º Toda inclusão, exclusão, substituição, reprogramação ou alteração de prioridade será formalmente registrada e devidamente motivada pela Controladoria-Geral, mantendo-se histórico das alterações para fins de acompanhamento e prestação de contas.

Art. 7º Poderão ser realizadas, independentemente de previsão específica no PAAI, auditorias extraordinárias, inspeções ou outros procedimentos de controle decorrentes de:

I – determinação de órgão de controle;

II – denúncia ou representação qualificada;
III – indício de irregularidade relevante;
IV – risco emergente;
V – potencial dano ao erário;
VI – fato extraordinário que recomende atuação tempestiva da Controladoria.
Parágrafo único. A realização de trabalho extraordinário poderá acarretar reprogramação das ações ordinárias previstas no Plano, mediante justificativa formal.
Art. 8º O monitoramento das recomendações expedidas pela Controladoria-Geral será realizado continuamente durante o exercício, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos, à suficiência das providências adotadas, aos riscos remanescentes e à eventual reincidência de achados.
Art. 9º Ao final do exercício, a Controladoria-Geral elaborará Relatório Anual de Atividades, contendo, entre outros elementos:
I – ações programadas e realizadas;
II – percentual de execução do PAAI;
III – principais áreas e riscos avaliados;
IV – principais achados e recomendações;
V – situação do monitoramento das recomendações;
VI – benefícios financeiros e não financeiros identificados, quando mensuráveis;
VII – ações extraordinárias realizadas;
VIII – auditorias não executadas e respectivas justificativas;
IX – riscos relevantes remanescentes;
X – propostas e subsídios para elaboração do PAAI do exercício subsequente.
Art. 10. A Controladoria-Geral adotará as providências necessárias à divulgação do PAAI, resguardadas as informações cuja publicidade antecipada possa comprometer procedimentos de auditoria, estratégias de fiscalização, evidências, dados pessoais ou informações protegidas por sigilo legal.
§ 1º A publicação do Plano não compreenderá, necessariamente, papéis de trabalho, matrizes detalhadas, amostras, procedimentos específicos ou outras informações de natureza preparatória cuja divulgação possa comprometer a efetividade da atividade de controle.
§ 2º Os resultados dos trabalhos serão divulgados na forma e extensão compatíveis com a legislação aplicável, com o interesse público, com a proteção de dados pessoais e com a preservação das atividades de controle.
Art. 11. Integra esta Portaria, para todos os efeitos, o Anexo Único – Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2026 da Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN.
Art. 12. Dê-se ciência desta Portaria à Chefe do Poder Executivo e aos titulares das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas abrangidas pelo Sistema Municipal de Controle Interno.
Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos durante o exercício de 2026.
Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rafael Godeiro/RN, 04 de setembro de 2026.

RODOLFO DE ANDRADE TOMAZ
Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:C8478C70

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 113 - 2026 - EXONERAÇÃO - ANTÔNIA CAMPOS

PORTARIA Nº. 113/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 08 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a exoneração da senhora ANTÔNIA CAMPOS, servidora pública municipal vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

A PrefeitA Municipal de Rafael Godeiro / RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal da Prefeitura de Rafael Godeiro-RN;

CONSIDERANDO o **Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 01.2/2023**, instaurado para apurar a existência de servidores municipais que ingressaram no serviço público sem prévia aprovação em concurso público no período compreendido entre 05 de outubro de 1983 e 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição Federal);
CONSIDERANDO a decisão final do processo administrativo alhures, emitido pela autoridade máxima processante e o seu trânsito em julgado;

RESOLVE:

Art. 1º – **EFETIVAR A EXONERAÇÃO**, nos termos da decisão proferida no **Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 01.2/2023**, a senhora **ANTÔNIA CAMPOS**, Servidora Pública Municipal, **matrícula nº 4401**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN, e a sua consequente desvinculação do quadro funcional desse município.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos **retroativos a 1º de setembro de 2026**.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:F5C694DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 225/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder a Sra. **Veronica Maria de Melo Sá – CPF Nº 328.xxx.xxx-00,** professora do município de Riacho da Cruz/RN, 02 (duas) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 09 a 11 de Setembro de 2026, participação no Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Alfa RN, que integra as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA é fundamental importância para o fortalecimento das ações educativas no território.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 08 de Setembro de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:6358DD2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 226/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder a Sra. **LYANKA LEONARA DA COSTA AMARAL, CPF n° 100.xxx.xxx-74**, PROFESSORA. PNE - III - AA, lotado na Secretaria municipal de educação, cultura, desporte e juventude, 02 (duas) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 09 a 11 de Setembro de 2026, participação no

Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Alfa RN, que integra as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA é fundamental importância para o fortalecimento das ações educativas no território.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz-RN, 08 de Setembro de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:1529F38A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 PROCESSO ADM: Nº 27070016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
Processo Adm: Nº 27070016

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais odontológicos, de forma parcelada, destinados à manutenção e ao atendimento das demandas dos serviços odontológicos das unidades de saúde, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital
Empresas vencedoras valor total: R$ 170.305,35 (cento e setenta mil e trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos): GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (46884097000143) com os lotes: 6, 13, 14, 15, 18, 26, 27, 34, 35, 42, 46, 50, 51, 61, 67, 68, 70, 76, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 127, 129, 132, 135, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 176, 177, 182, 183 no valor total de R$ 14.394,00 (quatorze mil e trezentos e noventa e quatro reais). APOGEU CENTER (02911193000168) com os lotes: 5, 54, 65, 69, 72, 109, 126, 156 no valor total de R$ 1.482,15 (um mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e quinze centavos). EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA (71505564000124) com os lotes: 1, 2, 28, 29, 30, 33, 36, 37, 38, 44, 52, 64, 75, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 171 no valor total de R$ 7.811,70 (sete mil e oitocentos e onze reais e setenta centavos). MULTIMED DENTAL LTDA (29894043000140) com os lotes: 3, 4, 7, 10, 11, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 39, 43, 45, 49, 53, 56, 59, 60, 66, 71, 73, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 96, 98, 99, 108, 110, 112, 124, 130, 131, 134, 136, 137, 139, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187 no valor total de R$ 126.396,15 (cento e vinte e seis mil e trezentos e noventa e seis reais e quinze centavos). DENTAL DISTMED LTDA (50894798000130) com os lotes: 8, 9, 12, 25, 32, 40, 41, 47, 48, 55, 57, 58, 63, 74, 97, 118, 119, 133, 141, 147, 148, 173, 174 no valor total de R$ 18.451,35 (dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos). BH DENTAL COMERCIAL EIRELI EPP (29312896000126) com os lotes: 62, 186 no valor total de R$ 1.770,00 (um mil e setecentos e setenta reais).
A autoridade municipal do órgão FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133/2021, e suas alterações, resolve AJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), 8 de setembro de 2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:AA34B1CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00055/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00055/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contração de empresa para fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em 13 Kg para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana – RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: ADAIAS ARAUJO MAIA LTDA - R$ 20.320,00.

Riacho de Santana - RN, 08 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:2089FE31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00055/2026. OBJETO: Contração de empresa para fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em 13 Kg para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana – RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 08/09/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:986C3FCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
RESCISÃO Nº: 013/2026
EMPREGADOR: PREFEITURA MUNICICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN
CONTRATADO: CRISTIANE GABRIEL DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 106.877.524-69
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional de Supervisora junto ao Programa Criança Feliz do Município.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2006 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 8 – Assistência Social
Subfunção: 243 -Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 25 – Cuidado Integral na Primeira Infância
AÇÃO: 2.47 – Custeio Programa Primeira Infância no SUAS
DESPESA: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
Fonte de Recurso: 1501 – Outros Recursos não Vinculados
DATA DA RESCISÃO: 4 de setembro de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:D787D7A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 406/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 406/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 7 de setembro do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:E06232CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 407/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 407/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY E SOUSA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:509C3146

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 408/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 408/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:ED7F9A52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
CREDENCIAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL Nº 001/2026

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.364.655/0001-50, e a **ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DR. RUY MARIZ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.498/0001-69.

OBJETO: Execução de atividades em saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme detalhado no Plano de Trabalho, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações posteriores, especialmente o art. 30, inciso VI, bem como o Decreto Municipal nº 1.108/2025, e demais normas aplicáveis.

MODALIDADE: Dispensa de Chamamento Público.

VALOR: R$ 216.008,00 (duzentos e dezesseis mil e oito reais) mensais, durante o período de vigência da parceria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Poder: 02 – Poder Executivo; Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde; Proj./Ativ.: 10.122.0006.2045.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 10.301.0006.2040.0000 – Manutenção da Atenção Primária; 10.301.0006.2042.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; 10.301.0006.2170.0000 – Manutenção do FNS – Demais Programas; e 10.302.0006.2050.0000 – Manutenção da Atenção Especializada – MAC; Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: Orçamento Geral da SEMUS.

VIGÊNCIA: 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: JOÃO BASÍLIO NETO – Prefeito Municipal, pelo Município de Riachuelo/RN; e EDIMAR MEDEIROS DANTAS – Presidente da Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz, pela Organização da Sociedade Civil.

Riachuelo/RN, 04 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:0640EB14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 57/2026

Institui a Agenda Transversal Criança e Adolescente do Município de Rodolfo Fernandes/RN, estabelece diretrizes, atributos, indicadores e metas, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a atuação intersetorial das políticas públicas municipais destinadas à infância e à adolescência;

CONSIDERANDO a importância de integrar as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações destinadas às crianças e aos adolescentes;

CONSIDERANDO o Plano Plurianual – PPA vigente do Município de Rodolfo Fernandes/RN e a necessidade de assegurar a transversalidade das políticas públicas voltadas à infância e adolescência;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Rodolfo Fernandes/RN, a Agenda Transversal Criança e Adolescente, instrumento de planejamento, articulação, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas municipais destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 2º A Agenda Transversal Criança e Adolescente terá como objetivo geral de promover a atuação integrada e intersetorial das políticas públicas municipais, visando à garantia dos direitos, à redução das vulnerabilidades e à melhoria das condições de vida, desenvolvimento e proteção de crianças e adolescentes do Município de Rodolfo Fernandes/RN.

Art. 3º São diretrizes da Agenda Transversal Criança e Adolescente:
I – Garantia da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
II – Atuação intersetorial entre as políticas públicas municipais;
III – Prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e violação de direitos;
IV – Promoção do acesso e da permanência na educação;
V – Promoção da saúde integral de crianças e adolescentes;
VI – Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
VII – Fortalecimento da participação social;
VIII – Monitoramento dos resultados das políticas públicas por meio de indicadores e metas.

Art. 4º A Agenda Transversal será executada de forma articulada, envolvendo, inicialmente, no mínimo, os seguintes setores:
I – Educação;
II – Saúde;
III – Assistência Social.

Parágrafo único. Outros órgãos, secretarias, conselhos e setores da Administração Pública Municipal poderão integrar a Agenda, conforme a necessidade e a natureza das ações desenvolvidas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, 08 de setembro de 2026

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:2B796DD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20260001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, CNPJ nº 08.078.958/0001-07.

CONTRATADA: MAFRA E MAFRA COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA, CNPJ nº 09.317.359/0002-42.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo consistente em **R$ 445.583,70 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos)**, o que equivale a aproximadamente **24,4461%** do valor inicial atualizado do Contrato nº **20260001**, cujo objeto é a **aquisição parcelada de combustíveis para a frota de veículos do município de Ruy Barbosa/RN**.

PREÇO: Com as alterações, o valor da contratação passará a ser de **R$ 2.268.300,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e trezentos reais)**.

BASE LEGAL: O presente Termo Aditivo se fundamenta no Art. 124, inc. I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Ruy Barbosa/RN, em 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:75B1886B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1648/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - DIOGO ICARO DOS SANTOS MAIA

Portaria nº 09.1648/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor anexo ao expedeinte acima***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias fracionadas ao servidor a que tem direito o Servidor Público Municipal, **DIOGO ICARO DOS SANTOS MAIA**, Matricula: 153486-6, Coordenador de Assuntos Institucionais, vinculado ao Gabinete Civil, relativo ao período aquisitivo de **2025**.

Art. 2º - Fixar o gozo do primeiro período de férias por 15 (quinze) dias, a ser usufruído de **05 a 19 de outubro do corrente ano**.

Art. 3º - O saldo restante de **15** (quinze) dias será usufruído em período a ser **definido e comunicado oportunamente**, observados os prazos legais e a conveniência estipulada pela Secretaria ao qual está vinculado o servidor acima.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **05 de outubro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:A986A23A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1649/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO - PAULO CÉSAR DE ARAÚJO

Portaria nº 09.1649/2026 - GC/PMSC

Concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município e o requerimento do Servidor;
CONSIDERANDO o Art. 65 da Lei Municipal nº 50/1975 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais) trata da licença prêmio por assiduidade;
CONSIDERANDO que é conveniente aos interesses administrativos a concessão de licença prêmio, desde que não prejudique o andamento do setor o qual o servidor em Férias Prêmio esteja lotado;
CONSIDERANDO o requerimento do Servidor que deu origem ao Processo Administrativo nº 079/2026 e o Parecer Favorável, oriundo da Assessoria Jurídica;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder ao Sr. **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula: 0110027/1**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, atualmente exercendo suas ativiades laborativas no Centro de Saúde da Família, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, adquirida a partir de 10 de maio de 1975, conforme Lei Municipal nº. 50, a serem usufruídas no período de 06 (seis) meses, a partir do dia **03 de novembro de 2026 a 01 de maio de 2027**.
Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, o Servidor deverá retornar imediatamente as suas funções, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.
Art. 3º - Dê-se ciência ao interessado, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **03 de novembro de 2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:D9FCAD3C

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1650/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO - JOSÉ ERIVALDO DA SILVA

Portaria nº 09.1650/2026 - GC/PMSC

Concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município e o requerimento do Servidor;
CONSIDERANDO o Art. 65 da Lei Municipal nº 50/1975 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais) trata da licença prêmio por assiduidade;
CONSIDERANDO que é conveniente aos interesses administrativos a concessão de licença prêmio, desde que não prejudique o andamento do setor o qual o servidor em Férias Prêmio esteja lotado;
CONSIDERANDO o requerimento do Servidor que deu origem ao Processo Administrativo nº 114/2026 e o Parecer Favorável, oriundo da Assessoria Jurídica;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder ao Sr. **JOSÉ ERIVALDO DA SILVA, Vigia, Matrícula: 0050636/1**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, atualmente exercendo suas atividades laborativas no Hospital Municipal Aluízio Bezerra, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, adquirida a partir de 10 de maio de 1975, conforme Lei Municipal nº. 50, a serem usufruídas no período de 06 (seis) meses, a partir do dia **03 de novembro de 2026 a 01 de maio de 2027**.
Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, o Servidor deverá retornar imediatamente as suas funções, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.
Art. 3º - Dê-se ciência ao interessado, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **03 de novembro de 2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:9C63E66E

GABINETE CIVIL
PUBLICADA POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 07.1480/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento o servidor***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito ao Servidor Público Municipal, **LUCAS DIEGO CRISPIM DA SILVA**, Matricula: 153019-4, Secretário Municipal de Transportes e Obras Públicas, que será fracionado em três períodos, são eles: **03 a 13 de agosto de 2026**; **22 de setembro a 1 de outubro de 2026** e **14 a 23 de dezembro de 2026**, referente ao período aquisitivo de **2025**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de **03 de agosto de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 09 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:76393F1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 034/2026

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar pretensa "**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 034/2026**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", instaurada visando a Contratação dos serviços de hotelaria/hospedagem para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Santa Cruz/RN.devendo serem observadas as seguintes disposições:**INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: dia 09 de setembro de 2026, às 08h00min.**INÍCIODA DISPUTAPOR LANCES:**das 09h00min às 15h00min, do dia 14 de setembro de 2026. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santa Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:295CFA25

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando Contratação de empresa especializada no fornecimento futuro e parcelado de combustíveis, destinado à frota de veículos do Município de Santa Cruz/RN**.** O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 09 de setembro de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 22 de setembro de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Santa Cruz/RN, em 08 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:8DEBC0FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando aquisição de equipamento e material permanente, compreendendo mobiliário administrativo, equipamentos de informática, eletrodomésticos e equipamentos de uso assistencial em saúde, novos, de primeira qualidade, sem uso anterior, destinados ao caps Francisca Maria da Conceição - Chiquita, unidade vinculada ao fundo municipal de saúde de Santa Cruz/RN**.** O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 09 de setembro de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 24 de setembro de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.
Santa Cruz/RN, em 08 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:D8E0537C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04091/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 1457/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.110.439/0001-89;

CONTRATADA: STAR CONECT TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.475.182/0001-00;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET COM IP FIXO para

atender as necessidades das secretarias municipais, componentes da Administração Pública do Município de Santana do Matos/RN**.**
VALOR GLOBAL: R$ 62.148,00(sessenta e dois mil cento e quarenta e oito reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da sua subscrição, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
02.002.04.122.0003.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito;
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
02.005.12.365.0094.2398 – Manutenção da Educação Infantil;
02.005.04.122.0092.2036 – Manutenção do Fundo de Educação;
02.005.12.361.0094.2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I e II;
02.006.04.122.0092.2028 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
02.001.10.122.0089.2250 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
02.001.10.301.0087.2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
03.001.10.302.0090.2261 – Atenção a Saúde de média e Alta Complexidade;
02.004.20.122.0097.2011 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura;
04.001.08.244.0020.2344 – Oferta de Serviços de Proteção Social Especial (PSE);
04.001.08.244.0020.2337 – Oferta de Serviços de Proteção Social Básica (PSB);
04.001.08.244.0020.2237 – Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
1.500.1001 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
1.500.1002 – Identificação das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
1.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal;
1.660.0000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assist. Social – FNAS;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Santana do Matos/RN, 04 de setembro de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Star Conect Telecom LTDA
MARCIO EMMANUEL DE ARAUJO RODRIGUES
Represente Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:8E947800

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 268-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS*, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias* ***a servidor(a) municipal*** *para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

Art. 1º *Conceder* ***2 (duas) e ½ (meia) diárias*** *ao servidor* ***José Eudemayke da Silva****, matrícula nº 3290, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico de Educação Infantil, no valor unitário de* ***R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)****, totalizando* ***R$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais)****.*

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento do servidor* ***à cidade de Natal/RN****, nos dias* ***09 a 11 de setembro de 2026****, para* ***participação no Seminário Inicial das Trilhas Formativas e na formação da primeira etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN****, visando ao* ***aperfeiçoamento e fortalecimento das ações pedagógicas da rede municipal de educação****.*
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 08 de setembro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:5F0CD8D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 269-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS*, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias* ***a servidor(a) municipal*** *para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

Art. 1º *Conceder* ***2 (duas) e ½ (meia) diárias*** *à servidora* ***Alifran Barbosa de Macedo Melo****, matrícula nº 402, ocupante do cargo de* ***Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer****, no valor unitário de* ***R$ 400,00 (quatrocentos reais)****, totalizando* ***R$ 1.000,00 (mil reais)****.*

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento da servidora* ***à cidade de Natal/RN****, nos dias* ***09 a 11 de setembro de 2026****, para* ***participação no Seminário Inicial das Trilhas Formativas e na formação da primeira etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN****, visando ao* ***aperfeiçoamento e fortalecimento das ações pedagógicas da rede municipal de educação****.*
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 08 de setembro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:43603D8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 270-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS*, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas*

pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias ***a servidor(a) municipal*** *para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

Art. 1º *Conceder* ***2 (duas) e ½ (meia) diárias*** *à servidora* ***Ana do Carmo Aquino de Carvalho****, matrícula nº* ***527****, ocupante do cargo de* ***Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental****, no valor unitário de* ***R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)****, totalizando* ***R$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais)***.

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento da servidora* ***à cidade de Natal/RN****, nos dias* ***09 a 11 de setembro de 2026****, para* ***participação no Seminário Inicial das Trilhas Formativas e na formação da primeira etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN****, visando ao* ***aperfeiçoamento e fortalecimento das ações pedagógicas da rede municipal de educação***.
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 08 de setembro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:7AF7825D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA PROCESSO ADMINISTRATIVO 1658/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamentomenor preço,na hipótese do art. 75, *inciso II*,nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o Termo de Referência e entrega de propostas na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail:compras@santanadomatos.rn.gov.br, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa paracontratação de empresa para o fornecimento de ÁGUA POTÁVEL E MINERAL para atender as demandas e necessidades das Secretarias Municipais do Município de Santana do Matos/RN.
1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	Água Potávelembalada em garrafão de 20 litros, com laudo técnico que comprove a qualidade da água.	GARRAFÃO	11.800	R$	R$
2	Água Mineralsem gás, envasada em garrafão de policarbonato, liso transparente, capacidade para 20lt, lacrados dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento nacional de produção mineral (dnpm) e agência nacional de vigilância sanitária (anvisa), com marca, procedência e validade impressas na embalagem do produto	GARRAFÃO	1.500	R$	R$
					R$

1.3. O critério de julgamento adotado será oMENOR PREÇO POR ITEM,observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.
2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação do AVISO PESQUISA MERCADOLÓGICA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico:(compras@santanadomatos.rn.gov.br), fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até a data limite dos 03 (três) dias úteis após a publicação deste aviso, até às 23:59h, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs.
2.1.1Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.
2.1.2O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3.Que se enquadrem nas seguintes vedações:
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4.Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3.Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.leg.br) ou entregar na seda da Prefeitura Municipal a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.

3.3.A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;

b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;

c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;

3.4.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9.No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3.Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.

4.2.Concluído o recebimento, o resultado será registrado no mapa de preços do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias,a contar da data de sua apresentação.

4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.4.1. Contiver vícios insanáveis;

4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.4.3.Apresentar preços inexequíveis

4.4.4.Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.5.Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.5.2.Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.6.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

4.7.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.

4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.10.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1.Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃOdeste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3.Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1.É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9.Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
6.2.Habilitação jurídica
6.2.1.Pessoa física:cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
6.2.2.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.2.3.Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição deMicroempreendedorIndividual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
6.2.4.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.5.Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
6.2.6.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.7.Filial, sucursal ou agênciade sociedade simples ou empresária-inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
6.3.Habilitações fiscal, social e trabalhista:
6.3.1.Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
6.3.2.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
6.3.3.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes*estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distritaldo domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
6.4. Habilitação econômico-financeira:
6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução
patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

6.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.5.1 Apresentar 1 (um), ou mais, ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis ao deste processo.

7. CONTRATAÇÃO
7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2.O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1.Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
7.2.2.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.3.O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
7.3.1.Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3.2.A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
7.3.3.A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
7.5.Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
8.1.Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
8.1.2.Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
8.1.4.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
8.1.5.Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8.1.8.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
8.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8.1.10.1.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
8.1.12.Praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2.O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
8.4.Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
8.7.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto nocaput parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.9.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
8.11.as peculiaridades do caso concreto;
8.12.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
8.13.os danos que dela provierem para o Contratante;
8.14.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.15.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1.No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3.Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4.A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5.Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7.A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.9.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN, 23 de junho de 2026.

GLAUCIA MARIA DA SILVA CUNHA
Coordenadora de Gestão de Compras
Matrícula 3187

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:AC2F386D

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO Nº 17/2026

PORTARIA Nº 17/2026

O Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 981/2023, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no município de Santana do Matos/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a escala prevista dos motoristas lotados nesta secretaria referente ao mês de setembro/2026.

MOTORISTA	MATRÍCULA	QUANTIDADE PREVISTA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO
José Ivan Leite Júnior	2347	5
Pedro Nicolau Barbosa Neto	2661	5

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publica-se e cumpra-se.

Santana do Matos/RN, 08 de setembro de 2026.

LEONALDO DE ASSUNÇÃO
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Matrícula: 3159

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Assunção da Silva Ferreira
Código Identificador:114D5CE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.021 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.021 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 0686 DE 21 DE JANEIRO DE 2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo o Art. 64, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a previsão esculpida no art. 8º da Lei Municipal nº 0686, de 21 de janeiro de 2026, na qual autoriza a prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada por igual período, qual seja, 120 (cento e vinte) dias;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar mais oportunidades de adesão pelos servidores municipais que ainda não formalizaram seus requerimentos junto à Secretaria Municipal de Administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo para adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, de que trata o art. 8º da Lei Municipal nº 0686 de 21 de janeiro de 2026, contado a partir do dia subsequente ao término do prazo inicial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita de Santana do Seridó-RN, em 04 de setembro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5D2D9DFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0173/2026/PMSS/CD/ADM DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 0173/2026/PMSS/CD/ADM de 08 de setembro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **ADRIANE SIMPLICIO DE MEDEIROS**, ocupante do cargo de **Professora**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 09 de setembro de 2026, com a finalidade de participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN. O encontro visa reunir professores, gestores e coordenadores escolares e equipe técnica que atuam na área pedagógica, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0173/2026/PMSS/CD/ADM de 08 de setembro de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5A1CE826

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0220/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0220/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor efetivo, **ALBERTO KLAUS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 130205-6, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para o gozo de férias no período de 10/09/2026 à 09/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 08 de setembro de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:C82D1BFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0221/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0221/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor, **DAMIAO OLIVEIRA DE ARAUJO**,Matrícula nº 130306-6, ocupante do cargo de Subcoordenador de Infraestrutura – CC-4, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte,licença para o gozo de férias no período de 01/10/2026 à 30/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 08 de setembro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:BD706D42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0222/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0222/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor efetivo, **DANILO MENDES DE MELO**, matrícula nº 130189-6, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para o gozo de férias no período de 08/09/2026 à 07/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 08 de setembro de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:0E9AD751

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - LICENÇA PRÊMIO - FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA

Interessado: Francisco de Assis da Costa
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pelo Servidor Público Efetivo do Município de Santo Antônio/RN, o Sr. **Francisco de Assis da Costa**, ocupante do cargo público de Professor, lotado na Escola Municipal Luiz Francisco Sobrinho, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

O servidor supracitado requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido do servidor acima mencionado, a saber, licença prêmio, pelo período estabelecido entre **18 de setembro de 2026 a 17 de dezembro de 2026**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se o Servidor requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, em 08 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:C319AC2C

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - LICENÇA PRÊMIO - JÁDNA MARIA PEREIRA PESSOA

Interessada: Jádna Maria Pereira Pessoa
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pela Servidora Pública Efetiva do Município de Santo Antônio/RN, a Sra. **Jádna Maria Pereira Pessoa**, ocupante do cargo público de Professora, lotada na Escola Municipal Maria Umbelino de Melo, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

A servidora supracitada requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido da servidora acima mencionada, a saber, licença prêmio, pelo período estabelecido entre **11 de setembro de 2026 a 10 de dezembro de 2026**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se a Servidora requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, em 08 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:ED9C4735

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - LICENÇA PRÊMIO - MARIA JOSÉ DA SILVA

Interessada: Maria José da Silva
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pela Servidora Pública Efetiva do Município de Santo Antônio/RN, a Sra. **Maria José da Silva**, ocupante do cargo público de Professora, lotada na Escola Municipal Maria Umbelino de Melo, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

A servidora supracitada requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido da servidora acima mencionada, a saber, licença prêmio, pelo período estabelecido entre **11 de setembro de 2026 a 10 de dezembro de 2026**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se a Servidora requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, em 08 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:8F577898

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026- GP/PMSA

"Institui a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família, designa sua composição, define suas atribuições e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.601, de 16 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.064, de 17 de junho de 2024, que regulamenta o Programa Bolsa Família;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a organização e funcionamento das instâncias de articulação intersetorial do Programa Bolsa Família nos municípios;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MEC/MDS nº 12, de 17 de dezembro de 2025, que estabelece as diretrizes, as atribuições, as normas e os fluxos operacionais para o acompanhamento educacional das condicionalidades do Programa Bolsa Família;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MDS/MS nº 38, de 27 de maio de 2026, que estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimento para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na agenda da saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação, garantindo a integração das ações voltadas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Santo Antônio/RN;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família, instância colegiada de caráter consultivo, com a finalidade de planejar, articular, acompanhar e monitorar as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família no Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Compete à Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família:
I – Promover a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação, estabelecendo fluxos, protocolos e ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família;
II – Acompanhar e monitorar o cumprimento das condicionalidades de educação e saúde, bem como a inserção de famílias no trabalho social com famílias e territórios, promovendo o acesso aos serviços e a qualificação das informações nos sistemas oficiais;
III – Avaliar o desempenho municipal com base nos indicadores do IGD-M para o aprimoramento contínuo das ações intersetoriais do Programa Bolsa Família;
IV – Elaborar, acompanhar e revisar anualmente o Plano de Ação Intersetorial Municipal;
V – Elaborar relatórios de monitoramento e avaliação para subsidiar decisões estratégicas e dar publicidade às atividades desenvolvidas;
VI – Exercer outras atribuições correlatas à sua finalidade institucional.

Art. 3º - A Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família será composta pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: Maria Sueli de Sena Ribeiro;
b) Suplente: Simone de Lima Silva;
c) Apoio Técnico: Ana Cristina Teixeira do Nascimento.

II – Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Nilva de Oliveira Ferreira;
b) Suplente: Ana Lígia de Brito dos Santos;
c) Apoio Técnico: Carlos Alves Ferreira.

III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Josefa Avelino de Oliveira Benício;
b) Suplente: Maria Aparecida Vicente de Lima Souza;
c) Apoio Técnico: Maria Leila de Oliveira.
§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da Comissão membros dos Conselhos Municipais correlatos, pesquisadores e instituições de ensino, bem como representantes de organizações da sociedade civil e de outras entidades públicas ou privadas cuja atuação esteja relacionada às matérias tratadas pela Comissão.
§ 2º Os membros titulares, suplentes e de apoio técnico serão designados por ato específico do Chefe do Poder Executivo, sendo o exercício de suas funções considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º - O funcionamento da Comissão observará as seguintes normas:
I – As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente;
II – Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela coordenação ou por solicitação da maioria simples dos membros titulares;
III – O quórum de reunião será de maioria simples dos membros titulares ou seus respectivos suplentes;
IV – As deliberações serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes;
V – As reuniões deverão ser registradas em atas e memórias de reunião para fins de prestação de contas aos órgãos competentes.

Art. 5º - A coordenação da Comissão será exercida pela Secretária Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. Compete à coordenação:
I – Convocar as reuniões;
II – Organizar a pauta dos trabalhos;
III – Acompanhar o cumprimento das deliberações;
IV – Solicitar informações e providências aos setores representados na Comissão.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo ao funcionamento da Comissão.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 09 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:A4779797

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1403 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1403 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;

CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	04 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	04 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**21:45 H DO 04 DE SETEMBRO DE 2026**
Beneficiário	JARBAS WESLEY SANTOS BRAGA		
CPF n.°	105.515.274.12		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: **TRANSPORTAR A PACIENTE VANIA ALVES DE ARAÚJO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO CENTRO AVANÇADO DE ONCOLOGIA (CECAN) | LIGA CONTRA O CÂNCER UNIDADE CLÍNICA. LOCALIZADO NA AV. MIGUEL CASTRO, 1355 - NOSSA SRA. DE NAZARÉ, NATAL - RN, NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 04 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:51DD9779

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA
NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO NOTIFICADA: NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 35.858.155/0001-48 ASSUNTO: SEGUNDA NOTIFICAÇÃO - REITERAÇÃO DE ORDEM PARA RETOMADA IMEDIATA DA OBRA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE MULTA OBJETO DA OBRA: CONTRA

O Município de São Fernando-RN. por meio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana, através do Engenheiro Fiscal e do Secretário da Pasta, vem, por meio desta, NOTIFICAR NOVAMENTE a empresa NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. inscrita no CNPJ n° 35.858.155/0001-48, em razão da nova paralisação dos serviços referentes ao Contrato Administrativo n° 176/2025, cujo objeto é a contratação de serviços comuns de engenharia para execução das obras de reforma da Praça José Josias Fernandes (Praça da Matriz).
Em 01 de junho de 2026, a contratada já havia sido formalmente notificada em razão da paralisação e do raso na execução da obrarinicade
em que lhe foi determinado que apresentasse justificativa, cronograma atualizado e promovesse a imediata retomada dos serviços.
Após a referida notificação, a empresa chegou a retomar a execução de forma temporária, porém voltou a paralisar a obra, sem autorização da Administração e sem apresentação de justificativa formal aceita pela fiscalização.
A contratada possuia um cronograma de obra de 90 dias contados a partir do dia 14/10/2025 e sendo finalizado dia 14/01/2026, para conclusão da execução dos serviços da reforma. Assim constata-se que ja são 237 dias de atraso de obra.
Registra-se que todos os serviços objeto de readequação já foram previamente apresentados, discriminados e explicados à empresa pela fiscalização municipal, com a devida antecedência, tendo sido repassadas as orientações técnicas necessárias à continuidade da execução. Até o presente momento, a contratada não apresentou impedimento técnico formalmente reconhecido pela Administração que justifique a não retomada da obra.
Diante da repetição da paralisação e do descumprimento das determinações da fiscalização, fica a empresa NOTIFICADA, EM CARÁTER FINAL E IMPRORROGÁVEL, para que promova a RETOMADA EFETIVA EM CARATER DE URGÊNCIA DA OBRA ATÉ O DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026, mediante a mobilização de equipe, materiais e equipamentos compatíveis e o início concreto dos serviços no canteiro de obras.
1. Retomar efetivamente os serviços até 10 de Setembro de 2026, dando-lhes continuidade regular, sem novas interrupções injustificadas;
2. Mobilizar quantidade suficiente de trabalhadores, materiais, ferramentas e equipamentos para assegurar o cumprimento do objeto e a recuperação do atraso acumulado;
3. Apresentar, no mesmo prazo, cronograma físico atualizado, com indicação das etapas, equipes e datas previstas para a conclusão integral da obra.
Para fins desta notificação, não será considerada retomada efetiva a simples visita ao local, a presença isolada de preposto ou a mera manifestação verbal de intenção. A retomada deverá ser constatada e registrada in loco pela fiscalização municipal, mediante a execução material dos serviços pendentes.
ADVERTE-SE EXPRESSAMENTE que, caso a obra não seja efetivamente retomada até 10 de setembro de 2026, será imediatamente instaurado o procedimento administrativo cabível para aplicação da multa contractual diária, observados os percentuais, critérios e limites previstos no edital e no Contrato Administrativo n° 176/2025, com garantia do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e da adoção das demais medidas legais pertinentes.
A conduta poderá caracterizar inexecução parcial e retardamento injustificado da execução contratual, nos termos dos arts. 155, incisos I e VII, 156, inciso II, 157 e 162 da Lei Federal n° 14.133/2021. O descumprimento de cláusulas, especificações, projetos, prazos ou determinações regulares da fiscalização também poderá fundamentar as medidas previstas no art. 137, incisos 1 e Il. da mesma Lei.
A presente notificação deverá ser juntada aos autos do processo administrativo do Contrato n° 176/2025, juntamente com o comprovante de recebimento, os registros da fiscalização, as
comunicações anteriores e os demais documentos comprobatórios pertinentes.
Sem mais para o momento, fica a contratada formalmente cientificada do prazo e das
consequências do seu descumprimento.

São Fernando/RN, 08 de Setembro de 2026.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Transportes, Serviços e Mobilidade Urbana

PAULO FERNANDES
Engenheiro Civil- Fiscalização

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:405581CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURA- EDITAL Nº 02/2026- MANDATO TAMPÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO PEDRO PAULINO

ORD.	ESCOLA	CANDIDATO(A)	CARGO	OBS	RESULTADO DA INCRIÇÃO
1	ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO PEDRO PAULINO	KENNEDY MICHEL SOBRINHO DE LIMA	DIRETOR	INSCRIÇÃO ÚNICA	DEFERIDA

São José de Mipibu / RN, 08 de setembro de 2026.

Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar

RISALVA ALVES BRAZÃO –
Titular

FRANCIALDO CÁSSIO DA ROCHA –
Suplente –

(Representantes do Conselho Municipal de Educação – CME)

JOSÉ CARLOS DA SILVA –
Titular

ROSA CAETANO DA COSTA –
Suplente

(Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social-FUNDEB)

LAELIO JORGE DA COSTA FERREIRA DE MELO –
Titular

EDIMAR RAIMUNDO VICENTE –
Suplente –

(Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal)

ERITANIA SILVA DE ARAÚJO-
Titular

(Representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE)

VIRGÍNIA LÚCIA DE SOUZA MENINO –
Titular

ELIS SANDRA CARDNALLE VICTOR DE LIMA –
Suplente

(Representantes do setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação)

VERA DE ANDRADE FONSECA –
Titular

(Representantes do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação)

ALEXANDRE ELOI ALVES –
Titular

RENATO SOARES GALVÃO –
Suplente –

(Representantes do Poder Executivo Municipal).

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:A22A4BC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 107/2026-SMADCS

São José do Campestre/RN, 08 de setembro de 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com a Lei Municipal nº 930 de 17 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária sem pernoite, ao valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para a Senhora **Laíse de Souza Martins**, ocupante do cargo de Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município, no dia 09 de setembro de 2026, para se deslocar a cidade de Assú/RN, quando a mesma irá prestar assistência a um menor, em cumprimento a decisão judicial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:6B5913CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 431/2026, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	04 de setembro de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 08 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 04 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:C34A72D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 432/2026, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	04 de setembro de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 10 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 04 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:0FDF3929

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 088/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o segundo período de gozo de férias da servidora **ANNA REGINA DE OLIVEIRA MARGARIDA**, referente ao ano de 2026, marcado de 13 a 27 de outubro de 2026,conforme Portaria 012/2026, para 08 a 22 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:A67364CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 089/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o segundo período de gozo de férias da servidora **VIVIANE GABRIELLE DO PATROCÍNIO MEDEIROS**, referente ao ano de 2026, previsto para 03 a 17 de novembro de 2026, conforme Portaria 012/2026, para 09 a 23 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:F1A697E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026

O Município de São Miguel/RN comunica aos interessados a REABERTURA DO PRAZO do Credenciamento Eletrônico nº 01/2026, que tem por objeto o Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados**.**
Período para credenciamento: de 09/09/2026 até as 23:59h do dia 08/10/2026 (Horário de Brasília/DF) na plataforma: www.bbmnet.com.br, conforme Processo Administrativo nº 201505615-6. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 suas alterações posteriores e as exigências estabelecidas neste Edital.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Padre Tertuliano Fernandes, nº 46, Centro – São Miguel/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário das 07h00mim às 13h00mim, como também no site www.saomiguel.rn.gov.br e no www.bbmnet.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@saomiguel.rn.gov.br.

São Miguel/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS DE FREITAS
Agente de Contratações

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:6226F9A5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 11/2025

O Município de São Miguel/RN comunica aos interessados a REABERTURA DO PRAZO do Credenciamento Eletrônico nº 11/2025, que tem por objeto a **Credenciamento de empresas para aquisição de medicamentos de A a Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES com base no maior percentual de desconto, constante na tabela da câmara de regulação de mercado de medicamentos CMED, com base no preço máximo de venda ao governo PMGV, para atender as necessidades do fundo municipal de saúde e demandas judiciais deste município, conforme as especificações técnicas.**
Período de credenciamento: de 09/09/2026 até 08/10/2026 às 23:59h na plataforma: www.bbmnet.com.br, conforme Processo Administrativo nº 201505413-2. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 suas alterações posteriores e as exigências estabelecidas neste Edital.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Padre Tertuliano Fernandes, nº 46, Centro – São Miguel/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário das 07h00mim às 13h00mim, como também no site www.saomiguel.rn.gov.br e no www.bbmnet.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@saomiguel.rn.gov.br.

São Miguel/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS DE FREITAS
Agente de Contratações

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:C8A79259

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL E A EMPRESA PRO RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO O S/S LTDA.

O Município de São Miguel, com sede no(a) Rua Padre Tertuliano, 46, Centro, na cidade de São Miguel/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.355.463/0001-88, neste ato representado pelo prefeito Leandro Michel do Rego Lima , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 87.389.086/0001-74, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 201501681-8 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e ao art. 92, inciso V e §3º (fundamento da cláusula de reajuste), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto:
a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/07/2026 até 30/06/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; e
o reajuste do valor contratual, nos termos da Cláusula Quarta deste instrumento.
As partes reconhecem que, embora a vigência contratual se inicie em 01/07/2026, a efetiva retomada da prestação dos serviços ocorrerá a partir de 01/10/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R$ 272,06 (duzentos e setenta e dois reais e seis centavos), já com a aplicação do reajuste de que trata a Cláusula Quarta, totalizando o valor Global de R$ 3.264,72 (três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 302 - 3.3008.10.122.35.2.280.0. 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE
O valor mensal do presente Contrato poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de 18 de junho de 2025, correspondente à data de assinatura do Contrato originário conforme extrato publicado e dados informados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula:
$R=V\times(IiIf-1)$
Em atendimento à manifestação de interesse formalizada pela CONTRATADA em 15/06/2026, aplica-se, nesta prorrogação, o reajuste correspondente à variação acumulada do IPCA no período de 18/06/2025 a 17/06/2026, de 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento), o que majora o valor mensal de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para R$ 272,06 (duzentos e setenta e dois reais e seis centavos), e o valor global de R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais) para R$ 3.264,72 (três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos), conforme Cláusula Segunda deste instrumento.
Na hipótese de extinção, suspensão ou impossibilidade de apuração do IPCA/IBGE, será utilizado, em caráter subsidiário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, por determinação governamental.
O reajuste será aplicado mediante simples apostilamento, dispensada a celebração de novo termo aditivo, nos termos do art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que não implique alteração do valor global do contrato em percentual superior ao previsto em lei.
O direito ao reajuste não é automático, devendo ser requerido expressamente pelo CONTRATADO mediante solicitação formal dirigida ao gestor do contrato, acompanhada de demonstrativo de cálculo. O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir da data em que o direito tiver sido adquirido, vedada a aplicação retroativa em prejuízo à Administração.
CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
A execução do presente Termo Aditivo será acompanhada e fiscalizada pela servidora GRACIELLE RODRIGUES SILVA, designada Fiscal de Contratos por meio da Portaria nº 072/2026, da Prefeitura Municipal de São Miguel/RN, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Compete ao fiscal do contrato, no exercício de suas atribuições legais:
a) acompanhar e registrar os fatos relacionados à execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências verificadas durante o período de vigência prorrogada, determinando as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;
b) verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo CONTRATADO, comunicando ao gestor do contrato quaisquer irregularidades constatadas;
c) atestar as notas fiscais e documentos de cobrança apresentados pelo CONTRATADO, certificando a efetiva prestação do objeto contratado como condição para o processamento do pagamento, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021;
d) informar ao superior hierárquico, em tempo hábil, situações que possam ensejar a aplicação de sanções administrativas, a rescisão contratual ou quaisquer outras providências de competência da autoridade competente, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
e) zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e no presente instrumento aditivo, mantendo a Administração informada sobre o andamento da execução contratual.
O fiscal do contrato atuará de forma preventiva e corretiva, podendo solicitar ao CONTRATADO, a qualquer tempo, esclarecimentos, documentos e informações pertinentes à execução do objeto, sendo vedado ao fiscal autorizar alterações no escopo, nas condições ou nos valores contratados, ato que é de competência exclusiva da autoridade competente mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

O fiscal do contrato não possui poderes para eximir o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, nem para atestar serviços não prestados ou atestar qualidade diversa da efetivamente verificada, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.
Na hipótese de ausência, impedimento ou vacância do servidor designado, a fiscalização será exercida por servidor substituto a ser designado pela autoridade competente mediante portaria específica, sem solução de continuidade na gestão contratual, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
O CONTRATADO deverá manter preposto aceito pela Administração durante todo o período de vigência do presente instrumento, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133, de 2021, para representá-lo na execução do contrato e para receber comunicações, ordens de serviço e quaisquer determinações emanadas do fiscal do contrato.
A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
O presente Termo Aditivo será divulgado pelo CONTRATANTE no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, em cumprimento ao disposto no art. 94, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

São Miguel/RN, 16 de junho de 2026.

Prefeitura Municipal de São Miguel
LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA

PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA.
Empresa Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:41CEC607

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 059/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

Processo Administrativo N° 2463/2026

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI (PREFEITURA MUNICIPAL), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.074.779/0001-61, com sede à Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aqui representado pelo Prefeito Constitucional, o Sr. Eugênio Pacelli Araújo Souto, brasileiro, casado, inscrita no CPF (MF) sob o nº XXX.484.394-XX.

CONTRATADO(S): PEDRA BRUTA ENGENHARIA, SERVICOS E COMERCIO LTDA, Inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 41.964.044/0001-19, situada a Rua Serra de Luiz Gomes, 10, Centro, Serra Caiada/RN CEP:59.245-000. Representada pelo Sr. PEDRO PAULO PESSOA MORENO, Inscrito no CPF (MF) sob o nº XXX.590.404-XX.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia destinados à construção de uma passagem hídrica interligando o Bairro Juremal ao Centro do Município de São Paulo do Potengi/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Unidade Orçamentária: 08 .001 - Sec. Municipal de Infraestrutura e Transporte
Ação: 1042 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros
Função: 15 - URBANISMO
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 1005 - REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA
Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VALOR TOTAL: R$ 730.764,71, (setecentos e trinta mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2027.

São Paulo do Potengi/RN, em 08 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Pela Contratante

PEDRO PAULO PESSOA MORENO
Pela Contratada

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:4C8FABBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 106/2026

PORTARIA N°. 106/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Lindbergh Fernandes de Araújo de São Pedro/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1 CONCEDER à servidora MARIADAAPRESENTACAO GOMES, matrícula nº. 98, a LICENÇA-PRÊMIO, pelo prazo de 3 (três) meses, no período de 09 de setembro de 2026 a 08 de novembro de 2026.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos durante o período do art. 1, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 08 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:95B3E133

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL N° 1257, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Declara Situação de Emergência nas áreas do município de São Tomé/RN, afetadas por desastre natural climatológico por Seca, tipo Seca – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme a Portaria Federal MI nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, e dá outras providências.

O Senhor JOSINALDO AMARO DE LIMA, Prefeito Municipal de São Tomé, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 81 da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que o Município tem vivenciado um regime de índices pluviométricos irregulares nos últimos meses, em decorrência da dinâmica do semiárido brasileiro que apresenta a escassez hídrica de água potável como seu principal problema, sendo a OCP (Operação Carro Pipa) a única alternativa para abastecimento das comunidades rurais, caracterizando-se, assim, como uma demanda emergencial e de irrefutável interesse público;

II – Que além das chuvas não terem sido em volume suficiente para possibilitar a recarga necessária dos poucos reservatórios existentes, a escassez hídrica é agravada pelo fato de não possuirmos reservatórios com capacidade volumétrica suficiente para atender a população da zona rural de nosso município;

III – Que as pessoas que moram na zona rural do Município não têm acesso a água potável para seu consumo humano mediante rede de distribuição da CAERN, nem sistema de tratamento da água existente nos reservatórios da zona rural, o que se caracteriza como abastecimento precário;

IV - Que ao garantir o acesso à água potável segura para a população da zona rural, será proporcionado o mínimo de bem-estar aos munícipes, o que só será possível por meio da continuidade da Operação Carro-Pipa Federal, a qual busca mitigar os efeitos negativos da seca e assegurar o direito básico deste bem de consumo para todos;

V - Que que a Prefeitura de São Tomé busca minimizar o problema da falta de água potável, mediante custos com a Operação Carro-Pipa do município, por meio do Carro-Pipa do PAC e contratos, porém, nossa ação é limitada e não consegue resolver o problema, tornando imprescindível o apoio federal complementar para continuidade da operação nas comunidades rurais de Santa Maria da Quixaba, Riacho de Fora, Quixaba, Sucavão, Serra do Tigre, Fomento, Barrentas, Cachoeirinha, Carrapateira, Baixio da Carrapateira, Gameleira, Gameleira Quilombola, Chaves Belas, Serra do Raimundo, Pintos dos Morais, Pedra do Navio, Boa Vista, Piabas, Ingá de Daltro, Ingá do Pica-Pau, Oiticica, Serrinha, Serra do Lameiro, Carnaúba, Várzea, Riacho Fechado, Riacho Verde, Catolé, Mulungu, Pedra Preta de Baixo, Pedra Preta de Cima, Mundo Novo, São José, Roça, Matinha, Espinheiro, São Paulo, Ilhota, Raposa, Jeriguaçú, São Boa Ventura, Ingá de Santa Luzia, Porteiras, Coronha, Capim-Açu e Angico Torto.

VI – Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico nº 003/2026 da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São Tomé/RN, favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 2º do art. 2º da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município de São Tomé/RN registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como desastre natural climatológico tipo SECA – COBRADE 1.4.1.2.0**,** conforme o anexo V da Portaria Federal nº 260, de 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 180 (cento e oitenta) dias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:2CC60DF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº.141, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Sra. RITA RANGEL DE LIMA FILHA, Secretária Municipal de Tributação, inscrita no CPF sob o nº XXX.312.824-XX, a quantia de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) referente a 02 (duas) diárias integrais para deslocamento a cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 10 e 11 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar do 1º CONGRESSO DE SECRETÁRIOS DE FAZENDA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO. - CTAT/CNM.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:143467CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 142, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Sra. ANA EDILEUZA DANTAS, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, inscrita no CPF sob o nº XXX.278.504-XX, a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente a 01 diária parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 09 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, para participar do SEMINÁRIO INICIAL DAS TRILHAS FORMATIVAS - PRÓ-ALFA, que acontecerá no Praia Mar Hotel.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:4554129E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 143, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ENILSON ARAÚJO DE SOUZA, ocupante do cargo de Suporte Pedagógico, inscrito no CPF sob o nº XXX.358.204-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 03 diárias parciais para deslocamento a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, nos dias 09, 10 e 11 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, para participar do SEMINÁRIO INICIAL DAS TRILHAS FORMATIVAS - PRÓ-ALFA, que acontecerá no Praia Mar Hotel.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:04167911

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA EXECUTIVA Nº 49/2026. DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA SERVIDORA DÉBORA FERNARDA COSTA DE ANDRADE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 81,II, VII E VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a solicitação do Sr. Renam Luiz de Alencar Carvalho, Secretária Municipal de Campo Redondo, por meio do Ofício nº 072/2026, datado em 13 de agosto de 2026, para a cessão da servidora,

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar a cessão da servidora pública municipal DEBORA FERNARDA COSTA DE ANDRADE, matricula 0012220, CPF: XXX.979.954-XX ocupante do cargo de PSICOLOGA CLINICA da Secretaria Municipal de Saúde do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, para prestar serviços junto a Prefeitura Municipal de Campo Redondo, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir do dia 01 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2028, devendo ao término deste período se apresentar ao setor de origem desta Prefeitura podendo a cessão ser renovada se acaso houver interesse do órgão solicitante. .

Parágrafo único - A remuneração da servidora, ora cedido, ficará sob a responsabilidade do Órgão Cessionário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Tomé/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:46A9F41E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 0374/2026/GAB/PREF, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON DINIZ SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JOSENILSON DINIZ SOARES**, Mat. 350, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E**

ABASTECIMENTO deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem a Natal/RN, para comparecer à Secretaria de Agricultura do Estado, com a finalidade de tratar e resolver assuntos e demandas de interesse da Secretaria Municipal de Agricultura, no dia 09 de Setembro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (Duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 08 de Setembro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:CA817BAA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 371/2026-GP, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária(s) a MARIA APARECIDA DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedido 3/4 (três quartos) de diária a servidora **MARIA APARECIDA DE MEDEIROS**, Mat. 871, ocupante da função de Secretária Municipal de Finanças deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de Natal/RN, para tratar de assuntos de interesse do Município de São Vicente RN, no dia 08 de Setembro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 08 de Setembro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:31D4AE68

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 372/2026/GAB/PREF, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diária(s) a GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedido 1 diária integral a servidora **GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA**, Mat. 883, ocupante da função de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de SANTA LUZIA/PB**,** para tratar de assuntos relacionados ao Município**,** no dia 08 de setembro de 2026**,** totalizando o valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 08 de setembro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:ED0C776D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO
PORTARIA N° 011/2026 - SAMAA, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir a Equipe de Planejamento de Contratação referente a CONTRATAÇÃO DE ARTISTA/BANDA MUSICAL, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL AO VIVO, COMO PARTE DA PROGRAMAÇÃO DO ALMOÇO DOS CAVALEIROS, INTEGRANTE DA 25ª CAVALGADA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, A SER REALIZADO ÀS 12H, NO GINÁSIO DA RUA VELHA.

Membro: Joyce Fernandes de Medeiros (Mat. 60424)
Membro: Marcos Antônio Júnior (Mat. 997)

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 08 de Setembro de 2026.

Publique-se

Cumpra-se.

JOSENILSON DINIZ SOARES
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:50D0A0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2026

Dispõe sobre a coordenação interna das ações da Política Municipal de Alfabetização de São Vicente – PMASV, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO a instituição da Política Municipal de Alfabetização de São Vicente – PMASV;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o acompanhamento interno das ações de alfabetização, formação, avaliação e recomposição das aprendizagens;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO a competência municipal para manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

RESOLVE:

Art. 1º Fica organizada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a coordenação interna das ações da Política Municipal de Alfabetização de São Vicente – PMASV.

§ 1º A coordenação interna constitui mecanismo de organização, articulação e acompanhamento das atividades da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A coordenação interna não constitui órgão, unidade administrativa autônoma, conselho, comitê ou estrutura administrativa nova.
§ 3º Esta Portaria não cria cargo, emprego, função, função de confiança, cargo em comissão, gratificação, vantagem remuneratória ou despesa obrigatória.

Art. 2º A coordenação interna será exercida no âmbito das competências já atribuídas à Secretaria Municipal de Educação e pelos servidores regularmente lotados ou em exercício no órgão, observadas as atribuições legais e regulamentares de seus respectivos cargos.

Parágrafo único. A designação de servidor para colaborar com as atividades previstas nesta Portaria não implicará alteração do cargo, investidura em nova função pública, desvio de função ou direito automático a gratificação ou remuneração adicional.

Art. 3º Constituem atividades de coordenação interna da PMASV:

I – apoiar a Secretaria Municipal de Educação no planejamento das ações municipais de alfabetização;
II – acompanhar a execução do plano de implementação da PMASV;
III – articular, internamente, as ações da Secretaria Municipal de Educação com as unidades escolares da rede municipal;
IV – apoiar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
V – acompanhar os resultados de avaliações de aprendizagem e subsidiar sua utilização pedagógica;
VI – apoiar o planejamento de ações de recomposição das aprendizagens;
VII – organizar informações e evidências relacionadas à execução da PMASV;
VIII – apoiar a elaboração de relatórios de acompanhamento;
IX – identificar necessidades de apoio pedagógico e encaminhá-las à autoridade competente; e
X – desempenhar outras atividades correlatas que estejam compreendidas nas competências legais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º A coordenação interna poderá promover a articulação técnica e institucional com órgãos, entidades e instituições que já participem de ações de alfabetização, respeitadas:

I – as competências legais de cada órgão ou entidade;
II – a inexistência de obrigação de participação permanente;
III – a ausência de poder decisório ou normativo atribuído à coordenação interna; e
IV – a necessidade de formalização específica para eventual parceria, cooperação ou compartilhamento de informações.

Parágrafo único. A articulação prevista neste artigo não institui comitê, conselho, colegiado ou instância permanente de participação externa.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação poderá designar, por ato próprio, servidores para apoiar as atividades de coordenação interna, indicando, quando necessário, as respectivas responsabilidades e o período de atuação.

§ 1º A designação deverá recair sobre servidor cujo cargo e atribuições sejam compatíveis com as atividades previstas nesta Portaria.
§ 2º A designação não poderá ser utilizada para atribuir ao servidor tarefas estranhas ao cargo, criar nova posição funcional ou justificar o pagamento de vantagem não prevista em lei.
§ 3º As atividades serão desempenhadas sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores e dentro da jornada e das condições funcionais aplicáveis, salvo disposição legal específica.

Art. 6º A coordenação interna poderá propor à Secretaria Municipal de Educação:

I – ações de formação e apoio pedagógico;
II – ajustes no plano de implementação;
III – medidas de acompanhamento das aprendizagens;
IV – ações de recomposição das aprendizagens;
V – instrumentos de registro e monitoramento; e
VI – providências administrativas necessárias à execução da PMASV, dentro das competências legais do órgão.
Parágrafo único. As propostas previstas neste artigo terão caráter técnico e auxiliar, dependendo de aprovação da autoridade competente quando envolverem decisão administrativa, execução orçamentária ou alteração de procedimentos institucionais.

Art. 7º A coordenação interna elaborará, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, relatório de acompanhamento contendo, conforme aplicável:

I – ações realizadas;
II – unidades escolares envolvidas;
III – atividades de formação e apoio pedagógico;
IV – resultados e informações de monitoramento;
V – dificuldades identificadas; e
VI – propostas de encaminhamento.

Parágrafo único. O relatório terá finalidade administrativa e pedagógica, não substituindo os instrumentos oficiais de prestação de contas, avaliação, planejamento ou controle.

Art. 8º A produção, o armazenamento, o uso e o compartilhamento de informações no âmbito das atividades previstas nesta Portaria

observarão a legislação de transparência pública, gestão documental e proteção de dados pessoais.

§ 1º Os dados individualizados de estudantes deverão ser tratados somente para finalidades legítimas, necessárias e compatíveis com a execução da política educacional.
§ 2º A divulgação de resultados deverá priorizar informações agregadas, sem exposição indevida de dados pessoais ou identificação individual dos estudantes, salvo hipótese legalmente autorizada.

Art. 9º A execução das atividades previstas nesta Portaria observará as dotações orçamentárias existentes, a disponibilidade financeira, os instrumentos de planejamento municipal e a legislação aplicável.

Parágrafo único. Esta Portaria não autoriza a realização de despesa, contratação, concessão de vantagem ou alteração de remuneração sem prévia observância da legislação própria e da disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 10. A coordenação interna não terá autonomia administrativa, financeira ou orçamentária, nem competência para:

I – editar normas gerais de aplicação obrigatória fora da Secretaria Municipal de Educação;
II – deliberar sobre direitos ou obrigações de terceiros;
III – criar cargos, funções, gratificações ou estruturas administrativas;
IV – celebrar contratos, convênios ou parcerias em nome do Município;
V – determinar despesas ou movimentar recursos públicos; ou
VI – substituir as competências legais do Secretário Municipal de Educação ou de outros órgãos da Administração Pública.

Art. 11. A coordenação interna será avaliada periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá alterar, suspender ou revogar as designações e os procedimentos previstos nesta Portaria, observada a legislação aplicável.

Art. 12. A criação futura de órgão colegiado permanente, conselho, comitê ou estrutura equivalente, com composição formal, participação externa obrigatória, competências decisórias, autonomia ou impacto financeiro, dependerá de instrumento jurídico próprio, inclusive lei específica quando exigida pela legislação.

Art. 13. Esta Portaria poderá ser complementada por atos administrativos de execução, desde que não criem órgão, unidade administrativa, cargo, função, gratificação, despesa obrigatória ou atribuição não prevista na legislação.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente/RN, 08 de setembro de 2026.

GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4999A4FD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 90

CONTRATO Nº.....: 287

ORIGEM.....: Dispensa - 29/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: J M A ASSUNCAO ME CNPJ: 04.966.751/0001-18 ENDEREÇO RUA JOAO BEZERRA GALVÃO, 132 , CENTRO, Lagoa Nova/RN CEP:59390000

OBJETO.....: contratação de empresa especializada na prestação de serviços contábeis, financeiros e de apoio ao RH, destinados a atender às demandas da Prefeitura Municipal de São Vicente/RN e de suas unidades gestoras, pelo período de setembro a dezembro de 2026.
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contábeis, financeiros e de apoio ao RH, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de São Vicente/RN e de suas unidades gestoras, no período de setembro a dezembro de 2026.	Mês	04	R$ 6.000,00

VALOR TOTAL.....: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Programa: 04.123.0006.2006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças, Tributação e Controle Interno; Elemento de despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ, Subelemento de despesa: 33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros - PJ. Fonte: 150000000 – Recursos Ordinários Impostos, Lei Orçamentária nº 827/2025, de 21 de novembro de 2025.

VIGÊNCIA.....: O prazo de execução dos serviços será de até 30 de janeiro de 2027, contados da assinatura do instrumento de contrato.

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros

PELA CONTRATADA: João Maria Alves de Assunção

FISCAL DO CONTRATO: Maria Simara Soares de Santana

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B77A7FD6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N° 373/2026/GAB/PREF, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Concede diária(s) a GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedido ¾ de diária integral a servidora **GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA**, Mat. 883, ocupante da função de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN**,** para tratar de assuntos relacionados ao Município**,** no dia 09 de setembro de 2026**,** totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 08 de setembro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6CD5EB5A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

Em conformidade com Parecer da Assessoria Jurídica, o qual opinou pela inexigibilidade de licitação, o ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as determinações do art. 74, *III*, da Lei Federal nº 14.133/21, é considerado que consta no processo administrativo em que trata a respeito da Contratação da **R SUASSUNA CARNEIRO**, CNPJ **23.930.298/0001-34,** com um valor estimado de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), cujo objetivo: Prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, de Assessoria e Consultoria, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Senador Elói de Souza/RN.

Senador Elói de Souza/RN, 08 de setembro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:26FB46C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 157/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder **02 (duas) meias diárias** à servidora **JULIANA RODRIGUES DE SALES**, CPF nº 055.802.334-XX, Coordenadora Pedagogica Fundamental II, no Edição do Pró-Alfa RN - Seminário de abertura + Encontro Formativo do 1° Módulo que será realizada nos dias 09 à 11 de Setembro de 2026, a partir das 12:30, no Praia Mar Natal Hotel & Convention - Ponta Negra.
O valor da meia diária será de **R$ 200,00 (duzentos reais) totalizandoR$ 400,00 (quatrocentos reais).**

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:2CE9C0A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **01 (uma) meia diária** à servidora **ROSANGELA CARMELITA PESSOA MORENO**, CPF nº 664.862.034-XX, Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, para participação no evento **Programa Líder Litoral Sul Potiguar**, promovido pelo SEBRAE, que ocorrerá nos dias **08 e 09 de setembro de 2026**, no Município de Pedro Velho/RN.
O valor da meia diária será de **R$ 200,00 (duzentos reais)**.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:00B27B7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº156/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **01 (uma) meia diária** à servidora **JOMARA DA SILVA REGIS**, CPF nº 093.486.124-XX, Coordenadora de Turismo, para participação no evento **Programa Líder Litoral Sul Potiguar**, promovido pelo SEBRAE, que ocorrerá nos dias **08 e 09 de setembro de 2026**, no Município de Pedro Velho/RN.
O valor da meia diária será de **R$ 200,00 (duzentos reais)**.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:ACF69FB3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerada da função de Gestora de Contratos e Convênios da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação a Sra. **MARINA CAROLINE SENA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF nº 017.259.194-XX.
Art. 2º Fica nomeada a Sra. **CECILIA EDUARDA LIMA DA SILVA**, inscrita no CPF nº 704.606.624-XX, para exercer a função de Gestora de Contratos e Convênios da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação, conforme a Lei nº 161/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:5A4044E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 159/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Senhora **BRUNA SALES BARBOSA**, inscrita no CPF nº **083.440.214-XX**, do cargo de Assessora Técnica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 08 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:D9999947

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO Nº 03 - PROCESSO SELETIVO 01.2026
SERRA DO MEL/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONVOCAÇÃO Nº 03 - PROCESSO SELETIVO 01.2026 SERRA DO MEL/RN

1. A prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, através da sua Secretária Municipal de Administração no uso de suas atribuições vem convocar os candidatos, abaixo descrito, para tomar posse do cargo temporário, conforme necessidade da Secretaria Municipal do Educação, advertindo que:
a) O classificado que for convocado deverá comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, para entrega dos documentos necessários para a formulação de contratos. O não comparecimento até a data citada, entende-se na desistência do mesmo.
b) Entregar os documentos abaixo descritos de 09 de Setembro a 10 de setembro de 2026, das8hà13h,na sede da Prefeitura, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – Setor Pessoal.

2. O candidato por ocasião da contratação deverá entregar cópia da seguinte documentação:
a) Certidão negativa da Justiça Eleitoral;
b) Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos;
c) Gozar de boa saúde física e mental, comprovada por médico clinico geral.
d) Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na instituição que o expediu;
e) Título de eleitor e comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais;
f) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
g) Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF);
h) Certidão de nascimento e/ou casamento;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 14(quatorze) anos;
j) Carteira de Identidade;
k) Cartão do PIS ou PASEP;
l) Cópia da carteira de trabalho (página da foto e página da qualificação civil)
m) Declaração de dependentes para imposto de renda.
n) Comprovante de residência
o) Conta bancária

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

	NOME	DATA DE NASC.	NOTA
4.	FRANCISCO WEDSON DA SILVA COSTA	12/10/1993	55
5.	GRAZIELA DA SILVA LIMA	30/12/1985	50

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

	NOME	DATA DE NASC.	NOTA
3.	MAGNÓLIA ERIVANIA MOURA JACINTO	04/08/1994	50

SERRA DO MEL/RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:7E670F3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 222, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 222, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias civis para a servidora HELOÍSA CARLA OLIVEIRA DA ROCHA BEZERRA, matrícula N° 7563-3, CPF:358.650.718-66, que exerce a função de Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação, que irá participar do 2° Edição do Pró-Alfa RN, 09 a 11 de setembro de 2026 no Praiamar Hotel & Convention – Ponta Negra – Natal/RN.
A participação no Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização no Estado do Rio Grande do Norte. O encontro proporcionará alinhamento de estratégias, atualização de diretrizes e troca de experiências entre gestores educacionais e instituições parceiras, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino.
Além disso, a participação permitirá o acesso a orientações técnicas e metodológicas que poderão subsidiar a implementação de práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e ao fortalecimento do processo de alfabetização dos estudantes, refletindo positivamente na qualidade da educação ofertada pelo município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:2D9687B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 223, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 223, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias civis para a servidora VALTERLEIA MARIA DA SILVA, matrícula N° 152, portadora do CPF: 851.756.684-04, que irá acompanhar a Secretária Adjunta no 2° Edição do Pró-Alfa RN, 09 a 11 de setembro de 2026 no Praiamar Hotel & Convention – Ponta Negra – Natal/RN.
A participação no Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização no Estado do Rio Grande do Norte. O encontro proporcionará alinhamento de estratégias, atualização de diretrizes e troca de experiências entre gestores educacionais e instituições parceiras, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino.
Além disso, a participação permitirá o acesso a orientações técnicas e metodológicas que poderão subsidiar a implementação de práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e ao fortalecimento do processo de alfabetização dos estudantes, refletindo positivamente na qualidade da educação ofertada pelo município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:28AC29FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 224, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 224, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias civis para a servidora ROSICLEIA SOUZA COSTA, matrícula N° 610, portadora do CPF: 053.339.654-98, que irá acompanhar á Secretária Adjunta no 2° Edição do Pró-Alfa RN, 09 a 11 de setembro de 2026 no Praiamar Hotel & Convention – Ponta Negra – Natal/RN.
A participação no Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização no Estado do Rio Grande do Norte. O encontro proporcionará alinhamento de estratégias, atualização de diretrizes e troca de experiências entre gestores educacionais e instituições parceiras, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino.
Além disso, a participação permitirá o acesso a orientações técnicas e metodológicas que poderão subsidiar a implementação de práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e ao fortalecimento do processo de alfabetização dos estudantes, refletindo positivamente na qualidade da educação ofertada pelo município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:A741198D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 225, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 225, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias civis para a servidora FRANCISCA KARINA FERNANDES OLIVEIRA, matrícula N° 442, portadora do CPF: 062.779.404-14, que irá acompanhar á Secretária Adjunta no 2° Edição do Pró-Alfa RN, de 09 a 11 de setembro de 2026 no Praiamar Hotel & Convention – Ponta Negra – Natal/RN.
A participação no Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização no Estado do Rio Grande do Norte. O encontro proporcionará alinhamento de estratégias, atualização de diretrizes e troca de experiências entre gestores educacionais e instituições parceiras, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino.
Além disso, a participação permitirá o acesso a orientações técnicas e metodológicas que poderão subsidiar a implementação de práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e ao fortalecimento do processo de alfabetização dos estudantes, refletindo positivamente na qualidade da educação ofertada pelo município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:B769302D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 226, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 226, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 5 (cinco) diárias civis para a servidora NAIRE LIGIA DA SILVA MACHADO, matrícula N° 000443-1, CPF: 008.421.554-22, que irá acompanhar a aluna SARA VITORIA TEIXEIRA ALVES que participará JEBs/2026 na modalidade ATLETISMO do dia 17 ao dia 22 de setembro de 2026, em Brasília/DF.

A concessão de diárias aos servidores designados para acompanhar a estudante participante dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBS), na modalidade Atletismo, justifica-se em razão da necessidade de prestar assistência, orientação e supervisão durante o deslocamento, permanência e participação dos alunos no evento esportivo, garantindo a segurança, o bem-estar e o cumprimento da programação oficial da competição.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:521CA866

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 227, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 227, de 08 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 5 (cinco) diárias civis para o servidor JOÃO LEANDRO DE MELO ARAÚJO, matrícula N° 007747-7, CPF: 098.136.824-77, que irá acompanhar a aluna SARA VITORIA TEIXEIRA ALVES que participará JEBs/2026 na modalidade ATLETISMO do dia 17 ao dia 22 de setembro de 2026, em Brasília/DF.

A concessão de diárias aos servidores designados para acompanhar a estudante participante dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBS), na modalidade Atletismo, justifica-se em razão da necessidade de prestar assistência, orientação e supervisão durante o deslocamento, permanência e participação dos alunos no evento esportivo, garantindo a segurança, o bem-estar e o cumprimento da programação oficial da competição.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:49C0C1AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1271

Processo Administrativo nº Dispensa 1271/2026

Dispensa nº 1271/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio destinado a contratação de equipe médica para realização de procedimento cirúrgico de Colecistectomia videolaparoscopica, em caráter de urgência, para a paciente Magna Mara Neves Silva, 46 anos de idade, nascida em 19 de janeiro de 1980.

AUTORIZO a Dispensa nº 1271/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **CLÍNICA DOS CIRURGIÕES DE MOSSORO S S LTDA-, inscrita no CNPJ 14.353.431/0001-46 no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:10EE82D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1281

Processo Administrativo nº Dispensa 1281/2026

Dispensa nº 1281/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio destinado a aquisição de sonda gastronômica (NIG-KEY 18Fr- 1,5cm, em caráter de urgência, para a paciente Alana Raquel Freitas Mendes, 10 anos de idade, nascida em 21 de outubro de 2015.

AUTORIZO a Dispensa nº 1281/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **VIA HOSPITALAR DIST. DE MAT. HOSPITALARES E ORTOPE-, inscrita no CNPJ 10.935.655/0001-05 no valor de R$ 1.150,00 (Um mil cento e cinquenta reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:B8BEA19A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1284

Processo Administrativo nº Dispensa 1284/2026

Dispensa nº 1284/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio destinado a contratação de diária hospitalar para realização de procedimento cirúrgico de Colecistectomia videolaparoscópica, em caráter de urgência, para a paciente Magna Mara Neves Silva, 46 anos de idade, nascida em 19 de janeiro de 1980.

AUTORIZO a Dispensa nº 1284/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **HOSPITAL WILSON ROSADO LTDA-, inscrita no CNPJ 35.650.324/0001-50 no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:7CCA72A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1294

Processo Administrativo nº Dispensa 1294/2026

Dispensa nº 1294/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio destinado a contratação de sedação para realização de exame de ressonância magnética de sela túrcica, em caráter de urgência, para o paciente Isadora Emanuelly Dias Lopes, 02 anos de idade, nascida em 06 de outubro 2023.

AUTORIZO a Dispensa nº 1294/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA DE MOSSORO-, inscrita no CNPJ 07.275.740/0001-80 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 08 de setembro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:88E4E0E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO
CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2026- FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009

O Agente de Contratação do Município de Serra Negra do Norte/RN vem a público comunicar que no dia **09 de SETEMBRO de 2026,**no site do Portal Nacional de Contratações Públicas:**https://www.gov.br/pncp/pt-br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN** a sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 30 de SETEMBRO de 2026, às 08:30 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelos Fones: 84-3426-2261 e pelo e-mail: licitacoes@serranegra.rn.gov.br.

Serra Negra do Norte/RN, 08 de SETEMBRO de 2026

YAN SOUZA LOPES
Agente de Contratação
Portaria 056/2025

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:B258C4B3

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 788, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais para o expediente do dia 14 de setembro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude da realização da 291ª edição da Festa de Nossa Senhora do Ó, fica decretado ponto facultativo do expediente administrativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município no dia 14 de setembro de 2026.

Parágrafo único. Excetuam-se da suspensão prevista no *caput* as atividades que são consideradas essenciais à população, que atenderão em regime de plantão.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 8 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:EB8766B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Serrinha/RN, através do setor de pesquisa mercadológica, avisa a todos os interessados que no período de 09/09/2026 à 11/09/2026 estará recebendo proposta de preços para manutenção dos equipamentos/materiais permanentes da Secretaria Municipal de Saúde. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico, deve ser solicitado pelo e-mail: setordepesquisas.pmser@gmail.com . As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo, exclusivamente para o mesmo e-mail.

Serrinha/RN, 08 de setembro de 2026.

JOEL PEREIRA DA SILVA
Setor de Pesquisa de Preços

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:A4794BF9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 035/2026

DECRETO Nº 035/2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação e rendimentos de aplicação financeira, em conformidade com a Lei Municipal nº 807/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, JACINTO LOPES DE CARVALHO, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 43 e Art. 57 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 807/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício financeiro e orçamentário, no orçamento do Município de Severiano Melo/RN, um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor total de R$ 318.928,51 (trezentos e dezoito mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), destinado ao reforço de dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual vigente para 2026, com a seguinte classificação orçamentária:

Classificação Especificação
Unidade Gestora 3 – Fundo Municipal de Saúde
Órgão Orçamentário 3000 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde Severiano Melo
Função 10 – Saúde
Subfunção 301 – Atenção Básica
Programa 17 – Atenção Inicial à Saúde
Ação 1.42 – Compra Ambulância Tipo A Furgão Emenda
Despesa 1008 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso 16003130 – Recursos FNS Emenda de Comissão
Valor R$ 318.928,51
Total de despesas acrescidas: R$ 318.928,51

Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos financeiros oriundos de excesso de arrecadação de recursos de repasse referente à Proposta nº 14231159000126001, na forma autorizada pela Lei Municipal nº 807/2026.

Art. 3º. O valor do crédito aberto neste Decreto será superior ao montante autorizado pela Lei Municipal nº 807/2026, que fixou a quantia de R$ 312.730,00 (trezentos e doze mil, setecentos e trinta reais), em razão do acréscimo de R$ 6.198,51 (seis mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos) correspondente aos rendimentos de aplicação financeira da conta bancária vinculada, os quais serão incorporados à dotação orçamentária destinada à aquisição da ambulância, nos termos do Art. 3º da referida Lei.

Art. 4º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual do ano de 2026, bem como os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2026 e na Lei Municipal que dispõe sobre o Plano Plurianual do quadriênio 2026-2029, promovendo as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 08 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Observação: o valor de R$ 6.198,51 (diferença entre R$ 318.928,51 e R$ 312.730,00) foi lançado como rendimentos de aplicação financeira, conforme solicitado para constar no Art. 3º. Se o valor dos rendimentos for diferente, basta ajustar o número e o valor por extenso.

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:414D23C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 036/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 36, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 808/2026, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), destinado ao reforço de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no inciso I do art. 41, no art. 42 e no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal nº 808/2026, de 04 de setembro de 2026, que aprovou a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais);
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 808/2026, de 04 de setembro de 2026, destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

I - Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo;
Órgão Orçamentário: 2000 - Poder Executivo;
Unidade Orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura;
Função: 13 - Cultura;
Subfunção: 392 - Difusão Cultural;
Programa: 9 - Circuito Cultural Municipal;
Ação: 2.30 - Promoção e Apoio a Festividades Culturais e Tradicionais;
Despesa: 592 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados;
Valor: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, na forma do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

I - Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo;
Órgão Orçamentário: 2000 - Poder Executivo;
Unidade Orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura;
Função: 13 - Cultura;
Subfunção: 392 - Difusão Cultural;
Programa: 9 - Circuito Cultural Municipal;
Ação: 2.30 - Promoção e Apoio a Festividades Culturais e Tradicionais;
Despesa: 593 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 1749 - Outras vinculações de transferências;
Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

II - Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo;
Órgão Orçamentário: 2000 - Poder Executivo;

Unidade Orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura;
Função: 12 - Educação;
Subfunção: 368 - Educação Básica;
Programa: 3 - Impulsionando a Educação Básica;
Ação: 1.16 - Construção de Escola Municipal de Ensino Infantil e/ou Básico;
Despesa: 927 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações;
Fonte de Recurso: 1569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE;
Valor: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, em 08 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:FF776C6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 037/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 37, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial, autorizado pela Lei Municipal nº 806/2026, no valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no inciso II do art. 41, no art. 42, no art. 43, § 1º, inciso I, e no art. 57 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal nº 806/2026, de 04 de setembro de 2026, que autorizou a abertura de Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais);

CONSIDERANDO a existência de excesso de arrecadação decorrente de recursos de repasse Autor/Emenda STYVENSON VALENTIM (Emenda 5), identificados pela Nota de Empenho nº 2025NE004569;

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional especial, na forma do inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 806/2026, de 04 de setembro de 2026, destinado à criação da seguinte dotação orçamentária:

I - Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo;
Órgão Orçamentário: 2000 - Poder Executivo;
Unidade Orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura;
Função: 15 - Urbanismo;
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana;
Programa: 15 - Infraestrutura em Ordem;
Ação: 1.41 - INSUMOS ASFALTICOS (Autor/Emenda STYVENSON VALENTIM - EMPENHO 2025NE004569);
Despesa: 1007 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;
Fonte de Recurso: 17063110 - Transferência Especial da União (Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais);
Valor: R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação de recursos de repasse Autor/Emenda STYVENSON VALENTIM (Emenda 5), identificados pela Nota de Empenho nº 2025NE004569, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às alterações na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, bem como os ajustes necessários no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 e na Lei Municipal que dispõe sobre o Plano Plurianual do quadriênio 2026-2029, promovendo as emendas pertinentes nas respectivas peças orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, em 08 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:9D0FFD8A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 218/2026-GGP/PMSN DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 218/2026-GGP/PMSN DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de licença prêmio a servidora efetiva do Município de Sítio Novo/RN, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,** no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Capítulo IV, Artigo 106, da Lei n° 224/96, que rege o Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º – **CONCEDER** a Servidora **IRIS CATIANI DE LIRA**, Matrícula nº 267, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.***.984-13, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, **Licença Prêmio** pelo período de 03 (três) meses à contar de 10 de setembro de 2026 à 08 de dezembro de 2026, conforme Capítulo IV, Artigo 106, da Lei n° 224/96, que rege sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sítio Novo/RN.

Artigo 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita de Sítio Novo/RN, em 08 de setembro de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:2FABC2DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 05/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 05/2026

O Município de Taipu/RN torna público o resultado da licitação acima epigrafada – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN, saiu vencedor(a): DR J LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 17.382.733/0001-30, saiu vencedor(a) no(s) Item(ns): 1. Fica assim a licitação supracitada adjudicada e homologada.

Taipu/RN, 04/09/2026

ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:3C3622A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 05/2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 05/2026

O Município de Taipu/RN torna público o resultado da licitação acima epigrafada – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN, saiu vencedor(a): DR J LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 17.382.733/0001-30, saiu vencedor(a) no(s) Item(ns): 1.

Taipu/RN, 04/09/2026

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:1F8E7B54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

Ref. Processo Administrativo PMT/RN nº717001/2026

A Prefeitura Municipal de Tangará/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Augusto César Emmanuel Pinheiro e Alves, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2026 com início no dia 28 de julho de 2026 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E OFTALMOLÓGICOS ESPECIALIZADOS EM GLAUCOMA, INCLUINDO CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS, ACOMPANHAMENTO, TRATAMENTO CLÍNICO E, QUANDO APLICÁVEL, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS, VISANDO AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).em favor da empresa relacionada a seguir: **CENTRO DE SAUDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA**- CNPJ: 35.652.783/0001-72, saiu vencedora no lote: LOTE 01; totalizando o valor de **R$ 892.584,40 (oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)**. As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Miguel Barbosa, S/N, Centro – Tangará/RN – CEP 59.240-000, em horário de expediente.

Tangará/ RN, 02 de setembro de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:331506C7

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

Ref. Processo Administrativo PMT/RN nº 730002/2026

A Prefeitura Municipal de Tangará/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Augusto César Emmanuel Pinheiro e Alves, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2026 com início no dia 13 de agosto de 2026 que tem por objeto Contratação especializada para o fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e serviços correlatos (como alinhamento, balanceamento e cambagem) destinados à manutenção da frota municipal de Tangará/RN, composta por veículos leves, pesados e máquinas agrícolas.. em favor das empresas relacionadas a seguir: **PNEUS SHOP LTDA**- CNPJ: 09.524.685/0001-40, saiu vencedor nos lotes: LOTE 01, LOTE 02, LOTE 03, LOTE 06; totalizando o valor de **R$ 623.900,00 (seiscentos e vinte e três mil, novecentos reais)**. **ELETRO PECAS LTDA**- CNPJ: 08.286.262/0001-76, saiu vencedor no lote: LOTE 04; totalizando o valor de **R$ 52.757,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais)**. **PAULO R PEREIRA**- CNPJ: 18.131.838/0001-80, saiu vencedor no lote: LOTE 05; totalizando o valor de **R$ 41.520,00 (quarenta e um mil, quinhentos e vinte reais)**. As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Miguel Barbosa, S/N, Centro – Tangará/RN – CEP 59.240-000, em horário de expediente.

Tangará/ RN, 02 de setembro de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:E4FB9E64

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN 6º RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

OBJETO: credenciamento de artistas para possíveis e futuras contratações, com vistas a realizarem apresentações públicas, de maneira presencial, durante os eventos e projetos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN. Fica CREDENCIADO nos termos do instrumento convocatório: 1 - JOSE ROBERTO SILVA DE ARAUJO – BRANCO SHOW (CPF:

071.409.774-88), 2 - LENIZE JEANE DE MACEDO NUNES – FORRO RELA BUCHO (CNPJ: 50.201.700/0001-12); 3 – BANDA SISTEMA LTDA (CNPJ: 38.051.708/0001-44); 4 – ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA – ALEX PEREIRA E FORRO DE VERDADE (CNPJ: 33.773.498/0001-84); 5 - RENILSON MEDEIROS DE ARAÚJO RM PRODUÇÕES – KASSINHO DIFERENTE (CNPJ: 64.315.267/0001-50); 6 – PAULO PEREIRA DA SILVA JUNIOR – PAULINHO, PARCELIO E BANDA (CNPJ: 52.679.492/0001-97); 7 - RAÍ DANTAS DE MEDEIROS (48.044.483/0001-52); 8 - FABRIZYO LEE ZANDRO PEREIRA DE MORAIS SILVA – BANDA THE CLASSICOS (CNPJ: 56.299.5446/0001-40); 9 – BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA (CPF: 127.570.834-06); 10 – RAFAEL HELYABE SOARES SILVA – MINISTERIO ADORAI AO REI JESUS (CPF: 127.882.934-29) como pode ser verificado no link: https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/SessaoPublica/?ttCD_CHAVE=463382. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Av. Francisco Amaral, 103 - Centro – Tenente Laurentino Cruz/RN. E-mail: licitacao@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br .

Tenente Laurentino Cruz - RN, 08 de Setembro de 2026

THOMAZ GUSTAVO CORTEZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:26E500A2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 55/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02002.000078/2025

PREGÃO ELETRONICO 19/2025**.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 - **CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CONTRATADO: EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA – (55.738.556/0001-71) – Rua Valdir Targino,3565, Candelária Natal/RN.

OBJETO: Com base no Ofício 117-2025 - Adesão Passagens Aéreas - Prefeitura, a justificativa para iniciar o processo de adesão à Ata de Registro de Preços para serviços de agência de viagens (Pregão Eletrônico nº 019/2025, da Prefeitura de Boa Saúde/RN, com a empresa EVA TOUR) se fundamenta em múltiplos pilares de vantajosidade e necessidade para o Município de Tenente Laurentino Cruz.

Dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.011	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
AÇÃO:	2107	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.002	GABINETE DO PREFEITO
AÇÃO:	2004	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.004	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO:	2011	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.005	SECRETARIA AGROP/MEIO AMB. ABAST. R. HIDRICOS
AÇÃO:	2024	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	20	AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0110	Promoção e Prevenção a Saúde Animal
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.006	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO:	2048	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	12	EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.009	SECRETARIA DE OBRAS, HABITACAO E SERV. URBANOS
AÇÃO:	2090	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.010	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AÇÃO:	2095	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	27	DESPORTO E LAZER
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0126	Promoção e Apoio a Atividades Esportivas
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	03.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO:	2118	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB-FUNÇÃO:	301	ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	2075	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	1073	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA:	0121	Atendimento a Criança e ao Adolescente
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 12 meses nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 07 de setembro de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA -
Prefeito

EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA -
Socio Administrador

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:9CF095D7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 42/2024

DISPENSA ELERONICA 10/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 **- CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CONTRATADO: ASSESI BRASIL LTDA inscrito sob o **CNPJ: 14.769.245/0001-92** com sede na RUA INGLATERRA , 243 Q013, ITAPERI, FORTALEZA /CE, CEP: 60714-150

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN, INCLUSOS A HOSPEDAGEM E O GERENCIAMENTO DE E-MAILS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.004 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO: 2011 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos.

VIGÊNCIA: Fica Prorrogado por mais 12 (DOSE) meses**,** nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 04 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

ARMANDO AMARO FROGOSO DA SILVA -
Socio Administrador

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:3C6D4F6F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 098/2026-GP, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre o desligamento de servidor(a) público(a) municipal em virtude de aposentadoria e dá outras providências".

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE*:*

CONSIDERANDO a Carta de Concessão de Aposentadoria por tempo de serviço da servidora: Francisca Josineide de Araujo Oliveira, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sob o benefício nº 236.272.199-4, concedido em 13/08/2026.

CONSIDERANDO processo administrativo nº 02004.000413/2026, protocolado em 31 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desligado do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN a servidora, Francisca Josineide de Araujo Oliveira, Matrícula nº 189/1, ocupante do cargo de **Professora**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC**, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º Fica ainda declarada à vacância do referido cargo público, nos termos do art. 55, V, da Lei Municipal nº 011/1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 08 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:E57DBB48

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO 18/2026
PROCESSO ADMINISTRTIVIO N° 02009.000093/2026
OBJETO: Abertura de processo licitatório modalidade registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial e de infraestrutura urbana, incluindo limpeza manual de vegetação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.382/0001-77, através da Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos torna público que, CONVOCA o representante legal da empresa; **CACTUS CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ; 32.755.989/0001-30)** Classificada no certame, que, compareça junto a este Órgão OU assinem por meio de assinatura eletrônica a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.
Cumpre alertar que a falta de devolução dos documentos acima referidos no prazo indicado configura quebra de obrigação legal, ensejando a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.
Tenente Laurentino Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

FRANCIEL RAYEDSON GARCIA DE MACEDO
Gestor de Contratos
Sec. Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:44AB1049

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

DISPENSA ELETRONICA 006/2026
PROCESSO ADMINISTRTIVIO N° 02005.000162/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL "MAIS LEITE"

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.382/0001-77, através da Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos torna público que, CONVOCA o representante legais das empresas; **NORDESTE SEMEN LTDA (CNPJ; 35.353.432/0001-60), ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES (CNPJ; 50.381.955/0001-04) E P.F MEOTTI LICITACOES LTDA(CNPJ; 34.133.591/0001-97)** Classificadas no certame, que, compareça junto a este Órgão OU assinem por meio de assinatura eletrônica a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.
Cumpre alertar que a falta de devolução dos documentos acima referidos no prazo indicado configura quebra de obrigação legal, ensejando a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

FRANCIEL RAYEDSON GARCIA DE MACEDO
Gestor de Contratos
Sec. Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:1E028041

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLIA – ORÇAMENTO ANUAL - 2027

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLIA – ORÇAMENTO ANUAL - 2027

Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso III, da Constituição Federal e art. 48, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e dá outras providências.

LIDIANE MARQUES DA COSTA, Prefeita Municipal de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO a determinação contida no art. 48, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

CONSIDERANDO a determinação de incentivar à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica marcada para o dia 28 de setembro de 2026, Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei dispondo sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – 2027.

§ 1º - A audiência pública que trata o caput deste artigo será realizada às 10:00h, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Tibau, situado a Rua a Lagosta nº 68, Centro, Tibau/RN.

§ 2º - Ficam convidados todas as autoridades e demais munícipes, para participarem e dar ciência ao cumprimento das determinações contidas no art. 48, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 08 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5C9B6A77

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLIA – 2º QUADRIMESTRE DE 2026

EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLIA – 2º QUADRIMESTRE DE 2026

Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública, para dar cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO que esta municipalidade deverá cumprir o que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

1. Data, horário e local

A audiência Pública será realizada:

Data: 28 de setembro de 2026

Horário: 09h00

Local: Auditório da Câmara Municipal de Tibau, Rua da Lagosta nº 68, Centro, Tibau/RN.

2. Finalidade

A audiência tem por objetivo:

Demonstrar e avaliar o cumprimento das **metas fiscais** relativas ao **2º quadrimestre de 2026**, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Garantir a **transparência**, o **controle social** e a **participação popular** na gestão fiscal do Município.

3. Participação

A participação é **aberta ao público**, sendo facultado aos presentes apresentar questionamentos, sugestões e manifestações pertinentes ao tema, observadas as normas regimentais e a organização dos trabalhos.

4. Publicação

Este edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte e demais meios de comunicação institucionais do Munícipio.

Tibau/RN, em 08 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:1533EA98

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0304/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0304/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **NATAN DE OLIVEIRA DUARTE,** função: **APC,** matrícula n°**.: 246.003-3,** CPF n°**.: 016.622.084-13**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s) extras, referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 04, 05, e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:720F04B0

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0305/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0305/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **ÉRICA PATRÍCIA MONTEIRO LIMA,** função: **APC,** matrícula n°**.: 255.162-4** e CPF n°**.: 631.256.173-91**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s) extras, referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 04, 05, e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5C966F92

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0306/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0306/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **ÍCARO PEDRO DOS SANTOS,** função: **APC,** matrícula n°**.: 255.184-5** e CPF n°**.: 109.029.384-44**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s) extras,

referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 04, e 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:98A88323

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0307/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0307/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:
Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **RAFAEL VITOR ARAUJO DE QUEIROZ,** função: **APC,** matrícula n°**.: 255.118-7** e CPF n°**.: 113.739.444-71**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s) extras, referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:DF10C431

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 302/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 302/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **TÚLIO SÁVIO PEREIRA,** função: **DPC,** matrícula n°**.: 248.200-2** e CPF n°**.: 109.084.846-31**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s) extras, referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 04, 05, e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5CF6D90E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 303/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 303/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO

E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **EVELYN CRISTINE DA COSTA ROZENDO,** função: **EPC,** matrícula n°.**: 249.420-5** e CPF n°.**: 096.940.744-01**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s) extras, referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, durante o **V Festival Gastronômico e Cultural de Tibau**, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°025 44a DP TIBAU/PCRN, no(s) dia(s): 04, 05, e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 08 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:A519F286

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 300/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 300/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***JANAYNA K. SILVA MEDEIROS*** ocupante do Cargo de ***CONSELHEIRO TUTELAR*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal Do Gabinete Da Prefeita** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Referentes A Adolescente A.C.L. Da S. 13 Anos E Sua Filha Recém Nascida E Sua Genitora,** no período de: **10/09/2026 à 10/09/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	400,00	400,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 04 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:88BC7489

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 301/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 301/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***ARMANDO ERMINIO NETO*** ocupante do Cargo de ***CONSELHEIRO TUTELAR*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal Do Gabinete Da Prefeita** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Referentes A Adolescente A.C.L. Da S. 13 Anos E Sua Filha Recém Nascida E Sua Genitora,** no período de: **10/09/2026 à 10/09/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	400,00	400,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 04 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9BDCB997

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO-TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 037/2026

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Cultura
CONTRATADA: JONATHAS RODRIGO TEIXEIRA SILVA 08714293498, CNPJ SE NUMERO: 25.206.891/0001-68
OBJETO: PATROCÍNIO FESTIVAL PIPA SONORA QUE ACONTECERÁ DE 25 À 27 DE SETEMBRO DE 2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, CAPUT, DA LEI Nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

NATALIA KELLER MAGALHÃES GOMES
Secretária Municipal De Cultura

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:20054DE3

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA 09462265470 - CNPJ: 30.647.007/0001-60
OBJETO: Contratação dos serviços de apresentação artística e musical do cantor Padre José Carlos Arcelino, a ser realizado durante os festejos do Padroeiro de Nossa Senhora das Dores.
VIGÊNCIA: Início: 08/09/2026 - Término: 11/09/2027
Valor: R$ 15.000,00, (quinze mil reais).

Tibau do Sul/RN, 08 de setembro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/Contratante

GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA
Representante Legal - P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:027E3512

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 35/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Aquisição de materiais de limpeza, higiene, saneantes, lavanderia, descartáveis, utensílios e equipamentos de limpeza, produtos de higiene e cuidados infantis, materiais para copa e cozinha, acondicionamento e gerenciamento de resíduos, bem como outros materiais de apoio e uso institucional, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e demais unidades administrativas do Município de Touros/RN. Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do emai licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:896DBA46

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024

Processo: 1.400/2023. **Pregão Eletrônico:** 02/2024. **Contratante:** MUNICÍPIO DE TOUROS/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001-02, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ, sob o nº 18.325.678/0001-00 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOUROS, CNPJ: 14.779.349/0001-88. **Contratado:** TM SOLUCOES INTEGRADAS LTDA; CNPJ: 21.592.515/0001-06. **Objeto:** Terceiro Termo aditivo de prazo - Contratação de empresa especializada para realização de serviço de conserto de carteiras universitárias, camas hospitalares, armários e demais móveis pertencentes as diversas Secretarias, do hospital escolas e creches e dos diversos órgãos públicos pertencentes a administração do Município de Touros/RN. **Data de Assinatura:** 04/09/2026. **Vigência:** 08/09/2026 até 08/09/2027. **Fundamentação Legal:** Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: Pedro Ferreira de Farias Filho – Prefeito, Elisa Emanoely Bezerra Alves, Gestora do Fundo Municipal de Saúde e a Gestora do Fundo Municipal de assistência Social de Touros, Fernanda Barros Rocha. Contratada: Bruno Taffarel Fernandes Maia; CPF n° 071.xxx.604-81.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:4D7C55D1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 644, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, FRANCISCA DAS CHAGAS GERALDO GOMES ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2024 à 09/09/2025, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:EDB56140

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 645, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, FERNANDA FERREIRA DOS ANJOS ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B41967E3

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 646, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, EVANIA DE MOURA GOMES ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:93A05DBB

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 647, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ESTER GOMES DO NASCIMENTO BEZERRA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:608CF9A5

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 648, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ELIADE MIGUEL TAVARES ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 30/08/2025 à 29/08/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:451140D9

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 649, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ANDREIA ROCHA DE MOURA ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/02/2024 à 09/02/2025, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:F70A0D79

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 650, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, INGLECIA PINHEIRO DOS SANTOS ocupante do cargo de Telefonista/Recepcionista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 28/07/2024 à 27/07/2025, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:1BF5C699

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 651, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao servidor, ERIBALDO GUEDES DE MOURA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a

Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:A789ED7A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 652, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao servidor, EMANUEL DE SOUSA JÚNIOR ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:8304A6B0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 653, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ELIZANGELA GOMES DA SILVA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:4D3134D0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 654, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ELIANE NILO DA SILVA FRANÇA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:622E8F27

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 655, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, ELAINE CRISTINA CARVALHO DA SILVA NASCIMENTO ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B02BBA85

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 656, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, EDNEIDE PENHA DE MOURA SILVA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B6CC3306

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 20 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
Exercício: 2026
01612376/0001-10

DECRETO Nº 20 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$171.645,55 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)	**171.645,55**
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
929 15.451.0058.1018.0000 URBANISMO	41.881,32
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 1 706 3110
706 Transferência Especial da União	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
930 15.451.0058.1018.0000 URBANISMO	129.764,23
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 2 706 3110
706 Transferência Especial da União	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:	41.881,32
Fontes de Recurso	
706 3110	41.881,32
Superávit Financeiro:	129.764,23
Fontes de Recurso	
706 3110	129.764,23

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 01 de JUNHO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:1AEED530

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 0461, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA N.º 0461, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020 e tendo em vista a solicitação de diária da Servidora **MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA**:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, com pernoite, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), a senhora **MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, para fazer face às despesas com locomoção e pousada na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar juntamente com o Prefeito Municipal da entrega de veículos, ambulância e unidades odontológicas moveis pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, na Escola do Governo – Cardeal Dom Eugenio de Araújo Sales; e para participação de reunião com escritório Agem Assessoria, tratar de acompanhamento de convênios, emendas parlamentares.
Local de destino: Natal/RN;
Período do Afastamento: 03 de setembro de 2026.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:88C0F2E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 038/2026
Processo nº 08001.000192/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de Inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Prestação de serviço de apresentação artística tipo “Show artístico em Palco do Artista DJ ROCCKO”, no dia 10 de setembro, com duração de 1h00 e horário a ser definido pela contratante, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.

PRESTADOR DE SERVIÇOS: ROCCKO SERVICOS LTDA, CNPJ: 60.046.382/0001-16.

VALOR: R$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 08 setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:5AFF67A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 0015/2026, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 0015/2026, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO, DESTINADA A PROCESSAR, ANALISAR E JULGAR OS PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor e
CONSIDERANDO a necessidade de constituir Comissão Especial para conduzir, analisar e julgar os procedimentos de credenciamento de Organizações da Sociedade Civil – OSC;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas aplicáveis às parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e transparência nos procedimentos de credenciamento;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a **COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO**, com a finalidade de proceder à análise, habilitação, avaliação e julgamento dos documentos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC interessadas nos procedimentos de credenciamento promovidos pelo Município Upanema/RN, observadas as disposições da legais e dos respectivos instrumentos convocatórios.
Art. 2º Compete à Comissão Especial de Credenciamento:
I – Receber e analisar a documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil interessadas;
II – Verificar o atendimento aos requisitos de habilitação e credenciamento previstos no edital;
III – Promover diligências, quando necessárias, para esclarecimento ou complementação das informações apresentadas, nos limites permitidos pela legislação;
IV – Emitir parecer ou decisão quanto ao deferimento ou indeferimento dos pedidos de credenciamento;
V – Apreciar eventuais recursos administrativos apresentados no âmbito do procedimento, na forma estabelecida no instrumento convocatório;
VI – Praticar os demais atos necessários ao regular processamento dos procedimentos de credenciamento.
Art. 3º A Comissão Especial de Credenciamento será composta pelos seguintes servidores:
MATHEUS KLISMAN DE CASTRO E SILVA, Ocupante do cargo de coordenador de Educação, CPF 092.661.524-63 – Presidente;
LEMUEL BRUNO COSTA ARAUJO, Gerente de cultura, inscrito no CPF/MF nº 122.594.414-75, como membro da Comissão;
ELIZABETH MARIA LOPES ALVES, Professora, inscrita no CPF/MF nº 720.630.254.87, como membro da Comissão e
ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO, Coordenação de Licitações, CPF/MF nº 101.689.274-89, como membro da Comissão.
Parágrafo único. A Comissão funcionará com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Presidente coordenar os trabalhos e praticar os atos necessários ao seu regular funcionamento.
Art. 4º A participação dos membros da Comissão será considerada serviço público relevante, não fazendo jus a qualquer remuneração adicional.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Upanema/RN, 03 de agosto de 2026.

MARILENE CRUZ DA SILVA XAVIER
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:3FBC0178

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/2026
PROCESSO LICITATÓRIO. Nº 079/2026
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 039/2026
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA V & A SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, o **Município de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185 - 000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, **Senhor Getúlio Luciano Ribeiro,** inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN e do outro lado como **CONTRATADA**, a Empresa **V & A SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº. 51.332.768/0001-01, com sede na Rua Desembargador Régulo Tinoco, nº 1087, Cx pst 01, Tirol, Natal –RN, CEP: 59.022-450, neste ato, representada pela, Sra. Antonelly Romeiro Galvão Reinaldo Alexandre, portadora do CPF nº. 058.411.714-02, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
1.1. Este contrato decorre da **Dispensa de Licitação nº. 039/2026**, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
2.1. O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA DIAGNÓSTICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM BIÓPSIA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.**, conforme especificações abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNT. R$	VLR TOTAL R$
	Endoscopia Digestiva Alta Diagnóstica	SERV	100	250,00	25.000,00
	Endoscopia Digestiva Alta com Biópsia	SERV	100	280,00	28.000,00
VALOR GLOBAL TOTAL: .....R$53.000,00 (cinquenta e três mil reais).					

2.2. O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº **039/2026** e instruções do CONTRATANTE, documentos que passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. O valor total estimado deste contrato, a base do preço proposto, é de **R$53.000,00 (cinquenta e três mil reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

4.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO:

5.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente, Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Várzea-RN:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 – Fundo Municipal de Saúde.

PROJETO/ATIVIDADE: 22356 – Manutenção da Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

FONTES DE RECURSOS:

15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

16003110 – Transferências de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferências decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais;

16003120 – Transferências de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferências decorrentes de Emendas Parlamentares de Bancada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO:

7.1. O prazo de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

8.1. Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

8.1.1 Início: Imediato;

8.1.2 O prazo de vigência da contratação será **da data de assinatura do contrato até 31(trinta e um) de dezembro de 2026**, podendo produzir seus efeitos dentro do período estabelecido, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento relativo à execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

9.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

9.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

9.4 Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

9.5.Segue relação abaixo, Gestores e Fiscais do Contrato;

GESTORES DE CONTRATOS	SECRETARIAS DE ATUAÇÃO
Sra. Nierjy Carla Santos Pereira Inácio, Diretora do posto municipal de saúde. Mat. nº.7226.	Secretaria de Saúde
FISCAIS DE CONTRATO	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Sr. Otavio Jordão de Oliveira Moura, biomédico. Mat. nº 8771	Secretaria de Saúde

9.6. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1. Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

10.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

10.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

10.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

10.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

10.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
10.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
10.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em Lei nº **8.213/1991**, art. 93 para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
10.9 Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

11.1. Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei nº 14.133/21.
11.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do art. 140, da Lei nº 14.133/21.
12.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado.
12.3. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido a assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: **a** – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; **b** – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; **c** – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; **d** – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo de até três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155. **e** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido art. 156; **f** – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.
13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1. - Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficiais aqui considerado os sítios: https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN.
E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Várzea/RN, 08 de Setembro de 2026.

Município de Várzea-RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante
Prefeito Constitucional

V & A Serviços Médicos LTDA
CNPJ: 51.332.768/0001-01
Contratada
ANTONELLY ROMEIRO GALVÃO REINALDO ALEXANDRE
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:1980463D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

Dadas às informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 039/2026.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2026.

ÓRGÃO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ: 08.168.940/0001-04.

EMPRESA CONTRATADA: V & A SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.332.768/0001-01.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA DIAGNÓSTICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM BIÓPSIA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

VALOR TOTAL GLOBAL: R$53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 – Fundo Municipal de Saúde.

PROJETO/ATIVIDADE: 22356 – Manutenção da Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
FONTES DE RECURSOS:
15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
16003110 – Transferências de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferências decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais;
16003120 – Transferências de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferências decorrentes de Emendas Parlamentares de Bancada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 08 de Setembro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:D3115E2E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 039/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 039/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA DIAGNÓSTICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM BIÓPSIA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ nº: 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA: V & A SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.332.768/0001-01.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

Compulsado os autos do processo e considerando o disposto no **PARECER JURÍDICO** emitido por esta Procuradoria: **AUTORIZO** o processo de contratação direta em epígrafe, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 08 de Setembro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:AD558FDE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE - PROTOCOLO N° 3212780/2025

PROTOCOLO n° 3212780/2026
INTERESSADO: SANDRA MARIA DE CARVALHO
ASSUNTO: LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

DECISÃO
Trata-se de requerimento administrativo em que servidor efetivo postula **LICENÇA POR PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, nos moldes do art. 102 da Lei Municipal n°. 018, de 30 de dezembro de 1997, que estabelece o Regime Jurídico Único, cria o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver.
É o breve relato.
Considerando os documentos constantes nos autos, bem como, as razões fáticas, as quais julgam-se procedentes; concomitantemente ao parecer jurídico, em sua integralidade e, ainda, de acordo com o art. 75 da Lei Municipal n°. 018, de 30 de dezembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver/RN), verificou-se que a concessão da referida está de acordo com a legislação vigente.
Assim, e com fundamento no Parecer Jurídico e em conformidade com as leis vigentes, **DEFIRO** o pleito administrativo, para a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE,** de 90 (noventa) dias em favor da servidora **SANDRA MARIA DE CARVALHO**, a partir da data de 21 de setembro de 2026, em conformidade com o art. 102 da Lei Municipal n° 018, de 30 de dezembro de 1997, que estabelece o Regime Jurídico Único, cria o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver.
Determino à juntada de cópia desta decisão para fins de arquivo.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN, Estado do Rio Grande do Norte, 03 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

FRANCISCO ELISMARQUE FERNANDES BARRETO
Secretário de Administração e Tributação

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:F26F3829

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 127/2026-GP

Autoriza a Cessão de Servidor deste Município para a Secretaria da Vara Única da Comarca de São Miguel/RN, nos moldes do Termo de Cooperação Técnica n.º 81/2022-TJRN, firmado entre ambos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica n.º 81/2022-TJRN e a solicitação protocolada sob o número 3207929/2026, mediante Ofício n.º 604/2026 – GP/TJRN;
CONSIDERANDO as disposições do art. 106 do Regime Jurídico Único,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão da servidora **ELBA MEIRE CARVALHO DOS REIS**, matrícula nº 130306-6, ocupante do cargo de Digitadora, para exercer suas funções junto à Secretaria da Vara Única da Comarca de São Miguel/RN, nos moldes do Termo de Cooperação Técnica n.º 81/2022-TJRN, pelo período de 2 (dois) anos, com efeitos a partir do dia 19 de outubro de 2026.

Art. 2º A remuneração do servidor cedido ficará a cargo do Órgão cedente.

Art. 3º O servidor poderá ser requisitado de volta aos quadros funcionais do Município a qualquer tempo, observado o disposto no referido Convênio.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 31 de agosto de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:E201EDEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Antônio dos Santos de Queiroz**, matrícula nº 130007-5, cargo efetivo de Gari, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 08 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:69F48262

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 51/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 51/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN

CONTRATADA: CARVALHO & PESSOA CONSULTORIA E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.795.721/0001-91

PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa n.º 14

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em licitações, compras e contratos administrativos, com o objetivo de oferecer apoio técnico, acompanhamento e orientação aos agentes públicos envolvidos nessas áreas, no âmbito da prefeitura municipal de Venha-Ver/RN..

VALOR TOTAL: R$ **R$ 36.000,00** (**trinta e seis mil reais**).

DOTAÇÃO: 286 - 2 . 2012 . 4 . 123 . 1 . 2.4 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 03/09/2026 à **03/09/2027**.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:57E751C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN, através do setor de licitação, avisa a todos os interessados que no período de 09/09/2026 à 11/09/2026 estará recebendo proposta de preços para realização de serviços administrativos. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão descritas no Termo de Referência/Projeto Básico que deverá ser solicitado via e-mail: licitacao.veracruzrn@gmail.com. As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo exclusivamente para o e-mail: licitacao.veracruzrn@gmail.com.

Vera Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.

LAISSA JAMILLE SANTOS DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:CE93B444

VERAPREV
EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2025

O MUNICIPIO DE VERA CRUZ/RN, através do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE VERA CRUZ – RN (VERA PREV), pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 23.083.192/0001- 42, **CONTRATANTE**.
EMPRESA: **AUTESP - AUTOMACAO TECNOLOGIA E SERVICOS PUBLICO LTDA**, inscrito no CNPJ: **31.974.334/0001-90 - CONTRATADO.**
CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) mês, a partir de 31/07/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLAÚSULA SEGUNDA
A despesa decorrente com o presente aditivo correrá no exercício de 2026 à conta das Dotações Orçamentárias:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: – Fundo de previdência
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 **–** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
CLÁUSULA TERCEIRA
Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original, que não colidirem com o presente aditamento

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026

LEOCLECIO LUIS DE PAIVA
Gerente de Previdência Social, do Fundo de Previdência Social de Vera Cruz – RN (VERA PREV)
Pela Contratnte

PEDRO PAULO DO N. LOURENÇO
CPF: 023.***.***-79
Pela Contratada

Publicado por:
Leoclécio Luís de Paiva
Código Identificador:80975757

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 - PE/SRP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
AMPLA PARTICIPAÇÃO COM COTA EXCLUSIVA ME/EPP/MEI (LC 123/2006)
Fundo Municipal de Saúde de Viçosa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 - PE/SRP
(Processo Administrativo n° 04090002/2026)

O Governo do Município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, através do(a) Fundo Municipal de Saúde de Viçosa , por intermédio do Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 552, torna público que às **08:00** do dia **22/09/2026**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão,** na forma **ELETRÔNICA,** de **nº 019/2026 - PE/SRP**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **Maior desconto Lote**, para **Registro de Preços, com critério de julgamento por maior desconto sobre os produtos constantes na Revista ABC Farma, coluna PMC, para aquisição de medicamentos éticos, similares e genéricos destinados ao atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde**, nos termos da nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 113, de 26 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **22/09/2026** às **08:00.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, www.vicosa.rn.gov.br, ou na Sala de Licitações da PMV, sito a Rua Ozéas Pinto, 140, Centro, cidade de Viçosa - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Viçosa/RN, 08/09/2026.

FRANCISCO CANINDE DE SOUSA NUNES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:25E4971A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2021/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DOS CONTRATOS Nº06090001/2026.

O Prefeito Municipal de Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato Nº **06090001**/2026, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Viçosa, a empresa **WANDERSSON MAX M BRASIL**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.334.218/0001-79, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE PALCOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTO EM PRAÇA PÚBLICA, NOS DIAS 18, 19 E 26 DE SETEMBRO DE 2026 COMO PARTE DA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA TRADICIONAL FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO 2026 EM VIÇOSA/RN**..

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestor do Contrato;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal do Contrato;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:0985DE0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02004.000079/2026

INEXIGIBILIDADE N° 013/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORANIA,** com sede na Rua Teônia Amaral, 290, Centro, Florânia-RN CEP 59335-000 inscrito no CNPJ: Nº. **08.181.562/0001-90**

CONTRATADO: **JOÃO BATISTA FERNANDES NETO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** inscrito no **CNPJ: Nº. 40.834.971/0001-51**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DO IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.**

VALOR: O valor estimado da recuperação de creditos é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), razão pela qual é estimado a quantia R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a presente contratação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.004.04.123.004.2004. – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Classificação Econômica: 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica.

BASE LEGAL: Art. 74,inciso III alinea “C” e “E” da Lei Federal nº 14.133/21.

FLORÂNIA-RN, 08 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:EDE871A5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 11/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Dispensa Eletrônica - 11/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0002 - 0014724 - MEMORIA - Memoria RAM DRR4 8GB com frequencia minima de operacao de 2666 mhz, formato DIMM (compativel com desktops). - Valor Referência: R$ 348,26					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SOLAR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA (55.142.140/0001-96)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 08:09:29 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	8GB	CEAMERE	20,0000	6.780,00
Item: 0003 - 0014726 - SSD - SSD NVME M.2 minimo de 240GB de capacidade de armazenamento, 1000 Mbps de leitura e gravacao. - Valor Referência: R$ 326,67					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SOLAR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA (55.142.140/0001-96)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 08:09:36 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	8GB	CEAMERE	20,0000	6.500,00
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:F05FF58A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Florânia
Prefeitura Municipal de Florânia
Registro de Preços Eletrônico - 21/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - 0014950 - LOCACAO DE BANHEIRO - Locacao de banheiros tipo convencional - Sanitarias cabines modelo standard confeccionado em polietileno de alta densidade, modelo a partir de 2009, placa de identificacao masculino/feminino, teto translucido, piso antiderrapante, janelas de ventilacao, trava interna de seguranca, fechamento com indicacao de livre/ocupado. Dimensoes minimas de 1,16m de frente x 1,22 de fundo x 2,30 de altura, 75 kg vazio e tanque com capacidade de 227 litros, incluso: papel higienico (c/ reposicao), quimico desodorizante biodegradavel (sem formol) e todo material necessario para a limpeza, incluindo uma succao dos sanitarios quimicos/limpeza por dia/pessoal para manutencao durante todo o evento. Observacoes: O locador sera responsavel pelo transporte, colocacao, limpeza, succao, retirada dos banheiros em todos os eventos. QUANTIDADE MAXIMA DE CABINES POR EVENTO: 30. - Valor Referência: R$ 272,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA (07.777.441/0002-24)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:20:33 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	Polyjohn	Polyjohn	540,0000	145.800,00

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/09/2026 às 09:20:56.
Código verificador: 183974A

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:1066FBB2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 11/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Dispensa Eletrônica - 11/2026			
Resultado da Homologação			
0002 - 0014724 - MEMORIA - Memoria RAM DRR4 8GB com frequencia minima de operacao de 2666 mhz, formato DIMM (compativel com desktops). - 8GB - Valor Referência: R$ 348,26			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SOLAR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	339,00	6.780,00	Homologado em 08/09/2026 08:09:53 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0003 - 0014726 - SSD - SSD NVME M.2 minimo de 240GB de capacidade de armazenamento, 1000 Mbps de leitura e gravacao. - 8GB - Valor Referência: R$ 326,67			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SOLAR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	325,00	6.500,00	Homologado em 08/09/2026 08:09:53 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:C2E4B99D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Registro de Preços Eletrônico - 21/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0014950 - LOCACAO DE BANHEIRO - Locacao de banheiros tipo convencional - Sanitarias cabines modelo standard confeccionado em polietileno de alta densidade, modelo a partir de 2009, placa de identificacao masculino/feminino, teto translucido, piso antiderrapante, janelas de ventilacao, trava interna de seguranca, fechamento com indicacao de livre/ocupado. Dimensoes minimas de 1,16m de frente x 1,22 de fundo x 2,30 de altura, 75 kg vazio e tanque com capacidade de 227 litros, incluso: papel higienico (c/ reposicao), quimico desodorizante biodegradavel (sem formol) e todo material necessario para a limpeza, incluindo uma succao dos sanitarios quimicos/limpeza por dia/pessoal para manutencao durante todo o evento. Observacoes: O locador sera responsavel pelo transporte, colocacao, limpeza, succao, retirada dos banheiros em todos os eventos. QUANTIDADE MAXIMA DE CABINES POR EVENTO: 30. - Polyjohn - Valor Referência: R$ 272,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA	270,00	145.800,00	Homologado em 08/09/2026 09:20:39 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:F6EC51F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 024/2026 – SEME

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **Decreto Municipal nº 20/2026, de 07 de julho de 2026.**

R E S O L V E:

Art. 1º -**Art. 1º –** Fica concedida **01 (uma) diária parcial**, no valor unitário de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, em favor da **Secretária Municipal de Educação, Maria da Guia de Medeiros Santos**,

destinada a custear despesas decorrentes de sua participação no **Seminário de Abertura do Pró-Alfa/RN**, integrando este importante momento de mobilização em prol da alfabetização no Rio Grande do Norte.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 08 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:F7F51A91

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 187/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **OTÍLIA CRISTINA DE SOUZA**, ocupante da função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN**, dia 04/09/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/08/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 08/09/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:554E7702

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 188/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) ao servidor **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, ocupante da função de **AUXILIAR EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICO/RN**, dia 06/09/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06/09/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 08/09/2026.

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:F08B7AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 189/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **OTÍLIA CRISTINA DE SOUZA**, ocupante da função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN**, dia 07/09/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07/09/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 08/09/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:33BF0695

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CIMOP.

RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CIMOP.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 164.000,00 (Cento e sessenta e quatro mil reais) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR - CIMOP, usando de suas atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio e o seu Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

10001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO OESTE POTIGUAR - CIMOP
2005	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RSU
33903900 – 18800000	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
Total Geral:	R$ 164.000,00

Art. 2º Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

10001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO OESTE POTIGUAR - CIMOP
2012	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA
44905100 – 17000000	Obras e instalações
Valor:	**R$ 164.000,00**

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.
Portalegre/RN, 01/09/2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Presidente do CIMOP

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:A059FC2A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 024-A/2026

DECRETO Nº 024-A/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 522.568,00 (quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos/RN,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 522.568,00 (quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser publicada na imprensa oficial do órgão para que surtam os devidos efeitos legais.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 01 de julho de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**522.568,00**
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**509.468,00**
	2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**23.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	23.000,00
	2029 Instalação e Manutenção do CAPS				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	25.000,00
	2033 Manutenção e fortalecimento das Ações de Média e Alta Complexidades				**85.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	55.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	30.000,00
	2035 Manutenção do Programa da Farmácia Básica				**55.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	55.000,00
	2104 Manutenção do Hospital de Angicos				**321.468,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	266.468,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	55.000,00
02 .010 SEC. MUN.AGRICULT./ABASTEC./MEIO AMBIENTE					**13.100,00**
	2089 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente				**13.100,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	13.100,00
Anexo II (Redução)					**522.568,00**
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**509.468,00**

	1030 Aquisição de Ambulância e/ou Unidade Móvel de Saúde				**104.620,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	104.620,00
	1031 Construção/Adequação e/ou Ampliação e Aquisição de Unidades Especializadas em Saúde				**310.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	310.000,00
	2022 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde.				**23.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	16.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
	2023 Manutenção da Equipe Multiprofissional				**10.462,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	10.462,00
	2029 Instalação e Manutenção do CAPS				**5.231,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.231,00
	2033 Manutenção e fortalecimento das Ações de Média e Alta Complexidades				**5.231,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.231,00
	2035 Manutenção do Programa da Farmácia Básica				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2038 Manutenção e Fortalecimento das Ações de ENDEMIAS				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
	2103 Manutenção do Programa Brasil Sorridente				**20.924,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.924,00
	2128 Manutenção e Fortalecimento da Vigilância em Saúde				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
02 .010 SEC. MUN.AGRICULT./ABASTEC./MEIO AMBIENTE					**13.100,00**
	1062 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água				**13.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	13.100,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:BAE9BF0D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 024-B/2026

DECRETO Nº 024-B/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos/RN,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser publicada na imprensa oficial do órgão para que surtam os devidos efeitos legais.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 01 de julho de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**905.000,00**
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**905.000,00**
	1027 Manutenção e Ampliação dos Programas " Polos de Academia de Saúde"				**31.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	26010000	0001	31.000,00
	1029 Construção, Adequação e/ou Ampliação e Aquisição de equipamentos da Unid. Básicas de Saúde				**495.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	26010000	0001	115.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26010000	0001	380.000,00
	2104 Manutenção do Hospital de Angicos				**379.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	26010000	0001	179.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26010000	0001	200.000,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:AA3426E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 047/2026

PORTARIA Nº 047/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos/RN,
RESOLVE:
Art. 1º Remanejar o valor de R$ 1.543.171,90 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, cento e setenta e um reais e noventa centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta Prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser publicada na imprensa oficial do órgão para que surtam os devidos efeitos legais.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 01 de julho de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.543.171,90**
02 .003 SEC. MUN.ADM.PLANEJ.LICIT.CONTR.COMP/TECN					**315.348,53**
	2008 Manutenção das Atividades da Sec. Mul. de Adm. Planejamento, Licitações, Contratos e Compras				**315.348,53**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	42.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	57.654,88
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	170.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	15.693,65
02 .005 SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS					**24.685,80**
	2015 Manutenção e Ampliação da Rede Pública de Energia Elétrica				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2017 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas				**4.685,80**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.685,80
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**254.775,57**
	2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**156.575,57**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	81.285,57
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	90,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	75.200,00
	2026 Manutenção das ESF				**25.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	27063110	0001	15.000,00
	2033 Manutenção e fortalecimento das Ações de Média e Alta Complexidades				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
	2038 Manutenção e Fortalecimento das Ações de ENDEMIAS				**6.200,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	6.200,00
	2104 Manutenção do Hospital de Angicos				**62.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	2.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**818.170,00**
	2039 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação				**333.920,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	277.420,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	31.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	25.000,00
	2040 Manutenção do Ensino Fundamental - 30%				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15430000	0001	70.000,00
	2041 Manutenção do Ensino Fundamental				**102.250,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15500000	0001	50,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	14.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	84.200,00
	2045 Manutenção do Ensino Infantil				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15420000	0001	70.000,00
	2052 Manutenção dos Profissionais da Educação - FUNDAMENTAL 70%				**242.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	242.000,00
02 .008 SEC. MUN.CULT.LAZER,TURISMO/DESEN.ECONÔMICO					**82.440,00**
	2061 Manutenção dos Serviços da Secretaria				**82.440,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	82.440,00
02 .010 SEC. MUN.AGRICULT./ABASTEC./MEIO AMBIENTE					**16.400,00**
	2089 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente				**16.400,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.900,00
02 .015 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**31.352,00**
	2072 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial (PSE)				**7.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	7.000,00
	2075 Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social				**9.726,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	9.726,00
	2083 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica (PSB)				**14.026,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	14.026,00
	2140 Manutenção do Programa Criança Feliz				**600,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	600,00
Anexo II (Redução)					**1.543.171,90**
02 .003 SEC. MUN.ADM.PLANEJ.LICIT.CONTR.COMP/TECN					**57.693,65**
	2008 Manutenção das Atividades da Sec. Mul. de Adm. Planejamento, Licitações, Contratos e Compras				**57.693,65**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	42.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.455,93
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	7.237,72
02 .004 SEC. MUNIC. DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO					**80.000,00**
	2014 Manutenção das Atividades da Secretaria de Tributação e Arrecadação				**80.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	13.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
02 .005 SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS					**281.760,68**

	1017 Construção/Reforma e/ou Adequação de Praças Públicas				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	1019 Construção e/ou manutenção de espaço adequado para Destinação Final do Lixo Sólido.				**920,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	920,00
	1024 Sinalização de Ruas e Avenidas				**3.370,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.300,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	460,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	460,00
	1025 Manutenção da Infraestrutura das Estradas Vicinais do Municipio				**1.610,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	460,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	460,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	690,00
	1026 Construção/Adequação e/ou Revitalização de Abrigos Rodoviários				**1.300,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.300,00
	2015 Manutenção e Ampliação da Rede Pública de Energia Elétrica				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2017 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas				**212.340,68**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	155.654,88
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.685,80
	2018 Implementação e Manutenção dos Serviço de Limpeza Pública				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
	2019 Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros				**2.220,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	460,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	460,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	380,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	460,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	460,00
	2020 Manutenção do Setor de Transportes				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**164.775,57**
	2023 Manutenção da Equipe Multiprofissional				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	27063110	0001	15.000,00
	2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**55.290,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	33.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	22.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	90,00
	2033 Manutenção e fortalecimento das Ações de Média e Alta Complexidades				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	5.000,00
	2035 Manutenção do Programa da Farmácia Básica				**81.285,57**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	81.285,57
	2038 Manutenção e Fortalecimento das Ações de ENDEMIAS				**6.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	6.200,00
	2104 Manutenção do Hospital de Angicos				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.400,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	200,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**625.750,00**
	2039 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação				**352.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	85.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	242.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	14.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	1.000,00
	2040 Manutenção do Ensino Fundamental - 30%				**25.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15430000	0001	25.000,00
	2041 Manutenção do Ensino Fundamental				**132.250,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15430000	0001	45.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15500000	0001	11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.250,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15500000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	30.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	25.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	2.000,00
	2045 Manutenção do Ensino Infantil				**103.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	70.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	31.500,00
	2060 Manutenção do Transporte Escolar para Universitário				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	6.000,00
	2217 Manutenção do Transporte Escolar - ENSINO MÉDIO				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
02 .008 SEC. MUN.CULT.LAZER,TURISMO/DESEN.ECONÔMICO					**192.440,00**
	2061 Manutenção dos Serviços da Secretaria				**192.440,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	192.440,00
02 .009 SEC. MUNIC.ASSIST.SOCIAL E AÇÃO COMUNIT.					**40.000,00**
	2088 Desenvolvimento de Ações de Construção e Reformas de Habitação de Interesse Social				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	7.000,00
	2212 Apoio às Organizações Sociais da Sociedade Civil				**33.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	33.000,00
02 .010 SEC. MUN.AGRICULT./ABASTEC./MEIO AMBIENTE					**16.400,00**

	1062 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água				**900,00**
	4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	900,00
	2089 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente				**500,00**
	3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	500,00
	2092 Programa de Corte de Terras dos Pequenos Agricultores EMATER				**10.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1070 Manutenção dos Conselhos Municipal de Defesa Civil e Meio Ambiente				**5.000,00**
	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
02 .011 SEC. MUN.FINANÇAS,CONTROLE ORÇAM.CONTÁBIL					**30.000,00**
	2093 Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Finanças, Controle e Orçamento Contábil				**30.000,00**
	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
02 .012 TESOURARIA					**20.000,00**
	2094 Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal				**20.000,00**
	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
02 .013 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**10.000,00**
	2003 Manutenção das Atividades da Controladoria Municipal				**10.000,00**
	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
02 .015 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**24.352,00**
	2072 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial (PSE)				**2.000,00**
	3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	1.000,00
	3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	1.000,00
	2075 Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social				**9.726,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.726,00
	2083 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica (PSB)				**7.480,00**
	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
	3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16600000	0001	200,00
	3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	900,00
	3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	90,00
	3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	90,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	200,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.000,00
	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	3.000,00
	2086 Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social				**2.800,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	2.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	800,00
	2214 Manutenção da Vigilância Socioassistencial				**1.046,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.046,00
	2140 Manutenção do Programa Criança Feliz				**1.300,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	700,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	600,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:8046DE19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

SECRETARIA DE SAUDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00081; 00082; 00083 E 00085 /2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00081; 00082; 00083 E 00085 /2026

Aos 17 dias do mês de Agosto de 2026, na sede do Setor de Contratação da Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Senador Joaquim Inácio - Centro - Antônio Martins - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00028/2026 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, DO HOSPITAL MATERNIDADE JUSTINO FERREIRA E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO MARTINS - CNPJ nº 08.348.989/0001-30.

VENCEDOR: PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA – RP Nº: RP 00081/2026.						
CNPJ: 01.722.296/0001-17						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
2	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	EMS MATRIZ	COMPRIMIDO	60000	0,04	2.400,00
4	ACIDO VALPROICO 250MG	ABBOTT MATRIZ	COMPRIMIDO	15000	0,37	5.550,00
5	ALBENDAZOL 400MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	3600	0,50	1.800,00
15	ACIDO VALPROICO 500MG	BIOLAB MATRIZ	COMPRIMIDO	3600	0,78	2.808,00
25	BROMAZEPAM 6MG	EMS MATRIZ	COMPRIMIDO	12000	0,17	2.040,00
26	BROMAZEPAM 3MG	EMS MATRIZ	COMPRIMIDO	18000	0,10	1.800,00

40	CLORPROMAZINA 100MG	UNIAO QUIMICA MATRIZ	COMPRIMIDO	12000	0,33	3.960,00
46	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	BIOLAB MATRIZ	COMPRIMIDO	14400	0,27	3.888,00
61	FENOBARBITAL 100MG	UNIAO QUIMICA MATRIZ	COMPRIMIDO	18000	0,26	4.680,00
67	HALOPERIDOL 2 MG GOTAS 20 ML	UNIAO QUIMICA MATRIZ	FRASCO	600	3,60	2.160,00
68	HALOPERIDOL 5 MG	UNIAO QUIMICA MATRIZ	COMPRIMIDO	24000	0,13	3.120,00
73	IBUPROFENO 600 MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	12000	0,14	1.680,00
82	METFORMINA 500MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	72000	0,13	9.360,00
91	MICONAZOL CRÈME VAGINAL 80GC/14 APLICADORES	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	300	10,20	3.060,00
95	NISTATINA SUSPENSÃO 50ML	PRATI DONADUZZI	Frasco	300	5,45	1.635,00
99	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS 15ML	EMS	FRASCO	1080	2,00	2.160,00
115	RISPERIDONA GOTAS 1 MG/ML EMBALAGEM DE 30ML	PRATI DONADUZZI	Frasco	1200	13,00	15.600,00
125	SECNIDAZOL 1000MG	GLOBO PHARMA	COMPRIMIDO	3600	1,20	4.320,00
TOTAL						72.021,00

VENCEDOR: B. GOMES BEZERRA LTDA - Nº: RP 00082/2026

CNPJ: 03.647.696/0001-30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
10	ANLODIPINO 10 MG	CIMED	COMPRIMIDO	18000	0,07	1.260,00
11	ANLODIPINO 5 MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	24000	0,04	960,00
12	ATENOLOL 25 MG	PRATI	COMPRIMIDO	18000	0,05	900,00
14	ACIDO ASCORBICO GOTAS 20ML	AIRELA	FRASCO	360	1,72	619,20
16	AMBROXOL XAROPE ADULTO 100ML	FARMACE	FRASCO	1200	2,90	3.480,00
19	AZITROMOCINA SUP. ORAL 40MG/ML	PHARLAB	FRASCO	1800	8,00	14.400,00
20	ATENOLOL 50MG	PRATI	COMPRIMIDO	12000	0,07	840,00
28	BROMETO DE IPRATROPIO GOTAS 20ML	PRATI	FRASCO	300	1,65	495,00
33	CARVEDILOL 3.125 MG	E.M.S.	COMPRIMIDO	2400	0,10	240,00
35	CEFALEXINA 500MG	TEUTO	COMPRIMIDO	12000	0,50	6.000,00
37	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO	NEO SMART	COMPRIMIDO	2000	0,62	1.240,00
38	CIPROFLOXACINO 500MG	PRATI	COMPRIMIDO	12000	0,23	2.760,00
56	ENALAPRIL 10MG	CIMED	COMPRIMIDO	36000	0,06	2.160,00
57	ENALAPRIL 20 MG	1FARMA	COMPRIMIDO	18000	0,07	1.260,00
63	FLUCONAZOL 150 MG COMPRIMIDO	GLOBO	COMPRIMIDO	2400	0,61	1.464,00
65	FUROSEMIDA 40 MG	PRATI	COMPRIMIDO	24000	0,06	1.440,00
66	GLIBENCLAMIDA 5 MG	NEOQUÃ • MICA	COMPRIMIDO	27000	0,05	1.350,00
69	HIDROCLOROTIAZIDA 25 G	MEDQUÃ • MICA	COMPRIMIDO	24000	0,04	960,00
71	IBUPROFENO 50MG/ML GOTAS 30 ML	NATULAB	Frasco	900	2,12	1.908,00
78	LIDOCAINA GELEIA 30G	HIPOLABOR	UNIDADE	200	4,85	970,00
79	LORATADINA 10MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	12000	0,08	960,00
80	LORATADINA XAROPE 100ML	CIMED	FRASCO	600	3,25	1.950,00
81	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	EUROFARMA	COMPRIMIDO	27000	0,06	1.620,00
83	METFORMINA 850MG	VITAMEDIC	COMPRIMIDO	54000	0,14	7.560,00
86	METOCLOPRAMIDA 10MG	BELFAR	COMPRIMIDO	3000	0,10	300,00
88	METRONIDAZOL 250MG	PRATI	COMPRIMIDO	7200	0,23	1.656,00
90	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 50G C10 APLICADORES	PRATI	UNIDADE	1200	5,99	7.188,00
92	MELOXICAM 15MG	PHARLAB	COMPRIMIDO	6000	0,20	1.200,00
94	METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL 100 MG/G + 20.000 UI/G	TEUTO	Unidade	600	13,80	8.280,00
96	NIFEDIPINO 10MG	BRAINFARMA	COMPRIMIDO	8000	0,10	800,00
97	NIFEDIPINO 20MG	NEO QUÃ • MICA	COMPRIMIDO	8000	0,10	800,00
100	NISTATINA CREME VAGINAL 50G	PRATI	Unidade	1250	7,10	8.875,00
101	OLEO MINERAL PURO LIQUIDO EMBALAGEM 100ML	U. QUÃ • MICA	Frasco	300	4,17	1.251,00
102	OMEPRAZOL 20MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	24000	0,09	2.160,00
108	PROPANOLOL 40MG	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	36000	0,05	1.800,00
116	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9G SACHE	MAYBEN	UNIDADE	1200	0,89	1.068,00
118	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO	CIMED	COMPRIMIDO	12000	0,08	960,00
119	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	12000	0,17	2.040,00
121	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA SUSP 50ML 40MG+8MG/ML.	VITAMEDIC	FRASCO	1200	2,72	3.264,00
122	SULFATO FERROSO 40 MG	NUNESFARMA	COMPRIMIDO	18000	0,06	1.080,00
126	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 10ML	HIPOLABOR	FRASCO	1440	1,48	2.131,20
127	SULFADIAZINA DE PRATA CREME 30G	PRATI	Unidade	120	6,35	762,00
TOTAL						102.411,40

VENCEDOR: PHOSPODONT Nº: RP 00083/2026

CNPJ: 04.451.626/0001-75

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	ACIDO FOLICO 5 MG	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	12000	0,05	600,00
7	AMITRIPTILINA 25MG	TEUTO	COMPRIMIDO	24000	0,05	1.200,00
21	AMIODARONA 200MG	ZYDUS NIKKHO	COMPRIMIDO	600	0,45	270,00
22	BIPERIDENO 2MG	CRISTALIA	COMPRIMIDO	24000	0,46	11.040,00
30	CAPTOPRIL 25 MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	72000	0,04	2.880,00
32	CARBAMAZEPINA 200MG	TEUTO	COMPRIMIDO	120000	0,18	21.600,00
36	CINARIZINA 25 MG COMPRIMIDO	NEO QUIMICA	COMPRIMIDO	2000	0,40	800,00
43	CLONAZEPAM 2MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	24000	0,08	1.920,00
44	CLOPIDOGREL 75MG	BIOLAB	COMPRIMIDO	2400	0,38	912,00

48	DEXAMETASONA ELIXIR 100ML	FARMACE	FRASCO	1200	2,23	2.676,00
51	DICLOFENACO DE POTASSIO 50MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	12000	0,09	1.080,00
52	DICLOFENACO SODICO 50MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	12000	0,06	720,00
55	DOMPERIDONA SUSP 100ML	EUROFARMA	FRASCO	600	17,57	10.542,00
60	FENITOINA 100 MG	TEUTO	COMPRIMIDO	9000	0,19	1.710,00
64	FLUOXETINA 20MG	TEUTO	COMPRIMIDO	18000	0,09	1.620,00
72	IBUPROFENO 300 MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	12000	0,12	1.440,00
74	ISOSSORBIDA 5MG SUBLINGUAL	EMS LTDA	COMPRIMIDO	600	0,33	198,00
77	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL COMPRIMIDO 0,15 MG + 0,03 MG	BIOLAB	COMPRIMIDO	600	0,09	54,00
103	PARACETAMOL 500MG	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	24000	0,06	1.440,00
107	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	9000	0,06	540,00
109	PROMETAZINA 25MG	TEUTO	COMPRIMIDO	600	0,15	90,00
110	PAROXETINA 20MG	ZYDUS NIKKHO	COMPRIMIDO	1200	0,20	240,00
111	PERMETRINA 10MG/G LOÇÃO 60ML	NATIVITA	FRASCO	144	4,93	709,92
112	RISPERIDONA 1MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	6000	0,15	900,00
113	RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	6000	0,14	840,00
114	RISPERIDONA 3MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	6000	0,21	1.260,00
117	SALBUTAMOL 100MCG SPRAY C200 DOSES	TEUTO	FRASCO	300	12,95	3.885,00
123	SULFATO FERROSO GOTAS 30ML	NATULAB	FRASCO	600	0,99	594,00
128	VALPROATO DE SODIO 50MG/ML 100ML X 250	TEUTO	Frasco	300	6,80	2.040,00
TOTAL						73.800,92

VENCEDOR: PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA - Nº: RP 00085/2026						
CNPJ: 18.010.260/0001-03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	ACICLOVIR 200MG	CIMED	COMPRIMIDO	1200	0,26	312,00
6	ALBENDAZOL 4MG/ML SUSPENSÃO 10 ML	GEOLAB	FRASCO	1200	1,42	1.704,00
8	AMOXICILINA 500MG	UNICHEM	COMPRIMIDO	24000	0,25	6.000,00
9	AMOXICILINA 250MG SUSP 60ML	PRATI DONADUZZI	FRASCO	1800	4,68	8.424,00
13	AZITROMICINA 500 MG	PHARLAB	COMPRIMIDO	18000	0,86	15.480,00
18	AMOXICILINA 400MG/5ML SUSP 100ML	GERMED	Frasco	1440	17,83	25.675,20
23	BETAMETASONA ELIXIR 120ML	CIMED	FRASCO	300	5,19	1.557,00
24	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA GOTAS 20ML	NATULAB	Frasco	240	6,01	1.442,40
34	CEFALEXINA 250 MG SUSP	TEUTO	COMPRIMIDO	1440	6,05	8.712,00
45	CLORETO DE SODIO A 9% DE 500ML C/TAMPA USO EXTERNO	FARMAX	FRASCO	1200	3,70	4.440,00
49	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 0,4MG/ML 100ML	NATULAB	FRASCO	1200	1,78	2.136,00
50	DIPIRONA GOTAS 20ML	FARMACE	FRASCO	2400	2,29	5.496,00
53	DIPIRONA SODICA SOL ORAL 50MG/ML 100ML	NATULAB	FRASCO	1200	6,78	8.136,00
58	ESTROGENIO CONJUGADO 0.300 MG	MABRA	COMPRIMIDO	1200	6,53	7.836,00
59	ENEMA SOLUÇAO 130ML	NATULAB	FRASCO	180	8,65	1.557,00
70	HIDROXIDO DE ALUMINIO+HIDROXIDO DE MAGNESIO 240ML	NATULAB	FRASCO	600	8,79	5.274,00
75	IVERMECTINA 6MG	VITAMEDIC	COMPRIMIDO	1200	0,49	588,00
87	METOCLOPRAMIDA GOTAS 10 ML	AIRELA	FRASCO	1200	1,52	1.824,00
89	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSAO 80 ML	E.M.S	FRASCO	960	5,99	5.750,40
105	PREDNISOLONA SOLUÇÃO 1MG/ML 60ML	PRATI DONADUZZI	FRASCO	600	4,69	2.814,00
TOTAL						115.158,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00028/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Martins, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00028/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Pedido de Compra.
O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Pedido de Compra decorrente do presente certame, deverá ser retirado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00028/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA.
01.722.296/0001-17
Valor: R$ 72.021,00
- B. GOMES BEZERRA LTDA.
03.647.696/0001-30
Valor: R$ 102.411,40
- PHOSPODONT.
04.451.626/0001-75
Valor: R$ 73.800,92
- PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA.
18.010.260/0001-03
Valor: R$ 115.158,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Martins–RN.

Antônio Martins - RN, 17 de Agosto de 2026

EUDES MESQUITA DE OLIVEIRA -
Secretário de Saúde

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:37D956C0

SECRETARIA DE SAUDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00084/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00084/2026

Aos 04 dias do mês de setembro de 2026, na sede do Setor de Contratação da Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Senador Joaquim Inácio - Centro - Antônio Martins - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73

SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00028/2026 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, DO HOSPITAL MATERNIDADE JUSTINO FERREIRA E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO MARTINS - CNPJ nº 08.348.989/0001-30.

VENCEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **Nº: RP 00084/2026**						
CNPJ: 12.418.191/0001-95						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
17	AMBROXOL XAROPE INFANTIL 100ML	FARMACE GENERICO	FRASCO	1200	2,47	2.964,00
29	BROMETO DE N– BUTILESCOPOLAMINA 20ML GOTAS	HIPOLABOR GENERICO	FRASCO	300	6,13	1.839,00
31	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100 ML	HIPOLABOR GENERICO	FRASCOS	960	7,68	7.372,80
39	CLONAZEPAM GOTAS 20 ML	HIPOLABOR GENERICO	COMPRIMIDO	12000	2,40	28.800,00
47	DEXAMETASONA CREME 10G	HIPOLABOR GENERICO	UND	1200	1,72	2.064,00
54	DIAZEPAM 10MG	SANTISA SANTIAZEPAM	COMPRIMIDO	24000	0,05	1.200,00
62	FENOBARBITAL 40MG GOTAS 40 MG/ML	CRISTALIA/ FENOCRIS - SILMILAR	FRASCO	600	4,94	2.964,00
85	METILDOPA 500MG	HIPOLABOR GENERICO	COMPRIMIDO	9000	1,01	9.090,00
93	METILDOPA 500MG	HIPOLABOR GENERICO	COMPRIMIDO	6000	1,05	6.300,00
104	PARACETAMOL 200MG GOTAS 15ML	FARMACE PARACETAMOL	FRASCO	1440	1,43	2.059,20
106	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR GENERICO	COMPRIMIDO	18000	0,17	3.060,00
TOTAL						67.713,00

CLÁUSULA PRELIMINAR – DA RETIFICAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO ITEM 62

Em decorrência do saneamento de divergência material formalizado no processo administrativo, fica consignado que a identificação do Item 62 – FENOBARBITAL 40 MG/ML GOTAS, constante da presente Ata de Registro de Preços, corresponde ao produto CRISTALIA/FENOCRIS – SIMILAR, conforme identificação constante da proposta originalmente apresentada pela empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, permanecendo inalterados o objeto, princípio ativo, concentração, apresentação, quantidade, valor unitário de R$ 4,94, valor total de R$ 2.964,00, condições comerciais e resultado do certame.

A presente retificação limita-se à correta identificação do produto originalmente ofertado, não constituindo apresentação de nova proposta, alteração ou substituição do objeto adjudicado, ficando preservados nos autos os registros e documentos anteriores do procedimento, inclusive os registros da plataforma eletrônica.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00028/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Martins, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00028/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Pedido de Compra.
O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Pedido de Compra decorrente do presente certame, deverá ser retirado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00028/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
12.418.191/0001-95
Valor: R$ 67.713,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Martins–RN.

Antônio Martins - RN, 04 de Setembro de 2026

EUDES MESQUITA DE OLIVEIRA **-**
Secretário de Saúde

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:7C38241D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700010.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA**		
CNPJ: **19.639.940/0003-15**	Telefone: **81983893320**	Email:
Endereço: **ROD BR 280, 5065 GALPAO17 SALA 1 G, COLEGIO AGRICOLA, Araquari/SC, CEP: 89245-000**		
Representante: **TIAGO CRISTIANO CZARNECKI** - CPF: **873.080.889-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
18	0006148 - Cadeira de rodas com pneu antifuro.Fabricada em tubos de aço carbono com encosto e assento (duplo) em nylon, encosto com tubo 7/8; Dobrável em "X", freios com manopla bilaterais dianteiro com regulagem; Aro impulsor bilateral em nylon injetado; Apoio para os braços fixo com apoio em nylon injetado; Apoio para os pés fixos com barra de reforço, com pedal em nylon injetado rebatível lateralmente; Rodas dianteiras aro 6" com pneus maciços;Rodas traseiras aro 24" em nylon injetado, com pneus maciços, com rolamento duplo blindado, garfos em aço carbono achatado e maciço, pintura epóxi (eletrostática).	DELLAMED	UNIDADE	15,000000	559,500	8.392,50
VALOR GLOBAL R$						**8.392,50**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

TCJM Distribuidora e Importadora LTDA -
CNPJ: 19.639.940/0003-15.
Rep. Legal:
TIAGO CRISTIANO CZARNECKI,
CPF: 87308088987- Fornecedor 10

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:B05185A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700011.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **59.890.563/0001-45**	Telefone: **47988086791**	Email:
Endereço: **AV VEREADORA MARIA JOANA TONCZAK, 47 LOTE 12 QUADRA10, Residencial das Torres, Cambé/PR, CEP: 86191-806**		
Representante: **RODRIGO MARIA CLARO** - CPF: **074.695.489-12**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
56	0006195 - Seladora para papel grau cirurgico 47x16x9cm, 1,2Kg. Fonte energia elétrica.	AGIR / PROTECT SEAL JUNIOR 21 CM	UNIDADE	15,000000	270,000	4.050,00
VALOR GLOBAL R$						**4.050,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

LC - Comercio De Equipamentos Medico Hospitalar LTDA -
CNPJ: 59.890.563/0001-45.
Rep. Legal:
RODRIGO MARIA CLARO,
CPF: 07469548912- Fornecedor 11.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:3E7B4696

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700012.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **Vs Costa & Cia Ltda**		
CNPJ: **05.286.960/0001-83**	Telefone: **47988086791**	Email:
Endereço: **Rua Francelho,Jean - Responsáveledital@grupovscost, 69 , Vila Nova, Arapongas/PR, CEP: 86707-040**		
Representante: **Valdir da Silva Costa** - CPF: **563.814.419-68**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
45	0006175 - Negatoscopio para parede metal branco bivolt. Construído em chapa de aço espessura de 0,46 mm, em pintura epóxi, com frente de acrílico leitoso, fixação de RX por roletes.	AGIR	UNIDADE	15,000000	400,000	6.000,00
VALOR GLOBAL R$						**6.000,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE**.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

VS Costa & Cia LTDA –
CNPJ: 05.286.960/0001-83.
Rep. Legal:
VALDIR DA SILVA COSTA,
CPF: 56381441968 - Fornecedor 12.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:BAC829FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700013.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 29/04/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 28/04/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **BS EQUIPAMENTOS INDRUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP**		
CNPJ: **04.709.243/0001-54**	Telefone:	Email:
Endereço: **R ANTONIO DE SOUZA PINTO 30 / JARDIM RIBEIRO / VARGINHA / MG / 37068-100**		
Representante: **jose marcio rodrigues ribeiro** - CPF: **051.457.286-89**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0006132 - Aparelho de Autoclave de mesa digital 42L.	PRÓPRIA/ PRÓPRIO	UNIDADE	5,000000	5.329,500	26.647,50
VALOR GLOBAL R$						**26.647,50**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE**.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

BS Equipamentos Indrustria E Comercio LTDA - EPP –
CNPJ: 04.709.243/0001-54.
Rep. Legal:
JOSE MARCIO RODRIGUES RIBEIRO,
CPF: 05145728689 - Fornecedor 13

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:F70B8998

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700015.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA**		
CNPJ: **59.834.889/0001-55**	Telefone: **81983893320**	Email:
Endereço: **Av. José Mendes Moreira, 0 Qd. 24, Lt. 13, Jardim Nova Abadia, Abadia de Goiás/GO, CEP: 75345-000**		
Representante: **Jair Vieira de Ávila Neto** - CPF: **118.323.219-59**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
19	0006150 - Cadeira de rodas dobrável adulto. Suporta até 120kg; Freios nas duas rodas. Estofado em maerial impermeável.	D100	UNIDADE	10,000000	560,000	5.600,00
VALOR GLOBAL R$						**5.600,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.

.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

Novorthec Comercio Integrado LTDA - CNPJ: 59.834.889/0001-55.
Rep. Legal:
JAIR VIEIRA DE ÁVILA NETO,
CPF: 11832321959 - Fornecedor 15

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:DFBD3EF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700016.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME**		
CNPJ: **11.427.407/0001-16**	Telefone:	Email:
Endereço: **,Rua Veredador Possidonio Queiroga, 59 – Térreo/Jardim Sorrilandia , Sousa-PB CEP: 58805-288**		
Representante: **francisco edpu da silva santos** - CPF: **082.417.224-86**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0006134 - Armário em aço 2 (duas) portas, tamanho 198x120x40 com 4 (quatro) prateleiras	PRÓPRIA	UNIDADE	20,000000	869,530	17.390,60
VALOR GLOBAL R$						**17.390,60**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE.**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

GQS Eletros e Equipamentos LTDA - ME -
CNPJ: 11.427.407/0001-16.
Rep. Legal:
FRANCISCO EDPU DA SILVA SANTOS,
CPF: 08241722486 - Fornecedor 16

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:4A2B9D32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170008.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**		
CNPJ: **46.073.134/0001-33**	Telefone: **4333132332**	Email:
Endereço: **Rua Roberto Romanelli, 503 , RIVIERA, Cambé/PR, CEP: 86187-015**		
Representante: **LUAN HENRIQUE ANTUNES** - CPF: **082.263.989-08**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0006145 - Braçadeira para coleta e injeção. Estrutura de tubo de aço esmaltado regulável na cor branco gelo com pés em ferro fundido ou totalmente em aço inoxidável com base fixa. Concha de apoio do braço em aço inoxidável, com opcional de revestimento em couro sintético para o modelo de estrutura da braçadeira esmaltada. Altura mínima: 80 cm. Altura máxima: 115 cm	METAL SOLUTION	UNIDADE	15,000000	285,150	4.277,25
29	0006159 - Escada 2 (dois) degraus em aço	METAL SOLUTION	UNIDADE	20,000000	199,150	3.983,00
55	0006194 - Seladora com guilhotina. Caracteristicas do produto: Resistência de cartucho,carenagem de proteção contra acidentes,guilhotina acoplada, largura da selagem 12mm, comprimento da selagem 300mm, controle automatico de tempo, 220v.	2I	UNIDADE	30,000000	345,160	10.354,80
VALOR GLOBAL R$						**18.615,05**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE.**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 31 de agosto de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde Pelo Órgão Participante.

Cambé Med Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalares LTDA –
CNPJ: 46.073.134/0001-33.
Rep. Legal:
LUAN HENRIQUE ANTUNES,
Para CPF : 082.263.989-08 - Fornecedor 8

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:4332D046

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 03/2026

PORTARIA Nº1322/2026DE 26DEAGOSTO DE 2026

Divulga o resultadoFinalda etapa de habilitação do Edital de Chamamento nº 03/2026 – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) no Município de Apodi/RN, e dá outras providências.

OSECRETÁRIO MUNICIPAL DETURISMOE CULTURADE APODI/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, bem como as regras inscritas no Edital de Chamamento nº 03/2026,

RESOLVE:
Art. 1ºFica divulgado o ResultadoFinalda etapa deHabilitaçãoatinente às propostas submetidas ao Edital nº 03/2026 – Fomento Cultural (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB), nos termos constantes do Anexo Único desta Portaria.
Art.2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Apodi/RN,28deagostode 2026.

GILNEY BRITO DE MORAIS
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DEAPODI
SECRETARIAMUNICIPALDETURISMOE CULTURA

RESULTADO PROVISÓRIO –MÚSICO
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Jairo César Freire de Araújo	***.786.***-53	Jairo César ao vivo	83	SIM	SELECIONADO
2	RenataJakelineMoreira de Freitas	***.807.***-01	Renata Jack ao vivo	75	SIM	SELECIONADO
3	AntônioSueldoLira Pereira	***.053.***-65	SueldoLira música ao vivo	71	SIM	SELECIONADO
4	Francisco Antônio de Lima	***.673.***-72	Chico Antônio ao vivo	56	SIM	SELECIONADO
5	Henrique Eduardo Lima do Vale	***.384.***-05	Dudu teclas	55	SIM	SELECIONADO
6	IldeneyAlves de Lima	***.701.***-19	O cabavéi	50	NÃO (FALTADECERTIDÕES)	SELECIONADO
7	MarciaJamylleGomes	***.790.***-30	JamillyGomez	49	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –GRUPO MUSICAL
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Bonde doStylo	***.594.***-84	Bonde do Stilo ao vivo	81	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –FESTIVAL DE MÚSICA REGIONAL
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	FranciscoWilisonda Costa Virginio	***.318.***-09	II Festival de Música Regional	80	SIM	SELECIONADO
2	JanailsonCardoso	***.188.***-00	I Festival de Poetas Repentistas no Distrito de Soledade em Apodi/RN	70	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –SHOW MUSICAL
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	DaniloNiksonde Oliveira Penha	**.875.***.****-52	Danilo Show kids ao vivo	85	SIM	SELECIONADO
2	Dário de Oliveira Penha	***.514.***-62	Dario Villa Kids: música, diversão e magia.	80	NÃO(FALTA DOCUMENTAÇÃO)	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Carla Leite Soares da Silva	***.967.***-08	Exposição de roupas customizadas com retalhos	66	SIM	SELECIONADO
2	Maria das GraçasBoaguaMelo	***.384.***-91	Exposiçãoboaguaartesanato	66	SIM	SELECIONADO
2	LídiaEmanuelydeMenzezesMarinho	***.413.***-67	Meu Pet deamigurumi: fios que transformam amor em cuidado	66	SIM	SELECIONADO
3	Maria da Soledade Martins	***.446.***-35	Memórias em tecido: exposição de bonecas de pano	65	SIM	SELECIONADO
4	OzineideFernandes Gurgel	***.870.***-83	Feltro divertido	64	SIM	SELECIONADO
5	AngelaMaria de Lima Oliveira de Costa	***.954.***-60	Mundos do crochê: exposição deamigurumi	60	SIM	SELECIONADO
6	ChrisnaelCarlos Martins Pinheiro	***.183.***-60	Brincar de madeira: arte, cultura e infância	59	SIM	SELECIONADO
7	WignaSonaryaTorres de Lima	***.386.***-09	Entre nós e fios: exposição de bolsas de macramê	59	SIM	SELECIONADO
8	Gabrielle de Sousa Fernandes	***.077.***-37	Sertão pop: exposição de cadernos artesanais	54	SIM	SELECIONADO
9	FranciscaRosineidede Sousa Fernandes	***.304.***-22	Primeiros passos: exposição de sapatinhos de crochê	52	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –FEIRA DE ARTESANATO
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	FranciscaJosineidede Moura Augusto Sampaio	***.594.***-84	Feira de artesanato mãos que realizam	75	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –CAPOEIRA
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Coletivo cultural capoeira nacional Apodi	***.997.***-63	Capoeira Nacional Apodi	90	SIM	SELECIONADO
2	Alex Mesquita dos Santos	***.351.***-06	Capoeira, instrumento de educação nas comunidades	78	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –TEATRO(COTASNEGROS)
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Marcelo Augusto Alves de Oliveira	***.876.***-20	Encenação filosófica da Paixão de Cristo – 5ª edição	57	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –TEATRO
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Waleska Cristine Dantas de Oliveira	***.785.***-52	Cascudo em cena: teatro e tradição	90	SIM	SELECIONADO
2	DaymonMoreira Barbosa	***.680.***-70	Apodi de lona e magia	85	SIM	SELECIONADO
3	Associação de Moradores do Sítio do Góis	**.672.***/****-48	Paixão de Cristo do Sítio do Góis 2027: Oficinas preparatórias	77	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –CARNAVAL
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Janaína Rodrigues de Souza Silveira	***.363.***-20	A história de Rita Maria de Jesus: uma mulher negra de garra e amor pela cultura carnavalesca	86	SIM	SELECIONADA

RESULTADO PROVISÓRIO –DANÇA
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Coletivo Cultural Pastoril Antônia Martins	***.995.***-**	Pastoril Antônia Martins: A perseverança da cultura dos cordões	77	SIM	SELECIONADO
2	Coletivo Cultural Poty Lata	***.900.***-43	Oficinas formativas de dança e ritmos do projeto Poty Lata	76	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –CULTURA INDÍGENA
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	LúciaPaiacuTabajara	***.282.***-49	I Seminário de difusão cultural TapuiaPaiacusda Lagoa do Apodi	94	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –CULTURA CIGANA
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	América Fonseca Carnaúba	***.434.***-01	Encontro de violeiros ciganos: sons da ancestralidade cigano	96	SIM	SELECIONADO
2	Francisco Erasmo Targino Carnaúba	***.144.***-49	OsrabensdosCalons– culinária ancestral em Apodi	91	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –LITERATÚRA
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Academia Apodiense de Letras	**.202.***/****-18	Produção e criação de sua homepageoficial – site na plataforma digital web	74	SIM	SELECIONADO
2	Coletivo Poetisa Cordelista Apodi	***.974.***-00	Apodi em cordel: uma história contada por mulheres	73,5	SIM	SELECIONADO
3	Leyla Carla Dantas de Sena	***.976.***-96	FLIP: Feira de literatura	73	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO – DOCUMENTÁRIO(COTASNEGROS)
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	PaulaRaízaGurgel da Silva	***.466.***-17	Além do sonho: empresários que construíram sua trajetória em Apodi	90	SIM	SELECIONADO
2	Marcos Paulo Gurgel Silva	***.963.***-90	Raízes da resistência: a história do MST em Apodi	85	SIM	SELECIONADO
3	Fernanda Ravenna Lopes de Oliveira	***.928.***-01	Guardiões da memória – entre a terra, a fé, a cultura e os sabores	84	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO –DOCUMENTÁRIO
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	José Francisco Neto	***.871.***-72	Entre sonhos e letras se faz Iêda Silva	100	SIM	SELECIONADO
2	DoroteuEventos, publicidade e assessoria ltda	**.376.***/****-55	Apodi: cidade maravilhosa, cheia de encantos mil.	75	SIM	SELECIONADO
3	Júlio Victor Brilhante do Carmo	***.501.***-01	Entre festas e pessoas: quem mantém viva a cultura de Apodi	73	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO – CINEMA DE RUA(COTAINDÍGENA)
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	WilismarFelipe Morais	***.864.***-36	Cine Poty Cultural	95	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO – CINEMA DE RUA

EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	Fundação Sebastião Lúcio da Silva	**.349.***.****-93	Cinema itinerante: pessoalidades da cultura apodiense	95	SIM	SELECIONADO

RESULTADO PROVISÓRIO – ARTES VISUAIS
EDITAL 03/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	HABILITADO	RESULTADO
1	GidelRudson Chaves Paiva	***.138.***-51	Dodorado Apodi, biografia, fotografias e obras: exposição itinerante de artes visuais	80	SIM	SELECIONADO

Apodi, 28 de Agosto de 2026

GILNEY BRITO DE MORAIS
Secretário Municipal deTurismo e Cultura

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:7295253D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 33, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.408.940,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.408.940,00 (um milhão, quatrocentos e oito mil, novecentos e quarenta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.408.940,00**
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**816.000,00**
	1037 MELHORIA ESTRUTURAL DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL				**436.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	436.000,00
	2828 RETOMADA DA REPACTUAÇÃO DE 10 UNIDADES ESCOLARES				**380.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	200.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	180.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**100.000,00**
	1076 REVITALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	80.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**2.940,00**
	1234 Incentivo ao desenvolvimento das atividades culturais				**2.940,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.940,00
02 .012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE					**300.000,00**
	2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL				**300.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	300.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**190.000,00**
	1042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	40.000,00
	2024 Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família (ESF)				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	150.000,00
Anexo II (Redução)					**1.408.940,00**
02 .002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS					**300.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS				**300.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**816.000,00**
	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**436.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	376.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	30.000,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 30% FUNDEB				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	200.000,00
	1027 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES				**180.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	180.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**100.000,00**
	1072 PROGRAMA BARAÚNA PAVIMENTADA				**100.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	100.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**2.940,00**
	1234 Incentivo ao desenvolvimento das atividades culturais				**2.940,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.940,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**190.000,00**
	2024 Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família (ESF)				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	150.000,00
	2042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE BAIXA E MÉDIA				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	40.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:DD3434D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 34, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 110.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Orçamentária Anual vigente e pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º Constitui fonte de recursos para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º o **excesso de arrecadação**, apurado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de **R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**110.000,00**
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**90.000,00**
	1068 PROGRAMA LUZ PARA BARAÚNA				**90.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	90.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**20.000,00**
	2042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE BAIXA E MÉDIA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17063110	0001	20.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:2E511550

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 35, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.192.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.192.000,00 (dois milhões, cento e noventa e dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 04 de setembro de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.192.000,00**
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**650.000,00**
	2818 CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE TEMPO INTEGRAL				**500.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	500.000,00
	2896 REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL				**150.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15420000	0001	150.000,00
02 .006 SECRETARIA MUN. DE DESPORTO					**1.000.000,00**
	1097 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS E COMPLEXOS DESPORTIVOS				**1.000.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17063110	0001	1.000.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**542.000,00**
	1114 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS				**412.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	262.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013120	0001	150.000,00
	1192 Construção do Núcleo de Inclusão e Desenvolvimento (NID)				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
	2903 Manutenção do NID – Núcleo de Inclusão e Desenvolvimento				**50.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50.000,00

	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**60.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	60.000,00
Anexo II (Redução)					**2.192.000,00**
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**650.000,00**
	1027 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES				**150.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	150.000,00
	2818 CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE TEMPO INTEGRAL				**500.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	500.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**1.000.000,00**
	1123 GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS				**1.000.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**542.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
	2024 Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família (ESF)				**412.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	412.000,00
	1192 Construção do Núcleo de Inclusão e Desenvolvimento (NID)				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	60.000,00
	2903 Manutenção do NID – Núcleo de Inclusão e Desenvolvimento				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	50.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:7E5727BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 36, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 295.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 295.500,00 (duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 04 de SETEMBRO de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**295.500,00**
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**35.000,00**
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**35.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	35.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**130.000,00**
	1064 PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS PARA FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIA				**100.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
	1072 PROGRAMA BARAÚNA PAVIMENTADA				**30.000,00**
		4.4.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	30.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**130.000,00**
	1101 ASSISTENCIA FINAN. COMPLEM. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
	1200 Construção da Unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)				**120.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	120.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					**500,00**
	2046 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**500,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16690000	0001	500,00
Anexo II (Redução)					**295.500,00**
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**35.000,00**
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**35.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	35.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**130.000,00**
	1072 PROGRAMA BARAÚNA PAVIMENTADA				**130.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	30.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**130.000,00**
	1042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	20.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
	1314 Reforma e Manutenção das Unidades de Saúde				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	20.000,00
	1114 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS				**80.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	80.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					**500,00**
	1052 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA				**500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16690000	0001	500,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:9689AF54

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 4.539.850,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 04 de setembro de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.539.850,00**
02 .001 SECRETARIA MUN. DE CHEFIA DE GABINETE					**80.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**850.000,00**
	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**300.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	300.000,00
	1027 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES				**300.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15420000	0001	300.000,00
	2828 RETOMADA DA REPACTUAÇÃO DE 10 UNIDADES ESCOLARES				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	200.000,00
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**50.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	50.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**1.450.000,00**
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**1.450.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	100.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	150.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PEC. E REC HÍDRICO					**50.000,00**
	2812 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS FÍSICOS E BIOLÓGICOS				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**80.000,00**
	2065 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E LAZER				**80.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	80.000,00
02 .012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE					**190.000,00**
	2661 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
	2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL				**140.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	140.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO					**10.000,00**
	2834 MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**1.725.850,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA				**730.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	650.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	80.000,00
	2024 Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família (ESF)				**189.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	189.000,00
	1114 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS				**291.150,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	110.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	108.300,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013120	0001	72.850,00
	2820 CONSTRUÇÃO DA UBS NO CENTRO/SUBESTAÇÃO				**400.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	400.000,00
	2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica				**15.700,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	15.700,00
	2900 Manutenção das Atividades das Equipes Multidisciplinares				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	50.000,00
	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					**104.000,00**
	1062 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER AT				**84.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	84.000,00
	2051 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**4.539.850,00**
02 .001 SECRETARIA MUN. DE CHEFIA DE GABINETE					**80.000,00**
	1005 FUNCIONAMENTO E MELHORIA ESTRUTURAL DA OUVIDORIA MUNICIPAL				**20.000,00**

		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
	2002 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE				**9.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	3.000,00
	2003 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
	2874 Fortalecimento da Comunicação Pública e Mídia Institucional.				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2877 Apoio à Estrutura e Funcionamento da Junta de Serviço Militar Municipal.				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2878 Estruturação, Manutenção e Operacionalização das Atividades da Defesa Civil Municipal				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**850.000,00**
	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**300.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	300.000,00
	1027 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES				**500.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	300.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	200.000,00
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	50.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**1.450.000,00**
	1072 PROGRAMA BARAÚNA PAVIMENTADA				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	200.000,00
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**1.250.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	500.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	500.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	250.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PEC. E REC HÍDRICO					**50.000,00**
	1202 PROGRAMA AGUA NO CAMPO				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2813 COLETA E RECOLHIMENTO DE ANIMAIS				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2847 PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS MERCANTIS				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**80.000,00**
	1235 Incentivo ao desenvolvimento das atividades religiosas				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
02 .012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE					**190.000,00**
	2661 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE				**80.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	60.000,00
	2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL				**72.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	52.000,00
	2825 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DA FUNDAÇÃO DE CULTURAL DO MUN. DE BARAÚNA				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.000,00
	2871 MANUTENÇÃO DA CASA DAS ARTES EDSON BARBOSA				**18.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO					**10.000,00**
	2834 MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**1.725.850,00**
	1042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO				**347.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	47.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	300.000,00
	2024 Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família (ESF)				**739.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	489.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	50.000,00
	2030 Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)				**150.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	120.000,00
	1314 Reforma e Manutenção das Unidades de Saúde				**63.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	63.000,00
	1191 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)				**81.150,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	81.150,00
	1192 Construção do Núcleo de Inclusão e Desenvolvimento (NID)				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	100.000,00
	1193 Construção de Polos da Academia da Saúde e Espaços de Convivência				**120.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	80.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	40.000,00
	1196 Ampliação e Melhoria da Estrutura Física do Hospital Municipal				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	60.000,00
	1203 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Hospitalares				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	20.000,00
	2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica				**15.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	15.700,00
04 .001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					**104.000,00**
	1057 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	20.000,00
	2046 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**84.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	84.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:7AA01EF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A Prefeita MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 4.467.600,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.467.600,00**
02 .002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS					**60.000,00**
	1010 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E ACORDOS JUDICIAIS				**60.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	60.000,00
02 .004 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					**10.000,00**
	2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**10.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**2.690.000,00**
	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**250.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	250.000,00
	1039 PROGRAMA FARDAMENTO ESCOLAR E KITS EDUCACIONAIS				**250.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	250.000,00
	2891 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%				**1.880.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	1.880.000,00
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**310.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	300.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	10.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**163.000,00**
	1068 PROGRAMA LUZ PARA BARAÚNA				**3.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	3.000,00
	1076 REVITALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS				**60.000,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	60.000,00
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**100.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	100.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PEC. E REC HÍDRICO					**380.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS				**130.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	130.000,00
	1117 PROGRAMA CORTE DE TERRA				**250.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**79.600,00**
	2065 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E LAZER				**79.600,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	79.600,00
02 .010 SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO E URBANISMO					**50.000,00**
	2862 Gestão e Desenvolvimento do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
02 .011 SECRETARIA MUN. DA MULHER E POLÍTICAS AFIRMATIVAS					**30.000,00**
	2844 Manutenção das ativ. adm. sec. mun. de políticas públicas para mulheres e e grupos minoritários				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
02 .012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE					**197.000,00**
	2661 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE				**102.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	102.000,00
	2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL				**95.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	95.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO					**60.000,00**
	2834 MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO				**60.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	60.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**748.000,00**
	2029 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOCIAL - CAPS				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	15.000,00
	2030 Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)				**415.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	415.000,00
	1114 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	10.000,00
	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**308.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	120.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	188.000,00
Anexo II (Redução)					**4.467.600,00**
02 .002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS					**60.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS				**60.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	60.000,00

02 .004 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					**10.000,00**
	2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**2.690.000,00**
	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	150.000,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 70% FUNDEB				**660.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	660.000,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 30% FUNDEB				**200.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	200.000,00
	1027 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES				**720.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	720.000,00
	1352 CRIAÇÃO DO PROGRAMA MONITORES, APOIO E ESTAGIÁRIOS NA ESCOLA				**250.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	250.000,00
	1160 CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE TEMPO INTEGRAL				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	100.000,00
	2891 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%				**500.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15420000	0001	300.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15420000	0001	200.000,00
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	10.000,00
	2896 REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	100.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**163.000,00**
	1068 PROGRAMA LUZ PARA BARAÚNA				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	3.000,00
	1076 REVITALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	60.000,00
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**100.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PEC. E REC HÍDRICO					**380.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS				**120.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	50.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	70.000,00
	1202 PROGRAMA AGUA NO CAMPO				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
	1117 PROGRAMA CORTE DE TERRA				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
	2812 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS FÍSICOS E BIOLÓGICOS				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
	2813 COLETA E RECOLHIMENTO DE ANIMAIS				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2847 PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS MERCANTIS				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**79.600,00**
	1234 Incentivo ao desenvolvimento das atividades culturais				**79.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	79.600,00
02 .010 SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO E URBANISMO					**50.000,00**
	2063 Gestão Administrativa da Secretaria de Habitação Social e Urbanismo				**28.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
	2512 Implantação e Gestão da Fiscalização Urbanística				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2514 Desenvolvimento da Política Municipal de Mobilidade Urbana				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2863 Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS)				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .011 SECRETARIA MUN. DA MULHER E POLÍTICAS AFIRMATIVAS					**30.000,00**
	2844 Manutenção das ativ. adm. sec. mun. de políticas públicas para mulheres e e grupos minoritários				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
02 .012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE					**197.000,00**
	2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL				**182.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	177.000,00
	2825 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DA FUNDAÇÃO DE CULTURAL DO MUN. DE BARAÚNA				**13.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2871 MANUTENÇÃO DA CASA DAS ARTES EDSON BARBOSA				**2.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO					**60.000,00**
	1084 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	60.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**748.000,00**
	1042 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	10.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA				**430.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	415.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	15.000,00
	1197 Construção do Laboratório de Análises Clínicas				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	50.000,00

	1198 Construção do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	50.000,00
	1223 Manutenção dos Serviços Hospitalares de Média e Alta Complexidade				**120.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	120.000,00
	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**88.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	80.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:1C324F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº247, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A Prefeita MUNICIPAL DE Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.230.000,00**
02 .002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS					**200.000,00**
	1010 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E ACORDOS JUDICIAIS				**200.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	200.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**280.000,00**
	2081 IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS DENTRO DA ESCOLA				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	80.000,00
	2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	200.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**150.000,00**
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**150.000,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	150.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**65.000,00**
	2065 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E LAZER				**65.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**535.000,00**
	2030 Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)				**400.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	400.000,00
	2312 Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	120.000,00
	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	15.000,00
Anexo II (Redução)					**1.230.000,00**
02 .002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS					**200.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS				**200.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
02 .005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO					**280.000,00**
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 70% FUNDEB				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	200.000,00
	1160 CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE TEMPO INTEGRAL				**80.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	80.000,00
02 .007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA					**150.000,00**
	2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA				**150.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	150.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER					**65.000,00**
	1234 Incentivo ao desenvolvimento das atividades culturais				**65.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE					**535.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA				**400.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	400.000,00
	1196 Ampliação e Melhoria da Estrutura Física do Hospital Municipal				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	40.000,00
	1197 Construção do Laboratório de Análises Clínicas				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	10.000,00
	1198 Construção do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	10.000,00
	1199 Construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER)				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	10.000,00
	1203 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Hospitalares				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
	2904 Manutenção das Atividades do Hospital				**15.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	15.000,00

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:72FACCE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 116/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09070002/2026

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **ADMINISTRACAO REGIONAL SENAC - AR/RN – CNPJ: 03.640.285/0001-13, com sede na R Padre Joao Damasceno, 1935, CEP 59075-760, Lagoa Nova/Natal-RN**, representada pelo Sr. **RANIERY CHRISTIANO DE QUEIROZ PIMENTA - AR/RN**, inscrito no CPF:008.058.504-30 doravante denominado **CONTRATADO** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Inexigibilidade de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, integrante do Sistema "S", para a execução de serviços de capacitação destinados à população do Município de Baraúna, no âmbito de parceria institucional, visando à promoção da empregabilidade, geração de renda, inclusão social e melhoria dos serviços públicos na área de assistência social, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO ANALÍTICA, CONFORME DOCUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA DAS UNIDADES REQUISITANTES	QUANT. ALUNOS	QUANT. TURMAS	UNID	QUANT	SUBSÍDIO SENAC (80%)	CONTRAPARTIDA MUNICIPIO (20%)	VALOR TOTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
1	Básico de depilação	20	01	Serviço	01	R$ 5.162,90	R$ 1.290,72	R$ 6.453,62
2	Básico de manicure e pedicure	20	01	Serviço	01	R$ 4.159,70	R$ 1.039,92	R$ 5.199,62
3	Bolos e tortas	15	01	Serviço	01	R$ 4.786,86	R$ 1.196,72	R$ 5.983,58
4	Cuidados básicos com idosos	25	01	Serviço	01	R$ 5.976,90	R$ 1.494,22	R$ 7.471,12
5	Design de sobrancelhas	20	01	Serviço	01	R$ 4.055,26	R$ 1.013,82	R$ 5.069,08
6	Hidratação, corte e escova	20	02	Serviço	01	R$ 13.418,72	R$ 3.354,68	R$ 16.773,40
7	Marketing básico	25	02	Serviço	01	R$ 2.635,26	R$ 658,82	R$ 3.294,08
8	Noções básicas das rotinas administrativas	25	01	Serviço	01	R$ 2.375,26	R$ 593,82	R$ 2.969,08
10	Penteados para festas	20	01	Serviço	01	R$ 5.642,90	R$ 1.410,72	R$ 7.053,62
11	Preparação de doces e salgados para lanchonete	15	01	Serviço	01	R$ 4.994,46	R$ 1.248,62	R$ 6.243,08
12	Preparo de bolos tradicionais	15	01	Serviço	01	R$ 4.786,86	R$ 1.196,72	R$ 5.983,58
13	Processos logísticos de estoque e compras	25	02	Serviço	01	R$ 3.078,32	R$ 769,58	R$ 3.847,90
14	Técnicas básica para cozinheiro	15	01	Serviço	01	R$ 6.998,53	R$ 1.749,63	R$ 8.748,16
15	Técnicas de maquiagem	20	01	Serviço	01	R$ 4.745,30	R$ 1.186,32	R$ 5.931,62
16	Técnicas de organização de estoque almoxarifado	25	02	Serviço	01	R$ 4.750,53	R$ 1.187,63	R$ 5.938,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
1	Boas práticas na manipulação de alimentos	20	03	Serviço	01	R$ 6.308,93	R$ 1.577,23	R$ 7.886,16
2	Eficiência na cozinha: aproveitamento integral de alimentos	20	03	Serviço	01	R$ 13.594,90	R$ 3.398,72	R$ 16.993,62
3	Informática para o trabalho	30	10	Serviço	01	R$ 68.057,92	R$ 17.014,48	R$ 85.072,40
4	Orientador turístico local	25	04	Serviço	01	R$ 18.394,11	R$ 4.598,53	R$ 22.992,64
5	Técnicas para merendeira	20	03	Serviço	01	R$ 10.971,89	R$ 2.742,97	R$ 13.714,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								
1	Qualidade no atendimento aos serviços de saúde	25	08	Serviço	01	R$ 13.145,28	R$ 3.286,32	R$ 16.431,60
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$ 213.311,32**	**R$ 53.327,82**	**R$ 266.639,14**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ 53.327,82 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **01 de setembro de 2026 até 01 de setembro de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.1.6. Alinhar a demanda junto à equipe Senac/RN na etapa inicial de planejamento, fornecendo todas as informações e insumos necessários à elaboração da proposta técnica e/ou comercial;
6.1.7. Alinhar o trabalho e validar as ações desenvolvidas e as mudanças solicitadas, junto ao consultor do Atendimento Corporativo ou pedagogo;
6.1.8. Cumprir os prazos previstos no planejamento do trabalho, acordado em cronograma;
6.1.9. Comunicar a necessidade de cancelamento ou alteração de data de início do serviço, com prazo de 10 (dez) dias úteis que antecedem a mesma;
6.1.10. Indicar/Informar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, os colaboradores que participarão do curso, de acordo com os requisitos exigidos, descritos neste orçamento;
6.1.11. Recrutar os participantes e encaminhar ao Atendimento Corporativo toda documentação exigida para o início do curso (fichas de pessoa física, jurídica e contrato assinado);
6.1.12. Fornecer ambiente pedagógico para a execução das turmas fechadas;
6.1.13. Garantir a hospedagem dos instrutores designados pelo SENAC/RN para execução das turmas, em acomodações individualizadas, adequadas e em plenas condições estruturais, assegurando conforto, privacidade, higiene e segurança, de modo a preservar o bem-estar e a plena capacidade de desempenho profissional durante o período de realização dos cursos.
6.1.14. Garantir o transporte dos instrutores designados pelo SENAC/RN, contemplando os deslocamentos de ida e retorno entre o município de origem e o local de execução dos cursos, bem como os trajetos internos necessários durante o período das atividades, assegurando condições adequadas de segurança, pontualidade e conforto, de forma a viabilizar o cumprimento integral do cronograma estabelecido.
6.1.15. Caso as premissas mínimas de infraestrutura necessárias para a realização e execução dos cursos não sejam atendidas, o SENAC RN não dará início às turmas, sendo necessária uma nova validação das condições para posterior liberação e início das atividades.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.
6.2.10. Alocar instrutores especializados e equipe pedagógica de forma a atender as ações previstas na proposta;
6.2.11. Alinhar o desenvolvimento do trabalho às expectativas e necessidades do cliente, customizando a abordagem dos conteúdos oferecidos pelos cursos;
6.2.12. Certificar os participantes que obtiverem aproveitamento e frequência superiores a 75% das sessões de aprendizagem;
6.2.13. Cumprir os prazos previstos no planejamento do trabalho, acordado em cronograma;
6.2.14. Realizar visita para aprovação dos ambientes educacionais disponibilizados pelo Cliente, no caso de turmas “in company”;
6.2.15. Realizar planejamento e gerenciamento do curso;
6.2.16. Realizar acompanhamento técnico-pedagógico do curso;
6.2.17. Emitir os certificados até 30 (trinta) dias após a conclusão do curso;
6.2.18. Fornecer material digital didático do curso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **MARIA JULIANA DE MÂCEDO SILVA** inscrito no **CPF: 115.823.984-02.**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.005 – FUNDO MUN. EDUCAÇÃO
AÇÃO:
2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QSE)
2892 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%
2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 30% FUNDEB
2899 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 30%
NATUREZA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15001001 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15500000 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15400000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS
15420000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
04.001 SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
AÇÃO:
1251 PROGRAMA QUALIFICA BARAÚNA – OFERTA DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES
NATUREZA:
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
16600000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
NATUREZA:
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADO deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;

12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. O CONTRATADO não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:
17.1. O compartilhamento de dados pessoais decorrente da execução do presente contrato obedecerá à Legislação vigente, em especial à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), sendo utilizado exclusivamente para fins de execução dos cursos e atividades objeto deste contrato, com fundamento no art. 7º, V, da LGPD (execução de contrato) e, quando envolver dados sensíveis, no art. 11, II, "e" (proteção do titular), vedado qualquer uso para fins comerciais ou de marketing.
17.2. Para os fins desta Cláusula, as partes reconhecem-se como controladores conjuntos (art. 42, §1º, II,
LGPD), comprometendo-se a cooperar e a disponibilizar, mutuamente, as informações necessárias ao cumprimento das obrigações previstas nos arts. 18, 37 a 40 e 48 da LGPD.
17.3. O tratamento dos dados pessoais se dará unicamente em observância à finalidade estabelecida neste contrato, ficando desde já fixado o prazo de retenção máximo de 12 (doze) meses após o encerramento da turma, quando então os dados deverão ser eliminados ou anonimizados, com emissão de Certificado de Destruição.
17.4. Caso seja necessária a alteração da finalidade originária, as Partes deverão concordar com tal alteração, de comum e expresso acordo.
17.5. As Partes comprometem-se a não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão deste Termo, salvo (i) subcontratados previamente autorizados por ambas as Partes e vinculados por contrato que contenha obrigações de proteção equivalentes ou (ii) cumprimento de obrigação legal ou ordem de autoridade competente.
17.6. Qualquer compartilhamento com terceiros será previamente comunicado à outra Parte, indicando a base legal, a categoria de dados envolvida e as medidas de salvaguarda adotadas.
17.7. Na ocorrência de incidente que comprometa confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, a Parte que dele tiver ciência comunicará a outra Parte e à ANPD, bem como aos titulares potencialmente afetados, em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo informar: (i) descrição dos dados envolvidos; (ii) volumetria estimada; (iii) categorias de titulares; e (iv) medidas de contenção adotadas.
17.8. A comunicação prevista no presente contrato será dirigida ao Encarregado de Dados de cada Parte e documentada nos autos do processo administrativo.
17.9. Medidas de segurança mínimas: (a) criptografia; (b) autenticação multifator para perfis administrativos; (c) logs imutáveis retidos por 365 dias, exportáveis em CSV; (d) pentest anual com entrega de relatório executivo às Partes.
17.10. Direitos dos titulares: os estudantes poderão exercer os direitos dos arts. 9º e 18 da LGPD pelos canais institucionais, devendo as Partes responder às solicitações no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
17.11. Responsabilização: o descumprimento de quaisquer obrigações desta Cláusula sujeita a Parte infratora a indenizar a outra por eventuais sanções administrativas ou danos sofridos, sem prejuízo das penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA ANTICORRUPÇÃO E DA OBSERVÂNCIA AOS PRECEITOS ÉTICOS:
17.12. As partes assumem que são expressamente contrárias à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem das Instituições e comprometem-se a observar a Lei nº 12.846/2013 e os princípios da moralidade, impessoalidade e probidade administrativa.
17.13. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quando ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
17.14. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 01 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
(Contratante)

Administracao Regional SENAC - AR/RN
RANIERY CHRISTIANO DE QUEIROZ PIMENTA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:513B3725

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROJETOS DE VENDA E RESULTADO - CHAMADA PÚBLICA N° 002/2026 - PROCESSO Nº 496/2026

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Município de Bento Fernandes/RN

Aos 03 (três) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10 (dez) horas, no Prédio sede da Prefeitura Municipal, situado à Rua Tiradentes, 66 – Centro – Bento Fernandes/RN, reuniram-se o Agente de Contratação e os Membros da Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 068/2026, composta por Luiz Gonzaga de Oliveira – Agente de Contratação, Tiago Varela da Câmara – Membro e José Tiago Inácio de Oliveira – Membro, para dar julgamento e resultado, conforme recebimento dos envelopes nº 01 – Habilitação e nº 02 – Projeto de Venda, dos Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais, interessados em participar da presente Chamada Pública.

Dando continuidade foi constatado que **01 (uma)** interessada apresentou os documentos de participação na qualidade de Grupo Formal, detentor de DAP Jurídica. Na sequência, verificou-se que o representante do Grupo Formal está presente na sessão, conforme quadro abaixo:

FORNECEDORES PARTICIPANTES	
Razão Social - CPF ou CNPJ	**Representante / CPF**
COOPERATIVAMISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE BEBIDA VELHA – CNPJ: 16.939.429/0001-89	Alice Bezerra da Silva/050.699.454-67

Ato contínuo, o Agente de Contratação passou a análise dos documentos apresentados, na qual constatou-se que o fornecedor com seus documentos protocolados atenderam as exigências do Instrumento Convocatório da Chamada Pública nº **002/2026**, ficando assim **HABILITADOS** e, dessa forma, apresentando o mapa de resultado com o vencedor conforme segue:

Vencedor: COOPERATIVAMISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE BEBIDA VELHA - **(COOPABEV)**					
CNPJ: **16.939.429/0001-89**					
Endereço: **Rua do colônia, 290 – Zona Rural – Pureza/RN – CEP: 59.582-000**					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
0006129	MACAXEIRA - Frescas de ótima qualidade, compacta, firme decoloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, lar vas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	800	KG	5,80	4.640,00
0019127	COENTRO IN NATURA, apresentando grau de evolução completo, aroma e cor próprios, com folha frescas, integras, sem manchas ou ressecamento, de acordo com resolução 12/78 da CNNPA.	300	KG	13,00	3.900,00
0019081	LARANJA PÊRA: laranja Pêra fresca, de primeira qualidade; livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, devendo atender legislação vigente.	200	KG	5,00	1.000,00
0003127	PIMENTÃO DE 1ª, apresentando grau de maturidade adequado á manipulação , transporte, consumo, aroma e cor próprios; sem perfurações, manchas; isento de sujidades, parasitas ou larvas; de acordo com resolução 12/78 da CNNPA.	350	KG	12,00	4.200,00
0019128	CEBOLINHA - Folhas integras, com talo, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, maço aproximadamente 300g (sem raízes) de acordo com a resolução 12¬/78 da CNNPA.	80	KG	8,00	640,00
0019129	ALFACE DE 1ª QUALIDADE, de tamanho médio a grande, apresentando grau de evolução adequado a manipulação e transporte e consumo; de acordo com resolução 12/78 da CNNPA	80	KG	5,90	472,00
0019130	MARACUJÁ in natura fresco, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado para consumo, com casca íntegra , firme e saudável, coloração característica da variedade, tamanho médio a grande e uniforme. Deve estar livre de danos mecâni cos, rachaduras, perfura ções , amassamentos, podridões, manchas, sinais de deterioração, ataque de pragas, doenças ou resíduos que comprometam sua qualidade. Produto limpo, sem sujidades, terra, corpos es t r an ho s o u u m i d ad e e x c e s s i v a , acondicionado de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, atendendo às normas sanitárias vigentes.	900	KG	17,33	15.597,00
0019131	ACEROLA In natura fresca, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado para consumo, com coloração característica da variedade (vermelha ou vermelho-intensa), uniforme, firme e saudável. Os frutos devem estar íntegros, limpos, sem rachaduras, amassamentos, perfurações , sinais de podridão, fermentação, ataque de pragas ou doenças. Devem estar livres de sujidades, materiais estranhos e umidade excessiva, apresentando tamanho e aspecto uniformes. O produto deverá ser acondicionado e transportado em condições adequadas de higiene e conservação, preservando suas características físicas , nutricionais e sanitárias, em conformidade com a legislação vigente.	400	KG	7,90	3.160,00
0019132	COUVE FOLHAS IN NATURA, fresca, de 1° qualidade com folhas tamanho médio, coloração verde característica, textura firme , sem danos mecânicos, perfurações ou sinais de deterioração, livre de resíduos, terra e corpos estranhos, própria para consumo humano, acondicionada em embalagem apropriada.	80	KG	8,90	712,00
0019136	BOLO DA MOÇA, tipo artesanal, produzido com ingredientes de primeira qualidade, massa leve e homogênea. O produto deve ser entregue inteiro, em formato redondo ou retangular, com peso mínimo de 1kg por unidade, fresco (fabricação no dia	200	KG	29,90	5.980,00

	da entrega), isento de sujidades ou mofos, acondicionado em suporte plástico rígido com tampa transparente e devida identificação de sabor e validade.				
0019137	BOLO DE CENOURA, tipo artesanal, produzido com ingredientes de primeira qualidade, massa leve e homogênea. O produto deve ser entregue inteiro, em formato redondo ou retangular, com peso mínimo de 1kg por unidade, fresco (fabricação no dia da entrega), isento de sujidades ou mofos, acondicionado em suporte plástico rígido com tampa transparente e devida identificação de sabor e validade.	120	KG	29,00	3.480,00
0019138	ABACAXI de 1º, in natura, tamanho grande, apresentando grau de maturidade adequado á manipulação, transporte e consumo, aroma e cor próprios; sem perfurações, manchas; isento de sujidades, parasitas ou larvas; de acordo com legislação vigente.	1.000	KG	7,90	7.900,00
0000803	BANANA PACOVAN: In Natura, de primeira, com 80 a 90% de maturação, entregues com as cores características, de tamanhos uniformes (médio a grande), sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	1.000	KG	8,00	8.000,00
0003126	MELANCIA de 1ª, apresentando grau de maturidade adequado á manipulação , transporte, consumo, aroma e cor próprios; sem perfurações, manchas; isento de sujidades, parasitas ou larvas; de acordo com resolução 12/78 da CNNPA.	1.000	KG	5,33	5.330,00
0008825	MAMÃO FORMOSA IN NATURA EXTRA, apresentando maturação média (de vez), polpa firme ao toque, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos , parasitas e larvas.	1.000	KG	5,17	5.170,00
0010631	TOMATE IN NATURA, de 1ª qualidade, Kg tipo maçã, tamanho médio, primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem fermentação ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho de acordo com a resolução 12/78 CNNPA.	400	KG	20,00	8.000,00
0003153	BATATA DOCE de 1ª qualidade, apresentando grau de maturidade adequado a manipulação, transporte e consumo, aroma e cor próprios; sem perfurações, manchas; isenta de sujidades, parasitas ou larvas; de acordo com resolução 12/78 da CNNPA.	400	KG	5,99	2.396,00
0019069	FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO, pescado tipo tilápia, em filés, sem espinhas, congelado, de primeira qualidade, com coloração, odor e textura característicos, livre de sinais de descongelamento, sujidades, parasitas e deterioração, acondicionado em embalagem íntegra, atóxica e resistente, contendo identificação do produto, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade e registro SIF/SIE.	250	KG	48,00	12.000,00
0019058	OVOS DE GALINHA, DE CLASSE A, tipo 3, grande, produto fresco de ave galinácea, integro sem manchas ou sujidades, cor e odor ou sabor normais. Acondicionado em embalagem apropriada, proveniente de avicultor com inspeção oficial devendo atender as exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal, RISPOA/MA. Resolução Nº de 5/7/91 – CIPO/MA. Bandeja de 30 ovos e conter certificação de serviço de inspeção municipal. (SIM).	300	Bandeja	30,00	9.000,00

TOTAL GERAL R$	**101.577,00**

Informamos que após exame detalhado de toda a documentação e projetos de vendas, esta Comissão deliberou unânime, concluindo que os fornecedores supracitados foram vencedores por apresentarem os projetos de venda em concordância com o instrumento convocatório.

Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país e seguirá ordem de prioridade conforme itens **4.2.1** e **4.2.2** do edital.

Os fornecedores deverão providenciar os comprovantes de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS, bem como a regularidade trabalhista para fins de assinatura do instrumento de Contrato.

O resultado do julgamento será publicado por meio do Diário Oficial do Município de Bento Fernandes/RN, e na própria sede da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN. Em seguida o Agente de Contratação encerrou a reunião. Nada havendo a tratar lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada recebe a assinatura de todos os presentes.

Bento Fernandes/RN, 03 de setembro de 2026.

LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

TIAGO VARELA DA CÂMARA
Membro – Equipe de Apoio

JOSÉ TIAGO INÁCIO DE OLIVEIRA
Membro – Equipe de Apoio

Cooperativamista da Agricultura Familiar e Economia Solidaria de Bebida Velha(COOPABEV)
ALICE BEZERRA DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:926F5E31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ARP 60-2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ: 57.692.992/0001-82, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das

demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **57.6G2.GG2/0001-82**	Telefone:	Email:
Endereço: **R JOSÉ ALVES DE AQUINO, 13G, NOVA BETÂNIA, MOSSORO/RN, CEP: 5G612-0G7**		
Representante: **CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA** - CPF: **016.468.414-0G**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0006841 - Levodopara + Benserazida 200 mg + 50 mg	ROCHE	Comprimi	2400,000000	2,320	5.568,00
3	0003595 - Levotiroxina sódica 50 µg	MERCX	Comprimi	1500,000000	0,360	540,00
16	0003607 - Ondansetrona 8 mg	BIOLAB	Comprimi	20000,000000	0,250	5.000,00
17	0006853 - Pasta d'água 100g	FARMAX	FRASCOS	600,000000	7,440	4.464,00
23	0006858 - Protetor solar FPS 30 200 ml	NUTRIEX	FRASCO	1000,000000	16,750	16.750,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100)
_ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1.agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2.multa;
2.3.impedimento de licitar e contratar e

2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c)As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j)Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k)O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l)A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Levi Med Distribuidora LTDA
CNPJ: 57.6G2.GG2/0001-82
CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA
Socia Administradora

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF___ . ___ . ___ - ___

2 ª _____ CPF: ___ . ___ . ___ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:B263DFAC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa 52.208.900 JOSE DE CASTRO GOMES FILHO, inscrita no CNPJ: 52.208.900/0001-22, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **52.208.900 JOSE DE CASTRO GOMES FILHO**		
CNPJ: **52.208.900/0001-22**	Telefone:	Email:
Endereço: **R JOSE CALDART, 1412 ANEXO, MARIA LUIZA, CASCAVEL/PR, CEP: 85819-570**		
Representante: **JOSE DE CASTRO GOMES FILHO** - CPF: **555.910.513-91**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
22	0011622 - Protetor solar FACIAL - mínimo FPS 50 120ml	ALG	FRASCO	1000,000000	12,660	12.660,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

52.208.900 Jose de Castro Gomes Filho
CNPJ: 52.208.900/0001-22
JOSE DE CASTRO GOMES FILHO
Socio Titular

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:6E24ADC7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 42.591.738/0001-10, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **42.591.738/0001-10**	Telefone: **84 9977-0465**	Email:
Endereço: **RUA PARA , 261 , NEÓPOLIS, Natal/RN, CEP: 59080-160**		
Representante: **ELISON ANTONIO DE AZEVEDO** - CPF: **010.238.214-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0003597 - Maleato de Timolol 0,25 %	EMS	FRASCO	120,000000	7,590	910,80
5	0003598 - Maleato de Timolol 0,5 %	EMS	FRASCO	360,000000	3,590	1.292,40
7	0000461 - Metoprolol, succinato 50mg liberação controlada	BRAINFARMA	Comprimi	4000,000000	0,510	2.040,00
9	0006846 - Metronidazol + Nistatina creme vaginal	TEUTO	Bisnagas	2000,000000	10,480	20.960,00
18	0006854 - Permetrina Loção 5 % 60mL	NATIVITA	FRASCOS	2400,000000	2,750	6.600,00
20	0000471 - Propatilnitrato 10mg.	FARMOQUIMICA	Comprimi	1000,000000	0,750	750,00
25	0006861 - Tetraciclina + Anfotericina B c/aplicador Creme Vaginal	ARESE	Bisnagas	1200,000000	32,790	39.348,00
28	0003623 - Verapamil, cloridrato 80 mg	ACHE	Comprimi	1000,000000	0,410	410,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Cactos Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalar LTDA
CNPJ: 42.591.738/0001-10
ELISON ANTONIO DE AZEVEDO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:E365170B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 40.787.152/0001-09, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **40.787.152/0001-09**	Telefone: **84 3213-6910**	Email:
Endereço: **RUA PRESIDENTE QUARESMA, 1105 ANEXO 1001, ALECRIM, Natal/RN, CEP: 59031-100**		
Representante: **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO** - CPF: **105.939.694-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
14	0000463 - Mononitrato de Isossorbida 40 mg	ZYDUS	Comprimi	1000,000000	0,340	340,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Cirufarma Comercial LTDA
CNPJ: 40.787.152/0001-09
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:7BC2A91B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.417.694/0001-20, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **01.417.694/0001-20**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2103, ZACARIAS, CARATINGA/MG, CEP: 35300-571**		
Representante: **Fagner Genelhú Ferreira Penna** - CPF: **013.040.786-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
6	0000460 - Metoprolol, succinato 25mg liberação controlada	CIMED	Comprimi	3000,000000	0,300	900,00
8	0003599 - Metoprolol, succinato 100mg liberação controlada	CIMED	Comprimi	8000,000000	0,630	5.040,00
15	0006847 - Neomicina+ Bacitracina 5mg/g +250UI/g 10g	PRATI	Bisnagas	4000,000000	2,290	9.160,00
24	0003620 - Tenoxicam 20mg	MEDQUIMICA	Comprimi	6000,000000	0,560	3.360,00
26	0000478 - Tiamina 300 mg	PRATI	Comprimi	3000,000000	0,240	720,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Distrimix Distribuidora De Medicamentos LTDA
CNPJ: 01.417.694/0001-20
FAGNER GENELHÚ FERREIRA PENNA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ___
2ª		CPF:	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:5AF28BEF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2026

Processo nº 686/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 13/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2026

Aos 15 de junho de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa PHOSPODONT LTDA , inscrita no CNPJ: 04.451.626/0001-75, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia básica do município de Brejinho/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **PHOSPODONT LTDA**		
CNPJ: **04.451.626/0001-75**	Telefone: **84 3611-3159**	Email:
Endereço: **AVENIDA AIRTON SENNA, 526 , CAPIM MACIO , NATAL /RN, CEP: 59080-100**		
Representante: **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA** - CPF: **413.273.304-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
10	0000517 - Metronidazol 100mg/g 50g Gel vaginal	TEUTO	Bisnagas	3000,000000	6,000	18.000,00
11	0003602 - Metronidazol 250mg	PRATI	Comprimi	12000,000000	0,190	2.280,00
13	0000462 - Mononitrato de Isossorbida 20 mg	ZYDUS	Comprimi	1000,000000	0,210	210,00
27	0003622 - Varfarina sódica 5mg.	UNIÃL QUIMICA	Comprimi	1000,000000	0,180	180,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 13/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 15 de junho de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Phospodont LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA
Socia Administradora

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:700BD845

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA N° 009/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Portaria nº 076/2025-GP, de 31 de janeiro de 2025,
R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulares, conforme tabela, aos servidores abaixo identificados de acordo com o disposto no art. 100 da Lei Complementar n° 010/98 (Estatuto do Servidor Municipal).

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO DE GOZO	PERÍODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO	CARGO
0005444-2	FRANCISCO MEIRYANDSON RODRIGUES BRILHANTE	**01/09/2026** à **30/09/2026**	2025-2026	SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	CUIDADOR SOCIAL
0004880-2	VALDILENE BARROS DE MACEDO	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2025 - 2026	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TECNICO DE ENFERMAGEM
0000044-1	JOSE AILTON PEREIRA	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2024- 2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MOTORISTA
0000436-1	MARIA LUCIMAR FREIRE GOMES	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2025 - 2026	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
0010731-1	AILA ALVES DE LIMA SOUZA	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2025 - 2026	SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	PSICOLOGO
0000427-1	JOSEFA DE MORAIS	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2024 - 2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
0000076-1	MARIA CLEDINEIDE DA SILVA OLIVEIRA	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2024 - 2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-READAPTADO
0001597-2	GISLANE KAROLINE DE O. BRILHANTE SILVA	**01/09/2026** à 30/**09/2026**	2025-2026	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSISTENTE SOCIAL
0000380-1	ADELISSON FLAVIERY DA SILVA PINHEIRO	**01/08/2026** à **30/08/2026**	2025-2026	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 01 de setembro de 2026.

LÍDIA MARIA FÉLIX DA SILVA
Secretária Adjunta Municipal de Administração

Publicado por:
Lidia Maria Felix da Silva
Código Identificador:0ECCB2A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 102/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **04** dias do mês de **SETEMBRO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
C & P INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **29.006.963/0001-84**, com sede na **RUA PADRE ANCHIETA, Nº 543, BAIRRO CENTRO,** CEP **89.887-000**, no Município de **PALMITOS/SC**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **FILIPE LAZZARE,** portador(a) da Cédula de

Identidade nº **4XXX587** SSP/SC e CPF nº **077.XXX.XXX-36**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 14.400,00,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
11	**ROTEADOR WI-FI MESH DUAL BAND – PADRÃO 802.11ac (WI-FI 5)** Sistema de roteador com tecnologia Mesh, novo, sem uso, destinado à ampliação de cobertura de rede sem fio em ambientes administrativos, contendo as seguintes especificações mínimas por unidade: Tecnologia compatível com o padrão IEEE 802.11ac (Wi-Fi 5); Operação em dual band simultâneo (2,4 GHz e 5 GHz); Velocidade agregada compatível com padrão AC1200 ou superior; Compatibilidade com padrões anteriores (802.11a/b/g/n); Suporte à formação de rede Mesh com: o Roaming contínuo (seamless roaming); o SSID unificado; Gerenciamento via aplicativo móvel compatível com Android e iOS e/ou interface web; Mínimo de 2 (duas) portas Gigabit Ethernet por unidade, com função WAN/LAN automática; Suporte a controle parental e rede para convidados; Firewall integrado (SPI ou equivalente); Suporte a atualizações automáticas de firmware (OTA ou equivalente); Segurança mínima WPA2-PSK; Compatibilidade com IPv4 e IPv6; Suporte aos principais protocolos de conexão à internet (IP dinâmico, IP estático, PPPoE ou equivalentes); Fonte de alimentação bivolt automática; Acompanhado de cabo Ethernet e manual de instruções; Garantia mínima de 12 meses.	TP-LINK	UND	60	R$ 240,00	R$ 14.400,00
VALOR TOTAL						**R$ 14.400,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **04** de **SETEMBRO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

FILIPE LAZZARE
Representante Da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal De Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal De Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal De Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal De Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal De Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:FB9D3247

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 103/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **04** dias do mês de **SETEMBRO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP:

59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:

GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA & SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **44.352.658/0001-38**, com sede na **SRV SANTIAGO, Nº 132, BAIRRO JOAO PAULO,** CEP **88.030-359**, no Município de **FLORIANOPOLIS/SC**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **LEONARDO MACEDO,** portador(a) da Cédula de Identidade nº **5XXX596** SSP/SC e CPF nº **088.XXX.XXX-44**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 44.219,67,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
16	**SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT – CAMADA 3** Switch gerenciável de rede, novo, sem uso, destinado a ambientes corporativos e administrativos, contendo as seguintes especificações mínimas: Mínimo de 24 (vinte e quatro) portas RJ-45 10/100/1000 Mbps com negociação automática; Mínimo de 2 (duas) portas SFP 1Gbps para uplink; Arquitetura com suporte a funcionalidades de Camada 3 (Layer 3), incluindo roteamento estático; Capacidade de comutação compatível com operação plena das portas Gigabit; Suporte a VLAN padrão IEEE 802.1Q; Suporte a Port Isolation; Suporte a Spanning Tree Protocol (STP) e Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP); Suporte a agregação de links (Link Aggregation – LACP); Suporte a QoS (Quality of Service); • Gerenciamento via interface Web; Suporte a gerenciamento via SNMP; Suporte a espelhamento de portas (Port Mirroring); Fonte de alimentação interna bivolt automática (110/220V); Equipamento próprio para montagem em rack padrão 19”, com kit de fixação incluso; Garantia mínima de 12 meses.	TP-LINK	UND	33	R$ 1.339,99	R$ 44.219,67
VALOR TOTAL						**R$ 44.219,67**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **04** de **SETEMBRO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

LEONARDO MACEDO
Representante da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal De Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal De Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal De Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal De Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal De Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:09D67340

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a rescisão da Empresa **FLAVIA CRISTINA BRITO DA SILVA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 55.778.921/0001-71, não atendeu as ordens de fornecimento nº 931/2026 e 939/2026, oriundo licitação nº 1/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, dos itens que segue abaixo**:**

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33666	RÉGUACOMUM50CM: ESPECIFICAÇÃO:RÉGUACOMUM. MATERIAL:PLÁSTICORECICLADO. COMPRIMENTO:50CM.GRADUAÇÃO:MILIMETRADA.CORES:VARIADAS	WALLEU	un	100	R$ 6,60	R$ 660,00

RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir o item o próximo colocado no processo da licitação nº 01/2026, na modalidade Pregão Eletrônico**, as empresas:**

NOVO CONVOCADO:
E ELIZANGELADANTAS EIRELI, CNPJ: 02.191.632/0001-05;

ITEM	Descrição	MARCA	Unid	Qtd	Valor unitário	Vlr Total
04	RÉGUACOMUM50CM: ESPECIFICAÇÃO:RÉGUACOMUM. MATERIAL:PLÁSTICORECICLADO. COMPRIMENTO:50CM.GRADUAÇÃO:MILIMETRADA.CORES:VARIADAS	WALLEU	un	100	R$ 6,70	R$ 670,00

Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:D6290F22

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a rescisão da Empresa **ESCOLA ESCRITORIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.800.611/0001-14, vencedora **da Licitação** nº 01/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, dos itens que segue abaixo**:**

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34824	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº3 COR VERMELHA: ESPECIFICAÇÃO: ALMOFADA PARA CARIMBO. MATERIAL: CAIXA PLÁSTICO: MATERIAL ALMOFADA: ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO. TAMANHO: Nº 3. COR: VERMELHO. TIPO: ENTINTADA. COMPRIMENTO: 12 CM. LARGURA: 8 CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	MASTER PRINT	un	15,0000	R$ 6,8000	R$ 102,00
34914	PAPEL CARTÃO LARGURA: 210 mm. COMPRIMENTO: 297 MM: ESPECIFICAÇÃO: PAPEL CARTÃO. 120 GRAMAS. MATERIAL: CELULOSE VEGETAL. TIPO: LISO. GRAMATURA: 120G/M². LARGURA: 210 mm. COMPRIMENTO: 297 mm. FORMATO: A4. COR BRANCA. PACOTE COM 100 FOLHAS	CHAMEX	un	50,0000	R$ 26,8000	R$ 1.340,00
					VALOR TOTAL	R$ 1.442,00

RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir os itens os próximos colocados no processo da licitação nº 01/2026, na modalidade Pregão Eletrônico**, as empresas:**

NOVOS CONVOCADOS:

37.907.090 SAMUEL FREIRE DE MEDEIROS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 37.907.090/0001-09

ITEM	Descrição	MARCA	Unid	Qtd	Valor unitário	Vlr Total
0006	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº3 COR VERMELHA: ESPECIFICAÇÃO: ALMOFADA PARA CARIMBO. MATERIAL: CAIXA PLÁSTICO: MATERIAL ALMOFADA: ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO. TAMANHO: Nº 3. COR: VERMELHO. TIPO: ENTINTADA. COMPRIMENTO: 12 CM. LARGURA: 8 CM	bazze	un	15	R$ 10,58	R$ 158,70
					Total:	R$ 158,70

E ELIZANGELA DANTAS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.191.632/0001-05

ITEM	Descrição	MARCA	Unid	Qtd	Valor unitário	Vlr Total
0110	PAPEL CARTÃO LARGURA: 210 mm. COMPRIMENTO: 297 MM: ESPECIFICAÇÃO: PAPEL CARTÃO. 120 GRAMAS. MATERIAL: CELULOSE VEGETAL. TIPO: LISO. GRAMATURA: 120G/M². LARGURA: 210 mm. COMPRIMENTO: 297 mm. FORMATO: A4. COR BRANCA. PACOTE COM 100 FOLHAS	CHAMEX	un	50	R$26,90	R$ 1.345,00
					Total:	R$1.345,00

Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 08 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:56E5FCC1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 143/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

54.209.506 KARINE ROSARIO DA SILVA inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à Rua HUMBERTO MATTANA 822 CAPAO DA IMBUIA - CURITIBA-PR , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
36901	IMPRESSORA TRIDIMENSIONAL (3D) DESTINADA À PRODUÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE OBJETOS FÍSICOS COM RELEVO, VOLUME, PROFUNDIDADE E DIFERENTES TEXTURAS PARA EXPLORAÇÃO TÁTIL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSIBILITAR A FABRICAÇÃO DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS, MAQUETES, MAPAS TÁTEIS, FIGURAS GEOMÉTRICAS, PEÇAS ANATÔMICAS, MATERIAIS DIDÁTICOS E DEMAIS RECURSOS EDUCACIONAIS ACESSÍVEIS, CONTRIBUINDO PARA A COMPREENSÃO DE CONCEITOS ABSTRATOS, ESPACIAIS E VISUAIS POR MEIO DA PERCEPÇÃO TÁTIL. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM ARQUIVOS DIGITAIS DE MODELAGEM TRIDIMENSIONAL E POSSUIR SISTEMA DE IMPRESSÃO POR DEPOSIÇÃO OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CAPAZ DE PRODUZIR OBJETOS COM PRECISÃO DIMENSIONAL E DETALHAMENTO ADEQUADOS ÀS APLICAÇÕES EDUCACIONAIS E DE ACESSIBILIDADE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ÁREA DE IMPRESSÃO COMPATÍVEL COM A PRODUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, ALÉM DE INTERFACES DE CONEXÃO COMPATÍVEIS COM OS PADRÕES DE MERCADO, INCLUINDO, NO MÍNIMO, CONEXÃO USB OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE. DEVERÁ ACOMPANHAR OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, SENDO FORNECIDO NOVO E DE PRIMEIRO USO	ENDER3V3SE	un	1,0000	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
					VALOR TOTAL	R$ 2.500,00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
Carnaúba dos Dantas/RN, 1 de Setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
P/ Órgão Gerenciador E

KARINE ROSARIO DA SILVA
P/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:8D2D7B61

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 144/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

CIVIAM EDUCACAO LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
36902	MÁQUINA DE ESCREVER EM BRAILLE TIPO ELÉTRICA, EQUIPAMENTO ELETROMECÂNICO DESTINADO À PRODUÇÃO DE TEXTOS EM BRAILLE PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS CEGAS OU COM BAIXA VISÃO, INDICADA PARA USO EDUCACIONAL, INSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO. EQUIPAMENTO NOVO, DE PRIMEIRO USO, NÃO RECONDICIONADO, EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS APLICÁVEIS DE SEGURANÇA ELÉTRICA E ERGONOMIA. DEVE POSSUIR FUNCIONAMENTO ELÉTRICO COM ACIONAMENTO QUE REDUZA O ESFORÇO MANUAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO E EFICIÊNCIA EM USO CONTÍNUO E PROLONGADO. CAPACIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 25 LINHAS POR PÁGINA E 42 CÉLULAS POR LINHA, ASSEGURANDO PADRONIZAÇÃO E LEGIBILIDADE DO CONTEÚDO. ESTRUTURA ROBUSTA, ESTÁVEL E RESISTENTE, FABRICADA EM MATERIAIS DE ALTA DURABILIDADE PARA USO INSTITUCIONAL. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 31,5 CM X 23,5 CM X 14,5 CM E PESO APROXIMADO DE 5 KG, ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ 10% SEM PREJUÍZO DA FUNCIONALIDADE, ERGONOMIA E PORTABILIDADE. ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA 110/220 V, COM PROTEÇÃO CONTRA VARIAÇÕES DE TENSÃO E SURTOS ELÉTRICOS. DEVE ACOMPANHAR CAPA PROTETORA, APAGADOR MANUAL PARA CORREÇÃO EM BRAILLE, MANUAL EM PORTUGUÊS, TERMO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL. DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA APLICÁVEIS, COM CERTIFICAÇÕES RECONHECIDAS NACIONAL OU INTERNACIONALMENTE, QUANDO CABÍVEIS, E SER ENTREGUE COMPLETO CONFORME CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO, CONFORMIDADE E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E DOCUMENTOS DA CONTRATAÇÃO. A ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO ITEM CONSTARÁ NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL	PERKINS	un	1,0000	R$ 21.275,00	R$ 21.275,00
					VALOR TOTAL	R$ 21.275,00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
Carnaúba dos Dantas/RN, 1 de Setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
P/ Órgão Gerenciador E

ERIKA DELLA ROSA
P/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:6524662C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 145/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

LIBRASIL INFORMATICA LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
36899	GUIA DE ASSINATURA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, LEVE E DURÁVEL, DESTINADA A AUXILIAR NO POSICIONAMENTO CORRETO DA ASSINATURA EM DOCUMENTOS, FORMULÁRIOS, CONTRATOS E DEMAIS REGISTROS ESCRITOS. O DISPOSITIVO DEVERÁ POSSUIR ABERTURA OU JANELA INDICATIVA PARA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ASSINATURA, PROPORCIONANDO MAIOR AUTONOMIA, PRECISÃO E SEGURANÇA AO USUÁRIO DURANTE O ATO DE ASSINAR DOCUMENTOS. DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM OS PRINCIPAIS FORMATOS DE DOCUMENTOS UTILIZADOS EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS, EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALÉM DE PERMITIR FÁCIL	SL Metalumi	un	1,0000	R$ 33,33	R$ 33,33

	TRANSPORTE E MANUSEIO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM ACABAMENTO ADEQUADO QUE EVITE DANOS AOS DOCUMENTOS E GARANTA CONFORTO E PRATICIDADE NA UTILIZAÇÃO					
36900	IMPRESSORA BRAILLE DE ALTA PERFORMANCE DESTINADA À CONVERSÃO E IMPRESSÃO DE ARQUIVOS DIGITAIS EM DOCUMENTOS FÍSICOS EM SISTEMA BRAILLE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM COMPUTADORES E OUTROS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS, PERMITIR A TRANSCRIÇÃO E IMPRESSÃO CONTÍNUA A PARTIR DE SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS, MAC OS E LINUX; POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TRANSCRITOR BRAILLE FÁCIL, PARA IMPRESSÃO PELO COMPUTADOR; PERMITIR A IMPRESSÃO DE FORMA AUTÔNOMA. A TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO DEVERÁ UTILIZAR SISTEMA DE IMPACTO MECÂNICO, PINOS OU MECANISMO EQUIVALENTE PARA FORMAÇÃO DOS PONTOS EM RELEVO NO PAPEL. DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE PARA IMPRESSÃO EM PAPEL APROPRIADO PARA BRAILLE, FOLHA SOLTA TAMANHOS A3 E A4, FORMATOS COMPATÍVEIS COM DOCUMENTOS UTILIZADOS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVOS. IMPRIMIR NO MÍNIMO 320 PÁGINAS A4 POR HORA – 120 CARACTERES POR SEGUNDO (CPS) DE TEXTOS, CONSIDERANDO O ALFABETO BRAILLE DA LÍNGUA PORTUGUESA APROVADO PELO MEC; POSSUIR SUPORTE PARA 50 PÁGINAS NO ALIMENTADOR DE PAPEL; O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR INTERFACES NATIVAS DE CONEXÃO COMPATÍVEIS COM OS PADRÕES DE MERCADO, INCLUINDO, NO MÍNIMO CONEXÃO WIRELESS, BLUETOOTH, MEMÓRIA USB E DIRETAMENTE PELA WEB; IMPRESSÃO DIRETA DO IPHONE, IPAD OU SMARTPHONE SEM NECESSIDADE DE SOFTWARE EXTERNO OU OUTROS DISPOSITIVOS; DEVERÁ PERMITIR A CONFIGURAÇÃO E IMPRESSÃO REMOTA A PARTIR DA TECNOLOGIA DE SERVIÇO WEB; POSSUIR PAINEL DE CONTROLE COM RETORNO DE VOZ NATURAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO, COM MARCAÇÕES DE TODAS AS TECLAS EM BRAILLE E LUZ LED DE ALTO CONTRASTE; SER FORNECIDO NOVO, DE PRIMEIRO USO, ACOMPANHADO DOS CABOS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO, GARANTIA DE 12 MESES	Index	un	1,0000	R$ 43.800,00	R$ 43.800,00
36903	MÁQUINA DE ESCREVER MECÂNICA EM FERRO PARA ESCRITA EM SISTEMA BRAILLE, PORTÁTIL, FABRICADA EM ESTRUTURA DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, DESTINADA À PRODUÇÃO DE TEXTOS EM BRAILLE. DEVE PERMITIR A IMPRESSÃO MÍNIMA DE 26 LINHAS POR PÁGINAS COM 42 CÉLULAS BRAILLE POR LINHA, COMPATÍVEL COM PAPÉIS DE DIVERSOS TAMANHOS, INCLUINDO, NO MÍNIMO, FOLHAS NO FORMATO A4. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 9 TECLAS DE OPERAÇÃO, SENDO: 6 TECLAS CORRESPONDENTES AOS PONTOS DO SISTEMA BRAILLE, 1 TECLA DE ESPAÇO, 1 TECLA DE RETROCESSO E 1 TECLA PARA AVANÇO DE LINHA, POSSIBILITANDO A ESCRITA E CORREÇÃO DE TEXTOS DE FORMA PRÁTICA E EFICIENTE. POSSUIR GUIAS DE MARGEM NA PARTE DE TRÁS DA MÁQUINA; APAGADOR DE MADEIRA; DEVERÁ POSSUIR ALÇA E CAPA PROTETORA PARA TRANSPORTE INTEGRADA AO EQUIPAMENTO, GARANTINDO FACILIDADE DE MANUSEIO, MOBILIDADE E ARMAZENAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Clássica	un	1,0000	R$ 9.900,00	R$ 9.900,00
36906	PUNÇÃO PARA ESCRITA EM SISTEMA BRAILLE, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL, DESTINADA À PERFURAÇÃO MANUAL DE PAPEL PARA PRODUÇÃO DE TEXTOS E MATERIAIS EM BRAILLE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR FORMATO ANATÔMICO E ERGONÔMICO, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA DURANTE O MANUSEIO, COM PONTA METÁLICA RESISTENTE E ACABAMENTO ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICAS. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM REGLETES E DEMAIS ACESSÓRIOS UTILIZADOS NA ESCRITA MANUAL EM BRAILLE, PERMITINDO A CORRETA FORMAÇÃO DOS PONTOS E GARANTINDO PRECISÃO NA ESCRITA. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES, PROFESSORES E DEMAIS USUÁRIOS DO SISTEMA BRAILLE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS.	Teca	un	10,0000	R$ 27,12	R$ 271,20
36911	TECLADO AMPLIADO E ADAPTADO PARA ACESSIBILIDADE, DESTINADO AO USO POR PESSOAS COM BAIXA VISÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TECLAS COM CARACTERES AMPLIADOS E DE ALTO CONTRASTE, VISANDO FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL E A UTILIZAÇÃO POR USUÁRIOS COM VISÃO REDUZIDA. DEVERÁ POSSUIR IDENTIFICAÇÃO TÁTIL EM SISTEMA BRAILLE NAS TECLAS CORRESPONDENTES, PERMITINDO SUA UTILIZAÇÃO POR PESSOAS CEGAS E PROMOVENDO MAIOR AUTONOMIA E ACESSIBILIDADE NO USO DE COMPUTADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS. O TECLADO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM OS PRINCIPAIS SISTEMAS OPERACIONAIS DISPONÍVEIS NO MERCADO, POSSUIR CONEXÃO POR INTERFACE USB OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, INSTALAÇÃO DO TIPO PLUG AND PLAY OU SIMILAR, DISPENSANDO CONFIGURAÇÕES COMPLEXAS PARA UTILIZAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL,	Teca	un	2,0000	R$ 243,30	R$ 486,60

	ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES EDUCACIONAIS, ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS, SENDO FORNECIDO NOVO, DE PRIMEIRO USO, ACOMPANHADO DOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO					
					VALOR TOTAL	R$ 54.491,13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
Carnaúba dos Dantas/RN, 1 de Setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
P/ Órgão Gerenciador E

THAIS FROSCH CAYRES
p/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:7945E89D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTA E CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NA 2ª CONVOCAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN (FLUXO CONTÍNUO – PROFISSIONAIS MÉDICOS)

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTA E CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN
(FLUXO CONTÍNUO – PROFISSIONAIS MÉDICOS, COZINHEIROS E COPEIROS)

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN (FLUXO CONTÍNUO – PROFISSIONAIS MÉDICOS, COZINHEIROS E COPEIROS), constituída por meio da Portaria nº 42/2026 SMS/CM, publicada em 26 de junho de 2026, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICA a divulgação do resultado definitivo da Segunda Etapa – Entrevista e a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, na 2º Convovação nos termos do Edital.

1. DO RESULTADO DEFINITIVO DA SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTA
1.1. O Resultado Definitivo da Segunda Etapa – Entrevista consta no **ANEXO I** deste Ato, que integra a presente publicação para todos os fins de direito.
1.2. A listagem apresentada no Anexo I contém os candidatos avaliados por função, com a respectiva pontuação obtida na Segunda Etapa – Entrevista.
1.3. Após a análise dos recursos administrativos eventualmente interpostos no prazo estabelecido no Edital, a Comissão deliberou pela manutenção e/ou retificação das pontuações, conforme refletido no resultado definitivo ora divulgado.
2. DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO
2.1. O resultado do Processo Seletivo Simplificado será apurado mediante a soma das pontuações obtidas na Primeira Etapa – Análise Curricular e na Segunda Etapa – Entrevista, nos termos estabelecidos no Edital.
2.2. A classificação dos candidatos observará a pontuação final obtida no certame, respeitados os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.
3. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS
3.1. Ficam **CONVOCADOS** os candidatos relacionados no **ANEXO II** deste Ato, aprovados e classificados dentro do número de vagas disponíveis, para apresentação da documentação necessária à contratação.
3.2. Os candidatos convocados deverão comparecer à **Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN**, situada em [ENDEREÇO], no período de **[DATA INICIAL] a [DATA FINAL]**, no horário de **[HORÁRIO]**, munidos da documentação exigida no Edital.
3.3. A convocação observará a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública, respeitados os critérios e requisitos previstos no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.
3.4. O candidato convocado que não comparecer no prazo estabelecido ou que não apresentar a documentação exigida poderá ser considerado desistente, observadas as disposições do Edital e da legislação aplicável.
3.5. A apresentação da documentação e a aprovação nas demais etapas administrativas necessárias não implicam, por si só, direito à contratação imediata, ficando esta condicionada ao atendimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.
4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Os candidatos deverão acompanhar as demais publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, especialmente quanto aos atos de contratação, convocações subsequentes e demais procedimentos administrativos.
4.2. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ceará-Mirim/RN, 12 de agosto de 2026.

FLAVIO HENRIQUE ALVES DA SILVA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026
Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN

ANEXO 1

MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA

Nº	Nome Completo	Conhecimento Técnico	Habilidades e Competências para o Desempenho da Função	Adequação ao Serviço Público	Pontuação Total Obtida
1	EUGENIO FELIPE TORRES MAIA	2,0	2,0	2,0	6,0
2	PAULO HENRIQUE ALBUQUERQUE MACEDO	2,0	2,0	2,0	6,0
3	MARIA EDUARDA NOGUEIRA MILHOMEM	2,0	2,0	2,0	6,0
4	MARIA HELOISE CLAUDINO LOPES	0	0	0	0
5	LORENNA ROCHELLY LOPES	2,0	2,0	2,0	6,0
6	MARIANA DOMINGOS DE ANDRADE	2,0	2,0	2,0	6,0
7	MATEUS DE LIMA MIRANDA	2,0	2,0	2,0	6,0
8	ANDRE LUIZ CRUZ DA SILVA	0	0	0	0
9	EUZA EMÍLIA TORRES MAIA	2,0	2,0	2,0	6,0

MÉDICO ESPECIALISTA PLANTONISTA

Nº	Nome Completo	Conhecimento Técnico	Habilidades e Competências para o Desempenho da Função	Adequação ao Serviço Público	Pontuação Total Obtida
1	RICARDO DANTAS DUARTE	2,0	2,0	2,0	6,0
2	PEDRO DIAS BEZERRA NETO	2,0	2,0	2,0	6,0

ANEXO II

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA

Nº	Nome Completo	Pontuação 01ª Fase	Pontuação 2ª Fase	Pontuação Final	Situação
1	LORENNA ROCHELLY LOPES	4,0	6,0	10	CONVOCADO
2	EUZA EMÍLIA TORRES MAIA	3,0	6,0	9	CONVOCADO
3	PAULO HENRIQUE ALBUQUERQUE MACEDO	2,0	6,0	8	CONVOCADO
4	MARIA EDUARDA NOGUEIRA MILHOMEM	2,0	6,0	8	CONVOCADO
5	MARIANA DOMINGOS DE ANDRADE	2,0	6,0	8	CONVOCADO
6	EUGENIO FELIPE TORRES MAIA	0,5	6,0	6,5	CONVOCADO
7	MATEUS DE LIMA MIRANDA	0,5	6,0	6,5	CONVOCADO

MÉDICO ESPECIALISTA PLANTONISTA

Nº	Nome Completo	Pontuação 01 ª Fase	Pontuação 2ª Fase	Pontuação Final	Situação
1	RICARDO DANTAS DUARTE	4,0	6,0	10	CONVOCADO
2	PEDRO DIAS BEZERRA NETO	4,0	6,0	10	CONVOCADO

DOCUMENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO:

Os candidatos convocados deverão apresentar os documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, dentro do prazo e no local estabelecidos neste Ato.

Ceará-Mirim/RN,09 de setembro de 2026.

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Flavio Henrique Alves da Silva
Código Identificador:7DC812B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 01/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 124(cento e vinte e quatro) vagas imediatas mais cadastro reserva para cargos de nível fundamental, médio/técnico e superior de escolaridade com lotação de acordo com a necessidade e oferta da Secretaria Municipal de Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas Secretaria Municipal supracitada.

O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.

As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.

O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes fases:

FASE	CARÁTER
Prova Objetiva (para todos os cargos)	Eliminatória e classificatória
Prova de Títulos (cargos de Coordenador Pedagógico, Professor de Arte, Professor de Ciências, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Língua Inglesa, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Música, Professor de Tecnologias Digitais, Professor Polivalente e Procurador Jurídico – Câmara Municipal)	Classificatória
Prova Discursiva/Peça Processual- Procurador da Câmara	Eliminatória

As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas à cidade de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.
São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:
Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;
Anexo II – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;
Anexo III- Do formulário de autodeclaração;
Anexo IV- Dos conteúdos programáticos;
Anexo V- Do cronograma de execução previsto.
As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.
Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília- DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".
Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.
Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.

DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO

Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:
ter sido classificada no Concurso Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;
ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
estar quite com serviço militar, especificamente no caso de candidatos do sexo masculino, e com a justiça eleitoral, para todas as pessoas candidatas;
possuir a qualificação exigida para o desempenho das atribuições do cargo;
não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nas hipóteses permitidas pela Constituição Federal;
não ter sido demitido a bem do serviço público, destituído de cargo em comissão ou exonerado em decorrência de processo administrativo disciplinar;
cumprir com as determinações deste Edital.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 04 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
FUNDAMENTAL	R$ 100,00 (cem reais)
MÉDIO/ TÉCNICO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)
SUPERIOR	R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

Para efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá:
acessar o site **www.idib.org.br**;
localizar o link do Concurso Público da Prefeitura de Cruzeta;
preencher corretamente o formulário eletrônico;
efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição no prazo de 24h;
no ato da inscrição, poderá ser exigido o envio (upload) de documento oficial de identificação como condição para a efetivação da inscrição, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei;
Após o encerramento do período de inscrições determinado no item 3.1 deste edital, o formulário não estará mais disponível no site do IDIB.
O IDIB não se responsabiliza por falhas, estornos, cancelamentos, não aprovação da transação ou quaisquer problemas relacionados ao meio de pagamento utilizado.
O IDIB não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de sistemas.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.4, inciso IV acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.
A taxa de inscrição deverá ser paga até o primeiro dia útil após o fim do período das inscrições.
As inscrições efetuadas somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição pelo sistema bancário.

DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Dos meios de pagamento da taxa de inscrição

O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado por meio de boleto bancário, emitido no ato da inscrição, constituindo este o meio padrão de quitação da taxa correspondente.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas de pagamento que permitam a liquidação do boleto bancário mediante utilização de cartão de crédito, inclusive com possibilidade de parcelamento.
A utilização de cartão de crédito para liquidação do boleto bancário constitui mera alternativa facultativa a pessoa candidata, não sendo obrigatória, permanecendo disponível a opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de a pessoa candidata optar pela liquidação da taxa de inscrição por meio de cartão de crédito ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento, esta declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos financeiros, juros ou eventuais tarifas aplicáveis, as quais são definidas exclusivamente pela instituição financeira ou operadora de pagamento responsável pela transação.
A banca organizadora não se responsabiliza pela relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a instituição financeira ou operadora de pagamento, limitando-se à disponibilização do boleto bancário correspondente à taxa de inscrição.
Dessa forma, quaisquer encargos financeiros decorrentes de parcelamento, financiamento ou utilização de cartão de crédito são de inteira responsabilidade da pessoa candidata, não cabendo à banca organizadora qualquer ingerência ou responsabilidade sobre tais condições.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral do boleto bancário referente à taxa de inscrição, independentemente do meio utilizado pela pessoa candidata para promover essa liquidação.
A pessoa candidata poderá efetuar o pagamento do boleto bancário em qualquer instituição bancária ou meio eletrônico de pagamento apto a realizar a liquidação do referido título, não estando restrito à instituição financeira eventualmente conveniada.
Uma vez confirmada a quitação do boleto bancário, considerar-se-á concluído o procedimento financeiro referente à inscrição da pessoa candidata.
Nos termos das regras editalícias aplicáveis ao certame, a taxa de inscrição possui natureza administrativa e não será devolvida em nenhuma hipótese, ressalvadas apenas as situações expressamente previstas em lei ou no próprio edital.
A confirmação do pagamento da taxa de inscrição implica aceite pleno e irretratável de todas as condições do edital, inclusive das disposições relativas aos meios de pagamento utilizados.
A pessoa candidata que optar pela utilização de cartão de crédito, parcelamento ou qualquer outro meio de financiamento para liquidação do boleto bancário reconhece que tal operação constitui ato voluntário, realizado com pleno conhecimento das condições financeiras aplicáveis.
Em razão disso, não será admitida qualquer alegação posterior de desconhecimento das condições de pagamento, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à operadora de cartão de crédito ou instituição financeira, após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá, após a devida verificação, proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis.
A adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa de inscrição poderá caracterizar conduta incompatível com a boa-fé, podendo ensejar cobrança judicial do valor devido e demais consequências previstas na legislação aplicável, inclusive na esfera penal, quando cabível.
Ao efetuar sua inscrição no certame, a pessoa candidata declara ter plena ciência e concordância com todas as disposições deste edital, especialmente quanto:
à possibilidade de pagamento da taxa de inscrição mediante liquidação do boleto bancário por meio de cartão de crédito ou parcelamento;
às condições financeiras eventualmente aplicadas pela instituição responsável pela transação;
à inexistência de responsabilidade da banca organizadora quanto às condições de financiamento escolhidas pela pessoa candidata;
à irretratabilidade da inscrição após a confirmação do pagamento.

DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O pagamento da taxa de inscrição é obrigatório para todas as pessoas candidatas, ressalvadas exclusivamente aquelas que se enquadrarem na hipótese de isenção prevista neste Edital, observada a condição a seguir:
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Nos termos dos Decretos Federais nº 6.593/2008 e nº 11.016/2022, à pessoa candidata inscrita no CadÚnico.
A comprovação das condições previstas no subitem 5.1 será realizada mediante anexação eletrônica da imagem digitalizada, formato pdf, dos documentos comprobatórios conforme a hipótese de isenção pleiteada.
CadÚnico (Decretos Federais nº 6.593/2008 e nº 11.016/2022): A pessoa candidata deverá encaminhar de forma eletrônica, cumulativamente, os seguintes documentos:
comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contendo as páginas de identificação, qualificação civil, contrato de trabalho do último emprego e a página subsequente;
declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), devidamente assinada, nos termos do Decreto nº 11.016/2022;
documento oficial de identidade e CPF, nos termos deste Edital.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 19- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 19 deste Edital.
Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá a pessoa candidata, no caso de não realização do certame por parte da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo V deste Edital, por meio da área da pessoa candidata, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico **www.idib.org.br**.

Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento a pessoa candidata previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias úteis a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.
O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na sua área da pessoa candidata e/ou CCI.
A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico **www.idib.org.br** para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 19-DOS RECURSOS deste Edital.
O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS

Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.
Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 8.1. deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.
Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata com deficiência deverá:
no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;
enviar, no período previsto no Anexo V deste edital, para dentro do site da banca em ambiente específico, **www.idib.org.br**, os documentos abaixo:
arquivo digital do documento de identificação, de acordo com este edital, e CPF;
arquivo digital de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital;
no caso da pessoa candidata com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea "b" deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.
A pessoa candidata com deficiência deverá enviar os documentos elencados no período previsto no Anexo V deste edital, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
O envio dos arquivos especificados no subitem 8.5 deste edital é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, arquivo único, e com tamanho máximo de até 10MB (dez megabytes).
Os arquivos ilegíveis serão desconsiderados para fins de análise.
A pessoa candidata deverá manter aos seus cuidados a via original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 8.5 deste edital, para que, caso seja solicitada pelo IDIB, envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), a cópia simples do documento de identificação e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação seja para qualquer fim.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br, nas datas previstas no Anexo V deste edital.
A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar das inscrições indeferidas para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.idib.org.br no prazo estabelecido no Anexo V deste Edital. Após o término do referido prazo, não serão admitidos pedidos de revisão.
No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
A inobservância do disposto no item 8.5 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida neste edital não é suficiente para a pessoa candidata ter sua solicitação deferida.
A pessoa candidata que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovada neste concurso público e na perícia médica, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência.

As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por pessoas candidatas que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constantes neste edital. Caso não haja pessoas candidatas aprovadas, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo pessoa candidata considerada pessoa com deficiência habilitada, ela será convocada.
Durante o prazo de validade do concurso serão convocadas pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência de acordo com a alternância e proporcionalidade previstas em lei.
Após a investidura da pessoa candidata com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.
A nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas as pessoas candidatas com deficiência.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima candidata com deficiência classificada, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.
No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo/área e/ou especialidade para o qual pretende se inscrever, no caso de vir a exercê-lo.
A pessoa candidata que não for considerada pessoa com deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/1999, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.126/2021, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota suficiente para tanto, observados os critérios de avaliação biopsicossocial previstos na legislação vigente.

DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

A avaliação biopsicossocial tem por objetivo confirmar, ou não, a deficiência declarada pela pessoa candidata e avaliar a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a que concorre, previstas neste Edital.
A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, aprovada e classificada nas provas objetivas, será convocada para se submeter à avaliação biopsicossocial, promovida por equipe multiprofissional constituída pelo IDIB.
A avaliação biopsicossocial será promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar, formada por três profissionais com formação em curso superior e registro no conselho de classe correspondente, dentre os quais um deverá ser médico do trabalho com registro de qualificação de especialidade – RQE no Conselho Regional de Medicina, e por dois integrantes da respectiva carreira a que concorre a pessoa candidata avaliada.
A autodeclaração da pessoa com deficiência prevista neste Edital será confirmada com fulcro no art.37, inciso VIII; no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021; na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025.
Serão convocadas para a avaliação biopsicossocial todas as pessoas candidatas que tenham se declarado com deficiência e que tenham sido aprovadas e classificadas nas provas objetivas, após a publicação do resultado definitivo dessa etapa.
A comissão de avaliação biopsicossocial, a ser presidida pelo médico do trabalho, deve considerar:
os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
a limitação no desempenho de atividades;
a restrição de participação.
A equipe multidisciplinar emitirá parecer que observará:
as informações prestadas pela pessoa candidata no ato de inscrição no concurso;
a natureza das atribuições do cargo de opção da pessoa candidata;
a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas associadas às atribuições do cargo;
a possibilidade de uso, pela pessoa candidata, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual;
a compatibilidade entre as atribuições do cargo público e a deficiência apresentada pela pessoa candidata.
Na avaliação biopsicossocial, a análise será feita de forma presencial e individualizada, nos termos do edital de convocação próprio para esta etapa.
A pessoa candidata deverá comparecer à avaliação biopsicossocial com uma hora de antecedência do horário previsto no edital de convocação, a ser publicado na data prevista neste Edital, munido de documento de identidade original nos termos deste Edital e de laudo médico emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.
A pessoa candidata que se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e/ou prejuízos):
capacidade de comunicação e interação social;
reciprocidade social;
qualidade das relações interpessoais;
presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.
A pessoa candidata com deficiência visual deverá apresentar o laudo médico com informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.
A pessoa candidata com deficiência auditiva deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico, ou seja, audiometria realizada, no máximo, nos 12(doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. Caso a pessoa candidata utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria sem AASI.
A pessoa candidata com deficiência física deverá apresentar o laudo médico com a descrição detalhada dos impedimentos físicos, as alterações anatômicas e/ou funcionais e especificação das limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como, por exemplo, uso de próteses e/ou órteses, dentre outros.
Para realização das provas objetivas serão oferecidas as pessoas candidatas as adaptações razoáveis de acessibilidade informadas no ato da solicitação de inscrição.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, a pessoa candidata que por ocasião da avaliação biopsicossocial:
não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório);
apresentar laudo emitido em período superior aos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadra no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista);
deixar de cumprir as exigências de que tratam o item 8 deste Edital;
deixar de apresentar o relatório especializado, se for o caso, conforme o subitem 9.10 deste Edital;
não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
não comparecer à avaliação biopsicossocial;
evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos previstos para essa avaliação;
não apresentar o documento de identidade original, na forma definida este Edital.

A pessoa candidata considerada pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial terá seu nome e a respectiva pontuação publicadas em resultados específicos as pessoas candidatas com deficiência e figurará, também, nos resultados de classificação geral, se sua nota no concurso for suficiente para tanto, e/ou em outras listas de vagas reservadas (caso tenha se inscrito para essas outras modalidades).

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei nº 15.142 de 03 de junho de 2025.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.

Na hipótese de não haver pessoas candidatos indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas, e, por último, para a ampla concorrência.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretos e pardos, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no subitem 10.1.

A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 2 (dois).

Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

No caso do cargo em que não tenha reserva imediata às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do Seletivo, alterar o seu quadro criando novas vagas.

Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:

Pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;

Pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;

Pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá se autodeclarar preto ou pardo, indígena ou quilombola ao se inscrever em concurso/seleção pública, de acordo com os critérios de raça, cor e etnia utilizados pelo IBGE.

A pessoa candidata que se autodeclarar preto ou pardo, indígena ou quilombola indicará em sua inscrição, em campo específico, se pretende concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

Até o fim do período de inscrição do concurso público simplificado, será facultado a pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

Terão presunção relativa de veracidade as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição para este concurso público simplificado, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso público simplificado e, se houver sido convocada, ficará sujeito à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do Concurso público e, se houver sido contratada, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Concurso Público.

As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas, observada a nota de cota de cada etapa e listagem.

Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta e parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a pessoa candidatas com deficiência.

As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrem às vagas reservadas, constarão na relação que será divulgada no site **www.idib.org.br.**

A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.

A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de heteroidentificação, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:

para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocados para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.

A avaliação considerará o fenótipo apresentado pela pessoa candidata na apresentação presencial.

Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.

A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:

para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocadas para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.

10.10.1. O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:

Documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;

Documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou

Outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:

comprovantes de habitação em comunidades indígenas;

documentos expedidos por escolas indígenas;

documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;

documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;

documentos expedidos por órgão de assistência social;

documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

documentos de natureza previdenciária.

A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:

para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocadas para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.

O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:

Declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e

Certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se houver sido convocada, ficará sujeito à anulação da sua convocação, admissão ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de confirmação complementar à autodeclaração ou à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo a sua posição na lista de ampla concorrência.

Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como pessoa preta ou parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo a sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada a má fé na autodeclaração firmada pela pessoa candidata, caso em que será eliminada após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência citada nos subitens 10.13 e 10.14 será condicionada à nota mínima de corte aplicada a última pessoa candidata classificada desta listagem.

O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas as pessoas candidatas negras será publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas caberá recurso na forma especificada na convocação.

Na hipótese de a comissão constatar falsidade na declaração feita pela pessoa candidata, a documentação poderá ser enviada à Polícia Federal para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente.

O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta ou parda, indígena ou quilombola não se configura ato discriminatório de qualquer natureza.

Durante a aferição poderá ser realizada fotografia ou filmagem para registro da entrevista.

A inobservância do disposto no item 10 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Considera-se procedimento de heteroidentificação étnico-racial aquele por meio do qual terceiros verificam a condição étnico-racial autodeclarada pelo candidato.

Os candidatos autodeclarados negros, assim consideradas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 15.142/2025, se aprovados nas fases anteriores do certame, serão submetidos ao procedimento de heteroidentificação, como etapa complementar à autodeclaração, antes da homologação do resultado final.

As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que tiverem optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas no concurso, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação para confirmação da condição declarada, como requisito para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas negras.

Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação as pessoas candidatas negras que tiverem inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes e que tenham sido classificadas nas fases anteriores à sua realização, observados os mesmos quantitativos previstos neste edital.

As pessoas candidatas serão convocadas por meio de edital de convocação específico para este procedimento, com indicação de local, data e horário prováveis para sua realização, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

A pessoa candidata deverá verificar o seu horário e o seu local de realização do procedimento de heteroidentificação e somente poderá realizá-lo no horário e local designados.

A pessoa candidata convocada para o procedimento de heteroidentificação deverá comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, munido de documento de identificação (original e cópia), de acordo com este edital.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, sendo submetido, ainda, à identificação especial que consistirá na coleta de assinatura e registro fotográfico.

O edital de convocação definirá se o procedimento de heteroidentificação será promovido sob a forma presencial ou, excepcionalmente e por decisão motivada, telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

As pessoas candidatas que optarem, no ato de inscrição, por concorrer às vagas reservadas a pessoas negras e pardas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação.
O IDIB constituirá uma comissão de heteroidentificação para aferição da veracidade da autodeclaração como pessoa afrodescendente com requisitos habilitantes, conforme determinado pela Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, que será responsável pela emissão de um parecer conclusivo favorável ou não favorável à declaração da pessoa candidata.
A comissão de heteroidentificação será composta por cinco membros e seus suplentes e deverá garantir a diversidade das pessoas que a integram quanto ao gênero, à cor e, sempre que possível, à origem regional.
Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a comissão de heteroidentificação, podendo ser disponibilizados aos órgãos de controle interno e externo, se requeridos.
Os currículos das pessoas que integram a comissão de heteroidentificação deverão ser publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, após o procedimento de heteroidentificação.
A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata na seleção.
Serão consideradas as características fenotípicas da pessoa candidata ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação.
Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em certames públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.
O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos contra a decisão da comissão (art. 8º da Resolução CNJ Nº 541 de 18/12/2023).
A pessoa candidata que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, nos termos do subitem 11.20 deste edital, será eliminada do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas.
A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, em parecer motivado.
As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para esta seleção, para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.
É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
A avaliação da comissão de heteroidentificação quanto à condição de pessoa negra ou parda considerará os seguintes aspectos:
declaração no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas; e
fenótipo apresentado pela pessoa candidata no momento do procedimento de heteroidentificação.
Na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de heteroidentificação, a pessoa candidata poderá participar do certame concorrendo às vagas de ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da comissão de heteroidentificação a respeito da confirmação da autodeclaração.
Das decisões preliminares da comissão de heteroidentificação, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à comissão recursal.
A comissão recursal será composta por três integrantes distintos das pessoas que compõem a comissão de heteroidentificação.
Aplica-se à comissão recursal os mesmos dispositivos legais referentes à composição, à apresentação de seus membros e aos critérios de avaliação dispostos neste item do edital, dispondo a pessoa candidata de 2 (dois) dias para apresentação de recurso, a partir do primeiro dia útil subsequente ao respectivo ato, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
Os currículos dos integrantes da comissão recursal serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br, por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pela pessoa candidata prejudicada.
Das decisões da comissão recursal não caberá recurso administrativo.
O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.
Na hipótese de constatação, pelos órgãos competentes, de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação:
caso a seleção ainda esteja em andamento, a pessoa candidata será eliminada;
caso a pessoa já tenha sido admitida, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de heteroidentificação serão publicados nas datas previstas, podendo a pessoa candidata que desejar interpor recurso contra referido resultado preliminar de acordo com o disposto neste edital.
Outras informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital específico de convocação para esta etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.
É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.
Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.
Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que

definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;
A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;
A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.
As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, no período previsto.
O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.
As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.
A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.
Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.
A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.
Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.
A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.
Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.
Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site **www.idib.org.br** tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.
Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA
Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo IV deste Edital, conforme os quadros a seguir:

NÍVEL FUNDAMENTAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	30	2,0	60,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas
	Raciocínio Lógico Matemático	20		40,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		50	-	100,0	

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO

CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	14		28,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas
	Raciocínio Lógico	06		12,0	
	Informática	06	2,0	12,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	24		48,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

NÍVEL SUPERIOR-EXCETO PROCURADOR DA CÂMARA

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	14	2,0	28,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas
	Raciocínio Lógico	06		12,0	
	Informática	06		12,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	24		48,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

NÍVEL SUPERIOR-PROCURADOR DA CÂMARA

Área de Conhecimento	Disciplina	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Perfil para Aprovação
Área 1	Língua Portuguesa	06	1,0	6,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas.
	Direito Constitucional	06		6,0	
	Direito Administrativo	06		6,0	
	Direito Tributário	06		6,0	
	Direito Processual Civil	06		6,0	
Área 2	Direito Civil	06		6,0	
	Direito Penal	06		6,0	
	Direito Financeiro	06		6,0	
Área 3	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	06		6,0	
	Direito Previdenciário	06		6,0	
TOTAL		**60**	-	**60,0**	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 29 de novembro de 2026.
As provas objetivas para o nível fundamental, médio/técnico e superior constarão de 50 (cinquenta) questões com peso 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital. A prova de nível superior-Procurador a prova objetiva consta de 60 (sessenta) questões com peso 1,0.
Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em cada uma das disciplinas.
As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação na folha resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos na folha resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e folha resposta como medida extra de segurança.
O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.
A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
FUNDAMENTAL	29/11/2026 14h00min as 18h00min (horário de Brasília)
MÉDIO/TÉCNICO	29/11/2026 08h00min as 12h00min (horário de Brasília)
SUPERIOR	29/11/2026 14h00min as 18h00min (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico **www.idib.org.br**.

O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.

Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.

Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.

Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.

No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.

Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.

Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.

Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.

Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.

No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.

Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.

Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.

Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.

A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.

Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.

Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de sua respectiva Folha de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.
Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DA PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada no mesmo dia da prova objetiva.
A prova discursiva será elaborada com base no conteúdo programático da prova objetiva, tendo especial foco no direito público municipal e a Fazenda Pública em juízo, abrangendo temas relativos às disciplinas de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Processual Civil.

A prova discursiva será dividida em Questão Aberta, 02 (duas) questões, que valerá 20 (vinte) pontos cada, e Prova Prática, que valerá 60 (sessenta) pontos.
A Questão Aberta consistirá na elaboração de texto argumentativo e conterá duas questões (podendo ser divididas em quesitos), com, no mínimo, 10 (dez) linhas, e no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas com base em tema formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas indicados no item 15.2., cumulados ou não.
A Prova Prática consistirá na elaboração de uma peça processual resultante da análise de um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas indicados no item 15.2., cumulados ou não.
Para a prova discursiva somente serão classificadas as pessoas candidatas que atingirem a pontuação mínima na Fase Objetiva e, considerada a pontuação obtida nesta, figurarem entre os 61 (sessenta e um) mais bem classificadas, respeitados os empates da última classificação mínima exigida.
As pessoas candidatas não classificadas para a prova discursiva serão ELIMINADAS do concurso.
As provas discursivas serão realizadas na data prevista do edital de Convocação.
A prova discursiva será avaliada com base nos critérios fixados no espelho de correção, levando-se em conta a correta utilização da linguagem, bem como os aspectos jurídicos do assunto abordado (como as legislações, as jurisprudências, a súmulas, as doutrinas majoritárias), levando-se em consideração a melhor solução aplicável em defesa da Fazenda Pública.
A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se classificado nesta fase a pessoa candidata que tenha acertado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) na totalidade da pontuação da prova discursiva e atenda o que dispõe o item 15.6.
A pessoa candidata que não for classificada na Prova Discursiva, nos termos deste edital, estará automaticamente ELIMINADA do Concurso Público.
A folha de resposta da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra, marca e/ou símbolo que identifique a pessoa candidata, em qualquer parte da folha, em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca ou símbolo identificadora dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na prova de discursiva.
A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pela própria pessoa candidata, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de preta de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento diferenciado para a realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, a pessoa candidata será acompanhada por um colaborador do IDIB devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação. Não será permitido o uso de qualquer outro tipo de caneta, nem de apontador, lápis, lapiseira, borracha, “caneta borracha” e afins, sendo eliminada do concurso a pessoa candidata que não obedecer ao descrito neste subitem.
Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.
A nota do critério que avalia o tema será atribuída somente a partir do que estiver escrito no corpo do texto.
O preenchimento da folha de resposta definitiva da prova discursiva, que será o único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno e neste edital. Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de prova por erro da pessoa candidata. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo e não será avaliada.
A folha de resposta não será substituída por erro de preenchimento da pessoa candidata.
Ao terminar a prova, a pessoa candidata deverá entregar a folha de resposta definitiva da prova discursiva ao fiscal de sala.
A não devolução, pela pessoa candidata, da folha de resposta definitiva, ao fiscal acarretará eliminação sumária da pessoa candidata no concurso.
A pessoa candidata não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração da prova discursiva.
Será atribuída nota ZERO à prova discursiva que:
não observar as orientações presentes no caderno de questões;
com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique a pessoa candidata;
apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
estiver em branco;
fugir, integralmente, à tipologia textual ou o padrão de resposta;
apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação da pessoa candidata;
for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

O padrão de resposta (chave de correção) será disponibilizado no site www.idib.org.br.
A folha de resposta da prova discursiva poderá ser visualizada no site www.idib.org.br, após a publicação do resultado preliminar da fase, e estará disponível até quinze dias após a sua divulgação. Após esse prazo determinado, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de resposta definitiva.
As pessoas candidatas poderão interpor recurso contra o padrão de resposta (chave de correção), nas datas previstas.
As notas serão divulgadas no site www.idib.org.br e as pessoas candidatas poderão pedir revisão do resultado preliminar da prova discursiva, nas datas definidas prevista em edital.

DA PROVA DE TÍTULOS- APENAS PARA CARGOS DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, PROFESSOR DE ARTE, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, PROCURADOR E PROFESSOR POLIVALENTE:

Somente serão convocadas para a Prova de Títulos, de caráter exclusivamente classificatório, as pessoas candidatas aprovadas nas Provas Objetivas, até 5 (cinco) vezes o número de vagas, cujo limite será considerado, também, para as vagas para deficientes.

A Prova de Títulos consistirá na análise dos títulos apresentados pelas pessoas candidatas, conforme quadro a seguir:

ALÍNEA	AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
A	Curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado, devidamente reconhecido pelo MEC	3	3,0
B	Curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, devidamente reconhecido pelo MEC	2	2,0
C	Curso de especialização em área relacionada com o cargo a que concorre, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente reconhecido pelo MEC.	1	1,0

D	**Procurador-** Ano de exercício de advocacia comprovado através de certidões expedidas por cartório judicial ou Ano de exercício de cargo, emprego ou função pública privativos de bacharel em Direito.	0,25	1,0

Para as alíneas “A”, “B”, “C” e “D”, do subitem 16.2 deste edital, serão considerados os seguintes documentos comprobatórios:
para efeito da Prova de Títulos, somente deverá ser admitido 01 (um) diploma ou certificado por nível de titulação; caso a pessoa candidata apresente mais de um diploma de Mestrado ou Doutorado, ou mais de um certificado de Especialização, somente deverá ser considerado o de maior pontuação;
para a alínea “A”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;
para a alínea “B”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;
para a alínea “C”: diploma ou certificado ou declaração de conclusão do curso onde obrigatoriamente possam ser identificadas a carga horária e a conclusão do referido curso, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
para a comprovação de exercício da advocacia (alínea D): inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e apresentação de certidões que atestem a atuação da pessoa candidata em diferentes feitos no período de até quatro anos (cada ano comprovado equivalerá a 0,25 ponto). A pessoa candidata deverá comprovar a atuação em, no mínimo, três processos por ano, sendo que, na respectiva certidão comprobatória, deverá constar, expressamente, a data inicial e final da representação judicial em cada processo pela pessoa candidata. Cada processo será considerado uma única vez;
Para a comprovação de exercício de cargo, emprego ou função pública, privativos de bacharel em Direito (alínea D), sejam efetivos, permanentes ou de confiança: apresentação de cópia do respectivo ato de nomeação, contratação ou designação acompanhada da norma legal ou outro ato normativo que discipline os requisitos do cargo, emprego ou função, como certidões/declarações fornecidas pelo órgão ou entidade competente, sob as penas da lei. O período máximo pontuável é de até quatro anos (cada ano comprovado equivalerá a 0,25 ponto).
A comprovação do curso relacionado na alínea “A” do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita única e exclusivamente por meio do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior do Brasil, credenciada no MEC.
A comprovação do curso relacionado na alínea “B” do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita acompanhada de um histórico escolar contendo as disciplinas e a carga horária (de cada disciplina ou total).
Não será considerado como curso de especialização o curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado ou doutorado cujas disciplinas estejam concluídas.
Somente será aceito certificado ou declaração das instituições referidas nos subitens anteriores nas quais seja possível efetuar a sua identificação e constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.
Somente será considerado o curso concluído.
Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, ou quando estrangeiro, devidamente revalidado.
A pessoa candidata que não encaminhar a documentação descrita neste Edital, receberá nota 0,00 (zero) nestas alíneas.
O envio dos documentos comprobatórios de títulos será realizado por meio de ferramenta on-line, a ser disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A ferramenta eletrônica para envio de títulos estará disponível no portal eletrônico da Organizadora, onde a pessoa candidata deverá se identificar por meio de seu CPF e código de acesso, que será gerado automaticamente pela Organizadora e enviado para o e-mail cadastrado da pessoa candidata.
A tela para envio de títulos e documentos será composta por campos intitulados de acordo com a tabela contida neste edital, devendo a pessoa candidata anexar em cada campo a imagem da documentação comprobatória original, correspondente à descrição.
O envio dos arquivos, uma vez inicializado pela pessoa candidata, somente será finalizado caso a pessoa candidata clique no botão “Gravar arquivos e finalizar envios”; caso contrário, o envio ficará com o status “envio pendente”, o qual mudará para status “envio finalizado” de forma automática após seu término. Enquanto o processo de envio estiver com o status “envio pendente”, a pessoa candidata poderá incluir ou excluir quantos arquivos achar necessário; contudo, após a mudança de status para “envio finalizado” a mesma não poderá mais incluir ou excluir arquivos, sendo finalizada essa fase.
Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, e com tamanho de até 2 MB (dois megabytes) cada, se individual ou 10MB(dez megabytes) se arquivo único.
Os arquivos ilegíveis serão considerados sem validade e não lhe serão atribuídas pontuações.
No documento anexado para a prova de título deverá constar a identificação nominal da pessoa candidata, devendo, portanto, ser anexado em anverso e verso, sempre que houver.
A pessoa candidata inscrita assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de envio de títulos e documentos.
A pessoa candidata que não apresentar títulos, no prazo estipulado receberá nota 0 (zero) na Prova de Títulos.
Não será aceito título ou documento entregue fora do período estipulado.
Os títulos serão avaliados pela banca examinadora constituída para esse fim, de acordo com a tabela constante do subitem 16.2 deste edital.
Fica reservado ao IDIB o direito de exigir, a seu critério, a apresentação dos documentos originais para conferência dos documentos enviados eletronicamente.
Os resultados da Prova de Títulos, preliminar e definitivo, serão divulgados no site www.idib.org.br. na área da pessoa candidata.
Demais informações a respeito da Prova de Títulos constarão no edital de convocação específico para esta etapa.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo IV deste Edital;
O Anexo IV, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A Prefeitura Municipal de Cruzeta e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos nas Provas Objetivas para os cargos de nível fundamental, médio/técnico. Os cargos de nível superior de Coordenador Pedagógico, Professor de Arte, Professor de Ciências, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Língua Inglesa, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Música, Professor de Tecnologias Digitais e Professor Polivalente, o total de pontos obtidos nas Provas Objetivas e de Títulos e para o cargo de Procurador da Câmara o total de pontos obtidos nas Provas Objetivas, Prova Discursiva e de Títulos, atribuindo-se o primeiro lugar a pessoa candidata que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no Diário oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, através do site oficial www.cruzeta.rn.gov.br.
As pessoas candidatas não classificadas no número máximo de aprovadas de que trata o Anexo III do Decreto Federal nº 9.739, de 28 de março de 2019, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente eliminadas deste concurso público.
Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).
As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "d" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas a que se refere a alínea "d" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

DOS RECURSOS
Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra os resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área do Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
o gabarito oficial preliminar.
A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
erro material;
incorreção técnica ou conceitual;
incompatibilidade com o conteúdo programático;
ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
erro material na soma dos pontos;
divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.
Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
Serão igualmente indeferidos recursos que:
contenham teor desrespeitoso;
estejam em desacordo com as especificações deste edital;
não guardem correspondência com a questão recorrida.
A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.

As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO V deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):

certidão de nascimento ou casamento

certidão de nascimento dos filhos

cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);

título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;

comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;

cópia autenticada do diploma do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;

a pessoa candidata que não possuir o Diploma poderá apresentar a cópia da Certidão de Conclusão autenticada do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena da área a que concorre, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que a Certidão de Conclusão deverá ser emitida pela Instituição de Ensino Superior (IES) com curso devidamente reconhecido pelo MEC e pela mesma IES que emitirá o diploma registrado pelo MEC. Deverá ainda conter as seguintes informações na Certidão de Conclusão: o Ato (Portaria ou Decreto) de reconhecimento do curso e a Certidão deverá ser assinada por funcionário da IES que possua competência (Diretor Acadêmico e /ou Diretor Geral da Instituição). Caso outro funcionário assine, a pessoa candidata deverá apresentar documento da IES que delegou a competência para ele;

cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;

carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;

número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);

comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;

certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;

certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;

certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;

certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.

A convocação de que trata o subitem 20.1 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.

As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.

Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, caberá recurso administrativo desde que devidamente motivado.

Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.

A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.

A convocação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos **www.idib.org.br** e **www.cruzeta.rn.gov.br.**

O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, **www.cruzeta.rn.gov.br.,** podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.

As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelas pessoas candidatas, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.

A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico **www.idib.org.br.** Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:

endereço não atualizado;

endereço de difícil acesso;

correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;

correspondência recebida por terceiros.

Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.

Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.

O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.

Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.

É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) dias, a contar de sua publicação no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, conforme previsto no Anexo V.

Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**.

A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário. Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 08 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO
NÍVEL SUPERIOR

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente De Contratação R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E/OU DIREITO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Arquivista R$ 2.138,03 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ARQUIVOLOGIA
Assistente Previdenciário R$ 1.621,00 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, ECONOMIA, CONTABILIDADE, MATEMÁTICA, GESTÃO PÚBLICA OU CURSO SUPERIOR C/ PÓS-GRADUAÇÃO EM ADM. PÚBLICA.
Assistente Social R$ 2.371,48 30H	02	04	01	0	01	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Assistente Social – Educação R$ 2.371,48 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Assistente Social – Emulti R$ 2.371,48 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Bioquímico R$ 2.962,32 40H	0	03	0	0	0	CURSO SUPERIOR EM BIOQUÍMICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Contador R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM CONTABILIDADE E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Contador – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Controlador Interno – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA.
Coordenador Pedagógico R$ 4.617,56 30H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA PLENA COM PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL.
Educador Físico – Emulti R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Enfermeiro R$ 2.962,32 40H	05	10	02	01	02	CURSO SUPERIOR EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Engenheiro Civil R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM ENGENHARIA CIVIL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Farmacêutico R$ 2.962,32 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE FARMÁCIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fisioterapeuta – Emulti R$ 2.962,32 30H	0	02	0	0	0	CURSO SUPERIOR EM FISIOTERAPIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fonoaudiólogo – Emulti R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fonoaudiólogo Clínico E Institucional – Educação R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico Clínico Geral R$ 9.867,47 40H	01	06	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM MEDICINA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico UBS R$ 9.867,47 40H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR EM MEDICINA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico Veterinário R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE MEDICINA VETERINÁRIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Neuro Psicopedagogo Clínico E Institucional – Educação R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA, PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA OU ÁREAS DA EDUCAÇÃO/SAÚDE COM PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROPSICOPEDAGOGIA.
Nutricionista – Educação R$ 2.138,03 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Nutricionista – Emulti R$ 2.138,03 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Odontólogo UBS R$ 2.962,32 40H	02	04	01	0	01	CURSO SUPERIOR EM ODONTOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Procurador Jurídico – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM DIREITO E REGISTRO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
Professor de Arte	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA

R$ 6.156,76 40H						EM ARTE, ARTES VISUAIS, EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, TEATRO, DANÇA, MÚSICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE ARTE.
Professor de Ciências R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, CIÊNCIAS DA NATUREZA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS.
Professor de Educação Especial R$ 6.156,76 40H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL OU LICENCIATURA COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA.
Professor de Educação Física R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE, QUANDO EXIGIDO.
Professor de Geografia R$ 4.617,56 30H	02	04	01	0	01	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.
Professor de História R$ 4.617,56 30H	0	02	0	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.
Professor de Língua Inglesa R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE INGLÊS.
Professor de Língua Portuguesa R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.
Professor de Matemática R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA.
Professor de Música R$ 6.156,76 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE MÚSICA.
Professor de Tecnologias Digitais R$ 6.156,76 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA, COMPUTAÇÃO OU COMPUTAÇÃO EDUCACIONAL, OU LICENCIATURA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DIGITAL E/OU TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.
Professor Polivalente R$ 4.617,56 30H	15	30	09	01	05	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA.
Psicólogo R$ 2.371,48 30H	02	04	01	0	01	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Psicólogo – Educação R$ 2.371,48 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Psicólogo – Emulti R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Terapeuta Ocupacional – Educação R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM TERAPIA OCUPACIONAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Terapeuta Ocupacional – Emulti R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM TERAPIA OCUPACIONAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Atuar na condução dos processos de contratação pública no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); conduzir procedimentos licitatórios, inclusive na modalidade pregão, atuando como agente responsável pelo processamento e julgamento das propostas, lances e habilitação dos licitantes; coordenar e executar as etapas dos processos de contratação, desde a fase preparatória até a homologação, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; elaborar, revisar e acompanhar editais, termos de referência, estudos técnicos preliminares e demais documentos necessários às contratações públicas; promover a análise de propostas e documentos apresentados pelos licitantes, verificando a conformidade com as exigências legais e editalícias; conduzir sessões públicas, presenciais ou eletrônicas, garantindo transparência e regularidade dos atos; responder a impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos administrativos, elaborando manifestações técnicas; acompanhar a execução contratual em articulação com os fiscais de contrato, quando necessário; manter registros e sistemas atualizados relativos aos processos de contratação; prestar apoio técnico aos demais setores da administração quanto à aplicação da legislação de licitações e contratos; participar de capacitações, treinamentos e atualizações normativas; atuar com ética, responsabilidade e sigilo no exercício das funções; cumprir e fazer cumprir as normas legais e administrativas vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da autoridade competente.

ARQUIVISTA

Planejar, organizar, coordenar e executar atividades relacionadas à gestão documental e de arquivos no âmbito da Administração Pública Municipal, assegurando a produção, tramitação, utilização, avaliação e destinação adequada de documentos; elaborar e implementar planos de classificação, tabelas de temporalidade e procedimentos de gestão documental, conforme normas arquivísticas vigentes; organizar, classificar, catalogar, indexar e conservar documentos em suporte físico e digital, garantindo sua integridade, autenticidade e acessibilidade; promover a digitalização, preservação e recuperação de documentos, utilizando técnicas e sistemas informatizados adequados; controlar a tramitação de processos e documentos, assegurando o cumprimento de prazos e a correta movimentação entre setores; orientar servidores quanto às práticas de arquivamento e gestão documental; realizar avaliação e seleção de documentos para guarda permanente ou eliminação, conforme critérios legais e técnicos; zelar pela

conservação, segurança e confidencialidade das informações arquivadas; atender usuários internos e externos, fornecendo informações e acesso a documentos, observando a legislação de acesso à informação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e instrumentos de controle relacionados às atividades arquivísticas; participar do planejamento e implementação de políticas de gestão da informação no âmbito municipal; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes; atuar com ética, responsabilidade e sigilo no tratamento das informações; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO
Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro; Fornecer até o décimo dia útil de cada mês os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior; Manter atualizadas as contabilidades financeira e patrimonial; Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao CRUZETAPREV, e dar publicidade à movimentação financeira; Participar da elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos, e acompanhar a sua execução; Participar da abertura de créditos adicionais, quando necessário; Manter controle dos serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como da fiscalização do consumo de material; Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do CRUZETAPREV; Auxiliar a gestão em suas necessidades eventuais. Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, da Prefeitura, da Câmara Municipal, do CRUZETA-PREV e demais órgãos empregadores municipais vinculados ao Instituto de Previdência; Auxiliar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo CRUZETAPREV aos segurados e dependentes, nos termos da Lei Municipal; Atender e orientar os segurados quanto aos seus direitos e deveres para obtenção de benefícios junto ao CRUZETAPREV; Atender aos procedimentos exigidos para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requeiram; Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder.

ASSISTENTE SOCIAL
Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social; Preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; Realizar e interpretar pesquisas sociais; Orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; Encaminhar clientes a dispensários e hospitais acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos, assistindo aos familiares; Planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; Fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas à solução adequada do problema; Estudar os antecedentes da família; Orientar a seleção socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do Município; Selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, a infância abandonada, a cegos, etc.; Fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; Pesquisar problemas relacionados com o trabalho; Supervisionar e manter registros dos casos investigados; Prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; Prestar assessoramento; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico- sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do cargo; participar de Conselhos ou Comissões instituídos pelo Chefe do Poder Executivo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ASSISTENTE SOCIAL – EDUCAÇÃO
Atuar na mediação entre escola, família e comunidade, focando na garantia de direitos, combate à evasão escolar e superação de vulnerabilidades sociais que afetam a aprendizagem. Amparado pela Lei nº 13.935/2019, realizar acolhimento, estudos socioeconômicos e articulação com a rede de proteção, visando a permanência dos estudantes. Fortalecer vínculos e promove a participação da família no processo de aprendizagem. Identificar e atuar em situações de abandono, infrequência e vulnerabilidade (violência, pobreza, discriminação). Acompanhar estudantes com sofrimento psíquico, bullying, cyberbullying e automutilação, frequentemente em parceria com psicólogos. Implementar projetos que garantem a inclusão social e o acesso à educação.

ASSISTENTE SOCIAL – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de serviço social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, com enfoque nos determinantes sociais do processo saúde-doença; realizar atendimento social individual e coletivo aos usuários e suas famílias, identificando demandas, realizando acolhimento, escuta qualificada, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e de saúde; elaborar estudos sociais, relatórios, pareceres técnicos e instrumentos de avaliação social, visando subsidiar decisões e intervenções no âmbito da saúde; atuar em Unidades de Saúde, hospitais e demais serviços da rede municipal, integrando equipes multiprofissionais e contribuindo para a construção de planos de cuidado; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente em situações de vulnerabilidade social, risco, abandono, negligência ou necessidade de acompanhamento familiar; promover a articulação com a rede intersetorial, incluindo assistência social, educação, justiça e demais políticas públicas, garantindo a integralidade do atendimento ao usuário; atuar em programas e políticas públicas de saúde, incluindo saúde da família, saúde mental, saúde da mulher, da criança, do idoso e demais áreas prioritárias; participar de ações de vigilância em saúde, contribuindo para a identificação de fatores sociais que impactam o processo saúde-doença; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, mobilização social e fortalecimento da participação comunitária; orientar os usuários quanto aos seus direitos sociais, acesso a benefícios e serviços públicos; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as normas legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

BIOQUÍMICO
Programar, orientar, executar, supervisionar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades laboratoriais, realização de controle de qualidade de insumos de natureza biológica, física, química e outros, elaborando pareceres técnicos, laudos e atestados de acordo com as normas; Realizar análises de exames; Organizar o processo produtivo, distribuindo tarefas à equipe auxiliar, orientando a correta utilização e manipulação de materiais, instrumentos e equipamentos, de acordo com normas de higiene e segurança para garantir a qualidade do serviço; Participar no desenvolvimento de ações de investigação epidemiológica, organizando e orientando na coleta, acondicionamento e envio de amostras para análise laboratorial; Realizar estudos de pesquisas microbiológicas, imunológicas, químicas, físico-químicas relativas a quaisquer substâncias ou produto que interesse a saúde pública; Participar da previsão, provisão e controle de materiais e equipamentos opinando tecnicamente na aquisição dos mesmos; Prestar assessoria na elaboração de projetos de construção e montagem de área específica; Participar de equipes multidisciplinares no planejamento, elaboração e controle de programas de saúde pública; Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado; Executar, propor outras atividades que contribuam para a eficiência de seu trabalho; Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; Supervisionar, orientar, fiscalizar e executar serviços atinentes a especialidade de Bioquímica; Supervisionar, orientar, fiscalizar o recebimento, acondicionamento e distribuição de medicamentos para os hospitais e postos de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, sendo responsável pela política de assistência farmacêutica básica do Município; Executar outras tarefas afins.

CONTADOR
Avaliar acervos patrimoniais; Verificar haveres e obrigações, para quaisquer finalidades; Promover avaliação dos fundos e apuração dos valores patrimoniais; Realizar a escrituração regular, oficial ou não de todos os fatos relativos ao patrimônio e as variações patrimoniais do Município, por quaisquer métodos, técnicas ou processos; Promover a classificação dos fatos para registro contábil e abertura e encerramento de escritas contábeis; Realizar controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial; Elaborar balancetes e demonstrativos dos movimentos das contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética; Analisar balanços e elaborar orçamentos de qualquer tipo, bem como conciliar contas; Organizar processos de prestações de contas das órgãos da administração pública municipal e de suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de direito público, a serem julgadas pelos tribunais, conselhos de contas ou órgãos similares; Planificar contas, com a descrição de suas funções e funcionamento dos serviços contábeis; Realizar atividades compartilhadas com outros profissionais se necessário, e demais atividades inerentes as Ciências Contábeis e suas aplicações; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Apresentar relatórios semestrais das atividades para análise; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

CONTADOR – CÂMARA MUNICIPAL
Executar, supervisionar e orientar os serviços contábeis da Câmara Municipal; realizar escrituração, classificação e registro dos atos e fatos contábeis; elaborar balancetes, balanços, demonstrativos, relatórios fiscais e prestações de contas; acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar e analisar documentos exigidos pelos órgãos de controle; acompanhar limites constitucionais e legais aplicáveis ao Poder Legislativo; orientar setores quanto à correta aplicação das normas de contabilidade pública; manter arquivos e registros contábeis atualizados; e executar outras atividades correlatas às Ciências Contábeis.

CONTROLADOR INTERNO – CÂMARA MUNICIPAL
Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de controle interno da Câmara Municipal; elaborar planos, relatórios e pareceres de controle interno; verificar a legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal; acompanhar licitações, contratos, folha de pagamento, prestação de contas, transparência pública, limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis ao Poder Legislativo; apoiar o Tribunal de Contas quando necessário; propor medidas preventivas e corretivas; comunicar irregularidades às autoridades competentes; e executar outras atividades correlatas ao controle interno.

COORDENADOR PEDAGÓGICO
Coordenar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico das unidades escolares; orientar professores no planejamento, execução e avaliação das atividades didático-pedagógicas; acompanhar a implementação do projeto político-pedagógico, da BNCC e das diretrizes curriculares da rede municipal; promover ações de formação continuada, estudos pedagógicos e acompanhamento da aprendizagem; apoiar a gestão escolar na organização de projetos, avaliações, registros e intervenções pedagógicas; articular ações entre escola, família, comunidade e Secretaria Municipal de Educação; acompanhar indicadores educacionais, frequência, rendimento e recomposição das aprendizagens; e executar outras atividades correlatas à coordenação pedagógica.

EDUCADOR FÍSICO – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de promoção da saúde por meio da atividade física no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando em Unidades de Saúde e demais espaços da rede municipal; desenvolver, orientar e supervisionar programas e práticas corporais e atividades físicas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida da população; realizar avaliação física e funcional dos usuários, respeitando os protocolos estabelecidos, a fim de orientar a prescrição segura de exercícios físicos; elaborar e acompanhar planos de atividades físicas individuais e coletivas, considerando as condições de saúde, limitações e necessidades específicas dos usuários; atuar em programas de saúde pública, incluindo a Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) ou programas equivalentes, com foco em grupos prioritários como idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes e pessoas com doenças crônicas; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, incentivando hábitos de vida saudáveis e a prática regular de atividades físicas; realizar e participar de atividades coletivas em grupos, comunidades, escolas e espaços públicos; executar e participar de visitas domiciliares, quando necessário, especialmente para orientação de usuários com limitações funcionais ou em situação de vulnerabilidade; integrar equipes multiprofissionais de saúde, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; registrar informações e evoluções dos usuários em prontuários físicos ou eletrônicos; colaborar com ações de vigilância em saúde, relacionadas à promoção da atividade física e prevenção de agravos; zelar pela organização, conservação e utilização adequada dos espaços e materiais utilizados nas atividades; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ENFERMEIRO
Planejar, organizar, coordenar e avaliar serviços de enfermagem; prestar serviços de enfermagem em hospitais, unidades sanitárias, ambulatórios e seções próprias; Prestar cuidados de enfermagem aos pacientes hospitalizados; Ministrar medicamentos prescritos, bem como cumprir outras determinações médicas; Zelar pelo bem estar físico e psíquico dos pacientes; Preparar o campo operatório e esterilizar o material; Orientar o isolamento de pacientes; Supervisionar o serviço de higienização dos pacientes; Orientar, coordenar e supervisionar a execução das tarefas relacionadas com a prescrição alimentar; Planejar, executar, supervisionar e avaliar a assistência integral de enfermagem a clientes de alto e médio risco, enfatizando o autocuidado e participando de sua alta da instituição de saúde; Acompanhar o desenvolvimento dos programas de recursos humanos para área de enfermagem; Aplicar terapia, dentro da área de sua competência, sob controle médico; Prestar primeiros socorros; Aprazar exames de laboratórios, de raio X e outros; Aplicar terapia especializada, sob controle médico; Promover e participar para o estabelecimento de normas e padrões dos serviços de enfermagem; Participar de programas de educação sanitária e de saúde pública em geral; Auxiliar nos serviços de atendimento materno-infantil; Participar de programas de imunização; Realizar visitas domiciliares para prestar esclarecimentos sobre trabalho a ser desenvolvido por equipes auxiliares; Realizar consulta de enfermagem a sadios e a portadores de doenças prolongadas; Prover e controlar o estoque de medicamentos; Manter contato com responsáveis por estoques de medicamentos; Manter contato com responsáveis por unidades médicas e enfermarias, para promover a integração do serviço de enfermagem com os de assistência médica; Participar de inquéritos epidemiológicos; Participar de programas de atendimento a comunidades atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública; Realizar e interpretar testes imunodiagnósticos e auxiliares de diagnósticos; Requisitar exames de rotina para os pacientes em controle de saúde, com vistas à aplicação de medidas preventivas; Colher materiais para exames laboratoriais; Prestar assessoramento à autoridade em assuntos de sua competência; Emitir pareceres em matéria de sua especialidade; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas afins.

ENGENHEIRO CIVIL
Planejar, coordenar, elaborar, executar e avaliar projetos e atividades de engenharia civil no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; desenvolver estudos técnicos, anteprojetos, projetos básicos e executivos de obras civis, incluindo edificações, pavimentação, drenagem, saneamento, infraestrutura urbana e demais obras públicas; elaborar memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamentos, planilhas de custos, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos necessários à execução de obras e serviços de engenharia; acompanhar, fiscalizar e supervisionar obras públicas, garantindo a conformidade com projetos, normas técnicas, prazos, custos e qualidade dos serviços executados; realizar vistorias, inspeções, perícias e avaliações técnicas, emitindo laudos, pareceres e relatórios; atuar no planejamento urbano e na gestão de obras e serviços de infraestrutura; participar de processos de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia, contribuindo com a elaboração de termos de referência, editais e análise técnica de propostas; controlar e acompanhar a execução contratual de obras e serviços; orientar equipes técnicas e operacionais na execução das atividades; utilizar sistemas informatizados e ferramentas específicas de engenharia; zelar pela organização, conservação e controle de documentos técnicos; atuar com responsabilidade, ética e comprometimento com o interesse público; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com a Lei nº 5.194/1966, normas do Conselho Federal e Regional de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de engenheiro civil, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FARMACÊUTICO
Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, garantindo o acesso e o uso racional de medicamentos pela população; realizar a dispensação de medicamentos e insumos farmacêuticos nas unidades de saúde, prestando orientação técnica quanto ao uso correto, posologia, conservação e possíveis reações adversas; gerenciar o ciclo da assistência farmacêutica, compreendendo as etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e controle de medicamentos e produtos para a saúde; controlar estoques, observando prazos de validade, condições adequadas de armazenamento e registros de entrada e saída de produtos; participar da elaboração, revisão e atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; atuar em Unidades Básicas de Saúde, farmácias públicas e demais serviços da rede municipal, integrando equipes multiprofissionais e contribuindo para o acompanhamento farmacoterapêutico dos usuários; garantir a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos e insumos, supervisionando as boas práticas de armazenamento, dispensação e transporte; apoiar e participar das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, incluindo a fiscalização de estabelecimentos, a notificação de reações adversas a medicamentos e o monitoramento de eventos relacionados à saúde; desenvolver e participar de atividades de educação em saúde, promovendo o uso racional de medicamentos e orientando a população sobre os riscos da automedicação; capacitar e orientar profissionais da rede municipal de saúde quanto às práticas farmacêuticas; elaborar relatórios técnicos, pareceres, indicadores e documentos relacionados às atividades desenvolvidas; participar do planejamento, execução e avaliação de políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, administrativas e a legislação sanitária vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FISIOTERAPEUTA – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de fisioterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde funcional dos indivíduos e da coletividade; realizar atendimento fisioterapêutico individual e coletivo em Unidades de Saúde , domicílios e demais serviços da rede municipal, efetuando avaliação físico- funcional, diagnóstico cinético-funcional e elaboração de plano terapêutico adequado; aplicar técnicas e recursos fisioterapêuticos com vistas à recuperação, manutenção e melhoria da capacidade funcional, motora e respiratória dos pacientes; acompanhar a evolução dos usuários, reavaliando e ajustando condutas terapêuticas conforme necessidade; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde do idoso, da criança, da mulher e de portadores de doenças crônicas e incapacitantes; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientação, acompanhamento e intervenções terapêuticas no ambiente domiciliar; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, orientando usuários, familiares e cuidadores quanto à prevenção de agravos, postura, mobilidade e exercícios terapêuticos; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes; zelar pela conservação, organização e utilização adequada de equipamentos e materiais fisioterapêuticos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FONOAUDIÓLOGO – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de fonoaudiologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos distúrbios da comunicação humana, abrangendo linguagem oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais; realizar atendimento individual e coletivo em Unidades de Saúde, domicílios e demais serviços da rede municipal, efetuando avaliação fonoaudiológica, diagnóstico funcional e elaboração de planos terapêuticos adequados; desenvolver e aplicar terapias fonoaudiológicas voltadas à reabilitação de pacientes com distúrbios de fala, linguagem, voz, deglutição e audição; acompanhar a evolução dos pacientes, registrando informações em prontuários físicos ou eletrônicos e ajustando condutas terapêuticas conforme necessidade; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, com ênfase em triagem auditiva, desenvolvimento da linguagem, prevenção de distúrbios vocais e reabilitação funcional; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente em casos de pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientações e acompanhamento terapêutico; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, orientando a população, familiares e cuidadores quanto à prevenção e cuidados relacionados à comunicação e deglutição; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes às atividades desenvolvidas; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FONOAUDIÓLOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Atuar na prevenção, avaliação, diagnóstico, habilitação e reabilitação da comunicação humana, englobando fala, voz, audição, linguagem (oral/escrita) e motricidade orofacial. Assessorar escolas na aquisição de leitura/escrita, linguagem, voz do professor e audição, promovendo saúde e prevenção de dificuldades.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Realizar atendimento médico clínico geral em regime de plantão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em unidades de pronto atendimento, hospitais ou serviços de urgência e emergência da rede municipal, prestando assistência integral, contínua e humanizada aos usuários; realizar consultas médicas, anamnese, exame físico, diagnóstico e tratamento de pacientes em situações de urgência, emergência e demanda espontânea; solicitar, interpretar e analisar exames complementares, estabelecendo condutas terapêuticas imediatas e adequadas ao quadro clínico apresentado; prescrever medicamentos e demais intervenções necessárias, conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes; realizar procedimentos médicos compatíveis com a clínica geral em contexto de urgência e emergência, incluindo estabilização de pacientes, atendimento a quadros agudos e suporte básico e avançado de vida, quando necessário; acompanhar a evolução dos pacientes durante o plantão, promovendo reavaliações e intervenções conforme a necessidade clínica; realizar encaminhamentos para serviços especializados, internações hospitalares ou transferências, quando indicado; registrar de forma clara, completa e adequada todas as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; atuar em conjunto com a equipe multiprofissional, contribuindo para a organização e qualidade do atendimento; participar de ações de vigilância em saúde, incluindo a notificação de agravos de notificação compulsória; cumprir os protocolos assistenciais, normas técnicas, éticas e de biossegurança vigentes; zelar pelo bom funcionamento do serviço durante o plantão; participar, quando necessário, de treinamentos, reuniões e atividades institucionais; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MÉDICO UBS
Realizar atendimento médico clínico geral no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), em Unidades Básicas de Saúde (UBS), prestando assistência integral, contínua e humanizada aos usuários, abrangendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação; realizar consultas médicas, anamnese, exame físico, solicitação e interpretação de exames complementares, estabelecendo diagnósticos e instituindo condutas terapêuticas adequadas; prescrever medicamentos e tratamentos conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes; acompanhar a evolução dos pacientes, especialmente aqueles portadores de doenças crônicas, realizando o manejo clínico e encaminhamentos quando necessário; realizar atendimentos de demanda espontânea e programada; executar e participar de visitas domiciliares, avaliando as condições de saúde dos pacientes no domicílio, especialmente aqueles com dificuldade de locomoção, acamados, idosos, portadores de doenças crônicas ou em situação de vulnerabilidade, promovendo o acompanhamento clínico, orientações terapêuticas e intervenções necessárias; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde da mulher, da criança, do idoso, saúde mental e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis; participar de ações de vigilância epidemiológica, notificando agravos de notificação compulsória e contribuindo para o controle de doenças e surtos; integrar equipes multiprofissionais, colaborando com outros profissionais da saúde na elaboração e execução de planos de cuidado; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, orientando a população quanto à prevenção de doenças e promoção da saúde; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos, garantindo a continuidade do cuidado; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MÉDICO VETERINÁRIO
Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; Contribuir para o bem-estar animal; Promover saúde pública e defesa do consumidor; Exercer defesa sanitária animal; Desenvolver atividades de pesquisa e extensão; Atuar nas produções industrial e tecnológica e no controle de qualidade de produtos; Fomentar produção animal; Atuar nas áreas agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; Elaborar laudos, pareceres e atestados; Assessorar a elaboração de legislação pertinente; Executar outras tarefas afins.

NEURO PSICOPEDAGOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Utilizar instrumentos técnicos para investigar o funcionamento cognitivo (atenção, memória, funções executivas). Criar planos de intervenção personalizados para crianças, adolescentes ou adultos com dificuldades de aprendizagem. Produzir relatórios técnicos e levantamento de hipóteses (não laudos médicos) e encaminhamentos. Atuar diretamente com grupos de alunos, estimulando funções cognitivas no ambiente escolar. Orientar educadores sobre estratégias pedagógicas baseadas no funcionamento cerebral. Identificar precocemente dificuldades de aprendizagem, evitando a evasão e a desmotivação. Desenvolver ações de sensibilização e adequações curriculares.

NUTRICIONISTA – EDUCAÇÃO
Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar o Programa de Alimentação Escolar, conforme as necessidades nutricionais dos alunos da Educação Infantil ao EJA; Elaborar e supervisionar cardápios com base nas diretrizes do PNAE, considerando hábitos alimentares locais, necessidades especiais e incentivos à agricultura familiar, acompanhando a aquisição, preparo e distribuição dos alimentos, garantindo qualidade, segurança e evitando desperdícios; Avaliar o estado nutricional dos estudantes, acompanhar a aceitação das preparações e propor adequações quando necessário; Implantar e monitorar o Manual de Boas Práticas, POPs e fichas técnicas de preparo, assegurando as condições higiênico-sanitárias; Desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar; Elaborar relatórios técnicos, orientar equipes e prestar suporte ao Conselho de Alimentação Escolar, garantindo o cumprimento da legislação vigente.

NUTRICIONISTA – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de alimentação e nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação do estado nutricional dos indivíduos e da coletividade; realizar atendimento nutricional individual e coletivo em Unidades de Saúde, domicílios e demais serviços da rede municipal, por meio de avaliação nutricional, diagnóstico do estado nutricional e elaboração de planos alimentares adequados às necessidades dos usuários; acompanhar a evolução nutricional dos pacientes, especialmente aqueles com doenças crônicas, desnutrição, obesidade e outras condições relacionadas à alimentação; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, com ênfase na vigilância alimentar e nutricional; desenvolver e implementar ações de educação alimentar e nutricional, promovendo hábitos saudáveis e prevenção de agravos; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para acompanhamento de usuários com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; participar de ações de vigilância em saúde, incluindo o acompanhamento de indicadores nutricionais e segurança alimentar; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos relacionados à área de nutrição; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; zelar pelas condições higiênico-sanitárias relacionadas à alimentação nos serviços de saúde, quando aplicável; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ODONTÓLOGO UBS
Realizar atendimento odontológico no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), em Unidades Básicas de Saúde (UBS), prestando assistência integral, contínua e humanizada à população, com foco na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde bucal; realizar consultas odontológicas, anamnese, exame clínico e diagnóstico das condições bucais; executar procedimentos clínicos de

odontologia básica, tais como restaurações, extrações simples, raspagens, profilaxia, aplicação de flúor, tratamento de urgências odontológicas e demais procedimentos compatíveis com a atenção primária; prescrever medicamentos conforme necessidade clínica e protocolos vigentes; acompanhar a evolução dos pacientes e realizar encaminhamentos para especialidades quando necessário; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (ESF), saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; realizar e participar de ações coletivas e educativas em saúde bucal, incluindo atividades em escolas, comunidades e grupos específicos; executar e participar de visitas domiciliares, especialmente para pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientação e acompanhamento em saúde bucal; integrar equipes multiprofissionais, colaborando na elaboração e execução de planos de cuidado; participar de ações de vigilância em saúde, contribuindo para o monitoramento de agravos relacionados à saúde bucal; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; zelar pela conservação, manutenção e esterilização de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, observando as normas de biossegurança; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PROCURADOR JURÍDICO – CÂMARA MUNICIPAL

Representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal de Cruzeta; emitir pareceres jurídicos sobre projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, portarias, licitações, contratos, convênios, processos administrativos e demais atos do Poder Legislativo; assessorar a Mesa Diretora, a Presidência e os setores administrativos em matérias jurídicas; realizar controle prévio de legalidade; acompanhar processos judiciais e administrativos; manter controle de prazos, documentos e arquivo jurídico; zelar pela observância da Constituição, leis, regimento interno e normas dos órgãos de controle; e executar outras atividades jurídicas correlatas.

PROFESSOR DE ARTE

Elaborar planos de aula alinhados à BNCC, abordando diferentes linguagens artísticas, como artes visuais, música, dança, teatro e manifestações culturais; ministrar aulas que estimulem expressão, criatividade, sensibilidade estética, apreciação artística e pensamento crítico; desenvolver projetos culturais, exposições, mostras, apresentações e atividades interdisciplinares; organizar materiais e espaços de produção artística; avaliar o desenvolvimento dos estudantes; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Arte.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atuar no atendimento educacional especializado e no apoio à inclusão de estudantes público-alvo da educação especial; elaborar, executar e avaliar planos de atendimento individualizado; orientar professores, famílias e equipe escolar quanto às adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas inclusivas; acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, registrando avanços e necessidades; colaborar com a elaboração do projeto político-pedagógico e das práticas inclusivas da escola; articular ações com a rede de apoio, saúde e assistência social, quando necessário; e executar outras atividades correlatas à educação especial.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Planejar, ministrar e avaliar aulas de Educação Física, em consonância com a BNCC e a proposta pedagógica da escola; desenvolver conteúdos relacionados à cultura corporal, jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas, práticas corporais de aventura, saúde e qualidade de vida; promover atividades que favoreçam o desenvolvimento motor, social, afetivo e cognitivo dos estudantes; organizar eventos, projetos esportivos e recreativos; zelar pela segurança dos alunos durante as atividades; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

Planejar e ministrar aulas de Língua Inglesa alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de leitura, escrita, escuta, oralidade, vocabulário, gramática, pronúncia e compreensão intercultural; elaborar materiais didáticos, atividades, avaliações e projetos que estimulem o uso comunicativo da língua; acompanhar o progresso dos estudantes e adotar estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Língua Inglesa.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
Planejar e ministrar aulas de Língua Portuguesa alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de leitura, oralidade, produção textual, análise linguística, literatura, gramática contextualizada e interpretação de textos; elaborar atividades, avaliações e projetos voltados ao letramento, à comunicação e à formação crítica dos estudantes; acompanhar o desempenho dos alunos e adotar estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA
Planejar e ministrar aulas de Matemática alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver conteúdos de números, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade, estatística e resolução de problemas; propor atividades que estimulem o raciocínio lógico, pensamento crítico, investigação, argumentação e aplicação da matemática em situações reais; elaborar avaliações e estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Matemática.

PROFESSOR DE MÚSICA
Planejar e ministrar aulas de Música alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de apreciação, criação, composição, interpretação, canto, ritmo, percepção sonora e expressão musical; organizar corais, apresentações, oficinas, projetos culturais e atividades artísticas; utilizar a música como linguagem para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e emocional dos estudantes; zelar pelos materiais e instrumentos musicais; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao ensino de Música.

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS
Planejar e ministrar aulas de informática educativa, cultura digital, pensamento computacional e uso pedagógico das tecnologias; integrar recursos digitais ao processo de ensino e aprendizagem; apoiar docentes no uso de plataformas, ferramentas educacionais e metodologias inovadoras; organizar projetos de robótica educacional, programação, mídias digitais e produção de conteúdos pelos estudantes; orientar o uso responsável da internet, segurança digital, ética, combate à desinformação e cidadania digital; organizar o uso do laboratório ou sala de tecnologias; e executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR POLIVALENTE
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade escolar e as orientações da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas nos anos iniciais da educação básica, promovendo a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento integral e a aprendizagem dos estudantes; zelar pela aprendizagem, implementar estratégias de recuperação e recomposição de aprendizagens; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas; manter registros escolares; participar de reuniões, conselhos de classe, planejamento e formação continuada; colaborar com as atividades de articulação da escola com famílias e comunidade; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PSICÓLOGO
Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo, adotando tratamento para o equilíbrio psicológico; Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo); Definir resultados a serem atingidos; Definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino aprendizagem; Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos pacientes com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes; Executar outras tarefas afins.

PSICÓLOGO – EDUCAÇÃO
Investigar como o conteúdo é ensinado e apreendido, analisando fatores emocionais e cognitivos que impactam o aprendizado, focando na relação aluno-professor e não apenas no indivíduo. Desenvolver projetos e ações coletivas para promover saúde mental, convivência harmoniosa e prevenir problemas como bullying, evasão escolar e violência. Assessorar professores e gestores na elaboração de estratégias de ensino que considerem a diversidade e inclusão, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem. Orientar pais e responsáveis, facilitando o diálogo e a parceria entre o lar e a instituição de ensino. Oferecer suporte emocional a alunos e educadores em situações de conflito ou trauma, promovendo a resiliência.

PSICÓLOGO – EMULTI
Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo, adotando tratamento para o equilíbrio psicológico; Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo); Definir resultados a serem atingidos; Definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino aprendizagem; Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos pacientes com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes; Executar outras tarefas afins.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EDUCAÇÃO

Reabilitar pessoas com limitações físicas, cognitivas, sensoriais ou emocionais, promovendo autonomia e qualidade de vida no cotidiano. Utilizar atividades terapêuticas e adaptações do ambiente para possibilitar tarefas como vestir-se, comer, trabalhar ou estudar, atuando em saúde mental, reabilitação física, pediatria e geriatria.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EMULTI

Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de terapia ocupacional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção da saúde, prevenção de agravos, reabilitação e inclusão social de indivíduos e grupos; realizar atendimento individual e coletivo em Unidades Básicas de Saúde (UBS), domicílios e demais serviços da rede municipal, por meio de avaliação do desempenho ocupacional, identificação de limitações funcionais e elaboração de planos terapêuticos adequados; desenvolver intervenções terapêuticas voltadas à autonomia, independência e melhoria da qualidade de vida dos usuários, utilizando atividades e recursos terapêuticos específicos; atuar no acompanhamento de pacientes com deficiência física, mental, intelectual e/ou social, bem como em situações de vulnerabilidade; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para usuários com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de risco social, promovendo orientações e adaptações no ambiente domiciliar; orientar pacientes, familiares e cuidadores quanto ao uso de recursos, adaptações e estratégias para o desempenho das atividades de vida diária; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde mental, reabilitação, saúde do idoso, da criança e de pessoas com doenças crônicas; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado e projetos terapêuticos singulares; desenvolver e participar de ações de educação em saúde e inclusão social; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes; zelar pela conservação e uso adequado de materiais e recursos terapêuticos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente de Trânsito R$ 1.621,00 40H	0	02	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Agente Fiscal de Tributos R$ 1.621,00 40H	02	04	01	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Administrativo R$ 1.621,00 40H	01	08	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Administrativo – Câmara Municipal R$ 1.753,27 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Legislativo – Câmara Municipal R$ 1.685,84 40H	0	02	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Auxiliar de Farmácia Básica R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE AUXILIAR DE FARMÁCIA.
Condutor de Ambulância R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CNH D, CURSO DE CONDUTOR DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIAS E CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS.
Condutor de Transporte Escolar R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CNH D E CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR.
Condutor de Transporte Sanitário R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CNH D.
Cuidador de Aluno R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Eletricista de Iluminação Pública R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE ELETRICISTA.
Fiscal de Obras e Serviços Urbanos R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Fiscal de Vigilância Sanitária R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Porteiro Escolar R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Secretário Escolar R$ 1.621,00 40H	01	04	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Técnico de Enfermagem R$ 1.621,00 40H	03	09	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Técnico em Saúde Bucal R$ 1.621,00 40H	03	04	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE TRÂNSITO

Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito; Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte escolar rural e urbano, mototáxi, transporte coletivo de passageiros, táxi e ciclomotores; Autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada; Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito; Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação; Lavrar auto de infração de trânsito quando constatada a irregularidade as normas de transito vigentes; Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e

autorização prévia do órgão de Trânsito Municipal; Trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educativas; Executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS
Executar atividades de fiscalização tributária no âmbito do município, visando ao cumprimento da legislação tributária municipal e à arrecadação de receitas públicas; realizar auditorias, inspeções e diligências em estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e demais contribuintes, com a finalidade de verificar a correta apuração e recolhimento de tributos municipais, tais como ISS, IPTU, ITBI, taxas e contribuições; analisar documentos fiscais, contábeis e cadastrais, identificando possíveis irregularidades, omissões ou fraudes; proceder ao lançamento, constituição e revisão de créditos tributários, conforme legislação vigente; lavrar autos de infração, notificações, termos de intimação e demais atos administrativos decorrentes da atividade fiscal; orientar contribuintes quanto à aplicação da legislação tributária, esclarecendo dúvidas e promovendo a conformidade fiscal; acompanhar processos administrativos fiscais, elaborando relatórios, pareceres técnicos e manifestações; participar de ações de combate à sonegação fiscal e incremento da arrecadação; manter atualizados os cadastros mobiliário e imobiliário do município, quando aplicável; atuar em conjunto com outros setores da administração pública para a melhoria da gestão tributária; utilizar sistemas informatizados para registro, controle e acompanhamento das atividades fiscais; cumprir e fazer cumprir a legislação tributária municipal, bem como normas correlatas; atuar com ética, responsabilidade e sigilo fiscal no exercício das atribuições; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, prestando apoio técnico e operacional às rotinas administrativas, organizacionais e de gestão pública; realizar atendimento ao público interno e externo, prestando informações, orientações e encaminhamentos necessários; elaborar, digitar, revisar e arquivar documentos, ofícios, memorandos, relatórios, planilhas e demais expedientes administrativos; controlar e organizar arquivos físicos e eletrônicos, garantindo a guarda, integridade e fácil acesso às informações; auxiliar na tramitação de processos administrativos, observando prazos e procedimentos estabelecidos; operar sistemas informatizados e equipamentos de escritório, inserindo, atualizando e consultando dados; apoiar atividades relacionadas a recursos humanos, como controle de frequência, registros funcionais e organização de documentos; colaborar em processos de compras, licitações, contratos e controle de materiais, conforme rotinas da administração pública; realizar controle de agenda, organização de reuniões e apoio logístico às atividades da secretaria; acompanhar e executar rotinas financeiras básicas, como controle de despesas, requisições e prestação de contas, quando aplicável; manter sigilo sobre informações e documentos sob sua responsabilidade; atuar com ética, responsabilidade e organização no desempenho das funções; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CÂMARA MUNICIPAL
Executar atividades administrativas e de apoio operacional no âmbito da Câmara Municipal; realizar atendimento ao público interno e externo; elaborar, digitar, revisar, protocolar, arquivar e expedir documentos, ofícios, memorandos, relatórios e planilhas; organizar arquivos físicos e digitais; auxiliar em rotinas de compras, patrimônio, almoxarifado, recursos humanos, protocolo, transparência, controle de documentos e suporte às sessões e eventos institucionais; operar sistemas informatizados; prestar apoio aos vereadores, servidores e setores administrativos; e executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE LEGISLATIVO
Executar atividades de apoio técnico-legislativo e administrativo da Câmara Municipal; redigir, revisar, organizar e controlar projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, indicações, requerimentos, moções, atas e demais documentos legislativos; auxiliar na organização de sessões plenárias, reuniões de comissões, pautas, ordem do dia e tramitação de proposições; gerir arquivos e registros legislativos; prestar atendimento e informações ao público, vereadores e setores internos; controlar prazos, publicações e documentos oficiais; utilizar sistemas informatizados legislativos e administrativos; e executar outras atividades determinadas pela Mesa Diretora e Presidência da Câmara.

AUXILIAR DE FARMÁCIA BÁSICA
Executar atividades auxiliares relacionadas à assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do farmacêutico, contribuindo para o adequado funcionamento da farmácia básica municipal; auxiliar no recebimento, conferência, organização, armazenamento e controle de medicamentos e insumos farmacêuticos, observando prazos de validade, condições de conservação, temperatura e demais requisitos técnicos; realizar a separação e dispensação de medicamentos aos usuários, mediante prescrição e sob orientação do farmacêutico, prestando informações básicas quanto ao uso correto, horários de administração e cuidados gerais; manter atualizados os registros de entrada, saída e estoque de medicamentos, utilizando sistemas informatizados ou controles manuais; auxiliar na organização da farmácia, zelando pela limpeza, conservação e adequada disposição dos produtos; colaborar na programação, distribuição e reposição de medicamentos nas unidades de saúde da rede municipal; participar do controle de perdas, vencimentos e descarte adequado de medicamentos, conforme normas sanitárias; apoiar as ações de assistência farmacêutica e programas de saúde pública, conforme diretrizes do município; atender ao público com cordialidade, prestando informações e encaminhamentos quando necessário; colaborar com ações de educação em saúde, orientando os usuários sobre o uso racional de medicamentos, sob supervisão; cumprir normas técnicas, administrativas e de biossegurança; auxiliar na elaboração de relatórios e controles relacionados às atividades da farmácia; trabalhar em equipe multiprofissional, contribuindo para a qualidade do atendimento; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CONDUTOR DE AMBULÂNCIA
Conduzir veículos do tipo ambulância no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando o transporte de pacientes com segurança, responsabilidade e observância às normas de trânsito, biossegurança e diretrizes assistenciais; efetuar o transporte de pacientes para atendimentos de urgência, emergência, consultas, exames, transferências inter-hospitalares e demais deslocamentos necessários, garantindo a integridade física dos usuários durante todo o percurso; auxiliar a equipe de saúde no embarque e desembarque de pacientes, incluindo aqueles com mobilidade reduzida, acamados ou em situação de vulnerabilidade, utilizando técnicas adequadas de movimentação e transporte; prestar apoio básico ao atendimento, quando necessário, dentro dos limites de sua função, colaborando com a equipe de saúde durante o deslocamento; zelar pela conservação, limpeza, higienização e desinfecção do veículo e dos equipamentos utilizados, observando as normas de biossegurança; realizar a verificação diária das condições de funcionamento da ambulância, incluindo itens de segurança, equipamentos obrigatórios, combustível e demais componentes, comunicando eventuais irregularidades; manter a documentação do veículo e habilitação atualizadas, conforme exigências legais; cumprir rotas e horários estabelecidos, bem como atender às solicitações de transporte de forma ágil e eficiente; registrar informações relacionadas aos transportes realizados, conforme rotinas do serviço; atuar com ética, responsabilidade, sigilo e respeito no atendimento aos usuários; colaborar com a equipe multiprofissional, quando solicitado; cumprir as normas técnicas, administrativas e de segurança no trabalho; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CONDUTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
Garantir a integridade física de todos os alunos durante o transporte, verificando o uso de cinto de segurança e o comportamento dos passageiros. Realizar inspeções diárias antes de iniciar a operação, verificando níveis de óleo, água, freios, iluminação, pneus e condições dos cintos. Seguir cronogramas, rotas e horários definidos, pontuando a chegada aos pontos de embarque e desembarque. Adotar direção defensiva e obedecer rigorosamente às leis de trânsito. Manter o interior do veículo limpo e em boas condições de higiene. Manter a CNH na categoria exigida (D ou E), curso de especialização para transporte escolar, e a autorização do veículo (vistoria do DETRAN) em dia. Tratar os alunos com urbanidade, presteza e polidez. Ser assíduo, atencioso, acolhedor e manter boa comunicação com os estudantes e seus familiares.

CONDUTOR DE TRANSPORTE SANITÁRIO
Conduzir veículos destinados ao transporte sanitário de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando deslocamentos com segurança, responsabilidade e observância às normas de trânsito e de biossegurança; efetuar o transporte de usuários para consultas, exames, tratamentos, altas hospitalares e demais serviços de saúde, garantindo a integridade física, o conforto e o bem-estar dos pacientes durante todo o percurso; auxiliar no embarque e desembarque de pacientes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, pessoas com deficiência, acamados ou em situação de vulnerabilidade, utilizando técnicas adequadas de apoio e movimentação; prestar auxílio básico aos usuários durante o transporte, quando necessário, respeitando os limites de sua função; zelar pela conservação, limpeza, higienização e organização do veículo, observando as normas de biossegurança; realizar a verificação diária das condições de funcionamento do veículo, incluindo itens de segurança, equipamentos obrigatórios, combustível, óleo e demais componentes, comunicando eventuais irregularidades; manter atualizada a documentação do veículo e a habilitação exigida para o exercício da função; cumprir rotas, horários e itinerários estabelecidos, garantindo pontualidade e eficiência no serviço; registrar informações relativas aos transportes realizados, conforme rotinas administrativas; atuar com ética, responsabilidade, sigilo e respeito no atendimento aos usuários e familiares; colaborar com a equipe de saúde e administrativa quando necessário; cumprir as normas técnicas, administrativas e de segurança no trabalho; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CUIDADOR DE ALUNO
Atuar na inclusão de alunos com deficiência ou necessidades especiais, oferecendo
suporte em higiene, alimentação, locomoção e cuidados básicos de saúde, como administração de medicação (conforme prescrição médica) e monitoramento de dispositivos.

ELETRICISTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço; Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação ‘in loco’; Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias; Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato; Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor; Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, a fim de executar suas rotinas diárias; Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente; Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato; executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do
Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço; Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação ‘in loco’; Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias; Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato; Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor; Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, a fim de executar suas rotinas diárias; Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente; Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério e seu superior imediato; Executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações relacionadas à saúde animal, saúde pública e vigilância sanitária no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme a necessidade do serviço; atuar na prevenção, controle e erradicação de zoonoses, desenvolvendo ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar inspeções, fiscalizações e vistorias em estabelecimentos que produzam, manipulem, armazenem ou comercializem produtos de origem animal, verificando as condições higiênico-sanitárias e o cumprimento da legislação vigente; executar atividades de controle populacional de animais, vacinação, manejo e bem-estar animal; realizar coleta de amostras e encaminhamento para análises laboratoriais, quando necessário; elaborar laudos, pareceres técnicos, relatórios e demais documentos pertinentes à área de atuação; desenvolver e participar de ações educativas voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde pública; realizar visitas técnicas e, quando necessário, visitas domiciliares para avaliação de riscos sanitários; integrar equipes multiprofissionais e atuar de forma intersetorial com áreas como saúde, meio ambiente, agricultura e fiscalização; acompanhar e orientar equipes técnicas e operacionais; atuar no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde animal e humana; zelar pelo cumprimento das normas de biossegurança, higiene e segurança do trabalho; utilizar sistemas informatizados para registro e controle das atividades; atuar com responsabilidade, ética e comprometimento com o interesse público; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com a Lei nº 5.517/1968, normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), legislações sanitárias e ambientais vigentes e princípios da Administração Pública; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PORTEIRO ESCOLAR

Atuar no controle rigoroso de entrada/saída de pessoas, especialmente de estudantes, sobretudo os de menor idade, e na mediação de conflitos nas dependências de áreas comuns da escola, mantendo a segurança de todos. Ser assíduo, atencioso, acolhedor, manter boa comunicação e zelar pela organização dos portões e áreas comuns.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Organizar e manter prontuários físicos e digitais de alunos e servidores, garantindo a proteção de dados segundo a LGPD. Gerenciar todo o ciclo do aluno, incluindo matrículas, rematrículas, transferências e emissão de históricos escolares e certificados. Atuar como elo entre pais, alunos, professores e direção, comunicando informações oficiais e atendendo demandas da comunidade escolar. Auxiliar a direção no cumprimento das normas da Secretaria de Educação, elaborar atas e controlar registros de classe (ponto). Atuar junto a gestão escolar na coleta e declaração das informações do Censo Escolar no sistema Educacenso. Utilizar softwares de gestão para agilizar tarefas repetitivas, otimizando o fluxo de informações.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Executar atividades técnicas de enfermagem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do enfermeiro, atuando na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde dos indivíduos e da coletividade; prestar assistência direta aos pacientes em Unidades Básicas de Saúde (UBS), domicílios e demais serviços da rede municipal, realizando procedimentos como administração de medicamentos por diferentes vias, aferição de sinais vitais, curativos, coleta de materiais para exames laboratoriais, nebulização, entre outros; auxiliar o enfermeiro e a equipe de saúde na realização de consultas, procedimentos e atendimentos; participar das ações de imunização, realizando preparo, conservação e administração de vacinas conforme normas técnicas; realizar e registrar informações em prontuários físicos ou eletrônicos, garantindo a continuidade do cuidado; executar e participar de visitas domiciliares, prestando cuidados de enfermagem a pacientes acamados, idosos, portadores de doenças crônicas ou em situação de vulnerabilidade, conforme orientação da equipe; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde da mulher, da criança, do idoso e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis; colaborar com ações de vigilância epidemiológica, auxiliando na notificação e acompanhamento de agravos à saúde; zelar pela limpeza, organização, conservação e esterilização de materiais, equipamentos e ambiente de trabalho, observando as normas de biossegurança; participar de ações de educação em saúde, orientando pacientes e familiares sobre cuidados básicos e prevenção de doenças; trabalhar em equipe multiprofissional, contribuindo para a integralidade do cuidado; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Executar atividades técnicas em saúde bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do cirurgião-dentista, atuando na promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população; participar do atendimento clínico em Unidades Básicas de Saúde (UBS), auxiliando o cirurgião-dentista durante os procedimentos odontológicos, organizando o ambiente de trabalho, preparando o paciente, instrumentando e manipulando materiais e equipamentos odontológicos; realizar procedimentos preventivos e educativos, tais como aplicação tópica de flúor, orientação de higiene bucal, controle de placa bacteriana e ações de promoção à saúde; realizar limpeza, desinfecção, esterilização e organização de instrumentais, materiais e equipamentos odontológicos, observando as normas de biossegurança; preparar e organizar materiais necessários aos atendimentos clínicos e coletivos; participar de ações de saúde pública, incluindo programas de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (ESF), atuando em atividades coletivas em escolas, comunidades e grupos específicos; executar e participar de visitas domiciliares, conforme planejamento da equipe de saúde, especialmente para acompanhamento de pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade; registrar informações relacionadas aos atendimentos em prontuários físicos ou eletrônicos, contribuindo para a continuidade do cuidado; auxiliar no controle de estoque de materiais odontológicos, solicitando reposição quando necessário; atuar em equipe multiprofissional, colaborando na elaboração e execução de ações de saúde; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à área de atuação; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Auxiliar de Cozinha R$ 1.621,00 40H	04	08	03	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Auxiliar de Mecânico R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E CURSO PROFISSIONALIZANTE EM MECÂNICA BÁSICA.
Auxiliar de Serviços Diversos – Educação R$ 1.621,00 40H	03	09	02	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Auxiliar de Serviços Gerais – Câmara Municipal R$ 1.621,00 40H	02	04	01	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Coveiro R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Cozinheiro R$ 1.621,00 40H	04	08	02	0	02	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Cozinheiro - Hospital R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Mecânico Geral R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CURSO PROFISSIONALIZANTE EM MECÂNICA OU ELETROMECÂNICA.
Motorista R$ 1.621,00 40H	01	04	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D OU E.
Operador de Máquinas R$ 1.621,00 40H	02	04	01	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D.
Pedreiro R$ 1.621,00 40H	02	04	01	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Podador R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Tratorista R$ 1.621,00	02	04	01	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D.

40H						

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AUXILIAR DE COZINHA
Executar atividades relacionadas ao preparo, cocção e distribuição de alimentos no âmbito de unidades de saúde da rede municipal, observando as normas de higiene, segurança alimentar e dietas específicas; preparar refeições de acordo com cardápios elaborados por nutricionista, atendendo às necessidades nutricionais dos pacientes, acompanhantes e, quando aplicável, servidores; realizar o pré-preparo, preparo e finalização de alimentos, seguindo técnicas adequadas de manipulação e cocção; controlar a qualidade dos alimentos utilizados, verificando prazos de validade, condições de armazenamento e conservação; observar rigorosamente as normas de higiene pessoal, limpeza e desinfecção de utensílios, equipamentos e ambiente de trabalho, conforme as boas práticas de manipulação de alimentos; auxiliar na organização e controle de estoque de gêneros alimentícios, comunicando a necessidade de reposição; participar da distribuição das refeições, garantindo o cumprimento das dietas prescritas e horários estabelecidos; colaborar na elaboração e execução de rotinas da cozinha hospitalar, em conjunto com a equipe de nutrição; zelar pela conservação e uso adequado de equipamentos e utensílios de cozinha; cumprir normas de biossegurança, segurança do trabalho e prevenção de contaminações; atuar com responsabilidade, ética e compromisso no atendimento às necessidades dos usuários do serviço de saúde; colaborar com a equipe multiprofissional quando necessário; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE MECÂNICO
Auxiliar na execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; apoiar o mecânico na realização de diagnósticos, desmontagem, limpeza, reparo, montagem e substituição de peças e componentes mecânicos; realizar serviços auxiliares como troca de óleo, filtros, lubrificação, lavagem de peças e organização de ferramentas e materiais; auxiliar na manutenção de sistemas de motores, freios, suspensão, direção e demais conjuntos mecânicos; transportar, organizar e armazenar peças, ferramentas e equipamentos utilizados nas atividades; manter o ambiente de trabalho limpo, organizado e seguro; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais; auxiliar no controle de estoque de peças e insumos, comunicando a necessidade de reposição; seguir orientações técnicas e normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e disposição para o aprendizado das atividades técnicas; colaborar com a equipe de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades mecânicas, normas técnicas pertinentes, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de auxiliar de mecânico, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – EDUCAÇÃO
Executar atividades operacionais e de apoio geral no âmbito da Administração Pública Municipal, desempenhando serviços de limpeza, conservação, manutenção e organização de ambientes internos e externos de prédios públicos; realizar a limpeza de salas, corredores, banheiros, áreas comuns e demais dependências, utilizando produtos e equipamentos adequados; executar serviços de varrição, capina, coleta de resíduos, remoção de lixo e conservação de áreas externas, como pátios, praças e vias públicas, quando designado; auxiliar na movimentação, carga e descarga de materiais, móveis e equipamentos; realizar pequenos serviços de manutenção predial, como reparos simples, pintura, troca de lâmpadas, entre outros; apoiar na organização de eventos, reuniões e atividades institucionais, preparando ambientes e materiais necessários; operar equipamentos simples e ferramentas manuais inerentes às atividades; zelar pela conservação e uso adequado de materiais, equipamentos e utensílios de trabalho; cumprir normas de segurança do trabalho, higiene e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e zelo no desempenho das funções; colaborar com as equipes de trabalho, conforme necessidade do serviço; cumprir normas técnicas e administrativas vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – CÂMARA MUNICIPAL
Executar serviços de limpeza, conservação, higienização e organização das dependências internas e externas da Câmara Municipal; realizar varrição, coleta e descarte adequado de resíduos, limpeza de salas, banheiros, corredores, plenário, áreas comuns e mobiliários; auxiliar na organização de reuniões, sessões, audiências públicas e eventos institucionais; apoiar a movimentação de materiais, equipamentos e documentos; preparar ambientes quando solicitado; zelar pela conservação dos materiais de limpeza, utensílios e equipamentos de trabalho; cumprir normas de higiene e segurança; e executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

COVEIRO
Executar atividades relacionadas aos serviços de sepultamento, exumação e conservação de cemitérios públicos municipais; realizar a abertura, preparação e fechamento de sepulturas, covas e jazigos, conforme normas técnicas e orientações da administração; executar exumações, traslados e remoções de restos mortais, observando os procedimentos legais e sanitários vigentes; auxiliar no transporte de urnas funerárias dentro das dependências do cemitério, quando necessário; realizar serviços de limpeza, conservação e organização das áreas internas e externas do cemitério, incluindo capina, varrição, coleta de resíduos e manutenção de túmulos e espaços comuns; zelar pela conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados no trabalho; prestar atendimento ao público com respeito, ética e sensibilidade, orientando quanto aos procedimentos e normas do cemitério; cumprir normas de higiene, segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), prevenindo riscos à saúde; registrar informações relacionadas às atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, discrição e respeito às normas sanitárias e culturais; colaborar com a equipe de trabalho e atender às demandas da administração municipal; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, legislações municipais pertinentes, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de coveiro/trabalhador de serviços funerários, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

COZINHEIRO
Efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos; selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos; preparar as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando e cozinhando alimentos diversos de acordo com orientação do nutricionista, considerando os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

COZINHEIRO - HOSPITAL
Realizar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas da cozinha, bem como serviços de entrega, recebimento e armazenamento de gêneros alimentícios, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso. Executar atividades de copa; auxiliar nos serviços de cozinha; dispor quanto à limpeza da louça, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato.

MECÂNICO GERAL
Executar atividades de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; realizar diagnóstico de falhas mecânicas, elétricas e hidráulicas em veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos; executar serviços de revisão, desmontagem, reparo, substituição e montagem de peças e componentes; realizar manutenção em sistemas de motores, freios, suspensão, direção, transmissão, sistemas elétricos e demais conjuntos mecânicos; efetuar regulagens, lubrificações, trocas de óleo, filtros e demais itens de manutenção periódica; utilizar ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição adequados às atividades; manter o local de trabalho limpo, organizado e seguro; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e peças; registrar os serviços realizados e comunicar necessidades de reposição de peças e materiais; auxiliar no controle de estoque de peças e insumos utilizados na manutenção; cumprir normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à segurança em atividades mecânicas, normas técnicas aplicáveis, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de mecânico de manutenção de veículos/mecânico geral, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MOTORISTA
Desempenhar atividades efetuando: vistorias no veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e partes elétricas, para certificar- se de suas condições de funcionamento; Dirigir automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e demais veículos leves ou pesados de transporte de passageiros e cargas, e outros veículos enquadrados na categoria “D” ou “E”, dentro ou fora do Município, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados; Observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura; Fazer pequenos reparos de urgência; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado; Auxiliar no embarque e desembarque de passageiros; Auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes; Auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos; Conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Cumprir o Código Nacional de Trânsito, sob pena de responsabilidade; Executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR DE MÁQUINAS
Operar máquinas pesadas e equipamentos diversos no âmbito da Administração Pública Municipal, tais como retroescavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras, escavadeiras, rolos compactadores e similares, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; executar atividades de terraplenagem, abertura e manutenção de vias, escavações, nivelamento de solo, carregamento de materiais, compactação e demais serviços correlatos; realizar a condução e operação segura dos equipamentos, observando as normas de trânsito, segurança e operação de máquinas; efetuar a manutenção preventiva básica das máquinas, incluindo verificação de níveis de óleo, combustível, lubrificação, limpeza e inspeção de componentes; identificar falhas e comunicar a necessidade de manutenção corretiva; zelar pela conservação e uso adequado das máquinas, equipamentos e ferramentas; manter o local de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); registrar, quando necessário, as atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PEDREIRO
Executar atividades de construção, reforma, manutenção e conservação de obras civis no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; realizar serviços de alvenaria, assentamento de tijolos, blocos, pisos, azulejos e revestimentos; executar reboco, concretagem, preparo de argamassa, fundações e estruturas simples; realizar reparos e manutenções em prédios públicos, incluindo paredes, pisos, calçadas, meio-fio, galerias pluviais e demais estruturas; interpretar ordens de serviço, croquis e especificações básicas de obras; preparar e organizar o local de trabalho, bem como os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços; realizar demolições, escavações e acabamentos conforme orientação técnica; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho; auxiliar no transporte e movimentação de materiais de construção; cumprir normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; registrar, quando necessário, as atividades realizadas conforme rotinas administrativas; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de pedreiro, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PODADOR
Executar atividades de poda, corte, manejo e conservação de árvores e vegetação no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; realizar poda de formação, limpeza, condução e supressão de galhos de árvores em vias públicas, praças, jardins e demais áreas verdes; operar ferramentas e equipamentos manuais e motorizados, como

tesouras de poda, serras, motosserras e equipamentos de corte, observando as normas de segurança; executar serviços em altura, quando necessário, utilizando técnicas adequadas e equipamentos de proteção; realizar a remoção de galhos, resíduos vegetais e demais materiais resultantes das atividades, destinando-os corretamente; auxiliar na manutenção e conservação de áreas verdes, incluindo capina, roçagem e limpeza; identificar riscos relacionados à vegetação, como galhos comprometidos ou em contato com redes elétricas, comunicando às áreas competentes; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho; manter o ambiente de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

TRATORISTA
Operar tratores e máquinas agrícolas ou similares no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; realizar atividades de preparo de solo, limpeza de áreas, abertura e manutenção de vias, terraplenagem, roçagem, capina mecanizada e demais serviços correlatos; acoplar e desacoplar implementos agrícolas, tais como arados, grades, roçadeiras e outros equipamentos, de acordo com a atividade a ser executada; conduzir o trator com segurança, observando as normas de trânsito, de segurança e de operação de máquinas; executar a manutenção preventiva básica dos equipamentos, incluindo verificação de níveis de óleo e combustível, lubrificação, limpeza e inspeção de componentes; identificar falhas e comunicar a necessidade de manutenção corretiva; zelar pela conservação e pelo uso adequado das máquinas, implementos e ferramentas; manter o ambiente de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); registrar, quando necessário, as atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ANEXO II- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 01/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO III- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 01/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.
OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO IV- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílaba e Tonicidade. Divisão Silábica. Morfologia. Componentes de um Vocábulo. Formação das Palavras. Significação das Palavras. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição. Sintaxe: Concordância Nominal e Concordância Verbal. Acentuação Gráfica. Interpretação de Texto. Ortografia.
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos
CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 11. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.
RACIOCÍNIO LÓGICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.
CONHECIMENTOS BÁSICOS – NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 10. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2013 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.
RACIOCÍNIO LÓGICO: Estruturas lógicas: proposições simples e compostas. Conectivos lógicos (conjunção, disjunção, condicional e bicondicional). Tabelas-verdade. Equivalências lógicas. Negação de proposições. Argumentação lógica (validade de argumentos). Problemas de raciocínio lógico envolvendo: sequências numéricas e padrões; relações de ordem e equivalência; problemas com conjuntos; análise combinatória básica. Raciocínio lógico quantitativo: porcentagem; razão e proporção; regra de três simples; problemas aritméticos. Interpretação de gráficos e tabelas. Resolução de problemas envolvendo lógica do cotidiano.
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – POR CARGO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Constituição Federal: princípios da Administração Pública. Administração Pública direta e indireta. Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade e proporcionalidade. Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Agente de Contratação: competências, atribuições, impedimentos e responsabilidades. Fases do processo licitatório. Planejamento das contratações. Plano Anual de Contratações (PAC). Estudo Técnico Preliminar (ETP). Termo de Referência. Projeto Básico e Projeto Executivo. Pesquisa de preços. Modalidades de licitação. Critérios de julgamento. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Procedimentos auxiliares das licitações. Pregão eletrônico. Sistema de Registro de Preços. Contratação direta. Gestão e fiscalização de contratos administrativos. Alterações contratuais. Sanções administrativas. Processo administrativo. Controle interno e controle externo. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Transparência pública. Governo Digital. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Redação oficial. Ética no serviço público. Jurisprudência e orientações dos Tribunais de Contas sobre contratações públicas.

ARQUIVISTA
Arquivologia: conceitos, princípios e fundamentos. Gestão de documentos. Ciclo de vida documental. Produção, classificação, tramitação e arquivamento de documentos. Métodos de classificação documental. Avaliação documental. Tabela de temporalidade. Eliminação e recolhimento de documentos. Arquivos correntes, intermediários e permanentes. Gestão eletrônica de documentos (GED). Digitalização de documentos. Preservação e conservação de documentos físicos e digitais. Organização de arquivos públicos. Protocolo e gestão de processos administrativos. Instrumentos de pesquisa arquivística. Políticas de gestão da informação. Acesso à informação. Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Segurança da informação. Preservação digital. Arquivos digitais. Sistemas informatizados de gestão documental. Atendimento ao usuário. Ética profissional. Normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Regime Geral de Previdência Social (RGPS): noções. Constituição Federal: previdência social. Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência). Lei Federal nº 9.717/1998. Normas gerais aplicáveis aos RPPS. Organização e funcionamento dos institutos de previdência municipais. Segurados e dependentes. Filiação e inscrição. Benefícios previdenciários. Aposentadorias. Pensão por morte. Compensação previdenciária. Cálculo de benefícios. Tempo de contribuição. Averbação de tempo de serviço. Processo administrativo previdenciário. Atendimento ao segurado. Cadastro previdenciário. Folha de pagamento de benefícios. Cálculos previdenciários básicos. Contabilidade aplicada ao RPPS (noções). Orçamento e finanças públicas (noções). Controle interno. Prestação de contas. Sistemas informatizados de gestão previdenciária. Arquivamento e gestão documental. Redação oficial. Ética no serviço público. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

ASSISTENTE SOCIAL
Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais.

Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional.

ASSISTENTE SOCIAL – EDUCAÇÃO

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional. Serviço Social na Educação. Política Nacional de Educação. Educação Inclusiva. Educação Especial na perspectiva inclusiva. Relação escola–família–comunidade. Mediação de conflitos no ambiente escolar. Direitos da criança e do adolescente. Enfrentamento da evasão escolar. Bullying e violência escolar. Trabalho interdisciplinar na rede de ensino. Acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade. Políticas de inclusão e permanência escolar. Rede de proteção à infância e adolescência. Articulação entre educação, assistência social e saúde.

ASSISTENTE SOCIAL – EMULTI

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional. Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Trabalho multiprofissional. Apoio matricial. Clínica ampliada. Projeto Terapêutico Singular. Determinantes sociais da saúde. Educação em saúde. Promoção da saúde. Humanização do atendimento. Rede de Atenção à Saúde. Vigilância em Saúde. Saúde Mental. Reabilitação psicossocial. Cuidados domiciliares. Acompanhamento familiar. Direitos dos usuários do SUS.

BIOQUÍMICO

Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Política Nacional de
Atenção Básica. Assistência farmacêutica e laboratorial. Bioquímica clínica. Hematologia clínica. Imunologia. Microbiologia. Parasitologia. Uroanálise. Micologia. Citologia clínica. Coleta, conservação e transporte de amostras biológicas. Controle de qualidade interno e externo em laboratório clínico. Interpretação de exames laboratoriais. Biossegurança em laboratórios. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Equipamentos laboratoriais. Controle de infecção. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária. Ética profissional. Legislação do Conselho Federal de Farmácia aplicável ao Bioquímico.

CONTADOR

Contabilidade Geral. Contabilidade Pública. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Demonstrações Contábeis. Receita pública. Despesa pública. Créditos adicionais. Restos a pagar. Dívida pública. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Orçamento Público. PPA. LDO. LOA. Licitações e contratos administrativos. Patrimônio público. Auditoria governamental. Prestação de contas. Controle interno. Controle externo. Tribunal de Contas. Ética profissional.

CONTADOR – CÂMARA MUNICIPAL

Contabilidade Geral. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Escrituração contábil. Demonstrações contábeis. Orçamento público. Receita e despesa pública. Créditos adicionais. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Patrimônio público. Balanços públicos. Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Prestação de contas. Controle interno e externo. Auditoria governamental. Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021). Transparência pública. Informações contábeis para os Tribunais de Contas. Ética profissional.

CONTROLADOR INTERNO – CÂMARA MUNICIPAL

Constituição Federal: princípios da Administração Pública e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Controle interno na Administração Pública. Sistema de Controle Interno. Auditoria governamental. Gestão de riscos. Governança pública. Prestação de contas. Controle externo e atuação dos Tribunais de Contas. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos). Transparência pública. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Contabilidade aplicada ao setor público. Orçamento público. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Ética no serviço público.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Fundamentos da educação. Gestão democrática da escola pública. Coordenação e supervisão pedagógica. Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação. Planejamento educacional. Currículo escolar. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional. Formação continuada de professores. Planejamento participativo. Gestão de sala de aula. Recomposição das aprendizagens. Alfabetização e letramento. Educação inclusiva.

Atendimento Educacional Especializado (AEE). Indicadores educacionais. Legislação educacional: Constituição Federal (arts. 205 a 214), Lei nº 9.394/1996 (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Plano Nacional de Educação (PNE). Documentação escolar. Tecnologias digitais aplicadas à educação. Ética profissional.

EDUCADOR FÍSICO – EMULTI

Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. EMULTI. Promoção da saúde. Educação em saúde. Atividade física na Atenção Primária. Exercício físico para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Prescrição de exercícios. Avaliação física. Fisiologia do exercício. Biomecânica. Anatomia humana. Primeiros socorros. Atividade física para pessoas com deficiência. Atividade física e doenças crônicas. Saúde coletiva. Trabalho multiprofissional. Ética profissional.

ENFERMEIRO

Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990. Lei nº 8.142/1990. Política Nacional de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Processo de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Código de Ética da Enfermagem. Legislação profissional. Biossegurança. Controle de Infecção. Imunização. Rede de Frio. Curativos. Administração de medicamentos. Farmacologia aplicada. Urgência e Emergência. Atendimento Pré-Hospitalar. Saúde da Mulher. Pré-natal. Puerpério. Planejamento familiar. Saúde da Criança. Crescimento e desenvolvimento. Aleitamento materno. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Tuberculose. Hanseníase. IST. Hepatites Virais. Arboviroses. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária. Educação em Saúde. Humanização. Segurança do Paciente. Registros em prontuário. Indicadores de saúde.

ENGENHEIRO CIVIL

Planejamento, execução e fiscalização de obras públicas. Projetos arquitetônicos,
estruturais, hidrossanitários e de drenagem. Materiais de construção. Tecnologia do concreto. Mecânica dos solos. Fundações. Estruturas de concreto armado. Estruturas metálicas. Topografia. Orçamento de obras. Cronograma físico-financeiro. Medição de obras. Patologia das construções. Manutenção predial. Acessibilidade (ABNT NBR 9050).
Código de Obras. Plano Diretor. Licenciamento de obras. Segurança na construção civil. Normas técnicas da ABNT. Legislação do CONFEA/CREA. Licitações e contratos de obras públicas.

FARMACÊUTICO

Assistência farmacêutica. Atenção farmacêutica. Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Assistência farmacêutica na Atenção Primária. Farmacologia geral e clínica. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Reações adversas a medicamentos. Uso racional de medicamentos. Dispensação de medicamentos. Assistência ao paciente. Farmácia clínica. Farmácia hospitalar. Ciclo da assistência farmacêutica. Seleção de medicamentos. Programação. Aquisição. Armazenamento. Distribuição. Controle de estoque. Boas práticas de armazenamento. Boas práticas de dispensação. Controle especial de medicamentos. Portaria SVS/MS nº 344/1998. Medicamentos sujeitos a controle especial. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Controle de qualidade. Manipulação de medicamentos. Formas farmacêuticas. Cálculos farmacêuticos. Microbiologia. Parasitologia. Imunologia. Hematologia. Bioquímica clínica. Toxicologia. Biossegurança. Política Nacional de Medicamentos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Ética profissional. Legislação farmacêutica. Sistema Único de Saúde (SUS).

FISIOTERAPEUTA – EMULTI

Acupuntura. Anatomia do aparelho locomotor. Anatomia palpatória. Assistência ao paciente com câncer. Atendimento em serviços de saúde. Avaliação cinético-funcional. Biofísica. Biologia celular. Bioquímica. Cinesiologia e biomecânica. Cinesioterapia. Citologia. Direitos e deveres do paciente. Educação em saúde no contexto do SUS. Estratégia Saúde da Família. Fisiologia. Fisioterapia aquática. Fisioterapia cardiovascular. Fisioterapia em dor e reumatologia. Fisioterapia em ortopedia e traumatologia. Fisioterapia esportiva. Fisioterapia na saúde da criança. Fisioterapia na saúde do idoso. Fisioterapia neurofuncional. Fisioterapia respiratória. Fisioterapia aplicada à Atenção Primária. Núcleo/Equipe Multiprofissional (EMULTI/NASF). Órteses e próteses. Patologia. Primeiros socorros. Psicomotricidade. Recursos terapêuticos manuais. Saúde da criança, do adolescente, da mulher, do trabalhador e do idoso. Sistemas de informação em saúde.

FONOAUDIÓLOGO – EMULTI

Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. EMULTI. Linguagem oral e escrita. Fonética e
fonologia. Motricidade orofacial. Audiologia. Voz. Fluência. Disfagia. Comunicação alternativa. Desenvolvimento da linguagem. Transtornos da comunicação. Avaliação fonoaudiológica. Reabilitação fonoaudiológica. Trabalho multiprofissional. Promoção da saúde. Educação em saúde. Ética profissional.

FONOAUDIÓLOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO

Desenvolvimento da linguagem. Aquisição da leitura e escrita. Transtornos de aprendizagem. Motricidade orofacial. Voz profissional. Linguagem infantil. Audiologia educacional. Inclusão escolar. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Avaliação fonoaudiológica. Intervenção em ambiente escolar. Orientação a professores. Orientação familiar. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Clínica Médica. Medicina preventiva. Medicina baseada em evidências. Semiologia médica. Propedêutica clínica. Urgências e emergências. Hipertensão arterial. Diabetes mellitus.
Doenças cardiovasculares. Doenças respiratórias. Doenças infectocontagiosas. Arboviroses. Tuberculose. Hanseníase. Hepatites virais. IST. Saúde da Mulher. Saúde da Criança. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Cuidados paliativos.
Vigilância Epidemiológica. Imunização. Ética Médica. Código de Ética Médica.

MÉDICO UBS

Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, gestão e financiamento. Lei Federal nº 8.080/1990. Lei Federal nº 8.142/1990. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Estratégia Saúde da Família (ESF). Redes de Atenção à Saúde (RAS). Territorialização, adscrição de clientela e planejamento local em saúde. Vigilância em Saúde: epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador. Promoção da saúde e prevenção de doenças. Educação em saúde. Clínica Médica aplicada à Atenção Primária. Semiologia e propedêutica médica. Medicina baseada em evidências. Raciocínio clínico e elaboração de hipóteses diagnósticas. Interpretação de exames laboratoriais e de imagem mais frequentes na Atenção Primária. Prescrição racional de medicamentos. Uso racional de antimicrobianos. Assistência farmacêutica no SUS. Hipertensão arterial sistêmica. Diabetes mellitus. Dislipidemias. Obesidade. Doenças cardiovasculares. Doenças respiratórias agudas e crônicas. Asma. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Tuberculose. Hanseníase. Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya). COVID-19 e outras doenças respiratórias.

Hepatites virais. Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). HIV/AIDS. Saúde da mulher. Pré-natal de baixo risco. Puerpério. Planejamento reprodutivo. Rastreamento dos cânceres de mama e colo do útero. Saúde da criança. Crescimento e desenvolvimento. Puericultura. Imunização. Saúde do adolescente. Saúde do homem. Saúde da pessoa idosa. Cuidados paliativos na Atenção Primária. Saúde mental na Atenção Primária. Transtornos depressivos e ansiosos. Transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Atendimento domiciliar. Projeto Terapêutico Singular (PTS). Trabalho em equipe multiprofissional. Encaminhamento e contrarreferência na Rede de Atenção à Saúde. Urgências e emergências na Atenção Primária. Suporte Básico de Vida (SBV). Notificação compulsória de doenças e agravos. Biossegurança. Segurança do paciente. Ética Médica. Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.336/2023 e alterações posteriores). Registro em prontuário físico e eletrônico (PEC e-SUS APS). Protocolos e linhas de cuidado do Ministério da Saúde aplicáveis à Atenção Primária.

MÉDICO VETERINÁRIO

Saúde Pública Veterinária. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Zoonoses.

Inspeção de produtos de origem animal. Defesa sanitária animal. Bem-estar animal. Clínica médica veterinária. Cirurgia veterinária (noções). Reprodução animal. Nutrição animal. Patologia veterinária. Parasitologia. Microbiologia. Imunologia. Doenças infectocontagiosas dos animais. Controle populacional de cães e gatos. Programas de vacinação animal. Biossegurança. Legislação do CRMV. Inspeção em abatedouros e estabelecimentos de produtos de origem animal.

NEURO PSICOPEDAGOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO

Neuropsicopedagogia: fundamentos, conceitos e campo de atuação. Bases neurobiológicas da aprendizagem. Desenvolvimento neuropsicomotor. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento da linguagem. Desenvolvimento emocional. Funções executivas. Memória. Atenção. Percepção. Neurociência aplicada à educação. Dificuldades de aprendizagem. Transtornos específicos da aprendizagem.

Dislexia. Disgrafia. Discalculia. TDAH. Transtorno do Espectro Autista. Deficiência Intelectual. Avaliação neuropsicopedagógica. Intervenção neuropsicopedagógica. Inclusão escolar. Educação EspeciaAtendimento Educacional Especializado. Psicopedagogia institucional. Psicopedagogia clínica. Desenvolvimento infantil. Processos de alfabetização. Relação escola-família. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

NUTRICIONISTA – EDUCAÇÃO

Políticas públicas de alimentação e nutrição. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Lei nº 11.947/2009. Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aplicáveis ao PNAE. Marco Legal da Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Alimentação saudável no ambiente escolar. Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Planejamento de cardápios escolares. Necessidades nutricionais por faixa etária. Avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes. Antropometria. Alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais. Dietas especiais. Alergias e intolerâncias alimentares. Boas Práticas de Manipulação de Alimentos. Higiene dos alimentos. Controle higiênico-sanitário. Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Manual de Boas Práticas. Procedimentos Operacionais Padronizados (POP). Controle de qualidade dos alimentos. Armazenamento, transporte e conservação de alimentos. Planejamento e supervisão de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). Compras públicas de gêneros alimentícios. Agricultura Familiar no PNAE. Elaboração de fichas técnicas de preparo. Controle de desperdícios. Educação nutricional para alunos, professores e famílias. Promoção da saúde no ambiente escolar. Vigilância Alimentar e Nutricional. Ética profissional. Código de Ética do Nutricionista. Legislação do Conselho Federal de Nutricionistas.

PROCURADOR JURÍDICO – CÂMARA MUNICIPAL

LÍNGUA PORTUGUESA Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. **DIREITO CONSTITUCIONAL**: Formação da Constituição e Poder Constituinte. Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos. Normas constitucionais: conceito, forma, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade. Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos. Controle de constitucionalidade: a supremacia da Constituição; vício e sanção de inconstitucionalidade; origens e evolução histórica do controle; modalidades de controle; efeitos subjetivos e temporais da declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade. As ações do controle concentrado no ordenamento brasileiro (Leis nº 9.868/1999 e 9.882/1999). Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações. Emendas à Constituição. Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais. Princípios constitucionais: conceito, natureza jurídica, aplicação e funções. Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição; república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes. Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro. Princípios reitores das relações internacionais do País. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade e destinatários. Colisão de direitos fundamentais. Princípios e regras na aplicação dos direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: desobediência civil, direito de resistência, direito de petição e direito à informação. Direitos sociais. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Hierarquia, incorporação e impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. Organização política do Estado: a) Estado Federal: conceito, formação, evolução e características; b) Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenções federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Constituição Estadual e seus elementos. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Orgânica e seus elementos; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Distrito Federal e Territórios. Organização administrativa do Estado: a) Administração Pública: noção, princípios, normas e organização; b) servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional. Organização funcional do Estado: a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução e significado na atualidade; b) controles interorgânicos e compartilhamento funcional, funções típicas e atípicas de cada poder. Poder Legislativo: a) funções, organização e funcionamento; b) espécies normativas; c) processo legislativo; d) estatuto dos congressistas; e) Tribunais de Contas. Poder Executivo: a) sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características; b) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; c) Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder Judiciário: a) funções, organização, competências e funcionamento; b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos; c) garantias institucionais da função judicial; d) precatórios; e) jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça; f) súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006); g) Conselho Nacional de Justiça; h) princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e *interna corporis*. Funções essenciais à Justiça: a) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico; b) Advocacia Pública: enquadramento constitucional, função de controle dos atos jurídicos públicos, função de postulação do interesse público e garantias institucionais e funcionais. Defesa do Estado e das instituições democráticas: a) estado de defesa; b) estado de sítio; c) Forças Armadas; d) segurança pública. Sistema tributário nacional: a) princípios constitucionais tributários; b) limitações constitucionais ao poder de tributar; d) repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução

orçamentária. Ordem econômica e financeira: a) princípios gerais da atividade econômica; b) atuação do Estado no domínio econômico; c) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico; d) política agrícola fundiária e reforma agrária; e) sistema financeiro nacional. Ordem social: a) fundamento e objetivos; b) seguridade social; c) educação, cultura e desporto; d) comunicação social; e) meio ambiente; f) família, criança, adolescente e idoso; g) índios. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios, fontes e interpretação. Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Atividade e estrutura administrativa. Organização administrativa brasileira. Terceiro setor. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade. Poder hierárquico. Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Atos administrativos: conceito, atributos, classificação, espécies, extinção. Licitações e contratos. Lei nº 14.133/2021. Serviços públicos. Serviços delegados, convênios e consórcios. Agências Reguladoras. Lei nº 13.848/2019. Parcerias público-privadas. Agentes públicos: espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades. Teto remuneratório. Domínio público: afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento. Intervenção estatal no domínio econômico: repressão ao abuso do poder econômico. Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo, controle externo a cargo do Tribunal de Contas, controle judiciário. A Administração em juízo. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira. Improbidade administrativa: Lei 8.429/92, com alterações da Lei nº 14.230/21. Lei de Abuso de Autoridade: Lei nº 13.869/2019. Responsabilidade civil do Estado: previsão, elementos, excludentes, direito de regresso. A prescrição no direito administrativo. Aplicabilidade das leis de processo administrativo: direito de petição, recursos administrativos, pareceres. Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Fontes do Direito Tributário. Constituição da República. Lei Complementar. Lei Ordinária. Tratados e Convenções internacionais. Decretos. Atos normativos administrativos. Decisões normativas. Práticas reiteradas. Convênios. Princípios tributários. Princípio da legalidade tributária. Princípio da anterioridade tributária (anual e nonagesimal). Princípio do *non olet*. Princípio da capacidade contributiva. Princípio da isonomia. Princípio da seletividade. Princípio da irretroatividade tributária. Princípio da vedação ao confisco. Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio. Limitações ao poder de tributar. Vigência, aplicação, interpretação e integração da lei tributária. Tributo (definição e classificação). Impostos. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições especiais. Empréstimos Compulsórios. Competência Tributária. Benefícios fiscais. Imunidade. Imunidade geral e recíproca. Imunidade dos templos religiosos. Imunidade não autoaplicável de partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e beneficentes de assistência social sem fins lucrativos. Imunidade de imprensa. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas. Isenção. Anistia. Remissão. Outros benefícios fiscais. Distribuição das Receitas Tributárias. Responsabilidade Tributária. Responsabilidade e solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Substituição Tributária. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. Multas tributárias. Obrigação Tributária. Fato Gerador e hipótese de incidência. Sujeição ativa e passiva. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito Tributário. Constituição do crédito tributário (lançamento). Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Exclusão do crédito tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Protesto de CDA. Processo Administrativo Tributário. Estrutura do processo administrativo tributário. Contencioso administrativo. Processo de Consulta. Processo Judicial Tributário. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação anulatória de débito fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação de Execução Fiscal. Embargos à execução fiscal. Exceção de Pré-Executividade. Defesas em Medida Cautelar Fiscal. Recursos. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**: Teoria geral do processo. Normas processuais civis. Direitos processuais fundamentais. Disposições finais e transitórias do CPC/2015. Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos. Negociação, mediação, conciliação. Equivalentes jurisdicionais. Arbitragem. Teoria dos fatos jurídicos processuais. Função jurisdicional. Cooperação internacional e nacional. Jurisdição, Ação e Processo. Teoria da Ação. Pressupostos Processuais. Divisão da Jurisdição e Competência. Teoria e direito da ação. Pressupostos processuais. Competência. Sujeitos do processo. Deveres e responsabilidade por dano processual. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade de justiça. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenções anômalas. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus Curiae*. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Funções Essenciais à Justiça. Atos processuais. Processo eletrônico. Negócios Processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicações. Citação. Cartas. Intimações. Nulidades. Preclusão e perempção. Cognição. Tutela Provisória. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. Formação, suspensão do processo e extinção do processo. Alienação da coisa ou do direito litigioso. Modelos de organização processual. Processo e procedimento. Procedimento comum e especiais. Petição inicial. Requisitos. Pedido. Valor da causa. Improcedência liminar. Ampliação, redução e alteração da demanda. Audiência de conciliação ou de mediação. Teoria da exceção. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Fatos supervenientes. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial. Saneamento e organização do processo. Provas. Teoria geral do direito probatório. Provas em espécie. Decisão judicial. Precedentes judiciais. Coisa julgada. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie. Ações de competência originária dos Tribunais. Ação rescisória. Ação de nulidade/inexistência da sentença. Reclamação. Incidentes de competência originária dos Tribunais. Microssistema de julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de suspensão de eficácia de decisão judicial. Execução. Teoria geral da execução. Tutela jurisdicional executiva. Demanda executiva. Liquidação. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes na execução. Diversas espécies de execução. Defesas na execução. Penhora, depósito e avaliação. Expropriação e satisfação. Suspensão e extinção da execução. Procedimentos especiais do CPC. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Juizados Especiais, Cíveis, Federais e da Fazenda Pública. Processo coletivo. Microssistema processual coletivo. Situações jurídicas coletivas. Normas fundamentais. Aspectos procedimentais específicos. Processo estrutural. Coisa julgada. Liquidação e execução. Processo coletivo passivo. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. **DIREITO CIVIL:** Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Prova. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos. Reais. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro: Decreto-Lei nº 4.657/42 e suas alterações pela Lei nº 13.655/2018 somados às suas disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. **DIREITO PENAL:** Princípios básicos. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo. Tempo do crime. Conflito de leis penais no tempo. Lei penal no espaço. Lugar do crime. Territorialidade. Extraterritorialidade. Tipicidade. Crime doloso e crime culposo. Erro de tipo. Crime consumado e tentado. Crime impossível. Punibilidade e causas de extinção. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude. Excesso punível. Culpabilidade. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Crimes. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Lei de drogas. Prisão e liberdade provisória. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. O *habeas corpus* e seu processo. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. Lei de improbidade.

DIREITO FINANCEIRO : Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. Competência legislativa: normas gerais e **específicas**. Lei n°4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00) Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas

originárias e receitas derivadas. Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção no direito positivo brasileiro. **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO** Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificações, espécies, duração, alteração, suspensão e interrupção. Salário. Remuneração. Equiparação salarial. Estabilidade. Indenização. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Reintegração e readmissão. Férias. Aviso prévio. 13° salário. Salário mínimo. Jornada de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Rescisão: justas causas. Despedida indireta. Inquérito para apuração de faltas. Representação sindical. Convenções e acordos coletivos de trabalho. O direito de greve e suas implicações no serviço público. Terceirização na Administração Pública. Organização da Justiça do Trabalho. Graus de jurisdição. Processo judiciário do Trabalho: disposições preliminares, processo em geral. Dissídios individuais. Recursos na Justiça do Trabalho. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. **DIREITO PREVIDENCIÁRIO** Direito da Seguridade Social no Brasil: conceito, evolução, posição enciclopédica, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de seguridade social. Distinção entre assistência social, saúde e previdência social. Competências privativa, comum e concorrente para legislar sobre seguridade social. Custeio da seguridade social: fontes de custeio, natureza jurídica da contribuição à seguridade social. Previdência Social: conceito, evolução histórica, riscos, formas de proteção, fontes e princípios. Regime Geral de Previdência Social: Beneficiários. Salário de contribuição. Salário de benefício. Contribuições. Acidente do Trabalho. Moléstias ocupacionais. Benefícios e serviços. Regime de previdência dos funcionários públicos. Lei nº 9.717/1998.

PROFESSOR DE ARTE

Ensino da Arte na Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Linguagens artísticas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. História da Arte brasileira e mundial. Arte contemporânea. Patrimônio artístico e cultural. Cultura popular brasileira e nordestina. Elementos da linguagem visual. Leitura e produção de imagens. Processos criativos. Educação estética. Interdisciplinaridade no ensino da Arte. Metodologias do ensino da Arte. Avaliação da aprendizagem. Projetos culturais escolares. Tecnologias aplicadas ao ensino da Arte. Inclusão e diversidade cultural. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino de Ciências da Natureza. Metodologias investigativas. Educação científica. Vida e evolução. Corpo humano e saúde. Ecologia. Biodiversidade. Sustentabilidade. Educação ambiental. Seres vivos. Genética básica. Citologia. Microbiologia. Zoologia. Botânica. Química básica. Física básica. Energia. Matéria e suas transformações. Universo, Terra e Sistema Solar. Experimentação científica. Laboratório de Ciências. Avaliação da aprendizagem. LDB. Educação inclusiva. Ética profissional.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto nº 7.611/2011. Deficiência física, intelectual, auditiva e visual. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Altas habilidades/superdotação. Adaptação curricular. Plano Educacional Individualizado (PEI). Tecnologias assistivas. Comunicação alternativa. Libras (noções). Sistema Braille (noções). Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Avaliação inclusiva. Trabalho colaborativo entre escola, família e serviços especializados. BNCC. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cultura corporal do movimento. Jogos. Brincadeiras. Esportes. Ginásticas. Danças. Lutas. Práticas corporais de aventura. Desenvolvimento motor. Crescimento e desenvolvimento humano. Fisiologia do exercício. Anatomia aplicada. Educação Física escolar. Inclusão nas aulas de Educação Física. Primeiros socorros. Recreação e lazer. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Promoção da saúde. Atividade física e qualidade de vida. Organização de eventos esportivos escolares. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Geografia. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação do espaço geográfico. Cartografia: orientação, localização, coordenadas geográficas, escalas, projeções cartográficas, leitura e interpretação de mapas, gráficos e tabelas. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia, solos e biomas brasileiros. Geografia humana: população, urbanização, industrialização, agricultura, pecuária, globalização, migrações, redes e transportes. Geopolítica mundial. Organização do espaço brasileiro e regional. Questões ambientais, sustentabilidade e mudanças climáticas. Educação ambiental. Geografia do Rio Grande do Norte. Planejamento, metodologias e avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino da Geografia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Fundamentos do ensino de História. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História Geral: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. História do Brasil: período pré-colonial, colonial, Império, República, Era Vargas, Ditadura Militar e Nova República. História da África e cultura afro-brasileira. História dos povos indígenas. História do Rio Grande do Norte. Patrimônio histórico e cultural. Cidadania, democracia e direitos humanos. Fontes históricas. Memória e identidade. Metodologias do ensino de História. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino. Lei nº 10.639/2003. Lei nº 11.645/2008. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino da Língua Inglesa na Educação Básica. Abordagens e metodologias de ensino de língua estrangeira. Leitura, interpretação e produção de textos em língua inglesa. Compreensão oral e escrita. Vocabulário. Morfologia. Sintaxe. Tempos verbais. Modal verbs. Passive voice. Reported speech. Conditionals. Pronouns. Prepositions. Conjunctions. Articles. Adjectives e adverbs. Phrasal verbs. Reading strategies. Gêneros textuais. Aspectos culturais dos países de língua inglesa. Avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino de idiomas. LDB.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Leitura, interpretação e produção de textos. Gêneros textuais. Linguística e linguagem. Variação linguística. Oralidade. Análise linguística. Fonética e fonologia. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Morfologia. Classes gramaticais. Formação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação. Semântica. Figuras de linguagem. Coesão e coerência textual. Literatura brasileira. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Tecnologias aplicadas ao ensino da Língua Portuguesa. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Fundamentos do ensino da Matemática. Números e operações. Álgebra. Funções. Equações e inequações. Razão, proporção e porcentagem. Regra de três. Matemática financeira. Geometria plana e espacial. Grandezas e medidas. Estatística. Probabilidade. Análise de gráficos e tabelas. Raciocínio lógico. Resolução de problemas. Educação financeira. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino da Matemática. Metodologias ativas. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE MÚSICA
Fundamentos da educação musical. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História da música brasileira e universal. Elementos da linguagem musical: melodia, harmonia, ritmo, timbre, intensidade, altura, duração e forma. Percepção e apreciação musical. Leitura e escrita musical. Teoria musical. Prática vocal e instrumental. Canto coral. Arranjos musicais. Música popular e erudita. Cultura popular e folclore brasileiro. Metodologias do ensino de Música na Educação Básica. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Projetos musicais escolares. Tecnologias aplicadas ao ensino da Música. Inclusão no ensino da Música. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ética profissional.

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Cultura Digital. Pensamento computacional. Letramento digital. Computação básica. Sistemas operacionais. Editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações. Internet, serviços em nuvem e ferramentas colaborativas. Plataformas educacionais. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Metodologias ativas apoiadas por tecnologias. Recursos educacionais digitais. Programação básica e lógica computacional. Robótica educacional. Inteligência Artificial aplicada à educação. Segurança da informação. Cidadania digital. Proteção de dados pessoais (LGPD). Combate à desinformação. Planejamento e avaliação da aprendizagem mediada por tecnologias. Ética no uso das tecnologias.

PROFESSOR POLIVALENTE
Fundamentos da Educação. Desenvolvimento infantil. Psicologia da aprendizagem. Alfabetização e letramento. Alfabetização matemática. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). Avaliação da aprendizagem. Recomposição das aprendizagens. Educação inclusiva. Atendimento à diversidade. Metodologias ativas. Ludicidade. Literatura infantil. Educação ambiental. Educação para as relações étnico-raciais. Tecnologias educacionais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Plano Nacional de Educação (PNE). Ética profissional.

PSICÓLOGO
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental.

PSICÓLOGO – EDUCAÇÃO
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental. Psicologia Educacional. Psicologia Escolar. Processos de ensino e aprendizagem. Desenvolvimento infantil. Desenvolvimento do adolescente. Dificuldades de aprendizagem. Avaliação psicopedagógica. Inclusão escolar. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Relação professor-aluno. Relação escola-família. Bullying. Violência escolar. Competências socioemocionais. Intervenção institucional. Trabalho interdisciplinar. O papel do psicólogo na escola. Orientação educacional. Políticas públicas de educação.

PSICÓLOGO – EMULTI
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Apoio matricial. Clínica ampliada. Projeto Terapêutico Singular. Saúde Mental. Rede de Atenção Psicossocial. Humanização. Educação em Saúde. Trabalho multiprofissional. Atendimento domiciliar. Reabilitação psicossocial. Matriciamento em saúde mental. Vigilância em Saúde.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EDUCAÇÃO
Anatomia aplicada à Terapia Ocupacional. Cinesiologia. Biomecânica. Desenvolvimento infantil. Desenvolvimento do adolescente. Desenvolvimento do adulto e do idoso. Processos de aprendizagem. Terapia Ocupacional em ambiente escolar. Inclusão escolar. Educação Especial. Tecnologia assistiva. Adaptação curricular. Atividades de Vida Diária. Atividades Instrumentais de Vida Diária. Psicomotricidade. Integração sensorial. Avaliação terapêutica ocupacional. Recursos terapêuticos. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EMULTI
Anatomia aplicada à Terapia Ocupacional. Aparelho locomotor. Atenção em Saúde. Biologia celular. Cinesiologia. Biomecânica. Cinesioterapia. Clínica em Terapia Ocupacional. Saúde da criança. Saúde do adolescente. Saúde do adulto. Saúde do idoso. Atividades de Vida Diária. Atividades Instrumentais de Vida Diária. Estudo do brincar. Estudo do lazer. Estudo do trabalho. Neuroanatomia. Neurologia. Patologia. Psicopatologia. Tecnologia assistiva. Órteses. Avaliação funcional. Intervenção terapêutica ocupacional. Processos de inclusão social. Trabalho multiprofissional. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Ética profissional.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS

Sistema Tributário Nacional. Constituição Federal: Sistema Tributário. Código Tributário Nacional. Código Tributário Municipal. Tributos municipais: IPTU, ISS, ITBI, taxas e contribuição de melhoria. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento tributário. Isenção, imunidade e anistia. Decadência e prescrição tributária. Processo administrativo tributário. Fiscalização tributária. Poder de polícia administrativa. Autos de infração. Notificação fiscal. Dívida ativa. Certidão de Dívida Ativa. Execução Fiscal. Cadastro mobiliário e imobiliário. Arrecadação municipal. Auditoria fiscal. Documentação fiscal. Contabilidade básica aplicada à fiscalização. Noções de Direito Administrativo. Administração Pública. Ética no serviço público. Atendimento ao contribuinte. Informática aplicada à fiscalização.

AGENTE DE TRÂNSITO

Código de Trânsito Brasileiro. Sistema Nacional de Trânsito. Sinalização de trânsito. Engenharia de tráfego. Educação para o trânsito. Fiscalização de trânsito. Infrações de trânsito. Penalidades e medidas administrativas. Processo administrativo de trânsito. Segurança viária. Acidentes de trânsito. Primeiros socorros. Mobilidade urbana. Transporte coletivo. Circulação de veículos. Pedestres. Ciclistas. Legislação complementar de trânsito. Ética profissional. Atendimento ao público.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Administração Pública. Organização administrativa. Atendimento ao público. Comunicação oficial. Redação oficial. Arquivologia. Gestão documental. Protocolo. Correspondências oficiais. Noções de Administração. Planejamento administrativo. Organização e controle. Gestão de pessoas. Licitações e contratos (noções). Processo administrativo. Ética no serviço público. Informática. Microsoft Word. Microsoft Excel. Internet. Correio eletrônico. Sistemas informatizados. Relações interpessoais. Trabalho em equipe. Atendimento telefônico. Gestão de documentos. Noções de administração financeira.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CÂMARA MUNICIPAL

Administração Pública. Organização do Poder Legislativo Municipal. Processo Legislativo. Regimento Interno da Câmara. Lei Orgânica Municipal. Redação Oficial. Arquivologia. Atendimento ao público. Gestão documental. Comunicação oficial. Processo administrativo. Licitações e contratos. Protocolo. Informática. Word. Excel. Internet. Ética no serviço público.

ASSISTENTE LEGISLATIVO

Organização dos Poderes. Poder Legislativo Municipal. Processo Legislativo. Lei Orgânica Municipal. Regimento Interno da Câmara Municipal. Elaboração e tramitação de proposições legislativas. Redação oficial. Correspondência oficial. Arquivologia. Gestão documental. Protocolo. Atendimento ao público. Administração pública. Princípios constitucionais da Administração Pública. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Noções de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021). Informática: Windows, Microsoft Word, Excel, PowerPoint, internet, correio eletrônico e sistemas informatizados de gestão legislativa. Ética profissional.

AUXILIAR DE FARMÁCIA BÁSICA

Organização da farmácia. Assistência farmacêutica. Dispensação de medicamentos. Armazenamento de medicamentos. Controle de estoque. Conservação de medicamentos. Medicamentos sujeitos a controle especial. Receituário. Noções de farmacologia. Formas farmacêuticas. Medicamentos genéricos. Biossegurança. Atendimento ao usuário. Sistema Único de Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Ética profissional. Boas práticas de armazenamento. Boas práticas de dispensação.

FISCAL DE OBRAS

Noções de Engenharia Civil. Materiais de construção. Técnicas construtivas. Leitura e interpretação de projetos arquitetônicos. Leitura e interpretação de projetos estruturais. Topografia básica. Desenho técnico. Código de Obras. Plano Diretor. Uso e ocupação do solo. Parcelamento do solo urbano. Licenciamento de obras. Alvarás de construção. Habite-se. Acessibilidade. Normas da ABNT aplicáveis às edificações. Fiscalização de obras públicas e particulares. Infrações administrativas. Autos de infração. Embargos de obras. Ética no serviço público. Atendimento ao público.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sistema Único de Saúde (SUS). Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental. Código Sanitário. Boas práticas sanitárias. Controle sanitário de alimentos. Controle sanitário de medicamentos. Controle sanitário de cosméticos. Controle sanitário de saneantes. Inspeção sanitária. Manipulação de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos. Controle de vetores. Saúde ambiental. Água para consumo humano. Resíduos de serviços de saúde. Biossegurança. Infecções relacionadas à assistência à saúde. Legislação sanitária. Poder de polícia administrativa. Autos de infração. Processo administrativo sanitário. Ética profissional.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Processo de trabalho da equipe de enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Biossegurança. Segurança do paciente. Precauções padrão. Lavagem das mãos. Esterilização. Desinfecção. Administração de medicamentos. Cálculo de medicamentos. Curativos. Sinais vitais. Oxigenoterapia. Coleta de material para exames. Imunização. Rede de Frio. Saúde da Mulher. Pré-natal. Puericultura. Saúde da Criança. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Tuberculose. Hanseníase. IST. Hepatites Virais. Arboviroses. Primeiros socorros. Urgência e Emergência. Atendimento domiciliar. Registros de enfermagem. Humanização da assistência.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Política Nacional de Saúde Bucal. Sistema Único de Saúde. Estratégia Saúde da Família. Organização dos serviços de saúde bucal. Ética profissional. Código de Ética Odontológica. Anatomia dental. Anatomia da cavidade bucal. Ergonomia. Biossegurança. Controle de infecção. Esterilização. Instrumentais odontológicos. Materiais odontológicos. Manipulação de materiais. Radiologia odontológica (noções). Processamento radiográfico. Educação em saúde bucal. Promoção da saúde. Prevenção das doenças bucais. Cárie dentária. Doença periodontal. Aplicação tópica de flúor. Selantes. Controle de placa bacteriana. Organização do consultório odontológico. Atendimento ao paciente. Registro em prontuário. Trabalho em equipe multiprofissional.

ANEXO V- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	08/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	08/09/2026	09/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	08/09/2026	09/09/2026
4	**Período de inscrições**	**08/09/2026**	**12/10/2026**

5	Publicação do resultado de impugnação do edital	18/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	23/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/09/2026	25/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	07/10/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	12/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	13/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	03/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo das provas objetivas	18/01/2027	
21	Publicação do padrão de resposta preliminar da prova discursiva/peça processual na área do candidato	19/01/2027	
22	Interposição de recurso contra o padrão de resposta preliminar da prova discursiva/peça processual	20/01/2027	21/01/2027
23	Publicação do padrão de resposta definitivo da prova discursiva/peça processual na área do candidato	28/01/2027	
24	Publicação do resultado preliminar da prova discursiva/peça processual na área do candidato	17/02/2027	
25	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva/peça processual	18/02/2027	19/02/2027
26	Publicação do resultado definitivo da prova discursiva/peça processual	08/03/2027	
27	Edital de convocação para a prova de títulos	09/03/2027	
28	Período para envio da prova de títulos	10/03/2027	12/03/2027
29	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos na área do candidato	24/03/2027	
30	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	25/03/2027	26/03/2027
31	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	08/04/2027	
32	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	09/04/2027	
33	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	17/04/2027	18/04/2027
34	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	20/04/2027	
35	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	21/04/2027	22/04/2027
36	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	24/04/2027	
37	Resultado Final	30/04/2027	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:76C99395

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 02/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 03(três) vagas imediatas mais cadastro reserva para cargos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de nível médio de escolaridade com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas Secretaria Municipal supracitada.

O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.

As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.

O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes fases:

FASE	CARÁTER
PROVA OBJETIVA	ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA
CURSO DE FORMAÇÃO	ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA

As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas à cidade de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.

São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:

Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;

Anexo II – Do formulário para requerimento de vaga para pessoa candidato com deficiência;

Anexo III- Do formulário de autodeclaração;

Anexo IV- Dos conteúdos programáticos;

Anexo V- Do cronograma de execução previsto.

As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre “horário local”.

Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.

Será permitida a realização de mais de uma inscrição neste Concurso Público, desde que para cargos distintos e cujas provas sejam aplicadas em turnos ou horários compatíveis, devendo o candidato efetuar inscrição e pagamento da respectiva taxa para cada cargo.
Na hipótese de incompatibilidade de horários, o candidato deverá optar por apenas uma das provas, não havendo direito à alteração de cargo, data ou turno, nem à devolução da taxa de inscrição.
O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

DO CARGO, DAS VAGAS E DA ÁREA DE ATUAÇÃO

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeta/RN, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Emenda Constitucional nº 51/2006, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e demais normas aplicáveis.
Para fins deste Edital, a área de atuação do cargo de Agente Comunitário de Saúde corresponderá à área territorial de abrangência do Município de Cruzeta/RN, compreendida pela rede municipal de Atenção Primária à Saúde, conforme organização administrativa e sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o porte populacional do Município, o caráter permanente, dinâmico e contínuo do processo de territorialização e a necessidade de manutenção ininterrupta da cobertura assistencial da população.
A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato lotação em unidade de saúde, equipe, bairro, localidade ou microárea específica, competindo à Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, definir a lotação do candidato aprovado, no momento da convocação/nomeação, de acordo com a necessidade do serviço público, a existência de vaga, a reorganização das áreas de cobertura, a substituição de servidores afastados ou desligados e o interesse público.
A definição da microárea, equipe de Saúde da Família ou unidade de referência será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde quando da convocação do candidato aprovado, mediante ato administrativo próprio e devidamente motivado, observada a legislação vigente, os critérios técnicos da Atenção Primária à Saúde e a necessidade de manutenção da cobertura assistencial da população.
Para posse e exercício no cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato deverá comprovar que reside na área de atuação definida no item 2.2 deste Edital, desde a data de publicação deste instrumento, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/2006, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos e requisitos exigidos para o cargo.
A eventual criação, extinção, unificação, desmembramento ou reorganização de microáreas pela Secretaria Municipal de Saúde não implicará alteração do cargo, do regime jurídico, da classificação geral do certame ou do direito subjetivo à nomeação, servindo apenas para fins de organização administrativa da prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde.
As convocações obedecerão à ordem de classificação, à existência de vaga e à necessidade da Administração Pública, inclusive para suprimento de vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações, falecimentos, afastamentos definitivos ou outras hipóteses legais.
O quadro de microáreas constante do Anexo I deste Edital possui caráter meramente informativo e ilustrativo da territorialização vigente na data de publicação deste instrumento, não vinculando a lotação do candidato aprovado, não gerando direito subjetivo a lotação em microárea, bairro ou localidade específica, nem restringindo o requisito de residência previsto no item 2.5, que se refere à área de atuação definida no item 2.2.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das **14h00min de 04 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026**, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)

É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.
A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:
Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cruzeta;
Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.
Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.
Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.
A organização não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.
Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.
O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.
A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.
Dados pessoais só podem ser editados antes de pagar a taxa de inscrição.
Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.
O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.

O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo V deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.
O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.
Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.
O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.
Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.
É vedada a transferência do valor pago a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer utilização indevida decorrente dessa transferência.
A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.
A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.
A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.
Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Cruzeta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo V deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:
Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou
Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo V deste Edital.
Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:
preencher integralmente o formulário eletrônico de requerimento de isenção;

indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;

prestar as informações exigidas pelo sistema.

Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.
Encerrado o prazo estabelecido no Anexo V, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.
A documentação comprobatória conforme a modalidade escolhida deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:
Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:
comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;

declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF;

Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:

comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF.
O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.
Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.
O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:
não for enviada dentro do prazo estabelecido;
estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;
não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;
comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;
apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.
São de responsabilidade exclusiva do candidato:
o preenchimento correto do requerimento;
a indicação da modalidade adequada;
a veracidade das informações prestadas;
a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e
a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.
Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.
O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.
A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;
a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou
a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.
As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo V deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo V.
O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:
a alteração da modalidade de isenção;
o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;
a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.
Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo V.
O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.
A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.
São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.
O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 18- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 18 deste Edital.
Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo V deste Edital, por meio da Área do candidato, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias corridos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.

O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na Área do Candidato e/ou CCI.
A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame.
A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 18-DOS RECURSOS deste Edital.
O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 7º, § 4º, Lei Complementar Municipal nº 60, de 4 de outubro de 2023, da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, é assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que haja compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo pretendido.
Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este será elevado ao primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas, conforme disposição deste edital.
O percentual de reserva será observado no aproveitamento de vagas remanescentes, formação de cadastro de reserva e surgimento de novas vagas durante a vigência do Concurso, independentemente do cargo ou local de atuação, considerando-se, por cargo, a quantidade de vagas já preenchidas.
É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadrar no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 2015; nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021; na Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei Federal nº 15.176, de 23 de julho de 2025.
Ressalvadas as disposições específicas deste edital, a pessoa candidata com deficiência participará do Concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas quanto ao conteúdo, data, horário e local das provas, critérios de correção, nota mínima, critérios de aprovação e demais normas do certame.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá, no período de inscrição:
declarar-se pessoa com deficiência e manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas;
anexar, via upload, imagem legível de laudo médico emitido por médico especialista da área da deficiência, emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição, conforme modelo do Anexo II, ressalvados deste prazo as deficiências de caráter permanente.
O laudo deverá conter, com nitidez: a identificação da pessoa candidata; a identificação e a assinatura do emissor, com o registro no Conselho Regional Profissional; a espécie e o grau ou nível da deficiência; e a referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID).
No caso de deficiência permanente ou Transtorno do Espectro Autista, o laudo terá validade indeterminada, dispensado o prazo de emissão previsto na alínea "b" do subitem 8.6, desde que legível e contendo todos os elementos exigidos no subitem 8.6.
Não serão aceitos documentos emitidos pela própria pessoa candidata, ainda que possua formação técnica para tal finalidade.
A documentação deverá ser anexada no período de inscrição, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
A pessoa candidata que necessitar de atendimento especial deverá solicitar no ato da inscrição, anexando laudo ou parecer de especialista que ateste a necessidade, conforme o §1º do art. 4º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018.
O atendimento especial será concedido exclusivamente para a condição estabelecida no laudo ou parecer apresentado.
Somente serão aceitas imagens no formato PDF, com tamanho máximo de 2MB (dois megabytes) por arquivo ou 10MB (dez megabytes) se arquivo único.
Serão desconsiderados documentos enviados fora das regras deste edital, ilegíveis, rasurados, corrompidos ou emitidos fora do prazo.
O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por falhas técnicas, problemas de comunicação ou outros fatores que impeçam o recebimento dos arquivos.
A pessoa candidata deverá manter sob sua guarda a via original ou cópia autenticada da documentação, para apresentação ao IDIB, caso solicitado.
A documentação terá validade exclusiva para este Concurso.
A pessoa candidata que não se declarar pessoa com deficiência no ato da inscrição não poderá fazê-lo posteriormente. O simples envio da documentação, sem a declaração, não garante o deferimento.
Os resultados preliminar e definitivo dos pedidos de inscrição como pessoa com deficiência serão divulgados no site do IDIB, conforme as datas do Anexo V.
Caberá recurso contra o resultado preliminar no prazo de até 2 (dois) dias corridos, conforme Anexo V, por meio da Área do Candidato. Após esse prazo, não serão aceitos pedidos de revisão.
Não será admitida complementação, substituição ou reenvio de documentação durante o período de recurso.
A inobservância das regras deste item acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, se aprovada, constará na lista geral de classificação e em lista específica de PcD.
Pessoas candidatas com deficiência que também sejam pessoas negras poderão concorrer simultaneamente às respectivas vagas reservadas.
A pessoa candidata classificada nas vagas reservadas será convocada, após a publicação do resultado definitivo das provas, para avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme o art. 5º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018, destinada a aferir a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo.
As vagas reservadas serão preenchidas pelas pessoas candidatas aprovadas dentro dos limites do quadro de vagas, respeitando a ordem de classificação, alternância e proporcionalidade.
A desclassificação, a desistência ou impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará sua substituição pela próxima pessoa candidata com deficiência classificada, conforme ordem de classificação.
Não havendo inscrição ou aprovação de pessoas candidatas com deficiência, as vagas reservadas serão revertidas à ampla concorrência após o resultado final.
Após a investidura no cargo, a deficiência não poderá ser arguida para justificar aposentadoria por invalidez ou readaptação, conforme legislação vigente.

Pessoas candidatas que não atenderem ao disposto neste item não serão consideradas pessoas com deficiência, podendo também não ter atendimento especial assegurado, caso solicitado.

DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSOCIAL

O candidato que tenha optado por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que tenha alcançado a pontuação mínima exigida na prova objetiva, será submetido ao procedimento de caracterização da deficiência, promovido por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB.

O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.

Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação presencial ou em formato telepresencial.

Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.

O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova objetiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo V deste Edital.

A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação presencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.

DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.

A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.

A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:

as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;

a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;

a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;

as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;

a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;

os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e

o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.

Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial serão divulgados na forma do item 18 deste Edital e nas datas previstas no Anexo V deste Edital.

O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo V deste Edital.

O candidato poderá enviar, em recurso, imagem de nova da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial, conforme subitem 9.15 e seguintes deste Edital.

DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR

O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A avaliação complementar será realizada de forma telepresencial.

O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo V deste Edital.

O edital de convocação informará:

a data e o horário fixados;

o endereço completo do local da avaliação, quando presencial;

a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual, quando telepresencial;

os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e

as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.

Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.

A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.

Quando realizada em formato telepresencial, a avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica homologada e indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:

a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;

as condições de acessibilidade digital necessárias;

o suporte técnico durante a realização do procedimento;

a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde; e

a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.

Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.

O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.

Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:

falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;

indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;

ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;

caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou
outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.
O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão na forma do subitem 9.26, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.
O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.
Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.
Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.
Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.
É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.
O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo V deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo V deste Edital.
O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.
O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos, na forma do item 18 e na data constante do Anexo V deste Edital.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.
A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.
Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.
Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.
Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:
se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou
se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:
não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
deixar de comparecer à avaliação presencial ou não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.
Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.
Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.
Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.
As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.
A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.
Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.
Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.
Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restaurem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.
Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.
O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.
O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.
A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei Federal nº 15.142, de 03 de junho de 2025.

Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:

pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;

pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;

pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 2 (dois).

Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.

Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta, parda, indígena ou quilombola, em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda, e os requisitos específicos de comprovação estabelecidos neste edital para as condições de indígena e de quilombola. A autodeclaração deverá observar o modelo constante do Anexo III deste Edital.

Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial e à condição de indígena ou quilombola.

Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.

As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.

As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas e, por último, para a ampla concorrência.

Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta, parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas, no mesmo certame, para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no art. 3º do Decreto Federal nº 12.536, de 2025, abaixo disposta:

reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas para pessoas pretas e pardas;

reserva de 3% (três por cento) do total de vagas para indígenas; e

reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para quilombolas.

A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e às pessoas candidatas com deficiência.

As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.

A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.

A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.

A pessoa candidata que se autodeclarou indígena ou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Este item disciplina, em quatro seções, os procedimentos de confirmação das autodeclarações prestadas para fins de reserva de vagas:

heteroidentificação das pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas;

verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas indígenas;

verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas; e

disposições comuns aos três procedimentos.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS

Considera-se procedimento de heteroidentificação étnico-racial aquele por meio do qual terceiros verificam a condição étnico-racial autodeclarada pelo candidato.

Os candidatos autodeclarados negros — assim consideradas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 15.142/2025 —, se aprovados nas fases anteriores do certame, serão submetidos ao procedimento de heteroidentificação, como etapa complementar à autodeclaração, antes da homologação do resultado final.

As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que tiverem optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas no concurso, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação para confirmação da condição declarada, como requisito para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas negras.

Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação as pessoas candidatas negras que tiverem inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes e que tenham sido classificadas nas fases anteriores à sua realização, observados os mesmos quantitativos previstos neste edital.

As pessoas candidatas serão convocadas por meio de edital de convocação específico para este procedimento, com indicação de local, data e horário prováveis para sua realização, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

O procedimento será realizado de forma telepresencial, devendo o candidato participar na data e horário estabelecidos no edital de convocação.

O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 3 (três) membros e igual número de suplentes, cujos nomes não serão divulgados previamente, garantida, sempre que possível, a diversidade de gênero, cor e origem regional/naturalidade de seus integrantes.

Os currículos dos integrantes da Comissão serão publicados em www.idib.org.br por ocasião da divulgação do edital de convocação para o procedimento.

A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato, consideradas as características apresentadas no momento do procedimento.

É vedado ao candidato utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de eliminação do concurso e apuração de fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.

Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos apresentados pelo candidato — inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos de ascendência ou pareceres de bancas de heteroidentificação de outros certames federais, estaduais, distritais ou municipais.

Fica vedada, em qualquer hipótese, prova fundada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.

O procedimento será filmado e fotografado pelo IDIB, cujos registros serão utilizados exclusivamente para o registro da avaliação e para análise de eventual recurso.

Será eliminado do concurso o candidato que:

recusar-se a ser filmado e/ou fotografado;

prestar declaração falsa; e/ou

A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

É vedado à Comissão deliberar na presença dos candidatos.

A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro das razões de convencimento.

A presunção relativa de veracidade da autodeclaração prevalecerá em favor do candidato sempre que houver dúvida razoável quanto ao fenótipo, devidamente motivada no parecer.

O teor do parecer será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527/2011 e da legislação de proteção de dados pessoais aplicável.

As deliberações da Comissão terão validade apenas para este Concurso Público.

O resultado preliminar será publicado em www.idib.org.br, em data a ser divulgada no edital de convocação.

Contra o resultado preliminar caberá recurso no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos conforme cronograma, por meio do sistema eletrônico em www.idib.org.br, dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação.

A Comissão Recursal será composta por 3 (três) membros distintos dos que integraram a Comissão, cujos currículos serão disponibilizados em www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar. Aplicam-se a ela, no que couber, as mesmas regras da Comissão de Heteroidentificação.

Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer da Comissão e o recurso do candidato. Das suas decisões não cabe recurso.

A autodeclaração prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em desfavor do candidato, cumulativamente, na Comissão e na Comissão Recursal.

Em caso de indeferimento ou não confirmação da autodeclaração, o candidato permanecerá no certame concorrendo apenas às vagas de ampla concorrência, desde que possua nota/pontuação suficiente em cada fase.

Constatada declaração falsa, o candidato será eliminado e, se empossado, ficará sujeito à anulação da admissão, assegurados contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de responsabilização cível, administrativa e penal, nos termos da Lei Federal n. 15.142/2025.

Indícios ou denúncia de fraude ou má-fé serão encaminhados aos órgãos competentes.

O enquadramento ou não do candidato como pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às de ampla concorrência, conforme classificação.

Os candidatos negros com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas de PcD, às reservadas a negros e às de ampla concorrência.

Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas de ampla concorrência não preenchem as vagas reservadas, sendo excluídos da respectiva lista, ainda que constem de ambas as listas em todas as fases, nos termos da pela Lei Federal n. 15.142/2025.

Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, esta será preenchida pelo próximo candidato negro classificado.

Não havendo candidatos negros aprovados em número suficiente, as vagas remanescentes revertem à ampla concorrência, observada a ordem de classificação geral.

A nomeação respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade entre as listas de ampla concorrência, PcD e negros, conforme subitem 10.34 deste Edital.

Demais informações constarão de edital específico de convocação, a ser publicado oportunamente em www.idib.org.br.

O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.

A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.

Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.
Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.
A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.
Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.
O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.
A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.
Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.
O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.
As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.
Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-Racial, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.
A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.
A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.
Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.
Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS INDÍGENAS

A pessoa candidata que se autodeclarou indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:
comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
documentos expedidos por escolas indígenas;
documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
documentos expedidos por órgão de assistência social;
documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
documentos de natureza previdenciária.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS QUILOMBOLAS

A pessoa candidata que se autodeclarou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.

Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificados até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade à qual a pessoa candidata pertence.
Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se já convocada, ficará sujeita à anulação de sua convocação, admissão ou nomeação ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação ou ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.
Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.
O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas indígenas ou quilombolas será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.
O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta, parda, indígena ou quilombola não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.
Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.
É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.
Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.
Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;
A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;
A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.
As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, no período previsto.
O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.
As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.
A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.
Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.
A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.

Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.
A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.
Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.
Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site www.idib.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.
Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA

Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo IV deste Edital, conforme os quadros a seguir:

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	14		28,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico	06		12,0	
	Informática	06		12,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	24	2,0	48,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	**-**	**100,0**	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 29 de novembro de 2026, turno manhã.
As provas objetivas constarão de 50 (cinquenta) questões com peso 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital.
Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em cada uma das disciplinas.
As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.
A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO	29/11/2026 08h00min ás 12h00min da manhã (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.
Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.
No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.
Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.
Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.
No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.
Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.
Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.
Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.
Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.
Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.
Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.
Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.
No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.
Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.

As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.

Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.

Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DO CURSO DE FORMAÇÃO

Serão convocados para o Curso de Formação Profissional de ACS e ACE, por meio de Edital de Convocação, os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas ofertadas, os candidatos classificados até o limite de 15% (quinze por cento) além do número de vagas ofertadas, bem como os empatados na última colocação, desde que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação exigido neste Edital.
Será eliminado do Concurso Público a pessoa candidata que deixar de efetuar a matrícula no Curso de Formação Profissional, se afastar do curso por qualquer motivo, não frequentar no mínimo 85% (oitenta e cinco) por cento das horas de aula práticas e teóricas e não obtiver 60% (sessenta) por cento de aproveitamento nas avaliações práticas e teóricas, do referido Curso.
O Curso de Formação será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeta. Curso este, estabelecido em conjunto pelos Ministérios da Educação e Saúde.
O Curso de Formação Profissional será realizado em serviço, com duração de 40 (quarenta) horas para o ACS, ressaltando que os classificados estarão em pleno exercício de suas atividades conforme Artigo 5º da Medida Provisória n.º 016/2007.
Será publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta edital de convocação para o Curso de Formação especificando a data, horário, local e metodologia de sua realização.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo V deste Edital;
O Anexo V, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos nas Provas Objetivas, atribuindo-se o primeiro lugar a pessoa candidata que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no Diário oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, através do site oficial www.cruzeta.rn.gov.br.
As pessoas candidatas que não estiverem classificadas dentro do número máximo de aprovados estabelecido neste Edital, ainda que tenham alcançado a nota mínima exigida, serão automaticamente eliminadas do Concurso Público.
Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).

As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "d" do subitem 17.. deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas a que se refere a alínea "d" do subitem 17.6 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

DOS RECURSOS

Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar e resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área do Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
o gabarito oficial preliminar.

A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
erro material;
incorreção técnica ou conceitual;
incompatibilidade com o conteúdo programático;
ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
erro material na soma dos pontos;
divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.

Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
Serão igualmente indeferidos recursos que:
contenham teor desrespeitoso;
estejam em desacordo com as especificações deste edital;
não guardem correspondência com a questão recorrida.

A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.
As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO V deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):
certidão de nascimento ou casamento: atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
certidão de nascimento dos filhos: se possuir – atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);
título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;
comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;
cópia autenticada do diploma do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;
a pessoa candidata que não possuir o Diploma poderá apresentar a cópia da Certidão de Conclusão autenticada do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena da área a que concorre, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que a Certidão de Conclusão deverá ser emitida pela Instituição de Ensino Superior (IES) com curso devidamente reconhecido pelo MEC e pela mesma IES que emitirá o diploma registrado pelo MEC. Deverá ainda conter as seguintes informações na Certidão de Conclusão: o Ato (Portaria ou Decreto) de reconhecimento do curso e a Certidão deverá ser assinada por funcionário da IES que possua competência (Diretor Acadêmico e /ou Diretor Geral da Instituição). Caso outro funcionário assine, a pessoa candidata deverá apresentar documento da IES que delegou a competência para ele;
cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;
carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;
número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);
comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.

A convocação de que trata o subitem 19.1 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso administrativo.
Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.

A convocação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos www.idib.org.br e www.cruzeta.rn.gov.br.

O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, www.cruzeta.rn.gov.br., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.

As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelas pessoas candidatas, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.

A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico www.idib.org.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:

endereço não atualizado;

endereço de difícil acesso;

correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;

correspondência recebida por terceiros.

Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.

Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.

O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.

Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.

É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) dias, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.idib.org.br, conforme previsto no Anexo V.

Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção “Recurso On-line”, através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.

A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.

Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.

Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 08 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES DO CARGO E MICROÁREAS DE ATUAÇÃO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente Comunitário de Saúde R$ 3.242,00 40H	03	20	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E RESIDÊNCIA NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR, DESDE A DATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL; CONFORME DETERMINA A LEI FEDERAL Nº 11.350/2006.
Agente de Combate às Endemias R$ 3.242,00 40H	0	03	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças junto às famílias e comunidades; realizar visitas domiciliares periódicas; cadastrar e manter atualizadas as informações das famílias; orientar a população sobre cuidados básicos de saúde, vacinação, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas; identificar situações de risco e encaminhar demandas à equipe de saúde; participar de campanhas, ações educativas e atividades da Estratégia Saúde da Família; registrar informações em sistemas próprios; atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional; e executar outras atividades previstas na legislação específica.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Executar ações de vigilância, prevenção e controle de endemias e zoonoses; realizar visitas domiciliares e inspeções em imóveis, terrenos, estabelecimentos e áreas públicas; identificar e eliminar focos de vetores; orientar a população sobre medidas de prevenção; coletar dados, amostras e informações epidemiológicas; aplicar medidas de controle químico, físico ou biológico quando autorizado; participar de campanhas de saúde pública e mobilização social; registrar atividades em sistemas próprios; atuar em conjunto com equipes de saúde e vigilância; e executar outras atividades previstas na legislação específica.

QUADRO DE MICROÁREAS DE ATUAÇÃO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) — SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZETA/RN

CARGO	MICROÁREA	BAIRRO/REGIÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA (LOGRADOUROS/LOCALIDADES)
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**05**	Centro	Avenida Carmelita Monteiro da Silva; Rua Antônio Sabino de Oliveira; Rua Armando Pereira de Medeiros; Rua Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros; Rua Felix Pereira de Araújo; Rua Francisco Raimundo de Araújo; Rua João Fernandes de Brito; Rua João Gomes; Rua Júlio Barbosa; Rua Juraci de Araújo Bezerra; Travessa Antônio Sabino de Oliveira.
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**12**	Zona Rural	Sítio Cipriana; Sítio Pau Lagoa 2; Sítio Riacho do Meio 1; Sítio Rio do Meio 1; Sítio Rio do Meio

			2; Sítio Timbaúba 1.
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**19**	Centro e Santo Antônio	Rua Dr. Drumond; Rua Luís André de Maria; Rua Luiz Geraldo Filho; Rua Maria Josefina de Medeiros; Rua Salvina Francelina de Araújo; Travessa Salvina Francelina de Araújo; Vila Salvina Francelina de Araújo; Sítio Fechado.

Observação: a territorialização das microáreas corresponde à configuração vigente na data de elaboração deste anexo, podendo ser revisada pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006 e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sem que tal revisão implique alteração do cargo, da classificação ou do direito à nomeação (itens 2.6 e 2.8 deste Edital).

ANEXO II- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 02/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____

Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____

2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____

3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____

Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO III- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 02/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.

OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO IV- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 11. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.
RACIOCÍNIO LÓGICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: NOB/96 e NOAS 01 e 02. Políticas de Saúde: Organização dos serviços de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, controle social, indicadores de Saúde, Sistema de vigilâncias em saúde epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal /88, Seção II – Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde Portaria 2488/2011 Estratégias de Saúde da Família Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Cartilha de Direito e Deveres do usuário do SUS, redes de atenção à saúde, Política Nacional de Promoção de saúde, Política Nacional de Educação Permanente em saúde, Modelo de atenção e processo de trabalho no SUS. Determinantes do processo saúde-doença. Políticas de saúde e história das políticas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Sistemas e serviços de saúde. Financiamento público e privado da saúde no Brasil. Controle social: conselhos e conferências de saúde. Conferências Nacionais de Saúde. Organização do SUS. Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. Pacto pela Saúde, de Gestão e pela Vida. Planejamento e Gestão em saúde. Modelos de atenção à saúde. Vigilância à Saúde: noções básicas. Programas nacionais de saúde; Promoção da saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Primária à Saúde: conceitos, princípios e organização no Brasil. História da APS. Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes. Processo de Trabalho em Saúde. Vigilância à saúde. Epidemiologia básica: indicadores de saúde; sistemas de informações; métodos epidemiológicos; principais agravos de interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectivas. interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectiva. Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Intersetorialidade: conceito e relevância para o trabalho no território. Ações Educativas: amamentação, prevenção de drogas, doenças crônicas, nutrição, planejamento familiar, educação sexual e prevenção de DST/AIDS. Controle Social: participação e mobilização social. Família: conceito, tipos e estruturas familiares. Saúde da Criança: cuidados ao recém-nascido, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, programa bolsa família, orientações alimentares para a criança. Saúde do adolescente: vacinação, sexualidade, transtornos alimentares. Saúde do adulto: vacinação, hábitos alimentares saudáveis, doenças crônicas, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde do homem, saúde da mulher e atenção ao idoso. Saúde mental: ansiedade, depressão e uso abusivo de álcool e outras drogas. Violência familiar: violência contra a mulher, a criança, ao adolescente, ao idoso e a pessoas portadores de deficiência física ou mental, e suas prevenções. Saúde Bucal: cuidados na saúde bucal com criança, adolescentes e adultos. Proliferação de vetores, pragas e animais peçonhentos: dengue, esquistossomose, toxicoplasmose, febre maculosa e raiva. Estratégia de Saúde da Família. Noções de Ética e Cidadania. Políticas de Saúde no Brasil – SUS: Princípios e Diretrizes.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Febre Amarela, Zoonoses, Imunização, Leishmaniose, Leptospirose, Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Vigilância Sanitária na área de alimentos, Hantavirose, Hepatites, Controle Qualidade da Água, Controle Qualidade da Água, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário

ANEXO V- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	08/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	08/09/2026	09/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	08/09/2026	09/09/2026
4	**Período de inscrições**	**08/09/2026**	**12/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	18/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	23/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/09/2026	25/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	07/10/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	12/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	13/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	03/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	18/01/2027	
21	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	19/01/2027	
22	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	23/01/2027	24/01/2027
23	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	27/01/2027	
24	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	28/01/2027	29/01/2027
25	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	04/02/2027	
26	Curso de Formação	*A definir	
27	Resultado Final	*A definir	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:130353BA

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 03/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal 14.133, de 2021. Lei Complementar Municipal n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 04 (quatro) vagas imediatas mais cadastro reserva para cargo de Guarda Civil Municipal, nível médio de escolaridade, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão de Acompanhamento do Concurso do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.
O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas
Secretaria Municipal supracitada.
O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.
As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.
O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes etapas:

ETAPA	FASE	CARÁTER	EXECUÇÃO
1ª	1ª Prova Objetiva	Eliminatória e classificatória	IDIB
	2º Teste de Aptidão Física	Eliminatória	
	3ª Avaliação Psicológica	Eliminatória	
	4ª Avaliação de Saúde	Eliminatória	
2ª	5ª Investigação Social	Eliminatória	MUNICÍPIO DE CRUZETA
	6º Curso de Formação	Eliminatória e classificatória	

A realização da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases da 1ª Etapa que compõe este concurso são de responsabilidade técnica e operacional do IDIB, conforme disposto no subitem 1.6 deste edital, respeitadas as normas deste Edital, seus anexos, eventuais retificações e dos editais de convocação a serem publicados.
Além das fases previstas no subitem 1.6 deste edital, para fins de posse, as pessoas candidatas aprovados no resultado final deste concurso serão submetidos, ainda, à Investigação Social e ao Curso de Formação, a serem executadas pela Prefeitura Municipal de Cruzeta. A convocação para cada uma dessas Fases, de responsabilidade do Município de Cruzeta, será publicada oportunamente no endereço eletrônico www.cruzeta.ce.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o acompanhamento do concurso por esse meio.
As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas às cidades de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.
São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:
Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;
Anexo II – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;
Anexo III- Do formulário de autodeclaração;
Anexo IV- Do modelo de atestado para o Teste de Aptidão Física (TAF);
Anexo V- Dos conteúdos programáticos;
Anexo VI- Do cronograma de execução previsto.
As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.
Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília- DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".
Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.
Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.
O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO

Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:
ter sido classificada no Concurso Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;
ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
ter altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homens e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
estar em pleno gozo de os direitos políticos comprovado através de certidão emitida pelo TSE;
estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
CNH ou Permissão para Dirigir categoria AB ou superior;
apresentar comprovante da habilitação exigida para desempenho das atribuições do cargo;
apresentar, quando da convocação, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo, bem como outros documentos que se fizerem necessários à época da admissão;
estar apta física e mentalmente para o exercício do cargo mediante apresentação de laudo médico admissional, emitido por junta médica oficial, serviço médico do órgão ou profissional/entidade credenciada pela Administração Pública;
cumprir com as determinações deste Edital.

A pessoa candidata poderá se inscrever no certame ainda que, no momento da inscrição, não possua todos os requisitos exigidos para o cargo.
O provimento do cargo ficará condicionado à comprovação de todos os requisitos estabelecidos no subitem 2.1, a qual deverá ocorrer até a data-limite fixada no ato de convocação para posse, mediante a apresentação de documento original.
Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 04 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)

É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.
A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:
Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cruzeta;
Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.
Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.
Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.
A organização não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.
Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.
O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.
A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.
Dados pessoais só podem ser editados antes de pagar a taxa de inscrição.
Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.
O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.
O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo VI deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.
O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.
Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.
O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.
Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.
É vedada a transferência do valor pago a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer utilização indevida decorrente dessa transferência.
A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.
A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.
A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.
Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Cruzeta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo VI deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou
Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo VI deste Edital.
Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:
preencher integralmente o formulário eletrônico de requerimento de isenção;

indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;

prestar as informações exigidas pelo sistema.

Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.
Encerrado o prazo estabelecido no Anexo VI, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.
A documentação comprobatória conforme a modalidade escolhida deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:
Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:
comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;

declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF;

preencher formulário de requerimento de isenção conforme modelo do Anexo II deste edital.

Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:
comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF.
O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.
Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.
O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:
não for enviada dentro do prazo estabelecido;
estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;
não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;
comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;
apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.
São de responsabilidade exclusiva do candidato:
o preenchimento correto do requerimento;
a indicação da modalidade adequada;
a veracidade das informações prestadas;
a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e
a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.
Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.
O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.
A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;
a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou
a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.
As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo VI.
O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:
a alteração da modalidade de isenção;
o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;
a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.
Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo VI.
O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.

A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.

São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.

O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 24- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.

Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 24 deste Edital.

Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.

A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá a pessoa candidata, no caso de não realização do certame por parte da Prefeitura Municipal de Cruzeta.

Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo VI deste Edital, por meio da área da pessoa candidata, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento a pessoa candidata previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias consecutivos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.

Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.

O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.

São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na sua área da pessoa candidata e/ou CCI.

A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.

A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.

A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).

Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 24-DOS RECURSOS deste Edital.

O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.

A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS

Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 8.1. deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.

Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata com deficiência deverá:

no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

enviar, no período previsto no Anexo VI deste edital, para dentro do site da banca em ambiente específico, www.idib.org.br, os documentos abaixo:

arquivo digital do documento de identificação, de acordo com este edital, e CPF;

arquivo digital de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital;

no caso da pessoa candidata com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea “b” deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.

A pessoa candidata com deficiência deverá enviar os documentos elencados no período previsto no Anexo VI deste edital, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.

O envio dos arquivos especificados no subitem 8.5 deste edital é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, arquivo único, e com tamanho máximo de até 10MB (dez megabytes) ou no máxima 2MB(dois megabytes) se arquivo individual.
Os arquivos ilegíveis serão desconsiderados para fins de análise.
A pessoa candidata deverá manter aos seus cuidados a via original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 8.5 deste edital, para que, caso seja solicitada pelo IDIB, envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), a cópia simples do documento de identificação e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação seja para qualquer fim.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br, nas datas previstas no Anexo VI deste edital.
A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar das inscrições indeferidas para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.idib.org.br no prazo estabelecido no Anexo VI deste Edital. Após o término do referido prazo, não serão admitidos pedidos de revisão.
No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
A inobservância do disposto no item 8.5 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida neste edital não é suficiente para a pessoa candidata ter sua solicitação deferida.
A pessoa candidata que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovada neste concurso público e na perícia médica, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência.
As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por pessoas candidatas que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constantes neste edital. Caso não haja pessoas candidatas aprovadas, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo pessoa candidata considerada pessoa com deficiência habilitada, ela será convocada.
Durante o prazo de validade do concurso serão convocadas pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência de acordo com a alternância e proporcionalidade previstas em lei.
Após a investidura da pessoa candidata com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.
A nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas as pessoas candidatas com deficiência.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima candidata com deficiência classificada, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.
No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo/área e/ou especialidade para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo.
A pessoa candidata que não for considerada pessoa com deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/1999, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.126/2021, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota suficiente para tanto, observados os critérios de avaliação biopsicossocial previstos na legislação vigente.

DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSOCIAL

A pessoa candidata que tenha optado por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que tenha alcançado a pontuação mínima exigida na prova discursiva, será submetido ao procedimento de caracterização da deficiência, promovido por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB.
O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.
Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação presencial ou em formato telepresencial.
Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.
O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova discursiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação presencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.
DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.
A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.
A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:
as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;
a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;
a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;
as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;
a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;
os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e
o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá enviar, em recurso, imagem de nova da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial, conforme subitem 9.15 e seguintes deste Edital.

DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR PRESENCIAL OU TELEPRESENCIAL

O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A avaliação complementar será realizada preferencialmente de forma presencial, podendo ocorrer em formato telepresencial (com uso de tecnologias de telessaúde) quando:

houver concordância expressa do candidato, manifestada no ato da inscrição ou mediante confirmação no sistema; e

a equipe multiprofissional e interdisciplinar considerar o formato telepresencial tecnicamente adequado e suficiente para a análise da deficiência apresentada.

Na ausência de concordância do candidato com a modalidade telepresencial, ou entendendo a equipe multiprofissional e interdisciplinar pela necessidade de avaliação física direta, o procedimento será realizado presencialmente, em local, data e horário indicados no edital de convocação.

O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado pela banca na data prevista no Anexo VI deste Edital.

O edital de convocação informará:

a data e o horário fixados;

a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual, quando telepresencial;

os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e

as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.

Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.

A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.

Quando realizada em formato telepresencial, a avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica homologada e indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:

a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;

as condições de acessibilidade digital necessárias;

o suporte técnico durante a realização do procedimento;

a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde; e

a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.

Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.

O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.

Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:

falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;

indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;

ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;

caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou

outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.

O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão na forma do subitem 9.26, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.

O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.

Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.

Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.

Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.

É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.

O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.

O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo VI deste Edital.

O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.

O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos na data constante do Anexo VI deste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.

A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.

Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.

Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.

Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:

se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou

se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:
não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
deixar de comparecer à avaliação presencial ou não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.
Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.
Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.
Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.
As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.
A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.
Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.
Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.
Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restaurem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.
Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.
O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.
O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.
A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei Federal nº 15.142, de 03 de junho de 2025.
Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:
pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;
pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;
pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 2 (dois).
Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.
Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta, parda, indígena ou quilombola, em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda, e os requisitos específicos de comprovação estabelecidos neste edital para as condições de indígena e de quilombola.
Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial e à condição de indígena ou quilombola.
Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.

As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas e, por último, para a ampla concorrência.
Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta, parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas, no mesmo certame, para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no art. 3º do Decreto Federal nº 12.536, de 2025, abaixo disposta:
reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas para pessoas pretas e pardas;
reserva de 3% (três por cento) do total de vagas para indígenas; e
reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para quilombolas.
A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e às pessoas candidatas com deficiência.
As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou indígena ou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Este item disciplina, em quatro seções, os procedimentos de confirmação das autodeclarações prestadas para fins de reserva de vagas:
heteroidentificação das pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas indígenas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas; e
disposições comuns aos três procedimentos.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS

Considera-se procedimento de heteroidentificação étnico-racial aquele por meio do qual terceiros verificam a condição étnico-racial autodeclarada pelo candidato.
Os candidatos autodeclarados negros — assim consideradas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 15.142/2025 —, se aprovados nas fases anteriores do certame, serão submetidos ao procedimento de heteroidentificação, como etapa complementar à autodeclaração, antes da homologação do resultado final.
As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que tiverem optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas no concurso, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação para confirmação da condição declarada, como requisito para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas negras.
Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação as pessoas candidatas negras que tiverem inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes e que tenham sido classificadas nas fases anteriores à sua realização, observados os mesmos quantitativos previstos neste edital.
O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.
A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.
O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, observados os requisitos legais aplicáveis, devendo sua composição garantir, sempre que possível, a diversidade quanto ao gênero, à cor e à origem regional de seus integrantes.
Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.
Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.
A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.
Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.

O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.
A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.
Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.
O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.
As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.
Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-Racial, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.
A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.
A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.
Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.
Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS INDÍGENAS

A pessoa candidata que se autodeclarou indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:
comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
documentos expedidos por escolas indígenas;
documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
documentos expedidos por órgão de assistência social;
documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
documentos de natureza previdenciária.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS QUILOMBOLAS

A pessoa candidata que se autodeclarou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificados até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade à qual a pessoa candidata pertence.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se já convocada, ficará sujeita à anulação de sua convocação, admissão ou nomeação ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação ou ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.

Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.

O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas indígenas ou quilombolas será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.

O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta, parda, indígena ou quilombola não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.

É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.

Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.

Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;

A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.

As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.

Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, no período previsto.

O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.

A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.

Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.

A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.

Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.

Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site **www.idib.org.br** tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.
Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA

Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital, conforme o quadro a seguir:

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	14	1,0	14,0	50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas.
	Matemática	06		6,0	
	Noções de Informática	06		6,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Noções de Direito e Legislação	24	2,0	48,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**74,0**	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de **29 de novembro de 2026.**
As provas objetivas constarão de 50 (cinquenta) questões com pesos 1,0 e 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital.
Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em cada uma das disciplinas.
As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.
A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO	29/11/2026 08h00min as 12h00min da manhã (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Os portões dos locais de realização das provas serão abertos com antecedência de 1h (uma hora) em relação ao horário fixado para o início de cada turno, sendo fechados impreterivelmente no horário de início das provas, conforme item 14.1.
Não será permitido, sob nenhuma hipótese, o ingresso de candidato(a) no local de prova após o horário fixado para o fechamento dos portões, independentemente do motivo alegado, tampouco será concedida tolerância de horário.
Recomenda-se ao(à) candidato(a) comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 1h (uma) hora em relação ao horário de fechamento dos portões, munido(a) de documento oficial de identificação com foto e dos demais itens exigidos neste Edital.
O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.
Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.
No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.
Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.
Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.
No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.
Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.
Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.
Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.
Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.
Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.
Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.
Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.
No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.

Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.

Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.

A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E AFERIÇÃO DE ALTURA

Serão convocadas para o Teste de Aptidão Física (TAF) e para a aferição de altura as pessoas candidatas aprovadas na prova objetiva e classificadas até a posição correspondente a 10 (dez) vezes o número de vagas imediatas previstas para o respectivo cargo, observada a modalidade de concorrência (ampla concorrência e pessoas com deficiência (PcD), incluindo-se as pessoas candidatas empatadas na última posição de convocação.
As pessoas candidatas não convocadas para o TAF e aferição de altura, na forma do subitem 15.1 deste edital, estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
A Aferição de Altura mínima exigida para o cargo, nos termos deste edital, de caráter eliminatório, terá seu resultado expresso pelo conceito “Apto” ou “Inapto”.
Será considerado(a) “Apto(a)” o(a) candidato(a) que obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homens e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
Será considerado(a) “Inapto” o(a) candidato(a) que não obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homens e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
A aferição de altura será realizada com o(a) candidato(a) descalço e sem meias.
O(a) candidato(a) considerado(a) “Inapto(a)” na Aferição de Altura será eliminado(a) desta 2ª Fase e, consequentemente, do concurso público.
O Teste de Aptidão Física, de presença/execução obrigatória e de caráter apenas eliminatório, visa a avaliar a capacidade mínima da pessoa candidata para suportar, física e organicamente, as atividades e demais exigências próprias do cargo de Guarda Civil Municipal.
O(a) candidato(a) será considerado, ao final do TAF, “Apto(a)” ou “Inapto(a)”.
Será considerado(a) “Apto(a)” no TAF o(a) candidato(a) que atingir a performance mínima nos quatro testes realizados.
Será considerado(a) “Inapto(a)” no TAF e, consequentemente, eliminado(a) do concurso público, o(a) candidato(a) que:
não apresentar o atestado médico específico, conforme o modelo constante do Anexo IV deste edital;
deixar de realizar algum dos testes;
não comparecer para a realização do TAF;
infringir qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos; ou
não obtiver o desempenho mínimo em qualquer um dos quatro testes, nos termos do estabelecido neste Edital.

O TAF será aplicado por comissão designada pelo IDIB, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas das pessoas candidatas, e profissionais graduados em Educação Física que tenham registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Para a realização do TAF será exigida da pessoa candidata a apresentação de atestado médico, conforme modelo disposto no Anexo IV deste edital.
O atestado médico, emitido há no máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de realização do TAF, deverá conter, expressamente, a informação de que a pessoa candidata está apto para realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física específicos do concurso, além de local, data, nome e número do CRM do profissional médico que elaborou o atestado, os quais poderão ser certificados mediante carimbo do médico ou impresso eletrônico, tudo devidamente legível, relativos ao médico que emitiu o atestado, acompanhado da assinatura do mesmo.
O atestado médico, de caráter eliminatório, comprova as condições físicas de saúde da pessoa candidata para que o mesmo possa ser submetido aos exercícios de capacidade física, não podendo constar nesse documento qualquer causa restritiva da realização de referidos exercícios, sendo que a não comprovação das condições de saúde para a realização desses resultará na consequente eliminação da pessoa candidata.
O atestado médico apresentado será retido pelo IDIB.
A pessoa candidata que deixar de apresentar o atestado médico, conforme modelo do Anexo IV deste edital, ou apresentar atestado médico no qual não conste, expressamente, que a pessoa candidata está apta a realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física deste concurso, será impedido de realizá-los, sendo, consequentemente, eliminado do concurso.
O atestado deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no momento da identificação, antes do início dos exercícios.
O atestado médico emitido digitalmente deverá ser levado impresso no dia do TAF. Deverá, ainda, conter a assinatura do profissional por certificação digital e o código de autenticação documental.
O Teste de Aptidão Física consistirá em 4 (quatro) exercícios de capacidade física, conforme disposto neste edital.
O(a) candidato(a) terá somente 1 (uma) tentativa de realizar cada exercício que compõe o Teste de Aptidão Física.
Os exercícios serão aplicados na forma sequencial, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, observando-se a ordem estabelecida neste edital para cada sexo – masculino e feminino, com intervalo mínimo de cinco minutos entre cada exercício.
A pessoa candidata, seja do sexo masculino ou feminino, que se recusar a realizar algum dos 4 (quatro) exercícios que compõem o TAF, deverá assinar o termo de desistência do exercício de capacidade física que não será realizado e, consequentemente, do Teste de Aptidão Física, sendo, portanto, eliminado do concurso.
Todos os exercícios que compõem o TAF serão gravados em vídeo pelo IDIB e o(a) candidato(a) que se recusar a ter o seu Teste de Aptidão Física gravado em vídeo será eliminado(a) do concurso.
A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições dos(as) candidatos(as) em cada exercício será, exclusivamente, realizada pela Banca Examinadora do IDIB.
As pessoas candidatas “Ausentes” no TAF serão eliminadas do concurso público.
As informações relativas à(s) data(s), ao(s) horário(s)/turma(s) e ao(s) local(ais) do TAF serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
É de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a convocação, assim como seu comparecimento, em dia, hora e local corretos, conforme Edital de Convocação divulgado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, na respectiva página do concurso.
A pessoa candidata somente poderá realizar o TAF na data, horário, local e sala constantes do Edital de Convocação, não podendo ser alegado qualquer espécie de desconhecimento para justificar o seu atraso ou a sua ausência ou a sua apresentação em dia, horário ou local diferentes dos estabelecidos no edital de convocação.
Não será permitida a realização do TAF em local, data, horário ou turma diferentes do previsto no Edital de Convocação.
Para a realização do TAF, a pessoa candidata deverá comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados em edital de convocação específico, com roupa apropriada para prática de atividade física, tais como camiseta, calção ou bermuda, tênis e meias, munido de

documento de identidade original, de acordo com o determinado neste edital, e de atestado médico (original ou cópia autenticada em cartório), específico para tal fim, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores ao TAF, conforme modelo e acordo com o modelo constante do Anexo IV deste edital, onde será submetido à identificação.

O aquecimento e/ou alongamento para realização dos testes físicos serão de responsabilidade da pessoa candidata, não sendo permitido o acompanhamento de qualquer pessoa estranha ao certame.

Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa candidata.

Não será fornecido lanche as pessoas candidatas nem haverá lanchonete disponível no local de realização do exame de aptidão física, sendo permitido aa pessoa candidata levar seu próprio lanche.

Nenhum candidato poderá se retirar do local de realização dos testes físicos sem a devida autorização dos membros do IDIB.

A pessoa candidata deverá assinar a lista de presença e o "Termo de Responsabilidade da pessoa candidata", fornecido no local do TAF. Esse termo não substitui a entrega do atestado médico, conforme o descrito neste Edital.

A pessoa candidata ao ingressar no local de realização do TAF, deverá manter qualquer aparelho eletrônico que esteja em sua posse acondicionado em invólucro indicado pelo IDIB, mantendo-o desligado, ainda que o sinal de alarme esteja no modo vibração ou silencioso.

Os objetos pessoais das pessoas candidatas, tais como bolsas, utensílios, sacolas ou similares ficarão em local indicado pela equipe do IDIB, responsável pela realização do TAF, sendo permitido apenas a utilização de equipamentos que permitam sua hidratação durante a realização dos testes físicos.

Caso as condições meteorológicas ou outro fato de força maior não permitam ou coloquem em risco a realização do TAF, o IDIB, desde que ouvida previamente a Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora do concurso, poderá interromper e/ou cancelar a realização dos testes físicos, com o objetivo de garantir a integridade física das pessoas candidatas, evitando prejuízos ao seu desempenho.

A nova data para realização do(s) teste(s) pelos(as) candidatos(as) que não puderam concluir ou realizá-lo(s) por força do disposto neste edital, será divulgada, oportunamente, pelo IDIB, mediante divulgação de um novo edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

O IDIB poderá reconhecer a existência de fatores de ordem técnica, não provocados pela pessoa candidata, que venham a prejudicar seu desempenho, sendo oportunizada a possibilidade de nova realização dos testes.

As pessoas candidatas que apresentarem casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estado menstrual, cãibras, indisposições, contusões, luxações, fraturas, etc.), que venham a impossibilitar a realização do TAF, não serão levados em consideração, para qualquer tipo de tratamento diferenciado.

A candidata que, no dia da realização do TAF, apresentar atestado médico que comprove seu estado de gravidez ou puerperal, será facultada nova data para a realização da referida Fase.

A realização do TAF ocorrerá após, no mínimo 60 (sessenta) dias, e, no máximo, 120 (cento e vinte) dias do término da gravidez, de acordo com a conveniência da Administração, sem prejuízo da participação nas demais Fases do concurso.

A candidata deverá comparecer ao local, na data e no horário de realização do TAF, munida de atestado médico original, ou de cópia autenticada em cartório, no qual deverá constar, expressamente, o estado de gravidez ou puerperal, o período gestacional em que se encontra, a data provável do parto, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitiu.

O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação da candidata para a realização do TAF, não sendo aceita a entrega de atestado médico em outro momento.

A candidata que não entregar o atestado médico citado neste edital e se recusar a realizar o TAF, alegando estado de gravidez ou puerperal, será eliminada do concurso.

A candidata que apresentar o atestado médico que comprove estado de gravidez ou puerperal e, ainda assim, desejar realizar o TAF, deverá apresentar atestado em que conste, expressamente, que a candidata está apta a realizar o TAF ou a realizar todos os exercícios físicos que o compõem.

Os atestados médicos serão retidos pelo IDIB e, em hipótese alguma, serão fornecidas cópias à candidata.

Caso a candidata seja eliminada nas Fases posteriores ao TAF, será automaticamente eliminada do certame, perdendo o direito de realizar o TAF no período especificado neste edital.

As candidatas enquadradas no disposto neste edital serão convocadas para a realização do TAF por meio de edital específico. A data de convocação respeitará o período especificado neste Edital.

O TAF consistirá em 04 (quatro) testes de aptidão física, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho da pessoa candidata em cada um deles.

A pessoa candidata que se recusar a realizar algum dos testes que compõem o TAF, deverá assinar termo de desistência do teste que não será realizado, sendo, portanto, eliminado do concurso.

O TAF consistirá em submeter a pessoa candidata a quatro testes a seguir especificados:

abdominal supra (para ambos os sexos);

flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos);

corrida de 12 min (para ambos os sexos);

flexão de braços na barra fixa para candidatos do sexo masculino e suspensão na Barra fixa para candidatas do sexo feminino.

Os testes serão aplicados de forma sequencial e no mesmo dia, sendo todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, com intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos entre as execuções.

Para fins de organização e logística as pessoas candidatas podem ser convocadas para realizar o TAF em turmas em dias diferentes, conforme edital de convocação.

A pessoa candidata que realizar o TAF só conhecerá o resultado do referido exame por meio da divulgação do resultado preliminar da respectiva Fase.

A pessoa candidata que infringir qualquer proibição prevista neste Edital, independentemente do resultado dos testes, será eliminado do concurso.

Caberá ao IDIB formar e contratar a banca examinadora, composta de profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física (CREF), com habilitação plena em Educação Física.

Não haverá adaptação do TAF às condições da pessoa candidata, de modo que não ocorrerá tratamento diferenciado a nenhum candidato, independentemente das circunstâncias alegadas ou de situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e(ou) orgânica da pessoa candidata, ocasionadas antes ou durante a realização do exame de aptidão física, ou seja, a pessoa candidata deverá realizar os testes de acordo com o previsto no edital de abertura e de convocação.

As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Edital serão esclarecidos juntamente à Comissão de Acompanhamento do Concurso.

Os imprevistos ocorridos durante a realização do exame de aptidão física serão dirimidos pelo coordenador da banca examinadora.

A critério da Administração, a realização do TAF poderá ser remarcada, desde que devidamente justificada.

Os resultados preliminar e definitivo serão divulgados em datas prévia e oportunamente divulgadas no edital de convocação para esta Fase, por meio do endereço eletrônico **www.idib.org.br**, sendo assegurado aa pessoa candidata a interposição de recurso no período de 2 (dois) dias, a contar da data de divulgação do referido resultado preliminar.

DA DESCRIÇÃO DOS TESTES QUE COMPÕEM O TAF

Abdominal supra 30(trinta) repetições para sexo masculino e 27(vinte e sete) repetições para sexo feminino.

com limite de tempo: 01 (um) minuto para ambos os sexos;

posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado(a) em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, sem uso de outro apoio, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá se colocar ao lado do(a) avaliado(a), posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do(a) mesmo(a) a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício;

execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, sem interrupção do movimento, em um tempo máximo de 1(um) minutos. O ritmo das flexões abdominais, será opção do(a) candidato(a); e

o(a) candidato(a) não poderá obter impulso com os braços, afastando-os do tronco e, tampouco, retirar os quadris e os pés do solo, durante a execução do exercício.

Flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos)

DO TESTE DE FLEXO-EXTENSÃO DE COTOVELOS NO SOLO DE QUATRO APOIOS PARA CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO

O teste de flexão de cotovelos no solo de quatro apoios, para candidatos do sexo masculino, deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.

Como posição inicial, a pessoa candidata deve se posicionar em solo plano, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, pontas dos pés em contato com o solo e pernas estendidas. O posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.

Para a execução, a pessoa candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a pessoa candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos e pontas dos pés e deverá manter tronco, quadris e membros inferiores completamente alinhados na horizontal. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.

A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:

o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;

a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado como uma repetição;

o auxiliar da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas.

Não será permitido aa pessoa candidata, quando da realização do teste:

mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;

não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;

tocar parte do corpo, exceto pontas dos pés e mãos, no solo após o início das execuções;

após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.

Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.

Para ser considerado “apto”, a pessoa candidata deverá executar 20 (vinte) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos desde que a pessoa candidata permaneça na posição inicial.

A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

Do Teste de Flexo-Extensão de Cotovelos no solo de seis apoios para candidatas do sexo feminino

O teste de flexão de cotovelos no solo de seis apoios (para candidatas do sexo feminino) deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.

Caso a candidata encoste com qualquer parte do corpo no solo, exceto as mãos, joelhos e pontas dos pés, durante a execução, a contagem será encerrada.

Como posição inicial, a candidata deve se posicionar em solo plano, com apoio de um colchonete, em decúbito ventral, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, joelhos unidos e flexionados e pés em contato com o solo, o posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.

Para execução, ao comando de "iniciar", a candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos, joelhos e pés, a qual deverá manter tronco e quadris em linha reta. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.

A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:

o movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos;

a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado no desempenho da candidata.

Não será permitido à candidata, quando da realização do teste de flexão de braço:

mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;

não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;

tocar qualquer parte do corpo, exceto pontas dos pés, joelhos e mãos, no solo após o início das execuções;

após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.

Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.

Para ser considerada “apta”, a candidata deverá executar 18 (dezoito) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos, desde que a candidata permaneça na posição inicial.

A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

Corrida de 12min (para ambos os sexos)

traje – esportivo, com qualquer tipo de tênis;

execução: partindo da posição inicial de pé, a pessoa candidata deverá correr ou andar a distância máxima que conseguir, no tempo de 12 min, podendo interromper ou modificar seu ritmo;

a prova deverá ser realizada em piso duro (asfalto ou similar) e predominantemente plano; para a marcação da distância, deverá ser utilizada uma trena de 50 (cinquenta) ou 100 (cem) metros, anteriormente aferida;
é permitido ao(à) candidato(a) o uso de qualquer tipo de tênis; e
é proibido, a quem quer que seja, acompanhar o executante para ajudá-lo, em qualquer momento da prova.

Flexão de braços na barra fixa (para ambos os sexos)

Do teste dinâmico de barra fixa para candidatos do sexo masculino

A metodologia de preparação e execução do teste dinâmico de barra fixa para as pessoas candidatas do sexo masculino obedecerá aos seguintes critérios:
para posição inicial, ao comando "em posição", a pessoa candidata deverá dependurar-se na barra, com pegada livre (pronação e supinação) e braços estendidos, devendo manter o corpo na vertical e sem contato com o solo;
para a execução, ao comando "iniciar", ao comando "iniciar", a pessoa candidata deverá flexionar os cotovelos, elevando o seu corpo até que o queixo ultrapasse o nível da barra, sem tocar a barra com o queixo. Em seguida, deverá estender novamente os cotovelos, baixando o seu corpo até a posição inicial. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.
durante a execução do teste, a contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:
O teste somente será iniciado com a pessoa candidata na posição inicial e após o comando dado pelo fiscal da banca examinadora;
Cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos – somente após cumprir todas as etapas será contada como uma execução completa;
A não extensão total dos cotovelos será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho da pessoa candidata;
O movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;
O movimento deve ser dinâmico;
O fiscal da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas;
ao final da execução, o fiscal avisará o total de repetições válidas, sendo consideradas inválidas as repetições em que:
A pessoa candidata perca o contato das mãos com a barra; e
A pessoa candidata incorra em quaisquer das proibições elencadas no subitem 16.9.1.2 deste Edital
Não será permitido aa pessoa candidata, quando da realização do teste dinâmico de barra fixa:
tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;
após o início do teste, receber qualquer tipo de ajuda física;
utilizar luva(s) ou qualquer outro material para a proteção das mãos;
apoiar o queixo na barra;
movimentos de pernas e quadris (os joelhos poderão ser flexionados, desde que não ultrapassem o ângulo de 90°);
utilizar impulso de braços e tronco para frente e para cima, levando o peito para cima;
realizar a "pedalada";
realizar o "chute";
realizar o "butterfly";
não manter o cabeça, o tronco e o quadril completamente na posição vertical;
estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores.
Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.
A contagem oficial a ser considerada será somente a realizada pela banca examinadora.
Será considerado "apto" a pessoa candidata que atingir a quantidade de repetições especificada no quadro abaixo*:*

MASCULINO

5 (cinco) repetições

DO TESTE ESTÁTICO DE BARRA FIXA PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO

A metodologia de preparação e execução do teste estático de barra fixa para as candidatas do sexo feminino obedecerá aos seguintes critérios:
para posição inicial, ao comando "em posição", a candidata deverá dependurar-se na barra com pegada pronada, mantendo os braços flexionados, o corpo na vertical e o queixo acima da parte superior da barra, sem nela apoiar-se, com ajuda de um ponto de apoio;
para a execução, ao comando "iniciar", o ponto de apoio é retirado e será iniciada a cronometragem do tempo de permanência da candidata na posição, devendo a candidata permanecer sustentada apenas com o esforço de seus membros superiores, com os dois braços completamente flexionados e queixo acima da parte superior da barra, mas sem tocar a barra com o queixo, corpo na posição vertical, pernas estendidas, devendo manter nesta posição por 10 (dez) segundos completos, sob pena de eliminação;
ao final da execução do teste, o fiscal avisará o tempo decorrido, sendo a cronometragem encerrada quando:
A candidata permanecer o tempo necessário para ser considerada "apta";
A candidata ceder à sustentação, deixando o queixo ficar abaixo da parte superior da barra, ou tocar a barra com o queixo;
Flexionar joelhos ou quadril;
Descumprir qualquer exigência para a realização deste teste.
Não será permitido à candidata, quando da realização do teste estático de barra fixa:
tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções, sendo permitida a flexão de joelhos para evitar o toque no solo;
após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
utilizar luva(s) ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;
permitir que o queixo fique abaixo da parte superior da barra;
apoiar o queixo na barra;
realizar a "pedalada";
realizar o "chute";
estender o pescoço;
não manter o corpo completamente na posição vertical, com exceção nos casos em que o auxiliar de banca examinadora permitir expressamente a flexão de joelhos, para evitar que as candidatas mais altas toquem os pés no solo estando na posição inicial.
Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal travará de imediato o seu cronômetro e registrará o tempo obtido até o momento em que o exercício estava sendo realizado de maneira prevista neste Edital.
O fiscal informará à candidata quando esta atingir o tempo exigido neste Edital.
O tempo oficial de realização do exercício será somente o computado pela banca examinadora.
Só será contado o tempo em que a candidata estiver na posição correta prevista neste Edital.
Será considerada "apta" a candidata que atingir o tempo em suspensão especificado no quadro abaixo:

FEMININO

Suspensão 15 (quinze) segundos

As atividades físicas serão distribuídas de acordo com os quadros abaixo:

ATIVIDADE	ÍNDICE MÍNIMO	
	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Corrida de 12 min	2.400 m (dois mil e quatrocentos metros)	1.600 m (um mil e seiscentos metros)
Flexão de braços na barra fixa	5 (cinco) repetições	Suspensão 15 (quinze) segundos
Flexão de braços sobre o solo	20(vinte) repetições	20 (vinte) repetições
Abdominal supra	30 (trinta) repetições	27 (vinte e sete) repetições

O aquecimento e a preparação para o Teste de Aptidão Física são de responsabilidade da própria pessoa candidata, não podendo interferir no andamento da avaliação.

Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério da banca examinadora, o Teste de Aptidão Física poderá ser adiado ou interrompido, importando na fixação de novo horário e ou data que serão divulgados aAs pessoas candidatas presentes que não tenham feito o teste no site da organizadora.

Não haverá segunda chamada, independente do motivo alegado pela pessoa candidata, nem realização do Teste de Aptidão Física fora da data e horário estabelecidos no edital de convocação para o Teste.

Será considerado REPROVADO no teste de capacidade física e, consequentemente, eliminado do concurso público a pessoa candidata que:

faltar ou deixar de realizar algum dos testes no dia e horários marcados;

não alcançar os índices mínimos exigidos para qualquer um dos testes.

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

De caráter eliminatório, a avaliação psicológica consistirá na aplicação de um conjunto de procedimentos científicos, que permitem identificar aspectos psicológicos da pessoa candidata.

Somente serão convocados para a 3ª etapa – Avaliação Psicológica, as pessoas candidatas que forem considerados aptos no teste de aptidão física.

Para o número de vagas e o cadastro reserva, as pessoas candidatas se submeterão os Testes de Avaliação Psicológica, assim como no Teste de Aptidão Física a luz do Art. 37 inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil.

Esta Fase será executada pelo IDIB.

As pessoas candidatas não convocados para esta Fase estarão automaticamente desclassificados e eliminados do concurso público.

As pessoas candidatas deverão comparecer ao local da Avaliação com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto (original), conforme este edital, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

No caso de perda ou roubo do documento de identidade, a pessoa candidata deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da Avaliação Psicológica e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital, assinatura e fotografia.

Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da Avaliação Psicológica após o horário fixado para o seu início.

Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta Fase do certame.

Aplica-se ao dia de realização da Avaliação Psicológica o disposto neste edital, no que couber.

As datas de realização desta Fase serão comunicadas oportuna e previamente via edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

Antes do ingresso na sala da Avaliação Psicológica, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

A Avaliação Psicológica consistirá no emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas da pessoa candidata, através de testes objetivos, específicos e padronizados para avaliar:

Ponto avaliado	Conceito Esperado
inteligência geral;	ADEQUADA
capacidade de relacionamento interpessoal	ELEVADO
capacidade de improvisação	ADEQUADA
bom controle emocional	BOM
agressividade controlada, bem canalizada	ADEQUADA
sinais de fobia	AUSENTE
impulsividade	DIMINUÍDA
memória auditiva e visual	ADEQUADA
grau de iniciativa e decisão	ADEQUADO
capacidade de liderança	BOM
Capacidade de comunicação	ADEQUADA

A Avaliação Psicológica terá caráter unicamente eliminatório, e a pessoa candidata será considerado "Apto" ou "Inapto" para o desempenho eficiente das atividades do cargo para o qual está prestando o presente concurso público, exclusivamente.

A Avaliação Psicológica ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 9.739/2019 e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016, nº 09/2018 e nº 06/2019.

A avaliação psicológica compreenderá a aplicação coletiva de instrumentos capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos da pessoa candidata para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

A avaliação psicológica será realizada por banca examinadora constituída por membros regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

A banca examinadora deverá utilizar-se de testes psicológicos validados no país e aprovados pelo CFP, em conformidade com a Resolução nº 009/2018, bem como aplicá-los em conformidade com as normas em vigor para testagem.

A inaptidão da pessoa candidata na Avaliação Psicológica não significará, necessariamente, incapacidade intelectual e/ou existência de transtornos de personalidade, indicando apenas que não atendeu, à época dos exames, aos requisitos e/ou perfil exigidos para o exercício do cargo pretendido.

Os resultados finais serão obtidos por meio da análise técnica global de todo o material produzido pela pessoa candidata, sendo observadas as orientações e parâmetros contidos nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados nas avaliações.

Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar características restritivas ou impeditivas e/ou não apresentar características de personalidade, capacidade intelectual, habilidades específicas, isolada ou cumulativamente, de acordo com os requisitos psicológicos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

A pessoa candidata que não comparecer à realização da avaliação psicológica, ou que não apresentar os requisitos psicológicos necessários ao exercício do cargo, conforme perfil profissiográfico (Inapto), será eliminado do concurso.

Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado a pessoa candidata.
É recomendado que a pessoa candidata durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida Fase.
Será assegurado aa pessoa candidata considerado "Inapto" conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão, por meio da Entrevista Devolutiva.
A Entrevista Devolutiva é o procedimento técnico no qual um psicólogo, contratado pelo IDIB, explica aa pessoa candidata o seu resultado e esclarece suas eventuais dúvidas, de caráter exclusivamente informativo.
O resultado obtido na avaliação psicológica poderá ser conhecido apenas pela pessoa candidata ou pela pessoa candidata, com o auxílio de um psicólogo, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo ou representá-lo, no local e perante psicólogo designado pelo IDIB.
O psicólogo contratado pela pessoa candidata, se for o caso, deverá apresentar, na Entrevista Devolutiva, comprovação de registro no Conselho Regional de Psicologia, por meio da Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.
Não será permitido aa pessoa candidata, nem ao psicólogo contratado, gravar a Entrevista Devolutiva e nem retirar, fotografar ou reproduzir os manuais técnicos, os testes psicológicos, as folhas de respostas da pessoa candidata e/ou qualquer outro material apresentado durante a entrevista.
A Entrevista Devolutiva será realizada de forma presencial ou telepresencial, nos termos do edital de convocação.
A publicação do resultado na Avaliação Psicológica listará apenas As pessoas candidatas considerados "Aptos", em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 002/2016 do CFP.
Os resultados preliminar e definitivo da avaliação psicológica serão divulgados em datas informadas no edital de convocação para esta Fase, no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
A pessoa candidata considerado "Inapto" que desejar interpor recursos contra o resultado preliminar da Avaliação Psicológica disporá de 2 (dois) dias para fazê-lo, por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**.
Será emitido Laudo Psicológico apenas para aqueles candidatos considerados que tiverem o resultado considerado "inapto", tendo participado ou não da entrevista devolutiva.
Outras informações inerentes à Avaliação Psicológica estarão contidas em edital de convocação específico para esta Fase, a ser divulgado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

DOS EXAMES MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A 4ª Fase do concurso, de caráter eliminatório, objetiva aferir, por meio de documentação e exames apresentados, se a pessoa candidata goza de boa saúde física e psíquica para suportar os exercícios a que será submetido para desempenhar as atribuições típicas do cargo.
Esta Fase será executada pelo IDIB.
Serão convocados para participar desta 4ª Fase todos As pessoas candidatas que obtiverem o resultado como "apto" na 3ª Fase – Avaliação Psicológica deste concurso.
As pessoas candidatas serão convocadas a apresentar os exames desta 4ª Fase de forma presencial, por meio de edital de convocação específico, a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, em data oportunamente divulgada por meio de edital.
Os exames solicitados para esta Fase de Avaliação de Saúde serão providenciados pela própria pessoa candidata, devendo permitir a avaliação da condição de saúde da pessoa candidata e da aptidão para o exercício de cargo da área da segurança.
A critério da comissão avaliadora da Avaliação de Saúde, poderão ser solicitados exames complementares aos constantes deste edital.
Os relatórios das avaliações médicas especializadas, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
Não serão recebidos os documentos médicos relacionados no subitem 18.5 deste edital fora do período estabelecido para entrega.
A partir da análise e conferência dos exames laboratoriais e complementares, a pessoa candidata será considerada "apta" ou "inapta", conforme definições a seguir:
"Apta" para a pessoa candidata que fez a entrega de todas os documentos médicos relacionadas neste Edital dentro do prazo estabelecido e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma das "condições incapacitantes".
"Inapta Temporária" para a pessoa candidata que, a critério da banca examinadora da Fase de Exame Médico, tenha que providenciar de imediato avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato e às suas custas, novo(s) exame(s) complementar(es) não relacionadas no subitem 18.5 deste edital, que se torne(m) necessária(s) para firmar um diagnóstico, visando a dirimir eventuais dúvidas, sendo este candidato convocado para uma nova apresentação em data estabelecida.
"Inapto" para a pessoa candidata que não satisfizer, pelo menos, uma das condições descritas na alínea "a" deste subitem 18.4 do edital ou, tendo sido considerado Inapto Temporário sua situação não tenha sido revertida satisfatoriamente.
As requisições para a avaliação Médica são as seguintes:
hemograma completo com plaquetas;
grupo sanguíneo;
fator Rh;
dosagens de glicose, ureia, creatinina, ácido úrico, AST e ALT;
sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência;
HBSAG;
Anti-HBC-IGG;
VDRL;
coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria);
exame de Urina (Sumário);
ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo);
eletrocardiograma (imagem e laudo);
eletroencefalograma (imagem e laudo);
ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo);
audiometria;
exame oftalmológico (acuidade visual, tonometria, senso cromático, fundo de olho, biomicroscopia);
laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular;
laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra;
raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo);
raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo);
raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo);
radiografia extrabucal;
exame toxicológico de larga janela.

Em todos os exames laboratoriais e complementares e nos laudos médicos decorrentes de exames médicos especializados, além do nome, CPF e/ou nº do documento de Identificação e data de nascimento da pessoa candidata, deverão constar obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o número do registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.
No caso dos exames de imagem e radiológicos, além do laudo médico descritivo, a pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, apresentar as imagens nítidas e em alta resolução.
Os relatórios dos exames médicos especializados, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
Toda a documentação apresentada pela pessoa candidata convocado será analisada por Bancas Examinadoras compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina.
Quanto ao Exame Toxicológico, de caráter confidencial, a ser realizado e custeado pela pessoa candidata, devem ser observadas as orientações a seguir descritas, e o que for estabelecido no Edital de Convocação específico para esta 4ª Fase:
deverá ser do tipo de "larga janela de detecção", que acuse uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de dependência química ou psíquica de qualquer natureza, e deverá apresentar resultado negativo para um período mínimo de 90 (noventa) dias anteriores à data da coleta, abrangendo os seguintes grupos de drogas: cocaína e derivados; maconha e derivados; metanfetaminas; anfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiácios e derivados; e peniciclidina (PCP);
deverá ser realizado em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos, exclusivamente cabelos ou pelos, doados pela pessoa candidata, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento de resultados e estabelecimento de contraprova;
o resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará sigiloso junto ao IDIB, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

18.6.1. O resultado da análise do Exame Toxicológico será expresso por uma das seguintes menções:
a) "Apta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico;
b) "Inapta Temporária" para a pessoa candidata que estiver impossibilitado de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido.
c) "Inapta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.
As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam a pessoa candidata para o exercício do cargo, conforme indicado no subitem 18.8 deste edital, serão considerados para efeito de eliminação no concurso público.
A seguir estão listadas as condições incapacitantes para a posse no cargo, juntamente com os índices mínimos e as causas de inabilitação na Avaliação Médica:
Cabeça e pescoço: tumores malignos na área da cabeça e do pescoço; deformidade congênita na área da cabeça e do pescoço ou cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo ofertado no concurso, na área de cabeça e pescoço; alterações estruturais da glândula tireoide, associadas ou não a sinais clínicos de hipertireoidismo.
Ouvidos, nariz e faringe: deformidades congênitas que comprometam o bom desempenho das funções do cargo, tartamudez que comprometa a comunicação oral básica. a) Na prova com audiômetro de tom puro, a pessoa candidata não deve ter deficiência de percepção auditiva em cada ouvido, separadamente, maior que 35dB em nenhuma das três frequências 500, 1000, 2000Hz, nem maior que 50dB nas frequências acima de 3000Hz.
Olhos e visão: opacificações corneanas, ceratocone e ceratopatias; glaucomas; doenças congênitas ou adquiridas; estrabismo (superior a 10 D prismática); doenças e lesões de retina; doenças neurológicas que afetam os olhos; discromatopsia completa; pacientes com catarata ou operados de cataratas com ou sem Lio; AV s/c inferior a 20/100 em cada olho ou até 20/200 em um olho, desde que o outro seja superior ou igual a 20/60, A AV c/c em todos os casos deve ser 20/20 em pelo menos um olho e superior ou igual a 20/40 no outro olho. IV. Pele e tecido celular subcutâneo: infecções bacterianas micóticas crônicas ou recidivantes, micoses extensas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronificados ou infectados, expressões cutâneas das doenças autoimunes; manifestações de doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo; hanseníase; tatuagem(ns) que expresse(m) violação aos valores constitucionais, em especial aquelas que apresentam ideologias terroristas, extremistas e/ou contrárias às instituições democráticas, que incitem a violência e/ou a criminalidade, ou incentivem a discriminação ou preconceitos de raça e gênero, ou qualquer outra forma de intolerância (Recurso Extraordinário 898.450/SP, de 17 de agosto de 2016, com repercussão geral reconhecida).
Pulmões e paredes torácicas: deformidade relevante congênita ou adquirida, função respiratória prejudicada, doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior; fístulas e fibroses pulmonares difusas; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura.
Sistema cardiovascular: cardiopatias congênitas, miocardites e endocardites; doenças do pericárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; doenças oro-valvulares; doenças venosas arteriais e linfáticas; hipertensão arterial de acordo com a definição da OMS; miocardiopatias; insuficiência cardíaca; alterações eletrocardiográficas, tais como: dissociação AV; extra-sístoles muito frequentes; alterações isquêmicas; taquicardias paroxísticas; bloqueios sinoatriais; ritmos de substituição; doenças do nódulo sinusal; bloqueio do ramo esquerdo; bloqueio de ramo direito; bloqueio atrioventricular; flutter e fibrilação atrial; síndromes de pré-excitação; sobrecarga ventricular direita e esquerda; crescimentos atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.
Abdome e trato digestório: anormalidades aparentes (ex.: hérnia, fístulas) à inspeção ou palpação visceromegalias; micose profunda; história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; distúrbios funcionais desde que significativos; tumores benignos e malignos.
Aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália; rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis em exame de urina; criptorquidia; varicocele volumosa e/ou dolorosa; doença sexualmente transmissível em atividade.
Aparelho osteomioarticular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas; traumáticas e degenerativas; desvio ou curvaturas anormais e significativas da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração da estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia; pé plano espástico desde que comprometa a locomoção, lesões ligamentares, condromalacia de patela e outras doenças incapacitantes para as atividades do cargo.
Doenças metabólicas e endócrinas: diabetes melito descompensada; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária; disfunção tireoidiana sintomática; tumores da tireoide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumor de supra renal e sua disfunção congênita ou adquirida; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbio do metabolismo do cálcio e do fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; crescimento e desenvolvimento anormais, em desacordo com a idade cronológica.
Sangue e órgãos hematopoéticos: alterações significativas do sangue; órgãos hematopoéticos; doenças hemorrágicas.

Doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias; incoordenação; tremores; distúrbios de movimento; paresias e paralisias; atrofias e fraquezas musculares; histórias de síndrome convulsiva; distúrbio da consciência; comportamentais e da personalidade.
Tumores e neoplasias:
qualquer tumor maligno.
tumores benignos, conforme a localização, a repercussão funcional e o potencial evolutivo.
se o médico julgar insignificante a existência de pequenos tumores benignos (ex.: cistos sebáceos, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

Condições ginecológicas: neoplasias malignas; cistos ovarianos não funcionais; lesões uterinas e todas as patologias ginecológicas adquiridas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencial mórbido; anormalidades congênitas com repercussão funcional ou com potencial para morbidade; mastites específicas; tumor maligno da mama; endometriose comprovada.
Aparelho locomotor: será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar:
deformidades e/ou desvios em quaisquer planos do eixo normal da coluna vertebral, repercussão funcional (escoliose, cifose, hiperlordose, inversão da lordose);
deformidades ou sequelas de fraturas com comprometimento do alinhamento, simetria e função do segmento afetado;
alterações acentuadas do alinhamento dos membros superiores e/ou inferiores (genuvalgo, genuvaro, genu recurvatum, cúbito-valgo, cúbito varo);
comprometimento funcional articular (bloqueio da flexão, extensão, pronação, supinação); rotação lateral e medial traumática ou congênita, restrição de função em decorrência de luxação recidivante, em qualquer segmento, operada ou não;
deformidades congênitas ou adquiridas dos pés, por exemplo: pé cavo, hálux-vago, háluxvaro, hálux rígidus, sequelas de pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquileia, dedo extranumerário;
ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;
sequelas de patologias congênitas, com repercussão funcional;
deformidades esqueléticas acentuadas (tumorações; hipertrofias; ossos supranumerários).
Coluna lombo sacra: Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar em seus exames radiológicos de coluna lombossacra:
escoliose tóraco lombar;
cifose dorsal;
inversão das curvaturas fisiológicas da coluna vertebral;
má formação congênita isolada ou associada (tais como: espinha bífida, vértebra de transição mega apófise neo articulada ou não ao sacro);
tumoração óssea;
doença inflamatória;
doença infecciosa;
presença de prótese cirúrgica ou sequelas de cirurgia e de fratura.

DOS EXAMES ODONTOLÓGICOS

Ortopantomografia (Raio x panorâmico), com período de realização de no máximo 30 dias antes da Avalição de Saúde.
Série completa de periapicais, com período de realização de no máximo 30 dias antes da Inspeção de Saúde.
Será eliminado desta Fase de Avaliação de Saúde e, consequentemente, do concurso público a pessoa candidata que:
não apresentar documentação/exames/laudos exigidos em conformidade com este edital, ou qualquer outro documento que porventura venha a ser solicitado pela Banca Examinadora, na forma e no prazo estabelecidos;
for considerado "inapto", conforme condições incapacitantes relacionadas no subitem 18.8 deste edital.
Casos de Exclusão Odontológica
Estado sanitário bucal deficiente, infecções, neoplasias, deformidades estruturais como fissuras labiais ou labiopalatinas não reabilitadas.
Prognatismo mandibular e/ou maxilar bem como micrognatismo que possam comprometer a estabilidade e a função mastigatória.
Quando os dentes forem artificiais: se prótese, fixa unitária ou múltipla, deverá estar aceitável funcionalmente; se parcial removível, deverá restabelecer funcionalmente a pessoa candidata, apresentar boa retenção e estabilidade e estar com sua estrutura metálica e plástica em condições aceitáveis. A pessoa candidata deverá ser portadora de 20 (vinte) dentes naturais, sendo 10 (dez) dentes por cada arcada dentária, completando-se com dentes artificiais. Nestes 20 (vinte) dentes é obrigatória a existência de 4 (quatro) caninos e dos incisivos superiores; poderá ser tolerada a ausência de um ou mais dentes, quando se tratar de anodontia; quando os dentes forem naturais: deverão ser hígidos ou estarem restaurados com material restaurador definitivo, não ser portador de periodontopatias, raízes residuais, fístulas ou lesões dos tecidos moles.
Os resultados preliminar e definitivo da Fase de Avaliação de Saúde, com lista nominal das pessoas candidatas "aptos", serão publicados em datas previamente informadas no edital de convocação, no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Caberá recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Saúde no prazo de 2 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da sua divulgação, por meio da Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Outras informações a respeito da Avaliação de Saúde constarão do Edital de Convocação específico para esta Fase, a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

De caráter eliminatório, a investigação social e/ou funcional visa a apurar se a pessoa candidata apresenta procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável no meio social em que convive, bem como se a pessoa candidata preenche os requisitos para investidura no cargo, em especial os previstos neste edital.
A realização da Investigação Social ficará ao encargo da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
As pessoas candidatas que forem considerados recomendados na 3ª etapa – Avaliação psicológica, serão convocados para entregar cópias de seus documentos pessoais e outros documentos que serão solicitados oportunamente, bem como, para preencherem suas respectivas Fichas Individuais e de Informações Confidenciais (FIIC). Esta ficha será entregue a cada candidato sendo de responsabilidade do mesmo o preenchimento e a devolução no prazo estabelecido.
A comissão responsável pela Investigação Social poderá requisitar apoio policial para a realização dos trabalhos.
Será eliminado do concurso a pessoa candidata que for considerado não-recomendado na investigação social e/ou funcional.
Também, será eliminado do Concurso Público a pessoa candidata que não entregar devidamente preenchida sua FIIC ou que tiver omitido ou faltado com a verdade quando do seu preenchimento.
A pessoa candidata terá direito ao conhecimento dos motivos de sua eliminação, bem como à apresentação de recurso.
O edital específico contendo calendário, relação de documentos e outras informações que se julgarem necessárias, serão divulgados por ocasião da publicação do resultado da terceira etapa no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Não haverá reclassificação das pessoas candidatas, salvo, por inaptidão de algum concorrente.

DA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

A classificação parcial consiste no ordenamento das pessoas candidatas não eliminados após o cumprimento das 04 (quatro) primeiras fases que correspondem a primeira etapa do concurso, a qual servirá de base para a convocação para as fases da 2ª Etapa.
Para esta classificação será levada em consideração a classificação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
As pessoas candidatas classificados serão convocados para participar da 6ª Etapa – Curso de Formação Profissional de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cruzeta.

DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O curso de formação profissional, de caráter eliminatório, será regulado por ato especificamente publicado para esse fim, com carga horária total em conformidade com a matriz curricular nacional para formação das Guardas Municipais, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, com fulcro no art. 11 da Lei Federal nº 13.022/2014.
O curso de formação será executado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, que poderá indicar um estabelecimento de ensino policial ou centro de formação para guardas municipais, conforme previsão do art. 6º, § 3º, da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, c/c, art. 12 da Lei Federal nº 13.022/2014.
Serão convocados por edital específico para realizarem suas matrículas no curso de formação, as pessoas candidatas que após a realização da 5ª etapa estiverem classificados dentro do número de vagas previsto neste edital.
certificado de conclusão de ensino médio (antigo 2.º grau) ou declaração de estar cursando nível superior ou certificado de conclusão de nível superior emitido por instituição oficial de ensino reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação.
carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria “B” ou superior.
carteira de Identidade;
CPF;
título de eleitor com comprovante de votação na última eleição e/ou justificativa de não votação, em ambos os turnos, se for o caso;
comprovante de quitação com as obrigações militares, para as pessoas candidatas do sexo masculino;
duas fotos 5x7, recentes, de frente, coloridas, fundo branco.

As pessoas candidatas convocados que não realizarem sua matrícula no curso de formação serão considerados eliminados no concurso.
As pessoas candidatas que estiverem classificados além do número de vagas não serão convocadas para o curso de formação, ficando condicionada sua convocação a não realização da matrícula no curso de formação de algum candidato convocado ou à oportunidade e à conveniência da Administração, respeitada a legislação vigente.
Será Considerado reprovado no curso de formação profissional, e consequentemente eliminado do concurso, a pessoa candidata que não obtiver no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento nas avaliações aplicadas ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela comissão organizadora do curso de formação.
O curso de formação terá como resultado aprovado ou reprovado, observando-se o disposto no item anterior. Não haverá reclassificação das pessoas candidatas por força na nota obtida no curso de formação, salvo as reclassificações por reprovação de algum concorrente.
Após a conclusão do curso de formação profissional será divulgada a classificação final das pessoas candidatas que será estabelecida pela ordem decrescente da respectiva pontuação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
Após a participação no curso de formação profissional, as pessoas candidatas aprovados estarão aptos a serem nomeados para os seus respectivos cargos observando-se a classificação final definida conforme o item anterior.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo VI deste Edital;
O Anexo VI, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

A nota final das pessoas candidatas neste concurso será a soma das notas obtidas nas fases previstas neste edital.
As pessoas candidatas serão ordenadas de acordo com os valores decrescentes das notas finais obtidas nas provas e classificados após a aplicação dos critérios de desempate constantes do subitem 23.4 deste edital.
Os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.
Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência, na seguinte ordem, a pessoa candidata que:
obtiver maior pontuação total nas questões da Área de Conhecimento Específico;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina de Língua Portuguesa;
tiver maior idade;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei nº 11.689/2008).

As pessoas candidatas que seguirem empatados até a aplicação do critério de desempate pela maior idade serão convocados, antes do resultado definitivo, para apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
As pessoas candidatas convocados que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas que seguirem empatados até a aplicação do critério de desempate por desempenho da função de jurado, serão convocados, antes do resultado final do concurso, para confirmar o exercício da atividade de jurado e, se existente, a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado, serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

DOS RECURSOS

Caberá recurso contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, as relações preliminares de inscritos (Ampla concorrência e Atendimento Especial), o gabarito oficial preliminar e os resultados preliminares de todas as fases que compõem este concurso.

O prazo para impetração de recurso será de 2 (dois) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao das publicações citadas no subitem 24.1 deste edital.
A interposição de recurso deverá ser feita por meio da Área para Candidatos acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, com acesso através do fornecimento de dados referentes à inscrição e apenas durante o prazo recursal previsto no cronograma previsto de atividades.
Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
Todos os recursos impetrados contra o gabarito preliminar das provas objetivas serão analisados e as justificativas de alteração/anulação de gabarito serão avaliadas pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
A resposta ao recurso impetrado será disponibilizada aa pessoa candidata recorrente por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo site **www.idib.org.br.**
Se do exame de recursos resultar anulação de questão integrante de prova objetiva, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos As pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração, por força de recurso, de gabarito oficial preliminar de questão integrante da prova objetiva, essa alteração valerá para todos as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
O recurso deverá ser individual, por questão ou avaliação, com a indicação daquilo em que a pessoa candidata se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supramencionado.
A pessoa candidata deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
Não será aceito recurso por meio diverso ao que determina este edital.
Serão indeferidos os recursos:
cujo teor desrespeite a Banca Examinadora e/ou a Comissão Organizadora;
que estejam em desacordo com as especificações contidas neste item do edital;
cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;
sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
com dados incompletos;
encaminhados vias postal, e-mail, imprensa e/ou de "redes sociais online".
A decisão da banca examinadora do recurso impetrado será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais.
Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos, recurso de gabarito oficial definitivo e/ou recurso de resultado definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.
O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
Os resultados preliminares e definitivos do concurso serão publicados na página do concurso, acessível pelo site **www.idib.org.br**, nas datas previstas no Anexo VI deste edital, bem como nas que ainda serão divulgadas oportunamente.

DA NOMEAÇÃO, LOTAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Por ocasião da convocação que antecede a posse, as pessoas candidatas classificados deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição.
A convocação de que trata o subitem 25.1 acima será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
A pessoa candidata, além de atender aos requisitos exigidos neste Edital, deverá apresentar, necessariamente, até o ato da posse, os seguintes documentos originais e suas fotocópias:
Carteira de Trabalho e Previdência Social;
Cópias autenticadas em cartório de Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
Título de Eleitor acompanhado do comprovante de votação na última eleição;
Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação para candidatos do sexo masculino;
Cédula de Identidade – RG ou RNE;
2 (duas) fotos 3 x 4 recentes, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro;
Cadastro de Pessoa Física –CPF;
Comprovação de escolaridade e/ou Autorização Legal para o exercício da profissão, de acordo com os requisitos para o cargo descritos neste Edital;
Certidão de Nascimento dos filhos solteiros menores de 18 anos;
Cartão de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
Termo de Guarda e Certidão de Nascimento do filho menor que estiver sob tutela;
comprovante de residência (recente).

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticadas dos documentos relacionados no subitem 25.2 acima.
Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Cruzeta poderá solicitar outros documentos complementares.
As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
Os exames médicos, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso.
Não será nomeado a pessoa candidata habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerado desistente, sendo excluído automaticamente do Concurso Público, sendo eliminado do Concurso e ensejando a convocação da próxima pessoa candidata na lista de classificação.
A convocação para a posse será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos www.idib.org.br e www.cruzeta.ce.gov.br.
O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, www.cruzeta.ce.gov.br., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico www.idib.org.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
endereço não atualizado;
endereço de difícil acesso;
correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;
correspondência recebida por terceiros.
Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.
Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, conforme o caso.
O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.
Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.
É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) corridos, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.idib.org.br, conforme previsto no Anexo VI.
Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.
A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.
Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 08 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Guarda Civil Municipal R$ 1.621,00 40H	04	08	02	01	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL
Efetivar a proteção preventiva e ostensiva dos bens, serviços, instalações e espaços públicos municipais; zelar pela segurança dos cidadãos em áreas públicas; atuar preventiva e comunitariamente na redução da violência e da criminalidade; executar patrulhamento preventivo, inclusive escolar, rural e comunitário; colaborar com órgãos de segurança pública em ações oficiais; proteger o patrimônio ecológico, ambiental, cultural e histórico municipal; atuar em situações de calamidade, emergência ou desastre; mediar conflitos; apoiar a fiscalização municipal; registrar ocorrências e encaminhar situações às autoridades competentes; observar as normas legais, disciplinares e de uso progressivo da força; e executar outras atividades correlatas.

ANEXO II- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 03/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata

Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO III- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 03/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.

OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO IV
DO MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Senhor(a)_____ goza de boas condições de saúde, estando apto(a) para realizar o Teste de Aptidão Física (TAF) do concurso público para a Guarda Civil Municipal de CRUZETA-RN, regido pelo Edital nº __/2026, e suas alterações posteriores, se existentes.

_____,_____/_____/_____
Local Data

_____
Nome, assinatura, número do CRM do médico e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO V
DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

MATEMÁTICA
Funções: Domínio, contradomínio e imagem; gráficos de funções; definição, análise e gráfico da função afim; função quadrática; suas raízes ou seus zeros, estudo da parábola; função, equações e inequações das funções modulares, exponenciais, logarítmicas. Geometria Plana: teoremas de Tales, triângulos, circunferências e cálculo de áreas. Análise combinatória: permutações, arranjos, combinações, números binomiais, binômio de Newton, triângulo de Pascal. Trigonometria: leis dos senos, cossenos, circunferência trigonométrica, as equações e inequações trigonométricas, as funções seno e cosseno. Polinômios: funções, valor numérico, igualdade, raízes, equações, decomposição de fatores de 1º grau. Números complexos: conjuntos, operações, representações geométricas, módulo, forma trigonométrica, equações binômias e trinômias.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Hardware: Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos. Editor de Textos: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. Planilhas Eletrônicas: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. Correio Eletrônico - uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Ferramentas de Comunicações e Reuniões On-line: Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, Google Hangout. Internet: Intranet, Extranet, Protocolo e Serviço, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais. Navegadores - Mozilla Firefox/Google Chrome – Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Redes sociais. Tecnologia da informação e segurança de dados. Segurança da Informação: Princípios de Segurança, Confidencialidade e Assinatura digital, Procedimentos de Segurança e Backup, Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques. Extensão e Arquivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
Lei Federal nº 9.503/97 (que institui o Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, com as devidas alterações). Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e suas alterações. Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e suas alterações;

Resolução CONTRAN nº 993/2023, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e relaciona as regulamentações de segurança veicular aplicáveis; Resolução CONTRAN nº 968/2022, que estabelece os critérios de identificação de veículos; Resolução CONTRAN nº 966/2022, que dispõe sobre os requisitos técnicos dos espelhos retrovisores de veículos; Resolução CONTRAN nº 918/2022, com as alterações promovidas pela Resolução CONTRAN nº 991/2023, que consolida as normas relativas aos procedimentos para aplicação de multas por infrações de trânsito, arrecadação e repasse dos valores arrecadados; Resolução CONTRAN nº 970/2022, com as alterações promovidas pela Resolução CONTRAN nº 1.024/2026, que dispõe sobre as características e especificações técnicas dos sistemas de sinalização e iluminação dos veículos, seus dispositivos e o uso de lanternas especiais; e Resolução CONTRAN nº 1.020/2025, que normatiza os procedimentos relativos à aprendizagem, à habilitação, à expedição de documentos de condutores e ao processo de formação de candidatos à obtenção da habilitação; Composição e competência do sistema nacional de trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Pedestre e condutores de veículos não motorizados; Do cidadão; Educação para trânsito; sinalização de trânsito; Engenharia de tráfego; Da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos, veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares; Habilitação; Infração; Penalidades; Medidas administrativas; Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades; Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito; Portarias do DENATRAN.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. Remédios Constitucionais. Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos. Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências. Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública. Defensoria Pública. Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas.

NOÇÕES DIREITO PENAL

Princípios básicos. Crime e Contravenção Penal. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. Crime consumado e tentado. Pena da tentativa. Concurso de crimes. Ilicitude e causas de exclusão. Excesso punível. Culpabilidade. Elementos e causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça. Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações). Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Disposições preliminares do Código de Processo Penal. Inquérito policial. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, noticia criminis, delitos criminais, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão. Prisão e liberdade provisória. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. Lei nº 9.099/1995.

ANEXO VI- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	08/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	08/09/2026	09/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	08/09/2026	09/09/2026
4	**Período de inscrições**	**08/09/2026**	**12/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	18/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	23/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/09/2026	25/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	07/10/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	12/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	13/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	03/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	18/01/2027	
21	Edital de convocação para a Prova de Capacidade Física/TAF	19/01/2027	
22	Realização da prova de capacidade física/taf	23/01/2027	24/01/2027
23	Publicação do resultado preliminar da prova de capacidade física/taf na área do candidato	27/01/2027	
24	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de capacidade física/taf	28/01/2027	29/01/2027
25	Publicação do resultado definitivo da prova de capacidade física/taf	04/02/2027	
26	Edital de convocação para Avaliação Psicológica	05/02/2027	
27	Edital de convocação dos candidatos para a entrega da documentação relativa à Sindicância da Vida Pregressa e Investigação Social e Funcional	05/02/2027	
28	Período de entrega da documentação relativa à Investigação Social	08/02/2027	13/02/2027
29	Realização da avaliação psicológica	14/02/2027	
30	Publicação do resultado preliminar da avaliação psicológica na área do candidato	03/03/2027	
31	Período para requerimento da entrevista devolutiva da avaliação psicológica	04/03/2027	
32	Entrevista devolutiva da avaliação psicológica	06/03/2027	07/03/2027
33	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação psicológica	08/03/2027	09/03/2027

34	Publicação do resultado definitivo da avaliação psicológica	18/03/2027	
35	Edital de convocação para o Exame Médico e Toxicológico	19/03/2027	
36	Realização do exame médico e toxicológico	10/04/2027	11/04/2027
37	Publicação do resultado preliminar do exame médico e toxicológico na área do candidato	14/04/2027	
38	Interposição de recurso contra o resultado preliminar do exame médico e toxicológico	15/04/2027	16/04/2027
39	Publicação do resultado definitivo do exame médico e toxicológico	22/04/2027	
40	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	23/04/2027	
41	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	01/05/2027	02/05/2027
42	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	05/05/2027	
43	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	06/05/2027	07/05/2027
44	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	14/05/2027	
45	Publicação do resultado preliminar da Investigação Social	14/05/2027	
46	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Investigação Social	17/05/2027	18/05/2027
47	Publicação do resultado definitivo da Investigação Social	26/05/2027	
48	Resultado Final	27/05/2027	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:83780E44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.264, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 56, V da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o disposto no art. 89 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores integrantes do quadro de pessoal do Município respectivamente, conforme lotação e período aquisitivo e período de gozo, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 28 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PORTARIA Nº 1.264, de 28 de agosto de 2026.

Matricula	Nome	Per. Aquisitivo	Per. Gozo
SETEMBRO/2026			
001-GABINETE DO PREFEITO			
0041920 - 2	HUDSON TAYLOR SILVA BARBOSA	01/07/2025 - 30/06/2026	16/09/2026 - 22/09/2026
020-SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO			
0002276 - 1	VANGELA MARIA DA SILVA SOUZA	23/03/2024 - 22/03/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
040-SEC MUN DE MEIO AMBIENTE AGRIC E ABASTECIMENTO			
0034525 - 2	FABIANO DE ARAUJO MEDEIROS	02/01/2025 - 01/01/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
050-SEC MUN DE INFRA-ESTRUTURA E SERV URBANOS			
0002509 - 1	ANTONIO PAULINO FELIX NETO	14/04/2025 - 13/04/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0032948 - 3	BRUNO GUSTAVO DE LIMA ARAUJO	02/01/2025 - 01/01/2026	10/09/2026 - 17/09/2026
0033197 - 1	EDIVANIO ERASMO DA SILVA	17/08/2025 - 16/08/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0002464 - 1	EMERSON LEAO DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0002322 - 1	EUGENIO DA SILVA SABINO	14/06/2024 - 13/06/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0001960 - 1	FRANCISCA DA SILVA	01/07/2025 - 30/06/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0002048 - 1	FRANCISCO DE SOUSA SIMPLICIO	07/07/2024 - 06/07/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0002091 - 1	LOURIVAL LOPES DE MORAIS	07/07/2025 - 06/07/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0043192 - 1	ROBSON DE SOUZA TOMAZ	01/04/2025 - 31/03/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
060-SEC MUN DE SAÚDE			
0002377 - 1	ANA CELIA LOPES AQUINO	25/02/2024 - 24/02/2025	16/09/2026 - 28/09/2026
0043290 - 1	FRANCISCA REBECA SILVA ARAUJO	01/04/2025 - 31/03/2026	08/09/2026 - 22/09/2026
0002152 - 1	HELDER DE LIMA	17/08/2025 - 16/08/2026	15/09/2026 - 14/10/2026
0002332 - 1	JACIONE CANDIDO DE MACEDO	14/02/2025 - 13/02/2026	25/09/2026 - 09/10/2026
0002571 - 1	JOSE LUCILENO FERREIRA GOMES	14/08/2025 - 13/08/2026	25/09/2026 - 09/10/2026
0043842 - 1	JOYCE BRENDA AZEVEDO DE LUCENA	04/08/2025 – 03/08/2026	15/09/2026 - 14/10/2026
0039055 - 3	LARISSA SIMONELLY DE LIMA ALVES	01/03/2025 - 28/02/2026	14/09/2026 - 28/09/2026
0002744 - 1	SELMA MARIA DA SILVA	07/07/2024 - 06/07/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
061-AGENTES COMUNITARIO DE SAÚDE			
0030791 - 1	ANDREZA CARLA MORAIS DOS SANTOS	18/06/2025 - 17/06/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0000195 - 1	ELIZA BETH DE ARAUJO SILVA SANTANA	02/07/2025 - 01/07/2026	01/09/2026 - 30/09/2026

0000185 - 1	PATRICIA ROSANA DOS SANTOS SA	01/12/2024 - 30/11/2025	07/09/2026 - 14/09/2026
062-AGENTE DE ENDEMIAS			
0030122 - 2	UBIRATAN ALVES DA SILVA	01/04/2025 - 31/03/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
200-SEC MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
0002751 - 1	CRISTIANNY BATISTA DA SILVA SANTOS	01/09/2025 - 31/08/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0001193 - 1	JOSE ROBERIO RANGEL DA SILVA	01/10/2025 - 30/09/2026	16/09/2026 - 30/09/2026
SECRETARIA DE SAÚDE			
0030149 - 2	ANNE CHRISTINE DE MACEDO SILVA GOMES	01/06/2025 - 31/05/2026	25/09/2026 - 09/10/2026
0041114 - 1	CAMILA CRISTINE ARAUJO DE OLIVEIRA	06/08/2025 - 05/08/2026	21/09/2026 - 05/10/2026
0030150 - 2	FRANCISCO CANINDE DA SILVA TRINDADE	01/06/2025 - 31/05/2026	08/09/2026 - 21/09/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
0001707 - 1	ADRIANO LOPES DE ARAUJO	18/05/2024 - 17/05/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0002613 - 1	MANOEL BEZERRA DA SILVA NETO	01/03/2025 - 28/02/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER			
0034916 - 5	RAYANNE KELLY DA SILVA DANTAS	11/08/2025 - 10/08/2026	16/09/2026 - 30/09/2026
SEMEC-FUNDEB 30%			
0002187 - 1	EDILENE AMARO DA SILVA	14/03/2024 - 13/03/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0001952 - 1	ELAINE DANTAS DA SILVA	01/07/2025 - 30/06/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0002305 - 1	FRANCISCA ARAUJO DE OLIVEIRA	20/09/2024 - 19/09/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0002067 - 1	MARIA DAS VITORIAS GARCIA DOS SANTOS	01/07/2024 - 30/06/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
0002532 - 1	SOLANGE ANGELINA DE ARAUJO	17/06/2025 - 16/06/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0041009 - 1	UIARA MEDEIROS DE MOURA	12/08/2025 - 11/08/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
SEMEC-FUNDEB 70%			
0001601 - 1	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	01/09/2025 - 31/08/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
0002747 - 1	JORIAN PEREIRA DOS SANTOS	02/08/2025 - 01/08/2026	01/09/2026 - 30/09/2026

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 28 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:68A47BF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-SRP

Processo Administrativo nº 51/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE IELMO MARINHO/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **FRANCISCO DE SALES DANTAS**		
CNPJ: **08.534.562/0001-27**	Telefone: **84-99671.0043**	Email: **amaremansa1501@hotmail.com**
Endereço: **Av. Presidente Juscelino, 1087, Centro, Santa Maria/RN, CEP: 59464-000**		
Representante: **FRANCISCO DE SALES DANTAS** - CPF: **XXX.101.264-XX**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Valor Estimado (R$)	Maior Percentual de Desconto – MDP %
1	0028839 - Gasolina Comum – combustível derivado do petróleo, com selo de qualidade e distribuição atestado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, destinado ao abastecimentos dos veículos leves e médio da frota municipal.	UND	1.500.000,00	7,60%
2	0028840 - Diesel S10 – combustível derivado da destilação do petróleo bruto, usado como combustível nos motores a diesel/gasóleo, com selo de qualidade e distribuição atestado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, destinado ao abastecimentos dos veículos médio e grande da frota municipal.	UND	2.500.000,00	7,60%
3	0028841 - Diesel S500 Comum – combustível derivado da destilação do petróleo bruto, usado como combustível nos motores a diesel/gasóleo, com selo de qualidade e distribuição atestado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, destinado ao abastecimentos dos veículos médio e grande da frota municipal.	UND	500.000,00	7,60%

Importa a presente em R$ 4.500.000,00,(quatro milhões e quinhentos mil reais). VIGÊNCIA: 03/09/2027. Ielmo Marinho/RN, 03 de setembro de 2026. ASSINATURAS: Fernando Batista Damasceno/Pelo Órgão Gerenciador e Francisco de Sales Dantas –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:8F8AECFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 44/2026

Processo nº 3001000070/2026
Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO
Valor total da contratação: R$48.574,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro reais).
1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de insumos têxteis (tecidos e aviamentos diversos), conforme especificações e quantitativos detalhados neste instrumento, destinados à confecção de fardamentos, uniformes e vestuários padronizados para atendimento das demandas, ações e projetos da Administração Pública do Município de Japi/RN, visando promover a padronização visual, a identificação funcional, a organização administrativa e o conforto dos servidores, colaboradores e participantes de programas sociais, conforme especificações detalhadas neste instrumento.
1.2. Discriminação:

Vencedor(es): **MARIA CLARA DA SILVA**					
CNPJ: **44.191.353/0001-91**	Email: **atacarejosantarita@hotmail.com**			Telefone:	
Endereço: **RUA: PADRE JOÃO JEROMIMO, 262, CENTRO, SANTA CRUZ/RN, CEP: 59200-000**					
Representante: - RG:					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	PP Basic Alpina Anti-pilling - Malha 100% poliéster, tratamento anti-pilling, cores diversas, resistente a lavagens frequentes, peso compatível com uso contínuo.	KG	190	R$ 60,99	R$11.588,10
00002	Jersey Extra 100% Poliéster - Tecido leve e maleável, cores diversas, excelente caimento, alta durabilidade e resistência ao desgaste.	KG	100	R$ 57,99	R$ 5.799,00
00003	Cloud UV - Composição 68,8% poliamida, proteção contra radiação solar (UV), conforto térmico, cores diversas, ideal para uso em ambientes externos.	KG	120	R$ 160,99	R$ 19.318,80
00004	Helanca Collegial WCF - 100% poliéster com elastano, alta elasticidade, recuperação imediata, resistência a lavagens, ideal para vestuário que exige mobilidade.	KG	180	R$ 55,99	R$ 10.078,20
00005	Ribana de PV - Composição 66% poliéster e 32% viscose, acabamento em ribana para golas, punhos e barramentos, elasticidade e conforto.	KG	10	R$ 103,99	R$ 1.039,90
00006	Elástico Jaraguá - Elástico de alta qualidade, 25 mm de largura, resistente, para aplicação em cós de calças, bermudas e saias.	UNI	30	R$ 25,00	R$ R$ 750,00
Total:					R$ 48.574,00

2. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO

2.1. O presente caso enquadra-se nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP), o que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação.

2.2. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº. Lei n. 14.133/2021.

3. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. Considerando que o caso ora em análise se enquadra nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP).
3.2. Considerando finalmente que, tanto o parecer técnico, quanto o parecer jurídico constante nos autos do processo, que apontam para a possibilidade legal da referida contratação.
3.3. Eu, Simone Fernandes da Silva, Prefeita do Município de Japi, **DECLARO DISPENSÁVEL**, a realização de procedimento licitatório e **AUTORIZO** a contratação direta, por dispensa de licitação, das empresas listadas no item 1.2, devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legais.

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1. Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais desta Autarquia.

Gabinete da Prefeita de Japi/RN, 02 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita de Japi

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:88989165

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 026.2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (CORRIGIDO)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 26 DE 01 de julho de 2026.

Abre Anulação de Dotação no valor de R$ 1.530.231,36 (um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 6º, na Lei Orçamentária Anual nº 470 de 06 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Suplementar no valor de R$ 1.530.231,36 (um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 6°, da Lei Orçamentária Anual nº 470/2025, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAGOA DE VELHOS/RN, 01 de julho de 2026

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.530.231,36**
02 .020 GABINETE DO PREFEITO					**2.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**2.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
02 .030 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**196.300,00**
	2009 MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE				**196.300,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	2.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	118.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30.000,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**313.600,00**
	2012 MAN. AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO				**27.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	27.000,00
	2014 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL				**33.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	31.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.300,00
	2015 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PRE-ESCOLA				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
	2016 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - EJA				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
	2017 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - CRECHE				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.000,00
	2018 MANUTENÇÃO COTA SALÁRIO EDUCAÇÃO -QSE				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	30.000,00
	2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**56.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	56.400,00
	2027 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB				**75.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15401071	0001	47.900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15401071	0001	2.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15401071	0001	4.900,00
	2028 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB 70%				**80.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	80.000,00
	2098 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS				**1.400,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.400,00
02 .070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**555.010,22**
	1069 AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE				**3.900,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	3.900,00
	2039 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR - PSF				**200.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	14.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	166.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	5.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003110	0001	14.300,00
	2040 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	6.000,00
	2041 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB				**8.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.600,00
	2045 MANUTENÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**2.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	2.000,00
	2047 MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**333.710,22**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	34.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	41.800,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	27.710,22
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	201.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	28.000,00
02 .080 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**114.421,14**
	2054 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E				**28.697,24**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	25.197,24
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	3.500,00
	2057 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL				**83.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	62.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	20.900,00
	2117 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**2.323,90**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	2.323,90
02 .090 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**96.400,00**
	2067 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**96.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	36.400,00
02 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES					**184.300,00**
	1176 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTES				**98.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	61.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	35.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	2070 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E				**85.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	85.500,00
02 .120 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMB					**68.200,00**
	2071 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	2130 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS				**18.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.200,00
Anexo II (Redução)					**1.530.231,36**
02 .020 GABINETE DO PREFEITO					**39.379,19**
	1099 MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO GABINETE				**9.279,19**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.279,19
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
	2003 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA				**4.999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.999,00
	2004 MANUNTENÇÃO DO CONROLE INTERNO MUNICIPAL				**4.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2006 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**9.601,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	3.001,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	6.600,00
	2137 MANUNTENÇÃO DO FUNDO PARA A INFÂNCIA -FIA				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
	1186 AQUISIÇÃO DE VEICULO				**9.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	9.000,00
02 .030 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**30.800,00**
	1102 REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS				**174,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	174,00
	2009 MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE				**30.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30.000,00
	1163 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO				**626,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	626,00
02 .040 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO					**20.500,00**
	2011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS				**20.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA			
		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	8.000,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**316.104,24**
	1007 REEQUIPAMENTO E INFORMATIZAÇÃO ENSINO				**16.598,00**

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	2.399,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	1.599,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	8.600,00
	1008 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR				**999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	999,00
	1103 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS				**2.696,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	999,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	199,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	999,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	499,00
	1135 COSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS				**25.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	25.999,00
	1136 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				**7.517,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	499,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	6.019,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1137 REESTRUTURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO				**825,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	599,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	226,00
	1138 APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA				**15.078,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	14.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	79,00
	1177 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL/PRE-ESCOLA - FUNDEB				**4.999,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	4.999,00
	1179 AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO				**7.802,24**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	999,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	499,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	6.304,24
	2012 MAN. AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO				**15.131,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	499,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	99,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	99,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	419,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	1.019,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.185,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	1.019,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	9,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	99,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	89,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	74,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	29,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	39,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	99,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	95,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	26,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	47,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	3.186,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	7.000,00
	2014 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL				**5.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.100,00
	2015 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PRE-ESCOLA				**2.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.400,00
	2018 MANUTENÇÃO COTA SALÁRIO EDUCAÇÃO -QSE				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	1.000,00
	2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**21.899,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	4.999,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	2.000,00

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	9.900,00
	2025 MANUTENÇÃ DO PROGRAMA EJA				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	3.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL				**910,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	910,00
	2027 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB				**5.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15410000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	1.600,00
	2028 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB 70%				**5.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	5.000,00
	2029 MAN. DAS AÇÕES ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA-				**22.533,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	1.433,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	8.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15420000	0001	9.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	1.100,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15400000	0001	3.000,00
	2031 MAN. DAS AÇÕES ENSINO EJA - FUNDEB 30%				**18.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	3.600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15410000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15420000	0001	5.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**106.790,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15760000	0001	106.790,00
	2119 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR-AEE				**2.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.200,00
	2120 MANUTENÇÃO DAS AÇOES DO ENSINO INFANTIL-				**10.401,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	227,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	999,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	5.099,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.019,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	1.019,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.019,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	1.019,00
	2122 MAN. DAS AÇÕES ENSINO INFANTIL				**13.527,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	5.950,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	4.677,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	2.900,00
02 .070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**142.944,71**
	1069 AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE				**12.438,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.499,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16320000	0001	8.900,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.039,00
	1105 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE				**4.197,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.199,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	999,00
	1106 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA				**999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	999,00
	1107 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA				**6.999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	999,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	6.000,00
	1108 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO				**19.734,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.406,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	17.328,00
	1167 CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIAS DE SAÚDE				**5.397,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	159,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.159,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	79,00
	2039 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR - PSF				**14.852,71**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	99,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS	15001002	0001	299,00

		FIXAS - PESSOAL CIVIL			
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	9,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	401,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16020000	0001	8.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16210000	0001	5.544,71
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17103210	0001	400,00
	2040 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -				**41.806,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	5.099,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	6.709,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	23.133,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	1.299,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.039,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001002	0001	509,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.019,00
	2041 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB				**8.307,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	499,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	499,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	99,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.019,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	4.099,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	2.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	92,00
	2045 MANUTENÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**27.539,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	27.539,00
	2047 MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**676,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	49,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	99,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	499,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	29,00
02 .080 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**278.803,22**
	1052 AQUISIÇÃO VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS				**38.279,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.299,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	22.980,00
	1109 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS				**108.343,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50.643,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16650000	0001	50.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.700,00
	1110 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS				**47.300,00**
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16650000	0001	11.800,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16650000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.500,00
	1111 AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DA				**4.313,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16650000	0001	4.313,00
	2055 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL				**2.610,22**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	2.610,22
	2056 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL				**35.100,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.800,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	8.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	18.300,00
	2057 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL				**11.058,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.059,00
	2061 INDICE DE GESTÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO - IGD -				**6.800,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	6.800,00
	2117 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**25.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	25.000,00
02 .090 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**305.000,00**
	1078 PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO POÇOS TUBULARES				**3.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	15000000	0001	3.300,00

		PERMANENTE			
	1114 AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE CISTERNAS				**22.900,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.200,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	20.700,00
	1116 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE AÇUDES E				**6.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.300,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.200,00
	1117 PAVIMENTAÇÃO, EMPIRRAÇAMENTO E CALÇAMENTO				**5.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	5.100,00
	1139 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS				**94.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	80.000,00
	1171 PROGRAMA CORTE DE TERRAS				**7.600,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.600,00
	2067 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
	1185 IMPLANTAÇÃO DE UMA QUEIJEIRA NESTE MUNICIPIO				**161.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	161.400,00
02 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES					**93.000,00**
	1018 PERFURAÇÃO/ INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES				**1.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	1071 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO				**5.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	5.500,00
	1118 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS.				**14.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	14.000,00
	1120 CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇAMENTOS/PAVIMENTAÇÃO				**6.300,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	6.300,00
	1121 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS				**42.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	32.200,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	10.000,00
	1128 CONCLUSÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO PARQUE DA LAGOA				**24.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17063110	0001	3.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	21.000,00
02 .111 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO					**39.500,00**
	1131 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS				**39.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	39.500,00
02 .120 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMB					**259.200,00**
	1123 CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO				**42.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	42.750,00
	1125 REFORMA, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO MERCADO				**80.950,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.200,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	42.750,00
	1141 AQUISIÇÃO DE VEICULO DE COLETA DE LIXO				**45.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	45.000,00
	1184 EXTENSÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA				**90.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	90.500,00
02 .130 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**5.000,00**
	2131 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE TRIBUTAÇÃO E				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.000,00

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:C1B947BF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 029.2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DECRETO Nº 29 DE 10 de agosto de 2026.

Abre Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 6º, na Lei Orçamentária Anual nº 470 de 06 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 6°, da Lei Orçamentária Anual nº 470/2025.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAGOA DE VELHOS/RN, 10 de agosto de 2026

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**240.000,00**
02 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES					**240.000,00**
	1162 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E URBANISMO				**240.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103210	0001	240.000,00

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:3AC3D681

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

PROCESSO Nº 70/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na aquisição de material de construção em geral, hidráulicos, elétricos, pintura, materiais estruturais, artefatos de cimento, cerâmicos, acabamento interno e externo, ferramental, madeiras em geral, metalúrgica e funilaria, ferragens, cobertura e EPI'S, através de oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela de orçamentação, destinados a atender quando necessário as necessidades de todas as secretarias.
CONTRATANTE: PREFITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADA: MATERIAL DE CONSTRUCAO BELA VISTA LTDA
CNPJ: 18.966.736/0001-84
ENDEREÇO: Rua Aurea Galvão, 641, Bela Vista, São Tomé/RN, CEP: 59.400-000
DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	DESCONTO OFERTADO SOBRE TABELA SINAPI	VALOR ESTIMADO EM R$
1	Materiais para Manutenção Geral (Elétricos, hidrossanitárias e afins. (**EXCETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA)**	15,50 %	**100.000,00**
2	Materiais para Manutenção Geral (Material Estrutural, pedra, areia, brita e afins)	15,50 %	**200.000,00**
3	Materiais para Manutenção Geral (Acabamento Interno e Externo,louças e metais sanitários, Pintura e afins)	15,50 %	**200.000,00**
4	Materiais para Manutenção Geral (Artefatos de Cimento,pré-moldados e afins)	15,50 %	**100.000,00**
5	Materiais para Manutenção Geral (Ferramental)	15,50 %	**20.000,00**
6	Materiais para Manutenção Geral (Madeira serrada)	15,50 %	**30.000,00**
7	Materiais para Manutenção Geral (Esquadria, Metalúrgica e Funilaria)	15,50 %	**50.000,00**
8	Materiais para Manutenção Geral (Artefatos cerâmicos, telhas, tijolos e afins)	15,50 %	**100.000,00**
9	Materiais para Manutenção Geral (Ferragem, vergalhões e afins)	15,50 %	**100.000,00**
10	Materiais para Manutenção Geral (EPI's).	15,50 %	**50.000,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO			**R$ 950.000,00**

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais)
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 024/2026
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08 de setembro de 2026 à 08 de setembro de 2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.02.01 – Gabinete do Prefeito; **PROJETO ATIVIDADE:** 04.122.0001.2006 – Manutenção do Gabinete do Prefeito; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.03.01 – Secretaria Municipal de Administração; **PROJETO ATIVIDADE:** 04.122.0001.2009 – Manutenção Secretaria Municipal de Administração; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculado de Impostos.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.09.01 – Secretaria Municipal de Agricultura; **PROJETO ATIVIDADE:** 20.122.0001.2067 – Manutenção da Secretaria de Agricultura; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.10.01 – Secretaria Municipal de Obras e Transportes; **PROJETO ATIVIDADE:** 15.122.0001.2070 – Manutenção da Secretaria de Obras e Transportes; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.07.02 – Secretaria Municipal de Saúde; **PROJETO ATIVIDADE:** 10.122.0001.2045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 10.301.0006.2039 – Manutenção do Programa Saúde Familiar; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos; **FONTE DE RECURSO:** 16000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal; **FONTE DE RECURSO:** 16003110 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Emenda Individual; **PROJETO ATIVIDADE:** 10.302.0006.2047 – Média Complexidade; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos; **FONTE DE RECURSO:** 16000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal; **FONTE DE RECURSO:** 16003110 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal– Emenda Individual.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.08.02 – Secretaria Municipal de Trabalho, Hab. e Assistência Social; **PROJETO ATIVIDADE:** 08.244.0001.2057 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 08.244.0009.2117 – Manutenção do Programa Criança Feliz; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90. 30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; **FONTE DE RECURSO:** 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social; **PROJETO ATIVIDADE:** 08.244.0009.2056 – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90. 30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social; **PROJETO ATIVIDADE:** 04.122.0001.2005 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar da Criança; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.05.01 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.122.0001.2012 – Manutenção das Ações da Sec. Mun. de Educação;
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.361.0007.2020 – Manutenção do Ensino Fundamental; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.365.0007.2120 – Manutenção das Ações do Ensino Infantil – Creche; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Outros Serviços de Terceiros – PJ; **FONTE DE RECURSO:** 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.361.0007.2027 – Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15400000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.365.0007.2029 – Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola – FUNDEB; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15400000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos; **PROJETO ATIVIDADE:** 12.368.0007.2018 – Manutenção Cota Salário Educação; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15500000 – Transferência do Salário-Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Lagoa de Velhos/RN, 08 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: José Nildo Galdino
P/ CONTRATADA: Francisco Eilson de Araújo Filho

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:05099A2D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

PROCESSO Nº 70/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais, genuínas ou homologadas, acessórios, lubrificantes, baterias, pneus e correlatos, bem como prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, destinados à frota dos ônibus do Município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE: PREFITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADA: POTIGUAR PECAS AUTOMOTIVAS LTDA
CNPJ: 27.692.184/0001-54
ENDEREÇO: Av. Interventor Mário Câmara, 2529, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, CEP: 59.062-600
DESCRIÇÃO DOS ITENS:
LOTE ÚNICO (ÔNIBUS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO / PORCENTAGEM DE DESCONTO	PREÇO TOTAL
1	FORNECIMENTOS DE PEÇAS GENUÍNAS (CONCESSIONÁRIAS), FILTROS, LUBRIFICANTES, BATERIAS, PNEUS, ETC. DESTINADOS AOS ÔNIBUS.	DESCONTO	1	19%	400.000,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA, ELÉTRICA, SUSPENSÃO, FUNILARIA, PINTURA, ETC, EXCETO BORRACHARIA), DESTINADOS AOS ÔNIBUS	SERVIÇO	1500	R$ 206,86	R$ 310,290,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 710.290,00**	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 710.290,00 (setecentos e dez mil duzentos e noventa reais)
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 025/2026
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08 de setembro de 2026 a 08 de setembro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 02.05.01 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Projeto Atividade: 12.782.0007.2022 – Programa de Transporte Escolar - PNATE
Natureza da despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001001 - Recursos Próprios Vinculados à Educação (25%); 15500000 - Cota Salário-Educação; 15530000 - Recursos Vinculados ao Transporte Escolar
Projeto Atividade: 12.361.0001.2115 – Manutenção do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETERN

Natureza da despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15760000 - Recursos Vinculados ao PETERN.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Lagoa de Velhos/RN, 08 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: José Nildo Galdino
P/ CONTRATADA: José de Medeiros Bezerra

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:3F5957F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2342026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2342026 – GP, Lagoa Nova/RN, 08 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 268.831,64 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 268.831,64 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**268.831,64**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.303,54**
	2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**1.303,54**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.303,54
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**267.528,10**
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF				**42.079,80**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26013130	0001	34.200,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26013130	0001	7.879,80
	2034 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS				**62.160,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26013130	0001	54.210,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26013130	0001	7.950,00
	2037 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - PSB				**63.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26013130	0001	55.200,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26013130	0001	8.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**100.088,30**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.088,30
Anexo II (Redução)					**268.831,64**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.303,54**
	1047 AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR PARA ESTUDANTES MUNICIPAIS				**1.303,54**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.303,54
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**167.439,80**
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**167.439,80**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26013130	0001	140.439,80
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26013130	0001	27.000,00
99.999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA					**100.088,30**
	2999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA				**100.088,30**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	100.088,30

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:45ECAC48

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2352026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2352026 – GP, Lagoa Nova/RN, 08 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 15.322,99 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 15.322,99 (quinze mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.322,99**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**15.322,99**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**15.322,99**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26000000	0001	15.322,99

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:2913B369

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 075/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 075/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 08 de setembro de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**12.100,00**
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**12.100,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				**12.100,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	12.100,00
Anexo II (Redução)					**12.100,00**
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**12.100,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				**12.100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.100,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:9013603E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2026

Processo: 12345.002189/2026-09 - Pregão nº 013/2026

A Prefeitura Municipal de Lucrécia, com sede na Rua dos Poderes, 256, Centro, na Cidade de Lucrécia - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.045/0001 - 88, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Antonio Walter de Araújo, Prefeito, empossado conforme termo publicado no Diário da FEMURN em 08 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 120.672-9, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2026, publicada na FEMURN de 13/08/2026, processo administrativo n.º 12345.002189/2026-09, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 1012 de 04 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN, integram esta ata o Termo de Referência Anexo I do Edital nº 013/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	**AUTO POSTO LUCRECIENSE LTDA (50.602.634/0001-92), R 31 de Março, 01, Centro, Lucrécia – RN. Tel. (84) 9608-0928** **Representante: Marcos Cesar Rodrigues Batista – CPF nº 025.674.014-31.**						
	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário R$	*Validade*
10	Óleo Diesel Comum Tipo “B” S500 (Máximo 0,35% de Enxofre).	S500	Litro	126.000	1	6,29	12 Meses

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Lucrécia

Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Sec. Mun. de Saúde; Sec. Mun. de Educação e Cultura; Sec. Mun. de Assistência Social e Habitação; Sec. Mun. de Administração Recursos Humanos; Sec. Mun. de Agricultura, Rec. Hid. e da Pesca; Sec. Mun. de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente; Gabinete Civil do Prefeito;

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Lucrécia - RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Lucrécia	***MARCOS CESAR RODRIGUES BATISTA***
C.N.P.J. nº 08.349.045/0001 - 88	C.P.F. nº 025.674.014-31
ANTONIO WALTER DE ARAÚJO	Proprietário
CPF Nº 877.598.614 - 00	

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:63779B20

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2026

Processo: 12345.002189/2026-09 - Pregão nº 013/2026

A Prefeitura Municipal de Lucrécia, com sede na Rua dos Poderes, 256, Centro, na Cidade de Lucrécia - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.045/0001 - 88, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Antonio Walter de Araújo, Prefeito, empossado conforme termo publicado no Diário da FEMURN em 08 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 120.672-9, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada na FEMURN de 13/08/2026, processo administrativo n.º

12345.002189/2026-09, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 1012 de 04 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN, integram esta ata o Termo de Referência Anexo I do Edital nº 013/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	**NOVO HORIZONTE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP (06.641.978/0001 - 44), Rod RN 072, KM 01, Zona Rural, Lucrécia – RN, Representante: Keylla Stefany Fernandes Costa – CPF nº 075.350.144-96.**						
	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário R$	*Validade*
10	Gasolina Comum Gasolina do tipo C (76 octanas – gasolina + álcool)	Bandeira Branca	Litro	125.000	1	5,62	12 Meses

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Lucrécia

Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Sec. Mun. de Saúde; Sec. Mun. de Educação e Cultura; Sec. Mun. de Assistência Social e Habitação; Sec. Mun. de Administração Recursos Humanos; Sec. Mun. de Agricultura, Rec. Hid. e da Pesca; Sec. Mun. de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente; Gabinete Civil do Prefeito;

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Lucrécia - RN, 03 de Setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Lucrécia	***KEYLLA STEFANY FERNANDES COSTA***
C.N.P.J. nº 08.349.045/0001 - 88	C..P.F. nº 075.350.144 - 96
ANTONIO WALTER DE ARAÚJO	Representante
CPF nº 877.598.614 - 00	

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:231B4F31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADESÃO Nº 0006/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADESÃO Nº 0006/2026
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

*O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS/RN**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, declara sob pena da lei, que a Prefeitura Municipal de Martins/RN, sediada na Rua Dr. Joaquim Inácio, 102, Centro, Martins/RN, pessoa jurídica de direito público da administração direta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.153.462/0001-50, adere a Ata de Registro de Preços de nº. 052/2026 do Pregão Eletrônico nº 13/2026 tendo como órgão Gerenciador o município de Assu/RN, com visando o Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada em fornecimento de câmeras, implantação, licenciamento de software de monitoramento, suporte e manutenção de Plataforma Integrada de Videomonitoramento Urbano, com instalação e operação contínua de pontos para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Martins/RN.*

FORNECEDOR							
Nome:	VALE TECH MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA				**CNPJ:**	27.021.175/0001-31	
Endereço:	RUA PRAIA DOS MARCOS		**Compl:**				
Bairro:	CENTRO		**Cidade:**	Touros	**UF:**	RN	
Item	**Código**	**Produto/Serviço**	**Marca**	**Unid**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**
1	63789	implantação da solução integrada, compreendendo:	SV	UND	107,00	235,00	25.145,00
2	63791	Fornecimento e instalação de pontos de monitoramento com compatibilidade modula reconhecimento facial.	SV	UND	5,00	235,00	1.175,00
3	63790	Fornecimento e instalação de pontos de monitoramento com compatibilidade para leitura de placas veiculares (Módulo LPR/A	SV	UND	3,00	235,00	705,00
4	63788	Licença de uso de plataforma integrada de videomonitoramento, incluindo:	SV	MÊS	12,00	24.500,00	294.000,00
TREZENTOS E VINTE E UM MIL E VINTE E CINCO REAIS					Total Geral		321.025,00

Atenciosamente.

Martins/RN, 08 de setembro de 2026.

PAULO CESAR GALDINO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:4B5C87EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – VENTILADORES

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – Ventiladores

A Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN, torna público, a todos que possam interessar, que está fazendo **COTAÇÃO DE PREÇOS,** objetivando a realização de dispensa de licitação, conforme preconiza o decreto municipal 009/2023 e com Fundamento no Art. 75, inciso II da Lei Federal n° 14.133/21, visando a **Aquisição deventiladores de parede e ventiladores de pé, conforme especificações e condições estabelecidas no aviso de cotação pela Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN.**

ESPECIFICAÇÕES / QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT	MARCA / FABRICANTE	VALOR UNIT MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	Ventilador Oscilante de Parede 60 cm– Potência de 200 W, com ajuste de inclinação, 3 níveis de velocidade, voltagem bivolt, cor preta e 3 hélices/pás.	UND	100	xxx	xxx	xxx
2	Ventilador de Pé 40 cm– Diâmetro da hélice de 40 cm, número de pás entre 6 e 8, potência aproximada de 126 W a 140 W, 3 níveis de velocidade, altura ajustável de aproximadamente 1,10 m a 1,75 m, oscilação horizontal automática, inclinação vertical manual e voltagem Bivolt.	UND	30	xxx	xxx	Xxx
						Xxx

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.

a) Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
b) Valor total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão;
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
g) Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.

Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para envio das propostas que deverão ser encaminhadas até às **16:00 horas do dia 11 de setembro de 2026**, para o e-mail setordecompras@maxaranguape.rn.gov.br.

O termo de referência com as condições e especificações do Objeto pode ser solicitado através do e-mail: setordecompras@maxaranguape.rn.gov.br.

Em caso de bens a proposta deve constar o valor unitário do item, valor total da proposta, descrição e marca/fabricante dos itens.

Maxaranguape/RN, 08 de setembro de 2026.

MEIRE NÁDIA CARDOSO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:F0EC4AA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
Processo Licitatório Nº 74/2026

O município de Montanhas/RN ao que dispõe o art. 75 § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a quem interessar que estará realizando processo de **Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do **art. 75, inciso II** da referida Lei e concomitante ao Decreto Municipal n° 298/2023 e demais legislações aplicáveis na intenção de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
-As propostas e documentos de habilitação serão enviados exclusivamente pelo **e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.**
-**Período de envio e recebimento**:
Início: 09/09/2026 às 8:00h; Término: 14/09/2026 às 23:59h.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
2.1. Aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme termo de referência, anexos.

3. HABILITAÇÃO JURÍDICA
3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
4.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
4.2 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
4.5 Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
4.6 Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
4.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
4.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
4.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
4.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

4.12 QUALIFICAÇÃO CONÔMICO-FINANCEIRA:
4.12.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

4.13 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
4.13.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
Caso necessário, o órgão contratante poderá solicitar documentos técnicos adicionais que comprovem a conformidade dos produtos, como laudos, certificados de qualidade ou homologações de órgãos competentes.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Os anexos abaixo citados, devem ser solicitados no e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com
a) ANEXO I – Termo de Referência;
b) ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
c) ANEXO III – Modelo de Proposta.

Montanhas/RN, 09 de setembro de 2026.

ROBERTA DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas na tabela abaixo e demais exigências previstas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	Cesta básica composta com os seguintes itens: 2kg Arroz parboilizado 2 kg Feijão preto/carioquinha tipo 1 1 kg Farinha de mandioca 2 kg Açucar refinado 1 pacote Café 250g - 1ª qualidade 1 Óleo de soja 900 ml 3 Flocos de milho 500g 2 Macarrão espaguete 500g 1 Sal refinado 1 Biscoito salgado tipo cream cracker	KIT	520	R$ 89,93	R$ 46.763,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE 1 (UMA) CESTA BÁSICA.	UND	QTD
1	ARROZ PARBOLIZADO 1kg - tipo 1, constituído de grãos inteiros, livre de umidades e impurezas: isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas. Deve ter informações nutricionais na embalagem.	KG	2
2	FEIJÃO PRETO/CARIOQUINHA TIPO 1, especificação: de 1ª qualidade, cor característica a variedade. Embalagem 1 Quilo com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	KG	2
3	FARINHA DE MANDIOCA CONTENDO 1 KG - especificação: grupo seca, subgrupo fina, tipo 1 torrada, grupo seca, subgrupo fina, classe branca tipo 1,	KG	1
4	AÇUCAR REFINADO 1KG - tipo cristal. Textura em grânulos finos e coloração branca. Isento de impurezas e empedramento. Embalagem plástica, atóxica, transparente, não violada, contendo dados do produto: data de fabricação e prazo de validade	KG	2
5	CAFÉ 250g - 1ª Qualidade; Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Tradicional, Empacotamento: Vácuo.	UND	1
6	ÓLEO DE SOJA 900 ML - de 1ª qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; embalagem dados de identificação e procedência, nº do lote, data de fabricação, qtd do produto. validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	UND	1
7	FLOCOS DE MILHO 500g de 1ª qualidade, pré cozida deve estar seca e bem solta no pacote, apresentar cor amarela uniforme e não ter manchas	UND	3
8	MACARRÃO ESPAGUETE 500G - FINO, 1ª qualidade, embalado em pacotes com data de fabricação e prazo de validade, fabricado a partir de matérias-primas, isentas de matéria terrosa e parasita.	UND	2
9	SAL REFINADO IODADO. Especificação: Para consumo doméstico, embalagem contendo 01 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	1
10	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER 400g de 1ª qualidade cx com 24, embalado duplamente em pct plástico resistente acondicionado em caixa de papelão, lacrada e rotulada.	UND	1

1.2. Os itens objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.
1.3. Os itens objeto da presente aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, sendo admitida sua prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o Art. 84, caput, da Lei nº 14.133/2021.
1.5. O fornecimento dos itens acima descritos será de forma parcelada nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social do Município de Montanhas/RN, mediante a concessão de cestas básicas como benefício eventual. A aquisição dos gêneros alimentícios visa garantir o atendimento da demanda existente, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e para a garantia de condições mínimas de subsistência às famílias assistidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
2.2. A medida está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, observando os critérios e normas municipais aplicáveis à concessão dos benefícios eventuais.
2.3. Desnecessária a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 16, inciso I, do decreto Municipal publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/01/2024. Edição 3191 que faculta este instrumento por ocasião de dispensa de licitação em razão de valor, nos termos do art. 75, incisos I e II da lei nº 14.133 de 2021.
2.4. Registra-se que o Município de Montanhas/RN não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício vigente, instituído pelo art. 12 da Lei nº 14.133/2021 como instrumento de planejamento das contratações do ente público. Não obstante a referida omissão, ressalta-se que a presente contratação guarda compatibilidade direta com as necessidades administrativas do Município e com o interesse público local, conforme demonstrado ao longo deste Termo de Referência. A aquisição de gêneros alimentícios para composição de cestas básicas destina-se ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, estando fundamentada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A necessidade da contratação decorre de demanda social essencial e inadiável, voltada à garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias assistidas pelo CRAS, não comportando postergação que possa comprometer a prestação do serviço público de assistência social. Ademais, a contratação observa os princípios da legalidade, da eficiência e da motivação, com justificativa da necessidade, descrição clara do objeto, especificações técnicas e estimativa de valor, em conformidade com as exigências mínimas de planejamento previstas na legislação.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO
3.1. A presente solicitação tem como objetivo contribuir para a segurança alimentar das famílias beneficiárias, garantindo o acesso a alimentos essenciais e minimizando os impactos da situação de vulnerabilidade enfrentadas por essas famílias, especialmente aquelas que se encontram em

situações de desproteção social, necessitadas de apoio emergenciais e temporários. Dessa forma, consideramos que as cestas básicas será um benefício eventual assegurado às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando atender necessidades advindas das famílias, torna-se imprescindível o planejamento anual para aquisição dos itens que compõem as cestas básicas.
3.2. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é responsável pela oferta desse benefício, garantindo dignidade, proteção social e apoio às famílias acompanhadas pelo CRAS, especialmente aquelas em situação de pobreza e extrema pobreza.
3.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada e pertinente à presente contratação, uma vez que a aquisição de gêneros alimentícios para composição de cestas básicas se destina ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, demanda de natureza permanente e recorrente no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social, que assiste continuamente famílias acompanhadas pelo CRAS ao longo de todo o exercício. Além disso, o

fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração e os cronogramas de distribuição às famílias beneficiárias, não havendo entrega única e integral dos bens. Por fim, considerando que se tratam de gêneros alimentícios perecíveis com prazos de validade distintos e flutuação na demanda de atendimentos sociais conforme a dinâmica das famílias ingressantes e egressas dos programas de assistência, não é possível definir previamente, com precisão, o quantitativo exato a ser demandado em cada entrega, tornando o registro de preços o instrumento mais adequado para conferir flexibilidade e economicidade à contratação.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
4.1. A solução consiste na aquisição de gêneros alimentícios para composição e distribuição de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Montanhas/RN.
4.2. Os produtos deverão atender às especificações, quantidades e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo condições adequadas de consumo, armazenamento e validade.
4.3. A contratação permitirá o atendimento regular das demandas sociais durante o durante a vigência da Ata e saldo existente, contribuindo para a segurança alimentar e a proteção social das famílias beneficiárias.
4.4. A contratação contempla o fornecimento de cestas básicas devidamente montadas, contendo todos os itens alimentícios definidos pela Administração, em conformidade com os padrões de qualidade, segurança alimentar e requisitos sanitários aplicáveis. Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, íntegras e lacradas, com prazo de validade compatível com as exigências estabelecidas, garantindo a adequada conservação, armazenamento e distribuição aos usuários atendidos pela rede socioassistencial.
4.5. A solução engloba todas as etapas necessárias para a efetiva execução do objeto, incluindo o fornecimento dos produtos, montagem das cestas, acondicionamento, transporte, entrega no local indicado pela Secretaria e demais encargos necessários ao cumprimento da obrigação contratual, de modo a assegurar maior eficiência operacional, padronização dos itens e racionalização dos procedimentos administrativos.
4.6. A escolha pelo fornecimento de cestas básicas previamente organizadas justifica-se pela necessidade de garantir maior agilidade no atendimento das demandas identificadas pelos serviços socioassistenciais, especialmente diante de situações de vulnerabilidade que requerem resposta rápida e adequada por parte do Poder Público. Essa forma de aquisição reduz a complexidade logística da Secretaria, evitando etapas adicionais de separação e montagem dos produtos, permitindo maior efetividade na concessão dos benefícios eventuais.

Ciclo de Vida do Objeto Planejamento
· Identificação da necessidade de aquisição de cestas básicas para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social;
· Elaboração do Termo de Referência, contendo a composição, especificações, quantitativos e
requisitos mínimos de qualidade, validade e acondicionamento das cestas;
· Levantamento da demanda estimada, considerando o público atendido pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

· Conferência das quantidades, composição, validade, integridade das embalagens e demais requisitos no ato do recebimento;
· Substituição, pelo fornecedor, de cestas ou produtos que apresentem avarias, irregularidades, vencimento ou desconformidade com as especificações contratadas.
Utilização e Acompanhamento
· Recebimento e armazenamento das cestas básicas em local adequado indicado pela Administração;
· Distribuição das cestas às famílias beneficiárias, conforme os critérios estabelecidos pela Política de Assistência Social;
· Controle da entrada e saída das cestas, bem como registro das famílias atendidas, para fins de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.
Encerramento
· Atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato após a confirmação da entrega e da conformidade das cestas básicas;
· Pagamento ao fornecedor conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação vigente;
· Registro de eventuais ocorrências durante a execução e avaliação do cumprimento das obrigações contratuais;
· Arquivamento da documentação referente à contratação e à execução do objeto, em observância às normas de controle e transparência da Administração Pública.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:
5.1. As cestas básicas deverão ser entregues já montadas pelo fornecedor, conforme composição, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
5.2. Os gêneros alimentícios deverão ser de boa qualidade, próprios para consumo, com embalagens íntegras, identificação adequada e dentro do prazo de validade;
5.3. Os gêneros alimentícios deverão atender integralmente às normas sanitárias vigentes expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), quando aplicável, e demais normas dos órgãos competentes.
5.4. Os produtos deverão apresentar, no ato do recebimento definitivo pela Administração, validade correspondente a, no mínimo, 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, não sendo admitido o fornecimento de produtos com prazo inferior ao exigido
5.5. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, amassadas, danificadas, estufadas, enferrujadas ou que apresentem qualquer alteração que comprometa sua qualidade e segurança;
5.6. As cestas deverão ser devidamente acondicionadas, em embalagem transparente, resistente e compatível com o peso dos produtos, garantindo sua integridade durante o transporte, armazenamento e distribuição, de forma a garantir a integridade e conservação dos produtos durante o transporte e a entrega;
5.7. O fornecedor deverá realizar a entrega no local indicado pela Administração Municipal, que será informado na Ordem de Fornecimento, dentro dos prazos estabelecidos;
5.8. Os produtos que apresentarem avarias, vencimento, alterações ou estiverem em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pelo fornecedor, sem qualquer ônus adicional para o Município;

5.9. O fornecedor deverá cumprir integralmente as condições e obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
5.10. A contratação deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Da exigência de amostra
5.11. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar **apresente amostra**, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11.1. O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos.
5.11.2. A amostra que se refere o subitem anterior deverá ser entregue no endereço informado pela secretaria demandante.
5.11.3. Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 5.3.2.
5.11.4. Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.
5.11.5. Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.
5.11.6. Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.
5.11.7. O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no Termo de Referência e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
5.11.8. No caso de o licitante vencedor de qualquer dos itens/lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração
5.11.9. O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 5.2.1. terá sua proposta automaticamente desclassificada.
5.11.10. O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 03 (três) dias, contados da data da homologação do certame.
5.11.11. As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

5.12. Da Subcontratação
5.12.1. Na presente contratação NÃO será admitida subcontratação.
5.12.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
5.13. Da Garantia da contratação
NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Condições de Entrega
6.1. O prazo de entrega dos bens é de 8 (oito) dias uteis contados do recebimento da respectiva ordem de compra.
6.2. Os bens deverão ser entregues no endereço informado pela secretaria demandante.
6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual
7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário
7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
7.12.1. Verificação periódica da conformidade dos produtos ou serviços entregues com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada;
7.12.2. Registro formal de todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, como atrasos, avarias ou não conformidades, mediante emissão de notificações e definição de prazos para saneamento;
7.12.3. Elaboração de relatórios mensais de acompanhamento, contendo informações sobre qualidade, quantidade, prazos de entrega e eventuais irregularidades;
7.12.4. Comunicação imediata ao setor competente sobre qualquer não conformidade detectada, para adoção das providências cabíveis, inclusive com prazos para substituição, correção ou complementação dos bens ou serviços contratados.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.
8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.
8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.
8.6.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.
8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de **Contratação Direta**, via **DISPENSA**, com critério de Adjudicação pelo MENOR PREÇO POR ITEM. Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

9.2. Exigências de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
9.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
9.3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
9.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
10. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
10.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
10.2 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
10.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

10.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
10.5 Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.
10.6 Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
10.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
10.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
10.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
10.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
10.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
11.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
12.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
Caso necessário, o órgão contratante poderá solicitar documentos técnicos adicionais que comprovem a conformidade dos produtos, como laudos, certificados de qualidade ou homologações de órgãos competentes.

13. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
13.1 A estimativa do valor da contratação é de **R$ 46.763,60 (quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme tabela acima.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
14.1. São obrigações da Contratante:
14.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
14.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
14.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
14.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e
14.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
15.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
15.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
15.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
15.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
15.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
15.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. DO REAJUSTE
16.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de elaboração do orçamento estimado.
16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
16.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
16.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
16.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
18.2 A dotação orçamentária será informado pela secretaria municipal de finanças.

Montanhas/RN, 10 de agosto de 2026.

EVANICE DA SILVA NASCIMENTO
Secretária Municipal De Desenvolvimento Social, Habitação Trabalho E Lazer.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN GABINETE DO PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - SRP Nº XXX/XXXX
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/XXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, CONFORME A INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN, através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, nº 04, centro – Montanhas/RN, neste ato representado pelo Senhor **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado na Rua são João, nº 50, centro, Montanhas/RN, CEP: 59.198-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa identificada na cláusula segunda desta Ata, doravante designado FORNECEDOR, considerando o julgamento da **Dispensa nº XXX/XXX** e **Processo Administrativo nº XXX/XXXX**, resolvem registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, sujeitando-se às normas constantes na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.
1.1. A presente Ata tem por objeto **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificado no Termo de Referência, anexo da **Dispensa nº XXX/XXXX**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta apresentada, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. O preço registrado, as especificações do fornecimento, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF Nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	**TELEFONE:** (XX) XXXXX-XXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
E-MAIL: XXXXXXXXXXXXXXXXX	
REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
CPF/MF Nº: XXXXXXXXXXX	

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
XX	XXXXXXXXXXXXXX	XX	XX	XXXX	XXXX
VALOR TOTAL REGISTRADO				**R$ XXXXXX**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA.
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.
4.1.5. O acréscimo de quantitativo de item previsto na Ata de Registro de Preço vigente poderá ser realizado desde que:
4.1.5.1. Seja devidamente justificado pela necessidade superveniente e não previsto inicialmente, com base em relatório técnico ou solicitação formal do órgão demandante;
4.1.5.2. O percentual de acréscimo não exceda o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo originalmente previsto para o item registrado na Ata de Registro de Preços;
4.1.5.3. Seja garantida a manutenção das condições inicialmente pactuadas na Ata de Registro de Preços, especialmente no que se refere a preços, prazos e especificações;
4.1.5.4. Haja anuência prévia do fornecedor.

5. REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
5.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.
8.1. As condições gerais do para prestação do serviço ou fornecimento, tais como os prazos, as obrigações da Administração e do fornecedor, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I do Edital.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Montanhas/RN, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

A empresa (nome da empresa) , inscrita no CNPJ de Nº (cnpj da empresa) , com sede (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins contratação com o município de Montanhas, apresenta proposta de preços para Dispensa de n° cujo objeto de contratação é

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1					
Total por extenso			**Total**		

(cidade e estado) , de de .

(assinatura do representante legal)
Nº da cédula de identidade: Telefone, fax e e-mail para contato:

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:341F59A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
PSS 011-2026 RESULTADO PRELIMINAR F1 + F2

RESULTADO PRELIMINAR – FASE 01 + FASE 02
E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 011/2026
EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA – eSF EM TERRITÓRIO COM POPULAÇÃO QUILOMBOLA

A Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 011/2026, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 631/2026 – GP/PMP e pelo Edital regulador do certame, TORNA PÚBLICO o RESULTADO PRELIMINAR DAS FASES 01 E 02, conforme segue:
Art. 1º Fica divulgado o Resultado Preliminar das Fases 01 e 02, contendo a pontuação da Fase 01 – Análise Documental e Avaliação Curricular, a pontuação da Fase 02 – Prova Objetiva e a respectiva Pontuação Final Preliminar, observados os critérios de classificação e desempate estabelecidos no Edital.
Art. 2º A Pontuação Final Preliminar corresponde à soma dos critérios EAPS + EQ + CC + PQ + PO, até o limite máximo de 100 (cem) pontos.
Art. 3º Será considerado eliminado o candidato que obtiver pontuação inferior a 16 (dezesseis) pontos na Prova Objetiva, nos termos do subitem 6.7.5 do Edital.
Art. 4º Fica assegurado aos candidatos o direito de interposição de recurso contra a pontuação atribuída e/ou a classificação preliminar, no dia 09 de setembro de 2026, mediante utilização do Anexo IV do Edital, exclusivamente de forma presencial no Departamento de Recursos Humanos, das 08h às 12h.
Art. 5º Após o julgamento dos recursos, será divulgado o Resultado Final e a Classificação Definitiva do Processo Seletivo Simplificado.
Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ASSISTENTE SOCIAL – ÁREA QUILOMBOLA – COD 100									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**FRANCISCA NAIRLA DA SILVA OLIVEIRA**	1,0	1,0	20,0	10,0	40,0	-	**72,0**	**APROVADA**
02	**PALOMA CATARINE DE QUEIROZ BRITO**	1,0	1,0	15,0	0,0	40,0	-	**57,0**	**APROVADA**
03	REGYANA DE PAIVA NUNES	0,0	0,0	5,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	45,0	CLASSIFICADA
04	BARBARA LUIZA DUARTE SOARES	0,0	0,0	5,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	45,0	CLASSIFICADA

ENFERMEIRO (A) – ÁREA QUILOMBOLA – COD 200									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**KAROLA CRISTINA AMORIM CARVALHO**	1,0	1,0	15,0	0,0	40,0	-	57,0	**APROVADA**
02	**MARIA LUIZA DE FREITAS SERAFIM**	1,0	1,0	10,0	0,0	40,0	-	52,0	**APROVADA**
03	ANA VILMA DE MOURA PAIVA	0,0	0,0	10,0	0,0	40,0	-	50,0	CLASSIFICADA
04	RITA DE CASSIA PEREIRA DE MELO	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
05	LUMA GABREIELLE PRAXEDES DE SALES	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA

FISIOTERAPEUTA – ÁREA QUILOMBOLA – COD 300									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**KALYANNE SIMONE DO REGO**	17,5	0,0	20,0	0,0	40,0	-	77,5	**APROVADA**
02	**JULIO FERREIRA CAVALCANTE BISNETO**	16,5	1,0	15,0	0,0	40,0	-	72,5	**APROVADO**
03	VANESSA BEATRIZ MARQUES ARAUJO	20,0	0,0	10,0	0,0	40,0	-	70,0	CLASSIFICADA
04	VANESSA BARBARA DA SILVA	0,0	0,0	20,0	0,0	40,0	-	60,0	CLASSIFICADA
05	PAULA RAQUEL GERMANO DE HOLANDA	8,0	0,0	0,0	0,0	40,0	-	48,0	CLASSIFICADA
06	FABIA PRICILLA MORAES REGO	0,0	0,0	0,0	0,0	32,0	-	32,0	CLASSIFICADA
07	ANTONIO ZITO DANTAS DOS SANTOS	20,0	0,0	20,0	0,0	0,0	-	40,0	**DESCLASSIFICADO**

PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SAÚDE – ÁREA QUILOMBOLA – COD 400									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**MARCOS MATHEUS NOBRE BARRETO**	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	-	40,0	**APROVADO**

PSICÓLOGO (A) – ÁREA QUILOMBOLA – COD 500									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**ANA LUIZA DE PAIVA**	1,0	1,0	20,0	10,0	40,0	-	72,0	**APROVADA**
02	**MARIA CECILIA DIAS**	1,0	1,0	15,0	0,0	40,0	-	57,0	**APROVADA**
03	BRENNA BEZERRA DE ALMEIDA	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
04	KARINA MAGALHAES RATKIEVICIUS	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA

TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM – ÁREA QUILOMBOLA – COD 600									
Nº	**CANDIDATO (A)**	**EAPS**	**EQ**	**CC**	**PQ**	**PO**	**Desempate**	**Pontuação Final PF**	**SITUAÇÃO**
01	**JULIANA ALVES FERNANDES MAIA**	20,0	0,0	20,0	0,0	32,0	-	72,0	**APROVADA**
02	**ANTONIA MARCIANA DELMIRO BESSA**	0,0	0,0	20,0	10,0	40,0	ITEM 7.3 - III	70,0	**APROVADA**
03	**JAMERSON DE ARAUJO SOUZA**	20,0	0,0	0,0	10,0	40,0	ITEM 7.3 -III	70,0	**APROVADO**
04	**JOANA DARC FAGUNDES DE O. DA SILVA**	1,0	1,0	20,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	62,0	**APROVADA**
05	LUIZA DE MARILAC FERNANDES FAGUNDES	1,0	1,0	20,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	62,0	CLASSIFICADA
06	AGNA ANDRIELY COSTA DE ARAUJO	2,0	0,0	20,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	62,0	CLASSIFICADA
07	CARLA DANIELE DA COSTA LINHARES	20,0	0,0	0,0	0,0	40,0	-	60,0	CLASSIFICADA
08	MARIA DELVANIA DA SILVA	1,0	1,0	15,0	0,0	40,0	-	57,0	CLASSIFICADA
09	MAGNOLIA CHAGAS RAPOSO SANTAS	0,0	0,0	10,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	50,0	CLASSIFICADA
10	ERINALDA SILVA PEREIRA	0,0	0,0	10,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	50,0	CLASSIFICADA
11	ILANA KADIGIA DE BRITO SILVA	0,0	0,0	5,0	0,0	40,0	-	45,0	CLASSIFICADA
12	CLEDINEIDE SOARES DO NASCIMENTO	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
13	FERNANDA ANICLEIA DE SOUZA OLIVEIRA	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
14	CARLA PATRICIA DA SILVA	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
15	LAUANDA DE SOUZA GAMA	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
16	KAMILLY MARQUES DE OLIVEIRA	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	ITEM 7.3 - V	40,0	CLASSIFICADA
17	ANDREZA KARIELE ANDRADE COSTA	0,0	0,0	5,0	10,0	24,0	-	39,0	CLASSIFICADA
18	SYBELLE LOPES FONSECA	0,0	0,0	5,0	0,0	32,0	ITEM 7.3 - V	37,0	CLASSIFICADA
19	YASMIM QUEIROZ CAVALCANTE	0,0	0,0	5,0	0,0	32,0	ITEM 7.3 - V	37,0	CLASSIFICADA
20	RAKEL PEREIRA NOBRE	0,0	0,0	0,0	0,0	32,0	-	32,0	CLASSIFICADA

CALENDÁRIO ATUALIZADO

DATA	ATIVIDADE
08/09/2026	Resultado Preliminar Fase 1 + Fase 2 (A TARDE)
10/09/2026	RECURSO 02 – Interposição de recurso contra a pontuação atribuída e/ou a classificação preliminar, mediante Anexo IV, conforme Edital. **exclusivamente PRESENCIAL**, PROTOCOLADO do DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS. **Horário de Brasília das 08h até 12h meio-dia**.
10/09/2026	Análise do (s) recurso(s) 02 ao resultado parcial
10/09/2026	Publicação do(s) Extrato(s) do(s) Recurso(s) 02 ao Resultado PARCIAL e **Divulgação do Resultado Final**
10/09/2026	Homologação do Processo Seletivo
11/09/2026	Data **prevista para Início** das convocações

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital nº 011/2026 que não sejam incompatíveis com o presente comunicado.
A presente alteração decorre exclusivamente da necessidade de ampliação do período destinado à análise e conferência da documentação.
Os candidatos deverão acompanhar as publicações oficiais relativas ao Processo Seletivo Simplificado nº 011/2026 nos meios de divulgação previstos no Edital.

MARIA NAILDE DE CARVALHO RUFINO
Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação
PSS nº 011/2026
Portaria nº 631/2026 – GP/PMP

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:AEC8E3D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
INSTRUNÇÃO NORMATIVA 002/2026 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 002/2026

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na formalização, organização, instrução, tramitação, controle e arquivamento do Processo Administrativo de Despesa Pública - PADP; disciplina, no âmbito do Município de Rafael Godeiro/RN, a composição e a elaboração de documentos, procedimentos e demonstrativos relacionados à gestão fiscal e à execução da despesa pública; estabelece responsabilidades, rotinas de controle e checklists; e dá outras providências.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal de organização do Sistema de Controle Interno e demais normas aplicáveis, e
CONSIDERANDO os arts. 31, 37, 70 e 74 da Constituição Federal, que consagram os deveres de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e manutenção de sistema de controle interno;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, especialmente as normas relativas aos estágios da receita e da despesa, ao empenho, à liquidação, ao pagamento, aos restos a pagar, ao controle da execução orçamentária e à contabilidade pública;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, notadamente os princípios do planejamento, equilíbrio, transparência, responsabilidade na gestão fiscal e controle;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas e reforça os deveres de planejamento, motivação, segregação de funções, gestão por competências, transparência, fiscalização contratual e governança;
CONSIDERANDO a Resolução nº 028/2020-TCE/RN, de 15 de dezembro de 2020, com as alterações posteriores, que regulamenta os modos de organização, composição e elaboração de documentos, procedimentos e demonstrativos previstos na LRF, bem como os processos de execução da despesa pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e de seus Municípios;
CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2021-TCE/RN, que promoveu renumeração de dispositivos da Resolução nº 028/2020-TCE/RN;
CONSIDERANDO a Resolução nº 011/2024-TCE/RN, que disciplina a observância da ordem cronológica de pagamento para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar as rotinas municipais de instrução da despesa com o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com os sistemas eletrônicos do TCE/RN e com a legislação superveniente à edição da Resolução nº 028/2020-TCE/RN;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir padrão uniforme, rastreável e auditável para os processos de despesa, assegurando adequada formação da evidência documental, prevenção de falhas, responsabilização funcional e eficiência do controle interno e externo;
RESOLVE:
TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para a formalização, autuação, organização, composição, instrução, tramitação, execução, controle, encerramento e arquivamento do Processo Administrativo de Despesa Pública - PADP, bem como disciplina rotinas relativas aos instrumentos de planejamento, transparência e responsabilidade da gestão fiscal, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Rafael Godeiro/RN.
§ 1º As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se às Secretarias, Fundos Municipais, unidades administrativas, unidades gestoras, setores requisitantes, setores de compras e contratações, licitações, contratos, contabilidade, tesouraria, patrimônio, almoxarifado e demais órgãos que intervenham na geração, instrução ou controle da despesa pública.
§ 2º As autarquias, fundações e demais entidades municipais, caso existentes, observarão esta Instrução Normativa no que couber, sem prejuízo de regulamentação própria compatível.
Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se PADP o conjunto ordenado, cronológico, íntegro e rastreável de atos, documentos, registros e manifestações administrativas que evidenciam a origem da demanda, o planejamento, a autorização, a contratação, o empenho, a execução do objeto, a liquidação, o pagamento, as retenções, a contabilização, a fiscalização e o encerramento de determinada despesa pública.
Art. 3º São objetivos desta Instrução Normativa: I - assegurar conformidade legal e regulamentar; II - padronizar a formação dos processos; III - garantir segregação de funções e definição de responsabilidades; IV - ampliar a rastreabilidade dos atos; V - reduzir riscos de despesa sem prévio empenho, liquidação irregular, pagamento indevido ou duplicado e ausência de documentação; VI - facilitar auditorias e fiscalizações; VII - fortalecer a transparência e a prestação de contas; VIII - harmonizar procedimentos físicos e eletrônicos; e IX - aprimorar a governança e a integridade na execução orçamentária e financeira.
Art. 4º A atuação dos agentes públicos observará, em todas as fases do PADP, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, motivação, segregação de funções, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público, rastreabilidade, integridade e responsabilização.
Art. 5º Nenhuma despesa será realizada sem processo administrativo próprio, regularmente autuado e instruído, salvo hipóteses excepcionalíssimas expressamente admitidas em lei e devidamente justificadas, sem prejuízo da formalização posterior dos elementos indispensáveis à prestação de contas e ao controle.
TÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO FISCAL
CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
Art. 6º O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA deverão ser elaborados, compatibilizados e executados de forma integrada, observando a Constituição Federal, a LRF, a Lei nº 4.320/1964, as normas gerais de direito financeiro e as orientações do TCE/RN.
Art. 7º A elaboração da LDO deverá contemplar, entre outros elementos exigidos pela LRF, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, com memórias e metodologias de cálculo suficientes para permitir a conferência dos valores e premissas utilizados.

Art. 8º A LOA deverá guardar compatibilidade com o PPA e com a LDO, conter demonstrativos e anexos legalmente exigidos e observar os princípios da unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, equilíbrio e transparência.
Art. 9º As alterações orçamentárias, inclusive créditos adicionais, transposições, remanejamentos e transferências, somente poderão ser executadas mediante prévia autorização legal quando exigível, indicação dos recursos correspondentes e registro contábil tempestivo.

CAPÍTULO II - DOS RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Art. 10. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e o Relatório de Gestão Fiscal - RGF serão elaborados nos prazos, modelos, periodicidade e conteúdo definidos na LRF, no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional e nas normas do TCE/RN.
Art. 11. As unidades responsáveis deverão manter memória de cálculo, bases extraídas dos sistemas contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e de pessoal, conciliações e documentos de suporte suficientes para reproduzir os valores divulgados nos demonstrativos fiscais.
Art. 12. Antes da publicação dos demonstrativos fiscais, deverão ser realizadas conferências de consistência entre balancetes, razão contábil, demonstrativos, bancos de dados auxiliares e informações transmitidas aos sistemas do TCE/RN, com registro das verificações efetuadas.
Art. 13. Os demonstrativos fiscais deverão ser publicados e disponibilizados em meio eletrônico de amplo acesso público, observados os prazos legais, devendo o processo administrativo de sua elaboração conter os comprovantes de publicação e transmissão aos sistemas oficiais.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DESPESA PÚBLICA - PADP

CAPÍTULO I

DA AUTUAÇÃO, CAPA, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO

Art. 14. Cada despesa ou contratação deverá ser objeto de PADP próprio, ressalvadas as hipóteses em que a natureza continuada da relação jurídica recomende processo único por contrato, ata, credenciamento, convênio ou instrumento congênere, desde que assegurada a individualização dos fatos geradores, empenhos, liquidações e pagamentos.
Art. 15. A capa do PADP deverá conter, no mínimo: I - identificação do Município e da unidade gestora; II - unidade requisitante; III - número sequencial do processo; IV - data de autuação; V - exercício; VI - objeto resumido; VII - credor ou interessado, quando já definido; VIII - modalidade ou fundamento da contratação, quando aplicável; IX - fonte/destinação de recursos, quando conhecida; X - número do contrato, ata ou instrumento equivalente; e XI - indicação de processos relacionados.
Art. 16. Os documentos deverão ser juntados em ordem cronológica de emissão ou produção, preservando a sequência lógica dos atos e a correlação entre planejamento, autorização, contratação, execução e pagamento.
Art. 17. Nos processos físicos, todas as folhas serão numeradas e rubricadas sequencialmente à medida que forem juntadas, vedada a retirada, substituição ou inserção retroativa sem termo próprio que registre a ocorrência.
§ 1º Cada volume físico conterá, preferencialmente, até 300 (trezentas) folhas, em consonância com a Resolução nº 028/2020-TCE/RN, devendo a abertura de novo volume ser precedida de Termo de Encerramento de Volume e seguida de Termo de Abertura de Volume.
§ 2º A juntada por anexação, apensação, desentranhamento ou substituição de documento deverá ser formalizada mediante termo específico, com identificação do responsável, data, motivo e peças atingidas.
Art. 18. Nos processos eletrônicos, os documentos deverão ser inseridos em formato que preserve autenticidade, integridade, disponibilidade, legibilidade, indexação e rastreabilidade, com identificação do usuário responsável, data e hora do ato sempre que o sistema permitir.
Art. 19. É vedada a formação de processo com documentos soltos, sem numeração ou indexação, sem identificação de origem, rasurados sem ressalva, ilegíveis ou sem assinatura/validação quando esta for necessária.

CAPÍTULO II

DA FASE DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO DA DEMANDA

Art. 20. O PADP deverá iniciar-se, como regra, com documento formal de demanda ou solicitação da despesa, emitido pela unidade interessada e subscrito por agente competente, contendo a necessidade administrativa, o objeto, a justificativa, os quantitativos estimados, o prazo ou período de execução, a indicação do local de entrega ou execução e demais elementos essenciais.
Art. 21. Nas contratações submetidas à Lei nº 14.133/2021, o processo deverá conter, quando cabíveis, Documento de Formalização da Demanda - DFD, Estudo Técnico Preliminar - ETP, análise de riscos, Termo de Referência ou Projeto Básico/Executivo, pesquisa de preços, estimativa da despesa, demonstração de compatibilidade orçamentária, autorização da autoridade competente e demais peças previstas na legislação e regulamentação municipal.
Art. 22. A pesquisa de preços deverá observar a Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável, priorizando fontes públicas e parâmetros idôneos, com memória de cálculo, identificação dos responsáveis, data da coleta, metodologia utilizada, justificativa para exclusões e formação do valor estimado.
Art. 23. Sempre que a despesa implicar criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, deverão ser observados os arts. 16 e 17 da LRF, inclusive estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador, quando exigíveis.
Art. 24. Quando se tratar de renúncia de receita, geração de despesa obrigatória de caráter continuado, concessão de benefício, incentivo ou criação de obrigação futura, a unidade demandante deverá juntar os estudos, demonstrativos e compensações legalmente exigidos antes da prática do ato.

CAPÍTULO III

DA CONTRATAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO

Art. 25. Conforme a natureza da despesa, integrarão o PADP, entre outros documentos: I - edital ou aviso e anexos; II - parecer jurídico, quando exigível; III - manifestações técnicas; IV - propostas; V - atas de sessão e relatórios do sistema; VI - documentos de habilitação; VII - decisão de julgamento; VIII - adjudicação e homologação; IX - ato de contratação direta, quando for o caso; X - contrato, ata de registro de preços, nota de empenho ou instrumento substitutivo; XI - garantias; XII - designação de gestor e fiscais; XIII - ordem de fornecimento ou de serviço; XIV - comprovantes das publicações legalmente exigidas; e XV - demais peças indispensáveis à demonstração da regularidade.
Art. 26. Nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, o PADP deverá conter comprovante da divulgação do contrato e de seus aditamentos no PNCP, quando exigível, e comprovantes de outras publicações determinadas por lei ou regulamento municipal.
Art. 27. A ausência de publicação em diário oficial não será suprida por exigência meramente formal se a legislação aplicável exigir somente publicação no PNCP; todavia, existindo norma municipal ou hipótese legal que imponha publicação adicional, o respectivo comprovante deverá integrar os autos.
Art. 28. Termos aditivos, apostilamentos, reequilíbrios, reajustes, repactuações, prorrogações, alterações quantitativas ou qualitativas e demais modificações contratuais deverão ser processados em sequência lógica no mesmo PADP ou em processo acessório formalmente vinculado, contendo justificativa, manifestação do fiscal/gestor, demonstração de vantajosidade quando pertinente, disponibilidade orçamentária, parecer jurídico quando exigível, autorização, instrumento e publicação.

CAPÍTULO IV

DO EMPENHO, DA EXECUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Art. 29. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, ressalvadas as exceções legais expressas, devendo a Nota de Empenho ser emitida antes do início da execução da obrigação e juntada ao PADP.
Art. 30. A modalidade do empenho - ordinário, global ou por estimativa - deverá corresponder à natureza da obrigação, devendo eventuais reforços, anulações e subempenhos ser documentados e justificados quando necessário.

Art. 31. A execução do objeto será acompanhada por gestor e fiscal formalmente designados, que deverão registrar ocorrências, medições, entregas, comunicações, notificações, providências corretivas, eventual aplicação de sanções e demais fatos relevantes.
Art. 32. O recebimento provisório e definitivo, quando aplicáveis, deverá ser formalizado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato, mediante termo, atesto ou documento equivalente, subscrito por agente competente.
Art. 33. A liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, somente ocorrerá após a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base o contrato, a nota de empenho, o documento fiscal, o atesto, as medições, os termos de recebimento e demais documentos comprobatórios da efetiva entrega do bem, prestação do serviço ou execução da obra.
§ 1º O servidor responsável pelo atesto deverá verificar a correspondência entre o objeto faturado e o efetivamente recebido, a quantidade, qualidade, preços contratados, período de competência, dados do credor, número do contrato/empenho e demais elementos relevantes.
§ 2º O atesto não poderá ser emitido pelo próprio fornecedor ou por agente sem competência funcional para o recebimento ou fiscalização.
Art. 34. A nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente deverá ser idôneo, legível, emitido em nome da unidade competente, conter descrição compatível com o objeto, período/medição, valores, tributos, dados bancários quando necessários e demais requisitos fiscais aplicáveis.
Art. 35. Antes da liquidação deverão ser verificadas as condições de regularidade fiscal, social e trabalhista exigíveis durante a execução contratual, sem prejuízo das regras legais sobre impossibilidade de retenção indevida de pagamento por irregularidade fiscal quando a obrigação estiver devidamente cumprida, cabendo adoção das medidas administrativas pertinentes.

CAPÍTULO V

DAS RETENÇÕES, DA ORDEM DE PAGAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 36. As retenções tributárias e previdenciárias incidentes deverão ser apuradas, registradas, retidas e recolhidas nos prazos legais, juntando-se ao PADP os demonstrativos de cálculo e comprovantes correspondentes.
Art. 37. Concluída a liquidação, será emitida a nota de liquidação ou documento equivalente, seguida da ordem de pagamento exarada pela autoridade competente, nos termos do art. 64 da Lei nº 4.320/1964.
Art. 38. O pagamento deverá ser efetuado, preferencialmente, por transferência bancária identificada em favor do credor, devendo integrar o PADP o comprovante da operação e a identificação da conta bancária de origem.
Art. 39. É vedado o pagamento sem liquidação regular, sem ordem de pagamento, a pessoa diversa do credor sem fundamento jurídico, em duplicidade, com documento fiscal inválido ou em desacordo com o contrato, ressalvadas hipóteses legalmente justificadas.
Art. 40. O pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos e por categoria de contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 011/2024-TCE/RN.
§ 1º O marco para inclusão do crédito na ordem cronológica será a liquidação da despesa, observadas as regras específicas para restos a pagar processados e não processados.
§ 2º A alteração da ordem cronológica somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante prévia justificativa da autoridade competente e publicidade na forma exigida, além da comunicação aos órgãos de controle quando cabível.
§ 3º A unidade financeira manterá listas atualizadas por unidade gestora, fonte de recursos e categoria contratual, discriminando credor, documento fiscal, data da liquidação, valor, data prevista e data efetiva do pagamento.
Art. 41. Os restos a pagar observarão a legislação financeira, a disponibilidade de caixa por fonte/destinação, a ordem cronológica e os procedimentos de encerramento do exercício, sendo vedada sua inscrição sem observância dos requisitos legais.

CAPÍTULO VI

DAS PECULIARIDADES DOCUMENTAIS POR TIPO DE DESPESA

Art. 42. Além da documentação geral, os PADP de obras e serviços de engenharia conterão, no que couber: projetos, ART/RRT, orçamento detalhado, composições, BDI, cronograma físico-financeiro, licenças, ordem de serviço, diário de obra, boletins e memórias de medição, relatórios fotográficos, ensaios, notas fiscais, atestos, termos de recebimento, alterações de projeto, as built quando cabível e demais documentos técnicos.
Art. 43. Nas despesas com combustíveis, lubrificantes, manutenção e peças de veículos, deverão constar identificação do veículo/máquina, placa ou patrimônio, quilometragem ou horímetro, quantidade abastecida/serviço realizado, autorização, responsável e demais dados necessários à rastreabilidade do consumo.
Art. 44. Nas aquisições de bens permanentes, o PADP deverá conter documento de incorporação/tombamento patrimonial, termo de responsabilidade, localização e identificação do bem, quando aplicáveis.
Art. 45. Nas despesas destinadas a beneficiários terceiros, inclusive auxílios, premiações, benefícios eventuais, bolsas ou transferências, deverão constar relação nominal, critérios legais de elegibilidade, documentos de identificação, ato concessório e comprovantes de entrega ou pagamento, observadas as regras de proteção de dados pessoais.
Art. 46. Os processos de diárias conterão, além dos documentos gerais aplicáveis, ato concessório, identificação do beneficiário, cargo/função, objetivo, destino, período, quantidade de diárias, valor unitário e total, autorização, comprovante de pagamento e relatório/comprovação do deslocamento, conforme regulamentação municipal.
Art. 47. Os processos de adiantamento ou suprimento de fundos, quando admitidos na legislação municipal, observarão os requisitos específicos da Lei nº 4.320/1964, da Resolução nº 028/2020-TCE/RN e da norma municipal própria, devendo conter ato de concessão, finalidade, valor, prazo de aplicação, conta específica quando exigível, prestação de contas, documentos fiscais, relação das despesas e devolução de saldo.
Art. 48. Os PADP decorrentes de convênios, transferências voluntárias, contratos de repasse, termos de compromisso e instrumentos congêneres deverão permitir a segregação da origem dos recursos, contrapartida, plano de trabalho, execução física e financeira, conta específica, aplicações financeiras, conciliações, prestações de contas e demais exigências do concedente.
Art. 49. As despesas de pessoal serão instruídas por folhas, relatórios, atos de pessoal, registros de frequência quando aplicáveis, demonstrativos de vantagens e descontos, encargos, consignações, arquivos bancários e demais documentos suficientes para demonstrar a legalidade e exatidão dos pagamentos.

CAPÍTULO VII

DA IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS E DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Art. 50. Os documentos comprobatórios da despesa deverão permitir identificar a fonte/destinação de recursos utilizada, especialmente quando se tratar de recursos vinculados à saúde, educação, FUNDEB, convênios, emendas, royalties, transferências especiais ou qualquer outra receita com destinação específica.
Art. 51. Sempre que necessário à comprovação da vinculação, o processo conterá marcação, carimbo, anotação eletrônica ou campo próprio que identifique a origem dos recursos, sem prejuízo do registro contábil e bancário correspondente.
Art. 52. Os comprovantes de pagamento deverão guardar correspondência inequívoca com a liquidação e com o documento fiscal, permitindo conciliação entre processo, contabilidade e extrato bancário.

TÍTULO IV

DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS, DA INTEGRIDADE E DO ARQUIVAMENTO

Art. 53. Aplicam-se aos PADP eletrônicos, no que couber, as mesmas regras de organização, composição e sequência previstas para processos físicos, devendo o sistema assegurar controle de acesso, autoria, integridade, temporalidade e trilha de auditoria.

Art. 54. Documentos eletrônicos assinados digitalmente ou emitidos por sistemas oficiais deverão ter preservados seus códigos de validação, metadados, chaves de acesso ou comprovantes de autenticidade.
Art. 55. A digitalização de documento físico deverá produzir imagem legível, completa e fiel, sendo vedado eliminar documento original cuja guarda seja obrigatória por lei, norma arquivística, exigência de controle ou necessidade probatória.
Art. 56. O arquivamento do PADP observará a tabela de temporalidade, a legislação arquivística, a proteção de dados pessoais e os prazos de prescrição e controle, garantindo disponibilidade para auditoria interna, controle externo e prestação de contas.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DOS AGENTES E UNIDADES

Art. 57. Compete à unidade requisitante: identificar e justificar a necessidade; definir o objeto; elaborar ou apoiar os estudos técnicos; indicar os quantitativos; fornecer informações; acompanhar a execução e manter comunicação com os setores responsáveis.
Art. 58. Compete ao setor de contratações/licitações instruir a fase de seleção do fornecedor, promover as publicações e registros de sua competência e assegurar a juntada dos atos do procedimento ao PADP.
Art. 59. Compete ao gestor e aos fiscais do contrato acompanhar e registrar a execução, emitir atestos e relatórios, promover notificações, controlar prazos, quantitativos, saldos, garantias e ocorrências, bem como comunicar irregularidades à autoridade competente.
Art. 60. Compete à Contabilidade verificar a classificação orçamentária, disponibilidade, empenho, liquidação, registros contábeis, retenções e consistência das informações, sem substituir as atribuições técnicas e administrativas dos demais agentes.
Art. 61. Compete à Tesouraria/Setor Financeiro verificar a ordem de pagamento, disponibilidade financeira, ordem cronológica, dados bancários, retenções/recolhimentos e efetuar o pagamento, juntando o respectivo comprovante.
Art. 62. Compete ao Almoxarifado e ao Patrimônio registrar, quando cabível, o recebimento, entrada, distribuição, tombamento, localização e responsabilidade por materiais e bens permanentes.
Art. 63. Compete à Controladoria-Geral do Município exercer fiscalização preventiva, concomitante e posterior, por critérios de risco e amostragem, expedir orientações, realizar auditorias, recomendar correções e avaliar a conformidade dos PADP, sem substituir a responsabilidade primária dos agentes que praticam os atos.
Parágrafo único. A manifestação do Controle Interno não convalida ato ilegal, não transfere responsabilidade e não dispensa a conferência própria de cada unidade participante do fluxo da despesa.

TÍTULO VI

DAS VEDAÇÕES, NÃO CONFORMIDADES E MEDIDAS CORRETIVAS

Art. 64. Constituem não conformidades, sem prejuízo de outras: I - processo sem autuação; II - documentos fora da ordem lógica sem justificativa; III - despesa sem prévio empenho; IV - ausência de atesto; V - liquidação sem comprovação do objeto; VI - pagamento sem ordem; VII - documento fiscal incompatível; VIII - ausência de publicação obrigatória; IX - falta de retenção/recolhimento tributário; X - pagamento em desconformidade com ordem cronológica; XI - ausência de fiscal designado; XII - falhas de pesquisa de preços; XIII - inexistência de comprovação patrimonial; XIV - fracionamento indevido; XV - documentos ilegíveis ou sem autenticidade verificável.
Art. 65. Identificada não conformidade sanável antes do pagamento, o processo será devolvido à unidade responsável para correção, mediante despacho que descreva objetivamente a pendência e fixe, quando pertinente, prazo para saneamento.
Art. 66. A correção formal não poderá ser utilizada para produzir retroativamente ato que deveria ter antecedido a despesa ou para ocultar irregularidade material, devendo fatos consumados ser tratados por procedimento próprio de apuração e responsabilização quando cabível.
Art. 67. Havendo indícios de dano ao erário, fraude, falsidade documental, pagamento indevido, conflito de interesses, favorecimento ou outra irregularidade grave, a autoridade competente deverá adotar as providências de apuração, ressarcimento, comunicação e responsabilização previstas em lei.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68. Os checklists constantes dos Anexos desta Instrução Normativa têm caráter orientativo e de controle mínimo, devendo ser complementados conforme a natureza da despesa, legislação específica, instrumento convocatório, contrato e exigências do financiador ou concedente.
Art. 69. Os casos omissos serão decididos pela Controladoria-Geral do Município, em conjunto com a Procuradoria Jurídica e os setores técnicos competentes quando a matéria assim exigir, observadas as normas superiores e os entendimentos do TCE/RN.
Art. 70. Sempre que norma superveniente alterar obrigação prevista nesta Instrução Normativa, prevalecerá a norma de hierarquia superior, devendo a interpretação administrativa buscar compatibilização com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e as Resoluções atualizadas do TCE/RN.
Art. 71. Os Secretários Municipais e responsáveis por unidades gestoras deverão dar ciência desta Instrução Normativa aos servidores e agentes envolvidos na execução orçamentária, financeira, patrimonial e contratual.
Art. 72. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos iniciados a partir de então e, no que couber, aos processos em andamento.
Art. 73. Revogam-se as disposições administrativas internas em contrário.

Rafael Godeiro/RN, 04 de setembro de 2026.

RODOLFO DE ANDRADE TOMAZ
Controlador-geral do Município

ANEXO I - MODELO DE CAPA E IDENTIFICAÇÃO DO PADP

Campo	Preenchimento
Unidade Gestora	
Unidade Requisitante	
Processo nº	
Data de Autuação	
Exercício	
Objeto	
Credor/Interessado	
Modalidade/Fundamento	
Fonte/Destinação	
Contrato/Instrumento	

ANEXO II - CHECKLIST MÍNIMO DO PADP - REGIME COMUM

Nº	Documento/Verificação	Sim/Não/N.A.	Observação

1	Solicitação/DFD e justificativa da necessidade		
2	ETP, quando cabível		
3	Análise/matriz de riscos, quando cabível		
4	Termo de Referência/Projeto Básico/Projeto Executivo		
5	Pesquisa de preços e mapa comparativo		
6	Estimativa de impacto/declarações LRF, quando aplicáveis		
7	Reserva/dotação orçamentária		
8	Autorização da autoridade competente		
9	Edital/aviso e anexos ou ato de contratação direta		
10	Parecer jurídico, quando exigível		
11	Propostas e documentos de habilitação		
12	Ata/relatório do procedimento		
13	Adjudicação e homologação/ratificação		
14	Contrato/ata/instrumento equivalente		
15	Publicação no PNCP e outras legalmente exigidas		
16	Designação do gestor e fiscais		
17	Ordem de fornecimento/serviço		
18	Nota de empenho		
19	Documento fiscal		
20	Atesto/termo de recebimento		
21	Regularidade fiscal/trabalhista exigível		
22	Relatório/medição, quando cabível		
23	Nota de liquidação		
24	Retenções e recolhimentos		
25	Ordem de pagamento		
26	Comprovante bancário		
27	Tombamento/entrada em almoxarifado, quando cabível		
28	Registro da ordem cronológica		
29	Manifestação final do ordenador, quando exigível		

ANEXO III - CHECKLIST COMPLEMENTAR - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº	Item	Situação	Observações
1	ART/RRT de projetos/orçamento/fiscalização		
2	Projetos e memoriais		
3	Planilha orçamentária e composições		
4	BDI e encargos sociais		
5	Cronograma físico-financeiro		
6	Licenças e autorizações		
7	Ordem de serviço		
8	Diário de obra		
9	Boletim de medição		
10	Memória de medição		
11	Relatório fotográfico		
12	Atesto do fiscal		
13	Nota fiscal compatível com medição		
14	Ensaios/laudos, quando exigidos		
15	Aditivos/apostilas e justificativas		
16	As built, quando houver alteração		
17	Termo de recebimento provisório		
18	Termo de recebimento definitivo		

ANEXO IV - CHECKLIST DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Nº	Verificação	OK	Observação
1	Empenho prévio e saldo suficiente		
2	Documento fiscal válido		
3	Compatibilidade do objeto e período		
4	Atesto por agente competente		
5	Medição/relatório de execução		
6	Recebimento provisório/definitivo quando cabível		
7	Regularidade fiscal/trabalhista exigível		
8	Cálculo das retenções		
9	Nota de liquidação		
10	Inclusão na ordem cronológica		
11	Ordem de pagamento		
12	Dados bancários do credor		
13	Comprovante bancário		
14	Comprovantes de recolhimento das retenções		
15	Conciliação com contabilidade e extrato		

ANEXO V - MODELOS DE TERMOS PROCESSUAIS

1. TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, procedo à abertura do Volume nº ____ do Processo Administrativo nº _____, referente a _____, iniciando-se este volume na folha nº _____. Para constar, lavro o presente termo.

Rafael Godeiro/RN, ____/____/____.

_____
Servidor responsável

2. TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, procedo ao encerramento do Volume nº ____ do Processo Administrativo nº _____, contendo este volume as folhas de nº _____ a nº _____, perfazendo _____ folhas. O processo terá prosseguimento no Volume nº ____. Para constar, lavro o presente termo.

Rafael Godeiro/RN, ____/____/____.

_____
Servidor responsável

3. TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO

Nesta data, faço a juntada por anexação do Processo nº _____ ao Processo principal nº _____, por guardarem relação de dependência quanto ao objeto _____, dando-se prosseguimento à numeração sequencial das folhas, nos termos da Instrução Normativa CGM nº ___/2026.

Rafael Godeiro/RN, ____/____/____.

_____
Servidor responsável

4. TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Nesta data, por determinação de _____, procedo ao desentranhamento da(s) folha(s) nº _____ do Processo nº _____, em razão de _____. O ato fica registrado para preservação da rastreabilidade processual.

Rafael Godeiro/RN, ____/____/____.

_____
Servidor responsável

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:D0EEBBBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 45 DE 2026

DECRETO Nº 45, DE 01 de julho de 2026

A abertura de Crédito Adicional, Suplementar/Alteração de QDD para reforço da dotação orçamentaria, observando o disposto no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, e Lei Municipal nº 614/2025 - (LOA 2026), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente **.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.240.900,00 (dois milhões, duzentos e quarenta mil e novecentos reais) às dotações especificadas no Anexo I da Tabela Anexa deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ruy Barbosa/RN, 01 de julho de 2026

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Ruy Barbosa

DECRETO Nº 45/2026 - TABELA DEMONSTRATIVA

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.240.900,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**10.000,00**
	2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**5.000,00**
	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
05 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**74.000,00**
	2021 Bloco da Proteção Social Básica – BL PSB – (CRAS e SCFV)				**74.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	74.000,00
06 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**846.000,00**
	2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**836.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	300.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	400.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	36.000,00
	2086 Programa Brasil Sorridente.				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	10.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					**294.000,00**
	1025 Construção e Recomposição de Pavimentação de Vias Urbanas e Estradas Vicinais.				**294.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	294.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS.					**362.000,00**
	2047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.				**120.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	120.000,00
	2052 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.000,00
	2054 Apoio ao Ensino Médio.				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2055 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - CRECHE.				**122.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	100.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	2.000,00
	2056 Educação de Jovens e Adultos - EJA				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	100.000,00
	2058 Manutenção das Atividades da Educação Especial - AEE.				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
08 .002 FUNDO DE MANUT. E DESENV.DA EDUC.BÁSICA					**488.400,00**
	2063 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FEB-70%.				**488.400,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	300.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401072	0001	158.400,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401072	0001	30.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**60.000,00**
	2067 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					**101.500,00**
	2007 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública				**12.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.500,00
	2072 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.				**89.000,00**
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	49.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
Anexo II (Redução)					**2.240.900,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**10.000,00**
	1085 Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração				**2.700,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	2074 Manutenção dos Serviços de Informação ao Cidadão - SIC e Ouvidoria.				**300,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	300,00
	2120 Elaboração de Concurso Público				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**79.000,00**
	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	1117 Construção de Uma Piscina para Hidroginástica.				**74.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	74.000,00
06 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**846.000,00**
	1093 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades Básicas de Saúde - UBS.				**5.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	5.200,00
	1109 Aquisição de Veículos/Ambulâncias.				**190.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16210000	0001	150.000,00
	2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**166.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	87.040,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	990,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.990,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15001002	0001	1.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16210000	0001	41.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16210000	0001	15.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.990,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10.000,00
	2036 Manutenção da Ações da Atenção Primária à Saúde (APS)				**470.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	300.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	100.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	60.000,00
	2038 Serviços de Média e Alta Complexidade - MAC				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.000,00
	2124 Programa Mais Médicos				**800,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	800,00
	1120 Construção de Um Centro de Reabilitação Multidisciplinar.				**9.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	9.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					**294.000,00**
	1025 Construção e Recomposição de Pavimentação de Vias Urbanas e Estradas Vicinais.				**197.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	49.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	49.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	99.000,00
	1074 Construção e/ou Reforma da Praças.				**19.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	19.000,00
	1104 Pavimentação Asfáltica de Ruas				**64.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	49.000,00
	1116 Urbanização de Logradouros Públicos.				**14.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	14.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS.					**662.000,00**
	1036 Construção, Reforma e Ampliação de Unidade de Ensino Fundamental				**70.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	15.000,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	45.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	5.000,00
	1038 Aquisição de Veículos e Ônibus				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	50.000,00
	1040 Construção, Reforma e Ampliação de Unidade de Educação Infantil .				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	50.000,00
	1044 Construção e Reforma de Quadra Esportiva e Ginásio.				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	1046 Construção de Arena Society e arena de futevôlei.				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	2047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.				**95.580,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.990,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	2.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	990,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	50.000,00
	2050 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Ensino Fundamental.				**2.490,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	490,00
	2051 Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN - Ensino Fundamental.				**990,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	990,00
	2052 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2055 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - CRECHE.				**2.480,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	490,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.990,00
	2056 Educação de Jovens e Adultos - EJA				**490,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	490,00
	2058 Manutenção das Atividades da Educação Especial - AEE.				**490,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	490,00
	2088 Aquisição e Distribuição de Fardamento para Alunos do Ensino Fundamental.				**20.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	20.000,00
	2095 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - PRÉ-ESCOLA.				**51.480,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	990,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	490,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	50.000,00
	2134 Ação Judicial Precatórios FUNDEF - Ensino Fundamental				**201.950,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15440000	0001	114.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15440000	0001	9.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15440000	0001	44.990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15440000	0001	29.990,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15440000	0001	1.990,00
	2135 Ação Judicial Precatórios FUNDEF - Ensino Infantil - CRECHE				**98.050,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15440000	0001	59.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15440000	0001	9.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15440000	0001	9.990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15440000	0001	18.080,00
08 .002 FUNDO DE MANUT. E DESENV.DA EDUC.BÁSICA					**188.400,00**
	2063 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FEB-70%.				**130.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15411070	0001	19.900,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15411070	0001	9.900,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	70.200,00
	2064 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - CRECHE - FEB-30%.				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	15.000,00
	2119 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - PRÉ-ESCOLA - FEB-30%.				**43.400,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	4.990,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	9.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	9.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	9.990,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	8.440,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**60.000,00**
	1053 Aquisição de Máquinas.				**60.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	60.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					**101.500,00**
	1097 Aquisição de Um Caminhão Compactador de Lixo				**89.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	89.000,00
	2072 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.				**12.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.500,00

Ruy Barbosa/RN, 01 de julho de 2026

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Ruy Barbosa

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:104210C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 01086/2026

DECRETO Nº 01086/2026

Abre Crédito Adicional Especial por excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 01005/2026.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Especial no valor R$ 47.456,68 (quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte: Excesso de Arrecadação			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
1.124 - FORTALECIMENTO DE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL-ALDIR BLANC			
	1527 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 17190000	R$ 15.000,00
	1528 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17190000	R$ 32.456,68
Total da Ação:			**R$ 47.456,68**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 47.456,68**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Excesso de Arrecadação através da Transferência da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.
. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 4 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
ANEXO 01086/2026	
FONTE: FONTE: 17190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	
1) Previsão da receita para exercício 2026	-
2) Arrecadação no período de janeiro a dezembro 2026	47.456,68
3) Total da arrecadação estimada para o exercício 2026	47.456,68
4) Demonstração do cálculo do excesso de arrecadação	
a) Previsão Receita para 2026(LOA)	
b) Valor arrecadado até dezembro 2025	47.456,68
c) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO + A PROVAVEL ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO.	47.456,68
d) Valor Utilizado	-
e) Valor Utilizado neste decreto	47.456,68
f) Saldo de excesso em 04/09/2026	-

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:CAEC21E7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 01087/2026

DECRETO Nº 01087/2026

Abre Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 01005/2026.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Especial no valor R$ 501,24 (quinhentos e um reais e vinte e quatro centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Superavit Financeiro			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
1.124 - FORTALECIMENTO DE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL-ALDIR BLANC			
	1529 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 27190000	R$ 462,36
	1530 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	Fonte: 27190000	R$ 38,88
Total da Ação:			**R$ 501,24**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 501,24**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial:

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando /RN, 4 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO	
ANEXO DECRETO 01087/2026	
FONTE: FONTE: 27190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2025	501,24
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	-
(C) Créditos Extraordinários	-
(D) Créditos Suplementares e Especiais	-
Valor utilizado decreto	
Valor deste crédito	501,24
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	-
Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E) 04/09/2026	0,00

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:AD4EE1DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1408 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1408- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	280,00 (DUZENTOS E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Destino	PATOS -PB		
Data da concessão	08 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	08 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	06HS DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**16:30 H DO 08 DE SETEMBRO DE 2026**
Beneficiário	GARRIDO FERNANDES DANTAS DE ARAÚJO		
CPF n.°	053.795.234-98		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA		

ACOMPANHAR O PACIENTE ANTONY GAEL MEDEIROS DA SILVA PARA REALIZAR CONSULTA MEDICA NA CLINICA HUMANIZZAR PATOS PB, LOCALIZADO RUA VIDAL DE NEGREIROS 299- CENTRO, PATOS - PB NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:AF61C4D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº012/2026 - SME, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PLANO DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS "ALFABETIZA MIPIBU"
1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de São José de Mipibu/RN apresenta o Plano de Comunicação Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfabetiza Mipibu", com a finalidade de organizar a comunicação interna e externa das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização, ao acompanhamento pedagógico, à formação continuada, ao monitoramento das aprendizagens, à mobilização das famílias e à divulgação responsável dos resultados educacionais.

Este Plano constitui documento oficial da Secretaria Municipal de Educação e integra o conjunto de instrumentos de governança, gestão, formação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, em alinhamento ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN e às ações próprias da Rede Municipal de Ensino.

2. FINALIDADE DO PLANO

O presente Plano tem por finalidade definir objetivos, públicos-alvo, mensagens-chave, canais de comunicação, periodicidade das ações, estratégias de mobilização, responsáveis, evidências e mecanismos de divulgação dos resultados relacionados à Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu".

A comunicação será organizada em duas frentes complementares: comunicação interna, direcionada aos profissionais da rede municipal de ensino; e comunicação externa, direcionada às famílias, comunidade escolar, sociedade local e instituições parceiras.

3. FUNDAMENTAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte - DCRN;

Decreto Federal nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

Lei Federal nº 15.247/2025, que estabelece diretrizes para a promoção da alfabetização na idade adequada e consolida o Compromisso como política de Estado;

Decreto Estadual nº 33.990/2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN;

Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfabetiza Mipibu";

4. OBJETIVO GERAL

Organizar a comunicação interna e externa da Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu", garantindo circulação sistemática e institucional das informações sobre ações, metas, formações, acompanhamento pedagógico, avaliações, mobilização social e resultados da alfabetização na Rede Municipal de Ensino de São José de Mipibu/RN.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Divulgar a Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu" para gestores, coordenadores pedagógicos, professores, famílias e comunidade.

Assegurar que as escolas compreendam os objetivos, metas, instrumentos e responsabilidades relacionados à alfabetização das crianças na idade adequada.

Fortalecer a mobilização dos profissionais da educação para participação em formações, reuniões técnicas, devolutivas e ações de acompanhamento pedagógico.

Mobilizar famílias e comunidade para a frequência escolar, o acompanhamento das crianças e a participação nas ações escolares.

Divulgar, de forma ética e institucional, os resultados gerais de avaliações internas e externas, fluência leitora, diagnósticos e ações de recomposição.

Registrar evidências comunicacionais para fins de acompanhamento, monitoramento, prestação de contas e participação em programas de reconhecimento educacional.

Evitar informações desencontradas e baixa adesão às ações da política municipal de alfabetização.

6. PÚBLICOS-ALVO

Categoria	Descrição
Interno - gestão	Secretária Municipal de Educação, equipe técnica da SME, articulação municipal RENALFA, CEMPE/SJM, coordenação técnica, apoio técnico-administrativo.
Interno - unidades escolares	Gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores do 1º e 2º ano, professores dos anos iniciais, profissionais da Educação Infantil e demais profissionais envolvidos.
Externo - comunidade escolar	Famílias ou responsáveis, estudantes, conselhos escolares, representantes comunitários e lideranças locais.
Externo - sociedade e parceiros	Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal, imprensa local, instituições parceiras, comunidade em geral e órgãos de acompanhamento da política educacional.

7. MENSAGENS-CHAVE

Alfabetizar todas as crianças na idade adequada é compromisso da rede municipal, das escolas, das famílias e da gestão pública.

A Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu" organiza ações permanentes de formação, acompanhamento, avaliação, fluência leitora e recomposição das aprendizagens.

Os dados das avaliações devem orientar o planejamento pedagógico e as intervenções por turma e por estudante, sem uso para exposição ou culpabilização.

A frequência escolar é condição essencial para a aprendizagem e deve ser acompanhada por escola, família e Secretaria Municipal de Educação.

A leitura diária, a escrita, a oralidade, o trabalho com o Sistema de Escrita Alfabética e a resolução de problemas devem estar presentes na rotina escolar.

As famílias são parceiras da escola na garantia do direito à alfabetização.

Os resultados da alfabetização serão divulgados de forma responsável, institucional, coletiva e orientada à melhoria da aprendizagem.

8. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Canal	Uso principal	Periodicidade
Ofícios e comunicados oficiais	Comunicação formal com gestores, coordenadores, escolas, órgãos institucionais e parceiros.	Conforme demanda e cronograma oficial.
Grupos institucionais de WhatsApp	Orientações rápidas para gestores, coordenadores e professores, com linguagem objetiva e registro de encaminhamentos.	Semanal ou conforme necessidade.
Reuniões técnicas presenciais ou on-line	Alinhamentos com gestão, coordenação, orientadoras, escolas e equipes pedagógicas.	Mensal, bimestral ou conforme calendário.
Formações continuadas	Divulgação de pautas, cronogramas, materiais, listas de presença e registros das formações.	Conforme plano de formação.
Murais e comunicados escolares	Avisos às famílias sobre frequência, leitura, avaliações, encontros e ações de alfabetização.	Quinzenal ou mensal.
Redes sociais institucionais	Divulgação pública de campanhas, ações, formações, boas práticas e resultados gerais.	Mensal ou conforme agenda.
Site ou portal institucional da Prefeitura/SME	Publicação de documentos, notícias, resultados gerais, comunicados e materiais orientadores.	Mensal ou quando houver atualização.
Rádio local, carro de som ou comunicação comunitária	Mobilização de famílias e comunidade, especialmente em territórios com menor acesso digital.	Conforme campanha e necessidade territorial.
Reuniões escolares com famílias	Sensibilização sobre frequência, leitura em casa, acompanhamento da aprendizagem e participação nas ações da escola.	Bimestral ou conforme calendário escolar.

9. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

Campanha municipal de lançamento da Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu".

Comunicados oficiais para gestores e coordenadores sobre responsabilidades, prazos, instrumentos e fluxos de acompanhamento.
Reuniões de alinhamento com orientadoras de alfabetização e equipes escolares.
Divulgação de calendário de formações e acompanhamento das presenças.
Campanhas de frequência escolar e busca ativa pedagógica para estudantes com baixa assiduidade.
Mobilização das famílias para participação em reuniões e acompanhamento da aprendizagem.
Socialização de resultados gerais da fluência leitora e das avaliações, com foco na intervenção pedagógica.
Divulgação de boas práticas de alfabetização desenvolvidas pelas escolas da rede municipal.
Produção de registros institucionais: atas, listas de presença, fotos, relatórios, publicações e links.

10. PLANO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Ação	Público-alvo e mensagem-chave	Canal e periodicidade	Responsável e evidência
1. Lançamento institucional da política	Público: gestores, coordenadores, professores, orientadoras e comunidade. Mensagem: "Alfabetiza Mipibu: compromisso municipal pela alfabetização das crianças."	Canal: ofício, reunião, redes sociais e site. Periodicidade: início da execução e atualizações necessárias.	Responsável: SME / Coordenação Técnica / Comunicação. Evidência: ofício, lista de presença, fotos, notícia ou publicação.
2. Comunicação com gestores e coordenadores	Público: gestores e coordenadores pedagógicos. Mensagem: organização da rotina, acompanhamento, frequência, avaliação e uso dos dados.	Canal: comunicado oficial, reunião técnica e WhatsApp institucional. Periodicidade: semanal ou quinzenal.	Responsável: SME / Coordenação Técnica. Evidência: comunicados, atas e cronogramas.
3. Comunicação com professores dos anos iniciais	Público: professores dos anos iniciais Mensagem: planejamento, SEA, leitura, escrita, oralidade, fluência e recomposição.	Canal: formações, reuniões, materiais orientadores e grupos institucionais. Periodicidade: mensal e conforme plano de formação.	Responsável: Coordenação Técnica Evidência: pautas, materiais, listas de presença e registros.
4. Mobilização das famílias	Público: famílias e responsáveis. Mensagem: a presença na escola e a leitura diária ajudam a criança a aprender.	Canal: reuniões escolares, bilhetes, cards, murais, WhatsApp da escola Periodicidade: bimestral e em campanhas específicas.	Responsável: gestão escolar / coordenação / SME. Evidência: atas, fotos, comunicados e registros escolares.
5. Comunicação sobre avaliações e fluência leitora	Público: escolas, professores, coordenadores e famílias. Mensagem: avaliar é acompanhar a aprendizagem e planejar melhor as intervenções.	Canal: reuniões, devolutivas, relatórios e comunicados. Periodicidade: após cada ciclo avaliativo.	Responsável: SME Evidência: relatórios, mapas, atas e devolutivas.
6. Divulgação de resultados gerais	Público: rede municipal e sociedade. Mensagem: resultados orientam decisões e fortalecem a política pública de alfabetização.	Canal: site, redes sociais, reuniões e relatório institucional. Periodicidade: bimestral, semestral ou após consolidação dos dados.	Responsável: SME / Comunicação / CEMPE/SJM. Evidência: publicações, relatório e links.
7. Valorização de boas práticas	Público: escolas, professores, gestores e comunidade. Mensagem: boas práticas de alfabetização devem ser reconhecidas e compartilhadas.	Canal: redes sociais, eventos, reuniões, certificação e notícias. Periodicidade: semestral ou anual.	Responsável: SME / CEMPE/SJM / Escolas. Evidência: fotos, certificados, notícias e registros.

11. CRONOGRAMA GERAL

Fase	Período	Descrição	Responsáveis
Fase 1 - Organização e sensibilização interna	Setembro de 2026	Apresentação da política, alinhamento com SME, CEMPE/SJM, gestores, coordenadores e professores.	SME / Coordenação Técnica / Articulação RENALFA
Fase 2 - Mobilização da rede e das famílias	Setembro a outubro de 2026	Campanhas de frequência, leitura em casa, participação em avaliações, reuniões e formações.	SME / Escolas
Fase 3 - Divulgação de ações e resultados gerais	Outubro a dezembro de 2026	Publicação de ações, devolutivas, formações, resultados gerais, boas práticas e avanços da rede.	SME / Comunicação / CEMPE/SJM
Fase 4 - Consolidação e atualização do plano	Dezembro de 2026 e atualização anual	Avaliação das ações de comunicação, sistematização das evidências e planejamento do ciclo seguinte.	SME / CEMPE/SJM / Coordenação Técnica

12. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO

Responsável	Atribuições no plano
Secretaria Municipal de Educação	Validar o plano, garantir a comunicação institucional, autorizar documentos oficiais e acompanhar a execução.
Coordenação Técnica da Alfabetização	Planejar ações, organizar cronogramas, produzir comunicados técnicos, acompanhar o trabalho docente junto aos coordenadores pedagógicos e sistematizar evidências.
Articulação Municipal RENALFA	Articular informações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Pró-Alfa RN.
CEMPE/SJM	Acompanhar, propor, validar encaminhamentos e apoiar a governança da política municipal de alfabetização.
Gestores e coordenadores escolares	Comunicar professores e famílias, organizar reuniões, registrar evidências e executar ações de mobilização na escola.
Assessoria de Comunicação	Produzir artes, notícias, publicações, registros e divulgação externa.

13. MONITORAMENTO E INDICADORES

Número de comunicados oficiais emitidos;
Número de reuniões realizadas com gestores, coordenadores, professores e famílias;
Número de participantes em formações e reuniões;
Percentual de escolas que receberam e registraram as orientações;
Quantidade de publicações institucionais realizadas;
Quantidade de campanhas de frequência, leitura e mobilização familiar;
Registro de devolutivas pedagógicas realizadas por escola e turma;
Evidências arquivadas: ofícios, atas, listas de presença, fotos, prints, links, relatórios e materiais utilizados;
Divulgação de resultados gerais de avaliações, fluência leitora e ações de intervenção, sem identificação nominal dos estudantes.

14. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

Risco	Medida preventiva
Baixa adesão dos profissionais às ações comunicadas	Antecipar comunicados, reforçar em reuniões, registrar prazos e responsáveis.
Famílias com pouco acesso digital	Utilizar murais escolares, bilhetes, reuniões presenciais, rádio local e comunicação comunitária.
Informações desencontradas em grupos de mensagem	Utilizar comunicados oficiais curtos, padronizados e com fonte institucional.
Exposição indevida de dados de estudantes	Divulgar resultados gerais e pedagógicos, sem identificação nominal pública de estudantes.
Sobrecarga de mensagens nos grupos institucionais	Organizar dias, horários e responsáveis pelos envios, evitando excesso de informações.
Descontinuidade das ações	Vincular a comunicação ao cronograma da política, ao PTA e às reuniões do CEMPE/SJM.

15. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma institucional, pedagógica e ética, priorizando dados gerais da rede, das escolas e das ações desenvolvidas. Não deverão ser divulgados publicamente nomes de estudantes, resultados individuais ou informações que possam expor crianças, famílias ou profissionais.
Relatórios técnicos internos para a SME, CEMPE/SJM e equipes escolares;
Devolutivas pedagógicas por escola e por turma;
Sínteses gerais para gestores, coordenadores e professores;

Publicações institucionais com dados gerais, avanços, ações realizadas e boas práticas;
Reuniões com famílias para apresentação de orientações e encaminhamentos pedagógicos;
Prestação de informações em programas institucionais, quando solicitado, com documentos atualizados e identificados.

16. EVIDÊNCIAS A SEREM ARQUIVADAS

Plano de Comunicação Municipal assinado pela Secretaria Municipal de Educação;
Comunicados oficiais, ofícios, memorandos e orientações expedidas;
Atas de reuniões, pautas e listas de presença;
Registros fotográficos das ações, formações, reuniões e campanhas;
Prints de publicações em canais institucionais e grupos oficiais;
Links de notícias, postagens e materiais divulgados;
Materiais utilizados nas campanhas: cards, cartazes, textos, convites e roteiros;
Relatórios de acompanhamento, devolutivas pedagógicas e sínteses de resultados;
Registros de participação de famílias e profissionais nas ações de mobilização.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Plano de Comunicação Municipal da Política Municipal de Alfabetização "Alfabetiza Mipibu" terá vigência no exercício de 2026, podendo ser atualizado anualmente ou sempre que houver necessidade de adequação às diretrizes municipais, estaduais e nacionais relacionadas à alfabetização.
A execução deste Plano deverá ser acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação, pela Coordenação Técnica da Alfabetização e pelo Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Educação/Alfabetização - CEMPE/SJM, com apoio das unidades escolares e dos setores responsáveis pela comunicação institucional.

São José de Mipibu/RN, 08 de setembro de 2026.

JOSIEIDY VERAS DINIS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:BADA4817

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1258, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 5.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1258, DE 31 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 5.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 5.000,00 (cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 31 de agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas			
1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS			
157 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		Fonte: 17200000	R$ 5.000,00
Total da Ação:			**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas			
1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS			
156 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:			**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6E212A2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1259, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1259, DE 31 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 31 de agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas			
1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS			
157 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		Fonte: 17200000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas			
1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS			
156 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:DF5132B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E REC. HÍDRICOS
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE CNPJ 08.308.470/0001-29
OBJETIVO:
OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 75 DA LEI Nº 14.133/2021.
OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CANOS PV PN 125MM PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES.

ITENS:

Item	Especificação do produto	Unidade	Quant.
1	CANOS/TUBOS DE PVC PARA POÇO TUBULAR, DIÂMETRO NOMINAL DE 125 MM, TIPO PN, PRÓPRIO PARA REVESTIMENTO E/OU INSTALAÇÃO EM POÇOS TUBULARES, FABRICADO EM PVC RÍGIDO, RESISTENTE À PRESSÃO E À CORROSÃO, COM SISTEMA DE ENCAIXE ADEQUADO À APLICAÇÃO, DEVENDO ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E POSSUIR CERTIFICAÇÃO QUANDO EXIGÍVEL, VARAO COM 06 METROS	Unidade	280

PERÍODO DE PROPOSTAS:
ATÉ AS 10H40 MIN DO DIA 15/09/2026.
ENDEREÇOS PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
E-MAIL:secinfrasv@gmail.com
ENDEREÇO: Praça Joaquim Araújo filho, 84 – Centro – São Vicente/RN.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
SIM

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS APÓS ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:
HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS:
TELEFONE(S): (84) 3436-0226
O REFERIDO DOCUMENTO RETIFICA O AVISO ANTERIORMENTE DIVULGADO NA IMPRENSA OFICIAL SOB O CÓDIGO IDENTIFICADOR: 305B3FC3 POR EXISTÊNCIA DE ERRO DE DIGITAÇÃO NAS INFORMAÇÕES QUANTO O PERÍODO DE PROPOSTA E ENDEREÇOS PARA RECEBIMENTO

WELLINTON ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:21F23954

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SETOR DE PREGÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026
O MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.755.971/0001-20, sito a av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor Hudson Kênio de Moura Azevedo, brasileiro, portador do CPF sob o nº 017.469.404-09, na cidade de Serra do Mel/RN, doravante denominado órgão **GERENCIADOR** e **DE OUTRO LADO** o(a) **GM LOCACOES E SERVICOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.385.620/0001-40, sediado(a) na R FRANCISCA ALVES DA SILVA, Nº 49, CEP: 59.617-250, NO BAIRRO ABOLIÇÃO, MOSORÓ/RN, o(s) fornecedor(es) abaixo qualificado(s), doravante denominado(s) **DETENTOR DA ATA**, neste ato representado(a) por Glenio Pinto Gadelha, inscrito no CPF sob o nº 595.080.784-72, com endereço eletrônico gmlocacoeseservicos@hotmail.com, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº 817/2026 e em observância às disposições da Lei 14.133, de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 058/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico nº **20/2026,** processo nº **817/2026**, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133, de 2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

1.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR será o MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de veículos leves sem condutor, VAN e Micro-ônibus com condutor, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e logísticas das diversas Secretarias e órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município de Serra do Mel/RN, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital regente do certame.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as seguintes:

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	70616	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, SEM CONDUTOR, COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EQUIPADO COM ITENS DE SÉRIE ESSENCIAIS, TAIS COMO AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ASSISTIDA (HIDRÁULICA OU ELÉTRICA), VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, SISTEMA DE SOM, AIRBAG DUPLO FRONTAL E FREIOS ABS, ALÉM DE DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS, PESSOAIS E CONTRA TERCEIROS A SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. O ABASTECIMENTO DO VEÍCULO FICARÁ A CARGO DA CONTRATANTE.	SERV	VW	96	R$4.064,91	R$390.231,36
2	70618	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MONOVOLUME/MINIVAN, SEM CONDUTOR, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.8 FLEX, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 6 (SEIS) PASSAGEIROS COM 3 (TRÊS) FILEIRAS DE ASSENTOS, COM NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ASSISTIDA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AIRBAG DUPLO FRONTAL, FREIOS ABS E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS, PESSOAIS E CONTRA TERCEIROS A SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. O ABASTECIMENTO DO VEÍCULO FICARÁ A CARGO DA CONTRATANTE.	SERV	CHEVROLET	36	R$6.488,06	R$233.570,16
3	70619	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, SEM CONDUTOR, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 2.8 TURBODIESEL, CÂMBIO AUTOMÁTICO, TRAÇÃO 4X4, CAPACIDADE PARA ATÉ 5 (CINCO) PASSAGEIROS, COM NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ASSISTIDA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AIRBAG DUPLO FRONTAL, FREIOS ABS, CAÇAMBA COM TAMPA (HARD COVER OU SIMILAR) E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS, PESSOAIS E CONTRA TERCEIROS A SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. O	SERV	HILUX	36	R$6.741,27	R$242.685,72

		ABASTECIMENTO DO VEÍCULO FICARÁ A CARGO DA CONTRATANTE.					
4	70620	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, SEM CONDUTOR, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0 TURBO FLEX OU 1.4 FLEX, CAPACIDADE PARA ATÉ 5 (CINCO) PASSAGEIROS, COM NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ASSISTIDA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AIRBAG DUPLO FRONTAL, FREIOS ABS, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 (QUINHENTOS) LITROS E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS, PESSOAIS E CONTRA TERCEIROS A SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. O ABASTECIMENTO DO VEÍCULO FICARÁ A CARGO DA CONTRATANTE.	SERV	HB20 SEDAN	36	R$4.182,51	R$150.570,36
5	70621	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV DE GRANDE PORTE, SEM CONDUTOR, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 2.8 TURBODIESEL, CÂMBIO AUTOMÁTICO, TRAÇÃO 4X4 COM SISTEMA DE REDUZIDA, CAPACIDADE PARA ATÉ 7 (SETE) PASSAGEIROS COM 3 (TRÊS) FILEIRAS DE ASSENTOS, COM NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO DIGITAL BI-ZONA OU SIMILAR, DIREÇÃO ASSISTIDA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AIRBAG DUPLO FRONTAL E LATERAIS, FREIOS ABS COM DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD), CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESC), CONTROLE DE TRAÇÃO, SUSPENSÃO ELEVADA COMPATÍVEL COM O TIPO, CÂMERA DE RÉ E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS, PESSOAIS E CONTRA TERCEIROS A SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. O ABASTECIMENTO DO VEÍCULO FICARÁ A CARGO DA CONTRATANTE.	SERV	SW4	12	R$14.401,86	R$172.822,32
6	70622	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, DO TIPO VAN, COM TEMPO DE USO DE NO MÁXIMO 03 (TRÊS) ANOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, DOTADO DE AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR A DIESEL, PORTA LATERAL CORREDIÇA, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E DE TRÂNSITO VIGENTES E EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO NA CATEGORIA COMPATÍVEL, COM EXPERIÊNCIA E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS DECORRENTES, BEM COMO O FORNECIMENTO INTEGRAL DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGUROS OBRIGATÓRIOS E CONTRA TERCEIROS, LICENCIAMENTO, TAXAS, TRIBUTOS E QUAISQUER OUTROS CUSTOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, DEVENDO AINDA A CONTRATADA PROVIDENCIAR A SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DO VEÍCULO EM CASO DE PANE, DEFEITO OU INDISPONIBILIDADE, POR OUTRO COM CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORES, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO.	Km	DUCATO	15.000	R$5,66	R$84.900,00
7	70623	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS PADRÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 35 (TRINTA E CINCO) PASSAGEIROS E NO MÁXIMO 3 (TRÊS) ANOS DE FABRICAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM CAPACIDADE COMPATÍVEL PARA O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E DE TRÂNSITO VIGENTES, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, DEVENDO POSSUIR, NO MÍNIMO, AR-CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTÁVEIS EM BOM ESTADO, CINTOS DE SEGURANÇA PARA TODOS OS OCUPANTES E DEMAIS ITENS QUE ASSEGUREM CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO NA CATEGORIA COMPATÍVEL, COM EXPERIÊNCIA E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS DECORRENTES, BEM COMO O FORNECIMENTO INTEGRAL DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGUROS OBRIGATÓRIOS E CONTRA TERCEIROS, LICENCIAMENTO, TAXAS, TRIBUTOS E QUAISQUER OUTROS CUSTOS NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, DEVENDO AINDA A CONTRATADA PROVIDENCIAR A SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DO VEÍCULO EM CASO DE PANE, DEFEITO OU INDISPONIBILIDADE, POR OUTRO COM CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORES, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO.	Km	VOLARE	15.000	R$8,02	R$120.300,00
						Total	1.395.079,92

3.1.1. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

3.2. O presente instrumento caracteriza-se como documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 3.1, onde são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas conforme condições definidas no edital e seus anexos, propostas de preços apresentadas e ata do Pregão Eletrônico nº **20/2026**, que integram este instrumento.

3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
4.1.1. O contrato ou instrumento substitutivo decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na respectiva ARP.
4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.
4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço
5.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata, e havendo a oscilação de mercado, poderá adotar uma das medidas previstas abaixo, se for o caso.
5.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.
5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:
I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;
II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;
III – convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.
5.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:
I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;
II – promover a negociação com os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, observado o procedimento descrito no subitem 5.6.
5.4.1. Não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 5.6, ou não existindo licitantes que aderiram ao preço do vencedor nem existindo licitantes remanescentes, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.
5.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicitar a revisão do preço registrado e comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:
I – proceder às negociações na forma do subitem 5.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;
II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante se frustrada a negociação de que trata o inciso I deste item.
5.5.1. Diante da inexistência de licitantes que reduziram ao preço do vencedor ou de licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração, por ele, de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.
5.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.
5.5.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133, de 2021.
5.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.
Da negociação para fins de revisão de preço
5.6. As negociações de que tratam os subitens 5.4.1 e 5.5 deverão observar o seguinte procedimento:
5.6.1. O órgão gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, bem como os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.
5.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do supracitado item 5.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convoca-los para negociação, sempre na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

6.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, se for comprovado o motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que não haja majoração do preço registrado, e também o novo produto deve possuir, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores.
6.2. A aceitação de que trata o subitem 6.1, poderá ser precedida de parecer técnico, solicitado pelo gerenciador, que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e a aceitação da substituição deverá ser consignada na ARP através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ARP

7.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:
I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 5.3 e no inciso I do subitem 5.4 desta ARP.
II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 5.2);
IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;
V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.
7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:
I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do respectivo preço registrado;
II - proceder às negociações com os licitantes que reduziram seus preços ao valor do vencedor, e também com os licitantes remanescentes na forma do subitem 5.6.
7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar a sua decisão no processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e também dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
8.1.1. Publicar o extrato da ARP na imprensa oficial do Município, com a indicação do número da respectiva licitação, do objeto e endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.
8.1.2. Publicar nos mesmos moldes delineados no subitem 8.1.1 eventuais alterações que possam ocorrer na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca e/ou modelo, quantitativos dos itens ou de seus preços.
8.1.3. Divulgar, mediante publicação no portal do município e no PNCP, o preço registrado, com indicação dos fornecedores, e essa informação deverá ficar disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
8.1.4. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:
8.1.4.1. Emitir a autorização de compra;
8.1.4.2. Indicar para os Órgãos e/ou Entidades Participantes da ARP, os fornecedores e seus respectivos saldos dos itens, visando subsidiar os pedidos de compras.
8.1.4.3. Proceder atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado, nos termos previstos na Cláusula Quinta.
8.1.4.4. Se necessário, promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos e/ou entidades participantes.
8.1.4.5. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133, de 2021.
8.1.4.6. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do "*termo de adesão*".
8.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, quando houver situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.
8.1.6. Emitir decisão de forma explícita, sobre todas as solicitações e reclamações elaboradas pelos detentores da Ata de RP, que forem relacionadas ao gerenciamento da ata, com exceção dos requerimentos que forem manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios.
8.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 8.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de até *30(trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123 da Lei)
8.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:
8.2.1. Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida a ordem de classificação.
8.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.
8.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa, correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.
8.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.
8.2.5. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de RP, ou do descumprimento das obrigações contratuais, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.
8.2.6. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.
8.2.7. Não participar em mais de uma ata de registro de preços, que tenha o mesmo objeto, no prazo de validade desta ARP, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021).
8.2.8. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor da ata de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
8.2.9. O órgão não participante interessado em aderir à ARP deverá encaminhar ao órgão gerenciador, o Pedido/solicitação de Adesão.
8.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP (fornecedor):
8.3.1. Manter, durante a vigência do RP, todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
8.3.2. Responder no prazo de até 05 (dias) dias as solicitações, pedidos e/ou informações, feitas pelo Órgão Gerenciador e Órgãos e/ou Entidades participantes.
8.3.3. Na hipótese do preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados na ARP, **comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento** realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.
8.3.4. No caso de solicitação de revisão de preço, deverá comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados.
8.3.5. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente do registrado na ARP, conforme disposto na cláusula Sexta deste instrumento, deverá comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores ao registrado, não podendo haver majoração do preço registrado.
8.3.6. Caso solicite o cancelamento do item registrado, deverá comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:
der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total da ARP;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto registrado sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP;
praticar ato fraudulento na execução da ARP;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:
I) **Advertência**, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ARP, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) **Multa por descumprimento de prazos e obrigações**
1. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
1.1. A contratante a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá recusar o objeto solicitado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.
3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total registrado, no caso de inexecução total pelo fornecedor.
3.1. Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo acima estabelecido, as hipóteses em que o fornecedor não apresentar situação regular conforme as exigências da Administração.
4. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.
IV.1) **Multa por extinção contratual**
1. nas hipóteses de rescisão unilateral, o órgão gerenciador aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente.
2. não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.
9.3. A aplicação das sanções previstas nesta ARP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4. Todas as sanções previstas nesta ARP poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o órgão;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ARP ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9. O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11. Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ARP ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações para cada um, fixadas no Termo de Referência.
10.2. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio da Ordem de Serviço, Ordem de Fornecimento, ou instrumento de contrato, dentro do prazo de validade da respectiva ARP, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei 14.133, de 2021.

10.2.1. O instrumento substitutivo que se utilizará da Ata de Registro de Preços será a Ordem de fornecimento ou Ordem de serviço, em modelo padronizado do órgão.
10.2.2. Poderá ser firmado contrato, somente nos casos em que exista saldo no encerramento da vigência da ARP, e o prazo de duração do contrato, seguirá o disposto no artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.
10.3. Por força do § 2º do artigo 86 da Lei 14.133, de 2021 fica autorizado a utilização da ata de registro de preços, gerenciada pela Administração Pública municipal, por órgãos ou entidades não participantes, observados requisitos dos Incisos I, II e III do § 2º.
10.4. Será admitida a forma eletrônica na celebração da contratação, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
10.5. O prazo para assinatura da ARP/contrato/instrumento substitutivo, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei 14.133, de 2021.
10.6. A formalização/emissão dos contratos ou outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133, de 2021, decorrentes do Sistema de Registro de Preço, deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da ARP, assim como o seu envio ao detentor da ARP.
10.7. Na assinatura:
I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;
II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem no Edital;
III – deverão ser entregues os documentos exigidos para essa fase procedimental, caso previsto no Termo de Referência.
10.8. O prazo de duração dos contratos e/ou instrumento substitutivo, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 4.1), haja vista que o prazo de duração dos contratos/instrumentos substitutivos, segue o disposto pelo Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.
10.8.1. No contrato bem como no instrumento substitutivo, deverá conter o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
10.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, substituição no caso de defeito, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

*Serra do Mel/RN, **31 de agosto** de 2026.*

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional
Representante Legal Do Gerencidador Da Ata

GM Locacoes E Servicos LTDA
CNPJ 10.385.620/0001-40
GLENIO PINTO GADELHA
CPF 595.080.784-72
Representante Legal Do Detentor Da Ata

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:84D692A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) NO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma contínua.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais doMunicípio de Taipu/RN.
Deste modo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU** e a **Secretaria Municipal de Cultura**, tornam público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
1.1 O edital se orienta pelo seguinte cronograma:

ATIVIDADE	DATA
INSCRIÇÕES	De 1º à 15/09/2026
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO	18/09/2026
PRAZO PARA RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO	De 21 à 23/09/2026
RESULTADO DO RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO	25/09/2026
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO	25/09/2026
PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO	28 e 29/09/2026
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	30/09/2026
PRAZO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	De 1º à 05/10/2026
RESULTADO DO RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	06/10/2026
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	06/10/2026
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO EDITAL	07/10/2026
PERÍODO DE ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL	De 13 à 16/10/2026
PAGAMENTO	Até 30 dias após assinatura do Termo

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Taipu/RN.

Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados **08 projetos culturais**.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de **R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

UNIDADE	Secretaria Municipal de Cultura
FONTE DO RECURSO	1719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.
ELEMENTOS	33.90.31 - Premiações culturais, art., cient., desp. e outros. 33.90.36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física; 33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica;

O valor total repassado não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.

Prazo de inscrição

O prazo para as inscrições será de 15 (quinze) dias úteis.
Das 08:00 horas do dia 01 de Setembro de 2026 até às 13 horas do dia 15 de Setembro de 2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar

Pode inscrever-se neste Edital qualquer proponente que comprove residência e/ou domicílio em Taipu/RN há pelo menos 12 (doze) meses, desde que comprove, também obrigatoriamente, atuação e contribuição artística ou cultural no município.

Agente Cultural/Proponente é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
Pessoa física com idade igual ou superior há 18 anos (apenas na categoria 01 do anexo I deste Edital);
Pessoa jurídica com fins lucrativos (MEI, ME, pequenas empresas etc.), que faça parte da proposta artística ou cultural;
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Associação, Fundação, Cooperativa, etc.), que faça parte da proposta artística ou cultural; ou
Grupo sem CNPJ representado por pessoa física maior de 18 anos de idade, que integre e faça parte da proposta artística ou cultural.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Servidor público do município de Taipu;
II - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
III - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
IV - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros); e
V - estejam inadimplentes e/ou com pendência com a execução e prestação de contas da Lei nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, a Lei nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo e a Lei nº Lei nº 14.399/2022 Lei PNAB ciclo 1 em âmbito municipal.
Atenção! Quando se tratar de proponentes que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos CEO, Diretor Geral ou Presidente se enquadram nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Atenção! Integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural de Taipu poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas nos incisos I ao VI item 2.6.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural/proponente poderá concorrer neste edital apenascom 01 (um) projeto.
O Agente cultural/proponente no qual possua duas naturezas jurídica (pessoa física e pessoa jurídica) deverá optar por apenas uma inscrição.
Caso um mesmo agente cultural/proponente apresente mais de um projeto todos os projetos serão automaticamente desclassificados.
ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais.
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos.
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação.
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de forma física.
A documentação exigida para a inscrição deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Cultura no horário das 08 horas até às 13 horas, em envelope tipo ofício com identificação do proponente e endereçado à referida instituição.
DESTINATÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU
Secretaria Municipal de Cultura
PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA - PNAB
Travessa Antônio Cruz, nº 336, Centro - CEP: 59.565-000, Taipu/RN

REMETENTE:
Nome do Projeto:
Nome do Proponente:
Endereço:

O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
I) PARA PROPONENTES – PESSOA FÍSICA/GRUPOS E COLETIVOS INFORMAIS:
Ficha de inscrição/Plano de Trabalho – Anexo II
Declaração de não impedimentos – Anexo III;
Declaração de representação de grupo ou coletivo, contendo no mínimo 05 (cinco) participantes – Anexo V;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas - Anexo VII ou VIII;
Materiais que comprovem a atuação do agente cultural, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (impresso ou digital em pendrive);
Cópia simples do CPF;
Cópia simples do RG;
Cópia simples do comprovante e/ou declaração de residência (anexo IX).

II) PARA PROPONENTES – PESSOA JURÍDICA:
Ficha de inscrição/Plano de Trabalho – Anexo II;
Declaração de não impedimentos – Anexo III;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas - Anexo VII ou VIII;
Estatuto da entidade e suas alterações (associação e cooperativa);
Ata da reunião que elegeu a diretoria (associação e cooperativa);
Termo de posse do representante legal devidamente registrado em cartório (associação e cooperativas);
Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (pessoa jurídica);
Certificado da condição de Microempreendedor Individual (MEI);
Contrato social (ME);
Materiais que comprovem a atuação do agente cultural, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (impresso ou digital em pendrive);
Cópia simples dos documentos do representante legal (CPF e RG); e
Comprovante e/ou declaração de residência.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2025 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).
4.2 Como deve ser a comprovação de residência
O Comprovante de residência deve ser atual como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras.
Caso o proponente não seja o titular das contas da residência, o titular deve apresentar uma Declaração de Residência Atual por Terceiros (Anexo IX) em favor do proponente, acompanhada do comprovante de residência atual e da Cópia do RG do titular do imovel.
A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponentes:
pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
Atenção! A apresentação de falsa comprovação de residência pode gerar a desclassificação do proponente a qualquer tempo, além de implicações legais. Dependendo do caso, poderá responder por falsidade ideológica (Art. 299 do Código Penal), com pena de reclusão e multa, além de sanções administrativas, como impedimento de participar de futuros editais, devolução de valores recebidos e responsabilização civil por eventuais prejuízos causados.

COTAS

Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital com os seguintes percentuais:

pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;
povos tradicionais: 10% (dez por cento) das vagas;
pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
As pessoas com deficiência deverão anexar junto a autodeclaração, laudo médico, devidamente carimbado, assinado por profissional informando a Classificação Internacional de Doenças - CID.
Considera-se povos tradicionais os grupos de pessoas que se reconhecem culturalmente diferenciados e que têm formas próprias de organização social, tais como: indígenas, quilombolas, ciganos, terreiros, ribeirinhos etc.

Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que possuam pessoas negras ou com deficiência em posições de liderança.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo

O proponente deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O proponente será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados **deverão ser executados em até 06 meses a partir da assinatura do Termo de Execução.**
O proponente poderá solicitar a prorrogação do prazo de execução do projeto, e o município poderá conceder por até igual período após análise da solicitação.

Custos do projeto

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.
A Comissão será formada por no mínimo 03 (três) servidores públicos municipais com respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão de parecerista se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à empresa contratada, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária

Os pareceristas vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os pareceristas podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o item 8.7.

Critérios de desempate

Em caso de empate das propostas com a mesma nota final, serão utilizadas as maiores notas dos critérios "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g", respectivamente.
Persistindo o empate, deve se considerar o proponente ou o representante legal de maior idade.
Mesmo assim o empate persistir, será realizado sorteio para desempatar.

Recurso da etapa de seleção

O resultado preliminar da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município, no site oficial da Prefeitura Municipal e nas redes sociais.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura.
Os recursos deverão ser enviados de forma física e entregue na Secretaria no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município, no site oficial da Prefeitura Municipal e nas redes sociais.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados e/ou rateados entre os contemplados no edital.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO - Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de02 (dois) dias após a publicação do resultado de seleção, enviados de forma fisica, os seguintes documentos:
Se o Proponente for **pessoa física**:
I - Dados bancários do proponente (nome do banco, número da agência e da conta, e chave pix);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa da União (https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home);
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a divida ativa do Estado (https://uvt.sefaz.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir);
IV - certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal (https://taipu.hm2solucoes.com.br/portal/open.do?sys=PDC);
V - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces).

Se o Proponente for **pessoa jurídica**:
I - Dados bancários do proponente (nome do banco, número da agência e da conta, e chave pix);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa da União (https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home);
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a divida ativa do Estado (https://uvt.sefaz.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir);
IV - certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal (https://taipu.hm2solucoes.com.br/portal/open.do?sys=PDC);
V - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces).

VI - Consulta regularidade do empregador (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf).
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros proponentes suplentes para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
O resultado preliminar da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município, no site oficial da Prefeitura Municipal e nas redes sociais oficiais.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura.
Os recursos deverão ser enviados de forma física e entregue na Secretaria no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados fora do prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município, no site oficial da Prefeitura Municipal e nas redes sociais oficiais.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo VI deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Cultura,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve indicar conta bancária de sua titularidade, em instituição financeira pública ou privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
Atenção! O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 10 dias após a convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do SNC, PNAB, Ministério da Cultura, Governo federal e da Prefeitura Municipal de Taipu de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
O tratamento de dados pessoais realizado no âmbito deste Edital observará estritamente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD**).
Ao se inscrever neste chamamento público, o proponente concorda e autoriza a coleta, o armazenamento e o tratamento de seus dados pessoais, bem como de seus integrantes, pela **Secretaria Municipal de Cultura**, com a finalidade exclusiva de:
Executar as etapas de **inscrição, avaliação, seleção e contratação** do objeto cultural;
Publicar **listas de classificação e homologação** de resultados no Diário Oficial e canais institucionais;
Realizar os procedimentos de **fiscalização e prestação de contas** previstos na PNAB;
Cumprir **obrigações legais e regulatórias** junto aos órgãos de controle (como o Ministério da Cultura e Tribunais de Contas).
O tratamento de dados pessoais para as finalidades descritas nesta cláusula fundamenta-se no cumprimento de obrigação legal e na execução de políticas públicas, conforme o art. 7º, incisos II e III, da LGPD.
Os dados pessoais coletados serão mantidos pelo período necessário ao cumprimento das finalidades públicas deste edital e para a guarda histórica e arquivística da gestão cultural, sendo adotadas as medidas técnicas de segurança adequadas para mitigar riscos de acessos não autorizados.
Os proponentes selecionados que venham a coletar dados de terceiros (público-alvo, equipe técnica, participantes de oficinas, etc.) para a execução e comprovação de suas propostas culturais assumem a condição de **controladores/operadores de dados**, devendo também cumprir integralmente as normas da LGPD, sob pena de responsabilização administrativa e civil.

DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS(pelo objeto)
A prestação de contas neste Edital seguirá o procedimento simplificado e focado no cumprimento do objeto cultural, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (**Marco Regulatório do Fomento à Cultura**) e as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc (**PNAB**).
O agente cultural deverá comprovar a execução da proposta por meio da apresentação do **Relatório de Execução do Objeto**, a ser protocolado no prazo de até **120 (cento e vinte) dias** contados do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório de Execução do Objeto deverá conter documentos que comprovem a realização das metas pactuadas (como fotos, vídeos, listas de presença, clippings de imprensa, publicações, relatórios de público ou links para os conteúdos gerados).
Em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.903/2024, para instrumentos de valor global de **até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, a análise da prestação de contas dar-se-á **exclusivamente** sobre o Relatório de Execução do Objeto.
O **Relatório Financeiro da Execução Cultural** e a apresentação de comprovantes de despesas (notas fiscais e recibos) somente serão exigidos pela Administração Pública nas seguintes hipóteses excepcionais (conforme os arts. 18 e 20 da referida Lei):
a) Quando o objeto cultural não for cumprido, ou for cumprido apenas parcialmente;
b) Quando houver denúncia formulada perante a Administração Pública ou órgãos de controle, contendo indícios plausíveis de irregularidade;
c) Quando a prestação de contas for selecionada em procedimento de amostragem conduzido pelo órgão gestor de cultura.
O agente cultural é obrigado a manter guardada toda a documentação fiscal, financeira e de execução referente ao projeto pelo prazo de **5 (cinco) anos**, contados do encerramento da vigência do termo, devendo apresentá-la imediatamente caso seja notificado.
A avaliação do cumprimento do objeto será realizada pela área técnica da Secretaria de Cultura, que emitirá parecer técnico concluindo pela:
I - Aprovação das contas: quando comprovado o cumprimento integral do objeto e das metas pactuadas;

II - Aprovação com ressalvas: quando o objeto for cumprido, mas houver falhas formais ou atrasos que não configuram dano ao erário;
III - Rejeição das contas: quando o objeto não for cumprido, houver desvio de finalidade ou omissão no dever de prestar contas, sujeitando o agente à devolução dos recursos e sanções administrativas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site: https://www.taipu.rn.gov.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações noDiário Oficial do Município.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: coordenacaodeculturataiou@gmail.com
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura.

Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.

Da impugnação do edital

caberá impugnação ao edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação das disposições da Lei e do Decreto, devendo o interessado protocolar o pedido no prazo de 03 (três) dias, contados de sua publicação, sendo de 03 (três) dias, contados da data do seu recebimento, o prazo para resposta.

Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Declaração de não impedimentos;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VI - Termo de Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração étnico-racial;
Anexo VIII – Declaração PCD;
Anexo IX – Declaração de residência atual por terceiros;
Anexo X - Formulário de recurso.
Anexo XI - Relatório de Execução do Objeto.

Taipu/RN, 27 de agosto de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR
Prefeita Municipal

PAULO SANTOS DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura

ANEXO I

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

CATEGORIAS DE APOIO

1. RECURSOS DO EDITAL, DISTRIBUIÇÃO E VAGAS:
O presente edital possui valor total de **R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais),** distribuídos da seguinte forma:

ITEM	CATEGORIAS	QUANT. DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS POVOS TRADICIONAIS	COTAS PARA PcD	QUANT. TOTAL DE VAGAS	VALOR POR PROJETO R$	VALOR TOTAL DA CATEGORIA R$
01	**Apoio a realização de projetos de espetáculo teatral.**	02	-	-	-	**02**	10.000,00	**20.000,00**
02	**Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em artesanato.**	02	-	-	-	**02**	4.000,00	**8.000,00**
03	**Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em audiovisual.**	01	-	-	-	**01**	4.000,00	**4.000,00**
04	**Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação da culinária local e regional.**	01	-	-	-	**01**	4.000,00	**4.000,00**
05	**Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em música instrumental.**	01	-	-	-	**01**	4.000,00	**4.000,00**
06	**Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em dança.**	01	-	-	-	**01**	4.000,00	**4.000,00**
TOTAL		08	-	-	-	**08**	**44.000,00**	

2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS:

2.1. Apoio a realização de projetos de espetáculo teatral:
Para este edital refere-se o apoio a realização de projeto de espetáculo teatral, a produção que tenha no mínimo 60 minutos de duração, com entrada gratuita e de preferência em espaço público, com elenco e equipe técnica formada de no mínimo 70% de artistas e técnicos residentes/domiciliados no município de Taipu. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio. O espetáculo deverá ser apresentado no mínimo 6 vezes em localidades diferentes do município de Taipu sob responsabilidade do proponente toda parte logística e deverá na descrição do projeto já indicar quais serão os locais onde o espetáculo irá percorrer.

2.2. Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em artesanato:
As ações de capacitação, de formação e de qualificação no segmento do artesanato a que se refere a tabela acima serão oferecidas gratuitamente à população com carga horária de no mínimo 8 horas no total. Cada turma contará com no mínimo 10 alunos. Após a conclusão do projeto serão emitidos certificados aos participantes contendo a grade de conteúdos ministrados e carga horária. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio.

2.3. Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em audiovisual:
As ações de capacitação, de formação e de qualificação para o setor audiovisual a que se refere a tabela acima serão oferecidas gratuitamente à população com carga horária de no mínimo 24 horas totais. Cada turma contará com no mínimo 10 alunos. Após a conclusão do projeto serão emitidos certificados aos participantes contendo a grade de conteúdos ministrados e carga horária. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio.

2.4. Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação da culinária local e regional.
As ações de capacitação, de formação e de qualificação da culinária local e regional a que se refere a tabela acima serão oferecidas gratuitamente à população com carga horária de no mínimo 8 horas totais. Cada turma contará com no mínimo 10 participantes. Após a conclusão do projeto serão emitidos certificados aos participantes contendo a grade de conteúdos ministrados e carga horária. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio.

2.5 Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em música instrumental.
As ações de capacitação, de formação e de qualificação no segmento de música instrumental se refere a tabela acima serão oferecidas gratuitamente à população com carga horária de no mínimo 20 horas no total. Cada turma contará com no mínimo 10 alunos. Após a conclusão do projeto serão emitidos certificados aos participantes contendo a grade de conteúdos ministrados e carga horária. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio.

2.6 Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em dança.
As ações de capacitação, de formação e de qualificação no segmento de dança se refere a tabela acima serão oferecidas gratuitamente à população com carga horária de no mínimo 20 horas no total. Cada turma contará com no mínimo 10 alunos. Após a conclusão do projeto serão emitidos certificados aos participantes contendo a grade de conteúdos ministrados e carga horária. Os equipamentos, insumos e matéria prima necessários para a realização do projeto será de responsabilidade do proponente que poderá formalizar parcerias externas para complementação do objeto. O proponente deverá apresentar comprovações de experiência na área e portfólio.

ANEXO II

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**			
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO/PLANO DE TRABALHO			
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:			
NOME DO PROJETO:			
CATEGORIA: **( ) Apoio a realização de projetos de espetáculo teatral.** **( ) Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em artesanato.** **( ) Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação em audiovisual.** **( ) Apoio a realização de projetos de formação, qualificação e capacitação da culinária local e regional.**			
O PROPONENTE É? **( ) Grupo/coletivo informal ( ) Pessoa Jurídica**			
O PROJETO /PROPONENTE JÁ FOI CONTEMPLADO EM ALGUM EDITAL DA PNAB NO MUNICÍPIO DE TAIPU? **( )Não ( ) Sim, qual Edital? _____**			
VAI CONCORRER ÀS COTAS? **( ) Sim ( ) Não**			
SE SIM, QUAL? **( ) Negros ( ) PcD ( ) Povos Tradicionais**			
2. DADOS DO PROPONENTE:			
PESSOA JURÍDICA	Razão Social:		CNPJ:
	Endereço completo:		
	Cidade/UF:		CEP:
	Contato:	E-mail:	
	Representante legal:		
	Estado Civil:		CPF:
	Identidade / Órgão Expedidor:		Cargo:
	Endereço Residencial:		
	Cidade/UF:		CEP:
PESSOA FÍSICA	Nome:		Profissão:
	Estado Civil:		CPF:
	Identidade/Órgão Expedidor:		Raça, cor ou etnia:
	Endereço Completo:		
	Cidade/UF:		CEP:
	Contato:		E-mail:

3. MINI CURRÍCULO OU MINI PORTFÓLIO: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atrações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se quiser).
4. DESCRIÇÃO DO PROJETO:
5. OBJETIVOS DO PROJETO:
5.1. GERAL: **5.2. ESPECÍFICO:**
6. MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE EMPREGADAS NO PROJETO: (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023).
6.1. Acessibilidade arquitetônica: ( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil; ( ) rampas; ( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos; ( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência; ( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada; ( ) Outra _____ **6.2. Acessibilidade comunicacional:** ( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille; ( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição; ( ) as legendas; ( ) a linguagem simples; ( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra _____ **6.3. Acessibilidade atitudinal:** ( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais; ( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural; ( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e ( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.
7. PÚBLICO ALVO:
8. LOCAL E PREVISÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:
8.1. Data de início: **8.2.** Data final: **8.3.** Local (informar endereço completo do local que será realizado o projeto):
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:
ETAPA PRÉ-PRODUTAÇÃO – ATIVIDADE - INICIO/FIM PRODUÇÃO/EXECUÇÃO – ATIVIDADE - INCIO/FIM DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO – ATIVIDADE - INICIO/FIM
10. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:
Preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido, com estimativa de custo do projeto. Nº Descrição Quantidade Valor Unitário (R$) Valor Total (R$) Valor Total Geral
12. ANEXOS: (relacionar os arquivos que seguem anexo)
13. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LGPD:
Declaro para os devidos fins de participação no Edital nº **xx/2026** da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (**PNAB**) no município de Taipu/RN, o seguinte: Estou ciente e de acordo que os meus dados pessoais e documentos fornecidos neste processo de inscrição serão coletados, armazenados e tratados pelo órgão gestor de cultura responsável por este edital, em estrita observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD**). Autorizo o uso dos referidos dados estritamente para as finalidades de avaliação, seleção, contratação, prestação de contas, publicidade dos atos do edital e cumprimento de obrigações legais inerentes a esta política pública cultural. Declaro estar ciente de que o tratamento dos dados é condição essencial para a tramitação da proposta cultural e que a Administração Pública garantirá a segurança e o sigilo das informações prestadas.
14. DECLARAÇÃO:
Esta inscrição efetuada implica na minha plena aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA PNAB.** As informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Local e data	Assinatura do proponente (No caso de pessoa jurídica, assinatura do representante legal).

ANEXO III

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**	
DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS	
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	
NOME/RAZÃO SOCIAL:	**CNPJ/CPF:**
REPRESENTANTE LEGAL (quando o proponente for Pessoa Jurídica)	**CPF:**
Declaro, para os devidos fins, que não me enquadro nos impedimentos abaixo discriminados: servidor público do município de Taipu; tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos; sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros); e estejam inadimplentes e/ou com pendência com a execução e prestação de contas da Lei nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, a Lei nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo e a Lei nº Lei nº 14.399/2022 Lei PNAB ciclo 1 em âmbito municipal.	
LOCAL E DATA	**ASSINATURA**

ANEXO IV
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuírão notas de 20 a 100 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	100
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	100
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	100
D	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo, portfolio e comprovações enviadas juntamente com a proposta	100
E	**Ação Afirmativa -** será acrescentado 50 pontos extra ao projeto que estimular à participação e ao protagonismo de mulheres, de negros, de indígenas, de povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, de populações nômades, de pessoas do segmento LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e de outras minorias com projetos voltados exclusivamente para essa finalidade.	50
F	**Cadastro Cultural -** Será acrescentado 50 pontos extras ao projeto/proponente que esteja com o cadastro cultural no município de Taipu atualizado.	50
G	**Participação -** Será acrescentado 50 pontos extras ao projeto/proponente que tenha participado pelo menos de duas edições do projeto Sexta da Cultura nos anos de 2025 e 2026 com comprovação fotográfica ou via declaração emitida pela secretaria municipal de cultura de Taipu-RN.	50
PONTUAÇÃO TOTAL:		550

ANEXO V
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do (NOME DO GRUPO OU COLETIVO), elegem (NOME DO REPRESENTANTE), inscrito no CPF sob nº (número do CPF), como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

Nº	**NOME DO INTEGRANTE**	**CPF**	**ASSINATURA**
01			

Taipu/RN, ____ de _____ de 2026.

ANEXO VI
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº xxx/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 001/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2025 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU, inscrita no CNPJ sob o nº: 08.114.753/0001-30, através da **Secretaria Municipal de Cultura**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, senhor **ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR**, e o Secretário Municipal de Cultura e Turismo, senhor **PAULO SANTOS DA SILVA.**
EXECUTANTE: [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG e órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], E-mail: xxxxxxxxxxxxxx.
Resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2025 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº xx/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], PIX xxxxxxxxxxxx, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Taipu:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura quando solicitado sobre o projeto e executar no prazo de seis meses a partir da assinatura do Termo de Execução.
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal e da Prefeitura Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO OBJETO
7.1 A prestação de contas neste Edital seguirá o procedimento simplificado e focado no cumprimento do objeto cultural, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (**Marco Regulatório do Fomento à Cultura**) e as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc (**PNAB**).
7.2 O agente cultural deverá comprovar a execução da proposta por meio da apresentação do **Relatório de Execução do Objeto**, a ser protocolado no prazo de até **120 (cento e vinte) dias** contados do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
7.3 O Relatório de Execução do Objeto deverá conter documentos que comprovem a realização das metas pactuadas (como fotos, vídeos, listas de presença, clippings de imprensa, publicações, relatórios de público ou links para os conteúdos gerados).
7.4 Em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.903/2024, para instrumentos de valor global de **até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, a análise da prestação de contas dar-se-á **exclusivamente** sobre o Relatório de Execução do Objeto.
7.5 O **Relatório Financeiro da Execução Cultural** e a apresentação de comprovantes de despesas (notas fiscais e recibos) somente serão exigidos pela Administração Pública nas seguintes hipóteses excepcionais (conforme os arts. 18 e 20 da referida Lei):
a) Quando o objeto cultural não for cumprido, ou for cumprido apenas parcialmente;
b) Quando houver denúncia formulada perante a Administração Pública ou órgãos de controle, contendo indícios plausíveis de irregularidade;
c) Quando a prestação de contas for selecionada em procedimento de amostragem conduzido pelo órgão gestor de cultura.
7.6 O agente cultural é obrigado a manter guardada toda a documentação fiscal, financeira e de execução referente ao projeto pelo prazo de **5 (cinco) anos**, contados do encerramento da vigência do termo, devendo apresentá-la imediatamente caso seja notificado.
7.7 A avaliação do cumprimento do objeto será realizada pela área técnica da Secretaria de Cultura, que emitirá parecer técnico concluindo pela:
I - Aprovação das contas: quando comprovado o cumprimento integral do objeto e das metas pactuadas;
II - Aprovação com ressalvas: quando o objeto for cumprido, mas houver falhas formais ou atrasos que não configuram dano ao erário;
III - Rejeição das contas: quando o objeto não for cumprido, houver desvio de finalidade ou omissão no dever de prestar contas, sujeitando o agente à devolução dos recursos e sanções administrativas.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 Será nomeada comissão específica para monitoramento das ações pactuadas no termo de execução cultural.
11.2 A comissão de monitoramento e avaliação de resultados poderá solicitar relatórios entre outras medidas para verificar se as ações realizadas estão dentro do que foi pactuado.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 06 meses, podendo ser prorrogado por até igual período quando solicitado pelo agente cultural e autorizado previamente pela Prefeitura Municipal.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Taipu/RN para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Taipu/RN, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

Pelo órgão:

ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR
Prefeita Municipal

PAULO SANTOS DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura

Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO VII
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL 1
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negro e pardo)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é negro ou pardo).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Taipu/RN, em _____ de _____ de 2026.

_____
NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL 2
(comprobatória de pertencimento étnico e de povos originários e comunidades tradicionais)

Nós, lideranças da [NOME DA COMUNIDADE, POVO, ALDEIA, RANCHO, TERREIRO OU COLÔNIA], localizada no [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO] e [ESTADO], **DECLARAMOS** que [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], residente e domiciliado no endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], é uma pessoa [INSERIR GRUPO, SE É INDÍGENA, CIGANO, QUILOMBOLA, DE

TERREIRO OU DOS POVOS DAS ÁGUAS] pertencente nesta comunidade e mantendo laços familiares, econômicos, sociais e/ou culturais com a referida comunidade.

Estamos cientes de que, se as informações prestadas forem falsas, estaremos sujeitos às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, assim como o proponente pode sofrer eliminação caso o seu projeto cultural seja selecionado ou devolver o apoio financeiro ou premiação caso tenha recebido.

Esta declaração é reconhecida e assinada por duas lideranças do povo e comunidade [NOME DA COMUNIDADE, POVO, ALDEIA, RANCHO, TERREIRO OU COLÔNIA]. Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

Taipu/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da Liderança 1
Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]

_____
Assinatura da Liderança 2
Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]

ANEXO VIII
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu,_____ _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xx/2026** que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e encaminho anexo, laudo médico contendo a descrição da CID.
Estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Taipu/RN,em ____ de _____ de 2026.

_____
NOME e ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA ATUAL POR TERCEIROS
Esta declaração deve ser apresentada junto com o comprovante de residência atual, no nome do declarante.

Eu, [NOME COMPLETO DO DECLARANTE], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], residente e domiciliado no endereço [INSERIR ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], **DECLARO**, para os devidos fins de comprovação de residência, que [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], é residente e domiciliado no endereço [INSERIR ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], desde [DATA DE INÍCIO DA RESIDÊNCIA].
Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar em sanções civis e penais eventualmente cabíveis, assim como o proponente pode sofrer eliminação caso o seu projeto cultural seja selecionado ou devolver o apoio financeiro ou premiação caso tenha recebido.

Taipu/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Declarante
Nome: [NOME COMPLETO]
CPF: [Nº DO CPF]

ANEXO X

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**	
FORMULÁRIO DE RECURSO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
NOME DO PROJETO:	
RAZÃO SOCIAL:	**CNPJ:**
NOME/REPRESENTANTE LEGAL (quando o proponente for pessoa física ou representante de grupo informal):	**CPF:**
ENDEREÇO:	**CONTATO:**
ETAPA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O QUAL SOLICITA RECURSO:	
( ) SELEÇÃO. ( ) HABILITAÇÃO JURÍDICA.	
RECURSO:	
LOCAL E DATA	**ASSINATURA:**

ANEXO XI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**	
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
NOME DO PROJETO:	
NOME/RAZÃO SOCIAL:	**CPF/CNPJ:**
NOME/REPRESENTANTE LEGAL (quando o proponente for representante de grupo informal ou pessoa jurídica):	**CPF:**
Nº DO TERMO DE EXECUÇÃO:	**VALOR RECEBIDO R$:**
PERÍODO DE EXECUÇÃO:	**LOCAL DA EXECUÇÃO:**
RESUMO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: *(Descreva de forma geral como o projeto aconteceu, destacando as principais realizações, o público alcançado e os impactos culturais gerados na comunidade)*	
DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DAS METAS PACTUADAS *(Preencha a tabela abaixo relacionando o que foi planejado no Plano de Trabalho com o que foi efetivamente executado).*	
Meta planejada (plano de trabalho) Indicador/quantidade planejada Quantidade efetivamente realizada Situação (Cumprida / Parcial / Não Cumprida)	
MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: *(Descreva quais ações foram realizadas para garantir a acessibilidade física, atitudinal ou comunicativa de pessoas com deficiência, idosos ou grupos vulneráveis, bem como as contrapartidas sociais oferecidas).*	
RELAÇÕES DE EVIDÊNCIAS E COMPROVANTES DE EXECUÇÃO (LINKS E ANEXOS): *(Insira neste espaço as comprovações físicas ou digitais de que as ações de fato aconteceram.* ***Atenção:*** *não são comprovantes financeiros, mas sim de realização do objeto).*	
Evidências Audiovisuais: [Inserir links para pastas no Google Drive/YouTube com fotos, vídeos, registros das atividades] **Material de Divulgação:** [Inserir links ou anexar panfletos, cartazes, prints de redes sociais com a aplicação das marcas obrigatórias da PNAB] **Listas de Presença / Relatórios de Público:** [Inserir links ou anexar documentos que comprovem a participação do público ou alunos] **Clipping de Imprensa (se houver):** [Inserir links para matérias de jornal, blogs ou rádio que divulgaram a ação]	
DECLARAÇÃO DE GUARDA DE DOCUMENTOS FISCAIS:	
Declaro, para os devidos fins de direito, que todos os comprovantes de despesas financeiras (como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento e extratos bancários) referentes à execução dos recursos deste Termo estão guardados, organizados e sob minha custódia. **Estou ciente da obrigação legal** de mantê-los arquivados pelo prazo de **5 (cinco) anos**, contados desta data, e me comprometo a apresentá-los imediatamente à Administração Pública ou aos órgãos de controle caso seja formalmente notificado ou selecionado em procedimento de amostragem, conforme o art. 18 da Lei Federal nº 14.903/2024.	
LOCAL E DATA	**ASSINATURA:**

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:0EA429F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

Processo Administrativo nº 717001/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E OFTALMOLÓGICOS ESPECIALIZADOS EM GLAUCOMA, INCLUINDO CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS, ACOMPANHAMENTO, TRATAMENTO CLÍNICO E, QUANDO APLICÁVEL, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS, VISANDO AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **CENTRO DE SAUDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA**		
CNPJ: **35.652.783/0001-72**	Telefone: **62999569406**	Email:
Endereço: **Rua Sargento Noberto Marques, 44 -, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-230**		
Representante: **CLICERIO JOSE DE SOUZA REBOUCAS** - CPF: **064.613.754-90**		

LOTE 01

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0032793 - FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL (cada olho)	serviço	Unid	100,000000	1.023,000	102.300,00
2	0032794 - CAPSULECTOMIA POSTERIOR (cada olho)	serviço	Unid	250,000000	312,230	78.057,50
3	0032795 - TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERÍGIO + RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL (cada olho)	serviço	Unid	100,000000	850,000	85.000,00
4	0032796 - TUMORES PALPEBRAIS PEQUENOS/CISTOS/CALÁZIO (cada olho)	serviço	Unid	100,000000	900,000	90.000,00
5	0032797 - CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA	serviço	Unid	200,000000	232,850	46.570,00
6	0032798 - MAPEAMENTO DE RETINA	serviço	Unid	200,000000	200,000	40.000,00
7	0032799 - PAQUIMETRIA	serviço	Unid	200,000000	234,790	46.958,00
8	0032800 - CURVA TENSIONAL	serviço	Unid	200,000000	184,670	36.934,00
9	0032801 - TRABECULECTOMIA (cada olho)	serviço	Unid	30,000000	3.423,330	102.699,90
10	0032802 - OCI AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOGIA - 0 A 8 ANOS	serviço	Unid	200,000000	240,000	48.000,00
11	0032803 - OCI AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOLOGIA - A PARTIR DE 9 ANOS	serviço	Unid	200,000000	314,820	62.964,00
12	0032804 - TESTE ORTÓPTICO	serviço	Unid	200,000000	215,000	43.000,00
13	0029816 - ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DE GLAUCOMA POR FUNDOSCOPIA E TONOMETRIA	serviço	Unid	200,000000	21,330	4.266,00
14	0032805 - TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	26,920	2.692,00
15	0032806 - TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (2ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	105,670	10.567,00
16	0029819 - TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (3ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	141,190	14.119,00
17	0029820 - TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª - 2ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	119,430	11.943,00
18	0029821 - TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª - 3ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	165,330	16.533,00
19	0029822 - TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (2ª - 3ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	252,290	25.229,00
20	0029823 - TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª - 2ª - 3ª LINHA)	serviço	Unid	100,000000	247,520	24.752,00

VALOR GLOBAL LOTE 01	892.584,40

Importa a presente em R$ **892.584,40 (oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)**.
VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2027**. TANGARÁ/RN, **02 de setembro de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **CENTRO DE SAUDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA**. CNPJ Nº **35.652.783/0001-72** CLICERIO JOSE DE SOUZA REBOUCAS CPF de número **064.613.754-90** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:2A5559F4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Processo Administrativo nº 730002/2026
OBJETO: Contratação especializada para o fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e serviços correlatos (como alinhamento, balanceamento e cambagem) destinados à manutenção da frota municipal de Tangará/RN, composta por veículos leves, pesados e máquinas agrícolas..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **PNEUS SHOP LTDA**		
CNPJ: **09.524.685/0001-40**	Telefone:	Email:
Endereço: **Avenida Bernardo Vieira, 216 , Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59051-000**		
Representante: **JOSÉ AURINO ASEVEDO LOPES** - CPF: **092.882.523-04**		

LOTE 1

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0024127 - PNEU 175/65 R14 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes..	WESTLAKE	UNIDADE	120,000000	250,000	30.000,00
2	0024128 - PNEU 225/75/R16C - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes..	XBRI	UNIDADE	60,000000	440,000	26.400,00
3	0024129 - PNEU 185/65 R15 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes...	MAXTREX	UNIDADE	40,000000	245,000	9.800,00
VALOR GLOBAL LOTE 1						**66.200,00**

LOTE 2

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0032933 - PNEU 1400-24 - 12L S/ CAMARA NOVO, C/ CERTIFICADO DO INMETRO	BRASPLUS	UNIDADE	20,000000	2.310,000	46.200,00
6	0024132 - PNEU 12.4-24 - DIANTEIRO, NOVO, C/ CERTIFICADO DO INMETRO	MAGNUM	UNIDADE	20,000000	1.250,000	25.000,00
7	0032935 - PNEU 18.4-30 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ter fabricação nacional, estar de acordo como o que regulamenta a legislação do INMETRO, bem como atender às normas da ABNT	MAGNUM	UNIDADE	15,000000	2.770,000	41.550,00
8	0024134 - PNEU 14.9-24 - 12L - NOVO, C/ CERTIFICADO DO INMETRO	PETLAS	UNIDADE	10,000000	1.750,000	17.500,00
9	0032936 - PNEU 18.4-34 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes..	MAGNUM	UNIDADE	10,000000	3.160,000	31.600,00
10	0032937 - PNEU 19.5L-R24 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes.	MAGNUM	UNIDADE	10,000000	2.810,000	28.100,00
11	0024137 - PNEU 12.5/80-R18 - 12 lonas - original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes.	BRASPLUS	UNIDADE	15,000000	1.260,000	18.900,00
12	0024138 - PNEU 175-25 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes.	BRASPLUS	UNIDADE	25,000000	2.790,000	69.750,00
VALOR GLOBAL LOTE 2						**278.600,00**

LOTE 3

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0024141 - CAMARA DE AR 1000-20	MAGNUM	UNIDADE	45,000000	130,000	5.850,00
16	0024142 - CAMARA DE AR 12.4-24	MAGNUM	UNIDADE	25,000000	200,000	5.000,00
17	0024143 - CAMARA DE AR 18.4-30	MAGNUM	UNIDADE	25,000000	240,000	6.000,00
18	0024144 - CAMARA DE AR 14.9-24	MAGNUM	UNIDADE	25,000000	150,000	3.750,00
19	0024145 - CAMARA DE AR 18.4-34	MAGNUM	UNIDADE	25,000000	250,000	6.250,00
VALOR GLOBAL LOTE 3						**26.850,00**

LOTE 6

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0032934 - PNEU 1000-20 - mínimo 16 lonas, 4 tramas, profundidade mínima dos sulcos de 15,5 mm original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes..	WESTLAKE	UNIDADE	50,000000	1.490,000	74.500,00
13	0032938 - PNEU 275/80 R22.5 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes.	WESTLAKE	UNIDADE	90,000000	1.630,000	146.700,00

14	0032939 - PNEU 215/75 R17.5 - Original de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera ser "Produto novo, de primeira linha, sem uso, não podendo ser remoldado, recauchutado ou reformado, devendo atender às especificações técnicas do fabricante do veículo/equipamento e, quando aplicável, possuir certificação/registro junto ao INMETRO, observando os regulamentos técnicos e normas técnicas pertinentes.	WESTLAKE	UNIDADE	45,000000	690,000	31.050,00
VALOR GLOBAL LOTE 6						**252.250,00**

Importa a presente em R$ **623.900,00 (seiscentos e vinte e três mil e novecentos reais)**.
VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2027**. TANGARÁ/RN, **02 de setembro de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **PNEUS SHOP LTDA**. CNPJ Nº **09.524.685/0001-40** JOSÉ AURINO ASEVEDO LOPES CPF de número **092.882.523-04** cargo **PROCURADOR** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:15CEA4E6

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Processo Administrativo nº 730002/2026
OBJETO: Contratação especializada para o fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e serviços correlatos (como alinhamento, balanceamento e cambagem) destinados à manutenção da frota municipal de Tangará/RN, composta por veículos leves, pesados e máquinas agrícolas..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **PAULO R PEREIRA**		
CNPJ: **18.131.838/0001-80**	Telefone: **84994951070**	Email:
Endereço: **R. Frei Serafim de Catanea, 220 , São Sebastião, Nova Cruz/RN, CEP: 59215-000**		
Representante: **Paulo Roberto Pereira** - CPF: **427.596.094-72**		

LOTE 5						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
26	0024152 - BATERIA 70 Ah	ONBAT	UNIDADE	18,000000	590,000	10.620,00
27	0024153 - BATERIA 100 Ah	ONBAT	UNIDADE	10,000000	690,000	6.900,00
28	0024154 - BATERIA 150 Ah	ONBAT	UNIDADE	30,000000	800,000	24.000,00
VALOR GLOBAL LOTE 5						**41.520,00**

Importa a presente em R$ **41.520,00 (quarenta e um mil, quinhentos e vinte reais)**.
VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2027**. TANGARÁ/RN, **02 de setembro de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **PAULO R PEREIRA**. CNPJ Nº **18.131.838/0001-80** Paulo Roberto Pereira CPF de número **427.596.094-72** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:549C20A7

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Processo Administrativo nº 730002/2026
OBJETO: Contratação especializada para o fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e serviços correlatos (como alinhamento, balanceamento e cambagem) destinados à manutenção da frota municipal de Tangará/RN, composta por veículos leves, pesados e máquinas agrícolas..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ELETRO PECAS LTDA**		
CNPJ: **08.286.262/0001-76**	Telefone: **4130857211**	Email:
Endereço: **Rua Almino Afonso, 0 , Ribeira, Natal/RN, CEP: 59012-010**		
Representante: **Kleiber Antunes Furtado Junior** - CPF: **466.725.594-34**		

LOTE 4						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
20	0024146 - ALINHAMENTO LINHA LEVE	Serviço	UNIDADE	100,000000	101,710	10.171,00
21	0024147 - BALANCEAMENTO LINHA LEVE	Serviço	UNIDADE	100,000000	128,530	12.853,00
22	0024148 - CAMBAGEM LINHA LEVE	Serviço	UNIDADE	100,000000	102,800	10.280,00
23	0024149 - ALINHAMENTO LINHA PESADA	Serviço	UNIDADE	50,000000	121,880	6.094,00
24	0024150 - BALANCEAMENTO LINHA PESADA	Serviço	UNIDADE	50,000000	121,870	6.093,50
25	0024151 - ATRAVESSAMENTO DE EIXO	Serviço	UNIDADE	50,000000	145,310	7.265,50
VALOR GLOBAL LOTE 4						**52.757,00**

Importa a presente em R$ **52.757,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais)**.
VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2027**. TANGARÁ/RN, **02 de setembro de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **ELETRO PECAS LTDA**. CNPJ Nº **08.286.262/0001-76** Kleiber Antunes Furtado Junior CPF de número **466.725.594-34** cargo **EMPRESARIO** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:4285A430

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44/2026 PREGÃO ELETRONICO 12/2026

OBJETO: Prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, com disponibilização de profissionais qualificados, visando atender às demandas operacionais e administrativas dos programas, projetos e serviços socioassistenciais executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Programa Criança Feliz e o Programa Bolsa Família/CadÚnico.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: ALIANCA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA (CNPJ: 33.702.906/0001-07**),** AV SANTOS DUMONT, 1687 Sala 403, ALDEOTA, Fortaleza/CE, CEP: 60150-161. Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 01						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008504 - ASG, escolaridade fundamental, carga horária 40h	Não se aplica	MES	48,00	3.423,000	164.304,00
2	0008514 - ASSISTENTE SOCIAL - REQUISITOS: Ensino Superior Completo e Registro Profissional no Conselho competente (CRESS), carga horáira 30h	Não se aplica	MES	36,00	4.650,000	167.400,00
3	0008506 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO, escolaridades nível médio, carga horária 40h	Não se aplica	MES	12, 00	3.423,430	41.081,16
4	0008507 - DIGITADOR/ENTREVISTADOR DO CADÚNICO, escolaridade nível médio, carga horária 40h	Não se aplica	MES	24,00	3.210,000	77.040,00
5	0008508 - FACILITADOR DE OFICINAS, escolaridade nível médio, carga horária 40h	Não se aplica	MES	48,00	3.430,000	164.640,00
6	0008510 - MOTORISTA, escolaridade ensino fundamental, carga horária 40h	Não se aplica	MES	36,00	3.423,430	123.243,48
7	0008511 - ORIENTADOR SOCIAL, escolaridade nível médio, carga horária 40h	Não se aplica	MES	24,00	3.423,430	82.162,32
8	0008513 - PSICÓLOGO - REQUISITOS: Ensino Superior Completo em Psicologia e Registro Profissional no Conselho competente, carga horária 40h	Não se aplica	MES	24,00	5.379,850	129.116,40
VALOR GLOBAL LOTE 01						**948.987,36**

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

EGISLENIA DA SILVA MARQUES ALMEIDA
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:33E9C720

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2026 PREGÃO ELETRONICO 18/2026

OBJETO: Abertura de processo licitatório modalidade registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial e de infraestrutura urbana, incluindo limpeza manual de vegetação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: CACTUS CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ: 32.755.989/0001-30**),** R RUA JOSE FASSANARO PEPINO, 44 ********, PAZ E AMOR, FLORANIA/RN, CEP: 59335-000. Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008817 - INSUMOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE INFRAESTRUTURA, ASSIM COMO DE OUTROS PEQUENOS SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA, INCLUSIVE OS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO, COM BASE NA TABELA VIGENTE DO SINAPI/RN (INSUMOS E COMPOSIÇÕES).	não aplicável	SERV	1,000000	584.000,000	584.000,00
2	0008818 - INSUMOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO NAS ESTRADAS VICINAIS DA ZONA RURAL, COM BASE NA TABELA VIGENTE DO SINAPI/RN (INSUMOS E COMPOSIÇÕES).	não aplicável	SERV	1,000000	144.000,000	144.000,00

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

ANGELINA GOMES FÉLIX
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:689C4076

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 16 , DE 01 DE JUNHO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10 Exercício:2026
DECRETO Nº 16 , DE 01 DE JUNHO DE 2026

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art.35, da Lei nº 260 de 25/07/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº260, de 25 de JULHO de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

ANEXO	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO	
Ficha: 23 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	15.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 24 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 70 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	184.835,86
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 71 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 75 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	6.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 80 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	81.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 83 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 84 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	21.000,00
3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 85 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Ficha: 92 04.122.0007.2011.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 119 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	70.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 121 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	10.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 122 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	13.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 182 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	180.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 222 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	19.000,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 247 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	68.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 258 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 273 12.361.0042.2051.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	20.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 276 12.361.0042.2052.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	60.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 332 12.365.0041.2082.0000 ENSINO INFANTIL	110.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 921 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 449 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 456 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	20.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 465 15.451.0058.2059.0000 URBANISMO	80.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 18 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Ficha: 525 27.812.0050.2065.0000 DESPORTO DE LAZER	10.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 623 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	12.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 647 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	5.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 655 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	400,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 657 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	140.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 662 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 714 10.302.0075.2019.0000 SAÚDE	45.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 715 10.302.0075.2019.0000 SAÚDE	60.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 720 10.302.0075.2073.0000 SAÚDE	30.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 721 10.302.0075.2073.0000 SAÚDE	9.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 723 10.302.0075.2073.0000 SAÚDE	70.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 23 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Ficha: 820 08.244.0080.2030.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 832 08.244.0080.2031.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.651.235,86
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO	
Ficha: 21 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	-10.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 25 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
Ficha: 26 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 08 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
Ficha: 62 04.122.0007.2007.0000 ADMINISTRAÇÃO	-10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 69 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	-80.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 74 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	-25.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 79 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	-34.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 88 04.122.0007.2010.0000 ADMINISTRAÇÃO	-20.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	

Ficha: 89 04.122.0007.2010.0000 ADMINISTRAÇÃO	-20.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 90 04.122.0007.2010.0000 ADMINISTRAÇÃO	-20.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 91 04.122.0007.2010.0000 ADMINISTRAÇÃO	-29.000,00
3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 113 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-63.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 123 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 174 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	-68.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 180 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 183 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	-1.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 213 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-31.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 218 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-8.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 242 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-118.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 252 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-25.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 255 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-25.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 277 12.361.0042.2052.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 278 12.361.0042.2052.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-25.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 292 12.361.0042.2055.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 298 12.361.0042.2086.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-160.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 15 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE FINANÇAS	
Ficha: 395 04.123.0008.2057.0000 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-170.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 412 15.451.0058.1017.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 417 15.451.0058.1018.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 418 15.451.0058.1018.0000 URBANISMO	-90.835,86
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 423 15.451.0058.1019.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 429 15.451.0058.1020.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 445 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	-100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 462 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.61.99 OUTRAS AQUISIÇÕES DE BENS IMÓVEIS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 18 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Ficha: 522 27.812.0050.2065.0000 DESPORTO DE LAZER	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 523 27.812.0050.2065.0000 DESPORTO DE LAZER	-5.000,00
3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 612 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	-5.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 619 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	-30.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 625 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	-5.000,00
3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 626 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	-5.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 633 10.301.0075.1008.0000 SAÚDE	-30.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 650 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	-120.400,00
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	

REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 661 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	-60.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 694 10.301.0075.2157.0000 SAÚDE	-76.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 731 10.303.0075.2016.0000 SAÚDE	-70.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 23 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Ficha: 818 08.244.0080.2030.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	-1.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 834 08.244.0080.2031.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	-1.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
TOTAL DAS ANULAÇÕES	-1.651.235,86
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:7171D4A2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 17 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
Exercício: 2026
01612376/0001-10
DECRETO Nº 17 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$15.395,69 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)		**15.395,69**
02 22 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
912 10.302.0075.2019.0000	SAÚDE	15.395,69
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:		
02 22 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
710 10.302.0075.2019.0000	SAÚDE	-15.395,69
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1 500 1002
500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		-15.395,69

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 01 de JUNHO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:6DCF8A84

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18 , DE 01 DE JUNHO DE 2026-ALTERA ELEMENTO

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10 Exercício: 2026
DECRETO Nº 18 , DE 01 DE JUNHO DE 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº de 30/12/1899

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº de 30 de DEZEMBRO de 1899 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 01 de JUNHO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSEC
Prefeito Municipal

ANEXO

LOCAL: 09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
02	PODER EXECUTIVO		
Programa: 0007	ADMINISTRAÇÃO		
ACRÉSCIMOS			
Ficha	Funcional Categoria	D/C	Valor
70	04.122.0007.2009.0000 0007		6.612,63
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
928	04.122.0007.2009.0000 0007		100,00
	3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		
LOCAL: 14	SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
02	PODER EXECUTIVO		
Programa: 0042	ENSINO FUNDAMENTAL		
ACRÉSCIMOS			
Ficha	Funcional Categoria	D/C	Valor
265	12.361.0042.2049.0000 0042		3.419,63
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
921	12.361.0042.2049.0000 0042		112.000,00
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			122.132,26
LOCAL: 09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
02	PODER EXECUTIVO		
Programa: 0007	ADMINISTRAÇÃO		
REDUÇÕES			
Ficha	Funcional Categoria	D/C	Valor
68	04.122.0007.2009.0000 0007		-6.612,63
	3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
76	04.122.0007.2009.0000 0007		-100,00
	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
LOCAL: 14	SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
02	PODER EXECUTIVO		
Programa: 0042	ENSINO FUNDAMENTAL		
REDUÇÕES			
Ficha	Funcional Categoria	D/C	Valor
257	12.361.0042.2049.0000 0042		-3.419,63
	3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
261	12.361.0042.2049.0000 0042		-112.000,00
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
TOTAL DAS ANULAÇÕES			-122.132,26

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:8965499F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 19 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
Exercício: 2026
01612376/0001-10
DECRETO Nº 19 , DE 01 DE JUNHO DE 2026 - LEI N.151

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$835.875,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)		**835.875,00**
02 22 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
888 10.301.0075.2017.0000	SAÚDE	200.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
890 10.301.0075.2017.0000	SAÚDE	200.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	

911 10.302.0075.2019.0000	SAÚDE	70.696,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
912 10.302.0075.2019.0000	SAÚDE	164.957,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
927 10.301.0075.2017.0000	SAÚDE	200.222,00
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 1 600 3120
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:		835.875,00
Fontes de Recurso		
600	3120	835.875,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 01 de JUNHO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:CCA47832

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 21 , DE 01 DE JULHO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO 01612376/0001-10
Exercício: 2026
DECRETO Nº 21 , DE 01 DE JULHO DE 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº de 30/12/1899

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº de 30 de DEZEMBRO de 1899 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.
Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 01 de JULHO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

ANEXO				
LOCAL:	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0007	ADMINISTRAÇÃO		
ACRÉSCIMOS				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
70	04.122.0007.2009.0000	0007		91.949,76
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
LOCAL:	14	SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0042	ENSINO FUNDAMENTAL		
ACRÉSCIMOS				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
931	12.361.0042.2047.0000	0042		813,76
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
LOCAL:	22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0075	SAÚDE		
ACRÉSCIMOS				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
895	10.301.0075.2017.0000	0075		69.801,37
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
TOTAL	DAS SUPLEMENTAÇÕES			162.564,89

LOCAL:	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0007	ADMINISTRAÇÃO		
REDUÇÕES				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
69	04.122.0007.2009.0000	0007		-91.949,76
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
LOCAL:	14	SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0042	ENSINO FUNDAMENTAL		
REDUÇÕES				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
212	12.361.0042.2047.0000	0042		-813,76
	3.3.90.19.00	AUXÍLIO FARDAMENTO		
LOCAL:	22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0075	SAÚDE		
REDUÇÕES				
Ficha	Funcional		D/C	Valor
	Categoria			
896	10.301.0075.2017.0000	0075		-69.801,37
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
TOTAL DAS ANULAÇÕES				-162.564,89

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:0BD95367

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 22 , DE 01 DE JULHO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10 Exercício:2026
DECRETO Nº 22 , DE 01 DE JULHO DE 2026

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art.35, da Lei nº 260 de 25/07/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº260, de 25 de JULHO de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
ANEXO

ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO	
Ficha: 24 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	14.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 04 00 PROCURADORIA GERAL DO MUNCÍPIO	
Ficha: 46 04.122.0007.2004.0000 ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 70 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.300,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 75 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 80 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	40.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 83 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 85 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	25.000,00
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Ficha: 92 04.122.0007.2011.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 118 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	40.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 121 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 122 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 185 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	4.125,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 218 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	80.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 258 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	30.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 265 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	3.420,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 273 12.361.0042.2051.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 276 12.361.0042.2052.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	40.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 331 12.365.0041.2082.0000 ENSINO INFANTIL	13.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 332 12.365.0041.2082.0000 ENSINO INFANTIL	135.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 922 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	5.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 449 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	55.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 18 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Ficha: 525 27.812.0050.2065.0000 DESPORTO DE LAZER	2.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 20 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
Ficha: 567 04.121.0007.2068.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 589 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	20.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 590 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	130.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 597 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	30.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 623 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	15.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 649 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	8.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 670 10.301.0075.2018.0000 SAÚDE	25.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 714 10.302.0075.2019.0000 SAÚDE	50.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 726 10.302.0075.2074.0000 SAÚDE	6.000,00
3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
Ficha: 754 10.305.0075.2021.0000 SAÚDE	10.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
ACRÉSCIMOS	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	905.845,00
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO	
Ficha: 21 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	-10.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 27 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	-4.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 03 00 GABINETE DO VICE-PREFEITO	
Ficha: 35 04.122.0007.2003.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.1.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 40 04.122.0007.2003.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 05 00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Ficha: 51 04.122.0007.2005.0000 ADMINISTRAÇÃO	-15.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 52 04.122.0007.2005.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.1.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 53 04.122.0007.2005.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 54 04.122.0007.2005.0000 ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 69 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	-30.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 144 20.606.0013.1013.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 145 20.606.0013.1013.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 104 18.544.0016.1010.0000 ABASTECIMENTO	-5.000,00
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 107 18.544.0016.2039.0000 ABASTECIMENTO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 108 18.544.0016.2039.0000 ABASTECIMENTO	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 158 04.695.0065.2042.0000 TURISMO	-5.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 159 04.695.0065.2042.0000 TURISMO	-5.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 160 04.695.0065.2042.0000 TURISMO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 161 04.695.0065.2042.0000 TURISMO	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 162 04.695.0065.2042.0000 TURISMO	-4.125,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 198 12.361.0042.1016.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 213 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-13.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 214 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00
3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	
Ficha: 215 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
Ficha: 216 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00
3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
Ficha: 221 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-73.720,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 261 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-165.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 292 12.361.0042.2055.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	-10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 374 13.392.0048.2064.0000 CULTURA	-20.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 15 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE FINANÇAS	
Ficha: 395 04.123.0008.2057.0000 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-74.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 420 15.451.0058.1018.0000 URBANISMO	-6.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 440 15.451.0058.1022.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 446 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	-5.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 453 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	-40.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 459 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 476 26.782.0058.1023.0000 URBANISMO	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 18 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Ficha: 508 27.812.0050.1026.0000 DESPORTO DE LAZER	-2.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 923 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	-31.000,00
3.3.90.30.99 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	
Ficha: 628 10.301.0075.1007.0000 SAÚDE	-5.000,00
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	

02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 632 10.301.0075.1008.0000 SAÚDE	-5.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 636 10.301.0075.1009.0000 SAÚDE	-5.000,00
4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 639 10.301.0075.1009.0000 SAÚDE	-5.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 651 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	-5.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 653 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	-5.000,00
3.1.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ficha: 710 10.302.0075.2019.0000 SAÚDE	-190.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 731 10.303.0075.2016.0000 SAÚDE	-53.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
TOTAL DAS ANULAÇÕES	-905.845,00
JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:E4F8A0E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2025

TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS, COMO PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, APOIO À COMERCIALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, APOIO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA E A EMPRESA MOREIRA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

O **Município de Várzea/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, senhor **Getúlio Luciano Ribeiro**, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado da avença a Empresa **MOREIRA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. **59.948.425.0001-15**, com sede **no Sítio Glória, S/N, Zona Rural, Dona Inês/PB**, neste ato, representada pelo Sr. **LEANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO** , inscrito no CPF n° **059.759.904-16**, brasileiro, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista, o que consta no Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 084/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº **75/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais **12 (doze) meses**, a partir da data **02/09/2026 até 02/09/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 4º (Quarta) o valor de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais), perfazendo o Valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais). Conforme especificado e quantitativos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUNT	R$ VALOR UNIT.	R$ VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS, COMO PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, APOIO À COMERCIALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, APOIO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL.	MÊS	12	1.500,00	18.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos necessários ao objeto do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de exercício 2026, nas dotações abaixo discriminada:

UNIDADE: 06.001 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE: 20340 - MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS

4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA –RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA –PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

Várzea/RN, 02 de setembro de 2026.

Município De Várzea/RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante - Representante legal.

LEANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO
Representante Legal
Moreira Empreendimentos E Serviços LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:

_____
NOME:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:10E5ED36

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - 3 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa							
PODER EXECUTIVO							
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL							
DESPESA COM PESSOAL							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro/2019 a Dezembro/2019							
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")							**R$ 1,00**
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						
	jan/2019	**fev/2019**	**mar/2019**	**abr/2019**	**mai/2019**	**jun/2019**	**jul/2019**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	387.948,10	348.921,32	352.724,47
Pessoal Ativo	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	387.948,10	348.921,32	352.724,47
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	359.825,61	435.297,23	399.804,26	360.462,28	387.948,10	348.921,32	352.724,47
Obrigações Patronais	49.744,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**406.070,44**	**435.297,23**	**399.804,26**	**360.462,28**	**387.948,10**	**348.921,32**	**352.724,47**

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						
	ago/2019	**set/2019**	**out/2019**	**nov/2019**	**dez/2019**	**TOTAL (Últimos 12 meses) (a)**	**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	386.899,80	383.373,15	407.640,52	394.809,70	776.161,10	5.043.612,37	4.543,96
Pessoal Ativo	386.899,80	383.373,15	407.640,52	394.809,70	776.161,10	5.043.612,37	4.543,96
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	386.899,80	383.373,15	407.640,52	394.809,70	776.161,10	4.993.867,54	4.543,96
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.744,83	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**386.899,80**	**383.373,15**	**407.640,52**	**394.809,70**	**776.161,10**	**5.040.112,37**	**4.543,96**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**12.572.055,06**	---
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	---
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**12.572.055,06**	---

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**5.044.656,33**	**40,13**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	**6.788.909,73**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	**6.449.464,24**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	**6.110.018,76**	**48,60**
FONTE: Sistema e-Pública (2475-3451-098). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:07.		
Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM	*VERA LÚCIA DA SILVA*	*HELISON DE OLIVEIRA*
Prefeito	Controladora	Contador
18249604415	36596558487	05095759438

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:99BBF975

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Agosto 2019/Quadrimestre Maio-Agosto				
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				**R$ 1,00**
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO Até o 1º Quadrimestre**	**DO EXERCÍCIO DE 2019**	
			Até o 2º Quadrimestre	**Até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	531.291,94	115.208,15	-------	
Disponibilidade de Caixa[1]	531.291,94	115.208,15	-------	
Disponibilidade de Caixa Bruta	531.291,94	115.208,15	-444.947,85	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I–II)	**-531.291,94**	**-115.208,15**	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**	**12.528.734,40**	
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	**-4,12**	**-0,91**	**0,00**	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**15.469.805,64**	**15.274.023,13**	**15.034.481,28**	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**13.922.825,08**	**13.746.620,82**	**13.531.033,15**	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO Até o 1º Quadrimestre**	**DO EXERCÍCIO DE 2019**	
			Até o 2º Quadrimestre	**Até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	444.947,85	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	
FONTE: Sistema e-Pública (1846-7848-966). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:48.				
1 Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".				
2 Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha Precatórios				

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:1385C718

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL 1 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Maio/2018 a Abril/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")							**R$ 1,00**
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						
	mai/2018	**jun/2018**	**jul/2018**	**ago/2018**	**set/2018**	**out/2018**	**nov/2018**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Pessoal Ativo	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**125.484,52**	**166.847,87**	**348.834,69**	**373.672,08**	**345.600,37**	**363.909,08**	**368.453,25**

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	dez/2018	**jan/2019**	**fev/2019**	**mar/2019**	**abr/2019 (Últimos 12 meses)**	**TOTAL (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	702.695,37	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.400.631,44	0,00
Pessoal Ativo	702.695,37	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.400.631,44	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	702.695,37	359.825,61	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.350.886,61	0,00
Obrigações Patronais	0,00	49.744,83	0,00	0,00	0,00	49.744,83	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**702.695,37**	**406.070,44**	**435.297,23**	**399.804,26**	**360.462,28**	**4.397.131,44**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**12.728.352,61**	---
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	---
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**12.728.352,61**	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**4.397.131,44**	**34,55**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	**6.873.310,41**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	**6.529.644,89**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	**6.185.979,37**	**48,60**
FONTE: Sistema e-Pública (1435-8789-275). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:46.		
Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM	***VERA LÚCIA DA SILVA***	***HELISON DE OLIVEIRA***
Prefeito	Controladora	Contador
18249604415	36596558487	05095759438

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:544949E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL 2 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa							
PODER EXECUTIVO							
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL							
DESPESA COM PESSOAL							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Maio/2018 a Abril/2019							
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")							**R$ 1,00**
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						
	mai/2018	**jun/2018**	**jul/2018**	**ago/2018**	**set/2018**	**out/2018**	**nov/2018**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Pessoal Ativo	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	125.484,52	166.847,87	348.834,69	373.672,08	345.600,37	363.909,08	368.453,25
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**125.484,52**	**166.847,87**	**348.834,69**	**373.672,08**	**345.600,37**	**363.909,08**	**368.453,25**

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**						
	LIQUIDADAS						**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	dez/2018	**jan/2019**	**fev/2019**	**mar/2019**	**abr/2019**	**TOTAL (Últimos 12 meses) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	702.695,37	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.400.631,44	0,00
Pessoal Ativo	702.695,37	409.570,44	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.400.631,44	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	702.695,37	359.825,61	435.297,23	399.804,26	360.462,28	4.350.886,61	0,00
Obrigações Patronais	0,00	49.744,83	0,00	0,00	0,00	49.744,83	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**702.695,37**	**406.070,44**	**435.297,23**	**399.804,26**	**360.462,28**	**4.397.131,44**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**12.728.352,61**	---
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	---
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**12.728.352,61**	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**4.397.131,44**	**34,55**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	**6.873.310,41**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	**6.529.644,89**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	**6.185.979,37**	**48,60**
FONTE: Sistema e-Pública (1435-8789-275). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:46.		
Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM	***VERA LÚCIA DA SILVA***	***HELISON DE OLIVEIRA***
Prefeito	Controladora	Contador
18249604415	36596558487	05095759438

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:5D72E8E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

Prefeitura Municipal de Viçosa					
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Período de referência: Janeiro a Abril 2019/Quadrimestre Janeiro-Abril					
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")					**R$ 1,00**
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO Até o 1º Quadrimestre**	**DO EXERCÍCIO DE Até o 2º Quadrimestre**		**2019 Até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00			
Dívida Mobiliária	0,00	0,00			
Dívida Contratual	0,00	0,00			
Empréstimos	0,00	0,00			
Internos	0,00	0,00			
Externos	0,00	0,00			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00			
Financiamentos	0,00	0,00			
Internos	0,00	0,00			
Externos	0,00	0,00			
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00			
De Tributos	0,00	0,00			
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00			
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00			
Do FGTS	0,00	0,00			
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00			
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00			
Outras Dívidas	0,00	0,00			
DEDUÇÕES (II)	531.291,94	115.208,15			
Disponibilidade de Caixa[1]	531.291,94	115.208,15			
Disponibilidade de Caixa Bruta	531.291,94	115.208,15			
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00			
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I–II)	**-531.291,94**	**-115.208,15**			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**			
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	**0,00**	**0,00**			
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	**-4,12**	**-0,91**			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**15.469.805,64**	**15.274.023,13**			

LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**13.922.825,08**	**13.746.620,82**		
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO Até o 1º Quadrimestre**	**DO EXERCÍCIO DE Até o 2º Quadrimestre**	**2019 Até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00		
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00		
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00		
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00		
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1505-2911-038). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:42.

1

Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2 Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha Precatórios

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:12E19AAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - 3 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2019/Quadrimestre Setembro-Dezembro
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — **R$ 1,00**

DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	531.291,94	115.208,15	-------	-------
Disponibilidade de Caixa¹	531.291,94	115.208,15	-------	-------
Disponibilidade de Caixa Bruta	531.291,94	115.208,15	-444.947,85	-993.615,56
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I–II)	**-531.291,94**	**-115.208,15**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**	**12.528.734,40**	**12.572.055,06**
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	**-4,12**	**-0,91**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**15.469.805,64**	**15.274.023,13**	**15.034.481,28**	**15.086.466,07**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**13.922.825,08**	**13.746.620,82**	**13.531.033,15**	**13.577.819,46**
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	444.947,85	993.615,56
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1733-0879-574). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:08.

1 Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2 Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha Precatórios

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:E733C55E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES - 1 QUADRIMENTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Abril 2019/Quadrimestre Janeiro-Abril				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				**R$ 1,00**
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32.00%	**4.125.281,50**	**4.073.072,84**		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28.80%	**3.712.753,35**	**3.665.765,56**		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**		
FONTE: Sistema e-Pública (8408-5322-97). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:43.				

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:FE438C93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES - 2 QUADRIMENTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Agosto 2019/Quadrimestre Maio-Agosto				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		**R$ 1,00**		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**	**12.528.734,40**	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32.00%	**4.125.281,50**	**4.073.072,84**	**4.009.195,01**	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28.80%	**3.712.753,35**	**3.665.765,56**	**3.608.275,51**	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
FONTE: Sistema e-Pública (1822-3809-406). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:49.				

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:B0ACA4AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES - 3 QUADRIMENTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2019/Quadrimestre Setembro-Dezembro				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				**R$ 1,00**
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**12.891.504,70**	**12.728.352,61**	**12.528.734,40**	**12.572.055,06**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32.00%	**4.125.281,50**	**4.073.072,84**	**4.009.195,01**	**4.023.057,62**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28.80%	**3.712.753,35**	**3.665.765,56**	**3.608.275,51**	**3.620.751,86**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema e-Pública (1893-7095-330). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:09.				

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:3E3530CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 1 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Abril 2019/Quadrimestre Janeiro-Abril		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		**R$ 1,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**Valor**	**% Sobre a RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.728.352,61	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.036.536,42	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	1.832.882,78	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	890.984,68	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**

Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1722-4301-718). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:43.		
[1] Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:B841FEAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2019/Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		**R$ 1,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**Valor**	**% Sobre a RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.528.734,40	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.004.597,50	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	1.804.137,75	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	877.011,41	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1331-3387-415). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:02.		
[1] Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:5CD62332

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 3 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2019/Quadrimestre Setembro-Dezembro		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		**R$ 1,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00

Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**Valor**	**% Sobre a RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.572.055,06	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.011.528,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	1.810.375,93	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	880.043,85	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2267-0809-175). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:09.		
[1] Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:C9C42881

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Prefeitura Municipal de Viçosa		
PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Abril 2019/Quadrimestre Janeiro-Abril		
LRF, art. 48 - ANEXO 06	**R$ 1,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	12.728.352,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada	12.728.352,61	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.397.131,44	34,55
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.873.310,41	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	6.529.644,89	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	6.185.979,37	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-115.208,15	-0,91
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.274.023,13	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.073.072,84	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.036.536,42	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	890.984,68	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total		
FONTE: Sistema e-Pública (2111-2992-584). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:45.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:131A1BEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa		
PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2019/Quadrimestre	Maio-Agosto	
LRF, art. 48 - ANEXO 06	**R$ 1,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	12.528.734,40	
Receita Corrente Líquida Ajustada	12.528.734,40	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**

Despesa Total com Pessoal - DTP	4.858.785,97	38,78
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.765.516,58	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	6.427.240,75	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	6.088.964,92	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.034.481,28	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.009.195,01	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.004.597,50	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	877.011,41	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total		
FONTE: Sistema e-Pública (2195-6468-998). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:03.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:7BA02F70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa		
PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2019/Quadrimestre Setembro-Dezembro		
LRF, art. 48 - ANEXO 06	**R$ 1,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	12.572.055,06	
Receita Corrente Líquida Ajustada	12.572.055,06	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.044.656,33	40,13
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.788.909,73	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	6.449.464,24	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	6.110.018,76	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.086.466,07	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.023.057,62	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.011.528,81	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	880.043,85	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	258.018,30	-2.033.147,33
FONTE: Sistema e-Pública (1301-5327-662). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 14:10.		

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:8AC6564E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL PSS - Nº 01/2026– PMV

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/RN, NA FORMA ESPECIFICADA NO PRESENTE EDITAL.

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL PSS - Nº 01/2026– PMV

O Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de profissionais de Nível Superior para atuar na Secretaria Municipal de Educação do município de Viçosa/RN, será executado de acordo com as normas estabelecidas no Edital 01/2026.

Considerando a necessidade desse profissional com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, nos termos da Lei Municipal nº 213, de 11 de janeiro de 2016, a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do Processo Seletivo Simplificado para cargo específico, conforme a necessidade do município.

Obs.: Ordem dos critérios de desempate:
a) - Maior pontuação no critério experiência;
b) - Maior Titulação;
c) - Maior Idade;

d) - Maior número de filhos.

Cargo: Psicólogo Escolar

Nº	NOME	CARGO	PONTOS
01	Barbara Brasil de Freitasb	Psicólogo	5,0
02	Lucas Emanuel Diogo Pinheiro da Silva	Psicólogo	5,0
03	Brenna Bezerra de Almeidab	Psicólogo	4,0
04	Ana Heloisa da Silva Lima	Psicólogo	4,0

Cargo: Fonoaudiólogo

Nº	NOME	CARGO	PONTOS
01	Lara Liane de Queiroz Pereira	Fonoaudiólogo	5,0
02	Janmile Araújo Cartaxo Lopes	Fonoaudiólogo	0,5

Cargo: Agente de Endemias

Nº	NOME	CARGO	PONTOS
01	Solange Elizeu Pinto	Ag. de Endemias	10,0
02	Evaldo de Souza Barboza	Ag. de Endemias	8,0
03	Crislane Thais dos Santos	Ag. de Endemias	5,0
04	Genilton Sabino Ferreira	Ag. de Endemias	3,0
05	Acacio Veiga de Lima	Ag. de Endemias	1,0
06	Thiago Alves da silva	Ag. de Endemias	1,0
07	Bianca Laires de Oliveira Alves	Ag. de Endemias	0,0
08	Lucia de Fatima Arruda Alves	Ag. de Endemias	0,0
09	Marcus Vinicius Morais Marinho	Ag. de Endemias	0,0
10	Maria Erenice Macedo Gomes	Ag. de Endemias	0,0
	Francisco Gildegondes de Freitas Maia	Ag. de Endemias	0,0
	Sergio da Silva Santos	Ag. de Endemias	0,0
	Antonio Henrique de Brito Neto	Ag. de Endemias	0,0
	YandraThallia de Oliveira Cavalcante	Ag. de Endemias	0,0

Obs.: O motivo do indeferimento da inscrição está indicado pelo item do edital 01/2026, que o candidato não observou e/ou não cumpriu.

NOME
Isaque Bernardo de Lima
Jose Pedro
Vanessa Mirli Costa Conrado
Juliano KroeffBettiol
Ada Lorena de Almeida Oliveira
Paloma Tainara
Welianny Dantas Medeiros
Luana Laiane da S. Pereira
Samara Nayane Santos de Sousa
Maria Suegna Paulo dos Santos

1. Documento de Identificação do candidato;
2. Sem ficha de Inscrição;
3. Sem Cargo
4. Sem Diploma/Certidão

FRANCISCA ALAENE LOPES ALVES;
Presidente da Comissão PSS – Portaria nº 1.955 /2026-PMV-GP.

ARMANDO VICENTE RODRIGUES FILHO
Membro da Comissão PSS – Portaria nº 1.955/2026-PMV-GP.

SILVESTRE RODRIGUES DE PAIVA
Membro da Comissão PSS – Portaria nº 1.955/2026-PMV-GP.

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:1A7999D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Registro de Preços Eletrônico - 020/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - 0014740 - BANDEJA DESCARTAVEL: laminada tamanho n 4, 33x27cm material papelao e composto poliester. - Valor Referência: R$ 3,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ULTRAFEST	ULTRAFEST	555,0000	2.175,60
Item: 0002 - 0014741 - BANDEJA DESCARTAVEL: laminada, tamanho n 5, 40x33cm, material papelao e composto poliester. - Valor Referência: R$ 4,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ULTRAFEST	ULTRAFEST	555,0000	2.292,15
Item: 0003 - 0005041 - COLHER DESCARTAVEL: branca para refeicao, pacote com 50 unidade. - Valor Referência: R$ 7,36					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CROPAC	CROPAC	1.110,0000	8.169,60
Item: 0004 - 0014742 - COPO DESCARTAVEL 80 ML: material poliestireno atoxico capacidade 80ml, aplicacao CAFE, gravacao no fundo do copo com simbolo para identificacao de reciclagem e capacidade do copo, pacote com 100 unidades. - Valor Referência: R$ 7,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	FONPLAST	FONLAST	1.570,0000	11.084,20
Item: 0005 - 0014743 - COPO DESCARTAVEL: de 200ml, material poliestireno atoxico, gravacao no fundo do copo com simbolo para identificacao de reciclagem conf. ABNT 13230 e capacidade do copo, pacote com 100 unidades. - Valor Referência: R$ 6,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	FONPLAST	FONPLAST	4.960,0000	30.603,20
Item: 0006 - 0005179 - GARFO DESCARTAVEL: branco para refeicao, pacote com 50 unidades. - Valor Referência: R$ 5,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ULTRATALHER	ULTRATALHER	730,0000	4.109,90
Item: 0007 - 0001349 - GUARDANAPO DE PAPEL: 20x23, material celulose, cor branca, tipo folhas dupla, macio e absorvente pacotes com 50 unidades. - Valor Referência: R$ 2,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	MILI	MILI	480,0000	1.334,40
Item: 0008 - 0001350 - MARMITA REDONDA: material isopor resistente e biodegradavel, com tampa e encaixe, capacidade 500ml, pacote com 100 (cem) unidades - Valor Referência: R$ 75,91					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BOM APETITE	BOM APETITE	820,0000	62.246,20
Item: 0009 - 0014744 - PALITO DE DENTE: de madeira, ponta nas duas extremidades, caixa com 200 unidades. - Valor Referência: R$ 2,02					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	GABOARDI	GABOARDI	190,0000	383,80
Item: 0010 - 0014745 - PRATO DESCARTAVEL CUMBUCA FUNDA: com 15cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 50 (cinquenta) unidades - Valor Referência: R$ 4,08					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CRISTALCOPO	CRISTALCOPO	2.620,0000	10.689,60
Item: 0011 - 0001353 - PRATO DESCARTAVEL FUNDO: material poliestireno atoxico com 21cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, gravacao no fundo com simbolo para identificacao de reciclagem, pacote com 10 (dez) unidades. - Valor Referência: R$ 4,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CRISTALCOPO	CRISTALCOPO	2.520,0000	11.340,00
Item: 0012 - 0005342 - PRATO DESCARTAVEL: com 15cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 10 (dez) unidades. - Valor Referência: R$ 2,43					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CRISTALCOPO	CRISTALCOPO	2.280,0000	5.540,40
Item: 0013 - 0005346 - PRATO DESCARTAVEL: com 21cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 10 (dez) unidades. - Valor Referência: R$ 5,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CRISTALCOPO	CRISTALCOPO	2.380,0000	11.900,00
Item: 0014 - 0001356 - SACO PLASTICO PICOTADO, transparente, medindo 30x40cm capacidade 5kg. Rolo com 500 sacos picotados - Valor Referência: R$ 63,24					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME (21.675.852/0001-59)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:16:27 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ECOROLL	ECOROLL	155,0000	9.802,20
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:3B6D7E32

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Registro de Preços Eletrônico - 020/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0014740 - BANDEJA DESCARTAVEL: laminada tamanho n 4, 33x27cm material papelao e composto poliester. - ULTRAFEST - Valor Referência: R$ 3,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	3,92	2.175,60	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0002 - 0014741 - BANDEJA DESCARTAVEL: laminada, tamanho n 5, 40x33cm, material papelao e composto poliester. - ULTRAFEST - Valor Referência: R$ 4,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	4,13	2.292,15	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0003 - 0005041 - COLHER DESCARTAVEL: branca para refeicao, pacote com 50 unidade. - CROPAC - Valor Referência: R$ 7,36			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	7,36	8.169,60	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0004 - 0014742 - COPO DESCARTAVEL 80 ML: material poliestireno atoxico capacidade 80ml, aplicacao CAFE, gravacao no fundo do copo com simbolo para identificacao de reciclagem e capacidade do copo, pacote com 100 unidades. - FONPLAST - Valor Referência: R$ 7,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME 0005 - 0014743 - COPO DESCARTAVEL: de 200ml, material poliestireno atoxico, gravacao	7,06	11.084,20	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros no fundo do copo com simbolo para
identificacao de reciclagem conf. ABNT 13230 e capacidade do copo, pacote com 100 unidades. - FONPLAST - Valor Referência: R$ 6,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	6,17	30.603,20	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

0006 - 0005179 - GARFO DESCARTAVEL: branco para refeicao, pacote com 50 unidades. - ULTRATALHER - Valor Referência: R$ 5,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	5,63	4.109,90	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0007 - 0001349 - GUARDANAPO DE PAPEL: 20x23, material celulose, cor branca, tipo folhas dupla, macio e absorvente pacotes com 50 unidades. - MILI - Valor Referência: R$ 2,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	2,78	1.334,40	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0008 - 0001350 - MARMITA REDONDA: material isopor resistente e biodegradavel, com tampa e encaixe, capacidade 500ml, pacote com 100 (cem) unidades - BOM APETITE - Valor Referência: R$ 75,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	75,91	62.246,20	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0009 - 0014744 - PALITO DE DENTE: de madeira, ponta nas duas extremidades, caixa com 200 unidades. - GABOARDI - Valor Referência: R$ 2,02			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	2,02	383,80	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0010 - 0014745 - PRATO DESCARTAVEL CUMBUCA FUNDA: com 15cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 50 (cinquenta) unidades - CRISTALCOPO - Valor Referência: R$ 4,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	4,08	10.689,60	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0011 - 0001353 - PRATO DESCARTAVEL FUNDO: material poliestireno atoxico com 21cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, gravacao no fundo com simbolo para identificacao de reciclagem, pacote com 10 (dez) unidades. - CRISTALCOPO - Valor Referência: R$ 4,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	4,50	11.340,00	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0012 - 0005342 - PRATO DESCARTAVEL: com 15cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 10 (dez) unidades. - CRISTALCOPO - Valor Referência: R$ 2,43			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	2,43	5.540,40	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0013 - 0005346 - PRATO DESCARTAVEL: com 21cm de diametro, fabricado em polietileno material atoxico, embalagem com 10 (dez) unidades. - CRISTALCOPO - Valor Referência: R$ 5,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	5,00	11.900,00	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0014 - 0001356 - SACO PLASTICO PICOTADO, transparente, medindo 30x40cm capacidade 5kg. Rolo com 500 sacos picotados - ECOROLL - Valor Referência: R$ 63,24			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
POTIGUAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA ME	63,24	9.802,20	Homologado em 08/09/2026 09:16:42 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:BCBD8BF6



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.076, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026.

Lei Municipal nº. 1.076, de 8 de setembro de 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

L E I:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2027, os quais serão elaborados e executados observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I. Das Metas Fiscais;
II. Das Prioridades da Administração Municipal;
III. Da Estrutura dos Orçamentos;
IV. Das Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V. Das Dotações Orçamentárias Destinadas ao Poder Legislativo;
VI. Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VII. Das Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VIII. Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
IX. Da Vinculação de Recursos; e
X. Das Disposições Gerais.

Capítulo I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2027, estão identificadas nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com as Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta (se houver) que recebam recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, §3º do Art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Art. 5 º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providencias; Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS; Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao §3º do Art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal
- LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2027 e para os dois seguintes deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverá estar instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinados por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 – O §2º, Inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo das Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentarias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais nos três últimos exercícios, estabelecendo comparativo de receitas e despesas previdenciárias, terminando por apurar o resultado previdenciário e a disponibilidade financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e

evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com as Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos dois exercícios anteriores e das previsões para 2027, e os dois exercícios seguintes.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Será utilizada a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2027 e os dois exercícios subsequentes.

Capítulo II
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual 2026/2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - A Administração Municipal terá como prioridade e metas a elevação da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais com a inclusão social, a oferta de serviços públicos de qualidade, com ênfase na educação, na saúde e na assistência social, promover o desenvolvimento econômico sustentável, a gestão ambiental e territorial, a competitividade, o equilíbrio das finanças públicas, a responsabilidade fiscal, a modernização da gestão pública, a oferta da infraestrutura de interesse social e o combate à pobreza e extrema pobreza.
§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual 2026/2029, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual 2026/2029, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Capítulo III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vínculas a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias expedidas pelo Secretaria do Tesouro Nacional - STN (SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores), relativas a normas de contabilidade pública, conforme anexos próprios.

Art. 22 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de:

I. Mensagem;
II. Texto do Projeto de Lei;
III. Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;
IV. Orçamento fiscal e da seguridade social;
V. Orçamento de investimento.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. **Programa -** O instrumento de organização da ação governamental visando à conscientização dos objetivos pretendidos, devendo esse estar expresso no Plano Plurianual (PPA).
II. **Ação** - Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominada por projeto, atividade ou operação especial, os quais devem estar expressos no Plano Plurianual (PPA). A codificação deverá seguir o dispõe o PPA.
III. **Atividade -** Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental. As atividades terão o código 2 no primeiro dígito;
IV. **Projeto -** Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Os projetos terão o código 1 no primeiro dígito;
V. **Operação especial -** As despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços. As operações especiais terão o código 0 no primeiro dígito;
VI. **Unidade Orçamentária -** O menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII. **Recurso não Vinculado (Ordinário) -** Aquele previsto para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII. **Recurso Vinculado -** Aquele que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, deve ser aplicado em despesas específicas, ou ainda deve ter controle específico;

IX. **Execução Física -** A autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X. **Execução Orçamentária -** O empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
XI. **Execução Financeira -** O pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
XII. **Remanejamento de dotações -** Movimentação de recursos orçamentários quando ocorrer uma reforma administrativa, ou criação e extinção de órgãos;
XIII. **Transposição de dotações -** Movimentação de recursos orçamentários no âmbito dos programas de trabalho, quando o motivo for a repriorização de ações governamentais;
XIV. **Transferências de dotações -** São realocações no âmbito das categorias econômicas de despesas, cujo motivo seja a repriorização de gastos governamentais.

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 3º - A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 4º - Deverão acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I. evolução da receita e da despesa de que trata o art. 22, inciso III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;
II. receita por fonte de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;

III. sumário geral da receita por fonte de recursos e da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social por funções e órgãos do governo;
IV. demonstrativo das despesas por poder e órgão, esfera orçamentária, fonte de recursos e grupos de despesas;
V. demonstrativo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por órgão e função;
VI. resumo geral das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
VII. resumo geral das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por fonte de recursos;
VIII. demonstrativo das receitas e despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente segundo as categorias econômicas, conforme preceitua o anexo I da Lei Federal no. 4.320/1964, e suas alterações;
IX. recursos destinados a investimentos por poder e órgão;
X. programa de trabalho dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por funções, subfunções, programas e agrupamentos de despesas;
XI. demonstrativo dos projetos/atividades por órgão e unidade;
XII. demonstrativo da despesa por função;
XIII. demonstrativo da despesa por subfunção;
XIV. demonstrativo da despesa por programa;
XV. compatibilização do Plano Plurianual - PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 5º - As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e evidenciando o total de cada um dos orçamentos.

Capítulo IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2027 obedecerá, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF), bem como os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Entre outros:

I Totalidade;
II Exclusividade Orçamentária;
III Especificação, Especialização ou Discriminação, Clareza, Programação;
IV Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas;
V Legalidade;
VI Orçamento Bruto;
VII Realismo Orçamentário.

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional às suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira (art. 9º da LRF).

§ 1º - As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I. Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
II. Despesas a título de ajuda de custo;

III. Despesas com locação de mão de obra;
IV. Despesas com locação de veículos;
V. Despesas com combustíveis;
VI. Despesas com treinamento;
VII. Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII. Outras despesas de custeio;
IX. Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
X. Despesas com comissionados;
XI. Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XII. Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que tratem de:

I. Despesa com pessoal e encargos sociais;
II. Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) (se houver) e Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
III. Pagamento da Dívida Consolidada;
IV. Precatórios e sentenças judiciais, observados o seu vencimento, inclusive as consideradas de pequeno valor (RPV) e débitos periódicos vincendos;
V. Despesas que computem para os gastos mínimos obrigatórios em ações e serviços públicos em saúde;
VI. Despesas que computem para os gastos mínimos obrigatórios em manutenção e desenvolvimento do ensino;

§ 3º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual do exercício anterior (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, §3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2027 destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até dois por cento (2%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2027, os quais serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, no decorrer do exercício, até o mês de outubro, caso reste comprovada a não concretização dos riscos fiscais ou eventos (desastres e calamidade pública) capazes de afetar as contas públicas,

o Chefe do Executivo poderá utilizar para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

§ 2º - A Reserva de Contingência além de ser para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos estipulados no §1º poderá ser utilizada para atender qualquer outra situação em que o Poder Executivo Municipal, ou Órgãos Estaduais, ou Nacionais, entre eles a Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional, o Poder Executivo da União declarem situação de emergência, de calamidade pública, de sítio ou de defesa que atinjam ainda que indiretamente o Município.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa (Art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo,

cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, §3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado para dispensa de licitação (art. 75, Inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021), devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 38 - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por Categoria de Programação (CP) e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesas de que tratam as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

§ 1º - Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I. Pessoal e encargos sociais (GND 1);
II. Juros e encargos da dívida (GND 2);
III. Outras despesas correntes (GND 3);
IV. Investimentos (GND 4);
V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas públicas (GND 5); e
VI. Amortização da dívida (GND 6).

§ 2º - A Reserva de Contingência, será classificada no GND 9.

§ 3º - A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos orçamentos;

II. Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas; ou
III. Indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 4º - A especificação da modalidade de que trata o § 3° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);
II. Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);
III. Aplicações Diretas (MA 90);
IV. Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91); e
V. Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (93);

Art. 39 - O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, a:

I - Suplementar, mediante Decreto, as dotações orçamentárias dos Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação que necessitem de reforço orçamentário, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
II - Mediante Decreto, Transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas e em créditos adicionais, de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro ou de um órgão para outro, na forma do art. 167, VI, da Constituição Federal.
III Mediante Decreto, a Transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias, programas, projetos e atividades aprovados na Lei Orçamentária do Exercício de 2027 e através de créditos adicionais, em decorrência

da extinção, transformação, transferência, incorporação, desmembramento de órgãos e entidades, bem como, alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação.

§ 1º - A autorização prevista no inciso I deste artigo é limitada a (35%) trinta e cinco por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2027, conforme dispõe o §8º do artigo 165 da Constituição Federal, e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964.

§ 2º - A autorização prevista no inciso II deste artigo é limitada a (35%) trinta e cinco por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2027.

§ 3º - Não serão incluídas nos limites autorizativos as movimentações realizadas dentro do mesmo órgão e no mesmo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação. Essas alterações poderão ser formalizadas por Portaria do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e por Portaria do Presidente da Câmara, no âmbito do Poder Legislativo.

§ 4º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2027, não serão computados no limite de que trata o § 1º e 2º, deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 5º - O ato que suplementar as dotações orçamentárias em decorrência do §4º, deverá atualizar a estimativa de receita em igual valor da suplementação.

§ 6º - O Poder Executivo e Legislativo, poderão alterar, por decreto, a classificação da natureza da despesa prevista para uma determinada Fonte de Recursos de um Projeto/Atividade constante do seu Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, inserindo elementos de despesas, desde que não seja alterado o valor do Projeto/Atividade aprovado pela Câmara Municipal.

§ 7º - O Poder Legislativo poderá convalidar decretos pelo Poder Executivo excluindo-os do limite de que trata o § 1º e 2º, deste artigo.

Art. 40 - Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).

§ 1º - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2027 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026/2029 e com esta Lei.

Art. 41 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

§ 1º - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

§ 2º - A Lei Orçamentária Anual será executada de forma que permita o controle dos dispêndios financeiros, classificando as despesas por função, subfunção, programa, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento, detalhamento de elemento e fonte de recursos.

Art. 42 - Os programas priorizados por esta Lei e previstos no Plano Plurianual 2026/2029, quando incluídos na Lei Orçamentária de 2027, serão submetidos à avaliação permanente pelos responsáveis, com a finalidade de acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir eventuais desvios e avaliar seus custos e as metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e", da LRF).

Capítulo V
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO

Art. 43 - O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no *caput*, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2026.

Art. 44 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, os definidos pelo art. 29-A da Constituição da República.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até 30 de junho de 2026.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
II Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o art. 29-A da Constituição da República valor fixado para o Poder Legislativo.

Art. 45 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2026.

§1º - Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.

§2º - Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, as retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços.

§3º - Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, os rendimentos de aplicações financeiras no mercado de capital dos seus saldos disponíveis (banco/caixa) provenientes dos repasses do duodécimo, na hipótese de não devolução, o valor correspondente será deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício subsequente, garantindo assim o cumprimento dos princípios da responsabilidade fiscal e da transparência na execução orçamentária.

Art. 46 – A Execução orçamentária do legislativo será independente, devendo a Câmara Municipal enviar, até o décimo quinto dia do mês subsequente as demonstrações da execução orçamentária e contábil para fins de integração à contabilidade geral do Município, em atendimento ao que determina o Tribunal de Contas do Estado.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47 - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32), e o Senado Federal, através de Resolução.

Art. 48 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Parágrafo Único - Serão observados, para consecução e efeito deste artigo, o disposto no § 2º do art. 7º, da Lei Nacional n° 4.320, de 17 de março de 1964, no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Nacional n° 101, de 2000, e no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

Art. 49 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

Art. 50 - O orçamento do Município para o exercício de 2026 conterá previsão para pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de fevereiro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025).

§ 1º - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade e deverá ser processada com observância ao art. 100 da Constituição Federal, bem como às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade.

§ 2º - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2026, para o pagamento de precatórios, será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal e com o disposto no art. 78 e 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 51 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa específica, poderão:

I Corrigir/aumentar/conceder vantagens e aumento de remuneração de servidores e demais agentes públicos;
II Criação/extinção/alteração de cargos, empregos e funções públicas;
III Criação/extinção/alteração de planos de cargos, carreiras e salários;
IV Admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, aprovado em concurso público ou em caráter temporário;

§ 1º - As ações mencionadas nos incisos I a IV somente poderão ser efetivadas
se:

a. Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no art. 169, §1º, inciso I, da Constituição Federal;
b. Forem compatíveis com as metas fiscais estabelecidas nesta LDO e no Plano Plurianual vigente;

c. Observarem os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente no que tange aos gastos com pessoal;
d. Forem acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, conforme previsto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - A realização de concursos públicos deverá considerar a necessidade de reposição ou expansão do quadro de pessoal, devidamente justificada por estudo técnico que evidencie a demanda dos serviços públicos municipais.

Art. 52 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 20 da LRF).

Art. 53 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 54 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança.

II Eliminação das despesas com horas-extras;
III Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V Exoneração de servidores não estáveis.

Art. 55 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 56 - De acordo com o artigo 167-A da EC nº. 109/21 desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão ser adotadas as seguintes medidas de ajuste fiscal:

I Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
II Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;
VI Criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, e de servidores e empregados públicos, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas da EC;
VII Criação de despesa obrigatória;
VIII Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
IX Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Capítulo VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 57 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

§ 1º - Fica prevista a elaboração de benefícios fiscais, que reduzam ou isentem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, para imóveis de utilização comercial ou industrial.

§ 2º - Fica prevista a elaboração de benefícios fiscais, que reduzam ou isentem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, para imóveis residenciais ocupados por munícipes em vulnerabilidade social, ou ainda portadores de doenças crônicas.

§ 3º - A previsão de que trata o § 1º e 2º será regulamentada por Lei específica.

Art. 58 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante processo administrativo, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 59 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Capítulo IX

DA VINCULAÇÃO DE RECURSOS

Art. 60 - O Poder Executivo deverá utilizar preferencialmente os recursos vinculados em detrimento dos recursos não vinculados, visando maximizar a performance financeira do Município.

Parágrafo Único – A Administração Direta e os Fundos Especiais poderão a qualquer momento avaliar suas despesas com recursos não vinculados (ordinários) que eram passiveis de serem com recursos vinculados, e sempre que conveniente e oportuno promoverem conjuntamente com os Setores de Contabilidade e Tesouraria, a anulação das notas de liquidação e notas de empenho de recursos não vinculados e efetuar o reempenhamento, reliquidação com recursos vinculados, ajustes contábeis de fontes/destinações de recursos, observadas as normas do MCASP, da STN e do Tribunal de Contas.

Art. 61 - Poderá o Poder Executivo desvincular recursos vinculados, observadas as hipóteses permitidas pela Constituição Federal e em Leis Municipais.

Capítulo X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 3º - A utilização dos recursos autorizados no § 2º será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 4º - Não se incluem no limite previsto no § 2º, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - Pessoal e encargos sociais;
II - Serviços da dívida;
III - Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
IV - Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
V - Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 63 - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, §3°), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Art. 64 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I - Poder Executivo, até 1° de julho de 2026, junto ao Gabinete do Prefeito e/ou nas Audiências Públicas; e
II - Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 65 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de caixa/tesouraria.

Art. 66 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 67 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência.

Art. 68 - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2026, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º - As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais serão integradas ao Quadro de Detalhamento de Despesas por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º - A organização do Quadro de Detalhamento de Despesas constará em sistema informatizado no âmbito da Prefeitura.

Art. 69 - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual de 2026, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos.

Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2026, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de anteriores e/ou outro condicionante de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 70 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração do Orçamento as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesas, por alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 ao Poder Legislativo.

Art. 71 - As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do município, desde que não alterem o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por portaria do Presidente da Casa.

Art. 72 - Na elaboração da Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2027, deverão ser observadas as alterações promovidas na legislação federal aplicável, em especial na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 73 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar consórcio público nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, e Meio Ambiente.

Art. 74 - Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

I. vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal no 4.320/1964;
II. referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou
III. referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depender de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.

§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.

§ 2º - Fica vedada, no exercício de 2026, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2026 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2025, ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo.

§ 3º - A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 75 - Observado o disposto no art. 25 da Lei Complementar Nacional n° 101/2000, a transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas com ou sem fins lucrativos obedecerá ao regramento das Leis Federais 13.019/14 e 4.320/64, ou ainda autorizadas em leis específicas, preferencialmente nas áreas de assistência social, saúde e educação.

§ 1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, o repasse de dotações orçamentárias seguirá, ainda, as normas fixadas pelo Poder Executivo para concessão dos benefícios previstos no caput.

§ 2º - As entidades privadas sem fins lucrativos beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização da Prefeitura, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - É vedada a transferência de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes com o Município.

Art. 76 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos, ajustes ou sentenças judiciais e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 77 - Poderá o Chefe do Poder Executivo, em situações despesas imprevisíveis e urgentes abrir créditos extraordinários, por meio de edição de Decreto, comunicando de imediato ao Presidente do Poder Legislativo.

§ 1º - Considera-se comunicado o Presidente do Poder Legislativo a publicação do ato em Diário Oficial.

§ 2º - A abertura de créditos extraordinários sempre que tecnicamente possível, serão indicadas as fontes de financiamento.

§ 3º - A autorização do caput compreenderá a criação de programa, ação, específicos se necessários.

Art. 78 - A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no *caput*, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2026.

Art. 79 - A execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 e da Lei Orçamentária Anual para 2027 observará a Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, a Lei Complementar nº 214/2025 e demais inovações legislativas vigentes e vindouras relacionadas à reforma do sistema tributário nacional, devendo o Município adequar-se às seguintes diretrizes operacionais:

I. implementar obrigatoriamente a NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) e integrar-se ao Ambiente Nacional de Dados Fiscais, garantindo plena interoperabilidade com os demais entes federativos;
II. adequar progressivamente os sistemas de arrecadação e fiscalização para a transição do ISS para o IBS, que ocorrerá gradualmente entre 2029 e 2033, quando o ISS será definitivamente extinto;
III. participar ativamente do funcionamento do Comitê Gestor do IBS, órgão colegiado de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, responsável pela coordenação da arrecadação, fiscalização e distribuição do IBS;
IV. adequar o Código Tributário Municipal às novas regras estabelecidas pela reforma, especialmente quanto às normas do IBS e aos procedimentos unificados de arrecadação;

§ 1º - Caso sejam aprovadas novas alterações na legislação nacional relacionada à reforma tributária até a edição da Lei Orçamentária Anual para 2027, o Município poderá deflagrar processos legislativos complementares para modificar, reajustar e readequar as leis municipais às novas disposições.

Art. 80 - Fica estabelecida como prioridade da Administração Publica Municipal. para o exercício financeiro de 2027. a execução das ações da Política Municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. assegurando a manutenção, ampliação e qualificação dos serviços. socioassistenciais. programas, projetos benefícios socioassistenciais.

Art. 81 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Cerro Corá/RN, 8 de setembro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Constitucional

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(Art.4º, §3º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Com o objetivo de prover transparência na apuração dos resultados fiscais dos governos a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Assim, os Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que possam impactar negativamente as contas públicas e, consequentemente, as metas fiscais estabelecidas em lei. Dentre os riscos destacam-se os relacionados aos passivos contingentes e aos decorrentes de alterações do cenário macroeconômico.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo. Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.

No tocante aos passivos contingentes, que são obrigações surgidas em função de acontecimentos futuros incertos e não totalmente sob o controle do ente Estado, ou de fatos passados ainda não reconhecidos, a materialização desses eventos afeta o cumprimento das metas fiscais estabelecidas. De forma a ordenar a classificação dos riscos fiscais, serão utilizadas duas categorias: riscos de caráter orçamentário e aqueles vinculados a receita.

I - Riscos relacionados às variações na receita
O contexto econômico afeta as previsões de receitas, com consequências no resultado das metas de resultados primário e nominal. As oscilações nas taxas de crescimento econômico podem alterar as receitas previstas, mas a trajetória atual aponta para crescimento das receitas. Os principais impactos que se tem sobre as receitas são os do comportamento da inflação e do nível de atividade econômica, medido pela taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB. Esse indicador serve como parâmetro de evolução da maioria das receitas, destacando-se, prioritariamente, as tributárias, que representam a maior parcela do ingresso de recursos. Desta forma, qualquer alteração futura no crescimento econômico do país irá impactar no crescimento das receitas do Município.

II - Riscos decorrentes dos passivos contingentes
As contingências passivas são decorrentes de novas obrigações resultantes de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de acontecimentos futuros, não estando totalmente sob o controle do Município. Além do mais, poderá ser uma obrigação presente derivada de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por ser improvável a necessidade de liquidação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente confiabilidade.

Há passivos contingentes que não são mensuráveis com suficiente segurança em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial, ou por envolverem análises e decisões que não se pode prever, como é o caso das demandas judiciais. Nestes casos, são incluídas no presente Anexo as demais informações disponíveis sobre o risco, como tema em discussão, objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial, conforme recomenda a norma internacional de contabilidade.

Por fim, ressalte-se que as ações judiciais passam por diversas instâncias e tem longa duração e, portanto, constam do Anexo de Riscos Fiscais de vários exercícios. Por esta razão podem ser reclassificadas de acordo com o andamento do processo judicial, sempre e quando fatos novos apontarem alteração das chances de ganho ou perda pelo Município.

ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS
(Art.4º, § 1º, §2º, da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

A Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais contendo as projeções referentes às Receitas (total e primárias), Despesas (total e primárias), Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública e Dívida Consolidada Líquida em valores correntes e constantes para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, de forma a abranger todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo.

1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais
As projeções das Metas Anuais para o triênio 2027-2027 estão em baseadas nas orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF/STN 15ª edição, e as estimativas realizadas de acordo com o desempenho das atividades econômicas no País, observando-se com cautela os impactos deste cenário na arrecadação e tendo com o referência a efetiva realização das categorias de receitas e despesas do Município.

1.1. Receitas Total
Em cumprimento ao art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a construção dos critérios metodológicos e a memória e base de cálculo para projeções das metas anuais das receitas foram elaboradas considerando-se o cenário macroeconômico projetado para os próximos três exercícios, bem como o comportamento histórico anual da arrecadação municipal e as ações que podem gerar incremento real dos diversos componentes da receita.

As estimativas das receitas para este triênio foram estimadas com aplicação dos indicadores macroeconômicos, ou seja, a expectativa da
taxa de crescimento das atividades econômicas do país (PIB) e a taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
projetados pelo Banco Central do Brasil, publicados em relatórios oficiais.
O aprimoramento da arrecadação dos recursos próprios, acompanhado de medidas de controle permanente de gastos públicos é o caminho seguido, no sentido de superar as dificuldades financeiras existentes e assegurar recursos para financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e aquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais, dos programas e projetos prioritários da administração municipal.
Para os Tributos Municipais foi considerado o esforço fiscal, como uma meta interna de incremento arrecadação (índice de esforço fiscal).
Todavia, foi considerado possíveis resultados advindos de alteração em legislação específica de cada receita.
Dentro deste contexto, foram feitas as projeções anuais, a partir das variáveis mencionadas, das receitas municipais, transferências constitucionais e recursos negociados, sem considerar as receitas intra-orçamentárias e já descontando a transferência ao FUNDEB.

1.1.1. Receita Primária
Da Receita Total é deduzido as estimativas de receitas com alienação de imóveis, amortização de empréstimos concedidos, operações de créditos contratadas, a remuneração de depósitos bancários e as recitas intraorçamentárias.

1.2. Despesas Total
As metas anuais de despesas do Poder Executivo foram formuladas com base na análise da evolução histórica, índices de variação de preços, compromissos legais e alterações nas políticas públicas conforme os instrumentos de planejamento.

No primeiro momento foram projetadas as despesas de caráter continuado, os cumprimentos constitucionais (despesas com Câmara, saúde e educação), que têm prioridade em relação as demais despesas, tanto no momento da elaboração do orçamento quanto da sua execução, em seguida foram projetadas as despesas com folha de pessoal, amortização da dívida e pagamento de juros, para só então gasto discricionário com investimento e custeio, como forma de garantir o resultado primário fixado como meta para o exercício da LDO e os dois exercícios.

Ressalta-se que, conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, nos cálculos dos resultados primários estão incluídos os valores estimados para os pagamentos de restos a pagar e, portanto, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

1.2.1. Despesas Correntes

Despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e são compostas pelos seguintes grupos de natureza de despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A projeção da despesa com Pessoal e Encargos Sociais para os anos de 2027-2029 foi baseada no crescimento percentual vegetativo da folha de pagamentos, além de índices de variação de preços, tendo como limite o crescimento percentual das receitas do Tesouro Municipal elegíveis para o pagamento da folha.

A projeção da despesa com Juros e Encargos da Dívida foi baseada nos termos dos pagamentos pactuados nos contratos das operações já contratadas além da previsão das operações em negociação.

A projeção do grupo Outras Despesas Correntes teve como parâmetro os valores executados em anos anteriores, incorporando-se a projeção
da inflação, levando-se também em consideração as vinculações constitucionais e legais.

1.2.2. Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São compostas pelos seguintes grupos de natureza de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A projeção da despesa com Investimentos para os exercícios de 2027- 2029 levou em consideração o cronograma das obras e outros investimentos em andamento, financiados com recursos advindos de convênios diversos com a União e o Governo do Estado do RN, bem
como com recursos diretamente arrecadados pelo Município.

As despesas com amortização da dívida foram também baseadas nos termos dos contratos das operações em negociação.

1.2.3. Despesa Primária

Da Despesa Total é deduzido a estimativa de pagamento de Juros e Encargos da Dívida, inversões financeira, amortizações da Dívida para
o período e despesas intraorçamentárias.

1.3. Resultado Primário

É calculado pela diferença entre as receitas primarias e as despesas primárias. Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar visando a amortizar a dívida pública.

1.4. Resultado Nominal

O Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª Edição define/recomenda a metodologia “acima da linha” para ser utilizada no cálculo do Resultado Nominal do exercício financeiro de 2026 e para os dois exercícios seguintes. Deduza do Resultado Primário os juros e encargos passivos (juros pagos), e adicione os juros e encargos ativos (juros recebidos).

1.5. Dívida Pública Consolidada

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total das obrigações financeiras do ente da
Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Representa o total estimado das obrigações financeiras decorrentes da dívida contratual (empréstimos internos) e dos parcelamentos e renegociação de dívidas (contribuições sociais e previdenciárias, tributos), com prazo superior a 12 meses, já contratadas e previstas entre o período de 2025 a 2028.

1.5.1. Dívida Pública Liquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde à dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

1.6. Receita Corrente Líquida

Deduzindo da Receita Corrente Bruta as deduções do FUNDEB, menos compensações financeiras entre os regimes previdenciários e remuneração do RPPS estimada para o período.

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RECEITA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	57.081.994,00	69.645.697,57	64.218.048,00	65.932.749,00	73.858.833,00	76.650.698,00	79.548.097,00
Receita Tributária	1.889.320,00	4.120.798,10	1.697.721,00	4.040.832,00	4.695.784,00	4.873.285,00	5.057.496,00
IPTU	71.000,00	47.622,09	81.649,00	30.000,00	52.555,00	54.542,00	56.604,00
ISS	501.000,00	1.216.019,46	576.151,00	1.699.610,00	1.594.495,00	1.654.767,00	1.717.317,00
ITBI	16.000,00	26.084,60	18.402,00	20.000,00	28.615,00	29.697,00	30.820,00
IRRF	800.000,00	1.856.882,16	920.000,00	1.805.145,00	1.943.229,00	2.016.683,00	2.092.914,00
Taxas	501.320,00	974.189,79	101.519,00	481.077,00	1.076.890,00	1.117.596,00	1.159.841,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	194.960,00	252.523,16	224.204,00	223.969,00	300.585,00	311.947,00	323.739,00

Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	194.960,00	252.523,16	224.204,00	223.969,00	300.585,00	311.947,00	323.739,00
Receita Patrimonial	256.228,00	987.336,24	247.155,00	788.765,00	1.149.718,00	1.193.178,00	1.238.281,00
Aplicações Financeiras	256.228,00	987.336,24	247.155,00	788.765,00	1.004.118,00	1.042.074,00	1.081.465,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	145.600,00	151.104,00	156.816,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	54.349.356,00	64.246.436,94	61.598.019,00	60.075.662,00	67.422.827,00	69.971.410,00	72.616.330,00
Cota-Parte do FPM	26.434.120,00	26.973.873,45	30.917.552,00	24.856.630,00	29.069.937,00	30.168.780,00	31.309.160,00
Cota-Parte do ICMS	3.475.323,00	8.824.889,79	3.996.622,00	6.596.054,00	9.080.280,00	9.423.515,00	9.779.724,00
Cota-Parte do IPVA	330.033,00	314.708,35	379.538,00	357.083,00	345.610,00	358.674,00	372.232,00
Cota-Parte do ITR	6.950,00	2.463,89	7.993,00	4.342,00	5.702,00	5.918,00	6.142,00
Transferências da LC nº 61/1989	5.500,00	38.072,93	6.325,00	13.183,00	41.293,00	42.854,00	44.474,00
Transferências do FUNDEB	10.779.557,00	16.206.977,83	10.411.689,00	11.470.252,00	16.987.737,00	17.629.874,00	18.296.283,00
Outras Transferências Correntes	13.317.873,00	11.885.450,70	15.878.300,00	16.778.118,00	11.892.268,00	12.341.795,00	12.808.315,00
Outras Receitas Correntes	392.130,00	38.603,13	450.949,00	803.521,00	289.919,00	300.878,00	312.251,00
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	392.130,00	38.603,13	450.949,00	803.521,00	289.919,00	300.878,00	312.251,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.192.457,00	559.890,00	8.508.330,00	2.687.601,00	3.443.348,00	3.573.508,00	3.708.586,00
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00	999.000,00	1.000.000,00	1.037.800,00	1.077.029,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RECEITA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	210.987,00	71.708,00	74.419,00	77.232,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	210.987,00	71.708,00	74.419,00	77.232,00
Transferência de Capital	7.192.457,00	559.890,00	8.508.330,00	1.477.614,00	2.371.640,00	2.461.289,00	2.554.325,00
Convênios	6.202.677,00	0,00	7.295.083,00	844.366,00	1.857.903,00	1.928.132,00	2.001.015,00
Outras Transferências de Capital	989.780,00	559.890,00	1.213.247,00	633.248,00	513.737,00	533.157,00	553.310,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-5.960.377,00	-6.638.715,77	-6.958.097,00	-6.165.459,00	-7.057.318,00	-7.324.086,00	-7.600.935,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-5.960.377,00	-6.638.715,77	-6.958.097,00	-6.165.459,00	-7.057.318,00	-7.324.086,00	-7.600.935,00
RECEITA TOTAL	58.314.074,00	63.566.871,80	65.768.281,00	62.454.891,00	70.244.863,00	72.900.120,00	75.655.748,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.121.617,00	63.006.981,80	57.259.951,00	59.767.290,00	66.801.515,00	69.326.612,00	71.947.162,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
2. DESPESA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO DESPESA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.101.516,00	54.857.355,79	46.453.620,00	55.185.261,00	63.592.035,00	65.995.813,00	68.490.455,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.923.421,00	27.693.844,70	26.957.080,00	28.315.046,00	33.874.978,00	35.155.452,00	36.484.328,00
Juros e Encargos da Dívida	32.404,00	1.295.606,28	36.364,00	8.300,00	1.515.615,00	1.572.905,00	1.632.361,00
Outras Despesas Correntes	17.145.691,00	25.867.904,81	19.460.176,00	26.861.915,00	28.201.442,00	29.267.456,00	30.373.766,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	14.672.404,00	1.746.020,82	17.543.484,00	6.269.630,00	5.652.828,00	5.866.505,00	6.088.258,00
Investimentos	13.598.797,00	1.172.649,73	16.043.738,00	5.892.630,00	4.489.243,00	4.658.936,00	4.835.043,00

Inversões Financeiras	0,00	0,00	265.547,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	265.547,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.073.607,00	573.371,09	1.234.199,00	377.000,00	1.163.585,00	1.207.569,00	1.253.215,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.540.154,00	0,00	1.771.177,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.037.800,00	1.077.029,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	58.314.074,00	56.603.376,61	65.768.281,00	62.454.891,00	70.244.863,00	72.900.118,00	75.655.742,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	58.314.074,00	56.603.376,61	65.768.281,00	62.454.891,00	70.244.863,00	72.900.118,00	75.655.742,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
3. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	51.121.617,00	63.006.981,80	57.259.951,00	59.767.290,00	66.801.515,00	69.326.612,00	71.947.162,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.889.320,00	4.120.798,10	1.697.721,00	4.040.832,00	4.695.784,00	4.873.285,00	5.057.496,00
IPTU	71.000,00	47.622,09	81.649,00	30.000,00	52.555,00	54.542,00	56.604,00
ISS	501.000,00	1.216.019,46	576.151,00	1.699.610,00	1.594.495,00	1.654.767,00	1.717.317,00
ITBI	16.000,00	26.084,60	18.402,00	20.000,00	28.615,00	29.697,00	30.820,00
IRRF	800.000,00	1.856.882,16	920.000,00	1.805.145,00	1.943.229,00	2.016.683,00	2.092.914,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	501.320,00	974.189,79	101.519,00	486.077,00	1.076.890,00	1.117.596,00	1.159.841,00
Receitas de Contribuições	194.960,00	252.523,16	224.204,00	223.969,00	300.585,00	311.947,00	323.739,00
Receita Patrimonial	256.228,00	987.336,24	247.155,00	788.765,00	1.149.718,00	1.193.178,00	1.238.281,00
Aplicações Financeiras (II)	256.228,00	987.336,24	247.155,00	788.765,00	1.004.118,00	1.042.074,00	1.081.465,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	145.600,00	151.104,00	156.816,00
Transferências Correntes	48.388.979,00	57.607.721,17	54.639.922,00	53.910.203,00	60.365.509,00	62.647.324,00	65.015.395,00
Cota-Parte do FPM	21.237.305,00	22.171.184,15	24.837.552,00	20.085.304,00	23.907.317,00	24.811.013,00	25.748.869,00
Cota-Parte do ICMS	2.780.258,00	7.059.912,08	3.197.297,00	5.276.843,00	7.264.224,00	7.538.812,00	7.823.779,00
Cota-Parte do IPVA	264.026,00	251.766,79	303.630,00	285.666,00	276.488,00	286.939,00	297.786,00
Cota-Parte do ITR	5.560,00	1.971,17	6.394,00	3.474,00	4.562,00	4.734,00	4.914,00
Transferências da LC 61/1989	4.400,00	30.458,45	5.060,00	10.546,00	33.034,00	34.283,00	35.579,00
Transferências do FUNDEB	10.779.557,00	16.206.977,83	10.411.689,00	11.470.252,00	16.987.737,00	17.629.874,00	18.296.283,00
Outras Transferências Correntes	13.317.873,00	11.885.450,70	15.878.300,00	16.778.118,00	11.892.147,00	12.341.669,00	12.808.185,00
Demais Receitas Correntes	392.130,00	38.603,13	450.949,00	803.521,00	289.919,00	300.878,00	312.251,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	392.130,00	38.603,13	450.949,00	803.521,00	289.919,00	300.878,00	312.251,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	50.865.389,00	62.019.645,56	57.012.796,00	58.978.525,00	65.797.397,00	68.284.538,00	70.865.697,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.192.457,00	559.890,00	8.508.330,00	2.687.601,00	3.443.348,00	3.573.508,00	3.708.586,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	0,00	999.000,00	1.000.000,00	1.037.800,00	1.077.029,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	210.987,00	71.708,00	74.419,00	77.232,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	210.987,00	71.708,00	74.419,00	77.232,00
Transferências de Capital	7.192.457,00	559.890,00	8.508.330,00	1.477.614,00	2.371.640,00	2.461.289,00	2.554.325,00
Convênios	6.202.677,00	0,00	7.295.083,00	844.366,00	1.857.903,00	1.928.132,00	2.001.015,00
Outras Transferências de Capital	989.780,00	559.890,00	1.213.247,00	633.248,00	513.737,00	533.157,00	553.310,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	7.192.457,00	559.890,00	8.508.330,00	1.688.601,00	2.443.348,00	2.535.708,00	2.631.557,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	58.057.846,00	62.579.535,56	65.521.126,00	60.667.126,00	68.240.745,00	70.820.246,00	73.497.254,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	58.057.846,00	62.579.535,56	65.521.126,00	60.667.126,00	68.240.745,00	70.820.246,00	73.497.254,00
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	42.101.516,00	54.421.171,41	46.453.620,00	55.185.261,00	63.592.035,00	65.995.813,00	68.490.455,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.923.421,00	27.693.844,70	26.957.080,00	28.315.046,00	33.874.978,00	35.155.452,00	36.484.328,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	32.404,00	1.295.606,28	36.364,00	8.300,00	1.515.615,00	1.572.905,00	1.632.361,00
Outras Despesas Correntes	17.145.691,00	25.431.720,43	19.460.176,00	26.861.915,00	28.201.442,00	29.267.456,00	30.373.766,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	42.069.112,00	53.125.565,13	46.417.256,00	55.176.961,00	62.076.420,00	64.422.908,00	66.858.094,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	14.672.404,00	1.103.026,62	17.543.484,00	6.269.630,00	5.652.828,00	5.866.505,00	6.088.258,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
Investimentos	13.598.797,00	529.655,53	16.043.738,00	5.892.630,00	4.489.243,00	4.658.936,00	4.835.043,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	265.547,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	265.547,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.073.607,00	573.371,09	1.234.199,00	377.000,00	1.163.585,00	1.207.569,00	1.253.215,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	13.598.797,00	1.172.649,73	16.309.285,00	5.892.630,00	4.489.243,00	4.658.936,00	4.835.043,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	1.540.154,00	0,00	1.771.177,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.037.800,00	1.077.029,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	57.208.063,00	53.655.220,66	64.497.718,00	62.069.591,00	67.565.663,00	70.119.644,00	72.770.166,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	57.208.063,00	53.655.220,66	64.497.718,00	62.069.591,00	67.565.663,00	70.119.644,00	72.770.166,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	849.783,00	7.834.086,30	1.023.408,00	-1.402.465,00	299.833,00	311.169,00	322.934,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	849.783,00	7.834.086,30	1.023.408,00	-1.402.465,00	299.833,00	311.169,00	322.934,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
4. RESULTADO NOMINAL.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO NOMINAL					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	256.228,00	987.336,24	247.155,00	788.765,00	1.004.118,00	1.042.074,00	1.081.465,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	32.404,00	1.295.606,28	36.364,00	8.300,00	1.515.615,00	1.572.905,00	1.632.361,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.073.607,00	7.525.816,26	1.234.199,00	-622.000,00	-211.664,00	-219.662,00	-227.962,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	2.849.660,03	0,00	2.849.660,03	887.718,43	1.651.177,00	1.713.592,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	13.285.398,79	18.180.951,03	13.285.398,79	18.180.951,03	17.744.604,00	16.537.035,00	15.283.820,00
DEDUÇÕES (XL)	3.539.090,33	11.284.302,60	3.539.090,33	11.284.302,60	11.735.674,00	12.179.282,00	12.639.659,00
Disponibilidade de Caixa	3.539.090,33	11.284.302,60	3.539.090,33	11.284.302,60	11.735.674,00	12.179.282,00	12.639.659,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.985.817,58	11.862.459,88	4.985.817,58	11.862.459,88	12.336.958,00	12.803.295,00	13.287.260,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	112.227,36	403.944,90	112.227,36	403.944,90	420.103,00	435.983,00	452.463,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.334.499,89	174.212,38	1.334.499,89	174.212,38	181.181,00	188.030,00	195.138,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	9.746.308,46	6.896.648,43	9.746.308,46	6.896.648,43	6.008.930,00	4.357.753,00	2.644.161,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	2.849.660,03	0,00	2.849.660,03	887.718,43	1.651.177,00	1.713.592,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
5. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA						Exercício: **2027**	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.285.398,79	18.180.951,03	13.285.398,79	18.180.951,03	17.744.604,00	16.537.035,00	15.283.820,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	13.285.398,79	18.180.951,03	13.285.398,79	18.180.951,03	17.744.604,00	16.537.035,00	15.283.820,00
DEDUÇÕES (II)	3.539.090,33	11.284.302,60	3.539.090,33	11.284.302,60	11.735.674,00	12.179.282,00	12.639.659,00
Ativo Disponível	4.985.817,58	11.862.459,88	4.985.817,58	11.862.459,88	12.336.958,00	12.803.295,00	13.287.260,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	112.227,36	403.944,90	112.227,36	403.944,90	420.103,00	435.983,00	452.463,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.334.499,89	174.212,38	1.334.499,89	174.212,38	181.181,00	188.030,00	195.138,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	9.746.308,46	6.896.648,43	9.746.308,46	6.896.648,43	6.008.930,00	4.357.753,00	2.644.161,00
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
6. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO PPP					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
7. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS		Exercício: **2027**	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)		R$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES	**Valor**	**Providências**	**Valor**
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	250.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	250.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	**350.000,00**	SUBTOTAL	**350.000,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**	**Providências**	**Valor**
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	200.000,00	Limitação de Empenho	200.000,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
SUBTOTAL	**200.000,00**	SUBTOTAL	**200.000,00**
TOTAL	**550.000,00**	TOTAL	**550.000,00**

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ									Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
8. DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027**												
METAS ANUAIS									Exercício: **2027** Pág.: 1/2			
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)									R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	70.244.863	67.008.359	0,06	0,00	72.900.120	65.824.036	0,06	0,00	75.655.748	65.395.236	0,06	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	69.240.745	66.050.506	0,06	0,00	71.858.046	64.883.112	0,06	0,00	74.574.283	64.460.440	0,06	0,00
Receitas Primárias Correntes	65.797.397	62.765.808	0,06	0,00	68.284.538	61.656.468	0,06	0,00	70.865.697	61.254.816	0,06	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.695.784	4.479.428	0,00	0,00	4.873.285	4.400.257	0,00	0,00	5.057.496	4.371.593	0,00	0,00
Transferências Correntes	60.365.509	57.584.193	0,05	0,00	62.647.324	56.566.433	0,05	0,00	65.015.395	56.197.938	0,05	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	736.104	702.188	0,00	0,00	763.929	689.778	0,00	0,00	792.806	685.285	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	3.443.348	3.284.697	0,00	0,00	3.573.508	3.226.644	0,00	0,00	3.708.586	3.205.624	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	70.244.863	67.008.359	0,06	0,00	72.900.118	65.824.034	0,06	0,00	75.655.742	65.395.230	0,06	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	67.565.663	64.452.602	0,06	0,00	70.119.644	63.313.448	0,06	0,00	72.770.166	62.900.999	0,06	0,00
Despesas Primárias Correntes	62.076.420	59.216.274	0,05	0,00	64.422.908	58.169.669	0,05	0,00	66.858.094	57.790.729	0,05	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	33.874.978	32.314.202	0,03	0,00	35.155.452	31.743.072	0,03	0,00	36.484.328	31.536.285	0,03	0,00
Outras Despesas Correntes	28.201.442	26.902.072	0,02	0,00	29.267.456	26.426.597	0,02	0,00	30.373.766	26.254.444	0,02	0,00
Despesas Primárias de Capital	4.489.243	4.282.403	0,00	0,00	4.658.936	4.206.714	0,00	0,00	4.835.043	4.179.309	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias				0,00				0,00				0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	70.244.863	67.008.359	0,06	0,00	72.900.120	65.824.036	0,06	0,00	75.655.748	65.395.236	0,06	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	68.240.745	65.096.580	0,06	0,00	70.820.246	63.946.046	0,06	0,00	73.497.254	63.529.479	0,06	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	70.244.863	67.008.359	0,06	0,00	72.900.118	65.824.034	0,06	0,00	75.655.742	65.395.230	0,06	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	67.565.663	64.452.602	0,06	0,00	70.119.644	63.313.448	0,06	0,00	72.770.166	62.900.999	0,06	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	299.833	286.018	0,00	0,00	311.169	280.965	0,00	0,00	322.934	279.137	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	299.833	286.018	0,00	0,00	311.169	280.965	0,00	0,00	322.934	279.137	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.004.118	957.854	0,00	0,00	1.042.074	940.925	0,00	0,00	1.081.465	934.796	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	1.515.615	1.445.784	0,00	0,00	1.572.905	1.420.230	0,00	0,00	1.632.361	1.410.978	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	17.744.604	16.927.029	0,01	0,00	16.537.035	14.931.860	0,01	0,00	15.283.820	13.211.012	0,01	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	6.008.930	5.732.071	0,00	0,00	4.357.753	3.934.766	0,00	0,00	2.644.161	2.285.557	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	887.718	846.817	0,00	0,00	1.651.177	1.490.905	0,00	0,00	1.713.592	1.481.193	0,00	0,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ									Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027												
METAS ANUAIS									Exercício: **2027**			
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**

Variáveis	**Período**		
	2027	**2028**	**2029**
PIB real (crescimento % anual)	3,40	2,30	1,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	6,50	10,00	5,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,19	5,92	5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,83	5,65	4,46
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00	112.000.000.000,00
Fonte de Pesquisa:	Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos: Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026; Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025.		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

9. DEMONSTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR | Exercício: **2027**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) | R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	65.768.281	0,06	114,86	63.566.872	0,06	111,01	-2.201.409	-3,35
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	65.521.126	0,06	114,43	62.579.536	0,06	109,29	-2.941.590	-4,49
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	65.768.281	0,06	114,86	56.603.377	0,05	98,85	-9.164.904	-13,94
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	64.497.718	0,06	112,64	53.655.221	0,05	93,70	-10.842.497	-16,81
Receita Total (COM FONTES RPPS)	65.768.281	0,06	114,86	63.566.872	0,06	111,01	-2.201.409	-3,35
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	65.521.126	0,06	114,43	62.579.536	0,06	109,29	-2.941.590	-4,49
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	65.768.281	0,06	114,86	56.603.377	0,05	98,85	-9.164.904	-13,94
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	64.497.718	0,06	112,64	53.655.221	0,05	93,70	-10.842.497	-16,81
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	1.023.408	0,00	1,79	7.834.086	0,01	13,68	6.810.678	665,49
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	1.023.408	0,00	1,79	7.834.086	0,01	13,68	6.810.678	665,49
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	13.285.399	0,01	23,20	18.180.951	0,02	31,75	4.895.552	36,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.746.308	0,01	17,02	6.896.648	0,01	12,04	-2.849.660	-29,24
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	0,00	0,00	2.849.660	0,00	4,98	2.849.660	0,00

R$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB nominal	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	57.259.951,00	63.006.981,80
Fonte de Pesquisa:	Fonte dos Parâmetros: Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025 RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

10. DEMONSTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES | Exercício: **2027**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) | R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	58.314.074	63.566.872	9,01	62.454.891	-1,75	70.244.863	12,47	72.900.120	3,78	75.655.748	3,78
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	58.057.846	62.579.536	7,79	61.666.126	-1,46	69.240.745	12,28	71.858.046	3,78	74.574.283	3,78
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	58.314.074	56.603.377	-2,93	62.454.891	10,34	70.244.863	12,47	72.900.118	3,78	75.655.742	3,78
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	57.208.063	53.655.221	-6,21	62.069.591	15,68	67.565.663	8,85	70.119.644	3,78	72.770.166	3,78
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	58.314.074	63.566.872	9,01	62.454.891	-1,75	70.244.863	12,47	72.900.120	3,78	75.655.748	3,78
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	58.057.846	62.579.536	7,79	60.667.126	-3,06	68.240.745	12,48	70.820.246	3,78	73.497.254	3,78
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	58.314.074	56.603.377	-2,93	62.454.891	10,34	70.244.863	12,47	72.900.118	3,78	75.655.742	3,78
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	57.208.063	53.655.221	-6,21	62.069.591	15,68	67.565.663	8,85	70.119.644	3,78	72.770.166	3,78
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	849.783	7.834.086	821,89	-1.402.465	-117,90	299.833	0,00	311.169	3,78	322.934	3,78
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	849.783	7.834.086	821,89	-1.402.465	-117,90	299.833	0,00	311.169	3,78	322.934	3,78
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	13.285.399	18.180.951	36,85	18.180.951	0,00	17.744.604	-2,40	16.537.035	-6,81	15.283.820	-7,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.746.308	6.896.648	-29,24	6.896.648	0,00	6.008.930	-12,87	4.357.753	-27,48	2.644.161	-39,32
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	2.849.660	0,00	2.849.660	0,00	887.718	-68,85	1.651.177	86,00	1.713.592	3,78
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	61.229.778	67.380.884	10,05	62.454.891	-7,31	67.008.359	7,29	65.824.036	-1,77	65.389.583	-0,66
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	60.960.738	66.334.308	8,81	61.666.126	-7,04	66.050.506	7,11	64.883.112	-1,77	64.454.869	-0,66
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	61.229.778	59.999.579	-2,01	62.454.891	4,09	67.008.359	7,29	65.824.034	-1,77	65.389.578	-0,66
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	60.068.466	56.874.534	-5,32	62.069.591	9,13	64.452.602	3,84	63.313.448	-1,77	62.895.563	-0,66
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	61.229.778	67.380.884	10,05	62.454.891	-7,31	67.008.359	7,29	65.824.036	-1,77	65.389.583	-0,66
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	60.960.738	66.334.308	8,81	60.667.126	-8,54	65.096.580	7,30	63.946.046	-1,77	63.523.988	-0,66
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	61.229.778	59.999.579	-2,01	62.454.891	4,09	67.008.359	7,29	65.824.034	-1,77	65.389.578	-0,66

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES								Exercício: **2027**			
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	60.068.466	56.874.534	-5,32	62.069.591	9,13	64.452.602	3,84	63.313.448	-1,77	62.895.563	-0,66
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	892.272	8.304.131	830,67	-1.402.465	-116,89	286.018	0,00	280.965	-1,77	279.113	-0,66
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	892.272	8.304.131	830,67	-1.402.465	-116,89	286.018	0,00	280.965	-1,77	279.113	-0,66
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	13.949.669	19.271.808	38,15	18.180.951	-5,66	16.927.029	-6,90	14.931.860	-11,79	13.209.870	-11,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	10.233.624	7.310.447	-28,56	6.896.648	-5,66	5.732.071	-16,89	3.934.766	-31,36	2.285.360	-41,92
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	3.020.640	0,00	2.849.660	-5,66	846.817	-70,28	1.490.905	76,06	1.481.065	-0,66

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4,83	5,65	4,46	4,83	5,65	4,46
1,05	1,06	1,04	1,05	1,06	1,04
Fonte de Pesquisa:	Fonte Índices de Inflação: Banco Central do Brasil Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026				

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
11. DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				Exercício: **2027**		
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00		
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	21.039.259	100,00	14.910.903	100,00	11.152.191	100,00
TOTAL	**21.039.259**	**100,00**	**14.910.903**	**100,00**	**11.152.191**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
12. DEMONSTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS	Exercício: **2027**		
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)	R$ 1,00		
RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**206.850**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	206.850	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**206.850**	**206.850**	**0**

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
13. DEMONSTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**

Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
14. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027		Exercício: **2027**		
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0

2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
15. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0

2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
16. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ milhares
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0

2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas				
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			Exercício: **2027**	
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas				
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0

2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
17. DEMONSTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027						
Exercício: **2027**						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2027	**2028**	**2029**	
IPTU	COTA ÚNICA	CONTRIBUINTE	10.511	10.908	11.321	A renúncia está considerada na estimativa de receita. Cfe. Art. 14, I, da LC 101/2000, a ser compensada atraves de aumento da arrecadação.
TOTAL			**10.511**	**10.908**	**11.321**	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
18. DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM E EXPANSAO DE DESPESA.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	
Exercício: **2026**	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
Eventos	**Valor previsto para 2027**
Aumento Permanente da Receita	50.000
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**50.000**
Redução Permanente de Despesa (II)	250.000
Margem Bruta (III) = (I + II)	**300.000**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**0**
Novas DOCC	0
Novas DOCC Geradas por PPP	0

19. ANEXO DE METAS E PRIORIDADES - PROGRAMAS TEMATICOS.PDF		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0001 - CERRO CORÁ SAUDÁVEL: CUIDADO INTEGRAL E ACESSÍVEL		
Órgão Responsável: 02.005 - Fundo Municipal de Saúde		
Objetivo Geral: 0003 - APRIMORAMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE SEC. DE SAÚDE		
Ação		
1043 - Construção, ampliação e reforma de UBS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0116 - Construção, ampliação e reforma de UBS		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1046 - Construção de Academias ao ar livre		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0117 - Construção de Academias ao ar livre		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1050 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		

Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0118 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1056 - Aquisição de imóveis		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0119 - Aquisição de imóveis		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1060 - Construção, ampliação e instalação do sistema de esgotamento sanitário		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0120 - Construção, ampliação e instalação do sistema de esgotamento sanitário		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1061 - Aquisição de equipamentos MÉDICO-HOSPITALARES		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0121 - Aquisição de equipamentos MÉDICO-HOSPITALARES		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1062 - Aquisição de veículo ambulância TIPO A (Transporte)		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0122 - Aquisição de veículo ambulância TIPO A (Transporte)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1063 - Aquisição de veículo ambulância TIPO B (SUPORTE AVANÇADO)		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0123 - Aquisição de veículo ambulância TIPO B (SUPORTE AVANÇADO)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	0,00
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1067 - Aquisição de veículo ambulância TIPO B (SUPORTE BÁSICO)		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		

Entrega		
0124 - Aquisição de veículo ambulância TIPO B (SUPORTE BÁSICO)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	0,00
Ação		
1068 - Informatização das unidades primárias de saúde		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0125 - Informatização das unidades primárias de saúde		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1102 - Construção de sistema de abastecimento de água		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Entrega		
0126 - Construção de sistema de abastecimento de água		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1106 - Implantação de Saneamento Rural Através de Abastecimento D'agua		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL		
Entrega		
0127 - Implantação de Saneamento Rural Através de Abastecimento D'agua		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1119 - Construção de adutoras		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0128 - Construção de adutoras		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	250.000,00
Ação		
1133 - Aquisição de Caminhão Coletor de Lixo		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL		
Entrega		
0129 - Aquisição de Caminhão Coletor de Lixo		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Entrega		
0130 - Aquisição de Caminhão Coletor de Lixo		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1140 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Atenção Básica		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		

Entrega		
0131 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Atenção Básica		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1167 - Melhorias Sanitarias Domiciliares		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL		
Entrega		
0132 - Melhorias Sanitárias Domiciliares		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1176 - Pavimentação da área externa do HMCS		
Função : 10 - SAÚDE		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0133 - Pavimentação da área externa do HMCS		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1177 - Construção de garagem para veículos da Secretaria de Saúde		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0134 - Construção de garagem para veículos da Secretaria de Saúde		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1178 - Reforma de Ampliação da secretaria de saúde		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0135 - Reforma de Ampliação da secretaria de saúde		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1179 - Reforma e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde/UBS e Sede da Secretaria		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0136 - Reforma e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde/UBS e Sede da Secretaria		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1180 - Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para HMCS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0137 - Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para HMCS		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		

Título	Unidade de Medida	Meta 2027
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1181 - Canalização de ar comprimido no HMCS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0138 - Canalização de ar comprimido no HMCS		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1183 - Apoiar a implantação do esgotamento sanitária CAERN/FUNASA		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Entrega		
0139 - Apoiar a implantação do esgotamento sanitária CAERN/FUNASA		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1418 - REFORMA E MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0140 - Reforma e Manutenção dos Polos de Academias da Saúde		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1419 - Reequipar a Farmácia Básica / Dispensário Municipal		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		
Entrega		
0141 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Assistência Farmacêutica		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1420 - Aquisição e Manutenção de Veículos		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0146 - Aquisição e Manutenção de Veículos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1421 - Construção de Unidades Básicas de Saúde/UBS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0147 - Construção de Unidades Básicas de Saúde/UBS		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1422 - EQUIPAR E REEQUIPAR OS SERVIÇOS DA SAÚDE		
Função : 10 - SAÚDE		

Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0142 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1423 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Sanitária		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Entrega		
0143 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Sanitária		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1424 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Epidemiológica		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0144 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Epidemiológica		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1425 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Alimentar e Nutricional		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
Entrega		
0145 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Vigilância Alimentar e Nutricional		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1426 - Construção de Unidades Sanitárias		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Entrega		
0148 - Construção de Unidades Sanitárias		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1430 - Reforma e Ampliação das Instalações Físicas do Hospital e Maternidade Clotilde Santina		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0149 - Reforma e Ampliação das Instalações Físicas do Hospital e Maternidade Clotilde Santina		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1444 - Implantação de Sala de Estabilização e Telemedicina de Urgência		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0260 - Implantação de Sala de Estabilização e Telemedicina de Urgência		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	

Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
IMÓVEL CONSTRUIDO	UN	0,00
Ação		
1446 - (Impositiva) Climatização da Unidade Mista de Saúde "Clotilde Santina".		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0150 - (Impositiva) Climatização da Unidade Mista de Saúde "Clotilde Santina".		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1447 - (Impositiva) Climatização da Unidade Básica de Saúde "Dr. Mariano Coelho".		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0151 - (Impositiva) Climatização da Unidade Básica de Saúde "Dr. Mariano Coelho".		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1453 - Implantação do Controle Interno e Auditoria do SUS - (UCI-SAÚDE)		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0261 - Implantação do Controle Interno e Auditoria do SUS - (UCI-SAÚDE)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
INVESTIMENTO ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL	1
Ação		
1454 - Criação do Programa de Integridade e Compliance da Saúde Municipal		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0262 - Criação do Programa de Integridade e Compliance da Saúde Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
INVESTIMENTO ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL	1
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1471 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Odontológica		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0152 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Odontológica		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2086 - Implementação e/ou Manutenção do Centro Clínico da Mulher		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0153 - Implementação e/ou Manutenção do Centro Clínico da Mulher		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2087 - Incentivo Financeiro da APS - Equipes Multiprofissionais (eMulti)		

Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0256 - Incentivo Financeiro da APS - Equipes Multiprofissionais (eMulti)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
INVESTIMENTO ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL	10.000
Ação		
2144 - Implantação de Prontuário Eletrônico Municipal Unificado - (e-SUS AB)		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0257 - Implantação de Prontuário Eletrônico Municipal Unificado - (e-SUS AB)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
UNIDADES INFORMATIZADAS	UN	10.000,00
Ação		
2145 - Viabilizar o Plano de Saneamento		
Função : 17 - SANEAMENTO		
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0258 - Viabilizar o Plano de Saneamento		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
SISTEMA ESGOTAMENTO SANITÁRIO CONSTRUIDO	UN	50.000,00
Ação		
2250 - Implantação do Programa “Humaniza Saúde”		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0154 - Implantação do Programa “Humaniza Saúde”		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2259 - Implantação de Tecnologias Digitais na APS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0155 - Implantação do Programa Informatiza APS - Atenção Primária		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2291 - Aquisição e Instalação de Equipamentos de "sala vermelha" na Unidade Clotilde Santina		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Entrega		
0156 - Aquisição e Instalação de Equipamentos de "sala vermelha" na Unidade Clotilde Santina		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2299 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Odontológica		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0157 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Odontológica		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	

Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2304 - Implantação do programa "Medicamento em Casa".		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0158 - Implantação do programa "Medicamento em Casa", destinado a atender as pessoas idosas, deficientes...		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2305 - Implantar e Equipar o Sistema de Regulação do SUS		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0159 - Implantação de programa e acolhimento e reabilitação aos pacientes pós covid no município		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Entrega		
0259 - Implantar e Equipar o Sistema de Regulação do SUS		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2315 - Implantação do programa "fornecimento gratuito de absorventes higiênicos nas unidades de saúde e nas		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0160 - Implantação do programa "fornecimento gratuito de absorventes higiênicos nas unidades de saúde e nas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2332 - Aquisição de óculos de grau e consulta oftalmológica para estudantes matriculados na rede pública		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0161 - Aquisição de óculos de grau e consulta oftalmológica para estudantes matriculados na rede pública		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2333 - Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita		
Função : 10 - SAÚDE		
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0162 - Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0002 - EDUCAÇÃO CERRO CORÁ: SEMEANDO O FUTURO		
Órgão Responsável: 02.004 - Secretaria Municipal de Educação		
Objetivo Geral: 0007 - QUALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA		

Ação		
1012 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0101 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	0,00
Ação		
1015 - Ampliação e/ou Reforma de Escolas		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0102 - Ampliação e/ou Reforma de Escolas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1017 - Aquisição de Veículos para a Secretaria Municipal de Educação		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0103 - Aquisição de Veículos para a Secretaria Municipal de Educação		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1029 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 847 - TRANSFERÊNCIAS PARAA EDUCAÇÃO BÁSICA		
Entrega		
0104 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1030 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0105 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1031 - Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0106 - Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1138 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		

0107 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1213 - Construção e Manutenção de Salas de Informática		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0108 - Construção e Manutenção de Salas de Informática		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1436 - Aquisição de equipamentos de informáticas		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0109 - Aquisição de Tablets e Outros Acessórios de Informática		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	15,00
Ação		
1440 - Construção de Centro de Reabilitação Educacional/CRE		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL		
Entrega		
0110 - Construção de Centro de Reabilitação Educacional/CRE		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1441 - Reforma e ampliação do prédio da Secretaria Municipal de Educação		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0111 - Reforma e ampliação do prédio da Secretaria Municipal de Educação		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2096 - Aquisição de Material Didático Pedagógico e Psicopedagógico		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0112 - Aquisição de Material Didático Pedagógico e Psicopedagógico		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2303 - Implantação de programa de aval. oftalmológica e fornec. de óculos de grau, p/ atenter os estudantes		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 368 - EDUCAÇÃO BÁSICA		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0113 - Implantação de programa de aval. oftalmológica e fornec. de óculos de grau, p/ atenter os estudantes		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2308 - Aquisição de kit Escolar		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL		
Entrega		
0114 - Aquisição de kit Escolar		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	400,00
Ação		
2336 - Aquisição de materiais escolares inclusivos para pessoas com deficiência e adequação estrutural LEIS		
Função : 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção : 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL		
Entrega		
0115 - Aquisição de materiais escolares inclusivos para pessoas com deficiência e adequação estrutural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	35,00
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL		
Órgão Responsável: 02.002 - Gabinete do Prefeito e Sec. Mun. de Administração		
Objetivo Geral: 0012 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL.		
Ação		
1008 - Aquisição de coletes balisticos para guarda municipal		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0076 - Aquisição de coletes balisticos para guarda municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	2,00
Ação		
1010 - Aquisição de equipamentos para a defesa civil		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0078 - Aquisição de equipamentos para a defesa civil		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1011 - Aquis. de veículo para defesa civil		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0079 - Aquisição de veículo para defesa civil		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1020 - Aquisição de equipamento para guarda municipal		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0081 - Aquisição de equipamento para guarda municipal		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1028 - Aquisição de viatura para a guarda municipal		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0082 - Aquisição de viatura para a guarda municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1195 - Implantação da Guarda Municipal		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0083 - Implantação da Guarda Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
GUARDA MUNICIPAL IMPLANTADA	UN	1,00
Ação		
1196 - Ampliação do Monitoramento Eletrônico no Municipio		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 181 - POLICIAMENTO		
Entrega		
0084 - Ampliação do Monitoramento Eletrônico no Municipio		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0004 - CIDADE BEM-CUIDADA: OBRAS, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE PARA TODOS		
Órgão Responsável: 02.007 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo		
Objetivo Geral: 0009 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E QUALIDADE URBANA.		
Ação		
1033 - Aquisição e desapropriação de imóveis		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0179 - Aquisição e desapropriação de imóveis		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
IMÓVELADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1040 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0180 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	0,00
Ação		
1045 - Construção e recuperação de bueiros		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0181 - Construção e recuperação de bueiros		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		

1047 - Perfuração e instalação de poços tubulares		
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL		
Subfunção : 544 - RECURSOS HÍDRICOS		
Entrega		
0182 - Perfuração e instalação de poços tubulares		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1048 - Construção, reforma e ampliação de terminal rodoviário		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0183 - Construção, reforma e ampliação de terminal rodoviário		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1049 - Construção, reforma e manutenção de base para central de câmaras de monitoramento		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0184 - Construção, reforma e manutenção de base para central de câmaras de monitoramento		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1058 - Construção, reforma e ampliação da garagem municipal		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0185 - Construção, reforma e ampliação da garagem municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1073 - Construção, Revitalização e Conservação dos Prédios e Logradouros Públicos		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0186 - Construção, Revitalização e Conservação dos Prédios e Logradouros Públicos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1078 - Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0187 - Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1079 - Construção de Passarela/Orla na parede do Açude.		
Função : 15 - URBANISMO		

Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0188 - Construção de Passarela/Orla na parede do Açude.		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1085 - Construção de Terminal de Informação Turística		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0189 - Construção de Terminal de Informação Turística		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Entrega		
0190 - Construção de Terminal de Informação Turística		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1109 - Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0191 - Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	100.000,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Ação		
1148 - Construção de Abrigos Rodoviários e Modernização do Serviço Coletivo de Transporte		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0218 - Construção de Abrigos Rodoviários e Modernização do Serviço Coletivo de Transporte		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1149 - Construção de Abrigos Rodoviários		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0192 - Construção de Abrigos Rodoviários		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	2,00
Ação		
1150 - Sinalização de Ruas, Avenidas e Logradouros		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0215 - Sinalização de Ruas, Avenidas e Logradouros		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1185 - Pavimentar Acessos às Comunidades Rurais		

Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0193 - Pavimentar Acessos às Comunidades Rurais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1186 - Ampliação e construção de cemitérios públicos		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0194 - Ampliação e construção de cemitérios públicos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1187 - Construção do Pórtico da entrada da cidade		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0195 - Construção do Pórtico da entrada da cidade		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1189 - Construção do Centro de Comercialização de Animais		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0196 - Construção do Centro de Comercialização de Animais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1190 - Construção/Aquisição de Imóveis		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0204 - Construção/Aquisição de Imóveis		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1191 - Sinalização de Ruas, Avenidas e Logradouros		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0206 - Sinalização de Ruas, Avenidas e Logradouros		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1192 - Abertura de Ruas		

Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0207 - Abertura de Ruas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1201 - Melhoramento da Infraestrutura de Trânsito		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0221 - Melhoramento da Infraestrutura de Trânsito		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1204 - Instalar Termômetros Digitais nas Praças Maria Luzia e Walter Olímpio		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS		
Entrega		
0209 - Instalar Termômetros Digitais nas Praças Maria Luzia e Walter Olímpio		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1437 - construção de Passagem Molhada		
Função : 26 - TRANSPORTE		
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Entrega		
0210 - construção de Passagem Molhada		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1445 - Construção de Aterro Sanitário		
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL		
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Entrega		
0212 - Construção de Aterro Sanitário		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1448 - Pavimentação Complementar em Paralelepípedos na Comunidade Rural Ipueiras (Impositiva)		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0213 - Pavimentação Complementar em Paralelepípedos na Comunidade Rural Ipueiras (Impositiva)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1449 - Reforma de Prédio da Associação do Grupo de Idosos da Comunidade Baixa da Floresta (Impositiva)		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		
Entrega		
0214 - Reforma de Prédio da Associação do Grupo de Idosos da Comunidade Baixa da Floresta (Impositiva)		

Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1450 - (Impositiva) Urbanização revitalização estrutural, paisagismo, arborização e iluminação ornamental d		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0216 - (Impositiva) Urbanização revitalização estrutural, paisagismo, arborização e iluminação ornamental d		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1473 - (Impositiva) Construção e Revitalização de Praças e Calçadas		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		

Tabela 6

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0217 - (Impositiva) Construção e Revitalização de Praças e Calçadas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2281 - Implantar Ações Visando a Regularização Fundiária do Município		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0219 - Implantar Ações Visando a Regularização Fundiária do Município		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
2283 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS		
Entrega		
0220 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
2295 - Pavimentação asfáltica da Rua Coronel Manoel Osório		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0222 - Pavimentação asfáltica da Rua Coronel Manoel Osório		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2297 - Pavimentação em Paralelepípedos na Rua Iranilde Guimarães da Cunha, situada no Bairro Seridó		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0223 - Pavimentação em Paralelepípedos na Rua Iranilde Guimarães da Cunha, situada no Bairro Seridó		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**

Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2312 - Instalação de iluminação de LED da Rua Gracindo Deitado (Impositiva)		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0224 - Instalação de iluminação de LED da Rua Gracindo Deitado (Impositiva)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	0,00
Ação		
2314 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0225 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2337 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município		
Função : 15 - URBANISMO		
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Entrega		
0228 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00

Tabela 8

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**
Programa: 0006 - LEGISLATIVO EFICIENTE	
Órgão Responsável: 01.001 - Câmara Municipal	
Objetivo Geral: 0004 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EFICIENTE DO LEGISLATIVO	
Ação	
1002 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal	
Função : 01 - LEGISLATIVA	
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA	
Entrega	
0071 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal	
Meta Física	
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
UNIDADES CONSTRUIDAS/REFORMADAS	UN	1,00
Ação		
1003 - Aquisição de Veículos		
Função : 01 - LEGISLATIVA		
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		
Entrega		
0072 - Aquisição de Veículos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1005 - Aquisição de bens e equipamentos permanentes		
Função : 01 - LEGISLATIVA		
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		
Entrega		
0073 - Aquisição de bens e equipamentos permanentes		
Meta Física		

Título	Unidade de Medida	Meta 2027
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	0,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0009 - CERRO CORÁ: CULTURA VIVA E TURISMO QUE TRANSFORMA		
Órgão Responsável: 02.010 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura		
Objetivo Geral: 0013 - VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL E DIVERSIDADE ARTÍSTICA.		
Ação		
1018 - Instalação e Manutenção da Banda de Música Oficial		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0226 - Instalação e Manutenção da Banda de Música Oficial		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1022 - Implantação e Manutenção do Arquivo Público Municipal		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		
Entrega		
0227 - Implantação e Manutenção do Arquivo Público Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1027 - Construção do Mercado de Artesanato		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0229 - Construção do Mercado de Artesanato		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1039 - Restauração do Pórtico do Vale Vulcânico		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0230 - Restauração do Pórtico do Vale Vulcânico		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1042 - Reforma e Ampliação do Cine Canário		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0233 - Reforma e Ampliação do Cine Canário		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1088 - Construção de Mirante na Nascente do Rio Potengi		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		

Entrega		
0236 - Construção de Mirante na Nascente do Rio Potengi		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1103 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Turismo		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0237 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Turismo		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1139 - Construção de Teatro com Sala de Cinema		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0238 - Construção de Teatro com Sala de Cinema		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1184 - Aquisição de Veículos - Turismo		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0239 - Aquisição de Veículos - Turismo		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1214 - Construção de Biblioteca Pública Municipal		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0240 - Construção de Biblioteca Pública Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1415 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Cultura		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0241 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Cultura		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1460 - Construção, Ampliação e Reforma de Infraestrutura Cultural		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0242 - Construção, Ampliação e Reforma de Infraestrutura Cultural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1462 - Construção de Pórtico Turístico		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0243 - Construção de Pórtico Turístico		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1469 - Criação do Museu Municipal		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0244 - Criação do Museu Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2025 - Promoção de Eventos Culturais		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0245 - Promoção de Eventos Culturais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2043 - Apoio a Criações e Manifestações Artísticas e Culturais		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0246 - Apoio a Criações e Manifestações Artísticas e Culturais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2049 - Logística Turística para Agentes Locais		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0249 - Logística Turística para Agentes Locais		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2104 - Revitalização e Modernização da Sinalização Turística		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0252 - Revitalização e Modernização da Sinalização Turística		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2107 - Revitalização e Manutenção do Patrimônio Histórico		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0251 - Revitalização e Manutenção do Patrimônio Histórico		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2108 - Criação de Rotas Turísticas		
Função : 23 - COMERCIO E SERVIÇOS		
Subfunção : 695 - TURISMO		
Entrega		
0250 - Criação de Rotas Turísticas		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2323 - Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo -Audiovisual		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0248 - Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo -Audiovisual		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	35.000,00
Ação		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**
2324 - Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo -Fomento à Cultura e Diversidade	
Função : 13 - CULTURA	
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Entrega	
0247 - Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo -Fomento à Cultura e Diversidade	
Meta Física	

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2348 - Incentivo e Apoio aos Produtores Culturais, Poetas, Escritores, Músicos e aos Demais Artistas Locais		
Função : 13 - CULTURA		
Subfunção : 392 - DIFUSÃO CULTURAL		
Entrega		
0254 - Incentivo e Apoio aos Produtores Culturais, Poetas, Escritores, Músicos e aos Demais Artistas Locais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
SERVIÇOS CULTURAIS REALIZADOS	UN	50.000,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**
Programa: 0011 - TECENDO O FUTURO: PROGRAMA MUNICIPAL DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Órgão Responsável: 02.006 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Objetivo Geral: 0002 - FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO E AMPARO SOCIAL.	
Ação	
1038 - Criação rede de comunicação informatizada	
Função : 24 - COMUNICAÇÕES	
Subfunção : 722 - TELECOMUNICAÇÕES	
Entrega	

0163 - Criação rede de comunicação informatizada		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1064 - Centro de Convivencia na Zona Rural		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0164 - Centro de Convivencia na Zona Rural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1066 - Construção do Centro de Reabilitação		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0165 - Construção do Centro de Reabilitação		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	0,00
Ação		
1069 - Construção, reforma e ampliação da sede do CRAS		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0166 - Construção, reforma e ampliação da sede do CRAS		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1092 - Construção da Sede dos C. Municipais, CREAS e NASF		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0167 - Construção da Sede dos C. Municipais, CREAS e NASF		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1173 - Convenio ITEP e outros orgãos de natureza social		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		
Entrega		
0168 - Convenio ITEP e outros orgãos de natureza social		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1174 - Implantação de serviços itinerantes na Zona Rural		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		
Entrega		
0169 - Implantação de serviços itinerantes na Zona Rural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00

Entrega		
0170 - Implantação de serviços itinerantes na Zona Rural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1175 - Garantir Ações Sócio educativa as Famílias em Riscos de Vulnerabilidade		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0171 - Garantir Ações Sócio educativa as Famílias em Riscos de Vulnerabilidade		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Entrega		
0172 - Garantir Ações Sócio educativa as Famílias em Riscos de Vulnerabilidade		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1427 - Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0173 - Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1428 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Programa “BPC na Escola”		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
Entrega		
0174 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Programa “BPC na Escola”		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1429 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
Entrega		
0175 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1431 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Públicas de Assistência Social		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0176 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Públicas de Assistência Social		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1432 - Instalação das Unidades da Assistência Social		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0177 - Instalação das Unidades da Assistência Social		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1433 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Proteção Social Básica (PSB)		
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Entrega		
0178 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Proteção Social Básica (PSB)		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Órgão Responsável: 02.009 - Secretaria Municipal de Assistência Social		
Objetivo Geral: 0014 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CRIANÇAS		
E ADOLESCENTES, POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS E COORDENADAS.		
Ação		
1111 - Construção, Reconstrução e Melhorias de Unidades Habitacionais		
Função : 16 - HABITAÇÃO		
Subfunção : 482 - HABITAÇÃO URBANA		
Entrega		
0231 - Construção, Reconstrução e Melhorias de Unidades Habitacionais		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1434 - Aquisição de Imóveis		
Função : 16 - HABITAÇÃO		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Subfunção : 482 - HABITAÇÃO URBANA		
Entrega		
0232 - Aquisição de Imóveis		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	0,00
Ação		
1435 - Realização de Conferências, Foros e Debates para Ampliação do Controle Social		
Função : 14 - DIREITO DA CIDADANIA		
Subfunção : 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		
Entrega		
0234 - Realização de Conferências, Foros e Debates para Ampliação do Controle Social		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1439 - Construção de Galpão voltado à geração de Atividade Têxtil		
Função : 11 - TRABALHO		
Subfunção : 334 - FOMENTO AO TRABALHO		
Entrega		
0235 - Construção de Galpão voltado à geração de Atividade Têxtil		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0016 - MOVIMENTO CERRO CORÁ: ESPORTE, TURISMO E ALEGRIA PARA TODOS		
Órgão Responsável: 02.012 - Secretaria Municipal de Lazer e Desporto		
Objetivo Geral: 0008 - ESTÍMULO ABRANGENTE AO ESPORTE E LAZER.		
Ação		
1023 - Aquisição de terrenos para construção de campos de futebol.		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0197 - Aquisição de terrenos para construção de campos de futebol.		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1024 - Construção e Ampliação e Reforma de Quadra de Esporte, Campos e Estádio		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0198 - Construção e Ampliação e Reforma de Quadra de Esporte, Campos e Estádio		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1096 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEC. MUN. DE LAZER E DESPORTO		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0253 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEC. MUN. DE LAZER E DESPORTO		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
PRÉDIO PÚBLICO CONST/REFORMADO	UN	100.000,00
Ação		
1155 - Gramado e Iluminação do Estádio de Futebol		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0199 - Gramado e Iluminação do Estádio de Futebol		

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1166 - Construção de Quadra de Esporte Rural		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0200 - Construção de Quadra de Esporte Rural		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1205 - Construção, Ampliação e Manutenção do Centro Desportivo Municipal Edilson de Oliveira		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0201 - Implantação de Centro Desportivo		

Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
COMPLÉXO PORLIESPORTIVO CONST/REFORMADO	UN	1,00
Ação		
1416 - Construção e Reforma de Ginásios Poliesportivos		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0202 - Construção e Reforma de Ginásios Poliesportivos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
COMPLÉXO PORLIESPORTIVO CONST/REFORMADO	UN	1,00
Ação		
1417 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Desporto		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0203 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Desporto		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1466 - Drenagem das áreas do Centro Desportivo Municipal Edilson de Oliveira		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0205 - Drenagem das áreas do Centro Desportivo Municipal Edilson de Oliveira		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2298 - Aquisição de Materiais Esportivos		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0208 - Aquisição de Materiais Esportivos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2302 - Implantação de programa de incentivo, apoio e promoção aos eventos vinculados ao esporte amador		
Função : 27 - DESPORTO E LAZER		
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		
Entrega		
0211 - Implantação de programa de incentivo, apoio e promoção aos eventos vinculados ao esporte amador		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Programa: 0018 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE, FINANÇAS E RESPONSABILIDADE FISCAL		
Órgão Responsável: 02.002 - Gabinete do Prefeito e Sec. Mun. de Administração		
Objetivo Geral: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		
Ação		
1004 - Aquisição de bens veículos		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0074 - Aquisição de bens veículos		

Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1006 - Aquisição de bens imóveis		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0075 - Aquisição de bens imóveis		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1007 - Implantação da Municipalização de Trânsito		
Função : 06 - SEGURANÇA PÚBLICA		
Subfunção : 182 - DEFESA CIVIL		
Entrega		
0077 - Implantação da Municipalização de Trânsito		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1014 - Aquisição de veículo para o demutran		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0080 - Aquisição de veículo para o demutran		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1097 - Construção, Reforma e Manutenção das Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0255 - Construção, Reforma e Manutenção das Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
PRÉDIO PÚBLICO CONST/REFORMADO	UN	50.000,00
Ação		
1206 - Reforma, Ampliação e Instalação da Prefeitura Municipal		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0085 - Reforma, Ampliação e Instalação da Prefeitura Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1207 - Construção de um Centro Administrativo		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0086 - Construção de um Centro Administrativo		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1208 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		

Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0087 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
MONITORAMENTO AMPLIADO	UN	1,00
Ação		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
1209 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 124 - CONTROLE INTERNO		
Entrega		
0088 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
1210 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Função : 02 - JUDICIARIA		
Subfunção : 062 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		
Entrega		
0089 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2006 - Elaboração do Plano Diretor		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0090 - Elaboração do Plano Diretor		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
PLANO IMPLANTADO	UN	1,00
Ação		
2095 - Programa de Modernização Tecnológica		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0091 - Programa de Modernização Tecnológica		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2099 - Regulamentação e implantação de aplicativo para Mototaxistas e Taxista		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Entrega		
0092 - Regulamentação e implantação de aplicativo para Mototaxistas e Taxista		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2210 - Implantação e Manutenção da Ouvidoria Pública Municipal		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		

0093 - Implantação e Manutenção da Ouvidoria Pública Municipal		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
2216 - Promoção de Concurso Público		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0094 - Promoção de Concurso Público		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
CONCURSOS REALIZADOS	UN	1,00
Ação		
2239 - Investimento em Comunicação Social		
Função : 24 - COMUNICAÇÕES		
Subfunção : 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Entrega		
0095 - Investimento em Comunicação Social		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
COMUNICAÇÃO APRIMORADA	UN	1,00
Órgão Responsável: 02.003 - Sec. Mun. de Finanças e Tributação		
Objetivo Geral: 0015 - GERIR DE FORMA EFICIENTE E TRANSPARENTE AS FINANÇAS E TRIBUTOS MUNICIPAIS, MODERNIZANDO PROCESSOS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO, COM FOCO NA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.		
Ação		
1009 - Aquisição de Motocicleta para o Setor de Tributos e Arrecadação		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Subfunção : 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
Entrega		
0096 - Aquisição de Motocicleta para o Setor de Tributos e Arrecadação		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1170 - Aquisição de Veículos		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0097 - Aquisição de Veículos		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UN	1,00
Ação		
1211 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
Entrega		
0098 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	1,00
Ação		
1212 - Construção, Reforma e Ampliação da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Entrega		
0099 - Reforma e Manutenção da Sede da Secretaria Municipal de Finanças de Tributos e Arrecadação		
Meta Física		

Título	Unidade de Medida	Meta 2027
EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS	UN	1,00
Ação		
2097 - Modernização do Sistema		
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção : 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		
Entrega		
0100 - Modernização do Sistema		
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**	
Meta Física		
Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
SISTEMA MODERNIZADO	UN	0,00

20. ANEXO DE PROGRAMAS DE GESTAO.PDF	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 01.001 - Câmara Municipal	
Programa: 0014 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	
Ação	
2001 - Manutenção das Atividades da Câmara	
Função: 01 - LEGISLATIVA	
Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA	
Ação	
2110 - Contribuição federação das câmaras municipais do estado do rio grande do norte - FECAM	
Função: 01 - LEGISLATIVA	
Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.002 - Gabinete do Prefeito e Sec. Mun. de Administração	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
2005 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Administração	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2050 - Manutenção e funcionamento da PGM	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2119 - Convênio Sec. Segurança/RN	
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA	
Subfunção: 181 - POLICIAMENTO	
Ação	
2173 - EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS MUNICIPAIS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2211 - Manutenção das Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2215 - Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social/INSS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2217 - Contribuição à CNM e à FEMURN	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	

Ação
2218 - Recolhimento do PASEP corrente
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação
2219 - Amortização da Dívida Fundada junto ao INSS
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
Subfunção: 841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA
Ação
2220 - Amortização da Dívida Fundada junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV´s
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
Subfunção: 841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Ação	
2221 - Manutenção das Ações da Controladoria Geral do Município	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 124 - CONTROLE INTERNO	
Ação	
2223 - Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município	
Função: 02 - JUDICIARIA	
Subfunção: 062 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	
Ação	
2341 - Manutenção das atividades de proteção e defesa civil - COMPDEC	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.003 - Sec. Mun. de Finanças e Tributação	
Programa: 0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
Ação	
2238 - Formação e Aprimoramento Profissional	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
Programa: 0014 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	
Ação	
2008 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.004 - Secretaria Municipal de Educação	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2349 - manutenção da educação indígena e quilombola leis 10.639/2003 e 11.645/2008	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 - GESTÃO DO ESPORTE E LAZER.	
Ação	
2106 - Apoio ao Esporte em Geral	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	

Ação
1034 - Programa de Transporte escolar - PNATE FUNDAMENTAL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1035 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1036 - Programa de Transporte Escolar - PNATE ENS. MÉDIO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1037 - Programa de Transporte Escolar - PNATE ENS. INFANTIL
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1051 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE CRECHE
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1052 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE AEE
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
1053 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE PRÉ-ESCOLA

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
1054 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE EJA	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2009 - Manutenção do Ensino Fundamental	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 364 - ENSINO SUPERIOR	
Ação	
2011 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2013 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2014 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2015 - Manutenção do Ensino EJA - Fundeb 30%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ação	
2022 - Manutenção do Ensino - QSE	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2023 - Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	

Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Ação
2024 - Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Ação
2037 - Modernização do Sistema de Informação da Secretaria de Educação
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Ação
2042 - Manutenção das ações de Outros Programas da Educação

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2062 - Manutenção do Programa Estadual de Transporte Escolar PETERN	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2066 - Manutenção do Ensino Infantil (PMPI)	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2073 - Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 30% (PMPI)	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2074 - Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 70% (PMPI)	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2077 - Implementação e manutenção das atividades de ensino em tempo integral	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2078 - Manutenção das atividades do contrato de gestão com instituições privadas sem fins lucrativos	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2170 - Programas Contemplados Fundo a Fundo com FNDE	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2205 - Manutenção do Ensino EJA - Fundeb 70%	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ação	
2225 - Manutenção das Ações do PETERN - Ensino Fundamental	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2226 - Manutenção das Ações do PETERN - Ensino Infantil	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ação	
2228 - Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE Infantil	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ação	
2231 - Manutenção das Ações da Educação Especial LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Ação	
2232 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	
2234 - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE EJA	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ação	
2236 - Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN - Ensino Médio	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 362 - ENSINO MÉDIO	
Ação	
2240 - Apoio aos Conselhos Municipais de Educação, do CACS-Fundeb e do conselho de alimentação escolar-cae	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2316 - Fornecimento de materiais escolares inclusivos/adaptativos para atender estudantes com deficiência	
Função: 12 - EDUCAÇÃO	
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.005 - Fundo Municipal de Saúde	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
1057 - Capacitação e formação de servidores	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
1059 - Conferência municipal de saúde	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
1071 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO PARA ABRIGO E CUIDADOS BÁSICOS DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO	
PARA OS ANIMAIS	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Ação	
1422 - EQUIPAR E REEQUIPAR OS SERVIÇOS DA SAÚDE	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
1476 - Implantação do Sistema Hórus / Conecte SUS Farmácia	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2081 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2082 - Manutenção das Atividades de Apoio Municipal de Bem Estar Animal	

Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2129 - Manutenção das atividades do contrato de gestão com instituições privadas sem fins lucrativos
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2139 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde e Saneamento
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Ação	
2148 - Aquisição de Medicamentos Básicos	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2149 - Capacitação Permanente dos Profissionais da Assistência Farmacêutica	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2150 - Fortalecimento do Controle Social - (CMS, Conferências e Ouvidoria)	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2172 - Modernização da Gestão Administrativa e Financeira do SUS - (Implantação do SIGAF-SAÚDE)	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
Ação	
2175 - EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS MUNICIPAIS	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2251 - Qualificar os Profissionais do SUS	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2313 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2328 - Participação junto ao Consórcio público da AMSO - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2334 - Aquisição de absorventes higiênicos nas unidades de saúde e escolas municipais	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0008 - SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO: CUIDANDO DAS PESSOAS DE CERRO CORÁ	
Ação	
1443 - Estruturar os Serviços de Urgência e Emergência - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
1474 - Estruturar a Rede de Vigilância em Saúde - VGS	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
1475 - Implantar Política de Segurança Alimentar e Nutricional	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2004 - Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	
Ação	
2034 - Transferências de recursos a Prestadores de Serviços - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2035 - Manutenção das Ações do Laboratório Clínico	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2046 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2052 - Manutenção das Ações da Assistência Farmacêutica	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
Ação	
2053 - Manutenção das Ações e Serviços de Saúde da APS - ESF	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2054 - Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidades - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2056 - Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Sanitária	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Ação	
2058 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2059 - Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Ação	
2061 - Manutenção do Programa Saúde Bucal - SB	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2088 - Manutenção do Bloco de Serviços de Média e Alta Complexidade - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	

Ação
2120 - Locação de Imóveis para a implantação da Casa de Apoio
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação
2138 - Manutenção das Ações do Controle Social na Saúde
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2140 - Incentivos para Ações Estratégicas - LRPD / Prótese
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2141 - Incentivos para Ações Estratégicas - PSE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2142 - Estruturar a Rede de Serviços de Saúde - APS (Previne Brasil)
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2143 - Ampliação e Manutenção da Rede de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2146 - Fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador e das Populações Expostas a Riscos Ambientais
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2147 - Modernização do Sistema de Informação em Vigilância em Saúde (e-SUS Notifica/GAL)
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação
2151 - Ampliação do Acesso a Exames de Imagem e Diagnóstico Laboratorial

MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2152 - Abono Complementar ao Piso Nacional de Enfermagem	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2171 - Manutenção das Ações de Custeio do Programa do “Previne Brasil”	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2208 - Participação Junto ao Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte/COPIRN	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Ação	
2247 - Manutenção das Ações de Custeio dos Polos de Academias da Saúde	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2248 - Manutenção das Ações do Programa “Brasil Sorridente”	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2249 - Manutenção das Ações do “NASF/Núcleo de Apoio à Saúde da Família”	

Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2252 - Transferências de recursos a Prestadores de Serviços - Atenção Primária	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2327 - Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - Atenção Básica	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Ação	
2329 - Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - MAC	
Função: 10 - SAÚDE	
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.006 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
2100 - Apoio as Associações Comunitárias e Conselhos	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2109 - Trabalhos Socio Educativos	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2117 - Manutenção das Ações do Programa Criança Feliz	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Ação	
2122 - Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2258 - Capacitar e Qualificar Cuidadores de Idosos	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	
Ação	
2260 - Desenvolvimento de Ações de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Ação	
2261 - Manutenção das Ações do Programa Tenho Nome e Sobrenome	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2269 - Concessão de Benefícios Eventuais de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2272 - Capacitação e Qualificação dos Profissionais do Sistema Única de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2273 - Desenvolvimento de Atividades Socio Assistenciais Itinerantes	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Ação	

2274 - Manutenção das Ações do Programa Projeto Reinserir	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2276 - Manutenção das Ações do Programa Incluam me Como Cidadão	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 334 - FOMENTO AO TRABALHO	
Ação	
2306 - Manutenção do Programa de Fornecimento Gratuito de Absorventes Higiênicos nas Escolas Públicas	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2318 - Realização da Semana Municipal da Juventude	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Ação	
2335 - Aquisição de Colares de Girassol Para Identificação de Pessoas com Deficiência Oculta	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Ação	
2340 - Manutenção Programa Aluguel Social Destinado a Atender as Pessoas com Maior Vulnerabilidade Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa: 0008 - SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO: CUIDANDO DAS PESSOAS DE CERRO CORÁ	
Ação	
2017 - Manutenção das Ações do Programa "BPC" na Escola	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Ação	
2030 - Manutenção das Ações Financiadas pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Ação	
2032 - Manutenção das Ações de Outros Programas do Fnas	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2070 - Manutenção das Atividades do CRAS	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2113 - Manutenção das Ações do CREAS	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2116 - Manutenção da Gestão do SUAS	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2125 - Manutenção das Atividades do Contrato de Gestão com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2168 - Manutenção das Ações da Vigilância Socioassistencial	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2169 - Manutenção das Ações do Serviço de Proteção Social Básica (PSB)	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2204 - Manutenção de Ações Sociais com Distribuição de Pescado	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2206 - Matutenção de Ações do Programa Aluguel Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2207 - Manutenção de Ações do Programa Habitação Digna	
Função: 16 - HABITAÇÃO	
Subfunção: 482 - HABITAÇÃO URBANA	
Ação	
2254 - Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	
Ação	
2255 - Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2257 - Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	
Ação	
2263 - Manutenção das Ações do Núcleo de Apoio Sócio Jurídico	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2265 - Manutenção das Ações do Serviço de Proteção Social Especial (PSE)	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2271 - Prestação de Serviços de Proteção Especial de Calamidade Pública e de Emergência	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2277 - Fomentar Ações de Trabalho, Emprego, Renda e Valorização do Artesanato	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 334 - FOMENTO AO TRABALHO	
Ação	
2330 - Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
Ação	
2267 - Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.007 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
1070 - CONSTRUÇÃO DE PONTO DE APOIO COM COBERTURA DISPONIBILIZADO PARAA PRAÇA DE MOTOTAXI	
Função: 15 - URBANISMO	
Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Ação	

1095 - Manutenção das Ações da Rede Pública de Energia, Inclusive sua Revitalização	
Função: 25 - ENERGIA	
Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA	
Ação	
2075 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	
Função: 15 - URBANISMO	
Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Ação	
2098 - Manutenção das Ações do Setor de Serviços Urbanos	
Função: 15 - URBANISMO	
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS	
Ação	
2176 - Manutenção e Modernização das Ações da Limpeza Pública	
Função: 15 - URBANISMO	
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS	
Ação	
2346 - Manutenção das Atividades do Contrato de Gestão com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
Função: 15 - URBANISMO	
Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.008 - Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
2002 - Participação Junto ao Consórcio Intermunicipal Público Geoparque Seridó	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
Ação	
2018 - Estímulo a Microempresas e Associações para Autogestão	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO	
Ação	
2047 - Garantir a Vacinação do Rebanho Bovino dos Pequenos Agricultores Familiares	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
Ação	
2090 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO	
Ação	
2135 - Programa de Corte de Terra de Pequenos Agricultores	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL	
Ação	
2174 - Apoiar o Programa "Garantia Safra"	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO	
Ação	
2178 - Manutenção das Ações do Setor de Meio Ambiente	
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL	
Subfunção: 544 - RECURSOS HÍDRICOS	
Ação	
2285 - Distribuição de Sementes Para Agricultura Familiar	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO	
Ação	
2287 - Fortalecimento do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO	
Ação	
2289 - Manutenção das Ações do Setor da Pesca	

Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Ação	
2290 - Incentivar e Manter as Ações Voltadas a Piscicultura	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
Ação	
2301 - Realização dos serviços motomecanizados com execução de Limpeza e desobestrução de pequenos e médios	
Função: 20 - AGRICULTURA	
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.009 - Secretaria Municipal de Assistência Social	
Programa: 0008 - SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO: CUIDANDO DAS PESSOAS DE CERRO CORÁ	
Ação	
2027 - Manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2029 - Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2031 - Manutenção do Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2063 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Ação	
2262 - Apoio às Organizações Sociais da Sociedade Civil	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Ação	
2275 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
Função: 16 - HABITAÇÃO	
Subfunção: 482 - HABITAÇÃO URBANA	
Ação	
2278 - Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2279 - Manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
Ação	
2280 - Manutenção do Conselho de Habitação de Interesse Social	
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA	
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.010 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
1065 - Manter o Conselho Municipal de Turismo	
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS	
Subfunção: 695 - TURISMO	
Ação	

2016 - Execução de Ações de Promoção de Eventos de Inverno e Gastronomia	
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS	
Subfunção: 695 - TURISMO	
Ação	
2040 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
Função: 13 - CULTURA	
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Ação	
2094 - Manutenção das Ações do Setor de Turismo	
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS	
Subfunção: 695 - TURISMO	
Ação	
2256 - Manutenção do Sistema Municipal de Cultura	
Função: 13 - CULTURA	
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Ação	
2338 - Manutenção das Ações do Setor da Cultura - Lei Aldir Blanc	
Função: 13 - CULTURA	
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL	
Ação	
2347 - Realização do Festival de Inverno	
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS	
Subfunção: 695 - TURISMO	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.011 - Secretaria Municipal de Transportes	
Programa: 0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	
Ação	
1093 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEC. DE TRANSPORTE	
Função: 26 - TRANSPORTE	
Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Ação	
1094 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Função: 26 - TRANSPORTE	
Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Ação	
2284 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transporte	
Função: 26 - TRANSPORTE	
Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
MUNICIPIO DE CERRO CORÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.012 - Secretaria Municipal de Lazer e Desporto	
Programa: 0010 - GESTÃO DO ESPORTE E LAZER.	
Ação	
2044 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Lazer e Desporto	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Ação	
2245 - Promoção de Eventos Esportivos	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Ação	
2246 - Apoio ao Atleta Local	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Ação	
2311 - (Impositiva) Promoção, apoio e incentivo ao esporte equestre no município (vaquejada, cavalgada, peg	
Função: 27 - DESPORTO E LAZER	
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	
Ação	
2317 - Contribuição Destinada ao Apoio e Promoção Para o Desenvolvimento do Esporte Amador no Município.	

Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
Ação
2321 - Promoção, Apoio e Incentivo ao Esporte Equestre no Município (Impositiva)
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
Ação
2345 - Manutenção das Atividades do Contrato de Gestão com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:548B80E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 514/2026 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO 2027

Lei Municipal Nº 514/2026 - GP.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1 - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2027, os quais serão elaborados e executados em observância às diretrizes, aos objetivos, às prioridades e às metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - As Metas Fiscais;
II - As Prioridades da Administração Municipal;
III - A Estrutura dos Orçamentos;
IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS FISCAIS
Art. 2 - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2027, estão identificadas nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com as Portarias expedidas pela STN
- Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.
Art. 3 - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta (se houver) que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Art. 4 - O Anexo de Riscos Fiscais, §3º do Art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.
Art. 5 - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º e 4º desta Lei são constituídos pelos seguintes:
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS; Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Parágrafo único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
Art. 6 - Em cumprimento ao §3º do Art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS
Art. 7 - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.
§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2027 e para os dois seguintes deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índices Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.
§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a divisão dos valores correntes pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Art. 8 - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
Art. 9 - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida

Consolidada Líquida, deverá estar instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com os valores fixados nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.
Parágrafo único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada entidade do Município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece a origem dos recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
Art. 12 – O §2º, Inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo das Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação e atuarial do regime próprio dos servidores municipais nos três últimos exercícios, estabelecendo comparativo de receitas e despesas previdenciárias, culminando na apuração o resultado previdenciário e a disponibilidade financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.
§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir a inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS
Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com os valores fixados nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único - De conformidade com as Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos dois exercícios anteriores e das previsões para 2027, e os dois exercícios seguintes.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.
Parágrafo único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL
Art. 17º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.
Parágrafo único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único - Utilizará como base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2027, e os dois exercícios seguintes.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 estarão definidas e serão demonstradas no Plano Plurianual para vigorar de 2026/2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.
§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual aprovado para vigorar de 2026/2029, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual aprovado para vigorar de 2026/2029, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS
Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.
Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando os vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub função, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores), relativas a normas de contabilidade pública, conforme anexos próprios.

Art. 22 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de:
I- Mensagem;
II- Texto do Projeto de Lei;
III- Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;

IV- Orçamento fiscal e da seguridade social;
V- Orçamento de investimento.
§ 1º - Deverão acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, dentre outros, os seguintes demonstrativos:
I- Evolução da receita e da despesa de que trata o art. 22, inciso III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;
II- Receita por fonte de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;
III- Sumário geral da receita por fonte de recursos e da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social por funções e órgãos do governo;
IV- Demonstrativo das despesas por poder e órgão, esfera orçamentária, fonte de recursos e grupos de despesas;
V- Demonstrativo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por órgão e função;
VI- Resumo geral das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
VII - Resumo geral das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por fonte de recursos;
VIII - Demonstrativo das receitas e despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente segundo as categorias econômicas, conforme preceitua o anexo I da Lei Federal no. 4.320/1964, e suas alterações;
IX- Recursos destinados a investimentos por poder e órgão;
X- Programa de trabalho dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por funções, sub funções, programas e agrupamentos de despesas;
XI- Demonstrativo dos projetos/atividades por órgão e unidade;
XII - Demonstrativo da despesa por função;
XIII - Demonstrativo da despesa por sub função;

XIV - Demonstrativo da despesa por programa;
XV - Compatibilização do Plano Plurianual — PPA com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual — LOA.
§ 2º - As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e evidenciando o total de cada um dos orçamentos.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO
Art. 23 - O Orçamento para o exercício de 2027 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF), bem como os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).
Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcionalmente às suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira (art. 9º da LRF).
§ 1º - As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:
I- Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
II- Despesas a título de ajuda de custo;
III- Despesas com locação de mão de obra;
IV- Despesas com locação de veículos;
V- Despesas com combustíveis;

VI- Despesas com treinamento;
VII - Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII - Outras despesas de custeio;
IX- Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
X- Despesas com comissionados;
XI- Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XII - Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.
§ 2º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.
Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2027 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.
Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, §3º da LRF).
§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.
§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2027, destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até dois por cento (2%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2027, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, no decorrer do exercício, caso reste comprovada a não concretização dos riscos fiscais ou eventos (desastres e calamidade pública) capazes de afetar as contas públicas, o Chefe do Executivo poderá utilizar para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente as entidades de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no art. 16, §3º da LRF, consideram-se despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado para dispensa de licitação (art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021), devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 38 - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por Categoria de Programação (CP) e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesas de que tratam as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

Art. 39 - O projeto de Lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão, mediante lei específica:

I - Suplementar as dotações orçamentárias dos Grupos de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação que necessitem de reforço orçamentário, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas e em créditos adicionais, de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro ou de um órgão para outro, como estabelece o art. 167, VI, da Constituição Federal.

III - Mediante decreto, a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias, programas, projetos e atividades aprovados na Lei Orçamentária do Exercício de 2026 e através de créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação, desmembramento de órgãos e entidades, bem como, alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação.

§ 1º - A autorização prevista no inciso I deste artigo é limitada a (35%) trinta e cinco por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2027, conforme dispõe o §8º do artigo 165 da Constituição Federal, e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964.

§ 2º - A autorização prevista no inciso II deste artigo é limitada a (35%) trinta e cinco por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2027.

§ 3º - A movimentação de crédito celebrados no mesmo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, não compreenderá os limites previsto no § 1º e 2º, deste artigo. Poderá ser feita através de Decreto/Portaria do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto/Portaria Legislativa do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo.

§ 4º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2027, não serão computados no limite de que trata o § 1º e 2º, deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 5º - Os Créditos Adicionais abertos no exercício de 2027, que tenham como cobertura Superávit Financeiro apurado em 31/12/2025, não serão computados no limite de que trata o § 1º e 2º, deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 6° - O Limite autorizado no § 1º e 2º deste artigo, não serão onerados quando o crédito atender insuficiências de dotações do Grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas, atender ao limite de despesas decorrentes de Precatórios Judiciais e Serviços da Dívida Pública.
§ 7º - O Poder Executivo e Legislativo, poderão alterar, por decreto, a classificação da natureza da despesa prevista para uma determinada Fonte de Recursos de um Projeto/Atividade constante do seu Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, inserindo novos elementos, desde que não seja alterado o valor desde Projeto/Atividade aprovado pela Câmara Municipal.
Art. 40 - Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).
§ 1º - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2027 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026/2029 e com esta Lei.
Art. 41 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.
Parágrafo único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).
Art. 42 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual 2026/2029, que integrarem a Lei Orçamentária de 2027 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento de metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO
Art. 43 - O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.
Art. 44 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2027, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, os definidos pelo art. 29-A da Constituição da República.
§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a estimativa da receita tributária, e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.
§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:
I Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
II Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o art. 29-A da Constituição da República valor fixado para Poder Legislativo.
Art. 45 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2026.

§1º - Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.
§2º - Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, as retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços, entre outros valores não utilizados.
Art. 46 – A Execução orçamentária do legislativo será independente, devendo a Câmara Municipal enviar a até o décimo quinto dia do mês subsequente as demonstrações da execução orçamentária e contábil para fins de integração à contabilidade geral do Município, em atendimento ao que determina o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 47º - A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).
Art. 48 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).
Art. 49 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL
Art. 50 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa específica, poderão:
I - Corrigir, aumentar ou conceder vantagens e aumento de remuneração de servidores e demais agentes públicos;
II - Criar ou extinguir cargos, empregos e funções públicas;
III - Criar, extinguir ou alterar a estrutura de carreiras;
IV - Admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma de lei;

V - Revisar, reajustar o sistema de pessoal e reestruturar dos planos de cargos, carreiras e salários;
§ 1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 51 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).
Art. 52 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).
Art. 53 - O orçamento do Município para o exercício de 2027 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 1º de julho de 2026.
§ 1º - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade e deverá ser processada com observância ao art. 100 da Constituição Federal, bem como às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade.
§ 2º - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2027, para o pagamento de precatórios, será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal e com o disposto no art. 78 e 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
Art. 54 - O Executivo Municipal poderá adotar as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):
I - Redução em pelo menos 10% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;
II - Eliminação das despesas com horas-extras;
III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV- Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 55 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.
Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".
Art. 56 - De acordo com o artigo 167-A da EC nº. 109/21 desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão proibir:
I- Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
II- Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV- Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição; V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;
VI - Criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, e de servidores e empregados públicos, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas da EC;

VII - Criação de despesa obrigatória;
VIII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
IX - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 57 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).
Art. 58 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).
Art. 59 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 60 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.
§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 3º - A utilização dos recursos autorizados no § 2º será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.
§ 4º - Não se incluem no limite previsto no § 2º, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:
I - Pessoal e encargos sociais;
II - Serviços da dívida;
III - Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
IV - Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
V - Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.
Art. 61 - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, §3°), devendo ser devolvida para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.
Art. 62 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:
I - Poder Executivo, junto ao Gabinete do Prefeito; e
II - Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.
Parágrafo único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.
Art. 63 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de tesouraria.

Art. 64 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 65 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, de saúde e direcionadas para proteção, promoção e direitos na infância e adolescência.
Art. 66 - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2027, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.
§ 1º - As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais serão integradas ao Quadro de Detalhamento de Despesas por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.
§ 2º - A organização do Quadro de Detalhamento de Despesas constará em sistema informatizado no âmbito da Prefeitura.
Art. 67 - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual de 2027, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos.
Parágrafo único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2027, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2025, e 2026, e/ou outro condicionante de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 68 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração do Orçamento as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesas, por alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027, ao Poder Legislativo.
Art. 69º - As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do município, desde que não altere o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de Decreto/Portaria do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por Decreto/Portaria do Presidente da Casa.
Art. 70 - Na elaboração da Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2027, deverão ser observadas as alterações promovidas na legislação federal aplicável, em especial na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
Art. 71 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar consórcio público nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, e Meio Ambiente e demais áreas de interesse público.
Art. 72 - Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:
I - Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal no 4.320/1964;
II - Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou
III - Referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depender de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.
§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.
§ 2º - Fica vedada, no exercício de 2027, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2026, que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2025, ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo.

§ 3º - A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo.
Art. 73 - Para os fins desta Lei, ficam estabelecidas a observância e a integridade do equilíbrio orçamentário e financeiro, compatibilizados entre receitas e despesas previamente estimadas.

Art. 74 - Observado o disposto no art. 25 da Lei Complementar Nacional nº 101/2000, é vedada, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de subvenções sociais e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, nas áreas de assistência social, saúde e educação.
§ 1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, o repasse de dotações orçamentárias seguirá, ainda, as normas fixadas pelo Poder Executivo para concessão dos benefícios previstos no caput.
§ 2º - As entidades privadas sem fins lucrativos beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização da Prefeitura, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
§ 3º - É vedada a transferência de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes com o Município.
Art. 75 - Somente poderão ser incluídas, no projeto de Lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito, cuja realização já tenha sido autorizada pelo Legislativo Municipal, ou solicitadas ao Poder Legislativo até o final do mês de agosto do corrente ano.
Parágrafo único - Serão observados, para consecução e efeito deste artigo, o disposto no § 2º do art. 7º, da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, e no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.
Art. 76 - Se, até aprovação desta Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 ou da Lei Orçamentária Anual para 2027, o Congresso Nacional e a União Federal editarem o arcabouço fiscal (ou "novo regime de teto de gastos públicos"), tal eventual novel regime nacional e suas respectivas alterações na Constituição Federal e/ou em Leis ordinárias e complementares nacionais e/ou federais serão reajustados e readequados em ambas as leis municipais.
Art. 77 - É obrigatório a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.
§ 1º - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, percentual distribuído equitativamente dentre os vereadores, sendo que a metade deste percentual deverá ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§ 2º - As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos estritamente de ordem técnica. Nesses casos, serão adotadas as seguintes medidas:
II - Até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
III - Até o dia 30 de setembro, ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Poder Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação inicialmente prevista cujo impedimento seja insuperável; e
IV - Se, até o dia 20 de novembro, ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo.
§ 3º - Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação orçamentária será:
I – Demonstrada em dotações orçamentária específicas da Lei Orçamentária Anual, preferencialmente vinculada à secretaria municipal correspondente à despesa, para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas.
Art. 78 – Fica estabelecido como prioridade da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2027, a execução das ações da Política Municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando a manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

ADENDO AOS CAPÍTULOS I E IV
DAS PRIORIDADES E METAS

Ficam estabelecidas as prioridades e metas pertinentes aos orçamentos fiscais e da Seguridade Social, integrada das funções programáticas a seguir:

I - CÃMARA MUNICIPAL:

Manutenção do Poder Legislativo Municipal, capacitação de Pessoal, dos serviços do controle, aquisição de equipamentos e veículos, construção e/ou ampliação do prédio da sede da Câmara Municipal e aquisição de imóveis.

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE CHEFIA DE GABINETE:

Manutenção do gabinete, manutenção e monitoramento de câmera, conselho tutelar, idoso, Fia, criança e adolescente, ações controladoria, procuradoria, ouvidoria, aquisição de veículos e equipamentos.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS:

Manutenção da secretaria, junta militar, central de informática, implantação de ponto eletrônico, aquisição de veículos e equipamentos, contribuições a associações, realização de concursos, processos seletivos, planos de cargos e salários, valorização dos servidores municipais, ações da segurança pública e pagamento de obrigações patronais e judiciais e previdenciárias.

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO:

Manutenção da secretaria, aquisição de veículos e equipamentos, pagamentos de dívidas públicas e realizar operação de crédito.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

Manutenção da secretaria, defesa civil, abastecimento d'água, seguro safra, corte de terra, assistência técnica ao agricultor, realização de eventos do agronegócio, construção, reforma e ampliação de matadouro e demais unidades, aquisição de veículos e equipamentos e máquinas agrícolas, construção e melhoria de reservatórios de água potável, e poços tubulares, e pequenos açudes.

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Manutenção do FME, de todos os programas do FNDE e FUNDEB, conselhos, apoio aos estudantes através de bolsa de estudo, kit escolar, capacitação dos servidores, apoio ao ensino superior e especial, aquisição de veículos, equipamentos e imóveis, construção, reforma e/ou ampliação de escolas, creches, auditório e espaço educacionais.

VII -SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO:
Manutenção da secretaria, iluminação pública, abastecimento de água, limpeza pública, mercado, estradas vicinais, aquisição de veículos e equipamentos, imóveis, pavimentação de ruas e avenidas, extensão de rede elétrica, construção de usina para resíduos sólidos, saneamento básico, construção, reforma e ampliação de praças, prédios públicos, urbanização de ruas e avenidas, infraestrutura da feira livre, mercado público, passagem molhadas, urbanização, etc.

VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Manutenção da secretaria, e de todos os programas do FNAS, manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, adesão a consórcios públicos, desenvolvimento de programas sociais, através de cestas básicas, aluguel social, distribuição de peixes, programa do leite, incentivo ao primeiro emprego e demais eventos sociais, construção reforma e/ou ampliação de unidades socioassistenciais, casas populares e aquisição de veículos e equipamentos, imóveis.

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Manutenção do FMS, dos conselhos de saúde, todos os programas do SUS, adesão a consórcios públicos, aquisição de imóveis, veículos e equipamentos, construção, reformas e/ou ampliação de postos de saúde, UBS, unidades sanitárias e demais unidades, aquisição de ambulância inclusive com UTI.

X - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS:
Manutenção da secretaria, organização de áreas urbanísticas e demais unidades turísticas, aquisição de veículos e equipamentos, construção reforma e ampliação de pórticos e demais potencialidades turísticas, incentivo a eventos culturais e turísticos como feiras e festivais, e manutenção de atividades culturais, incentivo a Lei Aldir Blanc.

XI - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Manutenção da secretaria, aquisição de veículos e equipamentos,

XII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE:
Manutenção da Secretaria de Esporte, Aquisição de veículos, equipamentos e imóveis, construção, reforma e/ou aplicação de ginásios, campos, quadras e demais unidades desportivas, manutenção de atividades e eventos desportivos.

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E MEIO AMBIENTE:
Manutenção da Secretaria, Aquisição de veículos, equipamentos e imóveis, e Fomento e Incentivo de Políticas Púbicas para Defesa Civil e Meio Ambiente.

Art. 79 – Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro/RN, 08 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO
08.079.915/0001-46
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027			
Ano LDO: 2027			
ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3°)			R$ 1,00
RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	264.765,57	PASSIVOS CONTINGENTES	264.765,57
Demandas Judiciais	264.765,57	Demandas Judiciais	0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	Avais e Garantias Concedidas	0,00
Assunção de Passivos	0,00	Assunção de Passivos	0,00
Assistências Diversas	0,00	Assistências Diversas	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	Outros Passivos Contingentes	264.765,57
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00
Frustração de Arrecadação	0,00	Frustração de Arrecadação	0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00	Restituição de Tributos a Maior	0,00
Discrepância de Projeções:	0,00	Discrepância de Projeções:	0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00	Outros Riscos Fiscais	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO											
08.079.915/0001-46											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS ANUAIS											
2027											
PPA - Ciclo de 2026 à 2029											
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) Lei: 490											R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	(a/PIB)x100	(a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	(b/PIB)x100	(b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	(c/PIB)x100	(c/RCL)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	50.000.000,00	48.075.000,00	0,35	117,43	55.000.000,00	53.020.000,00	0,36	124,68	60.000.000,00	57.900.000,00	0,37	131,42
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	49.280.000,00	47.382.720,00	0,34	115,74	54.250.000,00	52.297.000,00	0,35	122,98	59.250.000,00	57.176.250,00	0,36	129,78
Receitas Primárias Correntes	45.280.000,00	43.536.720,00	0,31	106,34	50.250.000,00	48.441.000,00	0,33	113,92	54.938.000,00	53.015.170,00	0,34	120,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	700.000,00	673.050,00	0,00	1,64	800.000,00	771.200,00	0,01	1,81	890.000,00	858.850,00	0,01	1,95
Transferências Correntes	44.275.000,00	42.570.412,50	0,31	103,98	48.980.000,00	47.216.720,00	0,32	111,04	53.578.000,00	51.702.770,00	0,33	117,35
Demais Receitas Primárias Correntes	305.000,00	293.257,50	0,00	0,72	470.000,00	453.080,00	0,00	1,07	470.000,00	453.550,00	0,00	1,03
Receitas Primárias de Capital	4.000.000,00	3.846.000,00	0,03	9,39	4.000.000,00	3.856.000,00	0,03	9,07	4.312.000,00	4.161.080,00	0,03	9,44
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	50.000.000,00	48.075.000,00	0,35	117,43	55.000.000,00	53.020.000,00	0,36	124,68	60.000.000,00	57.900.000,00	0,37	131,42
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	49.140.000,00	47.248.110,00	0,34	115,41	54.130.000,00	52.181.320,00	0,35	122,71	59.130.000,00	57.060.450,00	0,36	129,51
Despesas Primárias Correntes	45.060.400,00	43.325.574,60	0,31	105,83	49.642.440,00	47.855.312,16	0,32	112,54	54.193.684,00	52.296.905,06	0,33	118,70
Pessoal e Encargos Sociais	20.000.000,00	19.230.000,00	0,14	46,97	22.000.000,00	21.208.000,00	0,14	49,87	24.000.000,00	23.160.000,00	0,15	52,57
Outras Despesas Correntes	25.060.400,00	24.095.574,60	0,17	58,86	27.642.440,00	26.647.312,16	0,18	62,67	30.193.684,00	29.136.905,06	0,18	66,13
Despesas Primárias de Capital	4.079.600,00	3.922.535,40	0,03	9,58	4.487.560,00	4.326.007,84	0,03	10,17	4.936.316,00	4.763.544,94	0,03	10,81
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	140.000,00	134.610,00	0,00	0,33	120.000,00	115.680,00	0,00	0,27	120.000,00	115.800,00	0,00	0,26
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	140.000,00	134.610,00	0,00	0,33	120.000,00	115.680,00	0,00	0,27	120.000,00	115.800,00	0,00	0,26
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RPPS)												
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	1.024.364,47	984.926,44	0,01	2,41	1.061.241,59	1.023.036,89	0,01	2,41	1.098.385,05	1.059.941,57	0,01	2,41
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-2.148.344,85	-2.065.633,57	-0,01	-5,05	-2.225.685,27	-2.145.560,60	-0,01	-5,05	-2.303.584,25	-2.222.958,80	-0,01	-5,05
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	79.644,95	76.578,62	0,00	0,19	77.340,41	74.556,16	0,00	0,18	77.898,98	75.172,52	0,00	0,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO
08.079.915/0001-46
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027 Ano LDO: 2027
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	39.951.777,00	0,31	104,90	39.482.735,18	0,31	106,49	-469.041,82	-1,17
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	39.849.465,00	0,31	104,63	39.033.711,29	0,31	105,27	-815.753,71	-2,05
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	39.951.777,00	0,31	104,90	36.777.791,08	0,29	99,19	-3.173.985,92	-7,94
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	39.136.777,00	0,31	102,76	35.578.937,01	0,28	95,96	-3.557.839,99	-9,09
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	712.688,00	0,01	1,87	3.454.774,28	0,03	9,32	2.742.086,28	384,75
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	712.688,00	0,01	1,87	3.454.774,28	0,03	9,32	2.742.086,28	384,75
Dívida Pública Consolidada(DC)	5.691.706,29	0,04	14,94	945.178,72	0,01	2,55	-4.746.527,57	-83,39
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	6.316.516,58	0,05	16,59	-1.982.272,80	-0,02	-5,35	-8.298.789,38	-131,38
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.901.995,58	-0,01	-4,99	8.298.789,39	0,07	22,38	10.200.784,97	-536,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
08.079.915/0001-46
2027 Ano LDO: 2027
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	32.535.769,79	39.482.735,18	21,35	45.000.000,00	13,97	50.000.000,00	11,11	55.000.000,00	10,00	60.000.000,00	9,09
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	32.392.565,37	39.033.711,29	20,50	44.300.000,00	13,49	49.280.000,00	11,24	54.250.000,00	10,09	59.250.000,00	9,22
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	32.972.341,19	36.777.791,08	11,54	45.000.000,00	22,36	50.000.000,00	11,11	55.000.000,00	10,00	60.000.000,00	9,09
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	32.590.358,86	35.578.937,01	9,17	44.150.000,00	24,09	49.140.000,00	11,30	54.130.000,00	10,15	59.130.000,00	9,24
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-197.793,49	3.454.774,28	11,33	150.000,00	-10,60	140.000,00	-0,06	120.000,00	-0,06	120.000,00	-0,02
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-197.793,49	3.454.774,28	11,33	150.000,00	-10,60	140.000,00	-0,06	120.000,00	-0,06	120.000,00	-0,02
Dívida Pública Consolidada(DC)	5.691.706,29	945.178,72	-83,39	986.388,51	4,36	1.024.364,47	3,85	1.061.241,59	3,60	1.098.385,05	3,50
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	6.316.516,58	-1.982.272,81	-131,38	-2.068.699,90	4,36	-2.148.344,85	3,85	-2.225.685,27	3,60	-2.303.584,25	3,50
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.901.995,58	8.298.789,39	-536,32	86.427,09	-98,96	79.644,95	-7,85	77.340,41	-2,89	77.898,98	0,72
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	30.964.292,11	37.800.770,66	22,08	43.038.000,00	13,85	48.075.000,00	11,70	53.020.000,00	10,29	57.900.000,00	9,20
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	30.828.004,46	37.370.875,19	21,22	42.368.520,00	13,37	47.382.720,00	11,83	52.297.000,00	10,37	57.176.250,00	9,33

Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	31.379.777,11	35.211.057,18	12,21	43.038.000,00	22,23	48.075.000,00	11,70	53.020.000,00	10,29	57.900.000,00	9,20
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	31.016.244,53	34.063.274,29	9,82	42.225.060,00	23,96	47.248.110,00	11,90	52.181.320,00	10,44	57.060.450,00	9,35
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-188.240,07	3.307.600,90	-1.857,12	143.460,00	-95,66	134.610,00	-0,07	115.680,00	-0,07	115.800,00	-0,02
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-188.240,07	3.307.600,90	-1.857,12	143.460,00	-95,66	134.610,00	-0,07	115.680,00	-0,07	115.800,00	-0,02
Dívida Pública Consolidada(DC)	5.416.796,88	904.914,11	-83,29	943.381,97	4,25	984.926,44	4,40	1.023.036,89	3,87	1.059.941,57	3,61
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	6.011.428,83	-1.897.827,99	-131,57	-1.978.504,58	4,25	-2.065.633,57	4,40	-2.145.560,60	3,87	-2.222.958,80	3,61
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.810.129,19	7.945.260,96	-538,93	82.658,87	-98,96	76.578,62	-7,36	74.556,16	-2,64	75.172,52	0,83

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO						
08.079.915/0001-46						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
Ano LDO: 2027						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)						R$ 1,00
REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	283.174,71	0,00	283.174,71	0,00	283.174,71	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	3.484.534,91	0,00	-2.129.250,72	0,00	-1.631.482,76	0,00
TOTAL	3.767.709,62	0,00	-1.846.076,01	0,00	-1.348.308,05	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO			
08.079.915/0001-46			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2027			Ano LDO: 2027
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2024 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2023 (i) = (Ic – IIf)
VALOR(III)	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO			
08.079.915/0001-46			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO			
DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES			
2027			Ano LDO: 2027
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2025	2024	2023
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2025	2024	2023
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V	) 0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2025	2024	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2025	2024	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2025	2024	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2025	2024	2023
RECEITAS CORRENTES(VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00

Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00

Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2025	2024	2023
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2025	2024	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2024	2023
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2024	2023
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2025	2024	2023
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2025	2024	2023
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO				
08.079.915/0001-46				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Ano LDO: 2027				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	PLANO PREVIDENCIÁRIO		SALDO ANTERIOR 0,00	
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO				
08.079.915/0001-46				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Ano LDO: 2027				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ 1,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	PLANO FINANCEIRO		SALDO ANTERIOR 0,00	
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00

2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00

2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO	
08.079.915/0001-46	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	
Ano LDO: 2027	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO						
08.079.915/0001-46						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2027						Ano LDO: 2027
AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO	
08.079.915/0001-46	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	Ano LDO: 2027
AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00
MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE ANDRADE	***LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO***
Contabilista CRC RN: 1935/O-6	Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria de Fatima Xavier de Andrade
Código Identificador:553D3645

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - 1 QUADRIMESTRE

Prefeitura Municipal de Viçosa										
PODER EXECUTIVO										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2019										
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										**R$ 1,00**
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)[1] (g) = (a-(b+c+d+e)-f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDA DE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**-1.426.631,30**	**0,00**	**79.265,58**	**0,00**	**367.697,99**	**0,00**	**-1.873.594,87**	**236.923,80**	**0,00**	**-2.110.518,67**
Recursos Ordinários	-1.667.943,87	0,00	79.265,58	0,00	367.697,99	0,00	-2.114.907,44	236.923,80	0,00	-2.351.831,24

Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<<Fonte 11160000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	6.678,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.678,87	0,00	0,00	6.678,87
<<Fonte 11200000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	1.075,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.075,07	0,00	0,00	1.075,07
<<Fonte 11220000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	26.004,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.004,89	0,00	0,00	26.004,89
<<Fonte 11230000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	798,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	798,46	0,00	0,00	798,46
<<Fonte 12140000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	187.697,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.697,01	0,00	0,00	187.697,01
<<Fonte 12500000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	426,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426,34	0,00	0,00	426,34
<<Fonte 12900000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	8.041,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.041,70	0,00	0,00	8.041,70
<<Fonte 15300000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	7.390,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.390,72	0,00	0,00	7.390,72
<<Fonte 16100000 - Destinação de Recursos não Configurada>>	3.199,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.199,51	0,00	0,00	3.199,51
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**433.015,74**	**0,00**	**15.085,06**	**0,00**	**319.464,84**	**0,00**	**98.465,84**	**21.094,50**	**0,00**	**77.371,34**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	242.542,80	0,00	0,00	0,00	139.824,32	0,00	102.718,48	27,00	0,00	102.691,48
Outros Recursos Vinculados à Educação	465.780,79	0,00	436,13	0,00	0,00	0,00	465.344,66	0,00	0,00	465.344,66
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	4.492,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.492,19	0,00	0,00	4.492,19
Outros Recursos Vinculados à Saúde	-81.135,04	0,00	14.407,22	0,00	126.386,62	0,00	-221.928,88	19.793,94	0,00	-241.722,82
Recursos Vinculados à Assistência Social	-73.871,77	0,00	241,71	0,00	37.988,70	0,00	-112.102,18	996,03	0,00	-113.098,21
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	-124.793,23	0,00	0,00	0,00	15.265,20	0,00	-140.058,43	277,53	0,00	-140.335,96
TOTAL (III) = (I + II)	**-993.615,56**	**0,00**	**94.350,64**	**0,00**	**687.162,83**	**0,00**	**-1.775.129,03**	**258.018,30**	**0,00**	**-2.033.147,33**
FONTE: Sistema e-Pública (1306-0361-997). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/08/2026 e hora de emissão: 13:44.										
Nota: [1]Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
ANTÔNIO GOMES DE AMORIM	***VERA LÚCIA DA SILVA***		***HELISON DE OLIVEIRA***							
Prefeito	Controladora		Contador							
18249604415	36596558487		05095759438							

Publicado por:
Adjaine Dantas de Melo
Código Identificador:C83FA643